

Fúlvio Abramo ■ Antonio Candido

■ Armando Mazzo ■ Lélia Abramo

■ Apolonio de Carvalho ■ Clara

Charf ■ Madre Cristina ■ Jacob

Gorender

REMEMÓRIA

Entrevistas sobre o Brasil do século XX

■ Goffredo Telles Júnior ■ Florestan

Fernandes ■ Betinho ■ Paulo Freire ■

Isaac Akcelrud ■ Vladimir Palmeira

■ José Gomes da Silva ■ Maria

Augusta Capistrano ■ D. Pedro

Casaldáliga ■ Elizabeth Teixeira



Rememória

Entrevistas sobre o Brasil do século XX

reúne depoimentos publicados nos últimos dez anos pela revista *Teoria&Debate*, resgatando importantes testemunhos sobre a história dos movimentos sociais no Brasil. Os principais momentos da vida política, social e cultural do nosso país estão aqui retratados por alguns dos seus mais expressivos personagens: Antonio Candido, Paulo Freire, Goffredo Telles Júnior, D. Pedro Casaldáliga, Herbert de Souza (Betinho), Fúlvio Abramo, Apolonio de Carvalho, Jacob Gorender, Florestan Fernandes, Clara Charf, Lélia Abramo, Armando Mazzo, Vladimir Palmeira, Elizabeth Teixeira, Madre Cristina, José Gomes da Silva, Isaac Akeelrud e Maria Augusta Capistrano.



Este livro reúne algumas das entrevistas publicadas na seção Memória da revista *Teoria&Debate*. O leitor pode ter certeza: nos depoimentos que elas contêm, depoimentos de personagens da luta socialista no Brasil, há alguns capítulos importantes da nossa história. São documentos históricos, portanto, com a vantagem do coloquialismo das boas conversas. Assim, o assunto é às vezes denso e tenso, mas a leitura é leve.

Vale aqui também um pouco da história da própria revista de onde foram tirados os depoimentos. *Teoria&Debate* nasceu em 1987 como revista trimestral do diretório paulista do Partido dos Trabalhadores, com a missão de ser um veículo para a elaboração, a discussão e a memória da esquerda brasileira. Ao longo dos dez anos que se seguiram, ela prosperou, atingindo em certos períodos a circulação de 20 mil exemplares. Uma surpresa para muita gente. "Revista de esquerda?", diziam, "não passa do segundo número". Outros cuidavam de alertar nossos ânimos juvenis: "Ih, eu mesmo já perdi as contas das revistas que ajudei a fundar." Felizmente, nem todos eram desanimados com projetos

editoriais naquele ano de 1987. Perseu Abramo (1929–1996) e Eder Sader (1941–1988) estavam entre os integrantes do primeiro conselho de redação da revista. Sem a confiança dos dois, *Teoria&Debate* jamais existiria. O engraçado é que, logo que ela se consolidou, vieram os elogios mais engraçados: “Puxa, nem parece do PT.” E, mais engraçado ainda: não parecia mesmo.

Outra proeza de *Teoria&Debate* foi o que podemos chamar de realização negativa. Explicando: ao contrário de inúmeros outros setores da esquerda mundial, ela *não* perdeu o rumo. Agora, olhando para trás, a gente vê que ela quase não se afastou de sua missão. No campo da memória, principalmente. Esta revista contou em primeira mão alguns pedaços da história do Brasil. Por isso, este é um livro útil, justo e bom. Que o exemplo moral dos entrevistados desta *Rememória* nos ajude a viver de cabeça erguida, e que a biografia deles nos aclare no trato dos problemas contemporâneos. E que todos nos abençoem.

Eugênio Bucci,
jornalista

Rememória

Entrevistas sobre
o Brasil do século XX

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/rememoria.pdf>

Leia também da Editora Fundação Perseu Abramo:

Um trabalhador da notícia:

Textos de Perseu Abramo

Organização de Bia Abramo

Orçamento Participativo:

A experiência de Porto Alegre

Tarso Genro e Ubiratan de Souza

Versões e ficções:

O seqüestro da história

Daniel Aarão Reis Filho, Elio Gaspari, César Benjamin,
Franklin Martins, Vera Silvia Magalhães, Helena Salem,
Paulo Moreira Leite, Jorge Nahas, Marcelo Ridenti,
Alípio Freire, Celso Horta, Izaías Almada
Consuelo Lins, Idibal Piveta, Dulce Muniz, Renato Tapajós,
Cláudio Torres e Eugênio Bucci

Desafios do governo local:

O modo petista de governar

Antonio Palocci, Cristovam Buarque, Raul Pont,
Celso Daniel, Ângela Guadagnin, Olívio Dutra, Tarso Genro,
Patrus Ananias, Maria do Carmo, Edmilson Rodrigues,
Luiz Sérgio Nóbrega, Luiz Dulci, César Alvarez,
Delúbio Soares, Marco Aurélio Garcia

Uma revolução perdida:

A história do socialismo soviético

Daniel Aarão Reis Filho

Vida e Arte — Memórias de Lélia Abramo

Lélia Abramo

Em co-edição com a Editora da UNICAMP

Fúlvio Abramo — Antonio Candido
Lélia Abramo — Apolonio de Carvalho — Clara Charf
Madre Cristina — Jacob Gorender
Florestan Fernandes — Goffredo Telles Júnior
Herbert de Souza (Betinho) — Paulo Freire
Isaac Akcelrud — Vladimir Palmeira
José Gomes da Silva — Maria Augusta Capistrano
D. Pedro Casaldáliga — Elizabeth Teixeira

Rememória

Entrevistas sobre o Brasil do século XX

Organização: Ricardo de Azevedo e Flamarion Maués



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores
em maio de 1996.

Diretoria

Luiz Dulci — presidente
Zilah Abramo — vice-presidente
Hamilton Pereira — diretor
Ricardo de Azevedo — diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Revisão

Sandra Brazil
Maurício Balthazar Leal
Denise Dognini

Textos biográficos

Valter Pomar

Índice Onomástico

Paula Cristina Bernardo

Capa

Eliana Kestenbaum

Editoração Eletrônica

Augusto Gomes

1ª edição: novembro de 1997
Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 259-8024 — Fone/Fax: (011) 571-4299
E-mail: editora@fpabramo.org.br
Home-page: <http://www.fpabramo.org.br>

Sumário

<i>Apresentação</i> , 7
<i>Ricardo Azevedo</i>
Fúlvio Abramo, 11
Antonio Candido, 29
Armando Mazzo, 47
Lélia Abramo, 63
Apolonio de Carvalho, 83
Clara Charf, 129
Madre Cristina, 153
Jacob Gorender, 173
Goffredo Telles Júnior, 205
Florestan Fernandes, 223
Herbert de Souza (Betinho), 241
Paulo Freire, 259
Isaac Akcelrud, 281
Vladimir Palmeira, 299
José Gomes da Silva, 323
Maria Augusta Capistrano, 349
D. Pedro Casaldáliga, 373
Elizabeth Teixeira, 395
Índice remissivo, 410

Apresentação

Ricardo de Azevedo

Diretor da Fundação Perseu Abramo

“Pois a narrativa se parece com a música no sentido de que ambas *dão um conteúdo ao tempo*; ‘enchem-no de uma forma decente’, ‘assinalam-no’ e fazem com que ele ‘tenha algum valor próprio’ e que ‘nele aconteça alguma coisa’.”

Thomas Mann em *A Montanha Mágica*.

Há alguns anos, uma jovem estudante secundarista, provavelmente a pedido de um professor de história de esquerda, me entrevistou sobre o movimento estudantil em 1968. Durante a agradável conversa que mantivemos, era impressionante o olhar misto de surpresa, espanto e admiração que a adolescente mantinha, como se estivesse num museu de história natural diante de um fóssil. E, no entanto, toda nossa conversação girava em torno de acontecimentos passados há não mais que 25 anos! Para ela entretanto tudo era novidade. Minha reação inicial foi de recordar o processo de deterioração do ensino no país e lamentar a alienação da juventude nos tempos pós-modernos. Mas, de repente, me lembrei que quando comecei a militar no movimento estudantil em 1968, eu tinha a mesma sensação de espanto quando alguém contava alguma história, ou se referia a algum personagem, do para mim então “longínquo” 1964!

Não, o problema não era daquela jovem em particular, do seu professor de história, ou sequer, nesse caso, do ensino no Brasil, ainda que ele realmente esteja indo de mal a pior. Tratava-se de algo muito mais amplo e generalizado no país. É espantoso como a história se perde entre nós! A cada nova geração é

como se houvesse um corte com relação ao passado e tudo estivesse permanentemente começando. Como eterno “país do futuro”, tendemos sempre a buscar negar nosso passado (que nos envergonha) e a querer construir algo radicalmente diferente. Isso vale para a direita e para a esquerda. Vale também para todas as gerações.

O próprio Rui Barbosa, quando ocupava o cargo de ministro da Fazenda, emitiu uma circular em que dizia:

Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral;

Considerando *que a república está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria*, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira;

Resolve:

1. Serão requisitados de todas as tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula de escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão sem demora ser remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria.

2. Uma comissão (...) dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e *procederá à queima e destruição imediata deles...*

Capital Federal, 14 de dezembro de 1890. (citado por Angela Marques da Costa “A violência como marca: a pesquisa em história.” In: *Negras Imagens*, EDUSP, 1996).

Esta atitude exemplifica, em enorme medida, a pouca importância dada e os poucos recursos destinados a qualquer coisa que diga respeito ao resgate do passado. E, no entanto, ele está sempre *presente*, condicionando...

Em 1987, quando discutíamos o projeto para uma revista teórica numa reunião da Secretaria de Formação Política do PT/SP, foi a mesma constatação de espanto com relação às então jovens gerações que militavam no PT (e que achavam que tudo havia começado para a esquerda no Brasil com as greves do ABC) que nos levou a propor a criação da seção Memória no que viria a

ser *Teoria&Debate*. Para surpresa e alegria nossas, nas duas enquetes realizadas (a primeira após um ano de existência da revista e a outra passados cinco), a seção Memória aparecia como a favorita dos assinantes. Mais do que demonstrar um acerto editorial, aquele resultado significava para nós, do Conselho de Redação, que havia um interesse e que era possível remar contra a corrente...

Desde então, a seção se dedicou ao trabalho de resgatar a história da esquerda no Brasil e colocá-la, por meio da revista, à disposição das novas (e de todas) gerações. Nesta antologia, são publicadas 18 entrevistas que apareceram em *Teoria&Debate* ao longo dos dez anos de existência da publicação. Por motivos de espaço, não seria possível publicar todas. Difícil no entanto foi selecionar. A primeira opção foi publicar somente entrevistas com os próprios protagonistas, deixando de lado as matérias de caráter ensaístico, as reportagens e os depoimentos de terceiros. A partir daí, resolveu-se oferecer ao leitor um apanhado panorâmico de distintas trajetórias e experiências políticas. O resultado é um livro que dá uma visão geral sobre a história da esquerda nesse século no Brasil a partir de alguns de seus principais atores, *da forma como eles a vivenciaram e como a rememoram*.

Assim, por meio dos depoimentos de Apolonio de Carvalho, Armando Mazzo, Clara Charf, Jacob Gorender e Maria Augusta Capistrano temos diversos pontos de vista sobre a trajetória da principal organização de esquerda no país ao longo do século (o PCB) e de algumas de suas dissidências.

Fúlvio Abramo, Isaac Akcelrud e Lélia Abramo nos relatam a tentativa do trotskismo brasileiro de remar contra a corrente dominante. O professor Antonio Candido nos fala da experiência do PSB nos anos 50 e Betinho conta a história da esquerda católica e do surgimento da Ação Popular no início dos anos 60. O papel da Igreja na luta social e contra a ditadura é enfocado nos depoimentos de Madre Cristina e D. Pedro Casaldáliga.

Os diferentes setores sociais também se fazem presentes: Armando Mazzo nos fala da classe operária nos anos 40 e 50; Elisabeth Teixeira e José Gomes da Silva, da luta pela reforma agrária; Vladimir Palmeira, dos estudantes rebeldes de 1968; Apolonio, dos jovens militares revoltosos da década de 1930; Lélia Abramo, do papel dos artistas; Florestan Fernandes, Goffredo da Silva Telles Júnior, Antonio Candido e Paulo Freire, da evolução da intelectualidade.

Quase todos os mais importantes acontecimentos históricos do século no campo da política brasileira estão presentes: as lutas operárias e as revoltas militares da década de 1920 e 1930; o Estado Novo getulista; a redemocratização em 1945; o período desenvolvimentista dos anos 50; o golpe militar e a resistência (de massas e armada) à ditadura nos anos 60; o fim da ditadura e a redemocratização nos anos 70.

Também são contempladas algumas das diversidades regionais: a formação da classe operária em São Paulo; as lutas dos estudantes no Rio de Janeiro; a luta pela terra e a violência dos latifundiários no Centro-Oeste; as Ligas Camponesas e o Movimento de Educação de Base no Nordeste.

O leitor certamente encontrará lacunas. Há muito ainda a ser resgatado e importantes depoimentos a serem registrados. Mas, afinal de contas, a revista *Teoria&Debate* e a seção Memória continuam vivas. Este livro é apenas um marco de algo que não terminou e – espero – continuará cumprindo com o mesmo sucesso esse papel tão importante. Pois, no dizer de Thomas Mann, “para uma pessoa não muito concentrada, era difícil distinguir o ‘agora’ de hoje do de ontem, de anteontem, de três dias atrás; o presente já se mostrava inclinado e capaz de se confundir com aquele presente que existira havia um mês ou um ano, e de unir-se com ele para formar o ‘sempre’”.

Fúlvio Abramo

por *Eugênio Bucci*

Teoria&Debate nº 1, 4º trimestre de 1987

A entrevista de Fúlvio Abramo, concedida a Eugênio Bucci em novembro de 1987, inaugurou a seção Memória de *Teoria&Debate*. Fúlvio nasceu em 20 de abril de 1909, na cidade de São Paulo. Na época da entrevista, Fúlvio tinha 78 anos de idade e 60 de combate socialista. Militante do Partido dos Trabalhadores, foi fundador e presidente do Centro de Documentação Mário Pedrosa (CEMAP) desde 1981. Em 1988, publicou o livro *Na contracorrente da história*, em colaboração com o historiador Dainis Karepovs, com os documentos mais importantes da primeira organização trotskista brasileira, da década de 1930, que até então estavam desaparecidos. Fúlvio Abramo trouxe para dentro do PT uma vida inteira de luta, tradição em sua família. O seu avô materno, Bortolo Scarmagnan, anarquista ativo, fez discursos em praça pública quando da greve de 1917, em São Paulo. O seu sogro, o comunista Rudolf Josip Lauff, combateu no Exército Vermelho, acompanhando o trem comandado por Leon Trotski. Fúlvio Abramo morreu em 3 de maio de 1993. Pouco depois morreria sua companheira, Anna Steffania Lauff.

Rememória

Comecemos pelo ano de 1917. Greve Geral no Brasil, vitória da Revolução Bolchevique na Rússia; você, aos 8 anos de idade, entre duas influências: o humanismo de seu pai, Vincenzo, e o anarquismo inflamado de seu avô, Bortolo.

FÚLVIO ABRAMO — Antes eu faço questão de frisar que não falo de minha pessoa, da minha participação pessoal. O que quero focalizar é, por meio dessa minha participação, por modesta que ela tenha sido, as fases da história recente do nosso país e do nosso movimento de esquerda. A influência da educação elitista que meu pai deu a mim e meus irmãos começava pela grande biblioteca que ele sempre colocou à nossa disposição. Desde criança nós tínhamos de aprender a falar e escrever em italiano, francês e português, como se fossem nossas línguas próprias. Além disso, no Colégio Dante Alighieri, aprendíamos muito bem literatura universal, história etc. A *Divina Comédia*, por exemplo, nós passamos três anos lendo, comentando e estudando. Sem falar nos clássicos latinos e gregos. À parte esta educação clássica e aparentemente conservadora, recebíamos o influxo da participação do meu avô, que era forte dentro da família. Não apenas na minha família, mas também na família da outra filha do meu avô Bortolo, a Iginia, que era casada com um socialista italiano chamado Ettore Tommasini. Estavam sempre conosco, com seus filhos: Alfio, um moço muito inteligente, que se dedicou precocemente à luta sindical, e o Arnaldo, mais novo. Meu avô, ajudado por seu filho Olindo, era confeitoiro. Uma vez ele juntou muito dinheiro (e não achava certo um anarquista ter dinheiro). Então visitou os parentes na Itália, e quando voltou não tinha mais nenhum tostão. Como ele tinha seu próprio negócio, não era sindicalizado, mas era um anarquista superativo, que fazia discursos em praça pública. O último desses discursos que eu vi foi na praça da Sé, acho que em 1926. Ele falou por quase uma hora, naquela mistura de italiano, *venetto* e português, que realmente mantinha a massa empolgada. Era uma manifestação conduzida pelas centrais sindicais.

E a greve, Fúlvio?

A greve de 1917 alterou totalmente o nosso ritmo de vida. Parecia uma revolução dentro da nossa rotina. A gente morava no Ipiranga, pertinho do centro das grandes greves das indústrias têxteis dos Jaffé, e das indústrias de móveis. A gente assistiu a diferença entre os dias comuns e os dias de greve. Nós sofremos o bloqueio da cidade, quando o comitê de greve tomou conta da cidade inteira e organizou a distribuição de alimentos para a população. Para nós esses alimentos não chegavam. Passamos quase 20 dias comendo somente pombas (nós tínhamos uma grande criação de pombas) e polenta [risos]. Eu me lembro muito bem. Havia falta de tudo, até de bondes. Os bondes não circulavam no Ipiranga e muitas vezes passavam colunas de operários organizados pela avenida Independência, onde a gente morava. De repente os bondes voltaram e eu ouvi dizer,

já naquele tempo, que os estudantes de direito do largo de São Francisco tinham tomado a direção dos bondes.

Os estudantes foram lá furar uma greve que não era deles?

Pois é. Anos mais tarde eu vi uma piada que foi publicada no jornal *A Platéia*, de influência anarquista, e que depois passou a ser de influência comunista. Foi uma piada imortal. Dizia que havia uma greve em perspectiva e que os estudantes de direito tinham bravamente se voluntariado a substituir os grevistas. *A Platéia* dizia então que dentro em breve seria declarada a greve das prostitutas e que a Faculdade de Direito já tinha se proposto a substituí-las.

Voltando ao seu avô. Ele foi responsável por suas primeiras leituras anarquistas?

Mas é claro. Eu passava boa parte de minhas férias na casa de meu avô, que fazia com que eu lesse pra ele, em voz alta, os velhos anarquistas, como Kropotkin e Bakunin. Eu tinha 10, 11 anos. Era uma forma muito inteligente de ele fazer a gente se interessar pelo assunto. Como já líamos muito bem o italiano... porque em português não havia nada.

E quando você partiu para os primeiros agrupamentos?

Foi no que eu chamo de segunda fase de minha formação política, a partir de 1924, com a tentativa de golpe da Coluna Prestes. Nessa época, eu já começo a discutir política com meu primo Arnaldo e o meu irmão mais velho, Athos. Athos era poeta e crítico de teatro. Desde criança, eu e minha irmã Lélia participávamos de um grupinho de teatro do Athos. E foi, aliás, nesse teatrinho, que se chamava Apolo, lá no Ipiranga, que minha irmã começou sua carreira de atriz. Bem, mas eu já discutia política com eles, mas naquela ocasião eu não aderi porque tinha certos problemas, coisas que para eles estavam resolvidas e para mim não estavam. De forma que não entrei no grupinho que eles formavam, Athos, Arnaldo, Alfio e minha prima Átea, que era uma das mulheres mais bonitas do mundo. Casou-se com meu irmão Athos. São os pais do Perseu. Pelo nome dela, Átea quer dizer atéia, você já vê. Só mesmo anarquistas para dar um nome desses.

Esse grupo já era marxista?

Não. Mas já se interessava pela Revolução Russa. Mas no Brasil a Revolução Russa teve uma repercussão muito torcida, porque ela não chegava aos militantes de base, diretamente. Ela era apenas acessível pelo que se publicava em espanhol ou então em italiano. Ficou acessível então só para uma pequena elite que sabia ler nestas línguas. Por isso, inclusive, a formação do Partido Comunista no Brasil foi tão prejudicada. Tão prejudicada que os anarquistas pensavam

Rememória

que a revolução era uma revolução anarquista. Tanto que formaram o primeiro partido comunista, formado pelo Leuenroth, e que depois não foi reconhecido pela Internacional. Tão mal informados eles estavam. Agora: nós não estávamos desinformados.

Mas esse grupo do Athos não tinha relações com o PC reconhecido, o que foi fundado em 1922?

Tinha, sim senhor, o Alfio era do PC. Eu é que não queria aderir porque tinha certas discordâncias.

Explique melhor essas discordâncias.

Toda a coisa chegava para nós de uma forma muito esquemática. Naquele tempo não havia análises que chegassem aqui sobre o movimento. Tinha o livro do John Reed, *Os dez dias que abalaram o mundo*. Foi uma forma fantástica de comunicação da Revolução com o resto do mundo, mas através do entusiasmo e do sentimento. Circulou entre nós em italiano. Mas eu sempre resisti a aderir por causa da concepção errada da forma que se poderia dar à revolução mundial, e também por causa da burocracia. Isso foi até 1928, quando eu, de uma vez por todas, me defini como contestador da linha do Partido Comunista, antes mesmo de conhecer Lívio Xavier e Mário Pedrosa, e antes mesmo de eles romperem com o PC e começarem a sua luta contra a direção. Embora, é verdade, as discussões que eles colocavam viessem desde 1926. Heitor Ferreira Lima já me disse (e isso vou confirmar com ele numa pesquisa que faremos na revista do PC entre 1924 e 1926) que aqueles problemas levantados pelos documentos trotskistas da década de 1930, publicados no livro *Na contracorrente da história*, em parte, já eram preocupações publicadas na revista do PC naquele período.

Seus primos e irmãos eram simpatizantes do PC e só você de fora?

Sim, mas logo eu comecei a influir sobre o Arnaldo, que é da mesma idade que eu. Além disso, o Athos começou a ter problemas com o pessoal do Partido, porque ele era muito inteligente, muito lido, muito informado e não podia aceitar aquelas generalizações primárias do PCB. Nós tínhamos uma cultura muito maior, este é o problema. Ainda que não tivéssemos experiência de luta nenhuma. Pombas, a gente já tinha lido a *Ética* de Espinosa, já tínhamos aprendido de cor o primeiro canto da *Odisséia*, o primeiro canto da *Ilíada*, em italiano [Fúlvio começa a declamar]. Como é que eu podia aceitar aquele livro do Brandão, o chefe do PC, aquele livro que serviu de base para toda a linha do PC até 1930*? Entretanto, nunca se pode esquecer, a presença do Partido Comunista não crescia por causa da atividade dos seus dirigentes. Os seus dirigentes, ao contrário,

* Referência ao livro *Agrarismo e industrialismo*, de Octávio Brandão.

sempre conseguem impedir esse crescimento. A influência, a criação e a formação do PC se devem, antes, à repercussão e à influência da Revolução Russa. A publicidade que a burguesia fazia contra a Revolução encontrava repulsa entre os operários que ainda traziam em grande parte a educação anarquista. A massa operária, até antes da industrialização e de Getúlio Vargas, era, em média, mais esclarecida que a massa atual, do ponto vista da consciência política. De um modo ou de outro, os anarquistas educaram a massa operária daquele tempo. Educaram e deseducaram de outro lado. Mas eles ensinaram os operários a analisar as atitudes da burguesia. Assim, a propaganda contrária que a burguesia fazia da Revolução gerava o efeito inverso, que desembocava na adesão ao Partido Comunista.

Até 1930, você então contesta sistematicamente o PC. Como foi que isso se desenvolveu?

A Revolução de 30 vai me encontrar num grupo que havia começado comigo, com Aziz Simão, minha irmã Lélia e meu primo Arnaldo, praticamente em 1928, e entramos no Partido Socialista, com mais outras pessoas.

Você já conhecia Trotski?

Só muito ligeiramente. Eu conhecia mais a crítica de autores que eram partidários de Trotski, como o iugoslavo Ciliga (que se opôs a Stalin bem antes de Trotski) e o italiano Bordiga. Em 1929 eu me emprego no *Diário*, e passo a ter um trabalho político lá dentro. O dono do jornal, Assis Chateaubriand, era um homem ultra-reacionário, queria ser o líder da reação, mas quase todos que trabalhavam lá dentro eram comunistas ou socialistas. E ele gostou de mim. Eu fiz algumas reportagens que ele gostou e então ele ordenou que eu fosse imediatamente promovido a chefe de reportagem. Mesmo assim, nossa principal luta lá dentro era contra ele, o patrão. Lutávamos por salários e contra as horas extras que eram demais.

Que tal o Assis Chateaubriand?

Era um homem inteligente. E nós fizemos do jornal dele o maior jornal daquele tempo. Éramos eu, o Geraldo Ferraz, Miguel Macedo, tudo de esquerda ele reuniu lá. Depois vieram o Lívio Xavier, os meus irmãos Athos e Lívio Abramo, que fez mais de mil charges, todo mundo. Ele dizia que, no Brasil, burguês era burro, dizia isso todo dia. Dizia que a revolução burguesa não tinha sido feita, que ele ficava chuchando os capitalistas idiotas a aprenderem capitalismo, mas eles não aprendiam, e que, assim, o pessoal de esquerda era mais inteligente.

Vocês conseguiram vitórias contra ele?

Algumas. Principalmente nas oficinas, com os gráficos. Naquele tempo a UTG (União dos Trabalhadores Gráficos) reunia gráficos e jornalistas num só sindicato. Foi essa união que fez a grande força do movimento trotskista no Brasil.

Rememória

Quando é que você conhece Lívio Xavier e Mário Pedrosa e quando é que você se define trotskista de uma vez?

O Lívio Xavier e o Mário eu conheci na redação do *Diário*.

E eles logo começam a conchavá-lo?

Não, quem me conchavou foi o Aristides Lobo, que era um colaborador na redação. Um dia, eu expliquei a ele qual era a situação do meu grupo, discutimos e ele me propôs: “Vamos formar já, entre na Liga já!”

A Liga era a Liga Comunista Internacionalista, a LCI. E aí vocês saíram do PS, no qual seu grupo original estava organizado?

Não. A Liga nos autorizou a fazer *entrismo* no PS. Constituímos o GB I (Grupo de Base I), da Liga, militando dentro do PS, no qual defendíamos abertamente as posições do trotskismo, com a autorização do próprio PS. Na verdade não havia razões para sair. Era um partido que tinha por princípio tentar a união das esquerdas. Era este o ideal do Francisco Geraldo e de Zoroastro Gouveia. O Francisco Geraldo era um tenente da Coluna Prestes que havia rompido com as orientações do PCB. Reuniam-se lá dentro grupos de várias inspirações, desde prestistas até socialistas de direita.

Quantos Grupos de Base havia e quantos militantes formavam o GB I?

O GB que eu centralizava tinha 12 ou 13 militantes. Todos importantes, que estavam fixados em três sindicatos importantes: a UTG, o Sindicato dos Comerciantes e o Sindicato dos Metalúrgicos, com Mário Corleone, de São Caetano. Certa vez fui ajudá-lo numa greve, lá. Foi um episódio engraçado. Eu era mais ou menos diferente dos operários, usava gravata, meio pequeno-burguês e tal. Uma velha espanhola chegou na minha frente e começou a xingar “hijo de una puta...”, me acusando de policial. Depois eu soube que o filho dela tinha sido preso na greve. Tive de gritar, mostrar panfletos, berrar para convencer a massa que eu não era da polícia. Quase fui linchado, e tive de sair rápido de lá. Mas, voltando, havia mais quatro grupos de base, totalizando, mais ou menos, 50 militantes. O único grupo que fazia *entrismo* era o nosso.

Quando é que vocês entram para a Liga Comunista Internacionalista?

Em 1930, começo de 1931.

E 1934, na batalha campal da praça da Sé, quando vocês, na direção da Frente Única Antifascista (FUA), colocaram 6.000 integralistas pra correr? Sei que o episódio está detalhadamente narrado na publicação comemorativa do cinquentenário da FUA, editada em 1984 pelo CEMAP (Centro de Documentação Mário Pedrosa), mas você poderia resumi-lo em poucas palavras? Como se formou a FUA?

Em 1934, eu tinha brigado com o patrão nos Diários Associados, saí do jornal e fui trabalhar no comércio, numa empresa de transportes. Eu era então o secretário do GB I, perante a Liga, secretário do mesmo grupo perante a direção do PS, e freqüentava muito o Sindicato dos Comerciários, e não era mais da UTG. Lélia era do mesmo Sindicato, além de dois dirigentes do Partido Comunista em São Paulo, o Noé Gertel e o Pedroso D'Horta, da juventude comunista. Quando lançamos a proposta de Frente Única contra o fascismo, primeiro ganhamos a UTG, porque a direção era trotskista. Mário Pedrosa, Aristides Lobo e Lívio Xavier militavam lá. Eu e a Lélia conseguimos no nosso sindicato compor um grupo minoritário mas muito mais ativo do que o do PCB, que era contra a Frente Única, porque mantinha sua política de aliança com a pequena burguesia. Foram discussões terríveis, mas devo dizer que eu me portei bem, porque ganhei aquela luta contra eles. Foi então que conseguimos reunir cerca de 30 organizações sindicais para a formação da Frente Única.

Qual foi a tática de vocês para dobrar o Sindicato dos Comerciários?

Bem, primeiro nós fizemos na UTG uma reunião menor que conseguiu aglutinar em torno da proposta os socialistas, os trotskistas, alguns grupos e personalidades italianas e duas entidades não-sindicais do Brasil. Foi depois disso que, numa reunião nos Comerciários, eu consegui dobrar os comunistas e o presidente do Sindicato (que era um oportunista chamado Américo Paulo Sesti) e convocar a reunião da Frente Única. Foi a partir disso que ela passou a existir. Isso tudo foi em 1933. Eu me tornei o presidente da Frente Única e também de um organismo maior, a Coligação das Organizações Proletárias Antiintegralistas, em nome da qual nós passamos a convocar manifestações públicas contra os fascistas, como a comemoração do 1º de maio de 1934. Creio que foi esta a fase mais importante de minha vida política.

Vamos agora para a tarde de domingo de 7 de outubro de 1934, na batalha campal da praça da Sé, onde estava programada uma manifestação que reunia 6.000 integralistas armados. A Frente Única vai até lá e dissolve a manifestação na base do enfrentamento físico e do tiroteio. Quantas pessoas estiveram lá aquela tarde, e quantas morreram?

Só os integralistas eram 6.000. Armados. Mais os simpatizantes deles, e nós. Eu acho que tinha, no mínimo, umas 30 mil pessoas. Morreram pelo menos seis guardas civis e um militante da juventude comunista, Décio Pinto de Oliveira. Mário Pedrosa foi ferido.

Então o PC aderiu?

Só na véspera. Na última noite, na noite do dia 6, quando não havia como não aderir, por causa da pressão dos militantes de São Paulo, principalmente da

Rememória

juventude comunista. Décio Pinto de Oliveira, que morreu com um tiro na nuca, foi um dos que pressionaram pela adesão da direção do PCB. E Aristides Lobo, da direção da Liga, deixou de aderir e ainda nos denunciou a todos como aventureiros. Depois ele foi expulso, claro.

Vocês foram armados para a praça da Sé?

Não. Não fomos armados. Quem levou as armas para nós foi a minha mulher, Ana, que era operária em uma fábrica de fósforos.

Logo depois disso você foi preso pela primeira vez, não é?

É. O Mário estava ferido e eu fui visitá-lo na Santa Casa. Lá fui preso. Fui para o presídio Paraíso. Fiquei apenas 22 dias, mas tive uma infecção seríssima no dente, que chegou a espalhar-se pelo peito. Fiquei num porão infecto junto com dois militantes do Partido Comunista, que se negaram a falar comigo. Eles podiam falar com os familiares, mas eu estava incomunicável. Só saí de lá porque meu pai conseguiu falar com um deputado estadual, que chegou lá no Paraíso aos gritos e me tirou de lá. Era ninguém menos que Adhemar de Barros. Meu pai sabia que eu estava doente pelo carcereiro e foi aí que o aconselharam a procurar um deputado médico. Adhemar de Barros, veja só.

Mas a sua prisão de um ano e meio foi em 1935, certo?

Foi. Logo que eu saí, em 1934, pelas mãos do Adhemar, estava doente, mas a polícia já estava atrás de mim. Aí meu pai achou prudente me esconder, e acabei hospedado na casa de meu tio Olindo, que morava na Penha. Eu estava pronto para ir para o exílio quando fui pego. Saí um ano e meio depois, naquela manobra de Getúlio Vargas de abrir a campanha para a presidência da República, para a qual Armando Salles Oliveira, que era o então presidente do estado de São Paulo, candidatou-se. Eu não acreditava naquela eleição e nem na manobra do Getúlio, e tratei de exilar-me.

Alguém dentro da Liga achava que a abertura política e as eleições diretas de Getúlio seriam pra valer?

Hylcar Leite. Ele acreditava. Tanto que ele pediu que eu passasse para ele os documentos da Liga que eu guardava comigo. Eu entreguei os documentos a ele, mas acontece que ele foi preso antes de mim, e todos aqueles documentos foram parar na polícia federal. Só muito recentemente é que o CEMAP conseguiu recopiá-los.

Há algumas lendas em torno da sua saída para a Bolívia, como a de que você teria caminhado 400 quilômetros a pé em território boliviano. Isso confere?

Eu conto. Saímos a pé de São Paulo, às cinco horas da manhã, para pegar um

táxi em Juqueri, disfarçados de camponeses, eu, o Mário e a Inês Besouchet e Fernando Bertollotti. Tudo isso para escapar da polícia. Acontece que em Juqueri, quando eu estava no estribo do táxi, me aparece um agente e pergunta para onde estávamos indo. Toda aquela caminhada para fugir foi em vão. Ele se virou pra mim e perguntou: “Você aí, qual é o seu nome?” Eu não tinha documento e a única coisa que eu tinha no bolso era uma nota de 500 cruzeiros, que vinha com a efígie do barão do Rio Branco. Então eu respondi: “Eu sou o barão do Rio Branco”, e passei a nota pra ele. Ele olhou a nota e disse: “Confere, pode ir!” Fiquei sem nenhum tostão. Em Corumbá, para conseguir entrar na Bolívia, precisamos subornar um cônsul. Era o senhor Ernesto Monasterios, que depois foi senador, que cobrou todo o dinheiro que tinha o Marino, 400 réis, para nos deixar entrar na Bolívia. Em Corumbá, o que nos salvou foi ter encontrado Miguel Costa Júnior, que está aí até hoje. Ele era da juventude comunista, em São Paulo, e estava escondido em Corumbá, como professor. Ele fez uma coleta e arranjou dinheiro para nos pagar uma viagem de avião até Roboré. Nós tínhamos o visto de entrada, mas o nosso dinheiro tinha ficado com o cônsul. Naqueles dias de 1937, o Getúlio tinha acabado de dar o golpe do Estado Novo. Saímos de Corumbá e chegamos a Roboré, na Bolívia, num Junker, um caça da Primeira Guerra Mundial. Foi em Roboré que começou a história dos 400 quilômetros a pé. Lá ficamos uns oito dias e a prefeitura, que tinha ordens para receber os exilados brasileiros, nos deu um carro de boi, muito pequeno, dois bois, arroz, carne seca, sal, laços, fuzil de caça, um fuzil 42 fabuloso, máuser, facas, munição, quatro redes de dormir, e mais alguma coisa, como fósforo, essas coisas. Foi aí que eu fui a pé, de Roboré até Santa Cruz, 400 quilômetros. Era preciso que alguém fosse guiando os bois, à frente do carro. O Marino não podia porque era tuberculoso, tinha de viajar deitado. A Inês era doente, também tinha alergias terríveis. O Fernando Bertollotti estava com uma luxação no pé, não podia andar. Ele ia sentado, atrás, com os pés para fora, porque no carro não cabiam mais do que duas pessoas deitadas. Era janeiro de 1938. E eu fui a pé, andando 400 quilômetros por 25 dias, até chegar em Santa Cruz.

E qual foi a sua atividade na Bolívia?

Logo arranjei um emprego de cobrador de impostos, tornei-me conhecido em Santa Cruz e conheci a situação do campo. Aí eu propus para o senador da República (o nome dele era Salomon) que encontrei em Santa Cruz a construção de uma escola de agronomia. Ele me disse pra fazer o projeto dessa escola, e eu tive a audácia de aceitar a missão. Nesta que veio a se chamar Escola de Agricultura e Veterinária de Santa Cruz de la Sierra, eu dei aula de botânica e mais tarde fui diretor, até ser expulso da Bolívia em 1946. É que, durante os quase dez anos em que estive lá, eu procurei me ligar a grupos de esquerda. O que eu mais

Rememória

fazia era dar aula aos militantes, aulas de marxismo para formação política. Tive por aluno em 1941, num curso de 12 aulas, um militante que seria presidente da República um pouco mais tarde, o Siles Suazo. Naturalmente, na presidência da República, ele não aplicou muito o que aprendeu.

Fúlvio, uma pergunta que incomoda a curiosidade de muita gente. Por que, na sua volta para o Brasil em 1946, você não se ligou às organizações trotskistas?

Eu não podia mais entrar na Liga porque o “seu” Hermínio Sachetta não queria. Ele era da direção estadual do PC em 1934 e havia aderido ao trotskismo. O problema é que eu achava que o trotskismo tinha de fazer política de frente única, tínhamos de ampliar, e não fazer política de caranguejo, de se fechar em si mesmo. Ele chegou a proibir os militantes de falar comigo. Naquele tempo eu chamei o Sachetta de stalinista às avessas. Aí, Paulo Emilio Salles Gomes me convidou para entrar no Partido Socialista que eles estavam formando. Mário Pedrosa já não estava mais na organização, ele havia rompido. Ajudei a fundar o Partido Socialista e formei, lá dentro, ao lado de outros companheiros, um grupo de combate às posições oportunistas da direção nacional.

Antes de generalizar. Você poderia apontar um momento que tenha sido marcado por uma posição importante que o PS assumiu em função do seu combate como militante dentro da estrutura partidária?

Bem, uma coisa que a gente conseguiu e que foi um grande erro foi o apoio à candidatura de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo. Depois eu fui participar do governo por ordem do Partido Socialista como chefe de gabinete de Alípio Correia Neto, que era o secretário socialista na prefeitura. Foi depois que eu me tornei diretor do Abastecimento. Fiquei um ano como chefe de gabinete e um ano na direção do Abastecimento. Uma semana depois de eu ocupar o cargo de diretor, fiz um levantamento e notei que havia uma firma que tinha ganho uma concorrência (que não houve, fajuta) para construir um novo mercado municipal. O mercado velho seria transformado em garagem da Companhia de Transportes Rodoviários, que era de propriedade do governador Adhemar de Barros. Era uma manobra para favorecer os interesses do Adhemar, um arquiinimigo de Jânio Quadros naquela época, e também de toda a esquerda. Eu me opus e, depois de muita barulheira, consegui impedir o projeto.

O Adhemar sabia que era você o mesmo jovem que ele havia tirado do porão da prisão do Paraíso em 1934?

Não. Isso ele foi saber muito tempo depois. Foi quando ele tinha começado a conspirar contra o golpe de 1964. Eu estava na revista *Manchete*, ele me chamou para dar uma entrevista.

Você já não estava no PS?

Com o golpe de 1964 eu, Gikovate e outros companheiros que combatíamos a direção nacional estávamos perto de derrubá-la. Ou melhor: nós já estávamos a ponto de assumir a direção, quando o advento do golpe e do regime militar terminou por fechar o partido. Mas o Adhemar me deu aquela entrevista que saiu publicada na *Manchete* e, paralelamente, me adiantou algumas coisas dos planos deles. É claro que o ex-governador sabia muito bem quem eu era, embora ainda não soubesse que era eu que estava naquele porão em 1934. Ele começou me dizendo assim: “Você tem um amigo no Rio de Janeiro...” E eu respondi: “Eu sei, o senhor sabe tudo. O senhor está falando de Bayard Boiteux...” E o Adhemar emendou: “E ele tem dois irmãos almirantes.” De fato, Boiteux era meu companheiro no PS, trotskista, e que depois dirigiu a guerrilha de Caparaó. Os dois almirantes, irmãos dele, eram inimigos de 1964 desde o primeiro minuto e Adhemar sabia disso também. Meses depois ele me chamou de novo, em 1966. Pediu que eu fosse sozinho. Eu me reuni com ele lá na avenida São Luís, na casa da amante dele. Ali ele me expôs os seus planos claramente. Disse que 1964 tinha implantado uma ditadura que só acabaria quando a gente desse um outro golpe. Disse que era preciso organizar a derrubada do regime militar e me perguntou com que forças eu poderia contar. Eu respondi que não tinha forças, mas tinha possibilidade de contatar outras forças poderosas. “Posso contatar os comunistas e os socialistas com facilidade”, eu acrescentei. Ele disse: “Eu sei, o senhor tem contatos. A minha polícia funcionava no meu tempo.” Foi aí que eu contei que era eu que ele tinha tirado da cadeia em 1934 e ele se surpreendeu, pôs a mão na cabeça e se lembrou do caso, satisfeito. “Puxa vida, então era você!”

E os planos golpistas do Adhemar prosseguiram?

Sim, ele marcou uma segunda reunião e pediu pra que eu levasse o Bayard. Eu o chamei e ele trouxe os seus dois irmãos almirantes. Nós nos reunimos na outra casa do Adhemar, na própria avenida São Luís. Aí ele achou que o nosso plano não combinava com o dele. Nós queríamos democracia, liberdade sindical, ele achou que era ir muito adiante e...

... tirou o time.

É. A gente contribuiu para que o Adhemar desistisse de jogar o país numa nova aventura. “Mas o que vocês estão querendo é uma revolução social!”, ele disse no fim da reunião. “Exatamente”, nós confirmamos.

E depois... Caparaó, a luta armada. E a luta armada, Fúlvio, que teve participação até de militantes do PS? Você considerou uma forma acertada de luta política?

Rememória

Muitos militantes do PS participaram, mas eu não apoiei. Eu sabia que não ia dar certo. A gente faz muita coisa que não dá certo. Não dá certo mas faz. Porque sabe que alguma coisa fica. Ficam pelo menos as cinzas que você pode aproveitar como adubo para o futuro. Mas daquilo não poderia ficar nada. Se tivesse sido maior a participação, teria sido muito maior o massacre. O povo tinha aceito sem luta o golpe de 1964, sem nenhuma luta! O povo estava completamente desarmado! Eu estava aqui, tinha contato com muitos deles, e discordava. Mas eu já era considerado carta fora do baralho. Depois de tudo isso, eu desacreditei completamente das organizações, inclusive das organizações trotskistas.

Você se afastou...

Eu me afastei. Na realidade, foi uma época muito fecunda para mim. Eu organizei mais de 15 grupos independentes de militantes de base nas favelas da região de Santo Amaro.

Você ia pra lá sozinho, num trabalho individual, espontaneamente...

Espontaneamente. Por uma questão de identidade, de ser o que eu sou. Eu fiquei algum tempo parado e me pareceu excessivamente... Vamos dizer, até pecaminoso. Então comecei a tomar contato com grupos de base. No primeiro grupo encontrei um velho companheiro metalúrgico, e com ele organizei aquele grupo numa região chamada Vila Joanisa. Durante esses anos da década de 1970 eu fazia isso e tinha contatos espaçados com Mário Pedrosa, que vinha e ficava hospedado aqui ao lado de casa, na residência de meu irmão Cláudio. Mário também não sabia o que fazer, e tinha também uma necessidade compulsiva de fazer política. Num desses encontros, impressionado com a onda de greves do ABC e vendo que tinha surgido um líder de massas, o Mário resolveu escrever uma carta, na casa do Cláudio, endereçada ao Lula e chamou a mim e ao Plínio Mello para aprovarmos a carta, na qual ele propunha a fundação do partido. O Cláudio publicou a carta na *Folha de S. Paulo*, em 1977. Depois disso, quando nasceu o Partido dos Trabalhadores, eu resolvi suspender toda a minha atividade individual.

E você parte, então, para o trabalho de memória do movimento operário, com a fundação do CEMAP em 1981.

Certo, eu fiz o CEMAP agora, mas antes eu tinha feito, no fim do PSB, a Fundação João Mangabeira, logo após a morte dele, para resistir ao que eu sabia que ia acontecer: a destruição de toda a documentação do movimento operário. Primeiro, todos os livros e documentos ficaram no sítio de Alípio Correia Neto. Mas em 1969 ele se desligou do socialismo e todo o acervo ficou aos cuidados de Edgar Leuenroth, que morreu. O filho de Leuenroth vendeu o material para a Unicamp. Então aquilo que entrou em Campinas levou junto o nosso arquivo,

que pertence à Fundação João Mangabeira, que ainda existe. Então foi em duas ocasiões que eu me dediquei à memória do movimento operário. Na criação da Fundação João Mangabeira e agora, na presidência do Centro Mário Pedrosa. Acho, sinceramente, que o melhor da minha contribuição à luta dos trabalhadores, hoje, está neste tipo de trabalho. Não me sinto à vontade, não consigo militar muito com os novos militantes. A ética, o senso de disciplina e responsabilidade são diferentes dos meus. Achei então que a melhor coisa a fazer era trabalhar para recuperar a memória do movimento operário. Especialmente o movimento operário que não é o movimento oficial, ou seja, aquele que o Partido Comunista elegeu como sendo o único e verdadeiro.

Fúlvio Esclarece

(Carta de Fúlvio Abramo publicada em *Teoria&Debate*, nº 2, 1º trimestre de 1988.)

Prezados companheiros e colegas:

Antes de mais nada, recebam os agradecimentos pelo destaque e espaço que me concederam no primeiro número da revista *Teoria&Debate*, na seção Memória. Recebi a manifestação de apreço como reconhecimento, não da significação de minha trajetória pessoal, mas dos acontecimentos ocorridos nestes longos anos de dedicação à luta pelo socialismo. E da experiência que pode servir de reflexão para as novas gerações de trabalhadores revolucionários.

Sinto-me, entretanto, obrigado a fazer algumas observações sobre duas passagens da entrevista, nas quais meu relato, muito menos do que por falhas do repórter [*sic*], não está retratado com exatidão, devido porventura ao meu hábito de fazer referências indiretas a episódios de que o entrevistador não foi testemunha, sem explicitar minúcias que os esclarecessem.

O primeiro refere-se a Hermínio Sacchetta e à razão de eu não ter aderido à organização criada por ele, como continuação da Liga Comunista Internacionalista. Na entrevista, o tratamento de “seu”, um modismo paulista para senhor, que é pronunciado sem malícias, foi aspeado, o que lhe deu uma conotação algo depreciativa, o que absolutamente jamais foi o tipo de tratamento que mantive com Sacchetta. Também a caracterização de “stalinista às avessas” era por mim empregada, e somente em sua presença, de modo jocoso, pretendendo com ela ironizar a rigidez com que Sacchetta se prendia a problemas de tática, que me pareciam, errada ou certamente, de menor significação. Foi em nome dessa rigidez que Sacchetta não me convidou para participar da organização não-legal de

que era o líder: eu defendia que os trotskistas deviam fazer *entrismo* no partido legal que então se encontrava em fase de gestação: o futuro Partido Socialista Brasileiro.

Tal como aparece na reportagem — e insisto em afirmar que talvez por falta de haver esclarecido a situação agora exposta — tem-se a impressão de que, além do problema político, existia incompatibilidade pessoal entre nós. Longe disso, minhas relações com Sacchetta foram sempre de respeito mútuo e de simpatia pessoal, que surgiu desde o tempo em que Sacchetta era o principal dirigente do Partido Comunista em São Paulo. E não era para menos: ele conseguiu dobrar a resistência da direção nacional do Partido Comunista contra a integração na Frente Única Antifacista, organismo de unidade de classe que congregou dezenas de entidades sindicais e políticas na luta contra o integralismo, então ameaçador e poderoso. Vencendo a tenaz oposição dos dirigentes nacionais do PC, Hermínio Sacchetta, apoiado pela quase totalidade da Juventude Comunista, associou-se na prática à FUA e levou os comunistas à praça da Sé, no histórico dia 7 de outubro de 1934. Esse gesto foi talvez o único, em todo o mundo, em que um dirigente do PC tenha conseguido contrariar a política de aliança de classes defendida pela Internacional Comunista e consubstanciada pela formação da Aliança Nacional Libertadora, expressão acabada da entrega dos destinos do proletariado à direção da pequena e da grande burguesias “nacionais”.

Daquele episódio surgiu minha admiração por ele e não me surpreendi, mais tarde, quando ele se converteu ao trotskismo. Embora não militando no movimento de que foi líder, eu cultivei ótimas relações de amizade com ele até seus últimos dias, quando o visitei, no hospital em que estava recolhido, até fora do horário de visitas.

A segunda observação refere-se a Hylcar Leite. Tal como está (e volto a repetir, talvez mais por defeito de exposição do que de audição), transmite-se a impressão de que ele foi preso porque confiava demais na consolidação do período de normalidade, supostamente criado pelo pérfido ditador Getúlio Vargas. Não foi isso que pretendi afirmar e sim que, durante o breve período de anistia, com o levantamento de certas defesas mais rigorosas que nos impúnhamos, aumentaram os riscos de nos expormos à perseguição policial. Hylcar Leite foi preso como milhares de outros brasileiros o foram, na época, devido à nunca desmentida selvageria das classes dominantes e seus instrumentos, o governo, o exército, a polícia e, também, ao quase absoluto isolamento em que ficou, após o desmantelamento da Liga Comunista Internacionalista, o encarceramento e exílio de quase todos os seus membros. Sem nenhuma estrutura de apoio, Hylcar Leite não teve como defender-se a tempo. Preso quando estava providenciando a guarda, em lugar mais seguro, da documentação de nosso grupo, sofreu intermináveis horas, dias e semanas de interrogatórios massacrantes. Seu com-

portamento durante todo esse período e o sucessivo de prisão, em Fernando de Noronha, foi um exemplo raro de inteligência e resistência heróica.

A família de Hermínio Sacchetta, sua esposa Céres, seu filho Vladimir e os demais, sua própria memória e o fraternal amigo Hylcar Leite bem merecem essa reparação, que umas palavras talvez mal expressas e mal interpretadas podem ter apresentado de modo desmerecido.

Saudações fraternais.

Fúlvio Abramo

São Paulo — SP

Antonio Candido

por *Eder Sader*
e *Eugênio Bucci*

Teoria&Debate nº 2, 1º trimestre de 1988

Antonio Candido de Mello e Souza nasceu em 24 de julho de 1918, no Rio de Janeiro. Quando tinha oito meses, mudou-se com a família para Cássia (MG) que considera sua terra. Pai de três filhas e avô sete vezes, Antonio Candido foi durante 36 anos docente na USP. Autor de obras no campo da sociologia e da crítica literária, como *Os parceiros do Rio Bonito*, *Formação da literatura brasileira* e o mais recente *O discurso e a cidade*, ele se considera “um mau político: apenas segui os meus amigos”. Sua vocação, sobretudo intelectual, talvez explique sua pouca paciência com as reuniões partidárias, que não obstante frequentou sempre com assiduidade quando havia compromisso, seja as do Partido Socialista Brasileiro, do qual foi dirigente nos anos 40, seja, no fim da carreira, as do Diretório petista do Jardim Paulista. Mas o fato é que, desde a adolescência em Poços de Caldas (MG), no limiar da década de 1930, ele é um socialista. A sua paixão pelas letras nunca significou descaso pela “questão social”. O “mau político” Antonio Candido sempre soube, por assim dizer, seguir os amigos certos, nos momentos certos. Com discrição e elegância, como são discretas e elegantes as palavras que deixou neste depoimento histórico, concedido a Eugênio Bucci e Eder Sader, em 1988.

Rememória

Os seus primeiros contatos com as idéias socialistas e anarquistas aconteceram em Poços de Caldas, onde você conheceu, entre outros, a socialista italiana Teresa Maria Carini Rocchi, mais tarde biografada no seu livro Teresina etc., de 1980. Como foi esse período?

ANTONIO CANDIDO — Dona Teresina Rocchi era uma mulher extraordinária. Morava perto de nós e era a maior amiga de minha mãe. Era bem pobre, vivia de ensinar tricô, italiano e francês, mas quem batesse na porta e pedisse dinheiro sempre recebia alguma coisa, mesmo que ela ficasse sem um tostão. Nunca vi desprendimento mais completo nem menor senso de propriedade. Foi militante aqui em São Paulo no começo do século, era socialista revolucionária, ligada aos anarquistas, e tinha muita simpatia pela Revolução Russa. Vivendo meio isolada em Poços, não tomou conhecimento das dissensões e polêmicas mais recentes da esquerda, e acabou englobando-a numa vasta unidade. Inimigo era o fascista, o capitalista, sobretudo o padre. Amigo era o progressista, o socialista, o comunista, o anarquista.

Você tomou conhecimento das idéias socialistas por meio dela?

Em parte. Ela me transmitiu sobretudo a afetividade socialista, que acho fundamental. Contava sempre a sua experiência e a sua atividade, com o timbre humanitário e meio romântico do velho socialismo italiano. Me ensinou a cantar em italiano os hinos revolucionários: *Internacional, Inno dei lavoratori, Fratelli del popolo, Guerra alla guerra, Bandiera rossa*. Mas creio que o primeiro estímulo veio de um colega de ginásio que hoje é médico famoso aqui e no exterior. O pai dele tinha sido garçom, era hoteleiro e anarco-sindicalista. Por intermédio dele tomei conhecimento de obras de anarquistas como Everardo Dias, Jean Grave, Severine, Kropotkin, Sébastien Faure. E li também o resumo de *O Capital* por Gabriel Deville. Mas nada calou muito fundo. Mais importante foi a influência de dois irmãos que foram de Santos para Poços em 1933: José Bonifácio e Antonio Carlos de Andrada e Silva, de tendência socialista como era freqüente na família deles. Ao contrário dos Andradas de Minas, os de São Paulo eram de liberais para esquerdistas. Na mão deles vi a autobiografia de Trotski, e eles me levaram a ler o livro decisivo: *História do socialismo e das lutas sociais*, de Max Beer, na tradução em dois volumes da Editora Cultura Brasileira.

E o seu pai? Como ele se posicionava?

Meu pai morreu relativamente moço, em 1942. Se tivesse vivido creio que seria uma espécie de udenista liberal. Ele tinha um interesse extraordinário por assuntos políticos e muitos livros a respeito. Inclusive sobre a Rússia, alguns da primeira hora, como o de Kautski, *Terrorismo e comunismo*, a pequena biografia de Trotski por Roger Levy, alguns tremendamente contra, como um anônimo,

em francês: *O bolchevismo visto por uma russa*. Dos recentes, tinha vários de viajantes, como Anatole de Monzie, Fernand Corcos, Joseph Delteil, Charles Vildrac, o português Carlos Santos, os brasileiros Maurício de Medeiros, Gondim da Fonseca, Caio Prado Jr. Tinha até *O plano quinquenal*, de Grinko, que eu olhava sem entender muito. Com Dona Teresina ajudando, ficamos todos antifascistas na casa. Minha mãe, por exemplo, evocava sempre o assassinato de Matteotti*, dizendo que com ele tinha caído a máscara do fascismo, o que certamente aprendera com a amiga. Em resumo, uma atmosfera liberal, antifascista, aberta para a informação sobre a esquerda. E é preciso lembrar que meu pai tinha um tio anarquista, que eu não conheci.

Numa cidade do interior, essas posições não eram marcadas como algo mal-dito?

Não no nosso caso, de família convencional em que essas coisas ficavam na conversa. Mas lembro que em 1935 houve bastante repressão contra os garçons. Vocês sabem que naquele tempo de pouca organização sindical os garçons chegaram a se arregimentar bem e ter certa importância, sobretudo numa cidade como Poços, cheia de hotéis e aberta para a circulação de idéias? Houve uma greve, cujo sinal de início foi um garçom virar a sopeira na cabeça do gerente do hotel... Um delegado violento prendeu e espancou muita gente, expulsando alguns da cidade, como se usava. Nessa ocasião, houve antigos militantes de esquerda que esconderam livros na casa de Dona Teresina, que não tinha medo de nada. Depois de algum tempo esses livros acabaram nas minhas mãos. Em Poços e naquela região, os integralistas eram numerosos e em geral boa gente. Eu e meus amigos éramos contra. Por isso nos retiramos em 1934 de uma academia e do jornalzinho chamado *Ariel*, que tínhamos fundado no ginásio. O motivo da ruptura foi o fato de aquele meu amigo, filho de anarco-sindicalista, ter publicado um artigo sobre Rousseau, em que dizia que a iniquidade começou com a propriedade... Poços é uma cidade de grande colônia italiana, quase toda fascista naquele tempo. Dona Teresina e mais uns três ou quatro eram os únicos contra, e por isso sofriam restrições. Mas ela não cedia e bradava sem descanso. Na casa dela conhecemos Edgard Leuenroth e um violento militante das greves do começo do século, o português Adelino Tavares de Pinho, que morou muitos anos em Poços e com quem convivi bastante. Na casa dela conhecemos também Antonio Picarollo, seu amigo, embora muito moderado para o seu gosto. Essa gente se hospedava no hotel Gambrinus, preferido pela esquerda, onde também ficava o tio do Eder, meu companheiro Aziz Simão. O dono era um velho militante socialista que se tornou comunista, Fosco Pardini.

* Giacomo Matteotti, líder socialista italiano assassinado em 10 de junho de 1924, provavelmente a mando de Benito Mussolini. O caso teve grande repercussão internacional.

Rememória

E depois?

Depois vim para São Paulo em 1936 e me desinteressei bastante de política.

Por quê?

Talvez por causa do deslumbramento de mocinho na cidade grande. O que eu queria era ir a concertos, percorrer livrarias olhando os livros franceses, me informar sobre o vasto mundo. Mas já tinha adquirido as posições certas. Por exemplo: na Guerra da Espanha meus amigos e eu ficamos com os republicanos, contra Franco. Na Guerra da Abissínia, ficamos contra Mussolini. A Guerra da Espanha era o teste para os moços, como foi Cuba mais tarde e agora a Nicarágua. Mas até 1940 não tive nenhum envolvimento político, e militância mesmo só começou lá pelo fim de 1942, quando eu já tinha mais de 24 anos. Isto não quer dizer que perdesse o interesse teórico. Em 1939 entrei na Faculdade de Filosofia, onde o professor Jean Maugüé, de forte influência marxista, recomendava a leitura das obras de Marx na Edição Costes. Fui à Biblioteca Municipal e verifiquei que todos os volumes estavam sempre “retirados para consulta”. No tempo do Estado Novo a coisa era assim. Um exemplo: naquele ano resolvi encomendar várias obras marxistas da França. Mas elas foram apreendidas ou recambiadas pelo correio e só duas chegaram: as *Questões fundamentais*, de Plekhanov, e *O Estado e a revolução*, de Lenine (na minha geração nós ainda falávamos Lenine, não Lenin, Staline, não Stalin).

A atividade política nessa época devia estar amordaçada.

Estava. Na Faculdade de Direito, onde eu era estudante ao mesmo tempo que na Filosofia, comecei a ter atividade ocasional pela altura de 1940, por influência de alguns amigos liberais, sobretudo Luis Arrobas Martins, que me pediu para assinar o documento de fundação de um partido acadêmico, o Libertador, que era de oposição ao Estado Novo (não confundir com o de Raul Pilla, de mesmo nome). Os estudantes liberais da Faculdade de Direito eram por vezes muito combativos, e havia alguns esquerdistas com quem me ligaria mais tarde, como Antônio Costa Correia, Germinal Feijó, Rômulo Fonseca, Wilson Rahal.

E a revista Clima?

Foi fundada em 1941 quando eu estava no terceiro ano de direito e no terceiro de filosofia. No começo era deliberadamente apolítica, tendo inclusive colaboradores integralistas. A virada foi em 1942, quando o Brasil entrou na guerra. Nós assinamos um manifesto redigido por Paulo Emílio assinalando a nossa posição antifascista e dizendo que agora tinha acabado a isenção e começava a luta, atacando inclusive os integralistas. Alguns dos nossos colaboradores deste naipe brigaram conosco. O nosso manifesto causou certo barulho e foi comentado, entre outros, por Astrogildo Pereira, que assinalou o seu caráter puramente ne-

gativo. Então resolvemos tentar uma definição positiva, que foi obra de Paulo Emílio, sob a forma de um “Comentário” publicado no número 12, já em 1942, porque a revista tinha parado uns meses. Este documento ainda tem interesse, e para mim foi o fixador de idéias, o definidor da posição política. Foi certamente ele que me levou a não ficar nem stalinista nem trotskista, mas aceitar a posição preconizada por Paulo, de um socialismo democrático desinteressado das Internacionais, procurando soluções adequadas ao país, empenhado na luta contra o fascismo, porque esta era a manifestação contemporânea do cesarismo oposto à tradição humanista, que provinha do cristianismo através das revoluções dos séculos XVIII, XIX e XX. A hipótese otimista do “Comentário” era que depois da guerra haveria uma síntese da igualdade (representada sobretudo pela União Soviética) e da liberdade (representada sobretudo pela Inglaterra e pelo Estados Unidos). Este documento foi decisivo para mim e outros. A partir dele entrei para valer na militância.

O Paulo Emílio, pela forma como você fala dele, foi seu principal interlocutor?

Foi. Ele foi a grande influência que sofri. Da nossa turma, era o único que tinha experiência e verdadeira consciência política. Estava ligado à Juventude Comunista quando foi preso em 1935. Em 1937 fugiu e viajou para a Europa, de onde voltou no fim de 1939. Lá conheceu novas modalidades de socialismo, ficou a par dos processos de Moscou e abandonou o stalinismo. Quando voltou e eu o fiquei conhecendo, nos contou tudo e deu livros importantes para ler. Um que me abalou foi o de Alexandre Barmine, alto funcionário que fugiu para o Ocidente e contou como era o negócio por lá. A partir de 1942 e da convivência política com ele, intensifiquei as leituras e li obras de Lenin, Stalin, Trotski, além de outras de Marx e Engels. Antes eu tinha feito uma leitura importante, ali por 1940, o livro de Henri Lefebvre, *O materialismo dialético*, que me revelou a importância das obras da juventude de Marx, como a *Ideologia alemã*, que li mais tarde e foi o texto marxista do qual recebi maior influência.

O interesse pelas obras de Trotski veio por intermédio de Paulo Emílio?

Não. Os meus amigos Andradas já me tinham iniciado na autobiografia. Mais tarde recebi novo impulso por meio do Lívio Xavier, que era trotskista e tinha militado muito na mocidade. Nós íamos tomar chope num bar chamado Rütli e ele me falava longamente do bolchevismo, da Revolução, do seu mestre, expondo tudo com muito brilho. Uma vez me disse: “Você quer saber de uma coisa? Acho Trotski superior a Lenin. Lenin é um grande homem, sem dúvida, mas o Velho...”

A Faculdade de Filosofia também influenciou?

Claro. Já disse que o professor Mangué empurrava para o lado do marxismo, e ele era o de maior prestígio entre os alunos. Em compensação havia um profes-

Rememória

sor de economia muito conservador, que recomendava como textos para trabalho escrito as obras de Adam Smith, Marshall e Léon Walras. De Marx, dizia que não tinha qualquer originalidade e nenhuma profundidade. Eu perguntei se podia escolher *O Capital* como texto, num gesto de rebeldia miúda. Ele concordou e eu li a primeira parte em tradução inglesa. Apesar de não haver nela atividade política estudantil, a Faculdade de Filosofia respirava uma atmosfera radical, devido à posição aberta da maioria dos professores franceses, que ensinavam as ciências humanas e eram de liberais para esquerdistas, com raras exceções. Posso dizer que eu e muitos outros não tínhamos atividade política nem filiação a qualquer grupo, mas tínhamos uma espécie de afetividade de esquerda.

Então foi por intermédio de Paulo Emílio que você entrou na militância?

Foi. No fim de 1942 ele aglutinou um grupinho, que nós denominamos de brincadeira Grupo Radical de Ação Popular (GRAP). Na verdade, eram seis rapazes que se encontravam aos domingos no meu escritório, em casa de um tio onde eu morava. Conversávamos sobre política do momento, comentávamos leituras, discutíamos idéias socialistas, preparávamos documentos de oposição ao Estado Novo. Faziam parte: Paulo Emílio, eu, Antônio Costa Correia e Germinal Feijó, alunos da Faculdade de Direito, como eu; Paulo Zingg, jornalista que tinha sido integralista, ficara tenentista e tinha boas idéias sobre a possibilidade de uma política radical brasileira; Eric Czaskes, litógrafo austríaco que trabalhava numa livraria, vivera na Rússia, era marxista estrito e nos iniciava em teóricos desconhecidos, como Thalheimer e...

E Brandler!

... E Brandler. “Leia isso que é muito importante”, dizia. Mais tarde me deu um livrinho em alemão: *Por que os marxistas renegam*. Foi também ele que me fez ler o livro terrível de Krivitski sobre os horrores do stalinismo.

Qual era a ação de vocês?

Era pouca e não lembro direito. Entramos em manifestações contra Getúlio Vargas, e Paulo Zingg foi preso distribuindo um manifesto, ficando 15 dias na cadeia. A Gilda, que era minha namorada, e eu datilografávamos documentos de luva, porque o Hermínio Sacchetta tinha aconselhado que se fizesse isto para evitar as impressões digitais... De noite íamos distribuir, pondo embaixo das portas. Em 1943 o GRAP, menos o Eric, formou com estudantes liberais e esquerdistas da Faculdade de Direito a Frente de Resistência, que teve bastante atividade, inclusive publicando um jornal clandestino que tirou quatro números e se chamava *Resistência*. Nós acabamos influenciando bastante os companheiros liberais. Quando veio a legalidade em

1945, a Frente lançou um manifesto redigido pelo Paulo Emílio que era bastante avançado, praticamente socialista. Um pouco antes, em janeiro de 1945, alguns de nós participaram do histórico I Congresso Brasileiro de Escritores, cujo manifesto pedindo a volta das liberdades não pôde ser publicado e foi distribuído em volantes. Aí, o Estado Novo já estava desmoronando, porque a Alemanha estava perdendo a guerra.

Foi aí que começaram as conversas da UDN?

Foi. O Paulo Emílio e o Germinal entraram nas conversas de formação da UDN, nome dado por Caio Prado Jr. para indicar a amplitude da aliança entre diversos setores oposicionistas. Naquela altura todo mundo se dizia meio socialista, inclusive Armando Salles quando voltou do exílio. Mas na hora do vamos ver os comunistas independentes voltaram para o seu partido, os liberais foram para a UDN e nós sobramos. O nosso grupo, antigo GRAP e grande número dos companheiros da Frente de Resistência, podia se caracterizar do seguinte modo: “Somos socialistas, somos contra o stalinismo, mas não somos contra o comunismo.” Acho que fomos o primeiro grupo de esquerda em São Paulo que afirmou uma posição socialista independente: nem stalinista, nem trotskista, democrática mas revolucionária. Aí fundamos a UDS, União Democrática Socialista. O Paulo Emílio fez o manifesto, adaptando o que tinha feito pouco antes para a Frente de Resistência. Manifesto muito bom. O Eric não entrou, ficou sapeando. Ele era leninista revolucionário mesmo! Para a UDS vieram Fúlvio Abramo, Aziz Simão, Febus Gikovate e se não me engano Arnaldo Pedroso D’Horta. Veio também um grupo do Bosque da Saúde, quase todos negros e metalúrgicos, trazidos por um sargento do Corpo de Bombeiros que eu conheci em menino na minha terra, o Laponésio Batista. No grupo veio um xará meu, primo do Laponésio e também de lá, o Antonio Candido de Mello. Veio ainda um outro grupo de negros, liderados pelo Luis Lobato, com gente de primeira ordem, como as duas professoras Dona Sofia e Cidinha. E o jornalista Geraldo Campos de Oliveira, do *Diário de São Paulo*. Eles queriam lutar contra o preconceito racial como socialistas. Vieram também alguns estudantes e membros do antigo Partido Socialista, o de 1933. O manifesto da UDS era praticamente o que Paulo tinha feito para a Frente de Resistência quando esta veio para a legalidade. Ele próprio fez os retoques, salgando o tom e dando maior coerência socialista. O manifesto exprimia as nossas idéias em fase de amadurecimento e penso que é um documento político muito bom. A UDS era, portanto, um grupo bem definido teoricamente, mas não conseguiu eficiência prática. Acabou havendo muita discussão e as reuniões se tornaram tensas. No meio do ano de 1945 fundaram no Rio a Esquerda Democrática (ED) e nós aderimos. Eu participei da fundação do núcleo paulista e assinei o manifesto de lançamento, mas me afastei logo depois.

Rememória

Por quê?

Não me desliguei, veja bem. Apenas me afastei, porque fui trabalhar com o Eric na organização de um grupo de gráficos socialistas. Nós tiramos um jornalzinho chamado *Política Operária*, e pelo nome já se vê a liderança do Eric. As reuniões eram aos domingos, quase sempre na minha casa, ou na sede do Brás da Esquerda Democrática, que ficava vazia de manhã. A finalidade era agitar o Sindicato dos Gráficos por meio do jornalzinho. Os companheiros eram todos operários, salvo eu e um assistente de estatística da faculdade, Eduardo Alcântara. Os outros eram gente como João da Costa Pimenta, um dos fundadores do Partido Comunista, velhos militantes, como Storti e João Dalla Dea, que contava de que maneira fazia bombas nos seus tempos de anarquista, e uns rapazes: Eustáquio Cicivizzo, Colombo. Foi a única vez que trabalhei em ação direta com um grupo exclusivamente operário. O Eric, o Eduardo e eu mimeografávamos o jornalzinho na sede da Associação Brasileira de Escritores, de manhã, alegando que era material da Esquerda Democrática, que praticamente controlava a Associação. O difícil era difundi-lo no sindicato, que estava nas mãos dos comunistas e dos pelegos. Um de nossos trabalhos foi apoiar a candidatura do Pimenta a deputado estadual na chapa da Esquerda Democrática, o que me valeu censuras dos companheiros da UDS, pois o meu antigo grupo apoiava Germinal Feijó. Para mim essa fase foi de grande proveito, mas durou apenas alguns meses. A certa altura de 1946 me integrei na ED e fui eleito para a Comissão Executiva de São Paulo, com o cargo de secretário de Cultura, sendo reeleito em 1947 já para o Partido Socialista, porque a Esquerda mudou de nome. Foi aí que Paulo Zingg se afastou para sempre de nós, dizendo que se tratava de uma fórmula européia com a qual não estava de acordo. Paulo Emílio já tinha ido de novo para a Europa, em 1946. Só voltou em 1954 e nunca mais militou em organização política.

Quais eram as atividades da Secretaria de Cultura?

Nós organizávamos cursos, conferências e tirávamos o jornal *Folha Socialista*, do qual fui nominalmente diretor. Na *Folha* atacávamos o stalinismo e denunciávamos a utilização do movimento operário para os interesses próprios da Rússia, o que nos valeu ataques violentos dos comunistas. Eu era sensível a isso e às vezes me angustiava bastante, sobretudo depois que eles foram para a ilegalidade e eu ficava na dúvida se estaríamos ou não contribuindo para reforçar os inimigos do povo. O Arnaldo Pedroso D'Horta dizia que o meu mal era nunca ter militado no PC, por isso ainda tinha ilusões quanto aos seus métodos e objetivos reais. Nessa altura eu militava no GP-1 (Grupo Profissional número 1), cujo líder era o Arnaldo e era formado por intelectuais, jornalistas, alguns estudantes, como o Oliveiros da Silva Ferreira, jovem recruta que tinha grande capacidade de ação e foi o secretário da *Folha*. Nós controlávamos a Associação Brasileira

de Escritores, da qual me fizeram presidente muito moço, creio que em 1948 ou 49, para guardar o lugar de Sérgio Milliet, que não podia ser reeleito. Nesse período trabalhei muito, inclusive nas eleições, como chefe da propaganda de rua. E assim fui indo até 1952 ou pouco depois, quando me afastei da militância, mas continuei no partido. O afastamento foi completo a partir de 1958, quando fui morar em Assis, no interior do estado, como professor de literatura.

Parece que havia uma relativa distância entre a cultura que corria pela esquerda e a cultura universitária. Eram duas esferas efetivamente diferentes?

Eram. O Florestan e eu discutíamos muito isso. Achávamos que o professor não podia fazer política na aula, porque tinha muita preeminência moral e prática sobre os alunos. Ninguém fazia proselitismo. Eu me lembro que em época eleitoral largava a atividade e corria para dar a minha aula como se estivesse alheio à política.

O marxismo era muito ausente?

Como pregação política na faculdade sim, mas era normalmente estudado entre outras correntes do pensamento social. Não foi como depois de 1964, quando ele tomou conta da universidade e aconteceu o contrário: se você não desse aula e orientação marxista corria o risco de ter problemas.

Agora um tema particularmente importante para o PT: que tipo de política cultural você procurava implementar durante a sua gestão no Partido Socialista? Além dos cursos e da Folha Socialista, qual a posição com relação à arte?

Pessoalmente, como crítico, eu fui meio sectário entre 1942 e 1945, e preconizava uma teoria pragmática, segundo a qual o artista e o escritor deviam produzir obras adequadas às causas sociais. Mas depois mudei, como os meus companheiros, reconhecendo a liberdade de criação em toda a sua plenitude. Vou dar um exemplo: no Congresso de Escritores de Jaú, acho que em 1949, fiz questão de fazer passar uma declaração final que proclamava este direito. O texto foi elaborado sobretudo por Sérgio Buarque de Holanda e Sérgio Milliet, ambos companheiros de partido. Os comunistas estrilaram, porque ainda preconizavam a arte a serviço da política, o que traduzido no dialeto deles queria dizer a serviço dos seus interesses partidários. Outro exemplo: em 1963 elaborei com Paulo Duarte um documento em que estas posições eram desenvolvidas, explicando bem que o dever do artista enquanto artista é servir à sua arte. Enquanto intelectual e cidadão é que ele tem deveres para com a sociedade, a que pode ou não atender, e é bom que atenda.

O Partido Socialista chegou a crescer? Não houve um certo desencanto quando a guerra terminou e o otimismo que vocês tinham em relação ao futuro foi frustrado?

Rememória

Este é um ponto importante. Como toda a gente, nós estávamos convencidos de que quando acabasse a guerra o fascismo ia desaparecer para sempre, a Rússia ia se democratizar, os Estados Unidos iam avançar para o socialismo e não haveria mais guerras. Nada disso aconteceu. Mas no Brasil, com o fim da ditadura em 1945, havia esperanças. O PS cresceu um pouco e nos anos 50 chegou a ter uma bancada numerosa na Câmara dos Deputados. Diz-se que ele não era nada. Não é verdade. Poder nunca teve, mas teve certa projeção e foi responsável por iniciativas importantes. Fomos nós que lançamos a campanha do petróleo*. Os comunistas no começo eram contrários, porque a Rússia era aliada dos Estados Unidos e eles não queriam mexer com as multinacionais. Nós fazíamos uma política socialista conseqüente. Os comunistas faziam uma política de acordo com os interesses da União Soviética, como quando chegaram a apoiar a Aliança com Hitler em 1939, o que levou muita gente a sair do PC, como o nosso companheiro Costa Correia. No caso do petróleo eles só apoiaram quando começou a Guerra Fria e houve interesse russo em hostilizar os Estados Unidos. Mas aí, honra seja feita, tomaram o pão na unha e realizaram uma campanha monumental, como nós seríamos incapazes de fazer.

O que ocorreu quando você se afastou?

Em Assis eu pensava só nas aulas e na literatura. Quando voltei para São Paulo em 1961 o Jânio era presidente e logo depois veio a crise do Jango. Naquele tempo a palavra de ordem era nacionalismo. Eu não entendi direito devido ao afastamento e fiquei sempre meio desconfiado, porque, pela minha formação, a palavra “nacionalismo” era desagradável. Lembrava integralismo, patriotada, birra de imigrante, pátria-amada etc.

Você votou em 1960?

No marechal Lott, como todo o Partido Socialista, que eu sempre segui apesar de afastado. Em 1945 votamos no brigadeiro Eduardo Gomes como candidato contra a ditadura. Em 1950 e 1955 tivemos candidato próprio, que foi o presidente nacional do PS, João Mangabeira. No Jânio só votei para prefeito de São Paulo. A ala que continuou a apoiá-lo acabou saindo do Partido com Alípio Correia Neto, Aristides Lobo e outros. Eles formaram um agrupamento dissidente que deu em nada.

E quanto ao Jango?

Eu não tinha simpatia pelo Jango, mas votei pela volta ao presidencialismo** e

*Campanha em favor do monopólio estatal do petróleo. Teve como resultado a criação, em outubro de 1953, da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.).

** Referência ao plebiscito realizado em janeiro de 1963 para decidir se o sistema de governo deveria continuar parlamentarista ou voltar a ser presidencialista. Venceu por ampla maioria a segunda proposta, devolvendo plenos poderes ao presidente João Goulart.

fiquei entusiasmado com as formulações do Comício da Central do Brasil em março de 1964, que denominei “Plataforma do Brasil Futuro”. É claro que achava positiva a política de cultura popular e sobretudo o governo de Miguel Arraes em Pernambuco. Mas andava meio desinteressado, muito absorvido pelas minhas novas atividades de professor de teoria literária na USP. E de 1964 a 1966 estive na França como professor de literatura brasileira.

E 1968? Como foi 1968 para você?

No primeiro semestre de 1968 eu fui professor visitante na Universidade de Yale, e isso influiu na minha disposição de voltar à atividade política, porque pude ver o empenho com que os colegas americanos e estrangeiros lá radicados participavam de causas como a luta contra a guerra do Vietnã ou a luta pelos direitos dos negros. De volta ao Brasil encontrei a faculdade em polvorosa e fui eleito para a Comissão Paritária Central, que trabalhou intensamente dia e noite durante meses numa atmosfera de grande entendimento entre professores e alunos. Passávamos o tempo todo em reuniões, debates, seminários experimentais, passeatas, defesa da faculdade e, afinal, o conflito que nos expulsou da Maria Antonia a partir da Universidade Mackenzie, com o apoio da polícia e grupos reacionários*. Foi uma extraordinária experiência democrática e a oportunidade de participar na virada do mundo, com as novas maneiras de entender o ensino. Para mim, também foi importante o seguinte: em 1968 eu e meus velhos companheiros vimos que se tornaram banais certas posições que tínhamos assumido desde o começo dos anos 40 e nos valeram ataques e marginalização. Assim é que foi superada a idéia de partido monolítico, de fidelidade mecânica aos interesses russos, de marxismo como dogma intangível. Ali nasceram os germes de novas concepções dos agrupamentos políticos, que no futuro se tornariam atuantes. Concepções segundo as quais o partido deixa de ser uma camisa-de-força para tentar definir uma organização humana e aberta. Mas antes disso ainda houve muito descaminho e muita tragédia.

E como foi que você retomou a atividade política organizada?

Foi aqui nesta sala, em 1976, num encontro de que participaram alguns exilados de volta à terra, como Fernando Henrique, Almino Afonso, Plínio Sampaio, se não me engano, e alguns antigos militantes do PS: Febus Gikovate, Costa Correia e eu. Creio que o intuito era estudar a possibilidade de um novo partido de esquerda. Esses amigos acharam que era preciso alguém dar uma entrevista falando de socialismo, para sondar, e eu fui encarregado, porque não tinha sido preso, nem exilado, nem perseguido e portanto não corria risco. Então dei a

*Este episódio ficou conhecido como a batalha da Maria Antonia, e ocorreu em 3 de outubro de 1968. Na rua Maria Antonia, no centro da capital paulista, localizavam-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e a Universidade Mackenzie, que concentravam forças políticas antagônicas.

Rememória

Jorge Cunha Lima a entrevista que saiu na revista *Isto É*, em 1977. Antes tinha havido uma ampla reunião em Santo André, onde fui com José Gregori e havia muita gente: Fernando Henrique, Almino Afonso, José Serra, Rômulo de Almeida, Lula, Antonio Resk. Resolvemos também fundar um centro de debates, onde Fernando Henrique chegou a aparecer, mas já bastante crítico em relação a nós, antigos socialistas, que visivelmente lhe parecíamos saudosistas. Então os antigos socialistas continuaram por conta própria, e nos reuníamos com frequência na casa do Costa Correia. Além dos citados, iam Paul Singer, Chico de Oliveira e outros, inclusive convidados como padres, operários e até um bispo, cujo nome esqueci.

É nessa época que começa sua aproximação com a Igreja?

Não, ela era mais antiga. Em 1947 o Aziz Simão e eu nos aproximamos dos dominicanos. Fiquei amigo do padre Lebret e participei um pouco do movimento Economia e Humanismo. O padre Lebret nos disse naquela ocasião uma coisa que calou fundo em mim: “O futuro da humanidade está nas mãos dos socialistas independentes e dos cristãos convertidos ao cristianismo...” Ele fez em São Paulo notáveis palestras sobre o movimento operário e as teorias políticas, para chegar à explicação da sua, que era uma espécie de socialismo cristão.

Como foi a sua entrada no PT?

Nos anos da ditadura militar eu sempre fui contra a tese do voto em branco e votei invariavelmente em candidatos do MDB [Movimento Democrático Brasileiro]. O MDB me parecia ser a boa fórmula que permitia a união bem ampla das oposições, inclusive de esquerda. Lembro que ainda em 1977 cheguei a dar uma entrevista neste sentido a um jornal de Florianópolis. Participei de vários encontros prévios do grupo que formaria o PT, mas pensando que era melhor ficar no MDB, como faziam os comunistas. O que me fez decidir pelo PT foram apelos de Mário Pedrosa e sobretudo o ponto de vista de Febus Gikovate, que já estava doente e nos dizia que o PT seria o que nós tínhamos tentado em vão na mocidade: um partido nascido da classe operária, sem ortodoxia rígida, capaz de agregar de maneira democrática mas extremamente combativa os elementos progressistas da população. Ainda nas vésperas de morrer, em 1979, ele me aconselhou a entrar efetivamente no PT, dizendo mais ou menos: “Ele é o nosso partido; eu não vou para lá porque estou indo para outro lugar”, que foi a maneira extremamente simples e comovente com que me anunciou a própria morte, que de fato chegou dois dias depois. Com esses estímulos de velhos companheiros e a minha própria convicção interior de que o PT era o primeiro partido brasileiro de esquerda nascido da iniciativa de operários e destinado a trazer afinal uma fórmula independente para a luta do socialismo, eu me decidi. Fui do grupo fundador e estava presente nas primeiras reuniões, no Colégio Sion. Entrei e não pretendo sair.

É curioso. Em dois momentos você abandona a política. O primeiro em 1936, quando chega a São Paulo, vindo de Poços de Caldas e fica, nas suas palavras, “deslumbrado com a grande cidade”. O segundo, quando você vai dar aula de literatura em Assis. Haveria na sua vida a clássica contradição entre arte e política?

Não. Acho que não. Para começar, um esclarecimento: em 1936 eu não abandonei a política, porque antes não tinha nenhuma atividade. Apenas me desinteressei das leituras, das conversas. Em seguida voltei a elas, e cada vez mais. Mas atividades mesmo só fui ter a partir de 1942, como contei. Acho que a explicação para minha atividade intermitente é mais psicológica: não tenho vocação política. Para mim, a participação foi sempre um dever moral, despertado pelo sentimento de justiça e a convicção de que o socialismo é a melhor fórmula para organizar a sociedade. Sempre fui grande leitor de teoria e história política, mas mau militante, porque sou pouco persistente e me chateio depressa. As reuniões são freqüentemente para mim um verdadeiro suplício, e eu custo a crer que passei parte da vida nelas, sempre pensando que não ia agüentar mais cinco minutos, e ficando horas. Admiro muito os companheiros que fazem isto com prazer. Além disso, há em mim um traço pessoal que atrapalha a atividade política: o respeito pela opinião diferente. Um traço liberal, eu diria. Quem passa a vida mexendo com literatura, vendo as análises sutis do comportamento, pesando os prós e os contras, tem certa dificuldade em aceitar ou rejeitar em bloco, como é preciso fazer na hora da ação. Talvez eu não seja bom militante porque respeito demais as opiniões dos outros. Mas procuro ser fiel aos princípios e manter a disciplina, conforme comecei a aprender em 1942.

Você é a favor da luta armada?

Prefiro propor a questão do seguinte modo: a violência não é essencial, ela é uma possibilidade constante e uma necessidade eventual de qualquer ação política, e a de esquerda não é exceção. O problema é saber se, quando e como deve ser usada e aí é que se avalia a capacidade do político. Sou contra a violência romântica e individualista, contra a violência pela violência. Freqüentemente a luta armada pertence a uma dessas categorias. Mas é claro que quando ela se baseia numa concepção revolucionária correta e se traduz pela organização adequada pode ser fator decisivo e necessário. Aqui no Brasil houve casos disso, que não tiveram o êxito possível. Fora, basta citar o grande exemplo dos cubanos. O que me assusta é o amadorismo e a tendência brasileira para ver “condições maduras” a toda hora. Em resumo, aceito plenamente a violência revolucionária se ela for necessária, inclusive como defesa da revolução.

Mas a violência posterior à tomada do poder não pode sacrificar a revolução?

Rememória

Pode. Não há revolução sem risco e este é um deles. Mas aí a opção pode ser a seguinte: ou uso a violência para defender o que consegui para assegurar depois a vida democrática, ou não uso a violência e certamente perderei o que consegui, perdendo também a possibilidade de vida democrática. São opções e resoluções terríveis, mas são elas que definem o verdadeiro revolucionário. Trotski dizia que as decisões mais graves do homem eram as de desencadear a guerra e a revolução.

Você então seria a favor da censura?

Nesses casos, sou.

Mas como impedir a censura de censurar um romancista?

Não sei. Estou pensando nos momentos excepcionais em que uma situação transformadora precisa se consolidar e se defender. Mas mesmo em situações normais a censura é inevitável, porque toda sociedade define quais são os seus padrões e como eles devem ser respeitados. Não há argumento que justifique, por exemplo, passar uma fita como *O império dos sentidos* no horário da tarde, quando crianças estão de TV ligada vendo desenhos animados. É preciso não dar extensão absoluta à posição atual e justa contra a censura mesquinha e desonesta da ditadura militar. O que é odioso é a censura que procura manter padrões e atitudes obsoletos ou impedir a expressão do pensamento e da arte. No entanto, voltando aos momentos excepcionais, devo dizer que aceito a própria censura se for indispensável para a construção de uma sociedade socialista.

Você não tem medo de ser censurado?

Posso ter. Mas estou disposto a correr este risco.

E o partido único?

Imagino que numa sociedade revolucionária deva haver licença para o funcionamento de todos os partidos democráticos e não para os que têm intuito restaurador. A liberdade será construída dentro de algumas violentas negações. O partido único é horrível, mas até ele é aceitável se for para promover uma verdadeira construção do socialismo, como é o caso de Cuba. Não é uma boa solução mas é admissível. No entanto, em Cuba há práticas negativas que são devidas com certeza a este fato. E o pior é que são desnecessárias e só se explicam pelo constante estado de alerta em que vivem os cubanos, que têm o inimigo ali na porta, e mesmo dentro de casa, em Guantánamo. Lá não se publicam os nomes de certos escritores contrários à Revolução, por exemplo, e eu já fiz a experiência disto numa entrevista que dei em Havana no ano de 1979. Acho que isso é um temor excessivo e uma consequência negativa da censura, que no entanto é necessária em certos setores para evitar a infiltração do inimigo. Por causa desse modo de ver eu sempre choquei os meus amigos de mocidade, com

certeza mais apegados do que eu às formas habituais de democracia. Mas o fato é que estou preparado para aceitar uma sociedade onde haja restrições provisórias à liberdade, inclusive de pensamento, se isso for indispensável para se chegar à justiça social e à verdadeira democracia. Contanto que não surja daí uma sociedade bárbara, como foi a do stalinismo na Rússia durante muito tempo. Não é o caso de Cuba, onde já estive três vezes e é uma sociedade profundamente humana apesar das desarmonias e lacunas.

Armando Mazzo

por *Paulo de Tarso Venceslau*

Teoria&Debate n° 3, 2° trimestre de 1988

Armando Mazzo nasceu no dia 25 de abril de 1913, na cidade de Santana (SP). Operário padrão às avessas, Armando Mazzo nunca tirou férias. Sempre foi despedido antes que pudesse usufruir os seus direitos trabalhistas. Em 1947, tomava café da manhã com sua mãe, quando a rádio noticiou a relação de políticos cassados. Entre eles, o primeiro prefeito operário comunista do Brasil. Sua mãe perguntou o que estava acontecendo. “Fui cassado”, informou Mazzo. A mãe, conformada, balançou a cabeça e exclamou: “Eu sabia que o Armando não ia parar nem nesse emprego.” Em 1988, aos 75 anos, quando concedeu esta entrevista a *Teoria&Debate*, Mazzo mantinha-se coerente e fiel à luta pelo socialismo. Não era petista, mas acreditava que o PT, com algumas alterações de ordem ideológica, poderia se transformar num partido revolucionário. A entrevista foi feita por Paulo de Tarso Venceslau, em Poá, Grande São Paulo, onde Mazzo residiu com sua esposa Aurora, até sua morte, em 15 de maio de 1990.

Rememória

Correm muitas histórias a respeito do primeiro prefeito operário comunista do Brasil. Como foi o início disso tudo? Você começou realmente a trabalhar como marceneiro aos 10 anos de idade?

ARMANDO MAZZO — Como marceneiro, aos 11 anos. Mas meu primeiro trabalho remunerado foi aos 9. Após a morte de meu pai, que era chefe geral da Light, em São Paulo, minha família mudou-se para São Bernardo. Fomos para a casa de uma prima, cujo marido era fabricante de carroça, carretão e carro de boi. Eu puxava a forja para ativar o carvão que ia incandescer o ferro para fazer rodas. Era um trabalho simples, mas cansativo para minha idade. Essa fábrica se transformou em marcenaria e eu passei a ser aprendiz de marceneiro. Naquela época só havia duas opções: ser marceneiro ou tecelão.

E o seu contato com a política também vem dessa época?

Na fábrica não havia discussão política. Mas, quando passei para a fábrica de móveis do Narciso Pelozini, conheci um cidadão, de quem não me lembro o nome, que gostava de conversar com a meninada. Era um anarquista. Dava lições interessantes. Vou dar um exemplo. Ele dizia para nós: “Vocês, quando forem pra putaria, tomem cuidado, viu? Nós somos pobres e pobre não sabe que é perigoso pegar mulher que todo mundo pega. Se a gente pega uma doença, vai para o médico que pega um arame que ele deixa vermelho e depois enfia no seu coiso. Aí você perde tudo, fica desgraçado. Agora, com os ricos não acontece isso. Eles têm lá lugar para levar mulheres, e não têm doença. Sabe por quê? Porque a nossa luta tem de unir o pobre para acabar com o rico, para que o pobre tenha aquelas mulheres também.” Era esse tipo de conversa. Foi aí que comecei a ter as primeiras lições sobre a diferença entre ricos e pobres.

Como você descobriu que ele era um anarquista?

Foi muito depois, quando comecei a pensar como o cara agia, como os anarquistas agiam.

Qual era a conjuntura daquela época? Quais as imagens mais fortes que você guardou?

Bom, em 1927, 1928, havia um certo ascenso da economia, quando começaram a aparecer as primeiras nuvens da desgraça. Na fábrica, os estoques estavam crescendo. Em 1929, como você sabe, estourou a grande crise do sistema capitalista, cujo carro-chefe são os EUA. Era falência de bancos, desemprego, era uma coisa horrorosa. A gente ia trabalhar e encontrava um envelope azul, com um bilhete para comparecer ao escritório. Pra você ter idéia da quantidade de demissões, uma vez, no Bom Retiro, abriram duas vagas numa oficina da Ford. Saímos à meia-noite de São Bernardo num grupo de 12, para

disputar aquelas vagas. Chegamos às sete horas da manhã, mas não conseguimos nos aproximar da rua da Ford por causa de tanto desempregado que estava na rua, atrás de duas vagas.

Como vocês enfrentaram aquele período?

Influenciados por alguns comunistas e socialistas, começamos a nos reunir para discutir o que fazer e como nos organizar. A gente se reunia no meio do mato, jogando baralho para disfarçar. A polícia nunca nos incomodou nessa época. Acho que não havia dedo-duro entre nós.

Havia algum risco, algum perigo, que exigisse esses cuidados?

Se não era perigoso, pelo menos nós tínhamos medo. Era o fim do governo de [Artur] Bernardes, que tratava os anarquistas com patas de cavalo. A gente tinha medo mesmo.

E depois do golpe do Getúlio, com a Aliança Liberal?

Aí, meu velho, a gente não fez autocrítica porque não sabia. Quando o Getúlio derrubou o Washington Luís, foi aquela euforia. Houve ilusão principalmente quando ele começou a derramar leis trabalhistas baseadas na *Carta del Lavoro*.

Vocês já tinham algum conhecimento sindical?

Não. Nós queríamos formar qualquer coisa. Eu acho que foi aí que os comunistas começaram a ocupar o lugar dos anarquistas.

Por quê?

Os anarquistas tinham um discurso extraordinário, inflamado, incendiário, mas que terminava sempre afirmando que era preciso enforcar todos os capitalistas. Os comunistas, ao contrário, preocupavam-se em ensinar a gente a fazer desde ata de reunião, passando pela confecção de carteirinha de associados, até a feitura de balanços. Tinham muita paciência conosco.

Pelas minhas anotações, em 1932 você foi preso pela primeira vez. Como foi e por quê?

Na fábrica do José Pelozini nós tínhamos um líder que se chamava Ettore Cataluce. Um dia, durante a Revolução [de 1932], o próprio dono da fábrica convocou todos os seus empregados e propôs pagar 12 mil réis à família de quem se dispusesse a ir para o *front* de luta. O Ettore interveio dizendo que todos estavam de acordo, desde que o Aldo Pelozini, filho do patrão, fosse junto. O assunto foi desconversado e o Ettore foi despedido. Tentei mobilizar uma greve de solidariedade mas fui desaconselhado pelo próprio Ettore. Quatro dias depois fui despedido também. Nessa noite, havia um comício no Largo da Matriz

Rememória

de São Bernardo, onde o advogado Marrey Júnior fez um discurso conclamando os jovens a lutar por São Paulo.

Pedi um aparte e perguntei se ele iria conosco para o *front*. Respondeu: “Este jovem aqui falou bem. Ele vai para o *front* e nós, velhos e jovens, vamos com ele. Depois do comício vamos nos alistar.” Ele era sabido e me engarrafou. Depois, foi a vez do bispo pedir aos pais que mandassem os seus filhos à luta. Pedi um aparte e perguntei se o bispo mandaria os filhos dele. Foi um silêncio só. Era muito forte a tradição católica daquela região. Acabei sendo carregado até a delegacia, preso.

E o sindicato?

Bom, em 1932, terminada a Revolução, continuamos a nos reunir pensando em fundar uma associação, o que acabou sendo feito. No dia 17 de janeiro de 1933 transformamos a associação em sindicato, que se chamou Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas.

O sindicato era livre?

Ainda não tinha a lei do enquadramento sindical que veio depois, mas já obedecia a algumas regras que o atrelavam ao Ministério do Trabalho.

Qual era a fonte de recursos do sindicato na época?

Era mensalidade e piquenique. Nós dávamos bolo, vinho, comida, fazíamos um leilão durante o piquenique e nós mesmos arrematávamos tudo. Seria mais fácil dar o dinheiro. Mas o que interessava era a confraternização. Quem vive os dias de hoje não pode fazer idéia da falta de recursos. O diretor do sindicato era como um franciscano, que faz voto de pobreza.

E como você se sente hoje, diante dos recursos de que os sindicatos dispõem?

Vou contar dois episódios que ilustram a minha opinião. Naquela época, quando o sindicato era na rua Marechal Deodoro, o senhorio alugava a parte da frente da casa para nós e morava nos fundos. Um dia, um dos diretores do sindicato viu a mulher do senhorio varrendo sua casa com a nossa vassoura. Fizemos uma reunião e decidimos que o senhorio teria de comprar uma vassoura nova para o sindicato.

E ele comprou?

E que remédio? A gente descontava no aluguel.

E outro exemplo?

Tem um sindicato aqui na região, que eu ajudei a eleger a diretoria, fazendo palestras para a chapa vencedora. Na primeira reunião em que fui, era para

escolher a executiva. Para surpresa minha, na hora do salário, o tesoureiro não aceitou a proposta de receber o que ele recebia na fábrica. No final acabou recebendo bem mais. Você vê então a diferença. Hoje um diretor sindical estipula o próprio salário. A gente se sente no meio de marajás.

Mas você não acha que houve um avanço? Uma conquista para os trabalhadores?

Eu não concordo. Mas há exceções. O imposto sindical corrompeu a maioria de diretores sindicais. Mas o imposto sindical não é um mal em si mesmo. Veja, por exemplo, o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que inaugurou há pouco tempo uma escola de capacitação operária chamada Constantin Castelani. É uma maravilha. O sindicato de lá é dirigido pela CUT. É um avanço muito grande. É um bom emprego de capital, ao contrário desses elementos que, quando querem, pegam um avião e vão para a França e não sei mais aonde. Um [Luiz Antônio] Medeiros, um [Antônio Rogério] Magri, quanto devem estar ganhando?

Voltando ao Sindicato dos Marceneiros, vocês deflagraram a primeira greve em 1934. Qual a sua importância e o que motivou essa greve?

A greve durou 43 dias e começou em setembro de 1934. Ela foi deflagrada em cima de uma tabela de aumento de salários e para protestar contra o espancamento de menores dentro da fábrica.

Espancamento?

Era muito comum um garoto apanhar do mestre na fábrica. Levavam uns tabefes, puxão de cabelo, pontapé na bunda. Tudo em horário de trabalho.

E a greve?

A gente reivindicava também a jornada de trabalho de oito horas porque se trabalhava nove, dez horas por dia. O reconhecimento do sindicato constava da pauta, mas era uma questão secundária. Desencadeada a greve, os patrões não queriam conversa. A situação foi se arrastando e parecia que não havia saída. Um diretor propôs que se mudasse de tática e que se procurasse concentrar em firmas pequenas, com 50, 60 operários, onde seria mais fácil negociar com os patrões. E deu certo. Fomos conseguindo os primeiros acordos. Os operários voltavam a trabalhar e a fábrica a produzir. As grandes fábricas se sentiram abaladas vendo as pequenas produzindo e vendendo. Três dessas grandes fábricas, a São Bernardo, a São Luís e a Santa Terezinha, recusaram qualquer acordo até o fim.

Lá pelas tantas, o Ítalo Setti, dono da São Bernardo, mandou nos chamar. O Henrique Sabatini, o Artur Corradi, o Manuel Marques Júnior e eu fomos os

Rememória

indicados. Recebemos uma proposta inusitada, ou a gente compraria as três fábricas ou eles as fechariam porque não precisavam delas para viver. O preço seria acertado depois que fosse dada a resposta. Pensamos que fosse um blefe, mas levamos a proposta à assembléia. Um companheiro propôs que oferecêssemos uma quantia cujo valor seria convertido em ações que seriam compradas por nós, de acordo com as possibilidades de cada um. E a proposta não era um blefe. Os trabalhadores acabaram comprando as três fábricas.

Foi um pequeno grupo que acabou comprando?

Não. Todos os operários que trabalhavam nas fábricas, com algumas exceções. Só uns cinco ou seis não compraram porque não tinham dinheiro.

E o que foi feito com essas fábricas?

Elegeram uma diretoria e passaram a produzir como nunca antes haviam produzido. Pagaram tudo. Sobrou dinheiro e começaram a ficar ricos. Houve muita discussão nessa época, inclusive na capital. Havia os que advogavam que aquela era a perspectiva para se acabar com o capitalismo. Os comunistas diziam o contrário: aquilo não passava de uma ilha socialista num mar capitalista, que seria tragada pelo tempo. Os comunistas acabaram tendo razão. O pessoal começou a enriquecer. Alguns venderam suas ações por preços bem mais altos e montaram açougues, quitandas etc. Outros punham empregados no lugar deles. Passaram de explorados a exploradores. Hoje não sei como estão essas fábricas. Acho que valeria a pena pesquisar.

Você já tinha contato com os comunistas nessa época?

Tinha contato, mas não era militante.

E como foi o seu recrutamento?

Após a greve de 43 dias, havia um companheiro que freqüentava o sindicato, se não me engano era o José Anália Júnior. Um dia ele me convidou para dar uma volta. Andamos muito tempo em silêncio. Sempre que eu me manifestava, ele pedia silêncio. Eu cheguei a pensar que ele era louco. Passados alguns dias, em dezembro de 1934, o Manuel Marques me convidou para uma reunião. Primeiro ponto de pauta: discussão sobre a conjuntura internacional, na qual a Alemanha se armava e se preparava para a guerra; esse foi o centro da conversa. Segundo ponto de pauta: recrutamento. Além de mim, havia outros novatos. Perguntaram se queríamos entrar para o Partido Comunista. Eu estava todo entusiasmado diante da palestra que acabara de ouvir. Os outros novatos pediram tempo para pensar. Eu topei. Aí o José Anália disse que podiam me recrutar porque eu tinha paciência revolucionária, e contou o episódio em que caminhamos mais de cinco quilômetros sem falar nada e que, quando nos despedimos, eu não cobrara nada.

Já ouvi muita história sobre métodos de recrutamento, mas, sinceramente, o seu foi muito original.

Foi muito engraçado.

Se você foi recrutado em 1934, qual foi sua participação na insurreição de 1935? Como repercutiu junto ao meio operário?

Você disse insurreição?

Sim, insurreição de 1935.

Eu vou discordar um pouco de você. Aquilo foi pura quartelada. Um dia, meu irmão que nunca quis saber de nada com sindicato apareceu e me perguntou o que havia acontecido no Norte (ele nem falou em nordeste) e no Rio de Janeiro. Me deu um recorte de jornal que não sei onde ele havia arranjado. E o jornal falava do Cordeiro, do Agildo Barata, do João Ribeiro. Eu fiquei estarecido.

Você não sabia de nada, nada?

Não dá para entender. Oito ou dez dias antes, nós tínhamos nos reunido com o assistente e ele não havia dito nada. Só distribuído rifa pra gente vender. Então peguei o recorte e corri para a casa do Prajadas.

Um parêntese: não havia a Aliança Nacional Libertadora em São Bernardo?

Não existia.

Você correu para a casa do Prajadas e...

Aí, quando mostrei-lhe o recorte do jornal, ele falou que aquilo era mentira do jornal, era invenção da imprensa burguesa reacionária. O Corradi foi quem nos aconselhou a esperar por notícias confiáveis. Uma semana depois o mesmo assistente que não sabia de nada, na reunião, começou com o mesmo papo sobre a conjuntura internacional. Eu o interrompi e, com o recorte na mão, perguntei-lhe que negócio era aquele. Ele simplesmente respondeu que aquilo era coisa de militares e que os operários não tinham nada a ver com isso.

Como se chamava esse assistente?

Afonso Marma, que morreu há pouco tempo em Tupã (SP). Aquilo não passou de uma quartelada de Agildo Barata, do Bezerra...

Do Apolonio?

Do Apolonio não sei. Não sei se ele estava metido nisso.

Passados todos esses anos, você teria algum detalhe que gostaria de esclarecer?

Rememória

O partido era muito fraco nas fábricas. O próprio Prestes chegou a reconhecer que era mais fácil organizar os militares do que os operários. Eu não concordo muito com isso. Eu acho que nunca se tentou organizar os operários em uma escala maior naquele tempo. Só mais tarde é que foram organizadas as células. Até a quartelada não havia organização de células.

Qual foi a repercussão desse fato sobre o trabalho de vocês? Houve repressão?

Se a gente quiser fazer autocrítica honesta, a gente vai ver que a nossa ideologia ainda não era muito assentada. Nós cometemos um erro grave: abandonamos o sindicato e ficamos muitos dias sem aparecer. Tínhamos receio de que descobrissem que a gente era comunista. Tem um ditado que diz que o gato escondido fica com o rabo de fora. Foi o que aconteceu. O que poderiam pensar diante do nosso desaparecimento? Não sei quem nos alertou e aí voltamos para o sindicato. O Fortunato Cordeiro, português, foi o único que se negou a sair de lá.

E como foi que repercutiu entre vocês a deflagração da Segunda Guerra Mundial?

A repercussão foi muito grande. fizemos campanha da sucata recolhendo panelas velhas de alumínio, pneumáticos... Era uma campanha contra o fascismo. Vinham os caminhões do exército e recolhiam tudo. Não sei onde foi parar tanta coisa.

E os fascistas brasileiros?

Esses sacanas fizeram a gente suspender o copo e dar vivas ao Hitler.

Não acredito!

Foi em frente ao sindicato, no bar do Ginense, um cara de origem italiana. Ali se reuniam alemães e italianos. Um dia as rádios anunciaram a entrada de Rommel pela África adentro. Nesse dia eu, o Itajiba de Almeida e o Fortunato por acaso passamos em frente ao Ginense. Os fascistas estavam eufóricos, dando vivas ao Mussolini, ao Hitler, ao *fascio* e por aí afora. Então, eles nos cercaram e colocaram um copo cheio de vinho na mão de cada um de nós e nos obrigaram a dar vivas ao Hitler. O Paulo Alemão me apertou tanto o braço que fiquei com ele machucado por mais de uma semana. Depois dos vivas eles nos puseram para fora com um pontapé na bunda. Foi um momento difícil.

Eles sabiam que vocês eram comunistas e sindicalistas?

Só sindicalistas. Nossa militância política era clandestina. E a gente vivia no sindicato, que era em frente ao bar. Mas eles tinham verdadeiro horror aos sindi-

calistas. É um problema de classe. Eles eram todos comerciantes, sitiantes, bem de vida.

Houve algum troco quando a situação se inverteu?

Claro. No dia em que a União Soviética arrancou aquela águia lá de cima daquele prédio alemão, nós arranjamos uns 15 e fomos até o Ginense. Eles choraram. O Itajiba ameaçava matá-los. Eles se ajoelharam, pediram perdão. Principalmente o Paulo Alemão.

Mas como foi sua atuação como sindicalista durante a Guerra?

Tem muita história. Em 1942, por exemplo, eu trabalhava na Laminação Nacional de Metais, do Pignatari. Então eu me filiei ao Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Aí eu encontrei o Vitor Saviato, que estava organizando as células do PC dentro da fábrica, e começamos a nos reunir. Quando chegou a data de inscrição de chapas para concorrer nas eleições sindicais, eu e mais um grupo fomos à sede para apresentar uma chapa de oposição. Fomos barrados na porta, sob a alegação de que não éramos sócios, mesmo diante dos recibos que estavam em nossas mãos. Aí foi um aranzel. O Elias não se segurou e partiu para cima dos caras. Apareceu a polícia, não sei como. Fui agarrado pela gola. Mesmo assim pude argumentar e mostrar os recibos e falar que a CLT nos dava garantia. O tira bambeou e mandou chamar o delegado. Registramos a chapa sob a garantia do delegado. O meu nome foi excluído porque eu não tinha tempo suficiente de base territorial. Eles estavam certos. Ganhamos as eleições e um sindicato com 260 associados.

Você ficou muito tempo na Laminação?

Que nada. Nessa época, eu trabalhava na CAP (Companhia Aeronáutica Paulista), subsidiária da Laminação. Havia uma tabuleta com o nome do gerente geral, que era um italiano. Alguém escreveu “5ª Coluna” embaixo do nome. Eu peguei a tabuleta e completei com uma frase que dizia: “Apesar dos fascistas e dos puxa-sacos, nossos pracinhas conquistaram Monte Castelo.” Deu o maior rebuliço. Fui chamado pela gerência e assumi tudo o que havia escrito. Não tinham como me punir, mas me promoveram e me transferiram para o Campo de Marte, onde não havia nem gente e nem trabalho. Além disso, eu era obrigado a tomar três conduções, acordar às quatro e meia da manhã e levar marmita. Não dava.

Foi mandado embora?

Fui, mas me indenizaram. Então fui trabalhar em Santos, como marceneiro. Estava ganhando dinheiro, vivendo a maior mordomia até que um dia aparece-

Rememória

ram o Rolando Fratti, o Guido Poianas e o Graciano Fernandes e me convocaram para uma reunião em Santo André. Era para assumir novas tarefas, sem discutir.

Sem discussão?

Sim. Na época era assim que se pensava: comunista não discute tarefa.

E que tarefa era essa?

Fui nomeado procurador do Sindicato dos Metalúrgicos junto ao Ministério do Trabalho e à Justiça do Trabalho, para que o presidente do sindicato pudesse continuar trabalhando na fábrica. O partido me tirou o couro nessa época. Tirou mesmo. Pegamos o sindicato com 260 sócios e quando saímos tinha mais de 5.000 filiados. Ir nas portas das fábricas, na Justiça, mandar doente pra Santa Casa... Deu tão certo que os sindicatos dos Químicos e da Construção Civil e uma outra associação também me deram procuração.

Fala um pouco mais da atividade sindical.

Vou contar mais um detalhe. Você sabe que esse negócio de corrupção não é de hoje. A gente estava tentando conseguir carteiras profissionais por todos os meios e não conseguia. Nessas idas e vindas, fui encontrar um cara que, se não me engano, se chamava Amato do Vale. Quando terminei de explicar o que eu queria, ele me disse que era muito difícil, mas que ele gostava de queijo provolone e vinho Gatão, que era o melhor que existia.

Vinho português?

Sim. Saí e fui comprar vinho Gatão e muito queijo provolone. E o Amato acabou me arranjando carteiras, planilhas e até um carimbo da Delegacia do Trabalho para eu mandar fazer um igualzinho. Então, todo sábado, das quatro da tarde às oito da noite eu ia de porta em porta em São Caetano, Santo André, onde tomava um cafezinho, uma cachaça, um conhaque e ia fazendo sindicalização.

Qual era o problema com a carteira profissional?

Evitava perder tempo, enfrentar filas, não dispor de todos os documentos etc. Essas carteiras serviram também para legalizar muitos refugiados da Espanha. Hoje acho que já posso falar, não?

Claro.

Fizemos carteira para o Crispim, o Agildo Barata, Marighella. Imagine o Marighella com carteira da Laminação de Metais! Acho que nenhum deles sabia onde ficava.

Foi esse trabalho que criou condições para que você fosse candidato?

Não, não. Eu acho que foram as prisões nas portas de fábricas. Uma atrás da outra. Na Pirelli, na Isan, na Havaiana... Ficava três, quatro dias e depois me soltavam. Isso acontecia comigo, com o Miguel Andreotti, o Miguel Emílio, o Pinho e outros.

Chegou a contar quantas vezes?

Só nesse período, eu calculo umas 18 cadeias.

E a relação com o Getúlio?

Vou contar um caso para ilustrar. O partido me deu uma tarefa, certa ocasião, que eu reputo audaciosa para não dizer melindrosa. O Getúlio recebeu uma delegação de dirigentes sindicais, no Palácio do Catete. Foi a maior demonstração de puxa-saquismo que já vi. O Abílio da Rocha, do Sindicato de Ceramistas, por exemplo, dizia que os representantes dos operários estavam ali para beijar os pés do presidente, porque nunca os operários viveram tão satisfeitos. E assim foi. Quando chegou a minha vez, eu exibi uma sacola com cadernetas de venda e uma sacola com envelopes de pagamento e, com todo respeito, disse que não era possível viver com aquele salário mínimo. Ele mandou todos saírem, menos eu. Chamou o Marcondes Filho, que era ministro do Trabalho e vivia bêbado, para tomar conhecimento do que eu estava falando. O ministro pegou uma caderneta e um envelope qualquer, deu uma olhada e disse que eu estava com a razão e que estava tudo errado. O Getúlio balançou a cabeça, desanimado. Porra, quem é que não via que ele havia pegado uma caderneta que não tinha nada a ver com o envelope de pagamento e, portanto, não podiam ser comparados. O Marcondes saiu e o presidente perguntou se eu era comunista. Eu respondi que era getulista e ser getulista era informar a verdade. Enfim, falei um monte de baboseiras. O Getúlio não acreditou muito porque disse que poderia mandar me matar. Então, eu pedi que ele aumentasse a cota de jornais do Estado Novo para a gente distribuir lá em Santo André. Passados alguns dias, recebemos mais de 5.000 exemplares. Deu o maior trabalho queimar aquela papelada toda sem chamar a atenção. Passamos noites e noites fazendo isso.

Vamos para as eleições e o seu sucesso eleitoral. Como foi?

Não era agradável ser candidato como tarefa partidária. Eu fui indicado em uma reunião do PC em Santo André, com a presença do Grabois, entre outros. Mas alguns fatos contribuíram para que fossem eleitos 11 deputados comunistas: primeiro, a vitória da União Soviética na Guerra; segundo, a participação do PC na defesa da legalidade; terceiro, o trabalho que a gente vinha desenvolvendo.

Rememória

Você foi eleito deputado estadual e logo em seguida prefeito de Santo André. Que tipo de problema marcou sua curta participação?

Um detalhe: fui deputado estadual constituinte, junto com Ulisses Guimarães, Salomão Jorge, Conceição da Costa Neves e outros. Mas a bancada comunista estava condenada a ser expulsa. A corrupção não é de hoje. Um dia, um grupo de deputados de vários partidos foi convidado para ir a um sítio do tio do Moura Andrade, em Arujá. Havia umas mulheres só de calcinha e sutiã que se aproximaram da gente tentando nos acariciar, nos convidando para ir pro meio do mato. No grupo de deputados estavam Nico Feliciano, Edmundo Falconi, Arnaldo Borghi, Emir Farah, Gabriel Migliori...

E você.

Eu também. Eu me recusei a ir pro mato com as moças por duas razões: medo de ser fotografado e ser exposto a um escândalo público (uma questão de vigilância) e por medo de pegar gonorréia, sendo um homem casado. Depois de muito uísque e churrasquinho, o tio do Moura Andrade nos reuniu e disse que tinha um projeto que envolvia 20 milhões de cruzeiros e que, se nós aprovássemos um projeto com o valor de 50 milhões, ele repassaria 30 para serem divididos entre nós. O Feliciano só faltou beijar o homem. Começaram a discutir a forma de receber a grana, se em dinheiro ou em cheque pré-datado.

Alguém mais do PC?

Só eu pela bancada comunista. Mas, voltando ao assunto, eu pedi a palavra e disse que a nossa bancada não seria corrompida de jeito algum, porque aquela proposta era uma imoralidade. Nos dias seguintes, o Nico Feliciano correu para defender o projeto. Pedi um aparte e ele não deu. Eu me inscrevi e contei toda a história, lá da tribuna. Por isso eu digo que eles só podiam nos expulsar, mais dia menos dia. Eu estava contando esse fato para mostrar que tudo isso contribuiu para a minha eleição a prefeito; além de episódios como esse, eu vivia nas portas das fábricas, onde fui até surrado pela polícia.

Por quê?

Eu estava defendendo o direito dos operários, como deputado. Chegou a polícia e me mandou calar a boca. Eu mandei que eles calassem a boca. Dei voz de prisão aos policiais, mas eles acabaram me prendendo. E me deram muita porrada.

Tudo isso contribuiu para sua campanha a prefeito. E o partido, o que achava disso tudo?

Tem uns fatos que homens como o Diógenes de Arruda Câmara tinham de fazer autocrítica até no túmulo. Num comício muito concorrido, falou o Arruda, como

elemento antifascista, a Carmem Saviani, pelas mulheres, e assim por diante. Quando eu falei, fui o mais aplaudido porque eu dominava os problemas das fábricas, caso por caso; e terminei falando que a gente precisava acabar com tudo que era patrão e ficar só os operários como donos do poder. Foi uma ovação que durou mais de cinco minutos. Foi uma loucura. Em seguida falou o Prestes, um discurso muito bem concatenado. No final, eu e o Rolando Fratti puxamos uma passeata, que terminou com 21 tiros de dinamite. Terminado o comício fomos para São Paulo e nos reunimos: Arruda, Neivas Lutero, João Amazonas, Grabois e outros, para fazer um balanço. Na primeira rodada, quase todos elogiaram o sucesso alcançado. Quando chegou a vez do Arruda Câmara, ele disse que precisava colocar as coisas no lugar, porque o camarada Armando havia exorbitado, tentando ofuscar o camarada Prestes, e que, além disso, em vez de comandar as massas, tinha sido comandado por ela. Todos os que tinham falado muito bem do comício, poucos minutos antes, começaram a meter o pau em mim, que tinha feito um puta sucesso. Eu respondi que eles não conheciam as fábricas como eu e que o partido tinha sido o grande ganhador nessa história. Quase me expulsaram. *O seu* Arruda Câmara não admitia nenhum tipo de sombra.

Mas e a campanha para prefeito?

Foi fácil ganhar as eleições. Elegemos 13 vereadores militantes do partido e dois simpatizantes, em uma Câmara composta por 31 vereadores.

Vocês chegaram a tomar posse?

Nós tínhamos sido eleitos pelo Partido Social Trabalhista, porque o PC já estava cassado em âmbito nacional. Todos os deputados e senadores estavam cassados e muitos tinham sido presos, como o Caio Prado, o Roque Trevisan, o Grabois, até o Mário Schenberg, que era meu suplente. Imagine só, uma cabeça como o Schenberg suplente de um operário. Só no Partido Comunista. Então, no dia da nossa posse, com a presença de umas 3.000 pessoas, fomos impedidos de entrar. Não havia nem suplentes suficientes para nos substituir. Subi em cima de uma mesa para fazer um discurso e me deram voz de prisão. Um soldado chamado Manoel Messias, a quem eu ajudara a salvar a perna que ia ser amputada, engatilhou sua metralhadora e disse que atiraria em quem pusesse as mãos em mim. Terminei o discurso mas nunca mais vi o soldado, não sei se o mataram... Santo André foi transformada em uma praça de guerra com muita gente ferida. Fui preso durante uns oito ou dez dias e levei muita pancada...

Qual o motivo para promover a cassação?

O de sempre. Os comunistas punham a pátria em perigo porque estavam a serviço de Moscou. Mas a realidade é que eles não podiam tolerar o Partido Comu-

Rememória

nista com o Prestes senador, 14 deputados federais, 11 deputados estaduais e vereadores em muitas cidades deste Brasil.

Você acha que existe algum paralelo entre a Constituição de 1946 e a que está sendo escrita hoje (1988)?

As duas foram feitas pela classe dominante. Se houve algum avanço eu não sei. O Lula fala que houve pequenas vitórias mas o que eu acho é que tudo não passou do que já se havia conseguido em muitas fábricas, principalmente no ABC, como é o caso das 44 horas semanais. A Constituição poderá ter alguns respingos de benefício social, mas no essencial não vai mudar nada.

E o PT?

É um partido que se situa entre os partidos de esquerda, junto com o PCB e o PCdoB. O primeiro tem uma linha política nacional que deixa muito a desejar, mas uma linha internacional muito boa, que se alinha com o bloco socialista. O segundo tem uma linha nacional muito boa, mas sua política internacional é muito ruim. Eles atacam o bloco socialista mais do que o capitalismo americano. Veja a *Tribuna Operária*, dá até vergonha. O PT tem excelentes quadros: Lula, Olívio Dutra, Jacó Bittar, Jair Meneguelli. Mas ainda não conseguiu se livrar da sua origem social-democrata. Eu acredito que, se o PT avançar ideologicamente, tem tudo para se transformar em um partido revolucionário.

Lélia Abramo

por *Alípio Freire*
e *Eugênio Bucci*

Teoria&Debate n° 5 , 1º trimestre de 1989

Lélia Abramo nasceu em 8 de fevereiro de 1911, na cidade de São Paulo. Quinta filha do casal Vincenzo e Yole Afra Abramo, Lélia Abramo pertence a uma família de lutadores. Trotskistas, como seu irmão mais velho, Fúlvio; anarquistas, como seu avô materno Bortolo; humanistas, como seu pai; artistas, como seu irmão Lívio. Aos 47 anos, Lélia tornou-se atriz profissional. Estreou, em 1958, na peça *Eles não usam black-tie*. Ganhou todos os prêmios daquele ano. Exatos 20 anos depois, assumiu a presidência do Sindicato dos Artistas de São Paulo.

Ao longo de quatro anos, cumpriu um papel importante junto às greves dos metalúrgicos do ABC, no nascimento do PT e na organização sindical e política dos artistas. Essa atuação afetou sua carreira profissional; as emissoras de TV, em particular, não mais a contrataram. Durante o governo Luiza Erundina, Lélia participou da equipe da Secretaria de Cultura e deu aulas a um grupo de teatro comunitário na periferia. Aos 86 anos, concluiu em 1997 seu livro de memórias. Sua entrevista foi concedida em 1988 a Alípio Freire e Eugênio Bucci. A segunda e última sessão da entrevista, ocorrida na sede estadual do PT paulista, coincidiu com o massacre dos trabalhadores de Volta Redonda — quando, por ordem do presidente José Sarney, tropas do Exército invadiram a Companhia Siderúrgica Nacional e assassinaram três operários grevistas. Este assassinato, ocorrido pouco antes das eleições municipais de 1988, produziu uma onda de repúdio que refletiu inclusive na vitória de candidatos petistas em importantes capitais, como São Paulo, Porto Alegre e Vitória.

Rememória

Lélia, na década de 1930 você pertenceu à Liga Comunista Internacionalista, liderada por Mário Pedrosa. Era uma organização trotskista, pois não?

LÉLIA ABRAMO — É, bolchevique e leninista. Eu e vários outros militávamos, mas não éramos elementos filiados à organização. A organização só filiava após um período de militância, depois de você provar que realmente tinha decidido lutar contra o Estado capitalista, dando provas dessa postura ideológica e política na prática. E isso você só pode demonstrar na ação, você não pode demonstrar em palavras. Naquele tempo não era bem como hoje, quando as coisas são muito mais diluídas.

Parece que no dia 7 de outubro de 1934, no dia da Frente Única Antifascista, quando militantes socialistas, anarquistas, comunistas e trotskistas colocaram 6.000 integralistas para correr, numa batalha campal na praça da Sé, você foi uma das que transportou as armas...*

Eu não. A mim me entregaram uma arma, mas não fui eu quem carregou. Foi uma coisa tão terrível, tão impressionante, que certos detalhes eu nem percebi direito. Na noite anterior, houve uma reunião entre a cúpula do Partido Comunista, os anarquistas, os socialistas e a organização trotskista. Eu estava no Sindicato dos Comerciários, ali na praça da Sé, de cuja direção participava, mas não sabia da reunião. Na frente tinha o Sindicato dos Bancários. Muitas vezes eu ficava aqui na assembléia dos comerciários, descia a escada, atravessava a rua, e ia lá. Porque eu também trabalhei em um banco. Então eu era bancária e comerciária. Nós éramos elementos de base, não estávamos a par dos movimentos das cúpulas. Nós só recebíamos ordens. Naquele tempo era muito diferente de hoje. Havia um escalonamento hierárquico, que era necessário pois a perseguição era feroz, e se os partidos clandestinos não tivessem a organização férrea teriam sido dizimados, como nos anos 60 e 70, em que ocorreu uma mortandade. Os grandes líderes morreram assassinados da maneira mais bárbara e, sobretudo, da maneira mais lamentável possível, porque deveriam ter sido resguardados. O chefe você não expõe. Isso é contra a teoria da luta clandestina. Bem, mas nessa noite anterior...

Só uma coisa: você está dizendo que o chefe não se expõe. Mas naquela época os chefes da organização trotskista eram o Fúlvio e o Mário Pedrosa, que se expuseram escandalosamente.

Sim, mas estes eram obrigados. Eles eram os elementos atuantes.

Mário Pedrosa até foi ferido...

Foi. Recebeu um tiro. Mas, nessa noite anterior, nós recebemos a ordem, cada

* Ver entrevistas com Fúlvio Abramo, p. 18, e com Goffredo Telles Júnior, p. 214.

um da sua respectiva organização e depois da Frente Antifascista: estar no dia seguinte, às tantas horas, na praça. E recebemos as ordens daqueles que organizavam a distribuição dos elementos, porque cada partido distribuía seus filiados em determinadas zonas nas proximidades da praça da Sé. Aquelas ruas adjacentes à praça da Sé, todas elas eram ocupadas por membros dos vários partidos. Eram artistas, comunistas, trotskistas, socialistas, anarquistas... Eu estava com meus colegas trotskistas, bem perto da escadaria da catedral, onde estavam concentrados os integralistas. E nossos dirigentes disseram: “Quando vocês receberem ordens, atirem.” É claro que não eram militares que estavam dirigindo a ofensiva [risos], eram militantes comunistas. Não sei se entendiam de estratégia de guerra, mas havia um esboço de estratégia. Eu sei que a ordem era deixar passar as crianças, aqueles menininhos todos fardados. Os integralistas fizeram de propósito, levaram as crianças e as mulheres fardadas. E a ordem era deixar passar as crianças, as mulheres e depois avançar. E foi isso que nós fizemos. Foi terrível, foi um tiroteio feio, pois alguns reagiram. A cavalaria estava ali. Não sei que partido eles tomaram, isso não ficou bem claro, sei que tinha muita fumaça, muita correria, muito grito. Os tiros passaram por cima da gente.

Você nem atirou?

Não. Mas o tiroteio foi bem grande. Como é que eu ia pensar? Eu nem pensei. Eu seria incapaz de dar um tiro, teria morrido, isso sim. Para isso a gente estava lá. Mas para dar um tiro... eu não.

Vivendo histórias assim, dos socialistas em batalha corporal contra os integralistas, luta de classes a céu aberto, você deveria ter uma formação política bastante sólida...

A minha formação foi a seguinte: meu pai era um grande humanista, era um intelectual, um homem puro. Por exemplo, quando eu era menina, adolescente, na minha casa havia seis ou sete empregados, que ele tratava com muita generosidade, tudo muito igual. Ele era um homem inteligente, culto. Falava quatro línguas. Tinha muitos livros em casa. Foi na biblioteca de papai que a gente começou a ler, e a ler tudo. Com 15 anos eu já lia Dostoiévski, lia Flaubert, lia Balzac, lia Anatole France. Com 17 anos já tinha lido grande parte da literatura inglesa, francesa, russa. Brasileira é que eu não lia nada. Essa é a grande falha, porque nós tivemos uma educação puramente européia, ao contrário de todos os italianos daqui, da maioria absoluta, que eram todos de extração humilde, sem cultura.

Então você não lia literatura brasileira. Em que línguas você lia?

Lia em italiano. Nós líamos em italiano, em espanhol, em francês. Por que, eu não sei. Eu me lembro de que, muito menina ainda, eu já lia francês. Não sei como aconteceu isso, não tenho idéia, nem lembro, só depois eu entrei num

Rememória

colégio francês... Não estudei no Dante Alighieri como eu queria, mas minha mãe não quis. Minha mãe pôs os filhos, o Fúlvio, o Lívio, o Athos, no Instituto Médio Dante Alighieri, que era o maior colégio da América Latina naquele tempo. Eles estudavam o dia inteiro, almoçavam e voltavam ao estudo. E lá se ensinava o grego, o latim. O italiano era língua obrigatória. Todas as matérias eram em italiano, porque aquilo lá era um território italiano e eles estudavam o português como uma língua estrangeira, como o francês e o inglês. E tinham uma opção para o espanhol ou alemão.

Só os homens freqüentavam este colégio?

Não, homens e mulheres. Era um colégio misto.

Mas você não foi para lá...

Não. Minha mãe não me pôs no Dante Alighieri, para minha consternação e indignação, pois eu queria ir para lá.

Para onde, afinal de contas, você acabou indo?

Eu fui aprender a ler numa escolinha particular e depois fui para um colégio de freiras, francês.

Sua mãe também era italiana?

Era italiana. Era filha de um anarquista. Meu avô, Bortolo Scarmagnan, era muito interessante. Era anarquista e a família era contra. Achava que ele era perigoso [risos]. Quando na Itália, depois da Unificação, começou aquele período difícil, de miséria, que não tinha trabalho e tinha muita perseguição contra a esquerda, sobretudo aos socialistas e aos anarquistas, meu avô veio embora. Ele era casado, já tinha filhos, e assim minha mãe chegou aqui no dia da Proclamação da República, no dia 15 de novembro. Vai fazer um século. Nesse dia eles não puderam descer do navio; os navios estrangeiros ficaram ao largo. Depois desceram, naturalmente, e meu avô se instalou em São Paulo. Vovô era bastante danado. Dizia, “Ah! eu não enxergo direito, leia, leia para mim”, e fazia a gente ler. Então eu lia Kropotkin com 11, 12 anos. É claro que a gente não entendia direito, mas aquilo deve ter ficado na nossa cabeça, claro. Meu avô nunca falou em português, jamais. Ele falava em vêneto ou italiano. Os discursos dele eram em italiano. E todo mundo entendia. São Paulo tinha 700 mil habitantes, 450 mil eram italianos. Essa cidade era tipicamente italiana e era absolutamente civilizada. Era uma bela cidade. Não existe mais a cidade em que eu nasci, em que vivi a minha infância, adolescência. Não existe mais, não tem mais nada.

Sua consciência social começou a se formar desde então?

Eu perguntava por que existia gente pobre e gente rica. Tinha uns 6 ou 7 anos quando comecei a indagar isso para os mais velhos, e cada um me dava uma

resposta. Mas acho que eu nunca me satisfiz com as respostas. A resposta eu mesma procurei.

Que resposta, por exemplo?

Quando, por exemplo, eu descobri que havia prostituição. Mesmo criança, a gente percebe certas coisas. Então, eu me perguntava: por que existe a prostituta? Eu tinha 8 ou 9 anos. Além disso, havia a influência do meu pai, que odiava a burguesia. Era isso. Eu acho que a nossa guinada à esquerda se deve muito mais a isso do que à influência do meu avô materno, que era anarquista. Não acredito muito na influência do meu avô, acho que foi muito pouca. Ao contrário do que os meus irmãos pensam, eu não penso assim.

Você aceitou bem o fato de não ir, como os homens, estudar no Dante Alighieri? Não te pareceu injusto?

Eu compreendi. Porque a minha mãe achava que o colégio francês, e nisso ela tinha razão, preparava mais as moças, compreende? Para a sociedade, para a vida. Nos ensinava os bordados mais belos. Eu sei fazer tudo: rendas, bordados... [risos]. Eu aprendi tudo. Como se serve um chá. Minha mãe achava que era melhor para as filhas aprender tudo isso. Minha mãe era louca por arte. Ela foi uma mulher que com 70 anos começou a pintar. Coisas bonitas!

Você começa a trabalhar, a ter uma profissão, com que idade?

Bom, só depois dos 21 anos. Depois que meu pai perdeu a última fábrica dele, que era uma serraria. Ele podia também ter ficado muito rico, porque era uma empresa no Paraná e lá havia muita madeira, mas ele acabou se atritando com o sócio. Não sei o que aconteceu. Perdeu tudo. E aí, realmente, desanimou. Foi nesse momento que eu me tornei realmente socialista. Porque eu fui trabalhar no escritório de uma fábrica de passamanarias. E acontece que eu fui cuidar das tabelas de produção...

Você fazia a conta exata da mais-valia?

Isso mesmo! Então fazia o cálculo do terreno, o cálculo da construção, o cálculo da instalação da fábrica, da compra da maquinaria, o cálculo da folha de pagamento dos operários, tudo entrava naquele cálculo. Aí eu compreendi o mecanismo da sociedade capitalista.

E aí você entendeu?

Aí eu entendi. Os operários ganhavam uma miséria. Os proprietários eram riquíssimos. Meu Deus, os operários viviam tão mal, comiam naquelas marmitas. Aí, na hora do almoço, passei a ficar com eles. Passei a falar das injustiças da sociedade burguesa, capitalista. Fazia propaganda.

Rememória

Você ficou muito tempo nessa empresa?

Fiquei pouco, porque com minhas conversas fui despedida. O chefe, o dono, me chamou e disse: “Dona Lélia, eu estou muito decepcionado com a senhora, a senhora não pode ficar aqui, a senhora está fazendo propaganda comunista.” Eu disse: “Por que o senhor paga mal os operários? O senhor é tão rico.” A nossa conversa foi boa, foi amigável, mas ele me mandou embora. Nessa altura eu já participava da diretoria do Sindicato dos Comerciários, a convite de um amigo meu.

Quem era esse seu amigo?

Eu não me lembro mais. Ih, depois ele virou espírita, eu o perdi de vista. Era absolutamente apolítico. Naquela época estava se formando o Sindicato. O Sindicato dos Comerciários começou conosco, com pouca gente, naturalmente. Nós saíamos à rua, éramos fiscais também. Nós tínhamos o direito de fechar as lojas da cidade, todas, porque nenhuma obedecia horário. O Getúlio [Vargas] acabara de instituir a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Pela lei as lojas deviam fechar às 18 horas, mas ficavam abertas até as 22 horas. Nós, do Sindicato, saíamos à noite na rua Direita e rua São Bento, e fechávamos as lojas.

Você fazia isso muitas vezes?

Fizemos até o comércio obedecer a lei. Tanto é verdade que esse sindicato, que começou com 200, 300 ou 400 sócios, foi para 12 mil ou 14 mil sócios, em pouco tempo.

Você começou a trabalhar e continuou a morar com seus pais?

Aqui no Brasil. Sempre morei com meus pais. Eu tinha me apaixonado por um dos chefes do Partido Comunista. Mas nós não pudemos nos casar. O PC não deixou... deram a ordem para ele: “Diga a ela que você só casa se ela entrar no Partido.” E eu não ia aceitar. Depois veio a Intentona e ele sumiu.

Mas você vai para a Itália ainda jovem. Por quê?

Foi em 1938. Fui para me tratar de fortes enxaquecas que tinha e que os médicos aqui já não conseguiam resolver. O médico da nossa família dizia: “A Lélia vai morrer.” Meu cunhado era tenente-coronel do Exército italiano e foi convocado para voltar à Itália, designado comandante de uma guarnição na fronteira com a Iugoslávia. Eu e minha irmã Beatriz fomos morar numa cidadezinha muito pequena, de 4.000 habitantes. E meu cunhado tinha dito: “Olha, Lélia, eu te levo para a Itália para você se tratar, mas tome cuidado que eu não posso ser comprometido.” Eu disse: “Eu não vou te comprometer.” Mas é claro que fui lá fazer minha sondagem, procurava saber. O que eu constatei na Itália é que o povo italiano, na sua grande maioria, não era fascista. Isso eu fui constatar depois de

alguns anos que estava lá. Mas para ter um emprego era preciso pertencer ao partido. O povo italiano pertencia ao partido porque só assim conseguiria um emprego. Mas havia uma rede antifascista subterrânea que circulava pela Itália inteira e era organizada. Eu já tinha sofrido uma cirurgia e tive de ficar, para fazer uma segunda operação. Aí estourou a guerra. Foi quando eu pedi a repatriação. Porque logo foram interrompidas as relações entre Itália e Brasil. Pedi a repatriação em Roma, e a embaixada brasileira negou. Fui ao consulado de Gorizia, fui a Trento, a Milão, a Gênova, a Nápoles. Nenhum consulado quis me repatriar porque eu era filha de italianos e os diplomatas brasileiros diziam que eu era italiana. Segundo um acordo entre Getúlio e a Itália, todo filho de italiano nascido no Brasil era italiano na Itália.

O que você fez então?

Fui para Roma, procurar emprego. Consegui um. Disputei com umas 60 candidatas e quando foi a minha vez de ser entrevistada, à parte o fato de que eu era a mais bonitinha de todas, fui fazer o exame junto ao chefe do escritório. Eu estou contando este detalhe para você ver o que era a Itália. Fiz o teste e perguntei a ele: “É necessário pertencer ao partido para ter emprego?” Ele disse: “É claro, a senhora não pertence ao partido?” Respondi: “Não, eu sou brasileira.” E ele disse: “Mas isso não quer dizer nada. A senhora é filha de italianos, então a senhora é italiana. A senhora tem que pertencer ao partido.” Aí eu me levantei e disse: “Bom, então desisto do emprego, porque eu sou antifascista” [risos]. Então, eu cometi essa gafe, meu Deus. Aí ele olhou para mim, deu uma risadinha e disse: “A senhora é antifascista; bem, a senhora pode voltar para casa que depois lhe darei uma resposta.” Quando cheguei em casa, minha irmã disse: “Agora você nunca mais consegue emprego, esse camarada não vai chamar você.” Daí a uns dias ele me chamou. Depois, mais tarde, eu soube: ele fazia parte daquela rede de pessoas que faziam tudo contra o fascismo. Eles se chamavam de La Caserna. Esse é apenas um detalhe que estou contando.

Um detalhe muito importante...

Logo depois as autoridades diplomáticas brasileiras foram chamadas de volta ao Brasil, porque o Brasil já tinha declarado guerra à Itália. Aí a questão ficou muito grave. Voltei para a embaixada, para pedir minha repatriação. Negaram. O embaixador do Brasil, que estava no Grande Hotel em Roma, disse: “Ah, minha filha, para nós você é italiana, portanto você fica aqui. Isso vai acabar logo.” Eu disse a ele: “Não, Sua Excelência sabe muito bem que isso vai durar anos, e eu vou sofrer muitas coisas. E o responsável é o senhor, que está me impedindo de voltar para minha terra.” Ele deu uma risadinha, se despediu, e ficou por isso mesmo. Aí depois de uns dias...

Rememória

Quem era esse embaixador?

Não me lembro do nome dele. Depois de uns dias, recebi ordem de expulsão de Roma. Peguei essa ordem de expulsão e fui até o chefe de polícia da seção estrangeira: “Olha aqui, eu recebi essa ordem de expulsão. O que é que eu faço? Eu sou brasileira, não sou italiana, o que é que eu sou?” Ele disse: “A senhora tem de ir embora, porque a senhora é cidadã inimiga. E tem nome judeu, ainda por cima. Se os alemães entrarem em Roma, a senhora vai ser mandada para a Alemanha.” Respondi que não tinha como e nem para onde fugir, ao que ele me apareceu com uma alternativa: “Escreve uma carta dizendo que a senhora admira Mussolini, que a senhora tem orgulho de ser italiana e fascista.” Foi o momento crucial da minha vida. Eu disse: “Não, isso eu não faço.” O policial disse: “A senhora sabe que está diante do chefe de polícia fascista?” Eu disse: “Sei. Você pode mandar me fuzilar agora. Eu sou antifascista e jamais vou escrever essa carta para o senhor.” Ele deu uma risadinha e disse: “Então a senhora faz um favor, a senhora escreve uma carta dizendo que tem orgulho de ser italiana.” “Bem”, disse eu, “isso eu tenho mesmo”. E assinei a carta. Mas, depois eu soube, ele não iria me fuzilar. Isso ele faria se fosse fascista, mas ele também era da Caserna. Era o chefe de polícia e era um antifascista. Isso constatei mais tarde, quando, após a guerra, tive de me apresentar no Departamento de Estrangeiros da Polícia e ele continuava lá, no mesmo posto. Quer dizer, o fascismo tinha caído, não ele. Ele era antifascista e por isso me salvou. Eu não conto isso para quase ninguém porque ninguém acredita. Uma vez eu contei isso na Globo para uns colegas, numa hora de intervalo da novela, e um colega me disse: “Mentira, você não teria coragem de fazer isso. Nem se você jurar eu acredito.” Mas foi assim. É claro que durante a guerra a vida não tem nenhum valor. Nós estávamos debaixo de “metralhamento” todo dia. Os americanos metralhavam o povo romano todo dia. Roma sofreu 33 bombardeios menores e dois grandes bombardeios. É mentira que os americanos não bombardeavam. Eles bombardearam e destruíram muita coisa em Roma.

E depois da carta, o que é que aconteceu com você na Itália?

Depois da carta, continuei morando em Roma e continuei trabalhando. Eu trabalhava numa produtora de cinema: Artisti Associati. Porque essa idéia de ser atriz sempre me atormentou, a vida inteira. Queria ser atriz, e queria ser militante, queria ser médica. Mas o que eu queria mesmo era ser atriz. Eu era muito magra, embora fosse bonitinha. Quando pedia para o diretor para que me experimentasse, só num teste, ele dizia: “Você precisa engordar.” Eu respondia: “Mas como é que eu engordo se nós estamos numa guerra?” Eu pesava 54 quilos, e ele afirmava: “Nós, os italianos, gostamos de gordinhas.”

E você fazia o que na produtora?

Eu era correspondente da firma, da seção de distribuição dos filmes.

Era aquele emprego que o cara te deu?

É, daquele chefe de escritório, que também era antifascista.

Era o Remo, não era? Vocês depois ficaram juntos, não?

Sim, era o Remo Cipriani. Ficamos juntos cinco anos, mas não nos casamos.

E quando é que você volta ao Brasil?

Em 1950. Minha irmã se separou do marido e aí eu tive de voltar, porque ela era doente, meu pai tinha falecido também, e eu precisei voltar. Meus irmãos insistiram para que eu voltasse.

Você e sua irmã?

É. Eu e minha irmã. Ah! tem uma coisa que eu esqueci de falar. Lembra daquele moço com quem não pude casar? No dia em que voltei recebi um recado dele. No dia seguinte nos encontramos e, naturalmente, reatamos o elo perdido.

E o Remo ficou?

Ficou. Eu já tinha me separado dele nessa altura das coisas.

E vocês voltaram a se ver?

Não. Só voltei a falar com ele em 1973, quando visitei Roma, depois de 23 anos. Fiquei em Roma quase dois meses. Fiquei um mês entre Paris, Espanha e Bélgica, e depois fiquei dois meses e meio em Roma. No último dia, em Roma, telefonei para ele.

E vocês só se falaram pelo telefone?

É. Só pelo telefone.

E você não quis mais vê-lo?

Não. Não quis. Porque foi bobagem a gente ter rompido. Não foi por minha causa... Mas o que me agradou muito nessa conversa que tivemos depois de 23 anos é que Remo se mantinha trotskista [risos].

Ah! ele era trotskista...

Quando o conheci, ele era simplesmente um antifascista. Depois, naturalmente, contei toda a história de Trotski e aquela coisa toda. Ele não militava, mas era trotskista, do que gostei muito, porque ser fiel a uma idéia, depois de 23 anos, é uma prova de caráter. Mas foi só. Esse meu caso particular acabou aí.

Rememória

Bem, você volta, em 1950, e entra finalmente para um grupo amador de teatro de língua italiana, não é? Como se chamava esse grupo?

Muse Italiche. Quer dizer, Musas Itálicas. Era um grupo antiquíssimo. Já existia quando eu fui embora para a Itália.

Vocês representavam em italiano?

Sim, em italiano. Era um grupo ótimo. Tinha um nível de profissionalismo bem elevado.

Mas era amador.

Era amador, porque ninguém ganhava. Pelo contrário, a gente até perdia dinheiro.

Então qual era a sua atividade profissional?

Eu trabalhava na ANSA (Agência Noticiosa S.A.). Quer dizer, não desde que cheguei. Na Itália me especializei em distribuição de filmes porque trabalhei com Mário Zama, que era o melhor executivo de distribuição, aluguel e controle de filmes da Europa. Ele era medalha de ouro, dada pelos americanos. E fui secretária dele. Então, aprendi esse *métier*. A distribuição, o aluguel e o controle de filmes. Quando voltei para o Brasil, tinha uma firma aqui, a Europa Filmes. Era uma firma pequena. Importava filmes europeus, sobretudo italianos, e distribuía no Brasil, e eu me empreguei. Só que não me dei bem. Porque o método europeu... [risos] o método que eu aprendi era outro. Eu não quero discutir o mérito daquela organização de distribuição de filmes. Mas o método brasileiro era outro, e me pareceu menos eficaz.

Você lembra alguns detalhes desse método brasileiro?

Não. O método daquele tempo era muito caótico. Era uma coisa terrível. Eu ficava abismada, porque estava acostumada com o trabalho na Itália. Ficava abismada: os filmes saíam a partir da cidade de Sorocaba, de Araraquara, e daí para a frente ninguém tinha mais controle, eles se perdiam aí pelo interior.

Não tinha controle do quê? Da bilheteria?

Não. Controle de onde iam parar as cópias.

Ah! Nem controle de onde estavam as cópias?

Pois é. O sistema era muito caótico, pelo menos nessa firma. Não sei das outras.

Quanto tempo você ficou nisso?

Ah, pouco tempo, porque era um caos horrível e eu não me acostumava.

Não deu certo?

É. Não deu certo. E aí, nesse período, chegou, ou melhor, já estava aqui no Brasil, o [Gianninno] Carta.

O pai do Mino Carta?*

O pai do Mino Carta. O Mino Carta era um menino quando eu o conheci. O pai do Mino Carta era um excelente jornalista. Homem muito culto e preparado. Era amigo do Cláudio [Abramo], meu irmão. Nessa ocasião, o Carta recebeu autorização para instalar aqui no Brasil a ANSA. Então, deixei o meu emprego e fui trabalhar na ANSA, como jornalista. Gostava muito do trabalho que fazia.

E na ANSA você fazia reportagem? Ou só redigia?

Só redigia notícias. Eram apenas cinco horas de trabalho. Vinham as notícias pelo telex e a gente tinha que diminuir.

O ano disso você se lembra?

Não lembro. Foi desde a instalação da ANSA até 1958, quando entrei para o teatro. Durante esses anos deixei o grupo da Muse Italiche por outro que ficou sendo dirigido pelo meu irmão Athos.

Como se chamava?

I Guitti, que quer dizer os mambembes. Era muito bom. Nós fizemos peças de Pirandello, de Hugo Betti, um dramaturgo italiano, e outros autores italianos. Foi justamente numa peça de Hugo Betti, *A rainha e os rebeldes*, que tinha sido apresentada também no TBC (Teatro Brasileiro de Comédia) uns dois anos antes, que o diretor Zé Renato me viu. Assistiu ao espetáculo e me convocou, me chamou para o Teatro de Arena.

Quantas peças você já tinha feito até então?

Ah, eu já tinha feito umas dez, mais ou menos.

Qual foi o seu primeiro papel?

O meu primeiro, como todo papel de amador, foi o de uma empregadinha que entrava em cena, dizia umas palavras e saía. Fiquei tão magoada de sair tão depressa que queria voltar para o palco. Mas eu não tinha nada para dizer... [risos]

Qual era a sua fala? Você se lembra?

Eu não me lembro da fala. Eram três ou quatro falas só. Trocava algumas palavras com o ator principal da peça e só. E me senti tão bem, me senti tão

* Jornalista, nascido em Gênova, Itália. Aos 12 anos veio com o pai para o Brasil. É um dos mais importantes jornalistas do Brasil, tendo participado da criação das revistas *Quatro Rodas*, *Veja*, *Isto É*, além do *Jornal da Tarde* e *Jornal da República*.

Rememória

feliz de estar no palco, que meu desejo era voltar, senti um impulso fortíssimo de voltar.

Essa foi a sua descoberta?

Não, eu já sabia que queria ser atriz. Que era atriz, isso eu já sabia desde pequena.

O Zé Renato [José Renato Pécora] te convidou em 1958?

Era 1958. Eu tinha, portanto, 47 anos quando comecei a ser atriz profissional. Ele me chamou, mas não tinha papel para mim. Foi em janeiro de 1958 que ingressei no Arena, para fazer um pequeno papel numa peça que o [Augusto] Boal ia dirigir, mas não vingou, não deu certo. Aí, o Zé Renato tirou da gaveta essa peça do [Gianfrancesco] Guarnieri, que era *Eles não usam black-tie*.

Engavetada?

É. Estava engavetada e o Zé Renato disse: “Vamos fazer esta.” Foi muito engraçado, porque quando nos lembramos disso nós damos risada. Ele disse assim: “Vamos fazer essa pecinha do Guarnieri. É uma peça simples. Nós vamos fazer, para ver se conseguimos ficar mais um mês ou dois para poder pagar os aluguéis que estão atrasados”. O Arena ia fechar. Estava em bancarrota.

Aí vocês fizeram aquela tal "pecinha"?

Aí nós fizemos “aquela pecinha”, que foi um triunfo, porque essa “pecinha” é um marco, nós rompemos muita coisa com ela. Em primeiro lugar, ela foi feita com uma forma naturalista de interpretação. Foi um naturalismo organizado e dirigido nos mínimos detalhes pelo Zé Renato. Não foi naturalismo rastaquêra. O meu personagem era Romana, ótima. Tive a sorte de ganhar todos os prêmios como atriz coadjuvante em São Paulo e no Rio. Na estréia estavam todos os atores do TBC, porque naquela época as estréias não eram como nos dias de hoje. Todos os atores iam, todos os críticos iam. E alguns convidados especiais. E o Arena é um teatro pequeno, de modo que lotou com os atores. Lá estavam o Sérgio Brito, a Fernanda Montenegro, todos os atores e críticos. E eu sei que o Sérgio veio me cumprimentar, todo mundo me cumprimentou; depois de um mês, mais ou menos, não lembro bem, ele me convidou para fazer parte do *Grande Teatro Tupi*, o melhor programa de televisão do Brasil naquela época, dirigido por ele, pelo Flávio Rangel, pelo Fernando Torres e pelo Antunes [Filho], com atores como Fernanda Montenegro, Natália Thimberg e Zilka Salaberry. Muitos outros atores de primeira linha.

Você estava casada?

Não. Eu não estava casada. O meu relacionamento com aquele jovem já tinha acabado. Eu estava sozinha e bastante desesperada. Então, aí, já era uma ruptura

sem volta. Acho que isso foi um impulso também, que me levou ao ápice. Eu desejei tanto ser atriz na minha vida que eu não tive nenhuma dúvida quando o Zé Renato me chamou.

Vamos dar um salto aqui, mas só para fazer uma contraposição, que na vida de atriz pode ter sido importante. Como foi a experiência de você fazer o filme, depois dessa peça que foi tão importante na sua carreira?

Os produtores do filme não me aceitaram para o papel da Romana. Diziam que eu era muito velha para fazer a mulher do Otávio, interpretado no filme pelo Guarnieri. Nesse caso tinham razão, mas acontece que, depois que eu vi o filme, eu não estava assim tão envelhecida.

Quem não quis que você fizesse?

Eles todos. Eu acho que foi o Guarnieri, que era o dono da coisa. [Leon] Hirszman chamou a Fernanda Montenegro. É claro, não se discute o trabalho da Fernanda Montenegro. Ela é fantástica, e sua interpretação no filme é inesquecível e inquestionável. Quanto a mim, ofereceram-me um papel inexistente na peça — a mãe de Maria — mas a fim de não aceitar fui pedindo cada vez mais, pedi uma cifra impossível. Os produtores insistiram, o Guarnieri chegou a dizer que eu dava sorte. Foi por superstição que me incluíram no elenco.

E agora um problema político, também, sobre esse período. Existia algum tipo de discussão entre vocês do Arena e o pessoal do TBC? E, num segundo momento, você ficou decepcionada com a inserção política do filme Eles não usam black-tie na situação do Brasil? Fala do TBC primeiro.

Em que sentido, o TBC?

Porque o TBC era uma proposta de teatro e o Arena era outra, completamente diferente.

Mas essa é uma interpretação equivocada.

É uma interpretação corrente...

É uma perspectiva errada que se tem. Naquela época não havia nada disso. O Arena não surgiu como um antagonista do TBC, isso é uma bobagem. O Arena surgiu como um teatro que não possuía os recursos do TBC e que não podia contar com os diretores estrangeiros, cenógrafos estrangeiros, iluminadores estrangeiros. Eram diretores, atores, cenógrafos que decidiram organizar um elenco menos vistoso, mas inteiramente bem equipado em recursos humanos.

Mas o Arena tinha uma proposta nacional, não?

O Arena não tinha nenhuma proposta nacional. Creio eu — porque certa vez eu fiz um levantamento, agora não me lembro dos nomes das peças, mas fiz um levanta-

Rememória

mento entre as peças todas que o TBC encenou e as peças todas do Arena... E vou contrariar um mito: o TBC fez muito mais peças nacionais do que estrangeiras e o Arena, ao contrário do que se pensa, fez mais peças estrangeiras.

Mas não eram peças estrangeiras de conteúdo...

Não. Era a mesma coisa que o TBC. Há muitos equívocos aí.

Por que se formou essa idéia?

Essa mentira se formou depois, por questões políticas. Sabe por quê? Em primeiro lugar, o TBC foi fundado e mantido por um italiano, um mecenas. E o brasileiro não gosta de italiano. Acha e considera o italiano um europeu inferior, isso os brasileiros ignorantes, é claro. O TBC foi o único momento, na história do teatro no Brasil, até hoje, em que o teatro ofereceu estabilidade econômica e profissional. Era uma companhia estável, que dava férias, tinha os dias de trabalho e as horas de ensaio, tinha o seu guarda-roupa certo. Era uma organização perfeita, funcionava profissionalmente como as companhias da Europa. Então, ninguém quer admitir que isso aconteceu com um italiano. Um italiano que, ainda por cima, fez cinema, a Vera Cruz, com aqueles estúdios gigantescos, maravilhosos, que deixaram destruir. Se tivessem sido feitos por um francês ou por um inglês, eles os teriam elevado às nuvens e guardariam isso como um monumento nacional.

Eles quem?

Todas as gerações que vieram em seguida e após a derrocada do TBC.

Você não tinha uma militância naquele tempo?

Não. Não tinha nenhuma, mas era trotskista.

Lélia, agora a questão do filme Eles não usam black-tie. O filme apareceu no tempo em que o PT estava nascendo. Estava nascendo no meio das greves operárias do ABC e o filme acabava passando uma visão contrária à organização da greve.

É claro, porque era a posição do PCB na ocasião do filme.

Mas não era bem a posição da peça original, era?

Não, não era. Pelo contrário, eu acho que aí houve uma coisa antagônica à peça. Tanto que, num debate sobre o filme, me lembro de que falei isso mesmo, falei o que penso. Achei que o próprio autor, o Guarnieri, havia feito uma concessão.

Isso te frustrou?

Eu não tinha nada com o filme, compreendeu? Aceitei porque insistiram, e fiz aquele personagem como pude.

Agora vamos voltar lá para trás novamente. Você terminou indo para o Teleteatro Tupi.

Ah, sim, para o *Teleteatro Tupi*, no Rio de Janeiro. Nós íamos para lá, mas na terça-feira voltávamos para São Paulo, porque os teatros funcionavam de terça a domingo. Continuei na ANSA por alguns meses, porque lá eu ganhava muito bem e no teatro fui ganhar a metade do que eu ganhava na ANSA. Apesar disso, pedi demissão.

Você ficou famosa da noite para o dia?

É, fiquei conhecida da noite para o dia. Tanto é verdade que na noite em que estreei no Arena ninguém sabia quem eu era, ninguém tinha ouvido falar de mim, porque como amadora não tinha usado meu nome.

Você usava outro nome?

Eu usava nome falso.

Qual era o seu nome falso?

Eu me chamava Lia Dogliani. É um nome italiano.

Inspirado em quê?

Lia é a última partícula do meu nome e Dogliani era uma cidade onde tinha nascido o presidente da República italiana daquele ano. Peguei o nome dessa cidade do Piemonte, região do norte da Itália. É bobagem.

Fale agora um pouco da sua retomada da militância política. Em 1978 você se torna presidente do Sindicato dos Artistas [de São Paulo]. E você deu uma outra vida para aquele sindicato.

É, realmente. Eu compreendi a importância do Sindicato; estavam começando as greves dos metalúrgicos, e eu sabia também da importância dessas greves. Significavam o princípio da derrocada da ditadura. Fui a primeira e a única presidente de sindicato não-trabalhador a apoiar as greves e imediatamente procurei o Lula [Luís Inácio da Silva]. Só que o Lula tinha, naquele período, preconceito contra os burgueses...

Contra estudantes também.

E ele nem me recebeu. Mas quem me recebia eram o Devanir [Ribeiro], o Djalma Bom. Eu saía do Sindicato, tomava um ônibus e ia sozinha até lá. Uma tarde, fui a São Bernardo e o Devanir estava todo preocupado. Tinham recebido toneladas de mantimentos...

Porque eles estavam organizando aquele Fundo de Greve, né?

Rememória

É. Toneladas de mantimentos. Tinha assim tonéis carregados de mantimentos. Para eles era uma novidade. Eu disse ao Devanir como tinha de fazer: “Você tem de requisitar balanças enormes, industriais, e saquinhos de papel de um quilo, de cinco quilos e de dez quilos. Aí, encher os saquinhos com arroz, feijão, batatas, massa etc.” Eu não obriguei o Sindicato dos Artistas a se definir, mas abri o Sindicato, em sinal de solidariedade, e proclamei uma assembléia permanente para recolher dinheiro e mantimentos. Requisitei o teatro Maria Della Costa e instalamos a assembléia permanente em solidariedade aos metalúrgicos.

E a categoria acompanhou isso?

Acompanhou toda a luta. Os atores saíam do seu teatro, passavam no Maria Della Costa e ficavam lá conversando, às vezes até altas horas da madrugada...

Foi aí que o Lula começou a te admitir?

Quando já estávamos bem entrosados com o pessoal de São Bernardo houve um incidente. Estava marcado um comício na cidade. Estava todo mundo lá, [Franco] Montoro, Fernando Henrique [Cardoso]. Mas o comício acabou não acontecendo como programado. Quando chegamos lá, o Djalma Bom estava com a palavra. Havia milhares de pessoas debaixo de uma chuva torrencial, ninguém saía da praça, todo mundo chamando pelo Lula e o Lula não estava. Aí eu disse para o Djalma Bom: “Djalma, eu quero falar.” Ele respondeu: “Mas ninguém vai falar, eu estou falando em nome de todos os sindicatos.” Disse a ele: “Mas eu não te autorizei a falar em meu nome, você não pediu minha autorização, isso aqui não está me cheirando muito bem.” Disse ao Fernando Henrique: “Isso não está me cheirando bem, aqui tem coisa.” Chamei o Jacó Bittar: “Jacó, eu quero o endereço do Lula.” Para encurtar esta história, só digo que levou três horas para eu conseguir o tal endereço e, quando ameacei ir para os jornais, aí me puseram num carro, só porque eu bati o pé e ameacei: “Eu vou para os jornais.” Deram mil voltas lá por São Bernardo. Mas afinal chegamos até o Lula que, por sinal, não estava na casa dele, mas na casa do sogro. Chego lá, o Lula estava de tanguinha, estava um ambiente abafado. Ele estava numa sala onde havia sindicalistas. O Sindicato dos Jornalistas já tinha entrado também no bolo. Foi o segundo sindicato não-operário que aderiu, logo depois de mim. O presidente do Sindicato dos Jornalistas, o Davi [de Moraes], falou, lamentando que o Lula não tivesse ido ao comício, mas falou pouco, só algumas palavras. Quando ele terminou, esperei que todo mundo falasse, mas ninguém abriu a boca. Eu me prontifiquei: “Então eu vou falar.” Aí me lembrei, nós atores somos muito danados, me lembrei do discurso de Marco Antônio, na peça *Júlio César*, de Shakespeare, quando ele diz: “Eu vim sepultar César, não vim elogiar-lo.” Então eu disse para o Lula: “Eu não vim aqui para te elogiar, mas vim para te censurar e te criticar.” Eu me lembrei do ato de solidariedade à greve dos metalúrgicos que

estava marcado para aquela noite na Assembléia Legislativa e meti a bronca nele: “Você vai levantar daí e vai até a Assembléia, no Ibirapuera.” Estariam concentradas lá todas as forças de oposição, debaixo do regime da ditadura, era um ato importante. E continuei: “Você vai sair comigo e nós vamos lá, agora. Porque você não entende que está sendo vítima de uma trama, de uma cilada, de um ardil que alguém aqui teceu e não tem coragem de se abrir e se denunciar. Alguém aqui está tramando contra você, está querendo a sua ruína, mas agora você vai se levantar, vai se vestir, eu vou te levar para a Assembléia e você vai fazer isso já.” Na frente de todos os homens. Eu não sei o que foi que me deu, sabe? Mas me deu isso. Eles me olharam espantados e eu continuei: “Não sei o que é, mas isso um dia vai se saber, a história vai contar a verdade; aqui tem uma traição, uma grande traição, e eu não vou permitir que você seja vítima dessa traição. Você vai sair comigo.” Então ele foi para o quarto se vestir. Daí a pouco três pessoas foram para a cozinha, bloquearam ele lá embaixo. O Jacó Bittar se levantou, foi ver o que estavam falando. Eles tinham cercado o Lula, o Lula estava sentado e eles estavam em volta dele. Aí o Jacó me chamou: “Lélia, vai lá, está acontecendo alguma coisa.”

Quem eram as pessoas?

Eu não conheço. Sei que fui para a cozinha e disse: “Bom, bom...” Eu pus a mão na mesa, estavam o Lula e os outros três em volta dele. “Como é, Lula, vamos ou não vamos?” Quando ele se viu desafiado por mim, se levantou e disse: “Vamos.” Debaixo de uma tempestade terrível, no caminho, estávamos eu, o Jacó Bittar guiando, o Djalma Bom, o Devanir Ribeiro e o Lula. Aí, no caminho, o Lula disse: “Sabe, Lélia, nós temos de fazer o Partido dos Trabalhadores.” Achei engraçado. E disse: “Mas o Partido dos Trabalhadores deve ser o Partido Comunista.” Ele respondeu: “Não. É outra coisa.” Eu disse: “Tá bom, depois você me fala.” Quando chegamos na Assembléia, eu o segurei pela mão. Atravessamos aqueles corredores todos. Quando cheguei na porta daquele salão ali da Assembléia, lotado, apinhado até as paredes, estavam todos os elementos da oposição presentes. Quando Lula entrou, a Assembléia inteira se levantou para aplaudi-lo, ele foi ovacionado. Ele deu a volta e quando, já na mesa grandiosa, pegou o microfone, caiu em prantos. Compreendeu — creio eu — o que estavam fazendo com ele. Tinham tramado... Alguém queria desmoralizar o Lula, desmoralizar o Lula perante os operários que o esperavam num comício, debaixo de chuva, em São Bernardo do Campo.

E depois aconselharam o Lula a não ir para a Assembléia Legislativa?

Claro.

E o Lula falou nesse dia?

Rememória

Primeiro caiu num pranto e depois falou lindamente, como sempre. Eu pensei: “Bom, a minha missão está cumprida.” Por anos o Lula sempre teve uma palavra amiga para mim.

Lélia, você era presidente de um sindicato numa época de tanta atividade política e de acirramento brutal das contradições. Você também trabalhava como atriz?

Foi aí que começou o boicote, meu filho. Eu estava numa novela, e numa novela de grande sucesso.

Qual era?

Era *Pai herói*. Mas a Globo me cortou, matou meu personagem. Aí começou o boicote.

E você foi demitida?

Fui demitida. Não podiam fazer isso comigo porque eu era presidente do Sindicato. Quando protestei, me responderam: “Mas você não tem personagem, você tinha um contrato de trabalho para um personagem determinado, o personagem terminou, nós não temos obrigação.”

Lélia, e o episódio de você candidata a senadora?

Foi em 1982. Pois é, eu era suplente do Jacó Bittar. Acontece que li no jornal que era suplente; não fui avisada nem consultada.

E aí?

Aí, deixei estar. Que fazer? Considerava difícil o PT eleger um senador na época.

Você chegou a sentir preconceito dentro do PT por causa da sua identidade trotskista?

Acho que sim, eu acho que foi isso. Sempre fui trotskista, nunca escondi e continuo sendo.

Apolonio de Carvalho

por *Paulo de Tarso Venceslau*

Teoria&Debate n° 6 , 2º trimestre de 1988

“Jovem aquariano” de 85 anos de idade, nasceu em 9 de fevereiro de 1912, na cidade de Corumbá (MS). O hoje coronel de artilharia Apolonio de Carvalho teve uma vida como poucas. Oficial do exército brasileiro, foi preso por ter participado do levante de 1935. Libertado, filiou-se ao Partido Comunista e seguiu para a Espanha, onde combateu na Guerra Civil, em defesa da República. Com a vitória de Franco, Apolonio asilou-se na França, onde participou da resistência contra os nazistas. Foi na França que Apolonio conheceu Renée-France Laugery, sua mulher até hoje, na época adolescente de uma família de comunistas franceses. De volta para o Brasil, em 1947, integrou a direção do PCB. Após o golpe militar, foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Preso e torturado, partiu para o exílio graças ao seqüestro, por um comando guerrilheiro, do embaixador alemão no Brasil. Em 1979, com a Anistia, retornou do exílio. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores e integrou sua direção nacional desde 1980 até 1987, quando pediu “dispensa”, por motivos de saúde. Ao longo dos últimos 20 anos, concedeu diversos depoimentos. Um deles, em 1979, de 70 horas de duração, encontra-se nos arquivos da Universidade Federal Fluminense e do MEC. Outro, de 13 horas, está nos arquivos do Museu da Imagem e do Som. Um terceiro depoimento, que também contou com a participação de Renée, foi concedido em 1989 a Paulo de Tarso Venceslau (com a colaboração de Daniel Aarão Reis Filho), ocupando excepcionais 21 páginas de *Teoria&Debate*. Desde então, após “um cerco bastante fraterno para que escrevesse um livro”, Apolonio concluiu e lançou, em 1997, sua autobiografia intitulada *Vale a pena sonhar*.

Rememória

Apolonio, sabemos que, em 1935, boa parte do Exército do Rio Grande do Sul estava envolvida no processo insurrecional, mas acabou não participando. Assim mesmo, você foi preso e transferido para o Rio de Janeiro. Como oficial do Exército, como foi seu engajamento na Aliança Nacional Libertadora (ALN)? Você já era do PCB?

APOLONIO — Antes de tudo, foi uma opção voluntária muito colada a problemas e impulsos muito particulares e ligados a uma época muito original. A minha geração foi uma geração privilegiada, porque ela abarcou três das fases mais altas de presença popular na vida do país e de crises econômicas que agitaram inteiramente a vida nacional: as fases de 1930, 1960 e a fase nova, que nós estamos vivendo desde o final dos anos 70. A geração de 1930, eu considero uma geração privilegiada: tivemos diante de nós os grandes dilemas do mundo e da humanidade. Dilemas que não se limitaram apenas a exigir opções, mas que exigiram soluções imediatas ou a muito curto prazo. Por exemplo: o problema da paz ou da guerra nos anos 30. O problema da democracia, da liberdade ou dos regimes totalitários (o nazismo alemão, o fascismo italiano, o franquismo na Espanha, [o Marechal] Pétain na França) ou, dentro das características nacionais, o Estado Novo brasileiro. Também tivemos o problema da crise econômica e a grande questão: sobre quem recairiam os efeitos da crise econômica.

Esses eram os grandes dilemas da época que vinham um pouco das agitações que tinham ocorrido em anos anteriores. No Brasil, os anos 20 são anos de governos autoritários no mais alto nível: quatro anos de Estado de sítio no governo [Artur] Bernardes, de 1922 a 1926; o governo Washington Luís, que considerava o movimento social, o socialismo e o comunismo questões de polícia; como reação houve a primeira tentativa de uma Frente Única de caráter popular que o Bloco Operário e Camponês, dos anos 1926 e 1927, tentou ressuscitar depois e não conseguiu. Essa situação nova impunha a predisposição para a participação na vida política. Mas também havia outros elementos: havia a presença política organizada da classe operária na cena política nacional. A presença do PC, fundado em 1922, que só aparece verdadeiramente como uma força política organizada e independente, trazendo mensagens próprias, na primeira metade dos anos 30. Inclusive com a versão brasileira da política das frentes populares: a Aliança Nacional Libertadora em 1935. Tudo isso determinou que a minha geração participasse mais diretamente dos acontecimentos. Na minha família havia também os efeitos, desde a infância, de um outro momento muito particular na história do país, que vinha do final do século passado, das grandes crises políticas, da crise geral do escravismo, da crise geral do regime de monarquia, dos anseios de mudança e da modernidade, a busca da República e de

um pouco de liberdade e de participação, dentro dos limites e da consciência trabalhadora da época.

Foi a primeira ruptura com o passado e o primeiro ensaio de entrada na era contemporânea de nosso país, porque estávamos muito atrasados. Tudo isso contribuiu para formar uma idéia de liberdade, de apego à idéia republicana, aos princípios dos direitos humanos e, sobretudo, a recusar regimes de força. Todos esses, também, são elementos que conduziam para um afluente a disponibilidade interna da vida política, dentro de uma organização revolucionária contestatória. Não ainda socialista.

O positivismo era muito forte nesse momento e, principalmente, junto ao Exército brasileiro, às Forças Armadas. Como é que você tratou esta questão, ou até 1935 isso não teve força maior?

APOLONIO — Há os que dizem que na própria existência, no próprio espírito das concepções que, em parte, geraram a vida do Partido Comunista nos primeiros anos a influência positivista estava presente, inclusive nos setores das Forças Armadas, da oficialidade. E meu pai, que tinha sido cadete de Benjamin Constant, uma das figuras mais conhecidas dos adeptos do positivismo naquela época, nunca revelou simpatia por regimes autoritários. Pelo contrário, prevalecia a visão de espírito de liberdade, de espírito de apego aos princípios republicanos, dos direitos humanos e, sobretudo, a recusa do regime de força. Talvez o velho refletisse alguns elementos herdados de sua origem: filho de camponeses pobres, migrado para Salvador para poder viver, operário em Salvador, foi soldado do Exército. Depois, fazendo exame na Escola Militar da Praia Vermelha, saindo oficial e continuando com este espírito, apesar de se dizer e se sentir positivista. Como eu vou para a Escola Militar do Realengo...

Em que ano?

APOLONIO — Em 1930. Então, eu vou para a Escola Militar do Realengo e encontro estímulos a este espírito. Por quê? Porque todo o Exército, neste momento, e a juventude da Escola Militar, em particular, todos nós sofríamos influência muito grande dos estados românticos e da trajetória de lutas e heroísmo dos combatentes da Coluna Prestes, do tenentismo e de suas bandeiras. Eram bandeiras de austeridade dos governos, de respeito ao povo de uma maneira geral, de democracia, sobretudo de recusa aos regimes de força: dignidade, liberdade e democracia. Então, na Escola Militar, a gente encontra este ambiente gerativo da democracia. É um Exército que está muito envolvido por uma contestação armada que percorre o Brasil durante dois anos, em novos ensaios de contestação que se repetiram em 1928 e, também, toda uma crise política que prepara o movimento armado no país, que

Rememória

é o movimento de 1930. Essa situação abre campo para debates, uma certa liberdade de opinião e de pensamento no interior da Escola Militar.

A Coluna Prestes teve grande participação de militares. Esse fato não desencadeou uma ação repressiva nos quartéis, como ocorreu depois de 1935, depois de 1964 mais ainda, aumentando o rigor no processo de seleção dentro do Exército?

APOLONIO — Eu creio que os efeitos foram outros porque a crise política que intervém, no momento, tem um caldo de cultura extraordinariamente forte. É a maior crise cíclica, a mais brutal das crises econômicas de que se tinha conhecimento. A crise de 1929 é, portanto, algo que abala, inclusive, a rotina da vida de cada cidadão. Estamos entrando na preparação de grandes choques, das eleições, do movimento político-militar de 1930. Ao mesmo tempo, nós temos o Exército dividido e marcado por um certo mal-estar, porque a Revolução de 1930, que iria dar lugar especial aos tenentes, e, também, a revolução da burguesia industrial, que fez sua revolução democrática neste momento. Então você tem, além dos tenentes, a co-autoria dos capitães que são generais. Cordeiro de Faria, num trabalho muito interessante sobre sua biografia, fala da divisão relativa entre certas esferas da oficialidade: as que tinham participado dos círculos oficiais e as que vinham dos círculos contestatórios, que eram os círculos dos tenentes. O movimento de 1932 iria colocar em choque as duas alas do Exército. Mas, em cada uma delas, haveria os que antes eram partidários da rebelião e os que eram partidários do círculo de oficiais, portanto legalistas. Então, cada lado uniu estas forças que estavam antes taticamente contrapostas. Era um período de transição na vida política do país. O movimento de 1932 permitiu amenizar esta situação e buscar o rumo para a homogeneidade do quadro da oficialidade que se veria de maneira mais completa e categórica diante dos acontecimentos de 1935.

Getúlio Vargas é uma figura polêmica na história do Brasil. Qual o papel que ele desempenhou nesse período?

APOLONIO — Cada figura tem seus dois lados. Os anos 30 não têm um momento político-militar arbitrariamente escolhido por esta ou por aquela personalidade ou grupos políticos ou grupos econômicos. São anos que marcaram a escalada do capitalismo no Brasil. É a revolução democrática no país, ocupação de postos importantes e determinantes no aparelho de Estado por sua parte mais forte e mais voltada para as mudanças, que era a burguesia industrial. Getúlio tem um papel de agente ativo, participante, que dá fim à República Velha e que deve criar uma situação nova. É quando entra na cena política e inicia o seu governo, numa situação em que o Brasil

está com uma imensa onda de inconformismo diante dos regimes de força. É, ao mesmo tempo, o período em que o movimento operário faz avanços e levanta problemas de tática e de estratégia que não levantava antes e em que o Partido Comunista busca a aliança com o tenentismo. A primeira medida tomada por Getúlio, após a vitória em novembro de 1930, é uma lei que estabelece o regime autoritário no país. Não se diz um governo ditatorial, mas um governo dotado de poder discricionário no país. Fica anulada a presença do Parlamento, do Poder Judiciário, a Constituição, com o absoluto arbítrio dos novos governantes etc. Isso ajuda a compreender por que certas áreas se sentem prejudicadas, como em São Paulo, fazendo com que o movimento popular alcance a classe operária, as classes médias, profundamente influenciadas pelo movimento constitucionalista. E assim se tem, também, uma idéia de que há razões dentro do Brasil para querer um governo democrático que ouça as aspirações populares de liberdade e mudanças dentro do país, como prometia o antigo programa da Aliança Liberal.

Como é que se formou e como foi a sua inserção na ANL? Como é que a ANL chegou aos quartéis, como essa proposta era recebida e o que representava nesse momento?

APOLONIO — Eu saí da Escola Militar no final de 1932, em fins de 1933 eu já era oficial. Eu não era de tendência socialista, não tinha a visão de um regime diferente, mas o período da Escola Militar me ajudou muitíssimo a ter uma idéia contestatória desse período. Eu não tinha a alternativa, não tinha uma visão do socialismo, conhecia vagamente o que se dizia sobre a Rússia socialista da época etc. Mas achava, primeiramente, que era necessário mudar a sociedade brasileira. Ao sair da Escola Militar, eu já levava uma visão muito clara de que essa sociedade era muito injusta e de que era preciso modificá-la. Um colega do Rio Grande do Sul, um capitão do Exército, Rolim, muito amigo, me falou da ANL, o que era essa frente popular, o que era esse movimento democrático nacionalista, voltado naturalmente para profundas modificações econômicas mas também com muitas possibilidades de participação na sociedade, na vida política do país etc. E eu gostei do quadro geral, mas achei que era, ainda, pouco profundo e pouco avançado em relação à visão genérica que eu tinha das pessoas dessa época. Mas fiquei, mais ou menos, “ganho”. Logo depois, as circunstâncias me levaram a participar mais ativamente da criação da ANL. Então, eu participei da organização dessa frente popular, dessa organização de frente única, ampla, dentro da cidade de Bagé e outras cidades próximas.

O que fez com que você se engajasse na construção da ANL?

APOLONIO — Foi mais um problema de ética, de compromisso humano. Porque

Rememória

esse amigo meu, capitão Rolim, enfrentava discussões muito sérias nos sindicatos dirigidos pelos anarquistas, que tinham dúvidas sobre uma tática de frente popular. Ele me pediu ajuda nas tarefas de organização da ANL. E eu pensei que iria ajudá-lo apenas materialmente, cedendo casa, local, facilitando outras possibilidades etc. Mas, na realidade, ele queria que eu o acompanhasse aos sindicatos, fizesse debates, apresentando a ANL.

Isso em 1935?

APOLONIO — Sim. A Aliança existiu em 1935, de março a junho de 1935. Acontece que, ao acompanhar aquele companheiro aos debates que ele fazia, fui levado normalmente por ele, pelas circunstâncias, pelo meu compromisso moral de ajudar, a participar do debate. A prática fez com que eu me engajassem na luta, mergulhasse fundo no trabalho político.

E o papel do PC?

APOLONIO — Não existia naquela época. Pelo menos na minha cidade não existia. Eu não conhecia o PC até aquele momento. A ANL era uma frente popular, uma formação de frente única, de frente ampla, com a presença e influência crescente dos comunistas. Mas sem ter sido criada pelos comunistas. Criada pelo movimento do inconformismo, pela luta contra as ameaças do regime de força, pela luta contra as ameaças de uma organização de tipo fascista, que se apoiava, em 1932, no que se chamava Ação Integralista Brasileira. Dentro desse quadro, havia o movimento operário combinando temas e bandeiras econômicos com temas e bandeiras políticos. A ANL surgiu dentro de um momento de preparação da primeira Lei de Segurança Nacional, da luta contra as ameaças de um regime de força, da luta contra o imperialismo. Havia uma corrente muito grande de movimentos, do movimento sindical, do movimento operário, da intelectualidade. O PC integrou-se a esse movimento, influenciou esse movimento. Mas, no Rio Grande do Sul, onde eu atuava, não existia o PC. Não existia em Bagé nem em Pelotas. É possível que existisse clandestinamente, mas não tinha expressão. Os que falavam comigo em nome da ANL não se diziam comunistas: Rolim devia ser comunista, membro do PC, mas não se apresentava como comunista.

Quando se deflagrou o movimento armado, vocês foram surpreendidos?

APOLONIO — Nós fomos surpreendidos.

É curioso, porque eu fiz uma matéria com Armando Mazzo, um operário que foi o primeiro prefeito comunista do Brasil, e ele se referia a 1935 como uma quartelada, mostrando que o movimento operário em São Paulo já era

organizado e que eles foram pegos totalmente de surpresa. E você afirma que, lá no Sul, o pessoal ligado às Forças Armadas, no seu caso, a ANL, que tinha esse ramo militar, também foi pego de surpresa. Então, como é que foi esse processo que levou a detonação do movimento armado a ser tão fragmentada e sem maior expressão?

APOLONIO — A pergunta está muito ligada ao que verdadeiramente deve ser debatido em bases mais amplas: a uma velha dúvida das esquerdas. A esquerda não explicou ainda, para o nosso povo, as origens, as condições, os erros e os acertos de sua trajetória, sobretudo em momentos altos de sua participação na vida política do país. Isso é real para 1935, é real para 1947, 1948, até 1957. Para depois do fim do Estado Novo. Real também para os anos 60. Nós temos ainda uma dúvida muito grande para explicar as razões de nossa luta e as razões de nossa derrota, e a justeza e dignidade de nossa luta. O que posso dizer é que, em 35, o erro principal não vem de novembro. O erro principal vem de julho, no momento em que se dá de mão beijada ao poder de Estado a possibilidade de jogar a ANL na ilegalidade: é o manifesto de 5 de julho. Na realidade, é uma verdadeira declaração de guerra a Getúlio. E aí...

Cutucar a onça com vara curta?

APOLONIO — Eu não diria nem isso. Não foi feito também com o desejo de espicaçar o adversário, de provocar o adversário. Foi feito, naturalmente, dentro de uma imensa vontade de acertar e depois de uma enorme convicção de que havia condições para isso. Mas aí é que eu lembro para vocês a nossa dívida da esquerda: o erro estava em avaliar mal e subestimar o adversário. Essa confusão entre desejo e realidade é uma das fontes de erro da esquerda em todas as fases de nossa vida, de nossa trajetória.

Será só isso?

APOLONIO — Não. Em 1935 houve esse erro fundamental e também outras causas de erro: o manifesto de 5 de julho poderia chamar-se “luta armada”. Havia, assim, uma espécie de continuidade do espírito tenentista na visão preferencial da luta armada como forma de luta política, sem ter em conta os níveis da luta de classes e das ações de massa. E sem a visão de que, se o adversário pode precipitar os gestos de violência e instaurar um regime autoritário, nós poderíamos impedi-lo e fazê-lo antes. Acreditávamos que tínhamos condições para isso. A alternativa do poder antecipava-se à alternativa de governo. Antecipava-se à visão das possibilidades novas que poderiam se abrir com as eleições...

Rememória

Mas havia também uma situação internacional presente, havia uma estratégia da III Internacional, idêntica para outros países. Essa orientação teria influenciado a decisão de 1935?*

APOLONIO — Eu creio que havia a vocação para a solução armada, própria do nosso país. Nós viemos da experiência do tenentismo dos anos 20, da solução armada para as crises de 1929 e 1930 e de uma situação em que as soluções armadas se colocavam como caminhos obrigatórios no quadro das contradições internas, como foi a guerra civil de 1932, o movimento armado constitucionalista.

Agora, a situação internacional pesou particularmente nessas decisões em virtude das orientações que certas forças políticas, no Brasil, procuraram dar aos choques que estavam em curso. E, naquele momento, só havia uma força de esquerda no Brasil: o Partido Comunista Brasileiro. O Partido Socialista existia, mas era relativamente fraco. O peso da orientação do PC nessa visão da solução armada foi determinante nos anos 30 como o caminho privilegiado, o caminho preferencial e mesmo como o caminho necessário e único para a solução dos problemas do povo. Foi uma concepção que a Internacional Comunista trouxe, a partir de 1928, no seu VI Congresso, para partidos comunistas em todo o mundo: o mundo estava verdadeiramente às vésperas de uma deflagração geral revolucionária. A Europa estava em marcha para uma revolução depois do hiato que foi de 1923 a 1928. E, no Brasil, também se tinha a impressão, por intermédio da Internacional Comunista, de que havia uma situação revolucionária em gestação. O caminho natural, portanto, era não esperar que o adversário — que poderia estar preparando um golpe de Estado, um regime de força — se antecedesse às forças populares. Na Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, em agosto ou setembro de 1929, esses preceitos e essa orientação tornaram-se efetivos e chegaram ao nosso partido. No início de 1930, uma resolução do Comitê Executivo — talvez o primeiro documento da Internacional Comunista voltado para o Brasil especificamente — condenou qualquer participação nas eleições de março de 1930, qualquer ilusão não ligada à via armada, à violência, assim como qualquer frente única com as forças pequeno-burguesas. Também proclamou que estariam sendo criadas condições para, de um momento para outro, deflagrar espontaneamente a insurreição popular. Essa orientação explica 1935, e explica por que se precipitaram os acontecimentos.

Mas como se explicam o descompasso e o desentrosamento do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro com os demais Estados? Por que o movi-

* Também chamada de Internacional Comunista ou Komintern foi fundada em 1919 em Moscou sob inspiração do Partido Comunista da União Soviética e dissolvida em 1943 por Josef Stalin.

mento ficou restrito aos quartéis? Por que não houve uma reação das forças populares, já que a Aliança tinha grande penetração nos setores populares?

APOLONIO — Acontece que o manifesto de 5 de julho abriu espaços à clandestinidade. Com a decretação da ilegalidade da ANL, não havia mais contato com a sociedade. A polícia e os integralistas vinham, desde 1933, 1934 e nos meses iniciais de 35, fazendo todo o possível para perturbar os comícios, as demonstrações e as manifestações de massa. Após a criação da ANL, a força conjugada da polícia e dos integralistas tornou-se ainda mais aguda, mais corrente, mais constante. A ilegalidade da Aliança a impossibilitou de atuar legalmente com suas bandeiras e suas forças de articulação. Houve, então, uma orientação dos comunistas e da ANL para preparar o movimento armado para o final do primeiro trimestre de 1936 e não em 1935. Contava-se que ele seria o detonador de uma grande faixa de insurreições parciais. Mas o quadro de apelo à grande derrubada do governo, com o manifesto de 5 de julho, provocou o movimento em Natal, com alguma participação popular, que se expandiu para Recife e, em última instância, o movimento do Rio, que se reduziu à atuação em dois quartéis.

Qual a repercussão no Sul?

APOLONIO — De nossa parte, surpresa, da parte do governo, do poder constituído, a repressão. Nós, que participávamos da faixa legal da ANL, fomos presos.

E não houve esboço de reação?

APOLONIO — Não. Não havia possibilidade, não havia nenhum desejo de fazer qualquer coisa improvisada, em função do que se passava em outras áreas do país.

Você já era oficial quando foi preso?

APOLONIO — Era tenente. Já tinha dois anos de tropa. Eu fui preso e fiquei de fim de novembro até metade de março em Bagé, preso nos quartéis. Depois fui transferido para as prisões do Rio.

Fale um pouco das prisões do Rio. Você concorda com a visão de Graciliano Ramos no seu famoso Memórias do cárcere?

APOLONIO — Eu tenho grande carinho pelas *Memórias*... do Graciliano, eu tive a alegria de conhecê-lo na Casa de Correção do Rio, estudamos juntos e eu tenho respeito enorme pela sua condição de romancista, de mestre, sua força, a riqueza de criação que ele apresenta... Mas eu não estou de acordo, absolutamente, com a visão que ele tem do espírito das prisões, das tropas que estavam nas prisões e de qual era o nosso espírito em 1936. Nós estávamos contami-

Rememória

nados pela idéia de que o movimento de 1935 era legítimo, a Aliança Nacional Libertadora era uma iniciativa inteiramente legítima e necessária e seu programa correspondia às necessidades do país e que, embora derrotado em novembro daquele ano, havia forças que acreditavam na continuidade desse movimento. Cheguei ao Rio como um simples militante da Frente Popular da Aliança Nacional Libertadora.

Você estava com quantos anos nessa época?

APOLONIO — Eu estava com 25 anos. Na prisão, eu encontrei companheiros da Escola Militar. Passei a conhecê-los como comunistas, como membros do PC. Os comunistas tinham a visão de que a revolução não estava derrotada, o movimento revolucionário não estava derrotado, que 1935 era apenas um episódio e que viriam muitos outros episódios. Esse sentimento persistiu até agosto de 1936. Eu vivi esse ambiente, parte na Casa de Detenção e parte na Casa de Correção. Graciliano olhou todo esse movimento com espírito crítico muito acentuado e seguramente com muitas razões para criticar essas ilusões. Agora, é preciso compreender o espírito dos jovens que estavam ali. Nós acreditávamos, uma certa faixa ainda não engajada no PC, na justeza da luta da Aliança Nacional Libertadora e, portanto, embora surpresos, nós pensávamos que haveria ainda a continuidade do movimento revolucionário.

Em função do quê?

APOLONIO — Em função do idealismo dos jovens e, também, em função da mística entre os militantes comunistas da infalibilidade das direções do PC, da infalibilidade das orientações vindas da Internacional Comunista. Havia, também, uma grande diversidade de presos: companheiros que participaram diretamente da luta armada, companheiros vindos de outras áreas, como nós, oficiais e, também, uma parte da antiga direção da Aliança Nacional Libertadora. Aí havia profissionais liberais, políticos que seriam conhecidos de maneira mais direta mais tarde, dirigentes da ANL do mais alto nível: Ercolino Cascado, presidente executivo da Aliança Nacional Libertadora; Roberto Sisson; Benjamim Cabejo, como secretário-geral; professores como Castro Rabello, Leônidas de Rezende, Hermes Lima; jornalistas do Rio e de São Paulo; e professores, como Febus Gikovate. Políticos como Francisco Mangabeira.

RENÉE — Havia uma perplexidade muito grande. Afinal de contas, eles aderiram a um movimento, uma frente ampla que tinha objetivos nacionalistas e democráticos em geral e talvez nas próximas eleições. E, de repente, são postos na clandestinidade por causa de um manifesto feito à revelia deles e também por um movimento revolucionário do qual não participaram.

Você concorda, Apolonio?

APOLONIO — Eu é que contei a ela. Acontece que essas coisas ficavam no quadro das discussões internas. O problema era o seguinte: havia divergências porque membros da direção da ANL estavam, como diz a Renée, em desacordo com o curso tomado pelos acontecimentos, como o manifesto de 5 de julho e os movimentos armados. Nós, na Casa de Correção, sentíamos isso de longe, porque eram discussões internas, que se davam entre dirigentes do PC e a direção da ANL, quer dizer, os elementos correspondentes à antiga direção da ANL. Isso, como era natural, influenciava amplamente a visão do velho Graciliano, sem dúvida nenhuma, a visão real. A única reserva que faço a Graciliano é o fato de não ter sentido o porquê de um entusiasmo de jovens e o porquê de novas ilusões. Ele não aprofundou essa questão e, no entanto, isto estava muito presente em todo o período da prisão. Isto faria com que muitos de nós entrássemos para o PC no período da prisão. Eu entrei para o PC nesse período. Não me inscrevi no partido porque, no período de prisões em 1936, 1937, não se fazia recrutamento para o partido. Mas no primeiro dia de liberdade eu já era membro do partido. Saí em junho de 1937 e, no dia seguinte, eu me inscrevi no partido. Esse entusiasmo, essa confiança na capacidade do partido, apesar da derrota sofrida, era uma coisa que nos marcava. Era a visão mística do partido que marcou a geração que verdadeiramente participou da luta de classes, da política do proletariado dos anos 1936, 1937, tendo como pano de fundo a direção bolchevique que fez a primeira revolução mundial, o primeiro Estado socialista.

Foi durante esse período de prisão que você avançou na sua formação?

APOLONIO — Eu conheci a existência do PC na prisão, a grande escola de formação política. Lá eu entrei em contato com o dirigentes internacionais que participaram da luta: Rodolfo Ghioldi, Olga Benário, [Luís Carlos] Prestes. De longe na prisão, conheci Lise Berger, esposa do Harry Berger. Conheci Eneida, Rosa Meireles, Maria Werneck. A intelectualidade que estava engajada na luta ampla da ANL. Conheci os grandes catedráticos das faculdades do Rio, esse quadro todo que não era comunista. Mas foi, sobretudo, a faixa comunista que me fez conhecer a sociedade, as classes da sociedade, a luta de classes, um pouco da luta operária no mundo e no Brasil, e a razão de ser... E aí eu me senti já no caminho do militante comunista.

A saída da prisão foi provocada pelo quê? Anistia?

APOLONIO — Não, foi a volta da vigência da Constituição brasileira. A Constituição de 1934 voltou a vigorar. Macedo Soares, ministro da Justiça, foi o instrumento, o artesão, que refletiu a recusa, inclusive de setores amplos das classes

Rememória

dominantes, de se manter um regime de força. Não havia mais estado de guerra no Brasil nem estado de sítio. Então, a Constituição voltou a vigorar. E os que estavam sem processo foram postos em liberdade, centenas de companheiros soltos. Talvez milhares no Brasil. Mas centenas ali.

Ao sair da prisão, você foi expulso do Exército brasileiro?

APOLONIO — Não, fui expulso quando ainda estava preso em Bagé, em 9 de abril de 1936, sem processo, sem ser ouvido.

E quando você foi para a Europa?

APOLÔNIO — Eu fui poucas semanas depois.

Como é que foi esse período de definição para ir à Europa?

APOLONIO — Na prisão, o processo de formação política estava ligado também à prática geral, à discussão dos problemas gerais, acompanhando os acontecimentos internacionais por meio da imprensa, das visitas. Acompanhamos a vitória da Frente Popular em fevereiro na Espanha e em maio na França e depois o levante dos militares do coronel Franco, depois *generalissimo*. Estávamos identificados com a luta da República espanhola e com o seu programa, que era muito parecido com o da ANL: contra os monopólios estrangeiros, pela reforma agrária, pela autonomia sindical, pelas liberdades sindicais, pelas amplas conquistas sociais etc. O fascismo ameaçava alastrar-se em todos os países. A luta antifascista era uma bandeira universal naquele tempo e eu estava apaixonado pelos problemas da luta antiimperialista. Ao sair da prisão, houve uma reunião do Comitê Central do PC em que se decidiu participar da luta internacional contra o fascismo e recrutar voluntários. Havia uma boa leva de militares, desde cabos, sargentos, até oficiais, todos excluídos da Forças Armadas, convidados para ir à Espanha.

Esse grupo de oficiais se integrou às brigadas internacionais?

APOLONIO — Claro! Em defesa do governo republicano, da República Popular da Espanha, uma das mais belas conquistas da história do movimento popular. A República espanhola foi eleita pelo povo em fevereiro de 1936. Em julho de 1936, ela passou pelo choque, pela surpresa de um levante militar que a deixou sem Exército e sem polícia. Só a Marinha ficou com a República. A classe operária, por meio de uma grande mobilização, tinha feito abortar, nos quartéis de metade da Espanha, o golpe de Estado. Então, começou a luta do Exército contra as milícias improvisadas da República. Era preciso ajudar. Aqui, saiu um grupo de 20 militantes. Deveriam ser muito mais.

Eram oficiais?

APOLONIO — Alguns oficiais, outros sargentos e cabos de todas as armas: infantaria, cavalaria, artilharia, aviação.

Na Espanha, vocês se engajaram no exército da República que já estava combatendo o exército franquista?

APOLONIO — Chegamos em julho de 1937, em Valência. Já havia um exército republicano formado a partir das milícias revolucionárias com um comando único, unidades engajadas e articuladas sob um plano comum. Quando cheguei, já encontrei os exércitos mais ou menos com equilíbrio de força. Para nós que chegávamos, isto foi um estímulo extraordinário. Eu sabia depois que, no plano político, a República começou a ser derrotada nesse momento, porque se rompeu a condição fundamental das vitórias anteriores: a unidade de ação das forças políticas e sindicais dos trabalhadores da cidade e do campo, num país de imensa diversificação das correntes políticas — anarquistas, socialistas, comunistas e comunistas dissidentes. A partir de maio de 1937, a crise política determinou a saída do governo das centrais anarquistas, a perseguição política e a repressão direta às forças do POUM, formadas por comunistas dissidentes, que não eram sequer trotskistas, apenas tinham reservas e críticas à política do Estado soviético. Saíram estas forças e o dirigente dos socialistas de esquerda, Largo Caballero, a mais alta e mais bela figura da esquerda espanhola nessa época, foi substituído na direção do governo.

Era dirigente do PC?

APOLONIO — Não, da ala esquerda do Partido Socialista Espanhol. Nesse momento, nós passamos a ter a divisão das forças de esquerda e o reflexo dessa divisão sobre as organizações, sobre as unidades militares, provocando mal-estar no quadro geral dos trabalhadores e da população. A partir desse momento, a República estava verdadeiramente ameaçada. Outro fator da derrota teve caráter internacional: mudou a política externa da União Soviética, que, até esse momento, lutava por uma unidade de ação do socialismo e das chamadas potências democráticas ocidentais, a França, a Inglaterra, os Estados Unidos etc., para isolar a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini. A URSS começou a sentir as flutuações das potências ocidentais européias e a se aproximar de Hitler, o que a levaria mais tarde ao pacto com a Alemanha. Passamos a não receber armas entre abril e maio de 1938, enquanto a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini multiplicavam o envio de tropas e material bélico. A partir daí, o combate ficou desigual, com a penetração das tropas de Franco até a área do Mediterrâneo em Castellon de La Plana, dividindo a Catalunha e o centro da Espanha. Antecipando-se à ofensiva de Franco contra a Catalunha, a ofensiva republicana do Ebro gastou as últimas armas e recebeu uma contra-ofensiva extremamente violenta. As baixas foram muito grandes, fomos obrigados a recuar dessa ofensiva do Ebro, e os

Rememória

franquistas prepararam a ofensiva sobre a Catalunha. Essa ofensiva se fez dentro de condições extremamente desiguais. A derrota era inevitável.

Não havia células comunistas dentro do Exército?

APOLONIO — Devia haver em certas unidades. Mas não havia comissário político na primeira bateria que eu comandava. Passei a ser o comissário político, acumulando as funções de oficial da artilharia.

Qual era o seu cargo?

APOLONIO — Eu fui tenente todo o tempo na Espanha, mas tive funções de major, de capitão, de coronel e teria de general se continuasse. Eles precisavam de quadros e eu trazia conhecimentos profissionais do Brasil e desenvolvi-me muito lá, porque eu era pesquisador, um criador de métodos e tudo o mais. Era muito ativo, então fui ver o partido só para engajar colegas meus, companheiros oficiais. O partido nem sequer me procurava, talvez nem soubesse que eu estava por ali. Agora, Andres Nin já estava preso e o POUM já estava condenado à ilegalidade, sujeito a uma ferocíssima repressão, antes da nossa chegada, dos primeiros que chegaram lá em maio de 1937. E nós só soubemos disso depois que saímos da Espanha.

A que você atribui essa perseguição? Orientação da III Internacional? Como repercutia na frente de batalha?

APOLONIO — Era o produto da fobia, da insensata postura antitrotskista do Partido Comunista da União Soviética, dos bolcheviques da época, influenciando o conjunto da Internacional Comunista, isto é, os partidos comunistas de cada país. Isso deveria repercutir de várias maneiras. Mas eu tive poucas oportunidades de sentir de perto. Nutria apenas imensa simpatia pelo POUM, não só pelo Andres Nin, que era um teórico, elaborador, pesquisador, uma grande figura cheia de promessas, mas também porque a mais bela figura de jovem comunista que eu conheci chamava-se Alberto Bomílcar Besouchet, trotskista, militante do PC e combatente na Espanha. Participou da rebelião de Recife, foi para a Espanha, apresentado a Andres Nin pelo velho Mário Pedrosa, era oficial do exército republicano, foi preso e acabou assassinado na prisão como figura ligada ao trotskismo, portanto ao POUM. Eu tive contato com os anarquistas, mas não entrei em contato com o PC espanhol e suas problemáticas internas. Eu não admitia, de maneira nenhuma, o choque com os anarquistas, com os poumistas, com a dissidência. Eu recebi, por exemplo, um oficial anarquista. Nós cuidamos desse oficial como uma cria da casa, meus soldados o cercaram de solidariedade e carinho. Quando quiseram retirá-lo, fizemos o possível para que ele não fosse, e retardamos ainda por meses e meses a sua saída. Mas eu senti que era problema das divergências, das desconfianças no interior do exército em casos profundamente isolados.

E na frente de batalha, você participou de muitos combates na Espanha?

APOLONIO — Particpei de muitos. Eu estive praticamente nas frentes de julho de 1937 a outubro de 1938, quando nós fomos retirados, e voltei para as frentes em dezembro, janeiro de 1939.

Como eram as tropas franquistas?

APOLONIO — Havia combinação de tropas franquistas espanholas, de tropas italianas e de técnicos de artilharia e da aviação alemã. A artilharia da República era menos numerosa do que seria necessário, então, cada uma de nossas tropas estava em mobilização constante para várias frentes. Percorriamos cem, 150, 200 km para participar das outras lutas.

Quando vocês foram retirados da frente de batalha?

APOLONIO — No início de fevereiro de 1939, nós fomos jogados na fronteira da França. O centro da Espanha continuou sua luta até a traição do coronel Cassado e a entrega e capitulação do exército republicano, mas isso nos primeiros dias de maio de 1939. Nós éramos 300 mil soldados na fronteira e quase 500 mil civis que não queriam ficar na Catalunha sob o regime de Franco.

E o que aconteceu com essa multidão?

APOLONIO — Nós fomos conduzidos para o campo de internamento francês. Imensos campos de internamento distantes da população. Aquela invasão de quase 1 milhão de pessoas era chamada de “peste vermelha”.

Você ficou quanto tempo nesse campo?

APOLONIO — Eu fiquei de fevereiro de 1939 a dezembro de 1940.

Como eram esses campos?

APOLONIO — Eram grandes áreas descampadas, cercadas de alambrados. Nos primeiros campos não havia barracas, tínhamos dificuldades muito grandes em sobreviver, havia famílias inteiras, militares e civis, todos juntos. Mais tarde, eles fizeram grandes campos para os militares espanhóis e para os militares das brigadas internacionais. Nós éramos 8.000 voluntários estrangeiros que estávamos ainda nos campos de concentração.

Como é que vocês sobreviviam nesses campos, de onde é que vinha a alimentação?

APOLONIO — Eles nos davam alimentação, mas nós tínhamos a nossa cozinha, os nossos cozinheiros. Na realidade, os campos de internamento na França eram no início um espaço descampado, boa parte à beira do Mediterrâneo, e completamente desprevenidos para receber essa massa de visitantes, de

Rememória

“convidados especiais”. As condições eram extremamente difíceis, porque nós chegamos lá no começo de fevereiro, em pleno inverno, e não tínhamos casas nem barracas. Estávamos ilhados, mas tínhamos nossos comandos, organização própria. Eu me lembro de que, como parte das equipes de propaganda, saíamos às cinco da manhã e, diante de cada agrupamento, dávamos as notícias de jornais da França, jornais comunistas, socialistas e outros, jornais ingleses de esquerda. Para manter um pouco o fôlego, o moral sobretudo. Nós estávamos sofrendo uma derrota em condições muito duras, o inimigo ainda veiculava e infiltrava notícias profundamente deformadoras. Nessas incursões, nossas equipes de propaganda encontravam muitas vezes grupos de choque que nos atacavam. Mas o pessoal das Brigadas estava ali, disposto para todas as eventualidades [risos]. Por fim, o governo francês ofereceu-nos barracas e nos transferiu para os Baixos Pireneus em Gurs. Ao nosso lado havia os campos de militares espanhóis e, mais longe, uma imensa massa da população espanhola. Nós vivíamos um pouco a nossa lei. Não podíamos sair, nem fazer qualquer coisa que fosse contrária ao bom relacionamento com as autoridades policiais que tinham contato conosco. O isolamento só não era completo porque, nesse momento (de fevereiro/março até setembro de 1939), as organizações de esquerda eram legais na França. Então, nós recebíamos uma ajuda considerável das organizações de massa, das organizações especializadas em medicina, em solidariedade, em cuidados médicos etc.

Apolonio, juridicamente vocês estavam presos?

APOLONIO — Nós éramos prisioneiros do governo francês na prática. Nós éramos cidadãos sem endereço de volta. Os voluntários internacionais, saídos da Espanha nas mesmas condições que nós, tinham possibilidade de sair porque possuíam documentos para poder estar na França por certo período. Aí era um problema das autoridades francesas. Nós fazíamos um esforço muito grande para que a embaixada brasileira desse uma saída para nós, mas a embaixada brasileira sequer foi nos visitar. O partido francês, as organizações democráticas francesas, atuaram junto a certas embaixadas, solicitando soluções provisórias. Em setembro, os caminhos se fecharam completamente na Europa. Na América Latina já estavam bastante fechados.

Mas na América Latina havia o México...

APOLONIO — Havia o México, mas estavam recebendo a massa de espanhóis. Era difícil o retorno. Enfim o PCF nos dizia que não valia a pena fugir. O partido tinha senadores, tinha deputados, tinha uma presença política e uma audiência política muito alta na França, nesse momento ainda. Era uma força, portanto, a nosso serviço. Em fins de 1940 o partido estava na clandestinidade e nos acon-

selhou: “Agora vocês devem começar a fugir, buscar caminhos junto aos consulados de vocês, porque nós não sabemos onde vão parar as coisas com a guerra.” Eu fugi do campo.

Quando foi essa fuga?

APOLONIO — Isso foi em dezembro de 1940. Praticamente dois anos depois.

Você trabalhou no consulado do Brasil?

APOLONIO — Exatamente. Em Marselha, onde uma parte do consulado era contra a política de Getúlio Vargas.

E como se dá seu contato com a Resistência?

APOLONIO — Se dá por meio do trabalho de assistência que o consulado oferecia ao pessoal que estava preso. A partir de determinado momento, a resistência armada em Marselha começa a se desenvolver, depois de Paris, que estava ocupada pelos alemães desde maio de 1940. Marselha só foi ocupada em novembro de 1942. Havia um governo francês, uma aparência de independência francesa, com o governo de Pétain. Havia um sistema administrativo francês profundamente influenciado pelos alemães, a serviço dos alemães, uma polícia francesa completamente a serviço dos alemães e mais inimiga da esquerda francesa do que a Gestapo.

RENÉE — A maior parte dos resistentes franceses no Sul foi presa pela polícia francesa. Minha irmã, minha tia, meu pai foram presos pela polícia francesa. Muitas vezes se diz que o PCF só começou a luta armada depois que a URSS entrou na luta. Agora, é difícil se ver que era tudo uma progressão da luta. Por exemplo, em 40, a maior parte da população do Norte da França estava jogada nas estradas. Tudo era caos e pânico. O próprio PCF, dissolvido em setembro de 1939, também reflete isso. Uma parte dos seus militantes tornara-se prisioneira de guerra, ou ainda nos exércitos derrotados ou jogados nas estradas do país. Houve necessidade de tempo para se reorganizar. Na minha cidade, em Marselha, as mulheres tiveram um trabalho muito grande na reconstituição do partido, de seus grupos, de suas células etc., porque justamente os homens estavam fora. Então, eu não sei se houve uma decisão de começar a luta armada depois que a URSS entrou em guerra. Eu creio que não. A reconstituição do partido foi progressiva.

Como foi essa fase de reorganização?

RENÉE — Os alemães tiraram tudo que havia. Não havia mais comércio com a África do Norte, com o exterior; os navios começaram a não sair mais dos portos, a população passava fome. Tinha tiquete para tudo. A vida da população começou a se organizar em torno das filas que se faziam. Fila para comer. A

Rememória

população tentava sobreviver, sobreviver a seu modo. Além disso, o trabalho voluntário tornou-se obrigatório. Isto é, um trabalhador francês, homem ou mulher, que quisesse trabalhar voluntariamente na Alemanha libertava um prisioneiro de guerra. Mas as pessoas viram que esse prisioneiro francês não voltava. Se a mulher dele se prontificasse a ir trabalhar voluntariamente, aí ficavam os dois trabalhando na Alemanha. As pessoas começaram a sentir que estava tudo errado. Os alemães passaram do voluntariado à obrigação, estabelecendo um serviço de trabalho obrigatório para todos os homens de 18 a 60 anos ou mais. Com isso começam a crescer os *maquis* com os camponeses e com os trabalhadores ameaçados pelo trabalho obrigatório na Alemanha.

O que quer dizer maquis?

RENÉE — *Maquis* é um acidente geográfico, uma região geográfica com um determinado tipo de clima e de vegetação, típico da Córsega. Na Córsega havia a tradição da vendeta para o crime de honra. Quando um cidadão matava para salvar a honra da irmã ou do pai, a polícia francesa o perseguia, e ele se refugiava nos *maquis*.

Ou seja, a resistência ia para o campo. E essa organização da resistência armada tem um marco especial?

RENÉE — Sim. As pessoas — militantes, claro — começaram a resistir, individualmente, recolhendo armas que tinham sido jogadas fora pelo Exército francês, debandando. Ocorreram pequenas ações. Começou a haver pequenas coisas quase espontâneas. Depois, se formou a Organização Especial (OS), uma organização específica dentro do partido, desde 1940.

APOLONIO — Quando eu estava no consulado brasileiro em Marselha. Eu dizia que a resistência armada na França era uma forma de resistência que começou no primeiro dia, e a família da Renée era uma família comunista de muito antes. Renée, aos 13 anos, já estava na Juventude Comunista francesa. Em 1940, ela tinha 15 anos. A família dela participava muito do trabalho clandestino de coleta de informação e garantia de segurança para os viajantes do partido que procuravam reunir forças, rearticular núcleos dirigentes, companheiros etc. A família se envolveu mais ainda na luta porque passou a trabalhar pela articulação do PCF como centro de recepção e transmissão de informações, de diretivas etc. E Renée passou a trabalhar diretamente na organização de jovens comunistas. A resistência armada começou em Marselha, em meados de 1942, de maneira intermitente, parcelada, mas Renée já acompanhava a luta de resistência armada que se fazia desde 1941 em Paris, na zona norte. Então no início, maio/junho de 1942, eu fui mobilizado para ajudar em certas ações armadas que se preparavam.

Vocês já se conheciam ou não?

APOLONIO — Não, nós nos conhecemos em novembro de 1942. Eu participei de algumas operações, mas ainda com certo cuidado, porque era importante a minha presença no consulado, por causa da posição legal e a possibilidade de viagens, deslocamentos, defesa de companheiros etc. Mas acontece que, em julho de 1942, o Brasil entrou em guerra contra a Alemanha. A partir desse momento, a Alemanha passou a reprimir a representação consular e diplomática brasileira: os consulados e a embaixada seriam fechados e os funcionários deslocados para uma cidade na Alemanha que não seria bombardeada pelos ingleses, nem americanos, nem franceses. Ficariam ali como reféns. Nesse momento, o partido francês me avisou e eu avisei a embaixada. Mas eles não acreditaram. Eu não fiquei no consulado. Este foi fechado, e os funcionários levados para a Alemanha. Eu fiquei no trabalho clandestino, já mergulhado na luta armada. Eu participei da luta armada em Marselha até os primeiros dias de 1943. Nesse ano, fui mandado a Lion, para o comando de toda a zona sul, até o início do ano seguinte. Em janeiro de 1944, Renée e eu passamos a viver juntos e a atuar em outras cidades, nas zonas mais policiadas onde a organização armada tinha sido mais maltratada.

Mas como foi esse romance em clima de guerra que resistiu até hoje?

RENÉE — Ele passou a vida sumindo...

APOLONIO — Era uma situação delicada, porque eu já estava mergulhado na luta armada, na guerrilha urbana e, naturalmente, estávamos sendo procurados. Por outro lado, era a casa de uma família comunista, também particularmente marcada.

Essa militância era conhecida na cidade?

RENÉE — O problema era esse. Nós éramos militantes antigos.

APOLONIO — Em 1942, quando a gente se conheceu, a irmã e a tia estavam presas.

RENÉE — Nós éramos conhecidos antes da guerra, durante a guerra, no final da guerra. E o pessoal da direção central ia a nossa casa. Depois das prisões da minha irmã e da minha tia, a gente continuou vivendo no mesmo lugar.

APOLONIO — Isso explica por que ela disse que eu sempre sumia. Eu estava sendo perseguido, procurado, todos nós éramos procurados. Tinham ido me procurar no consulado. Não tinham me achado porque eu já tinha saído. A casa dela era marcadíssima. Eu não podia procurá-la em casa. Eu tinha de me encontrar com Renée através das operações de guerrilha. Apanhá-la no caminho do trabalho, fora de casa, na rua.

RENÉE — Meu pai era meio bravo também.

APOLONIO — O papai tinha certas dúvidas sobre o meu estado civil. O estrangeiro aparecia para o francês como uma figura assim meio suspeita. O estrangeiro que queria levar a caçula, a menina querida da casa.

Rememória

Os franceses eram conservadores?

APOLONIO — Não, absolutamente. Em certas famílias, sim. A minha grande força foi que a avó de René, uma matriarca, uma figura maior de todas as nossas boas famílias reunidas, a dela por lá e a minha aqui, me adotou como neto e eu topei todas as jogadas. A Meme (como a gente a chamava) realmente foi solidária, cúmplice. Depois, inclusive, viveu conosco. Imagine que nós íamos morar juntos, sem casar e com documentos falsos, na resistência. Tudo isso agravava os escrúpulos e o faro do pai, o velho marinheiro. Para a Juventude Comunista, a situação dela ficava muito difícil, numa casa conhecida da polícia e seguramente vigiada em certa medida. Era preciso, portanto, também sair. Nesse momento, eu já não estava em Marselha.

Você saiu de Marselha para morar com René?

APOLONIO — Não. Eu saí antes, fui trabalhar em Lion. Voltava para Marselha para vê-la. Eu estava em funções variadas no trabalho militar. Eu comecei no comando de uma esquadra, quatro homens na guerrilha. Depois, passei a comandar um grupo de combate. Logo depois, um destacamento de três grupos em Marselha. Na guerrilha urbana, um destacamento de três grupos equivale a uma divisão. Nas cidades, você não pode ter grandes forças. Você tem de trabalhar de maneira muito especial na cidade. Eu passei a ser o responsável militar de todo um conjunto de departamentos, ou seja, de toda essa parte sul, sudeste de Marselha, até Nice etc. Eu comandava os franco-atiradores e guerrilheiros estrangeiros — FTP-MOI — em que havia uma parte de companheiros, filhos de imigrantes, uma parte de imigrantes e, em funções de direção, antigos combatentes da Espanha.

Que tipo de operações vocês faziam?

APOLONIO — Nós fazíamos operações de sabotagem de fábricas, sabotagem de transportes, de locomotivas, de transmissão de energia, ataques a quartéis, a destacamentos na rua, justiça para colaboradores.

Resgate de presos?

APOLONIO — Resgate de presos. Em Nimes, nós fizemos uma operação de libertação de presos políticos. A prisão era uma fortaleza, chamava-se o Forte de Nimes. Entre os presos encontravam-se dirigentes franceses e das brigadas, que depois seriam dirigentes do PC italiano. Eu deixei o comando da zona sul porque os companheiros, que estavam presos numa cidade no Sul da França, tinham feito uma rebelião e tinham fugido; entre esses companheiros havia um velho comandante guerrilheiro, um iugoslavo, que depois seria um general iugoslavo. Eu, que tinha ouvido falar dele como um guerrilheiro experimentado, concluí que ele devia ocupar o meu lugar e con-

venci os meus dirigentes civis. E aí fui para Nimes, onde estivemos, Renée e eu, trabalhando juntos.

Já casados?

APOLONIO — Já casados, em janeiro de 1944. Depois fomos para o sudoeste, mais longe ainda, e aí vivemos um período de libertação na França, um país onde a quarta parte do território foi libertada por seus combatentes. Os combatentes formavam os exércitos do interior. Um exército de 600 mil homens em toda a França no momento da libertação. Então, a libertação foi um produto de dois elementos fundamentais: o desembarque das tropas aliadas, sob o comando do general Eisenhower, e as insurreições nacionais nas grandes capitais.

Você participou de ações de maior envergadura?

APOLONIO — Eu participei em todo o sudoeste, não só da libertação, mas também da limpeza de áreas ainda infestadas de soldados alemães. Eu comandava 2.000 homens no momento da libertação da zona sul.

Como coronel?

APOLONIO — Não, a gente não tinha patente. Eu dizia que a libertação tinha sido produto do desembarque das tropas aliadas, de seu avanço. Esse avanço foi facilitado porque nossos guerrilheiros cortavam os transportes dos alemães, isolando-os. O desembarque das tropas aliadas facilitava o deslocamento de nossas tropas pelo interior. As insurreições nas cidades contavam com a participação direta das Forças Francesas do Interior (FFI). Essas insurreições eram baseadas em greves gerais. O comando das ações era ligado ao chamado Conselho Nacional de Resistência, organização de frente única que unia os combatentes do interior e os do exterior. E no exterior havia o governo da França Livre, do qual os comunistas participavam. Esse governo começou em Londres, logo depois de 1940, e em 1942 transferiu-se para Argel — depois da libertação da Argélia pelos franceses e americanos. Esse governo, na Argélia, estava mais perto da França, e o Conselho Nacional de Resistência outorgava toda autoridade a esse presidente da França Livre e comandante das Forças Armadas do exterior e interior, que era o general De Gaulle. Os chefes de Regiões Militares, os prefeitos, tudo estava preparado — e eles caíam de “pára-quedas” para que as forças populares não ganhassem influência e posições. Nós tínhamos um instrumento positivo, os Conselhos de Libertação Nacional da frente única em cada local. Portanto, devíamos tomar conta do poder municipal e estadual com esses conselhos.

Como a esquerda via a direção do general De Gaulle?

Rememória

APOLONIO — A esquerda tinha de aceitar, porque verdadeiramente era o governo da França Livre, que se formou no exterior e concentrou-se em Argel, também com seus dispositivos na França, meio camuflados. Havia o compromisso político, assumido na luta de frente única. O presidente do Conselho Nacional de Resistência, que atuava dentro e fora da França, era o chefe das forças francesas em geral; portanto, o presidente dessa França Livre era o general De Gaulle.

Esse conselho unificava o comando?

APOLONIO — Era uma organização política. Unificava as forças da frente única. Os partidos políticos que participavam desse Conselho Nacional de Resistência estavam também no governo De Gaulle, os comunistas participavam e os socialistas, também.

E a história de que teria havido condições para que os comunistas recusassem De Gaulle e chamassem uma insurreição popular?

RENÉE — Há certas regiões que, de fato, poderiam ter ido mais longe. Talvez Toulouse, porque nessa região nós tivemos tropas do Exército soviético que foram capturadas e transformadas em exército a serviço dos alemães e que, depois, passaram para o nosso lado. Então nós tínhamos um exército. Mas havia acordos internacionais.

Mas houve também o acordo em relação à Iugoslávia, e Tito se colocou contra os acordos.

RENÉE — Pois é, mas os guerrilheiros são diferentes.

Mas na Iugoslávia conseguiram inverter, na China também. A questão é se na França havia condições populares para isso.

RENÉE — Não, na França toda, não. Havia certas regiões que se libertaram sozinhas e com condições particulares, como Toulouse.

APOLONIO — O mundo estava dividido entre duas superpotências. Ali, onde os soviéticos estavam presentes, a rebelião de Tito poderia seguir-se a um compromisso com os soviéticos. Participariam na libertação de certas áreas da Iugoslávia, enquanto os soviéticos fariam a outra parte e continuariam a caminho da Hungria ou Tchecoslováquia.

RENÉE — Mas a Iugoslávia se libertou...

APOLONIO — Quase toda, não toda. Tito era um elemento que poderia fazer esse acordo, que seria garantido pelos PCs. Mas não ali, onde havia forças de ocupação americanas, inglesas ou canadenses e hindus. Toulouse era, para a esquerda, ponta-de-lança de toda a França para a libertação de uma quarta parte da França sem um soldado americano ou inglês, só com as forças francesas do interior. Nas outras grandes capitais, Lion, Marselha, Paris etc., a

insurreição abriu caminho. Os alemães teriam podido destruir Paris antes de sair. A insurreição não permitiu.

Mas quem liderou a insurreição?

APOLONIO — O partido, as forças de esquerda, as forças de libertação, o Conselho Regional de Resistência, na parte de Paris, com a presença muito forte dos franceses do interior e do partido.

RENÉE — De Gaulle sabia que a resistência e a libertação eram obra dos comunistas, e ele tinha medo. Esse medo fez com que ele não viesse diretamente para Paris e parasse em Versalhes, uma cidade bem reacionária.

Que tipo de tropa você comandava?

APOLONIO — Nesse momento comandava soldados franceses e imigrados. Eu tinha ainda quase 2.000 soldados, que eram do Exército de Vlassov.

Seria possível traçar o perfil de quem colaborou com os alemães e de quem lutou na Resistência?

APOLONIO — Só uma parte mínima colaborava de maneira efetiva e aberta, correndo riscos e exercendo funções importantes. Em Marselha, por exemplo, havia essa milícia paramilitar. Um dos chefes era um cara que trabalhava tão bem que a Resistência se encarregou de eliminá-lo. Havia justiça popular, começando lá de cima.

RENÉE — A situação era muito complexa. Havia aqueles que faziam altos negócios com os alemães, que faziam câmbio negro. Outros, que eram agentes, informantes. Toda a polícia francesa trabalhou a serviço dos alemães.

A resistência ativa era uma minoria?

RENÉE — Sim, mas é preciso entender a situação naquele momento. Você ouve as botas dos alemães pisando as calçadas. Você tinha de descer do meio-fio para dar lugar a eles. Tudo isso foi criando um clima de perplexidade terrível, de desânimo, as pessoas procuravam sobreviver. Quando os alemães foram derrotados em Stalingrado, o ânimo das pessoas começou a mudar, a Resistência passou a se organizar e a promover ações. Pouco a pouco, essa combinação de forças começou a se transformar. A maior parte das pessoas não participava da Resistência, mas quando você passava, de noite, diante das janelas das pessoas que tinham de obedecer ao toque de recolher e estavam proibidas de acender as luzes, se prestasse atenção você ouvia a rádio BBC de Londres...

APOLONIO — Fazendo propaganda da Resistência. Os alemães não podiam entrar nas casas para impedir isso, as viaturas passavam e ouviam de casa em casa a rádio de Londres e todo mundo ouvindo. O ritmo crescente de vitórias

Rememória

das forças nazistas e fascistas diminuiu no final de 1942. A partir daí, você tem a confiança. Eles já poderiam ser batidos na França. Então, aquela imagem de uma força extraordinária e imbatível que o Exército alemão tinha nós demolimos matando os oficiais alemães. O povo sentiu que podia fugir do trabalho obrigatório na Alemanha, escapando para os *maquis*. Cresceu a idéia de resistência. Em Paris, eram praticadas ações nas ruas contra os alemães, a polícia queria perseguir os combatentes, mas a população executava a polícia como quem não quer nada. Os alemães estavam derrotados.

Qual o seu vínculo com o PCF?

APOLONIO — Desde que entrei na França, fui militante na seção dos Imigrados (MOI), que era parte do PCF e por ele dirigido.

E sua antiga ligação com o PCB?

APOLONIO — Perdi completamente o contato com o PCB durante todos os anos em que estive na Europa. Eu penso que os companheiros que estavam no Brasil não sabiam de nada do que acontecia comigo. Eu fui descoberto pelos companheiros do PCB só após o término da guerra, quando o Samuel Wainer, que era correspondente de guerra e um dos editores da revista *Diretrizes*, encontrou-me em Paris. Ele fez uma matéria a meu respeito, o que permitiu que a direção do PCB soubesse que eu estava vivo.

Foi tranqüila a decisão de retornar ao Brasil casado com uma companheira francesa que não falava o português?

APOLONIO — Houve problemas porque eu estava muito preso politicamente à França e distante do Brasil. Desde que deixei o trabalho no consulado brasileiro em Marselha, não mantinha mais contatos brasileiros e menos ainda com militantes ou dirigentes do PCB.

Qual o balanço que você faz desse período?

APOLONIO — Eu tenho três imagens de militante, e esses dez anos iniciais marcam a primeira imagem. Aquela em que eu trazia muito de mim mesmo, guardando um contato ao mesmo tempo estreito, solidário com o partido, mas conservando todas as minhas características pessoais, minha personalidade, minhas preferências e com possibilidades muito amplas de iniciativa. Não era um dirigente político, cumpria tarefas políticas e militares. As exigências da atividade política e da prática de organização do partido não se chocavam com aquilo que seriam as preferências e a rotina da minha vida pessoal e familiar, da minha alegria de trabalhar e de criar. Esse foi um período muito rico da minha militância. Quero lembrar isso, porque é a minha primeira imagem de militante. Eu tinha

relações muito estreitas, integradas com a organização, mas que permitiam que a figura do militante, a sua personalidade, as suas características tivessem pleno campo de desdobramento e de iniciativa. Eu passei, depois, por certo período de militância na legalidade e, dessa fase, para uma outra, que foi a da clandestinidade levada ao exagero no interior do partido. Uma fase em que a imagem do militante, já inteiramente transformada, passou a ser a de um militante que se despersonalizou diante das exigências e necessidades da organização, que assimilou todas as características da mística e da visão do partido como uma entidade dirigida por figuras infalíveis, por semideuses da teoria e da prática revolucionária. A imagem da organização e suas direções reduz, elimina os pruridos, as exigências, os escrúpulos pessoais, mesmo no quadro afetivo, no quadro familiar e no quadro social. Quando falo de escrúpulos, não me refiro a ter sido em qualquer momento ferido na minha dignidade, mas na minha personalidade, na minha visão das relações de família, amizade, na minha visão também do que seria a complementação natural de uma atividade política no mundo da cultura, do estudo, do enriquecimento da visão da sociedade, do mundo, das idéias e das vocações.

Como foi sua chegada ao Brasil na clandestinidade?

APOLONIO — Não, não, foi na legalidade. Nós chegamos ao Brasil com Renée, grávida do nosso primeiro filho, em dezembro de 1946. Encontramos uma situação inteiramente nova: o partido na legalidade, com 14 deputados e um senador e presença marcante nas câmaras municipais do Rio e Recife. Quer dizer, um partido já colocado no plano institucional. Eu me integrei imediatamente ao partido, como auxiliar da direção. Aí eu já comecei a sentir uma capacidade de absorção do indivíduo extremamente exagerada.

Você ocupou que funções?

APOLONIO — Nenhuma função específica. Mas fiquei ao lado do secretário de Organização, Diógenes de Arruda Câmara, e ele passava das seis da manhã às 11 da noite visitando o partido, discutindo com os companheiros. Convidou-me a ser o seu acompanhante, para eu conhecer o partido, integrar-me à sua vida, à sua imagem, à sua organização e seus militantes.

O que era fundamental. Afinal, você estava há dez anos fora do Brasil.

APOLONIO — Pois é. Era terrivelmente absorvente. Renée ficou inteiramente isolada nesse período. Eu saía de manhã cedo, muito cedo, e só voltava tarde da noite. Houve um isolamento muito grande da Renée, que estava esperando o Raul para três meses depois, março. Foi um período em que eu comecei a sentir que a direção do partido tinha uma dinâmica muito especial, admirável, extremamente particular, rica, mas que me arrastava a um ritmo de vida e de

Rememória

participação que praticamente eliminava a minha presença do ponto de vista pessoal, de estudo, amizades, visitas e, antes de tudo, da vida familiar, reduzida ao final da noite. Os filhos eu via muito pouco. Esse foi um período duro. Foi quando fui convidado para ser o presidente da União da Juventude Comunista (UJC), numa tentativa de ampliar o campo de ação do partido, abrir espaços de audiência junto à juventude. Tivemos como secretário da UJC João Saldanha, que, nesse momento, era o dirigente do PCB na zona da Lagoa. Iniciei meus trabalhos de elaboração sobre a juventude, suas condições, sua tradição de organização muito limitada, muito localizada, muito atomizada, baseado na memória da UJC dos anos 30. O primeiro trabalho seria publicado depois na revista *Problemas*.

E o que era prioritário na UJC?

APOLONIO — Eu imaginava a UJC em bases amplas, ganhando elementos que não fossem marxistas nem comunistas, mas que quisessem algo no sentido da esquerda. Era uma idéia que tinha um imenso espaço, um imenso campo de audiência. Fui visitado por companheiros que trabalhavam na Associação Cristã de Moços e nunca haviam militado politicamente, mas que eram ligados a grupos muito grandes de moços e moças que queriam participar. Passamos imediatamente a ter uma espécie de panorama, um panorama inicial, procurando incorporar alguns companheiros que trabalhavam no rádio, como o Mário Lago.

E por que durou pouco?

APOLONIO — Em 1947 a esquerda estava condenada, tinha seus dias contados. A UJC viveu legalmente 28 dias. Do primeiro ao último dia de fevereiro. Foi o prenúncio da ilegalidade do partido.

Qual foi o argumento utilizado para fechar a UJC?

APOLONIO — Que esta era um elemento de deformação e degradação do espírito da juventude. Uma das coisas mais elementares e mais vis em relação à organização dos jovens.

Ela foi fechada antes do PCB ser posto na ilegalidade?

APOLONIO — Foi. A partir do seu fechamento, eu comecei a sentir que a legalidade do partido estava em perigo. No dia 7 de maio de 1947 houve o processo sobre a legalidade do registro eleitoral do PCB. Havia uma massa imensa de policiais nos cercando. Eu estava extremamente preocupado, porque achava que o partido ia ser colocado na ilegalidade. O partido foi surpreendido pelos acontecimentos porque não acreditava na supressão de sua legalidade. Essa é uma das características de nossa esquerda, do PCB e de

outras organizações que existem hoje. Essa ausência de visão das realidades, essa distância das características da conjuntura e de suas tendências determinantes marcariam, em seguida, as ilusões do partido quanto à continuidade do mandato de seus parlamentares. Em 1947, o partido foi colocado fora da lei, mas os seus parlamentares continuavam no Congresso e no Senado, e os dirigentes acreditavam que isso iria continuar até o final do seu mandato. Não pensavam que haveria, em 1948, uma cassação taxativa e fria. Como disse antes, é a ausência de contato com a realidade do movimento, a confusão entre desejo e realidade que caracterizaram sempre a nossa esquerda. No fundo, a subestimação do adversário, de um lado, e a supervalorização de nossas forças, de outro. É um fenômeno que se repete nos anos 60. Isso fez com que a direção fosse apanhada de supetão. As organizações de base reduziram-se a núcleos de três pessoas no máximo para uma situação de clandestinidade muito parecida com a que nós adotamos na França, no PCF, no momento da ocupação militar alemã. Dentro desse quadro, Renée, eu e os garotos entramos no trabalho de segurança dos organismos de direção. Nós fomos, durante um ano e meio, “caseiros” de João Amazonas, com quem tivemos relações extremamente boas, íntimas, fraternas, que guardamos até hoje, independentemente das nossas divergências. Depois eu passei a ter algumas funções de atividade clandestina, ligadas ao trabalho de organização. Isto durou de 1947 a 1957.

O PCB passou por várias mudanças políticas após ser golpeado na sua legalidade, desde propostas visando a radicalização do processo até a concretização de acordos políticos com Getúlio Vargas. Como é que isso se refletia dentro do PCB?

APOLONIO — O partido, em 1945, tinha adotado, praticamente, a visão da via pacífica para o socialismo, uma visão de concessões, de confiança e de colaboração com a burguesia chamada progressista (depois se chamaria nacional) na solução dos problemas brasileiros. Uma atitude que refletia certas ilusões sobre o caráter transformador revolucionário de uma grande burguesia em nosso país. Isso ficou patente em 1945 e 1946. O partido esqueceu que essa burguesia, em 1929 e sobretudo em 1930, fez a sua revolução democrática e assegurou o seu papel determinante no aparelho do Estado. O partido, em 1945, a meu ver, pôs por terra a sua condição de organização superior revolucionária da classe operária para ser mais um partido político participante da vida nacional em colaboração com a burguesia nacional. Esse partido deu uma virada muito séria em 1948, como resposta à situação de ilegalidade, de clandestinidade, que o partido levou muito longe. Havia também a tendência ainda presente do que era a vocação militar herdada dos tenentes, presente em boa parte dos componentes do nosso partido. O manifesto de agosto de 1950 foi um chamado à luta armada.

Rememória

O partido viveu, em vários momentos, essa oscilação: de um lado, ajudando a administrar o capitalismo, a desenvolver o capitalismo, e do outro, quando revertia o quadro político, colocando a luta armada no horizonte imediato. A situação sempre saía de um pólo e ia para outro, até 1964.

APOLONIO — É preciso enriquecer esse quadro com uma terceira faixa de tendência e de vocação, que foi a busca de uma posição de equilíbrio dentro da visão de um caminho nacional para o socialismo, que eu colocaria, historicamente, em primeiro lugar. Na segunda metade dos anos 20, o partido ganhou posições em relação ao domínio anterior do anarquismo e de sua influência na classe operária. Isso apenas nas cidades, já que os anarquistas não se preocupavam com o campo. Depois do seu II Congresso, em 1925, o PCB teve uma orientação que, a meu ver, deveria ser muito estudada por toda a esquerda, porque, segundo penso, foi o único momento em que o partido teve, apesar de sua adolescência, quase infância, uma visão aproximada da realidade brasileira. Quando procurou ter uma orientação, uma estratégia e uma tática adequadas à conjuntura da época. O partido não só procurou a unidade da classe operária e dos trabalhadores em geral, por meio do Bloco Operário e Camponês (BOC), com os grupos e entidades de influência da intelectualidade e pequena burguesia da época, de parlamentares do Rio e de outros lugares, mas também definiu uma tática que combinou o trabalho parlamentar com a preparação para a luta armada e definiu um arco de alianças sem se apoiar cegamente nas diretivas da Internacional Comunista moldadas num modelo bolchevique.

Mas isso não vai se repetir ao longo da história.

APOLONIO — Por isso eu estou dizendo que foi um caso raro dentro da história do partido e na história da esquerda. Nós, da esquerda, temos de estudar isso que é algo marginal na pesquisa das esquerdas. O PCB anulou essa questão.

Por quê?

APOLONIO — Em março de 1930 nós tivemos eleições e o partido tinha um candidato, expressão dessa aliança, que era Luís Carlos Prestes. A discussão com os tenentes girava em torno do programa dessa candidatura. Era um elemento extremamente novo que se chocava com as diretrizes da Internacional Comunista. É na segunda metade de 1929 que a Internacional Comunista se volta para a América Latina, e em particular para o Brasil. Em princípios de 1930 havia uma resolução da Executiva da Internacional Comunista sobre a situação do Brasil em que se definia uma situação pré-revolucionária, na qual qualquer manifestação de desempregados, qualquer greve, qualquer manifestação estudantil podia transformar-se num início de uma insurreição.

Voltando para os anos 50, então, o que você fazia, qual era a sua posição?

APOLONIO — Eu, Renée e os garotos tínhamos virado “caseiros” de elementos da direção e depois eu havia trabalhado no quadro de organização do partido. Trabalho clandestino. A partir de 1954 eu passei quase três anos na URSS, num curso. Nesse momento, o partido organizava, com a ajuda do PC da URSS, cursos de formação política, começando de nível médio, para operários, camponeses, estudantes, antigos militares. Eu e Renée fizemos esse curso entre final de 1954 e 1957. Eu voltei para o país em fevereiro de 1957, no momento de grande crise interna do PC decorrente das resoluções do XX Congresso do PCUS, que definiam a visão preferencial de um caminho pacífico para o socialismo.

E as denúncias dos crimes de Stalin...

APOLONIO — As denúncias e a crise abalaram o nosso partido.

Como é que você recebeu, não só as resoluções do XX Congresso, mas as denúncias dos crimes de Stalin?

APOLONIO — Eu tinha uma visão muito mística do partido, mas não tinha o culto das personalidades: não tive de Prestes como não tive de Stalin. Eu tinha uma visão do organismo dirigente, do partido, da sua expressão. Para mim o que ocorreu foi uma revelação, não foi nenhuma angústia nem qualquer dano particular.

De qualquer forma houve um choque em muitos dirigentes do partido. Marighella contava que passou três dias e três noites sem dormir, sem comer, profundamente angustiado porque as denúncias derrubavam todos os mitos, todas as imagens a respeito do partido, de Stalin, da Revolução. A que você atribui esse comportamento tão diferenciado?

RENÉE — O fato de estarmos também na URSS nessa época deve ter contribuído. Essa bomba surgiu fora da URSS. Lá, já havia certa abertura discreta, por parte dos professores, em relação a esses assuntos. Os professores de filosofia já estavam pesquisando certas coisas que tinham sido tabu até aquele momento. O pouco que a gente conversava com as pessoas — porque a gente começava a aprender algumas palavras em russo — mostrava que as pessoas não estavam contentes no tempo de Stalin, com a fome daquela fase. Para nós, a visão da URSS, de como viviam as pessoas, foi muito reveladora. A URSS não era o paraíso que a gente imaginava desde o tempo de criança. Talvez, por isso, o choque não tenha sido tão grande.

Isso pode ser estendido para todos os brasileiros que estavam lá ou estava restrito a vocês, que já tinham uma experiência européia?

APOLONIO — Quase todos. Era a atmosfera que se respirava.

Rememória

RENÉE — Em uma viagem que fizemos através da URSS, nós fomos recebidos por procuradores da República, por várias personalidades que já falavam das arbitrariedades, das distorções da realidade socialista. Então, ficamos sabendo de muita coisa. Para nós não houve aquele choque brutal da bomba que arreventou nos jornais europeus e que se refletiu no Brasil.

APOLONIO — Foi bom que a Renée falasse, porque ela sempre teve, na minha vida pessoal e política de militante, uma influência muito grande. Lá na URSS, ela me ajudou muito a começar a corrigir a visão ilusória da realidade e a posição do crente, do místico que acredita na infalibilidade, no lado róseo das coisas prescritas, nos dogmas e na religião, e que não quer olhar a realidade. Na URSS eu já tinha esses dois lados contraditórios. No momento da morte de Stalin, em 1953, eu não tive também nenhum choque particular nem nenhuma angústia. Talvez, no fundo de mim mesmo, remoendo, tranqüila e silenciosamente, certas ilusões anteriores, eu tenha guardado um pouco das minhas dúvidas em função da Espanha, do sofrimento da Espanha, do abandono da Espanha pela URSS. E Stalin era a figura que simbolizava a URSS no final da guerra da República. Esse era um lado. O lado das pessoas não me tocava particularmente. Eu tinha a sensação da perda, a angústia do que isso poderia representar e isso não pesava sobre mim de maneira especial. Mas sim a visão da URSS, o primeiro Estado socialista, o símbolo do mundo novo, da sociedade nova que eu tinha idealizado. Um dos trabalhos de Jorge Amado (*O mundo da paz*), por exemplo, era a anti-realidade da URSS, uma visão acientífica, acultural, a visão elementar e, vamos dizer assim, muito pouco apoiada num mínimo de conhecimento do socialismo, do marxismo. Isso nos marcava muito. Afinal de contas, o que Marx e Engels, e depois Lenin e os grandes escritores, disseram sobre o socialismo era que ele seria uma escala intermediária, a passarela entre o capitalismo e o comunismo, com todas as mazelas do capitalismo e um esforço imenso por adquirir os elementos novos do comunismo e a convicção desses elementos.

Vocês tinham, de um lado, um verdadeiro bombardeio de propaganda que criava essa visão mística do socialismo na URSS e, do outro, o socialismo real, com suas dificuldades e obstáculos enormes para vencer, o país ainda não reconstruído do período pós-guerra, em fase de reconstrução. Isso chegou a ser um abalo nas suas convicções?

APOLONIO — Era aí que eu queria chegar. Eu tive muita dificuldade para abrir os olhos para o lado negativo do socialismo, para as mazelas naturais, hereditárias, objetiva e imperiosamente necessárias num regime socialista. Necessárias no sentido de que elas não poderiam deixar de existir. Eu não queria abrir os olhos. Era Renée que me forçava a abrir os olhos. E havia coisas muito cho-

cantes. Em 1955, 1956 o socialismo já tinha 40 anos de construção. Uma vez, nós fizemos viagens em barcos, onde nós sentimos não a existência de duas classes, mas a existência de três classes.

RENÉE — Até de cinco classes...

APOLONIO — Nós passamos por certas áreas onde vimos a condição do trabalhador dos colcoses*, das famílias dos colcoses.

Mas e essas três ou cinco classes, como Renée coloca?

APOLONIO — Três classes bem definidas, em função do local, do camarote, do lugar que tinha no barco. Falando nos transportes. Nós sentimos esse choque, choques flagrantes, que eu comecei a perceber apesar da imensa recusa em ver o lado negativo. Renée me ajudou de forma extraordinária. Eu era mais doentamente embutido dessa visão ilusória, irreal do socialismo, fantasiada. Mas por que eu não tive a mesma reação do Marighella?

Renée deu a primeira explicação que vale muito. É um dos componentes. Eu daria um outro componente. É que, justamente nesse momento, a gente começou a perder, eu em particular, a visão mística das direções do partido. Não somente de Stalin. Para nós, Kruchev havia cometido também crimes, assim como todos os membros do Comitê Central. Então, a gente começou, nesse momento, a perder as ilusões, a mística da infalibilidade, não da URSS, mas do partido no nosso país. E, aqui no Brasil, houve uma luta interna que marcou todas as atrocidades que, do ponto de vista de democracia interna, o partido tinha vivido, com a responsabilidade máxima de seus dirigentes. Esse fato levou uma parte sensível dos militantes e dos dirigentes a descreer dos organismos de direção também no nosso país. Agora, por que não nos levou a descreer do partido? Porque Stalin e o Comitê Central não eram nosso referencial. Nós estávamos em contato com o povo soviético, com os jovens soviéticos, com os jovens intérpretes que trabalhavam conosco, seus lados positivos, seus lados negativos. Um povo bom, disposto, animoso. E nós sentimos que haveria uma viragem, tínhamos confiança, porque a gente estudou muito a história do movimento operário. Isso ajudou muitíssimo na percepção das coisas e nos deu a oportunidade de conviver com duas situações extremamente contraditórias: de um lado, a consolidação, um vigor novo, a imagem nova do militante que conhece um pouco de sua teoria e está integrado a ela; de outro lado, a visão crítica do partido lá em cima, no centro exterior, a posição crítica diante de um partido baseado no monolitismo de pensamento e no monopólio desses pensamentos pelos organismos de direção. Duvidar dessa direção era, na visão dos dirigentes do PC, estar derrapando suave ou abruptamente para uma negação da luta, para a situação de fujão ou de tráfuga. Entre 1958 e

*Plural de colcós (do russo *kolkhoz*), fazenda coletiva na ex-União Soviética formada por um conjunto de agricultores reunidos para cultivar a terra em comum.

Rememória

1959, sobretudo 1959, 1960, nós vivíamos essa situação de militante, um pouco bizarra.

Você acabou de passar por um período de formação na URSS, chega ao Brasil com os pés mais no chão, e assume uma das tarefas: a produção intelectual ou a formação de quadros brasileiros, do ponto de vista marxista, revolucionário, de propaganda do socialismo etc. Como é que foi?

APOLONIO — Nós estávamos identificados com a idéia do partido, com a política de classe e com a necessidade de teoria. Dentro dessa visão, procuramos transformar em realidade o compromisso assumido com o partido ao irmos estudar na URSS. Nós sabíamos que o partido tinha uma vontade imensa de estudar, de aprender, de discutir nas bases. Passamos a tomar contato com a base para fazer cursos.

RENÉE — Foi muito à revelia. Não foi uma tarefa.

APOLONIO — Foi à margem da direção e havia certas áreas que recebiam isso com alegria infinita. Eu me senti inteiramente dentro do partido, em contato com o partido por meio de seus militantes. Se havia tarefas na direção, eu as cumpria naturalmente. Sempre fui muito fiel nesse sentido. Tinha também a alegria de estar devolvendo aos militantes do partido, portanto ao partido, o investimento e o compromisso assumidos quando aceitamos estudar na URSS.

RENÉE — Esses cursos procuravam não repetir os cursos de antigamente, como era, por exemplo, o Curso Stalin, que se destinava a fazer os militantes assimilarem uma determinada linha política que o partido acabava de adotar ou iria adotar. Esses cursos que o Apolonio começou analisavam o movimento operário internacional e brasileiro, o capital, a mais-valia, a mercadoria, uma tentativa para que as pessoas procurassem entender pelos seus próprios meios.

APOLONIO — Recebemos, Renée e eu, uma audiência imensa, uma solidariedade imensa, um estímulo imenso. Eu passei a trabalhar também na revista *Novos Rumos*, numa coluna que se tornou histórica, “Teoria e Prática”. O projeto de educação subiu da base para outros organismos, e a direção resolveu criar uma comissão de educação que já contava com o Mário Alves, da Comissão Executiva. Nós fizemos os programas, o curso elementar e o curso médio, elaborados em folhetos, e tínhamos o sonho de avançar para uma pequena universidade, que seria o curso superior do partido. Aí nós teríamos naturalmente os luminares do partido, os mais belos talentos e mais belas culturas políticas da história do partido.

Acredito que foi uma opção dentro das várias vertentes que o partido teve, evidentemente poderiam ter ficado mais próximos de um Diógenes de Arruda

Câmara, de João Amazonas, como poderiam ter ficado mais próximos do Marighella. Essa mesma vertente, Apolonio, Jacob [Gorender], Mário Alves, vai desembocar na formação do PCBR. De onde vem a identidade que leva a essa aproximação?

APOLONIO — Justamente porque nós tínhamos um contato não só com a direção mas com as bases que traziam suas dúvidas, suas análises sobre problemas nacionais e internacionais e nos chamavam para discutir e apresentar nossa opinião. Eu, Jacob, Mário Alves viajamos pelo interior do país para dar cursos em Minas, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul. O Marco Aurélio Garcia* foi meu aluno, eram cursos secundários. A Renée continuava o trabalho dela no Comitê dos Marítimos, até hoje os marítimos que a gente vê lembram dessas ocasiões...
RENÉE — Tudo isso nos forjou uma consciência mais séria, mais sólida, da necessidade de se criticar a linha adotada em 1960, sobretudo a do caminho pacífico.

Nesse período, ocorreu uma disputa interna que culminou com a saída de Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas e outros, que acabaram fundando o PCdoB. Vocês todos tinham uma crítica às posições elaboradas por Kruchev. Por que houve saídas diferenciadas para o PCBR, o PCdoB, a ALN etc.?

APOLONIO — Porque houve dois momentos, dois ciclos de ruptura do PCB: 1961-62 e 1964-67. As origens são as mesmas. Em 1945-46 já ocorrera o fim do conteúdo e da forma, da imagem do PCB como um partido revolucionário da classe operária. Já havia o reflexo da divisão do mundo das duas superpotências. Foi um período de oposição obstinada, pregamos a derrubada de Getúlio até seu suicídio, e saímos para a rua, depois, com a massa, para protestar contra seu assassinato [*sic*]. Foram coisas extremamente contraditórias e duras na história de um partido de vanguarda, de um partido político de uma classe avançada. Em 1957, depois do XX Congresso, o partido já tinha uma base que ele considerava científica, que vinha do Partido Comunista da URSS, de um caminho pacífico para o desenvolvimento da luta de classes como corolário natural do princípio ético internacional de convivência pacífica entre os dois sistemas políticos e sociais. Havia, no entanto, uma situação de estranheza em relação à política de 1945-46, e em relação a um caminho pacífico em 1956-57. E essa estranheza de nossa parte foi crescendo a partir de 1958. Ela colocou em posição de rebeldia uma parte dos dirigentes que não queriam aceitar a resolução política do XX Congresso. São os dirigentes que depois seriam afastados da direção e mais tarde formariam o PCdoB, mas que eram, em quase sua totalidade, membros do secretariado e da Comissão Executiva do partido até agosto de 1957. Muitos de nós ficamos numa situação de dúvida, sem alternativa, situação muito penosa,

* Historiador, professor da Unicamp e dirigente do Partido dos Trabalhadores.

Rememória

porque imobilista. Nesse momento eu escrevi um artigo para a *Novos Rumos*, mas não contestei de maneira violenta, nem deixei de ter o mesmo caminho anterior. Mas para com João Amazonas, Pedro Pomar, [Ângelo] Arroio, eu tinha imenso respeito. Na realidade, eu vacilei. Esses companheiros não negaram o marxismo e o partido de maneira nenhuma. Fizeram uma luta interna limpíssima, aberta, corajosa, decidida, muito positiva... Dentro desse quadro, eu vacilei porque eu tinha uma opinião muito apagada nessa questão. Não estava com eles para deixar o partido e não estava com a orientação do partido. Os companheiros fizeram a contestação, foram extremamente corajosos e lúcidos como militantes na defesa de seu direito de pensar e de criticar... Em 1964 nós daríamos razão a eles. Por que nós não fomos com eles? Porque a alternativa que eles davam não nos convencia, mas também porque nós tínhamos medo de que eles fossem o reflexo do cisma URSS *versus* China. Não queríamos entrar nessa jogada. A URSS era o primeiro Estado socialista, era um patrimônio extraordinário dos trabalhadores do mundo. A China também, mas longe nesta questão. Não creio que fosse isto. Se, depois, eles se orientaram para um contato mais estreito com o PC chinês e foram para outros lados, esse é um problema posterior. Naquele momento, foi a contestação com absoluto direito. Foi uma posição que eu não soube ter porque não estava convencido, como eles, da absoluta necessidade de romper por uma alternativa que eles aceitavam, que eu não aceitava ainda... Em 1964, nós fomos fazer o segundo ciclo de ruptura, porque houve um impacto brutal, humilhante, verdadeiramente capaz de estraçalhar a imagem que se tinha do combatente de vanguarda, que foi a conduta do PCB diante do golpe militar de 1964.

Nós tínhamos passado por uma Revolução Cubana que havia rompido com esses limites, já apontava novas direções e que, depois de 1964, vai se colocar de maneira mais completa. A que você atribui este imobilismo por parte de figuras importantíssimas dentro do quadro do PC, que não conseguem formular alternativas?

APOLONIO — O golpe foi feito em março de 1964. Em fevereiro, houve uma reunião ampliada do Comitê Central do PCB. Havia uma tese para o VI Congresso. Pensávamos que teríamos uma situação legal e que o partido faria seu VI Congresso em 1964. Não havia uma frase, uma tese de crítica ao caminho pacífico, defendido na linha de 1960... Não era também um problema de carisma de figuras centrais do partido. Nunca tive culto à figura do Prestes. Mesmo ao jovem Fidel a gente olhava com carinho, com respeito, mas sem culto. Para nós, a Revolução de Cuba era muito interessante, mas dentro de realidades diferentes, de condições internacionais extremamente diversas. A gente já possuía essa visão crítica. Para mim, o elemento principal era o despreparo dos militantes de esquerda do PCB. Nós não tínhamos conhecimento da nossa realidade para defi-

nir alternativas e não tínhamos também base teórica para elaborar uma análise crítica das experiências que se faziam, modelos que se apresentavam.

Ou eram as posições teóricas que estavam equivocadas, como a análise do campo feita pelo Moisés Vinhas?

APOLONIO — Vinhas foi nosso colega anos e anos no PCB e não trouxe nada de novo. Nesse momento, por exemplo, sentimos o ascenso político das Ligas Camponesas. As organizações de campo do PCB eram extremamente fracas e limitadas. Nós acompanhamos o movimento sindical dentro da política de colaboração com [João] Goulart. Estávamos ainda marcados pela política do V Congresso, que era uma política de colaboração com a burguesia nacional, portanto com o governo Goulart. Os companheiros de 1958-60 eram companheiros que não condenávamos mas tampouco apoiávamos. Não aceitávamos suas alternativas depois que ficou clara a sua ligação com o partido chinês. Eu tenho a impressão de que pesou muito a questão do despreparo político, a ausência de debate para uma mudança na linha política de 1960. Nós conhecíamos pouco das lutas operárias no mundo e no nosso país. Tínhamos ilusões de uma aliança com a burguesia. Essas ilusões iriam cair de maneira brutal de 31 de março para 1º de abril, com o golpe militar. Primeiro, houve uma confusão extrema no interior da direção. Como no passado, o PCB, por meio de seus dirigentes, estava fora da realidade, não acreditava num golpe armado. Segundo, acreditava na capacidade e vontade de resistência do governo Goulart e das forças aliadas representadas pela burguesia nacional. Terceiro, deixou o país imobilizado pela crença de resistência, no caso eventual de choque armado, porque havia um dispositivo militar do governo — que, aos olhos do movimento popular, seria capaz de resolver todos esses problemas. Tudo castelos de cartas, ilusões. Sentimos, então, a necessidade efetiva de mudar a linha política. Não podíamos ficar na dependência dessas alianças, na ilusão de que esses sistemas de forças políticas e sociais resolveriam nossos problemas. Era preciso, portanto, um novo sistema de forças e também rever o caráter do caminho pacífico.

Como é que se dá o processo de ruptura, não com o PCB, mas que implicou uma revisão do stalinismo?

APOLONIO — O stalinismo não estava em questão. Claro que a inércia dos métodos de mandonismo, de recusa às contradições e às lutas internas persistia camuflada. Mas o stalinismo não era o problema fundamental do partido. O problema fundamental era a questão da linha política, do sistema de alianças e do caminho privilegiado da transição pacífica. Nos primeiros dias do golpe, a surpresa da direção era total. Ela era incapaz de acompanhar, não acreditava na realidade, não se reuniu nos primeiros dias, estava dispersa. Houve dirigentes que não tinham onde dormir para se esconder com segurança. Para se ter uma

Rememória

idéia, o Comitê Central reuniu-se um ano e uma semana depois do golpe. Antes disso, ficaram alguns elementos da Comissão Executiva em contato com a realidade. Marighella, Jover Teles, Mário Alves, eu tenho certeza de que ficaram e definiram um documento chamando o partido a militar e a debater a justeza e a reavaliação da linha política. É um documento histórico, sobre o qual o PCB não fala porque não tem interesse em reavivar essa história, chamado “Esquema para discussão”. Passamos a lutar para que houvesse uma mudança de orientação política, para mudar a linha do V Encontro de 1960. Em maio de 1965, pela primeira vez depois do golpe militar, reuniu-se o Comitê Central, que negou qualquer mudança, avalizou inteiramente a linha do V Congresso, jogou a culpa do fracasso sobre elementos de tendência esquerdista, existentes na sociedade e no partido, e manteve firmemente a política da coexistência pacífica. Então, para nós, há uma segunda fase: já que a direção não queria mudar a linha, iríamos mudar a direção. Para mudar a direção era necessário um congresso nacional. Atuando em várias regiões, impusemos a realização de um congresso, aceito a contragosto pela direção nacional, e fomos ao debate. Estabelecemos dois tipos de tese: as teses da maioria do Comitê Central e as teses do que se chamava corrente contestatória, que nós chamávamos de corrente revolucionária. Acontece que as medidas discricionárias e as pressões exercidas contra os setores contestatórios foram tão fortes que, num dado momento, nós sentimos que não poderíamos mais ir ao congresso, porque não teríamos condições de mudar as coisas por meio do congresso. E aí decidiu-se fazer, em certas áreas, a ruptura. Essa ruptura seria sugerida num processo indolor, por intermédio de novas organizações que se criariam. Ou à base da corrente contestatória no interior do PCB ou à base de outra corrente contestatória que se chamava a Dissidência Interna, a DI, formada sobretudo por estudantes e parte da intelectualidade no Rio, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Minas etc. Várias correntes iriam se formar saindo dessas faixas de dissidências internas do PCB. Na imensa maioria dos casos, essa ruptura se faria de maneira indolor, quer dizer, sem discussão com a direção. Nós do estado do Rio fizemos uma conferência regional, decidimos pelo afastamento do partido, comunicamos ao partido e à direção a situação e convocamos todas as outras organizações e correntes para um encontro. Pensávamos criar um outro partido, mas constatamos que os setores contestatórios no interior do PCB eram profundamente diferentes, contraditórios em questões essenciais, como a concepção de partido e de seu papel na luta armada: ou sob o modelo chinês, ou como uma deformação do modelo cubano, que nós pensávamos que era o fuzil sem partido, que se criaria no decorrer da luta.

Há um fato curioso. O processo de ruptura se fez no campo político e também no campo organizacional.

APOLONIO — Exatamente.

As propostas que surgiram, no fundo, tentavam fazer certa crítica à estrutura partidária tradicional, revelando divergências entre as várias alternativas que foram colocadas. Marighella, especialmente, partiu para a negação completa da estrutura partidária.

APOLONIO — “Não cometerei o erro de criar um terceiro partido.”

Vocês não se aliaram ao Marighella nessa posição. Mas ao mesmo tempo estavam rompendo com a estrutura partidária tradicional. A proposta de vocês tinha algum objetivo de resgatar a base leninista do partido? Vocês tinham uma preocupação nesse sentido? Ou onde acaba o leninismo e onde começa o stalinismo?

APOLONIO — Eu fugiria dessas formas, porque elas não estavam presentes em nós, de maneira nenhuma. Nós tínhamos, naturalmente, a idéia de nos manter num partido. Não queríamos acabar com o partido como queria Marighella, negar o partido. Tentamos, inclusive por meio da luta interna, transformar o PCB. Mas na realidade nosso despreparo fez com que nós, no fundo, não soubéssemos modificar de maneira efetiva e sensível a imagem do velho partido. Rompemos oficialmente com o PCB na X Convenção Regional, em 23 de setembro de 1967. Muito bem, no dia 1º de outubro, reunimos em Niterói delegados de todas as organizações contestadoras da direção do partido: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio, Guanabara*, Paraná e Minas Gerais e companheiros contestadores do Nordeste. Nós queríamos criar um partido, modificar esse partido em tudo que fosse necessário, ver as sugestões, manter o partido. Aí nos defrontamos com a ausência de Marighella e “Toledo” [Joaquim Câmara Ferreira], de São Paulo. Substitui-se o roteiro da reunião porque não haveria unidade. Nós pensávamos num partido novo, capaz de dar verdadeiramente orientação nova à luta de classes no país.

Não tinha havido um contato anterior com Marighella e Toledo a respeito dessa proposta?

APOLONIO — Toledo tinha posições definidas. Queria nos ganhar para eliminar o partido, a luta armada sem o partido. Ele tinha um xodó tremendo por nossa organização no estado do Rio. Ele era particularmente sensível à figura do Miguel Batista, por exemplo, e outros. E nós tínhamos um carinho imenso por ele, mas não arredávamos pé da luta armada com o partido.

A resistência maior se localiza em Toledo?

APOLONIO — No Marighella, fundamentalmente. Câmara Ferreira era um homem

* Na época existia o estado da Guanabara, fundido ao Rio de Janeiro em 1974.

Rememória

que acompanhava Marighella. Mas, na minha opinião, no fundo ele estava conosco. E depois deslizou para a posição de correção parcial etc., mas já estava demasiado engajado. E, para evitar uma ruptura entre as forças contestadoras, nós estabelecemos as bases de um compromisso: uma direção provisória, composta por seis elementos, um de São Paulo, Marighella, sendo presidente da Comissão, dois do estado do Rio, dois da Guanabara e um de Minas Gerais, estados próximos, para podermos nos reunir. Minas Gerais nunca veio, São Paulo nunca veio e funcionamos os dois do Rio e os dois da Guanabara. O objetivo era preparar uma conferência seis meses depois, portanto em março de 1968, para decidirmos essas questões. Claro que preparamos essa conferência, mas São Paulo já tinha criado, em fevereiro, o Agrupamento Comunista de São Paulo. O MR-8 estava trabalhando por outros lados. A corrente de Minas Gerais estava olhando com desconfiança os nossos caminhos e não quis vir.

E a dissidência estudantil?

APOLONIO — Em São Paulo, estava com a ALN, e a dissidência estudantil do Rio, depois da experiência do Paraná, tomaria o nome de MR-8, mas estava fora. Então criamos o PCBR, juntamente com Jacob Gorender e Eloi Martins, mas dentro de uma luta interna muitíssimo séria, porque aí nós tivemos o grande confronto. É que a nossa corrente estava profundamente infiltrada pelo PCdoB, inclusive a direção. Houve até elementos de nossa direção, da direção provisória, que já eram membros da direção do PCdoB, e o trabalho deles, do Frutuoso e de outros, era ganhar essa nova formação com tanta gente disposta para a luta, para o PCdoB. Então, essa conferência em março, *sui generis*, começou com duas posições: uma defendendo a ida para o PCdoB e outra defendendo a criação de um novo partido. Essa segunda foi vitoriosa. Saiu o PCBR. Eles do PCdoB ficaram conosco ainda durante dois ou três meses e depois procuraram levar o que podiam do nosso PCBR.

Nesse momento ocorre uma discussão extremamente delicada e importante sobre a questão da luta armada. Nesse processo de avaliação há um aprendizado. Seria correto questionar onde começa o delírio, onde termina a coragem?

APOLONIO — Eu quero defender muitíssimo a legitimidade da luta dos anos 60: a grandeza, a legitimidade, a pureza dos objetivos, o espírito de ligação com o povo, com a liberdade, os protestos contra os crimes da ditadura. Acima de tudo, quero apontar a imensa responsabilidade da ditadura militar, dos homens da alta hierarquia militar com os crimes hediondos. A insensatez que essas figuras estabeleciam em relação à classe operária e às Ligas Camponesas, aos estudantes, ao mundo da cultura, da imprensa, do teatro, das artes etc. A insensatez desses generais imbuídos do direito de tudo fazer,

porque tinham o poder nas mãos e jogavam com a vida, a dignidade dos cidadãos. O problema é que nós avançamos para a idéia da luta armada, em parte por várias influências anteriores, uma certa vocação tenentista, uma certa descrença nas alianças com outras forças, uma certa descrença na possibilidade de uma transformação por vias institucionais. Tudo isso pesou sobre a esquerda, e eu tenho a impressão de que as deformações adquiridas como militantes e dirigentes políticos no PCB marcaram profundamente, com sua inércia, nossa tendência à luta armada e, naturalmente, consolidou-se entre nós a idéia do avanço para uma solução não-institucional. Nós, nesse período de 1964-68, temos toda uma floração de sugestões alternativas à linha política de 1965. “Fora das lutas de massa, a luta armada não tem possibilidade de vitória” — essa é a grande mensagem que vem do Sul, feita por Jacob Gorender e Eloi Martins. “Nosso avanço vai fazer-se por meio do movimento popular, de grandes greves e de choques parciais” — eis a visão alternativa que propusemos no estado do Rio, Miguel Batista, eu e outros. O caminho armado pode ser necessário como coroamento dessas lutas insurrecionais — mas não é absolutamente indispensável. Já em Minas, Mário Alves tem uma visão de conjunto: a combinação das ações de massas e da luta armada nas cidades com a luta de guerrilhas e as ações de massas no campo.

Tanto em Cuba como na Nicarágua nós temos um processo histórico anterior muito rico, que instrumentalizava a vanguarda, os agrupamentos, o partido, os movimentos. No Brasil você não acha também que o despreparo é fruto da nossa história, que é rica em certos aspectos mas que é pobre em lutas de âmbito nacional?

APOLONIO — Pode ser. De qualquer forma, o despreparo político e teórico está presente do princípio ao fim. E, sobretudo, no preparo político e teórico. A origem do nosso erro, a causa de nossa derrota está em nosso romantismo e em nossa cegueira científica, cultural, teórica. No final de 1968, nós estávamos totalmente isolados e aí tivemos a influência que veio de fora e que assimilamos sem espírito crítico. Acreditávamos na força criadora, na força transformadora, na vara de condão de uma fada que se chama ação: a ação armada, no caso, era a grande construtora das organizações. Esse é o grande erro que você encontra em Marighella, que você encontra em Toledo, que você encontra na postura política do PCBR, embora ele não repita essas mesmas fases. Mas, no fundo, no fundo, nós acreditávamos que íamos para uma luta armada, pensando que semearíamos novas lutas populares. Era a visão de que a luta armada, apoiada nas organizações e nas lutas do povo, teria então sua realização completa, sua efetiva materialização. Nós fomos lá de olhos fechados, e fomos, de novo, surpreendidos, isolados, sem bases sociais nas cidades e no campo, e sem preparo militar.

Rememória

Sintetizando esse momento, foi correto ou não foi correto esse protesto armado?

APOLONIO — Eu não diria que não foi correto. Eu penso que teríamos podido corrigir esse erro inicial, prolongar a visão desse protesto armado. A idéia desse protesto armado, mesmo já isolado do movimento popular, tinha portas abertas para outras alternativas sob a visão comum de uma guerra prolongada. Eu penso que ele poderia, talvez, abrir outro caminho. Agora, o conformismo imobilista seria qualquer coisa de terrível. A posição do PCB é uma posição muito fácil, muito gratuita, nos chamam de aventureiros, mas se esquecem de que todas as influências que pesam sobre nós nesse momento são influências que pesaram sobre o PCB nos anos 20/30/48/50.

Nesse processo você é preso e fica pouco tempo na prisão, no DOI-CODI da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Falaram muito de sua irreverência, do seu enfrentamento com o capitão Carneiro, aqueles torturadores tristemente famosos. Como foi esse enfrentamento?

APOLONIO — Na prisão, eu passei por dois momentos claros. Primeiro, caí em mim: estou preso e tolamente preso. Infringi regras de segurança, subestimando o adversário. Estou preso, me dou conta de que cometi um erro muito sério e que isso é ruim para a organização. Então, há uma tentativa de fuga, mas sinto que não posso fugir. Depois, sou levado de carro para um quartel. No caminho, eu sinto que os policiais vacilam, salto sobre o motorista e procuro jogar o carro contra um paredão. O carro não bate e eu levo coronhadas. Em seguida, levam-me para a Polícia do Exército. A idéia de ser um oficial num quartel do Exército me desperta a formação pessoal e a ilusão romântica, e me apresento. Aí, chamam o oficial, me põem o capuz e começa o interrogatório. Diante das minhas respostas, um dos policiais me dá uma bofetada. Eu reajo, isso é uma indignidade, uma covardia. Tiro o capuz e agrido os torturadores. Dois minutos depois estava esticado no chão, desacordado. Agora, isso me dá um respeito junto aos soldados que assistem a tudo com uma tranqüilidade muito grande. Eles podem me bater, me matar, mas eu já comecei.

Em 1970, você e mais 39 presos políticos são trocados pelo embaixador alemão, e vão para a Argélia. Como foi o exílio para você?

APOLONIO — O exílio poderia ter sido muito mais enriquecedor, mas nós levamos uma série de deformações, a idéia de que a guerra continua, não somos capazes de fazer essa reavaliação, corrigir o lado errado, sentir a realidade, evitar o massacre urbano e buscar o movimento social que despontava. Nós temos a ilusão de que somos fortes por causa dos seqüestros, mas depois nós vamos ver que não passam de uma miragem. Foi difícil aceitar a realidade da derrota política, apesar de a derrota militar estar clara.

Como ficou o PCBR nesse processo?

APOLONIO — O PCBR foi um partido que teve talentos políticos, como Mário Alves, como Jacob Gorender. No princípio, tem uma floração de iniciativas, pesquisas, um surto de elaboração política. Depois de 1969, roído pela luta interna entre ir ou não ir para a guerrilha rural, fica numa posição de imobilismo e isolamento da realidade e suas exigências. Deixamos de elaborar, não procuramos pesquisar e fazer análise de crítica construtiva do caminho empreendido. Nós estávamos no exterior e a direção estava no interior, sujeita a todos os perigos, ameaçada por todos os lados, em condições extremamente difíceis. É graças ao conjunto de organizações de esquerda que nós estamos em liberdade, e essas direções asseguram o direito da linha política. Com que direito nós vamos contestá-los? Isso é falso, mas é profundamente ético. Ao lado disso, havia também o resquício da mística partidária, que agrava ainda mais essas deformações. Em 1974-75, eu sou um dos que procuram acompanhar a nova realidade, o princípio da distensão. Mas não tenho ainda uma saída para a eliminação da luta armada. No PCBR, só em 1978 é que nós vamos ver, sentir verdadeiramente a conjuntura nova, participar da luta eleitoral. Diante da resistência do conjunto do partido e de parte da direção no exterior, nós nos afastamos do partido.

Nesse momento, no Brasil, crescem o movimento de massa popular e sindical e a discussão que levaria à criação do PT. Como é que você se coloca?

APOLONIO — A gente sente que há uma nova qualidade do movimento operário. Há o surgimento de novas lideranças que a luta de classes, em sua forma econômica e social, projeta na vida do país. Figuras como Lula, com fidelidade à classe, com espírito criativo, com uma abertura para o novo, mesmo sem bases culturais, são figuras que, na minha opinião, a classe operária, num país como o nosso, pode produzir apenas uma vez no século. Há um movimento de simpatias generalizadas em torno dessas forças novas que trazem uma nova alternativa no plano institucional, no plano da luta legal, no plano da luta de massas. Essa simpatia se canaliza para a idéia de que a experiência política da classe operária em ação vai pôr, na ordem do dia, a necessidade de a luta de classes dar um salto para sua forma política, por meio de um instrumento que é um partido político da classe operária. Nesse momento nós temos o PT, como um partido de tipo novo. Quando viemos para o Brasil, em 1979, nós tivemos uma imensa simpatia pelo PT. Em fevereiro de 1980, quando se lança o PT oficialmente, vemos o primeiro partido de esquerda em todo o século que pleiteia, como um de seus traços essenciais, a conquista da legalidade. Nesse momento, já somos fundadores do partido, ali estamos, Renée e eu. Não estou de acordo com Mário Pedrosa, quando diz que o PT começa tudo de novo. O PT não começa tudo de novo, mas passa a ser o grande elemento de confiança, de esperança, algo novo para a vida militante de cada um de nós.

Rememória

Nós temos hoje um partido que, em termos de organização, história, participação, rompe com a ortodoxia. É fruto da história, mas rompe, abre um novo horizonte. Como você, com a formação, a disciplina e aquela garra para levar às últimas conseqüências a linha rígida do partido, seja ele soviético ou brasileiro, assimilou essa mudança? Foi uma violência?

APOLONIO — Não foi violento porque quando se diz que o PT é continuidade e ruptura, a tendência é focalizar particularmente a ruptura. É preciso uma visão de equilíbrio nessa análise. Nos anos 60, nós do PCBR queríamos manter um partido, mas modificamos a idéia do velho partido leninista, muito parcialmente por causa da influência e da tradição do partido bolchevique. O PCBR estabeleceu uma nova base de liberdade, de idéias, mas não caímos no outro extremo, que seria a visão anarquista. Guardamos uma combinação com o centralismo, uma combinação com a democracia interna que não fomos capazes de levar longe. Optamos pelo caminho armado, mas não aceitamos o predomínio da idéia de um comando político-militar dentro do partido. O PT guarda ainda um bocado das coisas da esquerda, e, dentro do amor imenso que nós temos pelo PT, acho que o PT guarda ainda muito do cerco das idéias e concepções da esquerda tradicional. A IV Internacional* tem uma visão de centralismo democrático tão dura quanto o centralismo democrático do tempo de Lenin, depois de 1920, e do tempo de Stalin, depois de 1924. O PT guarda ainda uma estrutura que precisa ser repensada. O papel das bases ainda é mais teórico do que prático, na vida e na elaboração do partido. Algumas das coisas que marcam a esquerda nos seus quase 70 anos, do PC para cá, ainda estão presentes. Hoje, no PT, temos uma visão do seu papel que lembra muito o messianismo dos partidos comunistas em épocas passadas. O PT é visto como o símbolo da força social, então joga-se para escanteio a idéia fundamental do conjunto de forças sociais e políticas da esquerda e de outras forças periféricas, outras forças interessadas num programa para a mudança da sociedade. Tem o mesmo sentido a recusa do nosso PT, não formal, mas muito concretamente definida, a uma política de frente, no início com as forças de extrema-esquerda, em segundo lugar, com as forças de centro-esquerda, com as forças da sociedade civil próximas à esquerda. Essa recusa pode levar ao isolacionismo dentro do PT. O problema de um messianismo, da visão quase fatalista de que as mudanças se consubstanciam no crescimento do PT, em sua chegada ao governo e ao poder. Levam, assim, à subestimação da política de frente, da imagem de um esquema capaz de ganhar outras forças para mudar o país. Eu tenho muita dificuldade em aceitar, em São Paulo, uma candidatura municipal feita por dois companheiros do PT; no Rio Grande do Sul, uma política de alianças que tem de um lado o Olívio Dutra como elemento que vem

* Criada por Leon Trotski em 1938.

do PT original, das lutas de classe, do movimento operário, e um vice-prefeito que vem da extrema-esquerda organizada. É a aliança apenas dentro do PT. Em alguns lugares nós avançamos mais para a política de frente. Na campanha presidencial nós devemos ter forças políticas e sociais que possam ampliar, enriquecer, dar um colorido novo a essa corrente de renovação que é a candidatura do Lula.

Apolonio, como fica a patente de general?

APOLONIO — É muito simples, viu? A Constituição estabeleceu que a anistia está concedida dentro de tais e tais bases. Então, nós voltaremos a ser, não gerais como deveríamos ser, mas até coronéis. Agora, no Exército, na Marinha ou Aeronáutica, o coronel em condição de reforma tem posto de general-de-brigada. Eu fui um dos três primeiros a pedir a volta. Em cinco ou seis meses deverei receber a patente de general...

Clara Charf

por *Maria Rita Kehl*
e *Paulo de Tarso Venceslau*

Teoria&Debate n° 8 , 4° trimestre de 1989

Nasceu em 17 de julho de 1925, em Maceió (AL), onde morou até 1942. Aos 17 anos, acompanhou sua família na mudança para Recife. Mais velha de três irmãos, queria ser médica. Seu primeiro emprego foi na base naval americana como datilógrafa-copista em inglês. Foi em Recife também que Clara Charf iniciou sua militância política. Dois acontecimentos lhe marcaram profundamente: o primeiro comício de Luís Carlos Prestes, recém-saído da cadeia, após a queda do Estado Novo, no fim da Segunda Guerra Mundial; e a passagem por Recife de Anita Leocádia, filha de Prestes com a revolucionária alemã Olga Benário, nascida em um campo de concentração alemão, e retirada de lá graças ao esforço de sua avó paterna e à solidariedade internacional. Em 1946, Clara mudou-se para o Rio de Janeiro. Filiou-se ao Partido Comunista ao completar 21 anos. Desejava ser aviadora, profissão vedada por lei para as mulheres. Acabou trabalhando como aeromoça nas Aerovias Brasil. Em 1947 conheceu Carlos Marighella, líder revolucionário com quem viveu até seu assassinato pela ditadura militar, em 1969. Em 1970, parte para o exílio em Cuba, de onde retorna em 1979, com a Anistia. Filiada ao PT, integrou por diversas vezes órgãos dirigentes do partido. Concentrou sua atividade na luta pelo resgate dos mortos e desaparecidos; na luta pelos direitos humanos; nas atividades de solidariedade entre os povos; e no movimento de mulheres, do qual faz parte desde o fim do Estado Novo. Trabalhou na prefeitura de São Paulo durante todo o governo Luiza Erundina. A partir de 1993, além de continuar integrando o coletivo da Secretaria Nacional de Mulheres e da Secretaria de Relações Internacionais do PT, participou de uma série de eventos ligados ao resgate da memória de Carlos Marighella. Organizou os livros *Poemas: Rondó da liberdade e Por que resisti à prisão*, este

Rememória

último anteriormente editado na clandestinidade, ambos de Marighella. Em 11 de setembro de 1996, uma comissão especial do Ministério da Justiça reconheceu a responsabilidade do Estado no assassinato de Carlos Marighella. Peça importante para esta decisão foi um dossiê, de cuja elaboração Clara participou ativamente. Ouvida pela imprensa, Clara declarou que o próximo passo será o resgate, nos livros escolares, da verdadeira história dos homens e mulheres que lutaram contra a ditadura militar. Desde que voltou ao Brasil, Clara proferiu centenas de palestras para todos os tipos de públicos, especialmente estudantes. Sua entrevista foi concedida a Maria Rita Kehl e Paulo de Tarso Venceslau, no segundo semestre de 1989. Na época, Clara Charf trabalhava na prefeitura de São Paulo. Aos 72 anos, Clara continua militando ativamente.

Clara, você é uma pessoa que teve uma vida marcada pela clandestinidade, pela luta. Hoje, você se encontra no aparelho de Estado, a prefeitura de São Paulo, junto ao gabinete do vice-prefeito, desempenhando tarefas importantes na área de relações internacionais. Como é para você compatibilizar convivências tão diferentes?

CLARA CHARF — Primeiro, a minha vida não foi só pautada pela clandestinidade. A clandestinidade foi decorrência da luta, da minha cassação de direitos políticos e da perseguição. Você exagerou um pouco. Eu trabalhei muitos anos sem ser clandestina. Tive profissões, trabalhei em diferentes lugares. Mesmo na volta do exílio eu também trabalhei, milito no partido desde que o PT foi formado legalmente, portanto minha vida não é só clandestinidade. Tem a ver com a luta na qual eu me integrei há muitos anos. Agora, estar na prefeitura hoje eu encaro com a maior naturalidade, porque é coerente com a vida que eu escolhi, marcada por episódios diferentes, de luta aberta, de massa, de luta clandestina, desde que comecei a militar no fim da Segunda Guerra Mundial. Nunca imaginei, isso é verdade, estar trabalhando numa prefeitura, como a de São Paulo, nas condições de hoje.

Como é que foi esse processo de seu engajamento político? Teve uma virada na sua vida ou isso foi surgindo devagar? Teve um clique que te deu?

Não. Começou lá em Recife. Meus pais mudaram de Maceió para lá. Comecei numa época em que a efervescência política no país era muito grande porque estava terminando a Segunda Guerra Mundial. Naquele tempo eu já tinha contato com algumas pessoas que tinham estado presas durante o Estado Novo; alguns velhos comunistas. Naquele momento só se falava na vitória da União Soviética, um país socialista, e dos países aliados sobre o nazismo. Aquilo tudo explodiu em Recife com o aparecimento de gente que pipocava em todo lado procurando organizações, participando de comícios etc. Era uma grande festa da liberdade. Eu comecei a militar nessa época.

O que mais te sensibilizou naquele momento?

Eu tinha uma verdadeira paixão pela história que o pessoal que foi saindo da cadeia contava. Eu sou filha de família de classe média, e vivia num ambiente de classe média mas muito pobre. Eu ia observando tudo em volta. Havia muita criança miserável, condições muito ruins de vida, muita pobreza, naqueles bairros de Recife. Essas coisas todas mexiam muito comigo, sempre mexeram muito, tanto que eu queria até ser médica, porque achava que como médica eu ia resolver os problemas de sofrimento. Isso foi se misturando com tudo o que o pessoal que foi preso contava, com o objetivo da luta, para transformar a sociedade. Eu fui me ligando a estas pessoas, e depois, quando começaram os primeiros comícios enormes em Recife, vibrantes, cheios de calor, de paixão, de luta, eu fui em todos. Aí não perdia nada.

Rememória

Mas já tinha algum tipo de organização de que você participava?

Espera aí, calma... Inicialmente eu não era muito organizada. Eu estou dizendo como é que a gente ia acordando. Minha militância era muito fluida no começo, né? Você ajuda a divulgar, a propagar. Mas só oficializei minha militância aos 21 anos de idade, porque só aí me tornei dona de mim mesma juridicamente. Meu pai era contra que eu me metesse nessas coisas todas. Ele não acreditava naquela democracia, achava que ela só iria durar dois anos. Eu tive de romper com todas as proibições da minha vida familiar.

O sobrenome Charf é um sobrenome judeu?

É.

Essa origem teve alguma influência?

Esse é outro lado da questão. Quer dizer, para eu poder militar e ter essa rebeldia diante das proibições e dos preconceitos entrava também a questão da minha origem. Meus pais eram judeus russos. O meu convívio principal não se dava nas famílias judias. Mas se dava também, né?, mas era o centro da minha vivência. E eu me dava com todo mundo. Meus pais não conviviam muito com o grosso da sociedade israelita em Recife. A vivência deles, por serem judeus pobres, era muito mais mesclada, misturada, com os vizinhos. Agora, quando se tratava de namorar, quando se pensava em futuro, claro que a visão do meu pai era de que eu tinha de casar com um judeu mesmo.

Você trabalhava?

Como eu não pude estudar medicina, fui trabalhar na base naval americana. A guerra ainda não havia terminado e os americanos tinham uma base naval em Recife.

Você fazia o quê?

Como eu sabia um pouco de inglês e datilografia, era copista em inglês. Eu estudei datilografia e inglês com o dinheiro que minha mãe escondia das compras. Eu já havia estudado datilografia sem meu pai saber, era assim a cabeça dele. Essa situação se estendeu mais ou menos até minha mãe morrer. Em 1946, eu vim para o Rio e acabei sendo aeromoça.

E dava para conciliar o trabalho com a militância?

Eu acho que essa profissão tinha a ver com a idéia de liberdade, de voar, de viajar, de conhecer, de entender o horizonte do conhecimento. Eu militava e trabalhava na profissão. O partido tinha células abertas no Rio. Era a liberdade da época. O partido tinha uma bancada de deputados. No Rio a situação era muito bonita, do ponto de vista da liberdade, porque era uma efervescência muito

grande: reuniões, discussões, passeatas, festas. E muita gente jovem, sem muita idéia do que podia acontecer na medida em que ia se radicalizando o processo de organização popular. O recrutamento para o PC era feito em praça pública. Eu fiz isso várias vezes. Fazia parte da militância. A gente gritava: “Companheiros...” — era mais ou menos assim — “entrem no partido do Prestes”, porque todo mundo era prestista naquela época. O pessoal se filiava na rua. Era uma coisa assim, aberta, de massa, mas sem nenhum outro tipo de preparação. Durou pouco tempo também. Dois anos de legalidade, só. E as pessoas não chegaram nem a adquirir cultura política, não chegaram a estudar o próprio processo histórico brasileiro. Então, quando veio a repressão, aquilo murchou. Eu conheci o [Carlos] Marighella na época da legalidade, lá no Rio. Marighella era parlamentar e eu trabalhava como aeromoça, a gente se encontrou casualmente. E depois nós trabalhamos juntos na fração parlamentar, uma forma que o PC encontrou na época para ajudar os parlamentares. Uma assessoria coletiva para todos os deputados do partido. E Marighella era deputado e responsável por essa fração parlamentar.

O que você fazia?

Eu ajudava em tudo, na documentação, no arquivo, na datilografia, na parte política. E foi lá que a gente foi convivendo. Nessa época o partido foi fechado, mas a fração parlamentar continuou aberta até 1948, quando os mandatos foram cassados. É importante ver como foi o comportamento do Marighella nessa época. É uma página muito bonita, porque o Marighella tem uma história de luta dura, desde que começou a militar, sempre marcada por perseguição ou repressão. Ele teve a possibilidade de se revelar na legalidade como deputado, como um dos parlamentares mais combativos. Além de ser grande orador, também tinha grande cultura escolástica. Recebia, do Brasil inteiro, cartas de trabalhadores dos correios, de ferroviários, de todas as profissões. E ele ia utilizando aquele material todo para orientar sua intervenção no Parlamento.

E você sabe como começou a militância do Marighella?

Ele começou a história política dele também de forma rebelde, como estudante, se rebelando contra a intervenção de Juraci Magalhães (que foi interventor de Getúlio Vargas na Bahia), e fazendo poesia pegou a primeira cadeia.

Em que ano foi isso?

Em 1932. Marighella tinha 21 anos. Ele se destacou na escola pela originalidade do comportamento escolar. Ele lutava contra preconceitos na Bahia. Naquela época havia até a segregação dos negros na escola. Ele era uma pessoa muito revoltada com isso.

Ele era mulato, não é?

Rememória

Era filho de italiano com mãe negra. Ele era mulato, cabelo bem pixaim. Então ele se ligou à militância comunista, se ligou aos estivadores, na Bahia, participou da Federação da Juventude Comunista e entrou na Escola Politécnica; queria fazer engenharia, mas abandonou tudo depois com a militância revolucionária. Veio para o Rio em 1936, foi preso, torturado na prisão, apanhou muito, ficou na cadeia até 1937. Depois de solto, foi para São Paulo, onde militou até ser preso novamente em 1939. Sofreu sevícias horríveis nessa época, e só saiu — depois de ter passado por Fernando de Noronha e Ilha Grande — no final da guerra e da ditadura de Getúlio.

Quando ele saiu da prisão, então?

Ele saiu em 1945. Os anos que Marighella viveu na cadeia são marcados por um comportamento heróico. Isso é conhecido. Tem até um livro famoso chamado *Falta alguém em Nuremberg*, escrito por um jornalista que já morreu, David Nasser, que conta toda a história da tortura do Marighella. Depois de ter unhas arrancadas, testículos quase esmagados, uma coisa bárbara, consegue escrever uma poesia belíssima que é *Liberdade*. Marighella era firme, contundente, corajoso; mas, ao mesmo tempo, era bem-humorado e brincalhão.

Tinha muito humor.

Bem-humorado, não parecia que aquele homem tinha passado por torturas tão grandes. Agora, tem uma outra coisa interessante sobre o comportamento dele na cadeia, uma outra marca da sua coerência. Não é só naquele momento, esse momento, é toda uma vida. Marighella, quando estava na cadeia em Fernando de Noronha, onde ele ficou tantos anos, organizou a universidade popular. Entende? Eram milhares e milhares de presos. Ele dava curso de teoria política, economia, ensinava marxismo. Dava aula de história universal. Eles foram montando, não só ele, eram todos os que estavam ali, mas ele foi um dos organizadores desses cursos. Ele achava que aquilo era necessário para que, na vida da cadeia, o homem não se perdesse, não se degradasse, não tentasse o suicídio, porque eram muitas as tentativas de suicídio. Você imagina: um homem preso numa ilha, sem saber o que estava acontecendo no mundo, sem perspectiva nenhuma, se ele não estivesse trabalhando, lutando, estudando, se organizando, ele morria. Definhava ali. Ele organizou jogos de futebol, grupos de teatro. O Marighella era um grande organizador. Ele fazia com que a própria especialidade das pessoas brotasse. Por tudo isso ele era extremamente querido pelos companheiros de cadeia. Posto em liberdade em 1945, ele foi para a Bahia e elegeu-se deputado federal pelo PC.

Você como aeromoça devia ser uma jovem bonita, pelo menos era uma condição básica exigida pelas companhias de aviação no mundo inteiro, já engajada

no processo político, antes de 21 anos, e se encontra com uma figura daquele porte do Marighella. Como é que foi essa relação entre vocês, desde o início?

Olha, eu não tive esse tipo de impacto na minha relação com o Marighella. Exatamente pelo fato de Marighella ser uma pessoa tão simples. Eu me apaixonei, evidentemente, como ele também se apaixonou. Foi na convivência do trabalho partidário mesmo, político, que a gente foi se conhecendo e evidentemente foi se amando. Mas nós só fomos viver juntos, na clandestinidade, em 1948. E aí é que começou a dureza para nós porque ele tinha sido cassado, a fração parlamentar fechada, ele estava com prisão preventiva decretada e eu também.

Antes dele você tinha se apaixonado por alguém?

Paixão, paixão, eu só tive essa. É a paixão mais linda da minha vida. Eu tive namorado, lógico, como toda moça, garota, mocinha, mas paixão assim de dizer: “É com esse mesmo...”

É com esse que eu vou.

Foi com Marighella mesmo. E nessas condições. Quer dizer, com proibição da família, perseguida pela polícia. E a gente se tornou companheiro no dia 4 de dezembro de 1948.

Era uma época de redemocratização?

Não. A redemocratização durou de 1945 a 1947. O partido foi fechado, colocado na ilegalidade, em 1947. Aí começou a perseguição. Ela se completou com a cassação dos mandatos dos parlamentares, em 1948. Aí o movimento começou a ser perseguido, o movimento sindical, o movimento camponês, tudo o que ia surgindo de luta, tudo que existia de luta foi sendo perseguido.

O Marighella era dirigente do Partido Comunista. Agora, a sua militância, onde é que estava?

Espera aí. O Marighella militou em muitos lugares. Quando foi cassado, em 1948, ele recebeu a tarefa de vir para São Paulo, quer dizer, ele veio para São Paulo já clandestino. Nós estivemos durante muitos anos militando com nome trocado. Isso só se amenizou um pouco a partir de 1955, na época do governo do Juscelino [Kubistchek]. Foi quando se fez a campanha pela eleição de Juscelino. Mas antes aconteceram ainda outras coisas. Eu militava sempre onde havia movimento de mulheres, quer dizer, onde havia organização de mulheres. Eu fui durante muito tempo da Seção Feminina do PC. Era uma espécie de comissão, junto à direção da época.

Existia dentro do próprio partido uma tradição de machismo?

Claro, sempre existiu. Tanto no comportamento político como no tratamento

Rememória

familiar, isso era mais ou menos comum. Sempre existiram muitas companheiras, e pelas quais eu tenho muito respeito, que só davam cobertura para o marido. Eram uma espécie de protetoras do aparelho, é verdade, mas era o máximo, e graças a elas muitos companheiros se salvaram.

Mas seu caso não era bem esse. Você não era só protetora do marido militante.

Não. Eu sempre fui militante. Mulher de um dirigente comunista e também militante. Agora, essa militância tinha implicação no cotidiano, entende? Você militava e você tinha casa, você não tinha empregada, você não tinha mãe, não tinha vizinho, não tinha ninguém que te desse uma força. O cotidiano era uma vida limitada, porque a vida clandestina é muito limitada. Você tem de ter certos cuidados. É uma vida muito difícil. Agora, o que tornava essa vida mais fácil, vamos dizer, esse cotidiano, era o comportamento do Marighella. Por exemplo, ele lavava roupa, mas não sabia passar. Então lia em voz alta enquanto eu passava roupa. Você já pensou num negócio desse? Divisão de trabalho é uma questão que eu encontrei, muito tempo depois, sendo discutida com tanta força no movimento feminista. Na minha vida com Marighella isso era muito natural. A atitude dele em relação ao problema da casa é uma coisa raríssima nos dirigentes comunistas.

Clara, vocês decidiram não ter filhos por causa da militância?

Marighella já tinha um filho da primeira companheira que ele teve quando saiu da cadeia em 1945, e que viveu com a gente em alguns momentos. A gente durante muito tempo evitou, por causa da situação de instabilidade muito grande, e eu não tinha nenhum parente, nenhuma pessoa com quem eu pudesse contar. A vida clandestina não permitia esse tipo de contato. Então, a gente decidiu não ter.

Clara, em 1952 você foi presa em Campinas como Marta Santos. Conta um pouco como é que foi.

Em 1950 foi a época de muita influência do triunfo da Revolução Chinesa, do processo revolucionário, do Partido Comunista, idéias etc. Em 1952 Marighella foi para a China, chefiando a primeira delegação dos comunistas. Quando ele viajou eu recebi uma tarefa de montar uma escola em Campinas. Uma escola de formação de quadros. Eu cheguei em Campinas, não conhecia a cidade e fui recebida por um companheiro que estava sendo perseguido.

Você se lembra quem era esse companheiro?

Era o Hermes Kaires. Eu esqueci o nome todo. Ele me recebeu e ia me levar para uma casa onde eu ia ficar morando para depois poder montar a escola. Aí, a polícia cercou a rua. Eu estava com uma máquina de escrever e uma maleta de

livros, era a bagagem. Tinha uma sacola com umas coisas. Ele conseguiu fugir porque conhecia a cidade. Ele tinha mesmo de fugir, é lógico, estava sendo procurado pela polícia. Ele se mandou e eu fiquei sozinha ali. A polícia cercou, eu comecei a gritar, protestando, mas não adiantou nada. Me levaram. Naquele tempo não tinha preso político em Campinas. Me levaram para a cadeia da cidade. Só havia presas comuns: ladras, prostitutas. Quando abriram a mala, viram livros e aquela faixa linda japonesa que eles nem sabiam o que era. Eu também não sabia direito o que era. Sabia que era uma faixa da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Japão, que eu tinha trazido porque achava linda demais e levei na mala para mostrar aos alunos a lindíssima faixa. Quando eles viram aquela faixa toda escrita em japonês, cheia de símbolos, aí, pronto, eles espalharam para todo o mundo que eles tinham prendido uma espiã internacional chamada Marta Santos (que era o nome que constava na minha receita do oculista), abandonada pelo amante, que fugiu. Aí, a população se comoveu: como é que o amante deixou a outra sozinha? Eu fiquei presa, mas aconteceu uma coisa muito bonita na cadeia. Foi a solidariedade da população. A população e os presos comuns foram se comovendo com a história.

Quanto tempo você ficou presa?

Alguns meses. Não me lembro direito. Só fui solta quando impetraram o segundo *habeas-corpus* e aí foi firmada a jurisprudência, naquela época, de que ter material comunista não era crime. Crime era ser apanhado distribuindo material. Na cadeia aconteceu um episódio muito interessante. Quando fui presa, eu estava começando a ficar menstruada e tive hemorragia. Eles me jogaram numa cela de presas comuns e disseram assim: “Não falem com essa mulher, porque ela é comunista.” E as presas, imaginem, não sabiam o que era essa palavra. E eu com a hemorragia, ali. Daí, elas pegaram um lençol, rasgaram em pedaços — foi uma coisa linda —, expliquei que a minha batalha era para mudar aquelas condições de vida, e aí a polícia me tirou da cela, porque disse que eu estava mudando a cabeça das presas. Mas aí começou a chegar roupa, remédio, a cidade inteira ficou muito... foi um impacto muito grande. Enquanto eu estava presa, Marighella chegou de viagem, clandestino.

Mudando um pouco, tem uma passagem que eu gostaria de saber: como foi a reação de Marighella quando houve a divulgação do famoso relatório de Kruchev sobre os crimes de Stalin, que era uma referência importantíssima para o movimento naquele momento? Já ouvi comentários de que o Marighella ficou profundamente chocado com a revelação dos crimes de Stalin, que ele teria ficado três dias e três noites sem dormir; profundamente abalado com aquelas revelações.

Eu me lembro. Foi numa reunião do Comitê Central em 1956, quando se fez a revelação oficial. O *Estadão* já tinha publicado o relatório denunciando os cri-

Rememória

mes do stalinismo e o problema do culto à personalidade. Foi o caos. Durante um tempo não se fez reunião nenhuma; uns diziam para os outros: “Não, isso não é verdade.” A tendência generalizada de todo mundo, dos dirigentes, dos dirigidos, é de que aquilo não podia ser verdade. Como é que alguém que a vida inteira achou que o socialismo era uma coisa tão linda, tão pura, podia admitir que aquilo tivesse acontecido lá? Nós esperamos que o [Diógenes] Arruda fosse à URSS e trouxesse a verdade, entende?

E aí trouxe exatamente o quê?

Teve de dizer que aquilo era verdade. Claro, ele teve de colocar na reunião do Comitê Central, e enquanto ele não chegou não se fez reunião do Comitê Central. Porque ele tinha a versão correta, quer dizer, pensava-se que a única versão correta era aquela trazida diretamente de lá e não aquela que saiu nos jornais que sempre criticamos como jornais que estavam inventando, fazendo campanha, denegrindo o socialismo etc. e tal. Quando o Arruda chegou e confirmou os fatos numa reunião do Comitê Central, foi um terremoto. E vou te dizer: Marighella chorou na tribuna. Na reunião havia uma tribunazinha onde o pessoal fazia intervenções, e aí ele chorou. Ele ficou profundamente comovido, não é que ele ficou abalado nas convicções dele, na luta pelo socialismo, como alguns que depois se mandaram, abandonaram a luta para sempre. Ele não. Ele se levantou contra tudo aquilo e começou a batalhar pela reestruturação do partido com novas formas de direção, botando de lado tudo aquilo que era errado, incorreto, os abusos, o autoritarismo, todos os crimes que eram denunciados, porque nossa tarefa era libertar o povo brasileiro.

E você, você ficou em dúvida? Como é que você se sentiu?

Eu também fiquei abaladíssima. Para mim o comunista sempre foi um lutador, revolucionário, pessoa íntegra, pessoa humana com defeitos e qualidades como todo mundo tem, mas íntegro no seu comportamento, com coerência de vida. Para mim, um comunista tem de ser um cara decente, companheiro, fraterno, solidário, eu sempre achei isso. Eu acho isso até hoje. Enfim, as pessoas ficaram baqueadas durante muito tempo e depois foram se reincorporando devagarinho, outras abandonaram para sempre, foram cuidar de outras coisas. Debandaram mesmo. E o Marighella, apesar de ter ficado tão abalado com a denúncia, ia procurar pessoa por pessoa. Ele era um homem de uma tenacidade muito grande. E dizia: “Nós temos de ter um partido revolucionário diferente disso que a gente soube que aconteceu.” E foi ele praticamente quem ajudou a manter o pessoal unido.

Houve uma fase posterior em que o Marighella foi bastante crítico em relação ao Prestes. Como é que foi esse processo?

Mas aí tem outro fato que é mais importante. Arruda acumulava poderes de direção e decisão no partido e Prestes era uma figura permanentemente clandestina. Quase ninguém tinha acesso ao Prestes. Só o Arruda e mais umas duas ou três pessoas. Ele estava absolutamente afastado do contato com os militantes, entende? A solução foi trazer o Prestes para a discussão no partido. E o Marighella foi quem assumiu a responsabilidade de trazer o Prestes para a legalidade. Juscelino já tinha sido eleito, a eleição tinha sido feita com o apoio do PC. Então, o Marighella começou a defender que precisava trazer o Prestes para falar à imprensa. Ele devia aparecer, já que era o dirigente máximo do partido. Claro que aí havia gente que dizia que não. Foi um impacto o Prestes dar uma entrevista depois de tantos anos de clandestinidade. O PC já tinha uma sede alugada na Cinelândia, no Rio de Janeiro; não havia nenhuma inscrição do Partido Comunista, mas todo mundo sabia que os comunistas se reuniam lá. Era pública. E era lá que se reunia a direção. Todo mundo ia lá. O Marighella tinha aquela visão de modificar, de tornar o partido aberto. Ele achava que tinha que romper alguns tabus. Atuando praticamente como legal. A partir daí é que nós começamos a viver legalmente, ele e eu.

E em que consistia seu trabalho com mulheres nessa época?

Eu fazia trabalho de organização partidária, que era discutir e ajudar a organizar a questão da mulher dentro do partido e no movimento. Depois, a gente formou muitas organizações que se desfizeram ao longo da história. Aí seria um capítulo especial sobre o movimento de mulheres, mais ou menos seguindo o próprio percurso. Em 1959 a gente fundou a Liga Feminina do Estado da Guanabara, que foi uma das entidades mais combativas de mulheres até hoje. Foi a organização que teve talvez mais contato com a população, que levantou mais a problemática da mulher e que tomou posição também diante dos grandes problemas do país. Até o golpe. Eu fui a Cuba como convidada para participar de um congresso representando a Liga. Foi lá que eu tive oportunidade de assistir aos acontecimentos de 1962, a retirada dos mísseis.

Como foi esse episódio?

Os americanos cada vez mais ameaçavam Cuba de invasão. Já tinha havido a invasão de 1961, conhecida como a invasão da Baía dos Porcos, que os cubanos levaram 72 horas para rechaçar. Houve uma mobilização impressionante do povo. Os americanos não aceitavam ter uma ilha se declarando socialista a 90 milhas dos Estados Unidos. Era um exemplo perigoso de transformação para as sociedades do continente. Então, eles foram cada vez mais apertando o cerco, e o bloqueio se deflagrou. Na reunião da OEA em Punta del Este já tinham decretado o bloqueio a Cuba. Cuba estava isolada. Qual era a idéia dos americanos? Isolar, para depois invadir. Diante disso, a URSS — que vinha ajudando Cuba desde os

Rememória

primeiros momentos da Revolução, mandando petróleo, comida etc. —, a pedido do governo cubano, colocou os mísseis para que Cuba pudesse se defender no caso de um ataque. Os americanos detectaram que os mísseis estavam lá e exigiram que fossem retirados. Isso gerou um conflito de proporções internacionais fantásticas, uma luta direta entre a URSS e os EUA, tendo Cuba como centro. Os americanos praticamente anunciaram que iam invadir se os mísseis não fossem retirados. A URSS, achando que isso poderia se transformar em realidade, retirou os mísseis. Foi uma coisa rapidíssima. Mas a população cubana não sabia; Kruchev retirou os mísseis antes de consultar os cubanos. Eu estava em Cuba nesse momento. Todas as atividades foram suspensas, os vôos todos interrompidos, você não podia entrar nem sair, a população todinha começou a se preparar, eu vi brigadas de primeiros socorros com crianças de 9 anos de idade. Impressionante! E o povo cavando trincheiras, eu nunca tinha visto uma metralhadora de perto. Mesmo da janela do hotel a gente via tudo. Duas coisas me impressionaram naquele momento: de um lado, o grau de mobilização da população, que eu nunca tinha visto igual, o povo inteiro na cidade, parecia formiga, todo mundo se preparando. E, de outro lado, o povo querendo saber o que ia acontecer. E começaram a anunciar que Fidel ia falar. Nesse meio tempo chegou o Utan, presidente da ONU, que era tailandês. Começaram as negociações e aí eu vi um espetáculo incrível. A ilha praticamente ficou paralisada para ouvir a explicação de Fidel. Todo mundo, sentado no chão, em cadeiras, em pé, de todo jeito. Aquele silêncio impressionante. Então ele foi, ao mesmo tempo, colocando a posição dele de respeito à solidariedade da URSS e a crítica pelo fato de Kruchev ter feito a conversação com Kennedy, sem ter falado com ele. E depois ele continuou o discurso conclamando o povo a se mobilizar, a se organizar, porque eles não podiam acreditar nos EUA mesmo que tivessem feito o acordo, que quem defendia a independência do país era o próprio povo. Quando terminou, era um silêncio, mas um silêncio tão bonito!

Em 1963, você estava na URSS. Quando a primeira mulher foi ao cosmos. Como é que foi esse episódio?

Em 1963 foi realizado na URSS o Congresso Mundial de Mulheres. E o Brasil foi convidado também. Fomos 53 mulheres do Brasil, de vários estados. Era uma delegação bastante heterogênea. Foi uma experiência muito rica para todo mundo. Primeiro, um contato com as realidades de todos os movimentos que participavam do congresso. Segundo, as conquistas da mulher soviética no campo econômico, principalmente, e também no terreno social, e o fato de a primeira cosmonauta ser soviética comprovavam a possibilidade de a mulher ter acesso a qualquer tipo de profissão. Foi um impacto muito grande na nossa delegação.

Já estamos às vésperas do golpe militar de 1964. Como foi a sua experiência?

O Marighella tinha sempre a preocupação de que as crises políticas iam se repetir até se dar o desfecho. Essa não era a opinião da maioria da direção. Tanto é verdade que a crise foi se agravando e a direção não se preparou absolutamente em nada, nem tinha uma casa para se esconder. O golpe estava sendo preparado ostensivamente na área militar e na área civil. Nos meios de comunicação era uma coisa terrível. Basta você ver a imprensa daquela época. E o PC confiava em que o povo estava cada vez mais forte, que o golpe não viria. E essas idéias todas foram produzindo uma confiança muito grande nos quadros da direção. A análise estava errada. E como estava errada, o despreparo ficou evidenciado a tal ponto de você não tomar medidas de segurança nem com os dirigentes. Não se imaginava que fosse acontecer, então para que se preparar? A única pessoa que não foi tomada de surpresa foi o Marighella. Porque, com muito tempo de antecedência, ele começou a preparar uma casa para ele no caso de necessidade. E foi o que aconteceu. No dia do golpe, a polícia veio nos prender; subiu de elevador enquanto nós descíamos pela escada. Isso em nível pessoal. Em nível partidário, a preparação da resistência não dependia só dele, dependia do conjunto de dirigentes. Mas havia um confronto de idéias e atitudes dentro da direção e a prática revelou que Marighella tinha razão. Os fatos e a realidade comprovaram isso.

Quando houve a prisão dele em 1964 no Cine Sky Tijuca, vocês estavam morando juntos?

Quando o golpe se deflagrou no dia 31 de março, Marighella tentou ainda organizar a resistência na Cinelândia. Ele com alguns militantes de esquerda, estudantes e pessoas que estavam ali. Isso é um fato que muito poucas pessoas conhecem. Ele achava que era inconcebível aceitar o golpe sem fazer nada. Qual era a idéia dele? É de que era preciso não deixar esfriar. Que o golpe tinha produzido um impacto muito grande no meio da população, certo? E de que era preciso fazer um chamamento ao povo para se organizar, para ver se se tentava evitar todas as conseqüências posteriores. E aí fez um contato com pessoas que pensavam como ele e imprimiram o primeiro jornal chamado *Resistência*... Ele tentou reorganizar a resistência uma vez que o PC estava disperso. Foi quando ele foi baleado e preso, no dia 9 de maio de 1964. Como nós tínhamos saído do apartamento só com a roupa do corpo, ele manteve contato com a zeladora do prédio para que ela mandasse as cartas ou o que chegasse. Nesse contato ele percebeu que estava sendo seguido, mas não tinha certeza. Aí, o que ele fez? Como ele conhecia a região, entrou no cinema para fugir na saída. Por isso ele entrou. Era de tarde, uma matinê, cheia de crianças. E aí, quando ele entrou e se sentou, a polícia fez o cerco ao cinema e entrou atirando nele dentro do cinema. Criou um enorme pânico com crianças gritando, chorando, apavoradas com aquele tiro. O que salvou foi que ele deu um pulo e começou a gritar: “Abaixo a ditadura militar fascista!”

Já baleado?

Já baleado. Então, ele começou a lutar com a polícia ali dentro, mas foi sendo arrastado e começou a desmaiar, porque estava perdendo muito sangue. Quando ele chegou na porta do cinema, recuperou um pouco as forças e começou a empurrar com os pés; eram 14 policiais. Foi tão violento e tão covarde que quando eles o levaram ao hospital, nenhum hospital queria aceitá-lo. Perguntavam: “Que que é, esse homem sofreu um acidente? Foi baleado?” Como eles não podiam dizer que ele tinha sido baleado pela própria polícia, os hospitais se recusaram a recebê-lo, até que ele foi bater no Souza Aguiar, o hospital que o recebeu, tirou a bala e tudo. E quando ele recuperou os sentidos dentro do hospital, ainda pensando que estava lutando, ele continuou gritando: “Abaixo a ditadura fascista!”, aquelas coisas todas. Aí o médico falou para ele: “Marighella, você não está brigando com a polícia, você está num hospital.” Daí ele se acalmou, ficou quieto, tiraram a bala depois. Mas isso levantou um clamor. O *Correio da Manhã*, que havia apoiado o golpe, começou a protestar, dizendo que não tinha havido tiro no golpe de 31 de março. Que o único tiro havido no golpe era o tiro que deram no Marighella. E começou a fazer campanha denunciando o horror que foi aquilo.

Ele ficou quanto tempo na prisão?

Não chegou a quatro meses, naquela época.

E você sabia que ele estava vivo?

Não, imagina. Foi uma loucura isso aí. A polícia passou a notícia de que ele estava passeando no cinema com uma amante. Era a zeladora que tinha levado a roupa para ele. Ela foi presa também. Foi presa e torturada. Queriam saber se havia chineses em casa, uma loucura, né? E a gente ficou em dúvida. Eu não podia visitá-lo na cadeia, foi uma coisa bárbara aquele momento. Quando ele saiu, estava com 14 quilos a menos. Na cadeia ele teve a mesma postura de sempre. Dessa vez ele não foi torturado fisicamente. Quando o general Taurino Rezende foi lá — Taurino era o general dos IPMS, os famosos Inquéritos Policiais Militares, que teve um filho preso também — para examinar as condições carcerárias, Marighella arrancou a camisa e começou a protestar, denunciando as condições de tortura de outros presos, gente que estava quase cega, gente que perdeu a vista mesmo, gente que foi torturada de todo jeito. E não tinha havido até então nenhum tipo de luta. Por isso é que a ditadura militar é tão criminosa. Prenderam todo tipo de liderança, inquéritos policiais foram instaurados contra todo mundo, foi uma das épocas, mais vergonhosas da história do Brasil. Até uma feijoada na casa do Ênio Silveira* resultou num Inquérito Policial Militar, coisa ridícula, né?

* Editor e proprietário da Editora Civilização Brasileira. Falecido em 1996.

E o partido?

Marighella continuava sem contato com a direção. Imagina, depois do que aconteceu, eu acho que a direção não queria nem vê-lo. Houve muita crítica em cima dele. Como é que um mês e nove dias depois do golpe ele estava andando pela rua? Mas levantou uma simpatia no meio da juventude. Era o primeiro ato de resistência que aparecia contra a ditadura e que foi descrito no livro *Por que resisti à prisão*. Ele diz no livro mesmo que a resistência pessoal era uma atitude que ajudava a mostrar que era preciso resistir contra aquela ditadura. Quer dizer, às custas do exemplo dele mesmo, do combate que ele travou sozinho ali, naquele momento.

Esse livro caiu como uma bomba?

Claro. A direção achava que era um absurdo, que era uma atitude aventureira...

Você sempre fechou com ele ou teve momentos em que você discordou?

Não, tinha algumas posições de que eu discordava, vamos dizer, na prática.

Atitudes mais radicais dele?

Não. Nessas horas ficava com ele. Quando houve o negócio do cinema fiquei abaladíssima porque eu não estava com ele naquela hora.

Depois desse episódio, que foi marcante, como é que evolui a ruptura definitiva com a direção?

Aí é o período em que ele procura travar a polêmica no terreno das idéias, foi mais forte porque houve a tal desagregação do partido naquela época, tal a falta de orientação, ninguém sabia o que fazer, ficava todo mundo esperando. Após o golpe, a situação ficou pior do ponto de vista econômico, o custo de vida, a carestia, o desemprego, a falta de liberdade. Estava todo mundo descontente, mas pouco a pouco o povo foi se reorganizando. Você vê pelo processo de resistência dos estudantes. Para o movimento operário foi bem mais difícil porque tudo era muito perseguido. Agora, o Marighella estava nessa batalha de tentar ganhar o partido para uma outra concepção sobre como conduzir a luta daí para frente. Ele escreveu dois livros e defendeu suas teses no processo de preparação do VI Congresso. Foi contra todas as teses revisionistas que circulavam, principalmente no comitê de São Paulo, e as idéias dele foram ganhando corpo dentro do partido. Então, nesse ambiente foram preparadas as discussões e depois o próprio congresso, mas aí aconteceram coisas incríveis. A direção tentou criar obstáculos contra a livre expressão das pessoas que tinham idéias contrárias à sua. Eu mesma não pude participar porque não me pegaram para ir ao local do congresso. Aqui em São Paulo as teses do Marighella foram vitoriosas. Quase por unanimidade.

Rememória

Por essa razão foi boicotado?

Sim. A traição começou por aí. A direção nacional ajudou a criar uma direção estadual paralela que se contrapunha a essas teses vencedoras. Você entende? Daí é que ele foi vendo que não havia condições, foi aí que ele foi perdendo definitivamente a crença na possibilidade de continuar lutando dentro do partido.

Quando é que se dá a ruptura?

Quando ele decide participar da conferência da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) em Cuba [em julho de 1967], à revelia da direção do PC, que o desautoriza. Nesse momento ele escreve a Carta de Havana, que é um marco histórico.

E o Agrupamento Comunista, quando foi formado?

Quando ele voltou, o partido tinha traçado a sua linha, com a qual a gente não concordava. Foi quando ele formou o Agrupamento Comunista de São Paulo. Uma série de companheiros que pensavam como ele no Agrupamento Comunista eram chamados para um outro tipo de ação contra a ditadura militar. Mas o Agrupamento não podia ficar só naqueles chamamentos. Porque naquela época havia um grande processo de discussão na esquerda desse país. Muitos grupos surgiram, foram pipocando aqui e ali. Exatamente porque o partido não conseguia dar a resposta à situação. Cada grupo propunha uma coisa diferente para enfrentar a ditadura. Mas os grupos não entravam em acordo. Era uma dispersão violenta. Teve uma vez em que o Marighella se reuniu com 19 grupos diferentes e todos diziam que estavam contra a ditadura militar, todos diziam que era preciso reagir, mas ninguém propunha um encaminhamento prático. E nem se chegava também a uma unidade da concepção sobre a tática que se devia utilizar para a luta. A análise que ele fazia era a seguinte: havia dois caminhos — ou a gente começa a agir e vai aglutinando as forças ou essas forças vão se dispersar, vão se desgastar, a ditadura vai se reforçar e o povo vai ficar paralisado. Foi isso que levou Marighella à concepção de que era preciso fazer um tipo de organização que agisse, e daí esse nome: Ação Libertadora Nacional. Ação porque era a forma de trabalho concreta. Libertadora Nacional porque ele achava que o caráter de luta diante da situação que havia no Brasil era antiimperialista.

E ele pensava em aglutinar todos esses grupos de esquerda?

À medida que a ação fosse se processando, aqueles grupos que discutiam iam acabar se juntando.

E a concepção do partido?

Ele achava que a direção tinha se burocratizado, tinha perdido a visão revolucionária do processo no Brasil, que era melhor formar um partido com aqueles

homens e mulheres que fossem fazendo a luta, fossem se revelando lideranças autênticas. Essa foi a divergência que houve entre os que defendiam a formação imediata de um partido e os que pregavam a formação de um partido no processo do próprio combate, como era o caso do Marighella. Eu já ouvi várias críticas ao Marighella, de que ele teria orientado a resistência contra a ditadura só na área militar. Isso não é verdade. Ele achava que o movimento de massas sozinho não teria vez contra a ditadura. A ditadura cortava as lideranças sempre que despontavam. Então, ele achava que deviam nascer as duas coisas juntas: ir levantando o movimento de massas, para ir organizando a população em torno das suas reivindicações — liberdade, trabalho, direito de organização etc. — e, ao mesmo tempo, com as ações armadas, ir respondendo à brutalidade da violência dos militares.

Na época, o campo era considerado uma área estratégica, onde se conseguiria um exército revolucionário, uma vez que a cidade vivia permanentemente sob cerco tático, portanto... E essa concepção é colocada em segundo plano diante da luta urbana. Por quê?

Não houve tempo de fazer a implantação do trabalho no campo. As coisas foram se precipitando de tal maneira na cidade que impediram que se fizesse uma base de sustentação no interior. Marighella iria para o interior no dia 9 de novembro, se não tivesse sido assassinado. Foi muito pouco tempo. Ele inclusive rodou pelo campo. Mas, depois que se deram aquelas quedas todas, ele achou que precisava reorganizar o trabalho todo da cidade, salvar a vida de muitos companheiros, parar, pensar, reformular muitas coisas e ver como acumular forças na luta contra a ditadura.

Deixa eu fazer uma pergunta chata? Não aconteceu de a ALN ficar muito [centralizada] na pessoa de Marighella e ele não ter conseguido distribuir as responsabilidades de tal maneira que não ficasse tão dependente dele?

Olha, mas em muitos momentos as coisas se deram sem o controle dele.

Ficava dependendo, para dar certo, do controle dele?

Não acho que seja isso. É claro que ele era a figura de mais peso, ele se tornou uma referência da resistência. Porque era um homem que tinha mais experiência, era a figura mais conhecida, o processo era muito novo, e ele se jogou na luta de peito aberto, mostrando que o povo brasileiro podia não se dobrar.

Para mim a ALN era o Marighella. Para as pessoas de fora, inclusive, passava muito essa imagem.

Sim. Mas não era uma coisa dele, pessoal. A ditadura é que o transformou na figura central. Ao contrário, a grande batalha dele era tentar formar quadros. Ele tinha uma preocupação enorme, principalmente com os quadros jovens e com

Rememória

os quadros antigos que se tinham desligado do partido. Aí haveria um grupo grande de pessoas mais experimentadas politicamente, seria mais fácil. Isso é um dado real.

E a concepção de luta armada?

Essa concepção foi sendo elaborada no processo da própria luta. Marighella escrevia muitos de seus textos baseado na própria prática revolucionária. O importante era captar o que estava aparecendo de novo na resistência para depois elaborar e divulgar. Entende? Essa era a visão dele.

Isso, de certa forma, se contrapunha à visão clássica de vanguarda.

Exatamente.

Inclusive, uma das coisas que caracterizaram a ALN foi a participação de padres católicos dentro da ALN. O que Marighella pensava a respeito desse setor?

Se você reler hoje o que ele escreveu em 1964, no livro *Por que resisti à prisão*, ele faz a defesa de todas as forças progressistas da Igreja e faz uma proposta de que era preciso unir todas as forças que, no Brasil, se opunham à ditadura militar, e dá um destaque também para o setor da Igreja, porque houve uma série de padres que foram perseguidos e presos após o golpe. No Brasil, naquele tempo, não se falava em Teologia da Libertação como se fala hoje. A Igreja progressista tinha um papel muito importante no seio do povo. Tinha influência muito grande nos trabalhadores, principalmente no trabalhador da cidade. Ele foi um dos primeiros a ver isso.

A luta de resistência foi se enfraquecendo diante do chamado “milagre econômico” que isolou aquele movimento. Essa combinação de fatores levou a derrotas profundas que culminaram com o massacre de 1969 em diante. Marighella morreu em 1969.

Morreu não, foi assassinado.

Foi assassinado no dia 4 de novembro. Você teria alguma coisa a falar sobre isso, gostaria?

Olha, eu acho que a gente tem um compromisso perante o próprio povo brasileiro de acusar as forças que covardemente mataram o Marighella, como mataram outros revolucionários no Brasil: homens e mulheres. Na história brasileira, nos momentos mais cruciais do processo histórico, a luta nunca é travada abertamente. Quer dizer, as classes dominantes no Brasil, ao longo da história, quase sem exceção, se utilizam sempre do ataque traiçoeiro, covarde. Você pega até Zumbi, se você quiser ir mais para trás, há sempre delação e assassinato. É o caso de Tiradentes e outros mais. No caso do Marighella isso não foge à regra. Homens de uma vida muito coerente, que batalharam, combateram, para trans-

formar essa sociedade injusta, que não quiseram utilizar muitas vezes um método de luta talvez mais violento, mas tiveram de o usar para responder a um processo cruel, desumano, contra o povo, esses homens não tiveram oportunidade de fazer um combate frontal. Não chegaram a ter tempo. Eles são sempre assassinados covardemente, como aconteceu com Marighella. Ele já estava apontado para morrer, marcado para morrer, desde o primeiro dia do golpe. A morte dele, o assassinato dele em 1969, é a consequência do que estava programado em 1964. Quem matou Marighella em 1969 matou o Chico Mendes agora e outras lideranças camponesas. Essas lideranças estavam fazendo alguma coisa? Estavam lutando pelo direito de ter a propriedade da terra. Não deram um tiro, não fizeram nada.

Clara, como é que você reagiu, como é que foi a sua emoção?

Foi brutal.

Você soube pelo rádio, pelos jornais ou alguém te falou?

Soube logo em seguida. Embora a gente tenha se preparado o tempo todo, mas eu não queria falar sobre isso, não...

Claro. Com a morte do Marighella você saiu do Brasil?

Eu saí do Brasil em 1970, certo? Fui passando por aí e acabei ficando em Cuba. Em Cuba foi outra fase de minha vida. Fiquei nove anos lá.

Você acha que lá você conseguiu reorganizar sua vida?

Não. Eu reorganizei minha vida como você pode reorganizar no exílio. É diferente você reorganizar sua vida no exílio e reorganizar sua vida no país de origem. Uma das coisas mais bonitas que eu encontrei foi o comportamento do povo cubano em relação à gente. Em relação a todos os exilados. Cuba, para mim, foi muito especial. Primeiro, porque o povo cubano teve uma formação a partir do processo revolucionário, ele teve uma educação que intensificou muito o sentimento de solidariedade que já existia evidentemente no povo, mas que, com a Revolução de 1959 para cá, aumentou muito. A solidariedade ao povo chileno, quando houve o golpe no Chile, a chegada de milhares de famílias chilenas lá, de solidariedade ao povo de Angola, eu vivi todos aqueles momentos. E é uma coisa difícil de acreditar. Eu vi cenas, quando houve o golpe do Chile, como a do povo votando em praça pública, para dar uma casa para cada família latino-americana que chegasse como exilada em Cuba, apesar de o povo cubano não ter resolvido ainda o problema da habitação.

E como foi sua posição diante das mudanças no cenário político nacional? Houve necessidade de uma reformulação. Como é que isso se deu com você?

Rememória

Durante um tempo grande nós ficamos no exílio sem notícias. Eram notícias esparsas, que chegavam de maneira muito precária. Exatamente quando começou a afrouxar um pouco a situação aqui, começaram a chegar informações. Mas passava muita gente por lá. Vinha de um lado, vinha de outro, com mil propostas, propostas as mais loucas, mas se falava muito na união das forças de esquerda. Queríamos saber quais os caminhos que seriam possíveis no Brasil. A ditadura ia cair por si só? O povo estava lutando? Quando foram surgindo as notícias desse movimento sindical combativo, nossa!, foi uma alegria enorme lá. Acho que foi a grande esperança que surgiu para o pessoal há tantos anos no exílio. Aí começaram a chegar as primeiras notícias de que estava se formando um partido diferente, o PT. Outros diziam que não, que não era bem isso.

Clara, você tem toda uma trajetória de militância e engajamento. No exílio você se sentiu marginalizada da luta?

Não, eu não me senti marginalizada. Discutíamos muito a situação do Brasil, realizávamos atividades de solidariedade ao povo brasileiro e a outros povos da América e participávamos com o modelo de trabalho do processo de construção da sociedade socialista.

Em termos profissionais, em Cuba, você trabalhava em quê?

Eu fiquei um tempo grande sem trabalhar. Estive doente, hospitalizada várias vezes, mas, enfim, eu trabalhei como tradutora em uma empresa muito importante de tradução simultânea que tem lá. Além disso, fiz trabalho voluntário no campo em fins de semana e participei de trabalhos de solidariedade e divulgação das metas do povo brasileiro.

Quando é que você começou a ter notícias da reorganização partidária?

O primeiro impacto não foi a reorganização partidária, o impacto lá foi a reorganização sindical, daquela grande concentração da Vila Euclides, nossa!, ninguém queria acreditar. A gente tinha saído daqui com o movimento sindical praticamente esmagado, esfacelado, foi uma alegria enorme.

Você volta em que ano?

Eu voltei em 1979.

Graças à Anistia?

É. Voltei até sem documentos, porque eu não tinha passaporte. E o governo não queria autorizar a volta, porque eu não tinha documentação. Depois desses rolos, eu voltei e aí comecei a procurar emprego, a reorganizar minha vida aqui: não tinha absolutamente nada. Quando eu cheguei e comecei a conversar com as pessoas sobre o fato de ter sido anteriormente militante do PCB, durante tantos

anos, o pessoal perguntava se eu ia voltar para o PC. Mas eu já tinha decidido entrar no PT, pelas características da formação do partido. Não foi fácil no começo, porque as pessoas diziam que eu não ia ter chance de discussão. Diziam: “Imagina, deve ter muito anticomunismo, você vai ser discriminada.” Ouvi muito isso no começo. Eu pelo menos não senti, nunca, nenhum tipo de discriminação depois que eu voltei para o Brasil. Eu entrei para o PT, fui eleita para o primeiro Diretório Regional de São Paulo. Aliás, fui eleita três vezes, nos três diretórios seguidos. Entrei para a Comissão de Mulheres do PT, que era o meu grande interesse, poder continuar trabalhando na questão da mulher. Fui candidata pelo partido, não por opção, mas por proposta mesmo das mulheres e de outros setores do partido. Tive uma votação surpreendente, que possibilitou conversar com muita gente, encontrar muitas pessoas, debater idéias sobre o socialismo, foi muito importante a campanha de 1982. Continuei, não fui eleita, mas continuei no trabalho de organização partidária. Voltei a ser candidata em 1986, mas aí eu já estava bem baqueada de saúde e depois operei o coração — safenada. Atualmente eu estou na prefeitura [de São Paulo].

Clara, estamos chegando ao final. Você tem a marca registrada da sua relação com o Marighella. Você acha que isso sufocou sua personalidade, sua atuação, sua participação ao longo desse processo, essa vinculação direta?

Eu tenho a marca, evidentemente. Nós fomos companheiros de muitos anos, 21 anos, tendo vivido distantes muitas vezes, por força da circunstâncias. Mas Marighella nunca sufocou a vida de ninguém. Cada um tinha uma vida absolutamente independente.

Ele era uma personalidade forte, uma presença forte, uma liderança reconhecida. Mas vivemos num país machista e, conseqüentemente, em que a mulher sempre ocupa um lugar subalterno. A realidade levou você a uma situação desse tipo?

Não. Eu acho que nesse sentido, não. O que houve é que muitas vezes essa convivência criou limitações para o meu desenvolvimento, mas as limitações não foram impostas por ele. As limitações foram impostas pelo próprio processo de luta no Brasil. Nesse sentido podia ter sido com ele ou com outro.

Eu queria aproveitar para desmistificar a imagem do revolucionário que é o herói acabado, perfeito, sabe? Marighella era um homem simples, generoso e lutador. Merece nossa homenagem, que também é extensiva a todos quantos lutaram, sofreram, foram torturados e assassinados. Queriam construir um outro país, com homens e mulheres livres e felizes. Desejo simples do ser humano. Por isso os lutadores estão em nosso coração.

Madre Cristina

por *Maria Rita Kehl*
e *Paulo Vannuchi*

Teoria&Debate n° 9 , 1° trimestre de 1990

No final dos anos 50, um setor da Igreja católica proclamou o retorno aos ideais revolucionários do cristianismo primitivo e começou a engajar-se nas mobilizações populares. No início dos anos 60, a esquerda cristã chegou a gerar uma organização política revolucionária, a Ação Popular (AP), que atuou na clandestinidade e sofreu violenta repressão no período da ditadura militar, como tantos outros agrupamentos do mesmo gênero. Na década de 1970, houve um momento em que a Igreja funcionou como um dos únicos espaços em que era possível manter atividades mais amplas de resistência. Já na década de 1980, o fenômeno tinha adquirido expressão tão forte, com projeções internacionais, que desencadeou furiosa perseguição, exercida pelo Vaticano. Madre Cristina, nascida Célia Sodré Dória, religiosa da Congregação de Nossa Senhora — Cônegas de Santo Agostinho, educadora, doutora em psicologia pela PUC-SP, fundadora e diretora do Instituto Sedes Sapientae, é uma espécie de memória viva desse engajamento dos cristãos brasileiros nas lutas do povo. Nascida em Jaboticabal (SP), em 1916, filha de uma família de origens aristocráticas, prima ou amiga de infância de grandes figurões da alta burguesia paulista, ex-aluna do colégio Des Oiseaux e da faculdade Sedes Sapientae — que durante anos abrigaram a fina flor da juventude feminina dourada — e com passagem pela Sorbonne, Célia rompeu com esse ambiente social de forma radical. Tornou-se Madre Cristina para poder, conforme suas próprias palavras, dedicar-se com exclusividade à luta social. Nos tempos tenebrosos de Garrastazu Médici (1969-74), vários presos políticos foram torturados para confessar alguma ligação de Madre Cristina com suas organizações clandestinas. Comentou-se com insistência, naquela época, que um dos assassinados nos porões dos DOI-CODIS, o estudante mineiro Carlos Novais da Matta Machado, havia sido

Rememória

duramente pressionado pelos carrascos para incriminá-la. Muita gente não consegue entender até hoje por que Madre Cristina nunca chegou a ser presa. Nem ela. Filiada ao PT desde a primeira hora, cedeu o espaço do Sedes, sempre que necessário, para realizar reuniões e até convenções do partido. Seus pontos de vista de livre-pensadora e muitas de suas declarações públicas sempre tiveram, no entanto, o poder de despertar fortes controvérsias entre a militância partidária e os amplos círculos da oposição democrática. “Freira comunista” para a ultradireita, “porra-louca” para os radicais defensores da moderação permanente, essa mulher lutadora tem como principais marcas o ecletismo de sua inteligência aguda e uma coragem sem limites. A entrevista, feita por Maria Rita Kehl e Paulo Vannuchi, foi publicada no primeiro trimestre de 1990.

Como teve início sua participação política, seu interesse pelas questões políticas?

MADRE CRISTINA — Desde menina. Na minha casa havia muito ambiente político. Papai sempre foi um político. Não ocupava cargos, mas sempre combateu, trabalhando na oposição. Isso tudo era na década de 1920. Todo mundo achava engraçado eu conversar sobre política. Eu achava ainda mais engraçado que os outros ficassem espantados. Só os homens, num grupinho muito restrito, falavam de política. Mulher nem votava. As mulheres ficavam completamente marginalizadas e excluídas do processo. Mas eu não percebia isso porque em casa, além de papai, éramos só mulheres, cinco mulheres. Ainda menina, a primeira mestra (vamos chamar assim) foi a questão da injustiça social. Eu não me conformava por termos tudo em casa e os outros não terem nada. Então, perguntava para papai: “Mas por que a gente tem tudo e eles não têm nada? Quer dizer: por que uns têm e outros não?” Essa pergunta sempre me perseguia. Então, achei que deveria resolver esse problema. Quando a gente é criança, é mágica, não? Então, queria crescer para resolver isso. Queria ficar velha. Todo mundo implicava comigo porque eu dizia que queria ficar velha, porque, se fosse velha, com experiência e tal, ficaria poderosa e resolveria.

E como veio a opção pela vida religiosa?

Eu não achava que as pessoas casadas não têm condições de levar uma vida totalmente dedicada à questão social. Acho que podem, mas que eu não poderia. Eu não saberia me dividir. Então, tinha de entrar para o convento, porque assim ficaria liberada para poder me dedicar às questões sociais.

Mas nessa época a Igreja não cuidava apenas das almas? Como a senhora planejava cuidar da questão social por intermédio da vida religiosa?

Sempre achei que a Igreja cuidava das almas com um desvio. Cristo se encarnou justamente para cuidar da Terra. E voltar ao cristianismo era ter uma Igreja encarnada. Então, a Igreja tinha de cuidar da Terra.

A senhora, então, pensava a teologia da libertação antes de ela ter surgido?

É isso. Ainda não tinha esse nome. Mas eu não imaginava uma Igreja que cuidasse das almas, de salvar almas.

A senhora veio direto de Jaboticabal para a vida religiosa?

Não. Vim para São Paulo e fiquei como aluna interna no Des Oiseaux — a escola mais refinada na época, ali na rua Caio Prado. Tinha 10 anos. Depois voltei para Jaboticabal, terminei o secundário lá e vim para São Paulo estudar na faculdade Sedes Sapientiae, que tinha sido criada pelas mesmas irmãs que dirigiam o Des Oiseaux, as cônegas de Santo Agostinho, minha congregação. Mas

Rememória

aqui, como aluna, eu comandava, determinava as lições, os professores que iam dar aula...

Aí não era mais pensamento mágico...

Aí era inventivo mesmo. Eu chegava e dizia para a diretora: “Olha, esse professor é péssimo. Ou a senhora muda, ou não apareço na aula, porque eu não vim aqui para assistir aula que não presta.” Eu fazia isso sozinha, mas a classe toda achava muito bom. Então, me formei na faculdade. Depois, resolvi entrar para a vida religiosa. Pensei comigo: “Em qual congregação? Vou entrar para uma congregação pobre? Vou entrar nesta aqui, que é rica. Para desmontar esta congregação...”

Seu impulso era sempre pelo engajamento social? Não foi uma opção propriamente mística?

Eu sempre achei que Cristo se encarnou para construir a Terra. Senão, ele teria ficado no céu. Ele foi um revolucionário. Acho que a Igreja ou é revolucionária ou não é cristã. Cristo fez a revolução da época. E a Igreja tem de ser revolucionária sempre. Porque o mundo deve progredir sempre. Se você pegar uma escala de zero a cem, o homem ainda está aqui, no três ou quatro da “hominização”. Há um processo de “hominização” — até virar homem — que é muito longo. Tem de passar por profundas revoluções. Não apenas transformações conjunturais, reformismos. São revoluções.

Por falar em “hominização”, madre, a senhora tinha essas idéias por elaboração própria ou isso já era resultado das leituras de Maritain, Teilhard Chardin?

Não. Do Maritain eu não gostava. Não sei se era preconceito. E o Teilhard, descobri muito depois. Eu lia muito sobre psicologia. O resto era resultado de elucubrações comigo mesma.

Na psicologia, que pensamento, que corrente, predominava na época?

Olha, eu estudava todas as correntes. Behaviorismo, gestaltismo... Todas as correntes. Depois, formava sempre a minha proposta. Tanto é que, num livro que escrevi, eu descrevia assim: “Opinião de diferentes autores.” Depois acrescentava: “Concepção proposta com as idéias que formava sobre o tema.” Não, eu não seguia uma escola. Freud para mim foi uma grande abertura, dividindo tudo num antes e num depois.

Como era a vida dentro da congregação?

Tinha gente de muito valor. Cabeças muito abertas. Eu disse: “Vou entrar e começar a mudar a cabeça dessas freiras.” Eram pessoas que tinham propostas, mas estavam condicionadas pelo medo. Aí, a gente começou o primeiro movimento para acabar com a divisão de classes dentro da congregação. Por-

que existia divisão mesmo. Até os hábitos eram de cor diferente, conforme as religiosas fossem de família rica ou pobre. Uma coisa horrorosa. Aquilo tinha de mudar. E mudou porque já não se adaptava mais à época. Então, já havia um estado de espírito favorável a acabar com aquela divisão, embora as coisas permanecessem, por inércia, pelo peso da tradição. A congregação vinha do século XVI. E existia a questão racial também. As negras não eram aceitas na congregação, nem como alunas do colégio. Imagine se uma aluna do Des Oiseaux podia ser negra! Havia o colégio das pobres e o das ricas, separados por um “Muro de Berlim”. A gente ia ao colégio das pobres levar coisas para elas. Pobre não vinha no nosso colégio. Todo mundo que entrava na congregação encontrava essa situação de fato e se acomodava a ela. Mas conseguimos mudar.

Madre, e como foi a passagem dessa sua luta interna dentro da congregação para fora?

Aí eu já era formada. Era freira e professora universitária. Começou a minha luta ao lado dos estudantes. Comecei a puxar a JUC — Juventude Universitária Católica. Porque a JUC, no início, era um movimento que rezava muito, fazia muito retiro e muita contemplação. Ponto final. Eu achava que a JUC tinha de participar do movimento político, porque sempre acreditei que a gente devia lutar pelo socialismo, e esse socialismo tinha de ser democrático e cristão. A Igreja tinha de participar desse movimento, porque ela existe para transformar o universo. Não pode ficar à margem. Então, comecei a puxar a JUC. Nossa Senhora, foi um escândalo! Diziam que eu estava profanando a JUC, que achava que oração não valia... Eu não estava dizendo que oração não valia, e sim que não resolvia ficar rezando o dia inteiro, sem fazer nada. Porque eles não faziam nada. A JUC não participava da política universitária.

Vamos localizar isso no tempo, madre?

Mais ou menos 1958. Mais tarde, a JUC caminhou um pouco para a esquerda. Mas estou falando de uma primeira etapa. Depois, juntamos o nosso grupo de São Paulo com o de Minas, do Betinho [Herbert de Souza]. E nasceu o Grupão. Então, a gente fazia reuniões para estudar. Queríamos uma mudança, mas não sabíamos para onde, nem como. Depois, esse Grupão se transformou na AP (Ação Popular). Sempre fui contra um socialismo com orientação do exterior. Era minha grande briga com eles. Em vez de procurar o socialismo de origem brasileira, começavam a ver o que estava acontecendo na China, na Albânia. Eu dizia: “Esses modelos não interessam. Interessam para ver como eles fazem, mas nós temos de encontrar uma coisa nossa, porque nós somos brasileiros.” Eu queria que a AP ficasse como era. Mas foi mudando; mudou de nome e aí começou a degenerar: virou China.

Rememória

Nesse ponto já estamos falando da década de 1960. E a conjuntura foi mudando muito...

Sim, o início dos anos 60 foi um tempo de grande mobilização. Bem, eu era mais velha, podia ser mãe deles. Não estava mais tão mágica, já tinha mais os pés no chão, era mais realista. Em 1962, 1963, o pessoal tinha certeza de que a revolução vinha chegando — a revolução do nosso lado. Ninguém imaginava que viria o golpe militar. Estava tudo indo tão bem: até os ministros já estavam se modernizando. Foi uma época muito rica, porque todo mundo participava, a grande massa discutia.

A senhora acha que o clima dessa época era parecido com o de hoje?

Era muito semelhante. Com outras características. Agora a gente vê as coisas de forma muito mais realista do que antigamente. As propostas têm mais os pés no chão. Agora é menos mágico, menos romântico. O pessoal agora está muito mais politizado. Naquela época, o grande tema dos estudantes era a reforma universitária.

Mas isso já foi depois de 1964, não é, madre?

Sim, foi depois. Antes, nós começamos a fazer o presidente da UNE. A gente pensou: “Temos de fazer o presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes).” Aí fomos catar o [José] Serra, que estava estudando engenharia.

Ele era do Grupão?

Não, não era. Mas nós descobrimos que era inteligente e que, se déssemos uma engomada nele, ele toparia. Então, a gente pegou o Serra e disse: “Você vai ser o presidente da UNE.” Ele disse: “O que é UNE?” “Bom, UNE é isto e aquilo.” “Ah, tudo bem.” E começamos a ganhar a UNE.

A senhora, como religiosa, participava desses movimentos de modo autônomo? Não havia oposição a isso no meio religioso?

Eu participava porque era uma pessoa, professora universitária; então, tinha de participar. Aqui no nosso convento não tinha oposição a isso. Mas o bispo e a hierarquia eram muito contrários.

Toda a hierarquia da Igreja era contrária?

Praticamente toda.

E não havia possibilidade de a senhora ser punida, afastada?

A nossa congregação dependia diretamente de Roma. Graças a Deus, não dependia do bispo. O bispo não mandava na gente; e, na época, havia um papa bom, avançado [papa João XXIII]. Além disso, nós tínhamos superiores avançadas. Eu lhes contava nossas atividades. E elas diziam: “Ai, que coisa bonita!

Vá em frente! *Allez, allez.*” A gente só falava em francês dentro da congregação. Vocês sabem, não é? Era proibido falar português.

O comportamento da hierarquia ficou bem marcado com a troca de cartas entre Betinho, como líder da JUC, e o cardeal do Rio. Foi uma discussão que antecipou, de certa forma, os postulados da teologia da libertação. Na época, D. Jaime Câmara fez o papel que D. Eugênio Sales cumpre hoje: o cristão não pode se aliar aos comunistas, como a JUC vinha fazendo na UNE etc. e tal.

Não era só proibição de se aliar aos comunistas, mas de participar da política.

Estranho isso, não é, madre? Porque a Igreja sempre fez política.

Claro! A Igreja estava sempre a favor dos governos. E dos governos reacionários, lógico. E quando começamos a criar esses movimentos, a JUC, a JOC — Juventude Operária Católica —, aí diziam que estávamos fazendo comunismo.

A Igreja começou a boicotar?

Nossa Senhora! O que eu era xingada! Ouvia palavrão, era chamada de comunista: “Freira comunista.” “Você é comunista.” E o pessoal da alta sociedade me convidava para jantar. Eu dizia: “Vou, mas olhem, hein, eu sou comunista. Vocês não vão me fazer mudar de idéia, tá?” No jantar, a gente conversava. Eles diziam: “Mas a senhora não vê que é comunista?” Eu respondia: “Primeiro vocês vão me explicar por que ser comunista é mau.” Eles não sabiam o que era comunismo. “Ah, o comunismo é tirar as coisas da gente.” Quando veio o golpe de 1964, a Igreja apoiou, ajudou a preparar, e fez a Marcha da Família*.

A senhora teve amigas que participaram dessas marchas?

Todas. As mesmas que me diziam que a Igreja não devia fazer política. Estavam todas lá, de terço na mão, marchando. Eu caçoava delas. Então o Lucas Garcez (ex-governador de São Paulo) veio me procurar. Falou com a superiora e comigo. “Eu aconselho a senhora a ir para a Europa, porque o governo militar... olha aqui.” E mostrava uma papelada deste tamanho, contendo toda a minha vida. “Eles sabem tudo o que a senhora fez. Vão pegar a senhora. A senhora vai ser presa. É melhor ir para a Europa. Inclusive, eles estão facilitando a sua saída. Podem dar uma bolsa de estudos para a senhora estudar na Europa.” Eu respondi: “De jeito nenhum! Se eles querem me prender, que prendam. Daqui eu não saio.”

Isso foi logo em 1964 ou em 1968, após o AI-5?

Em 1964. Dois dias depois do golpe, entende? Dois dias depois do golpe o Garcez apareceu querendo me mandar embora para a Europa.

* Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em 19 de março de 1964 e promovida pelos setores conservadores, contrários às reformas de base propostas pelo governo João Goulart.

Rememória

A senhora não topou...

Eu disse: “De jeito nenhum. Não vou para a Europa. Não quero bolsa de estudo; não quero nada. Quero ficar aqui. E vou continuar fazendo tudo isso.” Aí o Garcez disse: “Eu lhe dou razão, compreendo suas idéias, mas a senhora tem de entender também...” Eu cortei: “Não, não. Não vamos fazer média. Eu não compreendo a sua; o senhor não compreende a minha. Agradeço muito sua boa intenção, mas não vou para a Europa. Vou ficar aqui.” E a gente continuou organizando o pessoal, visitando os que foram presos. A gente entrava na cadeia com muita facilidade.

Talvez fosse bom dividir esse tempo da ditadura militar em dois momentos; isso que a senhora está contando é da primeira etapa, antes do AI-5...

Até 1968 era brincadeira. Estavam brincando de ditadura. Eu me lembro. A gente ia visitar os presos e entrava facilmente. Estava todo mundo lá jogando cartas. Ficavam pouco tempo presos e ninguém era torturado. Mas em 1968 a coisa começou a engrossar. As passeatas cresciam; a repressão aumentava. Um dos centros da luta era a rua Maria Antônia. Outro era a nossa clínica, lá na rua Caio Prado.

Nessa época já funcionava a clínica com atendimento psicológico gratuito?

Já nessa época, na rua Caio Prado, enquanto a faculdade funcionava na rua de cima, a Marquês de Paranaguá. Foi um prédio que os alunos construíram para mim, como presente. Era uma clínica de atendimento gratuito, para a população pobre. Só que funcionava assim: no primeiro andar, havia apenas quartos e banheiros, para a gente esconder as pessoas procuradas pela polícia. A UNE tinha uma sala lá.

Mas era clínica também, atendia as pessoas?

Atendia. Eu atendia. Nas horas vagas eu era psicóloga clínica.

Freudiana?

Sim. Mas atendia só para supervisão, porque eu dava aula, ou então o pessoal que estava na militância. Acho muito importante para o pessoal da militância ser psicanalisado.

Por que a senhora acha importante?

Porque acho que as grandes divergências entre as esquerdas não são ideológicas mas emocionais. São questões de poder. Se você tiver um bom equilíbrio emocional... Em quantas discussões as pessoas diziam que isso era lápis e o outro respondia caneta? Ficavam duas horas discutindo a mesma coisa porque cada um queria ter a última palavra. O pessoal não percebia. Isso me irritava. Então eu

tirava o pessoal da sala para fazer um pouco de terapia. “É para você se entender, voltar lá e atuar melhor.”

Isso era bem aceito? Não existia um preconceito da esquerda contra a psicanálise?

Eu não acho.

Mas existe o preconceito de que a psicanálise é uma coisa de pequeno-burguês...

Escute, burguês pode ser o terapeuta, o psicanalista, mas não a técnica. É assim que eu interpretava: uma coisa neutra. Pode ser posta na mão de um revolucionário ou na de um burguês. A técnica psicanalítica não é nem burguesa nem proletária. Fui muito amiga de Marie Langer. Ela era uma das melhores psicanalistas do mundo. Morava nos Estados Unidos, ia uma vez por mês à Nicarágua e passava uma semana, para fazer psicanálise com o pessoal de lá de graça. Porque é outra superstição da psicanálise essa história de que psicanálise não funciona [se for] de graça. Quem não funciona é o psicanalista. Ela fazia de graça e pagava todas as despesas de viagem. Ela perguntava para a pessoa: “Quanto tempo você tem?” “Meia hora.” “Tudo bem. Vamos fazer o trabalho em meia hora.” Ela ajustava a psicanálise às necessidades de um revolucionário que estava lutando na Nicarágua, naquele tempo.

Na Argentina também o pessoal ajudou a organizar a luta clandestina, não foi?

Ajudou.

E esse pessoal que a senhora analisava não tinha medo de ficar malvisto pelos companheiros?

Não, porque eles sentiam os benefícios. Além de me conhecer pessoalmente, eles percebiam os benefícios. Sentiam que melhoravam, que se entendiam melhor e brigavam menos entre si. Depois de 1968 começou a barra mais pesada. Quanta gente saía da cadeia e ia direto para a psicanálise! Até hoje não sei como nunca invadiram a clínica. A polícia sabia que a clínica era o centro, que ali acontecia tudo. Passavam em frente, iam na faculdade, perguntavam onde eu estava, o que estava fazendo e depois voltavam à clínica para tomar café na cantina. Eu descia — porque tomar café é um jogo meio baixo, não é? — e punha todos para fora. “O que vocês vieram fazer aqui? Tomar café? Vão tomar lá na esquina. Não quero vocês aqui dentro.”

Que comparação a senhora faz entre aquele período e o momento atual?

Tem muita diferença. O pessoal que entrou na luta em 1968, 90% deles, para dar uma estatística bem favorável, estava completamente despreparado. Não tinham nenhum embasamento teórico. E eles queriam uma revolução. Para muitos era aventura. Eu conheci tanta gente que entrou na luta, na guerrilha, como uma

Rememória

aventura! Havia um despreparo muito grande e um entusiasmo enorme. Uma generosidade total. Mas um suicídio. Tanto é que o pessoal foi direto para a morte, não é? Eu acho que o pessoal de hoje está mais bem preparado, entende muito mais de política do que no meu tempo.

Será que o pessoal de hoje é menos generoso?

Eu acho que hoje não há uma solicitação concreta para a luta, como naquele tempo. Não que seja menos generoso. Naquele tempo, nas passeatas de 1968, saía aquela massa de estudantes com alguns trabalhadores para enfeitar. Um de cada lado, enfeitando, para dizer que se tratava da união entre estudantes e operários. Não era. Hoje os trabalhadores estão organizados. Existe a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e também a CGT (Central Geral dos Trabalhadores), embora horrorosa. Agora a classe média ficou sem ter o que fazer. É solicitada para quê? Para fazer uma revolução? Que revolução? Quando houve a campanha das diretas vocês viram como a praça encheu. Todos queriam participar, queriam diretas. Acho que hoje falta uma solicitação concreta para a participação da juventude. Participar como? Se houver o chamamento para alguma coisa, ah, você vai ver que eles não são menos generosos que os de 1968.

Depois do AI-5, quando a repressão engrossou, como foi a sua participação nas lutas?

Lá no Sedes da rua Caio Prado éramos suprapartidários. Não queríamos saber de qual organização as pessoas eram. Tinha gente de todas as organizações. O material deles, os estatutos, tudo era guardado lá no Sedes. Havia um sótão lá com classificação; a gente guardava material de todos e dava casa e comida para aqueles que precisavam ficar na clandestinidade. Tinha uma saída por trás, e a gente fazia um esquema de apito. A campanha tocava aqui, e eles ouviam lá. Então, o pessoal pulava o muro e fugia por trás. A gente fazia treinamento para o caso de precisar fugir. Não me interessava saber de que organização eram. O que me importava é que eram pessoas a serviço de uma transformação do Brasil, que estavam sofrendo e precisavam de ajuda. Então, a gente dava a ajuda que podia: casa, comida e “Suíça”, quer dizer, proteção, embaixada.

Como explicar o fato de a senhora nunca ter sido presa, madre?

Não entendo. Eu recebia telefonemas toda hora: “A senhora vai ser morta.” Eu dizia: “Ótimo, pode mandar matar.” Recebia telefonema avisando que tinha uma bomba na clínica, que ia estourar. Quantas palestras fui fazer na Cidade Universitária, no prédio dos cursos de história e geografia! Aquilo enchia de gente. Eu fazia uma palestra daquelas. Eu gostava muito.

Pondo fogo, não é?

Cortavam a luz, a polícia vinha e a gente tinha de sair correndo. Tomava um carro e saía em disparada. Essas coisas aconteciam. Mas ficava nisso.

Nunca foi chamada a depor?

Nunca, nunca. Não entendo por quê. Eles sabiam de tudo que eu fazia. Sabiam inclusive da clínica.

A senhora não era protegida por pessoas importantes da sua família?

Se era, nunca soube, nunca pedi. Essas pessoas me chamavam e diziam: “Tenha juízo.” Eu dizia: “Eu tenho juízo; vocês é que não têm.” Quer dizer, nunca fiz média. Sempre souberam o que eu pensava. “A senhora é muito exaltada.” Era tida como muito radical, coisas assim. Graças a Deus, sou radical. Detesto gente de meio-termo. Dizer que eu sou radical é um elogio. Fico contente.

Já no final dos anos 70, com a luta pela anistia crescendo, a senhora teve papel importantíssimo no apoio aos presos políticos...

As famílias de presos se reuniam no Sedes; a gente ia visitar ou o pessoal vinha fazer tratamento aqui: eletroencefalograma. Uma vez veio um preso político fazer o eletro e chegaram dois carros blindados. Eu quis recebê-lo na porta. Dei um beijo nele e disse para a escolta: “Agora, vocês ficam aí fora.” Eles responderam que tinham de entrar junto. “De jeito nenhum! Vocês ficam aí. Com farda e espingarda, vocês não entram aqui.” Eu nem sabia que um deles era o diretor do presídio, porque ele estava com roupa civil. “Você pode entrar. Está vestido de gente. Mas vai ficar sentado aqui, e não vai descer ao local do exame, porque você vai atrapalhar.” “Mas o preso pode fugir...” Eu fiquei conversando com ele enquanto o preso foi fazer o exame. “Você não tem vergonha de exercer essa profissão? Não acha nojento manter na prisão esses rapazes idealistas...” Dali a pouco começo a receber telefonemas. O cardeal me telefona: “A senhora está sendo ameaçada?” Respondi que não. “Mas disseram que o Sedes está cercado.” O diretor do presídio, pelo rádio, tinha pedido reforço, dizendo que estava sendo ameaçado por mim. Eles cercaram o Sedes. Que medo eles tinham, não? Eu lhe disse: “Que medo vocês têm de nós!” Depois fui retribuir a visita aos presos. Chegamos lá no presídio Barro Branco para passar o dia. Eles nos barraram: “Não podem entrar; vocês não têm autorização.” Eu disse para o resto do grupo de visitantes: “Vocês não vão entrar? Eu entro. Vim até aqui e não vou perder a viagem.” A Ruth Escobar agarrou o meu braço e fomos entrando. Mas eles eram tão covardes que estavam com as armas apontadas para nós. Eu disse: “Escuta! Abaixem isso aí. Eu acho esse cano muito feio!” Eles abaixaram. Então, encontrei o diretor e só aí fiquei sabendo do seu cargo. Porque, lá na clínica, eu dizia assim: “Na minha casa mando eu. O senhor manda na sua. Fique quieto aí.” Mas deu tudo certo, e passei o dia todo lá, conversando com todo mundo. Almoçamos com os presos e não aconteceu nada.

Rememória

Essas pessoas que a senhora acompanhou naquela fase difícil, analisando ou apenas conversando, gente que foi torturada, perseguida... Como tudo isso refletia nos militantes? O pessoal passou por aquilo numa boa, ficou abalado... Como era?

Muito poucos deram a volta por cima. A maioria não tinha preparo e não sabia por que estava ali apanhando. Uma parte sabia. O Honestino [Guimarães], por exemplo. Ele engoliu um lençol para não falar. E ele já sabia que ia ser morto. Ele veio se despedir de mim. Ele chegou e disse assim: “Eu vim me despedir da senhora porque vou ser morto.” Eu até disse: “Por que você veio aqui, Honestino? Podia marcar um encontro comigo. Eu iria conversar com você em qualquer lugar.” “Ah, não. Eu passei aqui e não agüentei. Queria me despedir da senhora. Eles estão me cercando.” E, de fato, acabaram pegando e matando.

Como foi essa história do lençol, madre?

Quando ele foi preso, em Brasília, sofreu tortura para falar. Ele tinha um lençol ou qualquer coisa assim. Pôs na boca, mastigou e engoliu, para não falar. Isso foi contado pelos companheiros dele. Quer dizer: ele não abriu. Havia aqueles que morriam, mas não abriam. Entretanto, a maioria entregava tudo. Eu também era um canal para quem saía da prisão e queria encontrar sua organização. Era o ponto de contato. Uma pessoa da organização vinha, conversava comigo e marcava um dia.

Ah, a senhora chegou a fazer esse tipo de intermediação?

Sim, para integrar aqueles que queriam continuar na militância. Porque eram poucos os que saíam vivos, inteiros: os que saíam com condições de poder voltar à luta. Mas não me interessava de que organização eram.

Como a senhora viveu o início dos anos 70? Foi um tempo muito deprimido, não? Todo mundo triste e derrotado?

Todo mundo triste, derrotado... E eu chorava o dia inteiro, porque, cada um que era preso, vinha a mãe, o pai, o irmão... ia todo mundo lá, chorar as mágoas. A gente não podia fazer nada. Mas o que a gente fazia? Mimeografava denúncias e saía espalhando pela cidade, pichando muros. Tinha um jeito que eles preparavam a tinta, não sei como, com caroço de abacate. Na hora que se escrevia, não aparecia nada. Depois, ficava preto e dava para ler. Então a gente descia, pichava os muros, entrava no carro e ia embora.

A senhora ia pessoalmente pichar muros?

Ia pichar pessoalmente. A gente entrava no carro, se viesse a polícia. Tudo bem, porque na hora não era possível ler, só depois. Era a denúncia que se podia fazer. Outra coisa possível era telefonar. Ligava para o governador e para as pessoas:

“Onde se viu? Matar a juventude!” Quantas vezes eu fui falar com o [Roberto] Abreu Sodré! [governador de São Paulo entre 1967 e 1971]

Parente da senhora, não é?

Da minha mãe! Meu, não! Quantas vezes fui lá brigar: “Você não tem vergonha, Roberto? Prender essa juventude!” Porque naquele congresso de Ibiúna* ele mandou prender todo mundo. Aí, eu fui para a cadeia, entrei e disse: “Bom, agora fico aqui também, com a meninada.” “Não, a senhora não pode ficar aqui.” “Por que não posso? Vou ficar. Não saio daqui enquanto eles não souberem. Só saio daqui para ir falar com o Roberto.”

Nos anos 70 a senhora acolheu, aqui no Sedes, os psicanalistas argentinos que fugiam da ditadura de lá. A linha de trabalho deles era uma proposta altamente elitizada, enquanto hoje, aqui, eu vejo uma proposta de psicanálise totalmente à parte do mundo social e político.

Quando os argentinos chegaram aqui, expliquei a eles a proposta. Eles olharam para mim e disseram: “Nós saímos da frigideira e caímos no fogo.” Eu disse: “Não se assustem, porque esse fogo é brasa apagada.” Só na minha cabeça era assim. Na minha cabeça a proposta era essa.

E eles, como trabalhavam? Por que tiveram de sair da Argentina?

Eles eram politizados. Aqui, faziam o que podiam para politizar os alunos. E tinham, lá na Argentina, uma prática de ir atender nas favelas, inclusive militantes clandestinos, tudo isso. Nossa linha de trabalho aqui no Sedes ainda está longe disso, mas estamos começando a fazer convênios para trabalhar com o pessoal da periferia. Sempre digo que a clínica é para fazer justiça social. Quem vai fazer a revolução é o pobre, não o rico. Então, o pobre tem de ter um ajustamento emocional. Digo para o pessoal daqui: “Vocês aqui na clínica vão fazer uma terapia para melhorar o ajustamento emocional deles, e eles terão melhores condições de assumir a revolução brasileira.” Isso na minha cabeça, mas é uma loucura conseguir colocar na prática o que você quer. Não acontece. Fico muito triste.

A senhora acha que ideologia é neurose? Uma terapia pode, por exemplo, mudar um cara de direita?

Conforme o terapeuta. Essa história de dizer que o terapeuta deve ser neutro... Não existe neutralidade. A gente interpreta de acordo com o que acha. E, quando a gente procura um terapeuta, já sabe aquilo que ele propõe. Se um trabalhador fosse procurar um terapeuta tradicional, bem burguês, chegaria lá e contaria

* XXX Congresso da UNE realizado clandestinamente em outubro de 1968 na cidade paulista de Ibiúna. Descoberto pela polícia, resultou na prisão de mais de 700 estudantes.

Rememória

que estava em greve por melhores salários. O psicanalista poderia dizer: “Não, você está brigando com seu pai, porque não resolveu o complexo de Édipo etc.” Se você tem um psicanalista que separa as coisas, ele diz: “Você está lutando por uma coisa certa; agora, sua maneira de lutar é muito neurótica, muito emocional.” Ou seja, ele interpreta para separar, mas mantém a ideologia.

Perguntei isso pensando, na linha de Reich, que o autoritarismo é um negócio de caráter; precisa ser tratado.

É. Acho que o autoritarismo é uma neurose. O autoritarismo é você não respeitar o outro. É você querer impor. Não é isso o autoritarismo? Isso não é normal. Você tem de conviver com o outro. Por isso quero que o PT, antes de assumir o poder, faça um trabalho de educação popular que ganhe a população — a população deve estar convencida de que aquilo dará certo. Conscientização de novos valores: isso eu acho muito importante. É a educação popular que muda a cabeça das pessoas.

A ação da Igreja naquele período de ditadura brava era a mesma de hoje?

Não, era completamente diferente. Antes de 1964, a Igreja era muito reacionária. Mesmo D. Paulo [Evaristo Arns], no começo, era bastante reacionário. Ele foi convertido pelos presos políticos. Antes ele me mandava recados, dizendo que eu estava extrapolando etc. A primeira vez que ele foi visitar uma cadeia, viu um preso que chegou se arrastando. Foi a virada do cardeal. Porque antes a gente contava que as pessoas tinham sido torturadas e ele não acreditava. Chamava os generais, que diziam que os presos eram muito bem tratados... Aí, D. Paulo deu a virada, e todos aqueles padres novos, que já estavam na militância, entraram com toda força e com a proteção do cardeal. A Igreja de 1960 e a de 1970 eram distintas.

Nessa mudança, como está rolando na Igreja a questão do marxismo?

Acho que na Igreja ainda existe muita ignorância sobre o marxismo. Falta alguém para fazer uma sistematização. O avanço do pessoal da Igreja foi por outro caminho. Marx é muito difícil para uma pessoa que não tem iniciação em sociologia. E a formação dos padres realmente não prepara para isso. Eles encontraram o caminho — a teologia da libertação — que assume a luta de classes. Temos de organizar a classe para poder se emancipar, se libertar. Então, encontrando o caminho fácil, não foram procurar um estudo maior do marxismo. Mas acho que isso está faltando: dizer por que o cristão pode ser marxista ou não. Essa questão não está resolvida, nem vem sendo estudada.

E a linha atual do Vaticano?

Isso está trazendo um grande atraso. Este papa [João Paulo II] está sendo péssimo. Ele está conseguindo desmontar a Igreja, porque tira os bispos progressistas

e nomeia os reacionários. Lá na nossa região, no Jardim das Palmas (Campo Limpo), ele tirou um bem progressista e pôs um bem reacionário. Mas o povo está muito organizado, fazendo a cabeça dele, porque ele é muito pouco instruído. Se não estiver fazendo a cabeça dele, ele não entende nada, porque o povo está fazendo o que quer. Está muito divertido. De qualquer modo, a Igreja, no Brasil, está passando por um período muito triste e perigoso.

Esse processo vai dar no quê? A Igreja ainda volta àquela linha dos anos 70 ou o pessoal progressista, encurralado, vai pular fora?

Até agora não tem sido essa a orientação dos progressistas. Não querem sair da Igreja, mas trabalhar, vamos dizer assim, na clandestinidade. Não quer que se faça? Então não digo que faço. Mas continuam fazendo, nas catacumbas. Acho isso mais adequado. Criar um cisma divide. Não soma. Agora, a verdade é que este papa tem feito um mal muito grande. Ele é polonês, não universal. Não é um papa. Ele gosta da Polônia. Ele chega na Polônia e diz: “Todo mundo deve fazer política; todo mundo deve entrar para o sindicato.” Em outros lugares diz: “É proibido para o cristão fazer política.”

E o papel da mulher na Igreja?

É um papel inferior. Mas, dentro da Igreja, a mulher está se metendo e fazendo tudo. Por enquanto, só não celebra missa. Todo o resto ela já está fazendo, e com muito mais eficiência que os homens. Mas há uma luta que precisa ser feita. De fato, a Igreja é machista. É hierárquica. Ela não é horizontal mas vertical. Ela não é democrata. Eu acho que o [Frei] Betto e o [Leonardo] Boff têm dado uma contribuição nesse sentido. Mas um estudo sério precisa ser feito.

Como a senhora vê a questão do celibato, da Igreja e da sexualidade?

O celibato, eu acho um absurdo. Aliás, foi introduzido apenas no quarto século, parece. Para mim, a sexualidade não pode ser dissociada do amor. As coisas têm um fim. Não é só um instinto, uma descarga de espermatozóides e de óvulos. Não, não é uma coisa fisiológica. É todo o envolvimento de uma pessoa que se liga a outra. Acho que passamos da tese para a antítese. Hoje em dia é assim: você encontra uma pessoa, se você sai com ela, precisa ir para a cama, senão não tem graça...

Por que não se abre mais essa discussão dentro da Igreja, madre? Já vimos padres e freiras, em conversas reservadas, defenderem a idéia de que, nesse campo, cada um deve se virar do jeito que pode, porque abrir a luta contra a castidade obrigatória enfraqueceria o bloco progressista. E, no entanto, nós sabemos que existe homossexualismo dentro da Igreja, casos de Aids...

Acho isso uma coisa deprimente. Não enfrentar esse problema... O pessoal não quer enfrentar. Mexeu na questão sexual, o pessoal todo põe o pé atrás e enrijece.

Rememória

É tanto desejo que para reprimir você afasta o corpo. Você vive o problema, mas diz que não. É uma intelectualização, uma maneira de fugir do seu problema. Então, eles dizem: “A gente faz porque não tem outro jeito” — uma espécie de promiscuidade. Devia regulamentar isso. Por que o padre não pode casar? Os discípulos de Cristo, todos, eram casados. Por que, agora, inventar o celibato?

Madre, neste final de entrevista, queremos conversar sobre o PT. A senhora já teve posições polêmicas dentro do PT. Como vê o partido?

Desde o começo, vi o PT assim: um movimento revolucionário que vai fazer a revolução. Então, para mim, desde 1980, o PT tinha de ter um tempo para, primeiro, ganhar uma grande quantidade de massa para depois procurar o poder. Porque, se pegar o poder antes de ter a massa, não vai conseguir realizar. A não ser por armas. Nós estamos vivendo o fim de uma época. No fim de uma época, sempre há uma aceleração da história. Cinco anos atrás eu achava que o povo não estava preparado para o PT assumir o poder. Mas agora houve um avanço enorme. Nesta eleição, votei no Lula no primeiro turno. Antes, eu não votava no PT para o Executivo.

A senhora pode comentar aquele episódio do seu apoio ao Fernando Henrique [Cardoso] para prefeito, em 1985?

Aquilo foi uma chateação. Eles arrancaram de mim aquela carta. Eu não ia votar no PT porque achava que naquele tempo o partido ainda não estava preparado para assumir o poder. O argumento deles de que votar no [Eduardo] Suplicy dividia a votação — nem lembro bem quem eram os candidatos — nunca se colocou para mim. Não era o meu argumento. Eu argumentava que o PT tinha de dar um tempo, ainda, para a educação popular, para depois assumir o poder com base. Certo ou errado, no tempo do Fernando Henrique o PT não tinha essa base popular. Agora tem. Houve um disparo. Tanto é que já votei no Lula no primeiro turno. Acredito no PT. Acho o PT o único partido que é partido, embora tenha divisões internas. Tem propostas. As divisões internas são meios diferentes para chegar ao mesmo fim. É o único que tem uma militância que dá o sangue e vai até o fim. Eu me filiei ao PT logo no início. Fui uma das primeiras. Nunca antes tinha me filiado a partido político nenhum, porque gostava da minha independência.

*E como a senhora está vendo esse segundo turno, a decisão dentro de 48 horas?**

Acho que aquele processo de aceleração da história gerou, em 15 dias, um salto de 15 séculos. Pela primeira vez a esquerda se organizou. Existe um movimento de esquerda. Claro que o Brizola tem as idéias dele, diferentes das do PT. Mas é

* A entrevista foi realizada às vésperas do segundo turno da eleição presidencial de 1989, que ocorreu em 17 de dezembro daquele ano opondo Lula e Fernando Collor de Melo.

a esquerda organizada, unida, o fim de um processo, que é a eleição do Lula. E está todo mundo na rua. Todo mundo vestiu a camisa e está aí para trabalhar. Está todo mundo aí. Mas precisamos ter claro que o PT ainda é PI.

O que é isso?

PI é Partido da Igreja e do Intelectual. Mas o povão... Na casa em que eu moro todas as irmãs vão votar no PT. Mas os empregados, no [Fernando] Collor. O jardineiro não, porque amanhã, na véspera da eleição, eu pego ele e vou enquadrar. Mas o jardineiro diz que o Lula vai desfazer a família. A faxineira diz que o Lula vai roubar o barraco dela. O outro diz que vem o comunismo. Por isso acho que o PT precisa trabalhar com esse povão. Estar ali de manhã, de tarde, de noite. Acho que está precisando disso. O PT precisa ter canais assim, para entrar mais nesse povão e ganhar mais a massa.

Jacob Gorender

por *Alipio Freire*
e *Paulo de Tarso Venceslau*

Teoria&Debate n° 11, 3° trimestre de 1990

Comunista, judeu, filho de imigrantes russos, Jacob Gorender nasceu em Salvador, em 20 de janeiro de 1923. Sua trajetória passa pela campanha expedicionária, na Itália; por Moscou, durante o 20º Congresso do PCUS; e deságua no presídio Tiradentes, nos anos 70. Autodidata, é autor de diversos livros, entre os quais *O escravismo colonial*, *Combate nas trevas*, *A escravidão reabilitada* e *Marcino e Liberatore (diálogos sobre marxismo, social-democracia e liberalismo)*. Nos últimos anos, Gorender vem se dedicando ao estudo de temas da política e da economia internacional. Tornou-se professor visitante do Instituto de Estudos Avançado da Universidade de São Paulo e ministrou em 1997 um curso de pós-graduação sobre “História e Marxismo”, no Departamento de História da USP. Jacob Gorender é casado com Idealina da Silva Fernandes, filha de Hermogênio da Silva Fernandes, um dos fundadores do Partido Comunista. Filiado desde 1994 ao Partido dos Trabalhadores, Jacob concedeu esta entrevista, em 1990, a Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau.

Rememória

Jacob, as recentes mudanças no mundo socialista afetaram em alguma coisa a sua firmeza, a sua visão de socialismo e revolução?

JACOB GORENDER — A minha firmeza a respeito do marxismo como método de pesquisa e compreensão da vida social não foi afetada por esses acontecimentos. Eu continuo com a convicção de que o próprio marxismo pode explicá-los. Para isso, entretanto, é preciso que o marxismo seja entendido sem limitações de caráter dogmático e aplicado com inteira criatividade. O próprio marxismo precisa se renovar.

Eu não posso deixar de refletir sobre esses acontecimentos que têm se desenrolado com uma velocidade alucinante e são de caráter completamente inédito. As previsões ao nosso alcance são todas elas condicionais. E, sem dúvida, trata-se de um momento em que o capitalismo está levando vantagem. Querer esconder isso é fugir à realidade. O movimento inspirado pelo marxismo já passou por outros momentos de crise ao longo da história e conseguiu superá-las. Entretanto, penso que esta é a pior de todas as crises. É a mais grave, porque agora se colocou em causa a possibilidade do próprio projeto de construção de uma nova sociedade, inspirada em princípios socialistas. O que nunca esteve em causa, em crises anteriores, de maneira tão urgente, decisiva e generalizada. Mas creio que ainda não chegamos ao fundo do poço.

Como foi seu processo de formação? A sua ida para a Itália, como voluntário na Força Expedicionária, foi resultado de uma reflexão político-ideológica?

Sem dúvida, a apresentação como voluntário para a FEB, em 1943, quando tinha 20 anos, já é consequência de todo um processo anterior da minha formação política. Eu nasci numa família judia, muito pobre. Meus pais vieram do antigo Império Russo. Meu pai, da Ucrânia. Minha mãe, da Bessarábia. Meu pai morou um tempo em Odessa, onde viveu os acontecimentos formidáveis de 1905. Estava no cais do porto, quando ali ancorou o encouraçado Potemkim. No mesmo ano ele lutou, de armas na mão, ao lado de revolucionários russos, contra os bandos de reacionários que pretendiam massacrar os judeus. Depois, com o fracasso da Revolução de 1905, com os *pogroms* e toda a repressão terrível que se desencadeou, ele se incorporou à grande vaga judaica que saiu da Rússia. Afinal, Nathan Gorender veio ter a Salvador. Ali se fixou e se casou com minha mãe, Anna, que chegou mais tarde. Os cinco filhos e meus pais pertenciam àquela categoria dos judeus sem dinheiro descritos num romance de Michael Gold, célebre nos anos 30. Morávamos em cortiços e, às vezes, tínhamos dificuldades sérias até para atender necessidades elementares, como alimentação e roupa. Isso marcou minha mentalidade em formação. Mas não só isso: meu pai era um homem de esquerda, anti-sionista — como, aliás, a maioria dos judeus daquela época —, e me falava do movimento revolucionário russo. Fizera apenas o curso primário, mas lia avidamente. Exerceu forte influência nas minhas

inclinações. Interessante é que me tornei materialista não por via do marxismo, mas do darwinismo. Aos 12 anos, aproximadamente, comprei, num sebo da praça da Sé, em Salvador, um volume de Haeckel, um darwinista alemão. Aquela leitura me transformou. Procurei informações em outras fontes e aderi ao darwinismo. Sem conhecer nada ainda a respeito do marxismo. A concepção darwinista a respeito da origem do homem erradicou a visão religiosa. Daí porque me desprendi da religião muito cedo. E adquiri uma concepção materialista evolucionista, posteriormente fortalecida pelo marxismo. Com grandes dificuldades, consegui terminar o curso que, naquela época, se chamava ginásial e entrar na faculdade de direito. No ginásio, depois na faculdade, meu horizonte político e cultural ampliou-se. A essa altura, já nos encontrávamos na época do Estado Novo: censura à imprensa, prisões, perseguições. De tudo isso eu ouvia falar.

Duas circunstâncias também tiveram importância na minha formação: a primeira — o fato de ter crescido em Salvador — me proporcionou contato íntimo com a cultura afro-brasileira. Fui impregnado pela sensibilidade estética de origem africana no que diz respeito à música, à visão plástica, à escultura, às cores e à coreografia, sem falar no paladar. A outra circunstância é que a Bahia foi um estado de participação pequena nos acontecimentos de novembro de 1935, quando se deu o levante militar revolucionário em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Levante aliancista, mas dirigido pelos comunistas. Em Salvador, a repressão também foi pequena e, como o ambiente na capital da Bahia era menos opressivo do que em outras partes, lá vieram ter comunistas de vários estados, sobretudo do Nordeste. Este afluxo de militantes politizados iria converter Salvador em um centro de esquerdismo com influência nacional nos anos posteriores. E daí se falar até em Grupo Baiano, e coisas do gênero.

O nome de Luís Carlos Prestes se irradiava de forma lendária. Ele estava na prisão e quem fosse de esquerda ou anti-Estado Novo não podia deixar de reverenciá-lo. Ao mesmo tempo, crescia na Europa a vaga nazista, causando preocupações e ansiedade, particularmente entre a comunidade judaica da Bahia.

Comecei a trabalhar aos 11 anos, dando aulas particulares. Em 1940, consegui emprego em um jornal hoje extinto, chamado *O Imparcial*. Iniciei-me como arquivista aos 17 anos, passei a repórter e depois a redator. Mais tarde, trabalhei em outros jornais em Salvador. Aí, minha politização avançou. Eu era decididamente antifascista e admirava sem reservas a União Soviética. Para esclarecer bem o quadro político e cultural de Salvador, ali não havia nenhum trotskista, tanto quanto pude saber. Quem fosse antifascista e de esquerda admirava a União Soviética e, conseqüentemente, aplaudia Stalin. No movimento estudantil, já como universitário, foi intensa minha atividade na União de Estudantes da Bahia. Eleito membro de sua diretoria, fui contatado por Mário Alves, já militante do Partido Comunista. Assim, por intermédio de Mário, me tornei militante do PC.

Rememória

Em que ano foi isso?

No início de 1942. Constituímos uma célula universitária. O PC estava desarticulado do ponto de vista nacional. Em 1940-41, Filinto Müller, o sinistro chefe de polícia [do Estado Novo], tinha conseguido prender quase todos os membros do Comitê Central. Sobreviveram núcleos comunistas em poucos estados, que agiam por conta própria. Na Bahia, os comunistas tiveram uma articulação bastante desenvolvida. Inclusive, fundaram e faziam circular uma revista chamada *Seiva*, de edição irregular, publicada desde 1939. Foi uma revista para a qual escreveram grandes nomes de orientação liberal, anti-Estado Novo, que iriam se projetar nacionalmente nos anos posteriores, como, por exemplo, Luís Viana Filho, Aliomar Baleeiro, Nestor Duarte e Orlando Gomes. Eu me tornei secretário dessa revista em 1942. Foi sua última fase e a mais intensa, porque se tornou possível editá-la com razoável regularidade.

Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo e passou a colaborar com os Estados Unidos. Como represália da Alemanha nazista e a Itália fascista, em agosto, navios mercantes brasileiros foram torpedeados no litoral de Sergipe e da Bahia por submarinos, e centenas de mortos vieram ter às praias. A notícia causou comoção. Em Salvador, as massas espontaneamente se lançaram às ruas, atacando e saqueando estabelecimentos comerciais e residências de alemães e italianos. Os estudantes, que tinham certa organização, procuraram tomar a frente dos protestos e evitar atos dessa natureza. Eu me empenhei muito no movimento, fiz discursos em praça pública, concitando à declaração de guerra contra as potências do Eixo.

Isso já dentro do PC?

Eu já estava dentro do PC. Havia uma direção estadual organizada, que tinha ramificações por meio de algumas dezenas de militantes em sindicatos e associações diversas. Alguns desses militantes eram intelectuais, outros eram artesãos e uns poucos propriamente operários. Com escassas indústrias, a Bahia tinha um proletariado pequeno. Depois de uma semana de vigorosas agitações, que ocorreram não somente em Salvador, mas em todo o país, Getúlio Vargas declarou estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália, de maneira muito morna, pelos próprios termos da declaração. A atuação dos estudantes, dos antifascistas e dos comunistas se ampliou. Tivemos um campo maior para fazer propaganda, difundir idéias etc.

Em maio de 1943, passou por Salvador o general Manuel Rabelo, então ministro do Superior Tribunal Militar. Juntamente com Oswaldo Aranha, havia fundado a Sociedade dos Amigos da América e estava criando núcleos dessa entidade em vários pontos do país. Ele veio à Bahia e ali foi recepcionado por todas as correntes democráticas e antifascistas que faziam oposição ao Estado Novo. Eu já o tinha entrevistado para um dos jornais do qual era repórter, *O Estado da Bahia*, mas

procurei obter uma entrevista especial para a revista *Seiva*. O general percebeu que tinha oportunidade de falar com mais amplitude e fez uma crítica direta à condução da política de guerra por Getúlio Vargas e seu ministro, general Eurico Dutra. Já estávamos em 1943 e o general Rabelo declarou (repite de memória): “Nada foi feito. Precisamos estar na frente de guerra, é o nosso dever. Precisamos preparar nossos soldados para combater na Europa contra o nazismo, inimigo da humanidade.” E mais: “Tem-se feito o possível para sabotar a nossa participação. Soldados são convocados e submetidos à humilhação de limpar latrinas e estrebarias nos quartéis, sem receber treinamento militar. Urge reverter essa política, desmistificar o anticomunismo e realmente cumprir o nosso dever de participar da abertura da segunda frente.” A segunda frente era a ofensiva aliada na Europa Ocidental, que devia ser aberta porque, com isso, o final do conflito mundial seria abreviado. Eu tive o cuidado de mostrar a entrevista na sua forma final ao general e ele aprovou o texto. Todas as publicações estavam sob censura, mas nós driblamos o censor de nossa revista, que era um tanto relaxado, e a entrevista saiu. É evidente que ela chegou logo ao conhecimento das autoridades policiais e militares, na Bahia e no Rio de Janeiro. Provocou escândalo. Considero que esta entrevista do general Manuel Rabelo é a primeira manifestação *impressa* contra o Estado Novo. Ela é anterior ao famoso “Manifesto dos Mineiros”, que começou a circular meses depois. A entrevista não contém uma condenação explícita ao Estado Novo, mas ataca de maneira contundente a sua política, diretamente no que se refere ao esforço de guerra e, indiretamente, às suas inclinações pró-fascistas. Em conseqüência, a revista foi apreendida nas bancas e eu, mais os dois diretores, João e Wilson Falcão, fomos parar na cadeia, indiciados num processo perante o Tribunal de Segurança Nacional. Interpelado a respeito da entrevista, a atitude do general Rabelo foi de irreprochável dignidade: confirmou integralmente o texto. Isso criou uma situação esdrúxula: o entrevistado não podia ser levado a julgamento — tratava-se de um ministro do Superior Tribunal Militar de grande prestígio — mas os jornalistas eram indiciados em processo judicial. Em julho, reuniu-se o Congresso da UNE. Como nos anos anteriores, Getúlio concedeu audiência aos congressistas. Nesse encontro, a nova direção da UNE levantou a questão da nossa prisão. Getúlio mandou anotar e determinou a nossa libertação. O processo foi arquivado, mas a revista deixou de circular. Logo em seguida, o general Dutra viajou para os Estados Unidos. Ali, ele “desceu do muro” e concordou com a formação e envio à Europa de uma Força Expedicionária Brasileira. O comandante militar da região da Bahia, general Demerval Peixoto, esteve no Rio e, na volta, declarou que estava aberto o voluntariado para a FEB. Eu me apresentei voluntário.

E quantos baianos se apresentaram?

Ignoro o total. Passaram pelos exames médicos e foram incorporados à tropa talvez uns 600. Quase nenhum universitário e um certo número de secundaristas.

Rememória

A maioria era gente do povo. Uma parte deles se apresentou como voluntário até como quem procura trabalho, porque o desemprego maciço era crônico na Bahia. Foi no campo de batalha que esses voluntários ganharam motivação ideológica. Alguns deles morreram lutando com valentia.

Você se apresentou como voluntário por orientação do PCB?

Nessa época, o PCB estava desarticulado no plano nacional. Criou-se no Rio, em 1942, a chamada Comissão Nacional de Organização Provisória, celebrizada pela sigla CNOP, a qual tinha à sua frente Maurício Grabois. Depois, juntaram-se a ela João Amazonas e Pedro Pomar, fugitivos do Pará, e Diógenes de Arruda, da Bahia, além de militantes que atuavam no eixo Rio-São Paulo. A CNOP procurou atrair a direção da Bahia, mas esta não aceitou o contato. Havia infiltração policial na esquerda, as quedas de 1940-41 repercutiam e se reproduziam. Considerava-se imprudente ligar-se com qualquer grupo do qual não se tivesse informações seguras. Os dirigentes da CNOP não eram naquela época homens de prestígio nacional. Daí a atitude da direção do PC na Bahia ter sido refratária.

Em julho de 1943, a CNOP resolveu promover uma conferência nacional, obviamente clandestina, em um local da Serra da Mantiqueira. Mário Alves estava no Rio de Janeiro, tomando parte do Congresso da UNE. Contatado por Diógenes de Arruda — que já o conhecia —, aceitou participar da Conferência da Mantiqueira. Embora não tivesse autorização da direção baiana, ele tomou parte na conferência e isso causou irritação em Salvador.

Mário Alves conversou comigo e eu aceitei os argumentos dele, de que a CNOP constituía a representação idônea do PC. Então, comecei a saber o que era a famosa luta interna dos meios de esquerda. Tentamos formar um núcleo da CNOP na Bahia mas, é claro, a direção tinha influência muito maior e o que conseguimos naqueles primeiros meses foi pouco significativo. Entretanto, fizemos uma ligação especial com os marinheiros do encouraçado Minas Gerais, ancorado na Baía de Todos os Santos. Era um pequeno grupo, e um líder deles contactou Giocondo Dias, membro da direção do PC na Bahia. Mas Giocondo o desaconselhou a formar uma base comunista, porque se fosse descoberta daria pretexto a uma provocação policial. Os marinheiros não desistiram e conseguiram contato com a gente da CNOP do Rio de Janeiro, que, por sua vez, os encaminhou para Mário Alves. Eles eram sete ao todo. Esse núcleo, depois, alcançou notável expansão na Marinha, vindo a ter mais de 40 militantes. Por ocasião das quedas no setor militar do PC em 1951-52, alguns sofreram prisão e torturas e outros foram expulsos.

Então, na verdade, minha atitude de ir para a FEB não tem a ver com a direção do PC na Bahia. Tem mais a ver com esse núcleo da CNOP que atuava em Salvador. É fruto, também, da convicção de que constituía o nosso dever o combate ao nazi-fascismo, mesmo com risco de vida. Não iríamos ficar à margem do

esforço de guerra brasileiro. E, assim, em novembro de 1943, me incorporei a uma unidade convencional do Exército. Em março de 1944, finalmente, o nosso contingente de algumas centenas de soldados foi transferido para o sul, num navio pessimamente aparelhado, sob a proteção de navios de guerra. Chegamos ao Rio e, depois de um curto período de treinamento, fomos para a Europa. Desembarcamos em setembro em Nápoles. Éramos 10 mil soldados, em dois navios norte-americanos. O segundo contingente da FEB. Durante a viagem, a escolta naval precisou intervir e atacou submarinos alemães, que se aproximavam do comboio.

Qual era a linha do PCB nessa época?

A linha que a CNOP adotava era de união nacional em torno do governo de Getúlio Vargas, na guerra contra o nazi-fascismo e na paz, o que revelava forte inclinação adesista. Para que se faça justiça, deve-se esclarecer que isso era decorrência de uma direção sobre a qual Prestes não tinha influência, porque estava preso e impossibilitado de fazer contatos. Os principais responsáveis por essa palavra de ordem de apoio a Getúlio, na guerra e na paz, eram homens que depois se tornaram ultra-esquerdistas, como João Amazonas, Diógenes de Arruda, Maurício Grabois e Pedro Pomar.

Como foi na Itália?

A minha participação no combate se deu como soldado de um pelotão de transmissões de infantaria. Eu estive sete meses na linha de frente, não raro nos postos mais avançados, para instalar telefones e reparar linhas interrompidas. Passamos quatro meses nos Apeninos, debaixo do fogo da tropa alemã em Monte Castelo e arredores. Não vou dizer que a FEB teve um papel decisivo na guerra. Dos 25 mil brasileiros que partiram para a Itália, cerca de 15 mil estiveram em combate. Muito pouco em comparação aos milhões que lutaram na Europa. Nem por isso subestimamos a contribuição de sangue dos pracinhas brasileiros, sua tenacidade e heroísmo.

Mas o que nos interessa aqui é que a FEB teve uma base comunista. Nunca se falou nisso: é um aspecto da história da FEB abordado pela primeira vez. Essa base comunista incluía soldados e oficiais. Evidentemente, os contatos entre os seus membros eram precários, porque pertencíamos a unidades diferentes e atuávamos num *front* de 20 quilômetros. Contudo, vez por outra, conforme as circunstâncias, tornavam-se possíveis os contatos. Dessa base comunista na FEB saíram duas iniciativas relevantes. Uma delas foi a de um manifesto, em princípios de 1945, pelo restabelecimento do regime democrático no Brasil, argumentando que a FEB, que lutava contra o nazi-fascismo na Europa, não podia aceitar um regime antidemocrático em nosso próprio país. O manifesto recebeu a assinatura de cerca de 200 oficiais, o que causou enorme repercussão e, decerto, contribuiu para o desmoronamento do Estado Novo.

Rememória

A outra iniciativa foi a da fundação de uma Associação de Ex-combatentes, quando do nosso regresso ao Brasil. A associação não era comunista, como afirmaram oficiais reacionários, mas os comunistas tinham uma participação importante na diretoria. Possuía tanto prestígio que, depois de sua fundação, no Distrito Federal, surgiram outras associações em diversos estados. Realizamos, em 1947, um grande desfile no Rio de Janeiro, o primeiro dos ex-combatentes, em protesto contra a incúria do governo em relação aos pracinhas. A maioria era de gente pobre, com dificuldades de reintegrar-se à vida civil e encontrar empregos. Não poucos sofriam as seqüelas físicas e psíquicas da guerra. Tinham direito ao amparo do Estado.

A esta altura, desejo manifestar-me sobre uma questão que suscitou controvérsias internacionais. Os comunistas italianos e franceses foram criticados porque não tomaram o poder, no momento do colapso do exército alemão em seus países. Sem avaliar a linha política dos comunistas italianos e franceses — antes, durante e após a guerra —, considero a crítica infundada. Exagera-se a força política e militar de que dispunham os comunistas da Resistência. A iniciativa da tomada do poder implicaria confronto com as numerosas e bem armadas unidades militares dos EUA e da Inglaterra, prestigiadas diante das massas populares como libertadoras da ocupação nazista. Além disso, o Japão ainda não estava derrotado. Terrivelmente sangrada pelo conflito, seria fatal para a União Soviética virar as armas contra os aliados para apoiar insurreições fora de sua área de controle. Observei diretamente a conjuntura, porque me encontrava na Itália.

Qual era o clima político quando você voltou da Itália?

Quando voltei ao Rio, em agosto de 1945, encontrei o PC na legalidade, com sedes nos bairros e um Comitê Nacional, com placa, na rua da Glória. Minha sensação inicial foi de deslumbramento. No Rio de Janeiro, na companhia de uma dezena de ex-combatentes, tive o primeiro contato com um homem legendário: Luís Carlos Prestes. Ele nos concedeu uma audiência. Tinha saído da cadeia havia poucos meses. Mostrava as conseqüências físicas da longa prisão: magérrimo, tez extremamente pálida, olheiras fundas. Não manifestou interesse em saber o que tinha sido nossa experiência. Procurou aproveitar o tempo para transmitir suas idéias a respeito dos acontecimentos no país. Naquele momento, a orientação do PC era contra as duas candidaturas à presidência da República, tanto a de Dutra como a de Eduardo Gomes, consideradas gêmeas; e pela convocação de uma Assembléia Constituinte antes das eleições presidenciais. Na prática, isso confluía com os interesses do próprio Getúlio. Já havia, então, o chamado Movimento Queremista, o famoso “Queremos Getúlio”, que iria resultar na fundação do PTB.

Depois de alguns meses no Rio de Janeiro, regressei a Salvador. E aí se colocou para mim uma opção existencial. Eu podia concluir o meu curso de

direito e fazer carreira de advogado, ou continuar no jornalismo, na militância. Não vacilei em me tornar revolucionário profissional, isto é, em me dedicar, em tempo integral, à atividade do Partido Comunista. Tornei-me membro do secretariado do Comitê Municipal, em Salvador, depois membro do Comitê Estadual da Bahia. Mais tarde, passei a secretariar *O Momento*, diário que o partido fundou em Salvador. Em fins de 1946, fui convocado para fazer parte da redação do *Classe Operária*, órgão central do PC, o que aceitei imediatamente, porque implicava a transferência para a capital do país. Viajei ao Rio de Janeiro e, como redator do *Classe Operária*, assistia às reuniões do Comitê Central. O responsável do Comitê Central pela imprensa, Pedro Pomar, era quem mais vinha à redação. Mas eu tinha contato também com os outros dirigentes, na sede do Comitê Nacional. O secretariado era constituído por Prestes — secretário-geral — e pelas principais figuras da antiga CNOP: Arruda, Pomar, Amazonas e Grabois.

O PC vinha conquistando espaço, Prestes estava no auge de sua fama. Ele havia passado nove anos na prisão, ainda era o “Cavaleiro da Esperança”. No seu primeiro ano de legalidade, o PC teve 10% da votação nas eleições nacionais de dezembro de 1945, quando foram eleitos uma Assembléia Constituinte e o presidente da República. Notem bem, um coeficiente que o PT só veio a atingir, no plano nacional, nas eleições de 1986, seis anos depois de fundado! O Partido Comunista conseguiu eleger uma bancada de 14 deputados federais e um senador, o próprio Prestes, pelo Distrito Federal. E ainda elegeu, em 1946 e 1947, grandes bancadas em Assembléias Estaduais e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e de outras cidades: São Paulo, Recife, Fortaleza, Sorocaba, Santo André etc. A linha do PC era de ordem e tranqüilidade, caminho pacífico e eleitoral e de aliança com a chamada burguesia progressista. A revolução que se pretendia era democrático-burguesa e a burguesia tinha nela o seu lugar, o que levava o PC a recomendar aos operários que apertassem os cintos, que aumentassem a produtividade e que se entendessem com os patrões. Tudo isso em prol da luta contra o imperialismo e contra o latifúndio semifeudal. O que estaria atrapalhando o desenvolvimento do país era o que Prestes chamava “um grupelho fascista”, encastelado no poder ao redor do presidente Dutra. A consequência dessa linha política foi que o PC se viu inteiramente desprevenido quando a reação lançou uma ofensiva que o jogou na ilegalidade. Duas figuras de segundo plano, o deputado Barreto Pinto e Himalaia Virgulino, ex-procurador do Tribunal de Segurança Nacional, pediram a cassação do registro do PC, sob a alegação de que o partido teria ligações, inclusive de ajuda financeira, com entidades internacionais subversivas.

Foi convocada uma reunião de ativistas no Rio de Janeiro, no salão da Casa do Estudante, e Prestes nos fez uma preleção. E, ali, ele nos disse que a pretensão de jogar o partido na ilegalidade era ridícula, que não havia ambiente para isso, que não era do interesse da burguesia progressista colocar o PC na ilegalidade. A tentativa do “grupelho fascista” estava fadada ao fracasso. Tal

Rememória

orientação desmobilizou os militantes para denunciar e barrar a trama anticomunista. Mas, um mês depois dessa preleção, o Tribunal Eleitoral reuniu-se e, contrariamente às expectativas de Prestes, decidiu cassar o registro de funcionamento legal do PCB.

Uma vez que a decisão judicial só entraria em vigência no dia seguinte, houve, nas sedes do PC, um corre-corre para queimar documentos ou retirá-los. Mas alguns dos arquivos caíram em mãos da polícia, com os fichários de militantes. Nas semanas seguintes, com frequência, apareciam na imprensa do Rio de Janeiro, nas páginas de classificados, pequenas comunicações, às vezes com retratinhos, em que fulano de tal declarava que nunca teve nada a ver com o Partido Comunista do Brasil, que não foi militante etc. Eram pessoas cujas fichas tinham sido apreendidas e, pressionadas pelo DOPS, desmentiam publicamente qualquer vínculo com o PC. Mesmo porque a militância de 200 mil pessoas à qual o PC proclamou ter chegado era fictícia, numa proporção significativa. É uma cifra inchada, porque parte desses militantes foi alistada em mesinhas colocadas nas ruas, em festas e comícios, de maneira aleatória. Na verdade, tratava-se mais de eleitores ou de simpatizantes ocasionais.

E assim, em maio de 1947, o PC perdeu seu registro de partido legal e, em janeiro de 1948, também se consumou a cassação dos mandatos de seus deputados e vereadores eleitos. De volta à ilegalidade, o PC teve uma reação desequilibrada, que bem refletia a débil capacidade tática dos dirigentes. A primeira reação — e aí a influência principal foi de Prestes — consistiu em lançar uma campanha pela renúncia de Dutra. Ora, como exigir a renúncia, se o presidente Dutra estava com força total no Executivo e tinha maioria folgada no Parlamento, por meio do acordo do PSD com a UDN? Não havia movimento que pudesse conduzir a essa renúncia. A palavra de ordem se perdeu no vazio e o PC se retraiu. Ao mesmo tempo, em consonância com o aprofundamento da Guerra Fria no exterior, a política soviética tomou o rumo do endurecimento. Em 1948, realizou-se, em Varsóvia, a reunião de criação do Cominform*. Dessa reunião resultou a radicalização esquerdista dos regimes políticos do Leste Europeu. Depois da guerra, haviam se instalado governos de coalizão nesses países, com representantes de partidos tradicionais junto com os comunistas. Porém, a direção soviética resolveu responder ao desafio capitalista da Guerra Fria com a imposição de governos só de comunistas, chamados de “democracia popular”, que Stalin definiu como uma forma de ditadura do proletariado. Ou seja, estabeleceu-se em todo o Leste Europeu o regime de partido único. Nesta decisão de Stalin encontra-se a origem da derrocada recente dos governos da Europa Oriental.

* Sigla do Comitê de Informação, com sede em Bucareste, o qual editou o semanário *Por uma paz duradoura, por uma democracia popular!*

Como se desenvolve a trajetória do PCB nessa nova conjuntura?

Eu acredito que nós podemos, aqui, visualizar dois períodos: de 1948 a 1957, e de 1957 a 1964. O primeiro período é caracterizado pelo domínio de uma linha política de retórica revolucionária, de conclamação à luta armada para derrubar o poder existente e instaurar um regime democrático-popular. Era uma linha retórica porque inexistiam condições objetivas para sua concretização. Os acontecimentos reais marchavam em sentido contrário. Era a época em que o Brasil deslanchava para um desenvolvimento econômico acelerado, abria caminho à tendência da industrialização intensiva do país e o instrumento de hegemonia política da burguesia era o populismo. Com o ascenso da economia, a conclamação para a derrubada do regime não encontrou eco. Colocaram-se problemas diferentes para a classe trabalhadora, que ia adquirindo novas feições, com novos contingentes vindos do campo e das cidades do interior. Essa linha de retórica revolucionária fez com que o partido se tornasse cada vez mais sectário, fechado dentro dele mesmo. O núcleo dirigente, que comandava o Comitê Central, era constituído por Prestes, Arruda, Amazonas e Grabois. Homem fantasmagórico, Prestes nunca ia às reuniões do Comitê Central. Presumia-se que se reunisse apenas com a Comissão Executiva. Arruda falava em nome dele. E isso dava a Arruda um poder incontrastável. A propensão de Arruda à arbitrariedade, à grosseria, e mesmo ao tratamento brutal dos companheiros, acentuava-se pelo fato de ele ser o representante do “grande guia”. Aqui é interessante observar que Pedro Pomar, destacado integrante do núcleo dirigente desde a época da CNOP, vai, a partir de 1948, perdendo posição, até acabar como suplente do Comitê Central, dirigente de um comitê distrital de São Paulo. Essas sucessivas quedas na hierarquia partidária nunca foram explicadas. Ele simplesmente era rebaixado de um cargo para outro, sem satisfações aos coletivos de militantes. Eu tenho para mim que Pomar discordava das decisões do núcleo dirigente, ao qual ele próprio pertenceu. E, como a história comprovou, Pomar foi um homem de integridade pessoal admirável. Tomava posições políticas sem se importar com a preservação de cargos de prestígio e poder.

A essa altura, fui transferido para o Comitê Metropolitano carioca, no qual assumi a Secretaria de Agitação e Propaganda, aprendi bastante no contato com bases operárias. No final de 1950, fui para o Comitê Estadual de São Paulo, que tinha Carlos Marighella como secretário político. A direção estadual se empenhava, naquele momento, na reestruturação do partido, sobretudo mediante drástica redução do seu quadro de quase 500 funcionários profissionais, a maioria dos quais vivia praticamente numa situação de lúmpen, porque não recebia quase nada para se manter. Mas o principal é que enraizamos o partido nas fábricas, por meio de uma política de procurar entender as reivindicações dos operários e ligar-se a eles.

Rememória

Assim, contrariamente ao que propunha a linha política, nossos militantes foram se aliando aos militantes trabalhistas e católicos, nas próprias empresas, o que vai gerar efeitos muito importantes, sobretudo na eclosão da greve geral de março/abril de 1953, com 300 mil operários parados na cidade de São Paulo, abrangendo cinco categorias: metalúrgicos, têxteis, vidreiros, gráficos e marceneiros. Essa greve, que durou um mês, acabou vitoriosa. A greve havia sido precedida de estrondosa passeata de 100 mil trabalhadores, a chamada “passeata das panelas vazias”, em que as mulheres desfilaram batendo panelas.

Em 1948, com a virada sectária, uma das orientações da direção nacional consistiu na recomendação de saída dos sindicatos. Estes haviam sofrido intervenção policial do Ministério do Trabalho, o que provocou o expurgo dos militantes comunistas. O PC criou, então, os chamados Centros Operários. O maior número surgiu em São Paulo. Havia os centros do Ipiranga, Brás, Tatuapé, Mooca etc. Mas o que acabava acontecendo é que quase somente comunistas compareciam às reuniões. Eles não tinham força efetiva dentro das empresas. Diante do fracasso da experiência, a Comissão Executiva adotou uma resolução, depois referendada pelo Comitê Central, em 1951, de dissolução desses centros e volta dos comunistas aos sindicatos oficiais, para atuar lá dentro, fossem quais fossem as dificuldades. Isso teve efeito positivo, porque os comunistas puderam chegar à massa nas empresas, assumindo posição de liderança na organização da greve dos 300 mil, cujo quartel-general ficou sediado no Sindicato dos Têxteis, presidido pelo trabalhista Nelson Rustici. Essa greve, na minha opinião, marca o início do grande ascenso no movimento operário, que será interrompido somente com o golpe de 1964.

Assim, contornando o sectarismo da linha política, os próprios militantes ampliavam as suas alianças. E a direção em São Paulo, com Marighella à frente, era bastante sensível a esta prática. Vez por outra, defrontava-se com acusações de direitismo e oportunismo, que vinham da Comissão Executiva. Todavia, não percebíamos como os efeitos concretos da atuação dos militantes contradiziam a linha política por nós mesmos defendida. Deve ficar claro que assumo pessoalmente esta autocrítica.

O PC tinha uma boa quantidade de publicações. Em São Paulo, havia um jornal diário chamado *Notícias de Hoje*. Outros diários eram *O Momento*, na Bahia, a *Tribuna Gaúcha*, em Porto Alegre, e a *Folha do Povo*, no Recife. O *Notícias de Hoje*, por exemplo, tirava de 3.000 a 4.000 exemplares por dia. Com os recursos disponíveis, era um jornal mal editado e mal impresso. Na greve dos 300 mil, a tiragem aumentou para 25 mil. O *Notícias de Hoje* tornou-se o portavoz dos grevistas, pois era o único jornal que informava o que estava acontecendo no meio sindical, acompanhava as assembléias e os piquetes. Havia piquetes de 5.000 operários, que saíam pelos bairros e iam fechando as fábricas porventura abertas. Ocorriam choques violentos com a polícia. Quando a greve acabou, o

jornal “mixou”, porque o leitor comum queria um diário que tivesse boa seção de esportes, notícias policiais, política nacional e internacional, cinema e outras diversões, essas coisas que não tínhamos condições de oferecer. Era uma época de ascenso mundial do marxismo. Intelectuais de primeira linha vieram ao partido ou dele se aproximaram. No período da legalidade, de 1945 a 1947, o PC ostentava entre seus militantes nomes como os de Oscar Niemeyer, até hoje comunista; Cândido Portinari, que depois se afastou; Carlos Drummond de Andrade, que não chegou a ser militante, mas pertenceu ao Conselho Editorial da *Tribuna Popular*; Monteiro Lobato, autor de um folheto a favor da reforma agrária; Graciliano Ramos, que, mais tarde, cederia a casa dele, nas Laranjeiras, para reuniões clandestinas; e Jorge Amado, militante desde os anos 30. Em São Paulo, os intelectuais que encontrei não eram menos brilhantes: Mário Schenberg; Villanova Artigas; Caio Prado Jr.; Samuel Pessoa; o maestro Edoardo de Guarnieri, o médico David Rosemberg, o arquiteto Luís Saia, o pintor Clóvis Graciano, o casal de cientistas Olga e Sebastião Baeta e outros. Eu era o membro da direção encarregado de manter contato com a intelectualidade. Lembro que Artigas, um dos principais arquitetos brasileiros, fez uma viagem à União Soviética e retornou perplexo e irritado, porque a arquitetura praticada na URSS era antiquada e de mau gosto. No entanto, os soviéticos proclamavam que aquela era a autêntica arquitetura socialista.

Eu me recordo também que a primeira Bienal de São Paulo, em 1952, teve à frente de sua organização um comunista: Luís Saia, já falecido. Essa primeira Bienal de certo modo oficializou a pintura abstracionista no Brasil, e deu a ela impulso irresistível. Assisti a várias reuniões em que se discutia a atitude dos comunistas, em sua maioria hostis à Bienal. Eu não entendia de pintura. Gostava dela, porém não dispunha de um balizamento estético. Minha primeira reação foi contrária à arte abstrata. Julgava-a anti-realista e, portanto, oposta a uma estética inspirada pelo marxismo. Depois mudei de opinião e de gosto estético: a arte abstrata abre espaço a diferentes explorações de forma, estilo e conteúdo. Hoje sou sensibilizado pelos quadros figurativos e também pelos abstratos.

Nesse período, consolidou-se minha relação com Marighella. Não só de companheirismo como de amizade, porque tínhamos reuniões freqüentes e conversávamos fora delas. Marighella era exigente no cumprimento das tarefas, porém se preocupava com os problemas pessoais dos companheiros: se estavam alojados em locais seguros e razoavelmente confortáveis, se tinham dinheiro para comer, enfim, era uma pessoa com quem a gente podia se abrir, algo quase impossível com Arruda e outros da alta direção.

Você podia falar dos Cursos Stalin, promovidos pelo PCB?

O PCB começou a fazer um grande esforço de educação, a partir de 1952. Criaram-se escolas para cursos de duração variável, reunindo militantes de todos os

níveis. Passei a dar aulas nesses cursos. Em 1953, a direção nacional instituiu os chamados Cursos Stalin. Eu assisti, como aluno, a um desses cursos no Rio, e depois fui designado professor. Quem lidava diretamente com o setor de educação era o Arruda. De 1952 até 1956, o PCB criou um aparelho de educação de extraordinárias dimensões para um partido na clandestinidade. Creio que, em certo momento, devia haver cerca de 40 escolas funcionando em todo o país. Os militantes se fechavam dentro de uma casa, e ficavam ali durante todo o tempo, de uma semana a um mês, ouvindo, lendo, discutindo e sendo sabatinados. Basicamente, o Curso Stalin, com duração de um mês, constava de comentários sobre a União Soviética, tomando como “gancho” uma das últimas obras de Stalin, *Problemas econômicos do socialismo na União Soviética*, repleta de erros teóricos e prognósticos não confirmados, como hoje se pode ver. Para nós, naquela época, era a última palavra do maior gênio da humanidade. Tratava-se de fortalecer nos militantes a fidelidade à mãe pátria socialista, cuja defesa constituía princípio incondicional, incompatível com a mínima crítica. A par disso, havia uma parte do curso dedicada ao Brasil, que girava em torno de considerações sobre a sociedade brasileira, a sua estrutura de classes etc. Tudo na base de dados precários e raciocínios viciados. Eventualmente, textos dos autores clássicos do marxismo eram fornecidos para estudo e comentário.

Esses cursos se inseriram num esforço que não era só brasileiro, mas mundial, do movimento comunista. A intenção consistia em transmitir um cânone doutrinário uniformizado, que vinha de Moscou e do Cominform. Tratava-se de inculcar uma série de fórmulas do que eu hoje chamaria de marxismo bastardo na cabeça de centenas de milhares de militantes do mundo inteiro, os quais, com isso, passavam a pensar de maneira padronizada. Não pretendo aqui me desculpar. Minha cultura marxista se iniciou pela via da adesão ao stalinismo. Stalin achava-se no auge: aparecia como o supremo vencedor da guerra, era considerado um herói inexecutável e nós não tínhamos acesso a fontes de informação para pensar de modo contrário. Não acreditávamos então em nada que Trotski denunciou. Eu aceitava a versão stalinista do marxismo, sem discuti-la. Não tinha crise de consciência por ser professor em um curso chamado Stalin. Entretanto, por mais modesto que eu fosse como intelectual, não podia deixar de ter dúvidas. Percebia as contradições da obra de Stalin, a sua qualidade visivelmente inferior em comparação às de Marx, Engels e Lenin; os chavões dos materiais teóricos soviéticos; os jargões bajulatórios em relação ao próprio Stalin. Mas, intimamente, eu sufocava tais percepções. E considerava que não passavam de fenômenos secundários, sem importância. Importante era o avanço da causa, que notoriamente se processava no plano mundial e certamente se daria no Brasil. Minha consciência se aplacava com semelhante explicação. Eu me apegava à máxima que Brecht incorporou a uma de suas obras: a de que “é melhor errar com o partido do que acertar fora dele”. Para mim, uma norma definitiva. Os

cursos do PCB não incluíam apenas conceitos doutrinários e orientações políticas, mas também certas normas éticas e de comportamento partidário. Porque se procurava formar o militante dentro do padrão de abnegação total à causa do partido. “O partido é tudo”, dizia-se. Conseqüentemente, as massas vinham em segundo lugar. Nos cursos, sempre se ressaltavam as biografias daqueles que morreram lutando, suportando sacrifícios. O militante devia ser capaz de sofrer necessidades e resistir na situação extrema de tortura. Ao mesmo tempo, introjetava-se nele o comportamento do indivíduo servil, obediente, sem capacidade crítica diante de seus superiores partidários. Eu não podia compreender como companheiros podiam ser tão heróicos nas situações de perigo e, no entanto, mostrar-se tão subservientes, tão incapazes de revide, diante de críticas humilhantes feitas por altos dirigentes. Para citar um caso extremo, porém não raro, um indivíduo boçal, como Diógenes de Arruda, se atreveu a gritar para Astrojildo Pereira: “Você não é escritor coisa nenhuma, você é um semi-analfabeto.” Astrojildo engoliu o insulto porque tinha passado 15 anos fora do partido e não tolerava a idéia de uma nova expulsão. Tendo fundado o partido, queria morrer dentro dele. Dispensando referências ao valor de Astrojildo Pereira como escritor, inovador, em especial na área dos estudos machadianos. Assim, o que se chamava de centralismo democrático era, na verdade, um centralismo despótico. Esse tal de núcleo dirigente mandava e desmandava em nome de Prestes, que não aparecia. Um fantasma em nome do qual se perpetravam barbaridades. O período ao qual estou me referindo terminou por diversas razões. Em primeiro lugar, a ação concreta dos militantes e também de certas direções, como a de São Paulo, contrariava a linha política. Na prática, nós lidávamos com as questões dos sindicatos; com a campanha pelo monopólio estatal do petróleo, em que o PC teve atuação destacada; com o trabalho entre os camponeses, nas suas variadas categorias; com as mulheres, os intelectuais, os estudantes. Esses eram os temas da vida diária que enfrentávamos e a respeito dos quais devíamos dar resposta às solicitações dos militantes nos diferentes meios sociais. Isso foi acumulando uma prática que contrariava a linha política. O desencontro chegou ao limite no momento em que Getúlio [Vargas] foi acuado, na crise de agosto de 1954, que culminou no suicídio do presidente. Seguindo sua linha política, o PC vinha atacando Getúlio durante todo o seu governo, acusando-o de ser um representante das forças do imperialismo. O projeto de programa do PC, lançado em janeiro de 1954, dizia: “Abaixo o governo de traição nacional de Getúlio Vargas.” E eis que se deflagra a crise. Carlos Lacerda sofre um atentado, morre o major Vaz, da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, e todas as forças reacionárias se lançam furiosamente contra Getúlio. Com espanto, verifica-se que o que há de mais reacionário e pró-imperialista tem a mesma palavra de ordem que o PCB! Só no finalzinho da crise é que o PC “desconfiou” de que algo estava errado e Prestes, lá do seu esconderijo, deu uma entrevista, na qual o PCB se coloca contra os

golpistas e afirma que, dadas as circunstâncias, o governo devia ser apoiado. Mas, ao mesmo tempo, Prestes fez acusações pesadas contra Getúlio, de tal forma que o leitor dificilmente seria convencido a apoiá-lo. Ou seja, apesar de Getúlio ser um canalha, de ser responsável por isso e aquilo, nós iríamos defendê-lo só porque os outros eram piores. A entrevista não serviu para nada. No dia do suicídio de Getúlio, o Rio de Janeiro virou uma praça de guerra. Os comunistas saíram às ruas sem precisar da orientação das direções, para, junto com os trabalhadores, protestar e acompanhar o féretro do presidente, cuja vida se encerrou num ato de tragédia de Shakespeare.

Entretanto, em Porto Alegre, o jornal do partido, *Tribuna Gaúcha*, foi depredado pela massa revoltada porque, durante quatro anos, o jornal fez campanha sistemática contra Getúlio. A partir daí, vai-se percebendo que havia uma disjunção entre a linha política e a realidade.

Em 1955, o partido tentou articular a candidatura do general Estilac Leal para a presidência da República. Era um militar que havia sido ministro da Guerra do governo de Getúlio, porém tinha contatos com gente do partido e certas inclinações esquerdistas. Inesperadamente, Estilac morreu. Então, o partido resolveu apoiar Juscelino Kubitschek, candidato do PSD. Esse apoio teve, talvez, importância decisiva para a vitória de Juscelino, pois ele venceu por meio milhão de votos. E meio milhão era, aproximadamente, o eleitorado do PC naquela época. No 4º Congresso partidário, realizado em novembro de 1954, em São Paulo, retirou-se do programa a fórmula “Abaixo o governo de traição de Vargas” e colocou-se “Derrubar o governo de traição nacional”. Quer dizer, o governo que existisse no momento. Mas como derrubar o governo de Juscelino, eleito com os votos do partido? A direção se calava sobre essas contradições formais. Porém, é claro, os militantes não eram pessoas estúpidas! Neste mesmo congresso, um congresso manipulado, com delegados escolhidos a dedo, fui eleito suplente do Comitê Central. Em meados de 1955 segui para a União Soviética e me integrei na segunda turma brasileira que fez o curso da escola superior do Partido Comunista soviético. Passei dois anos ali, integrando uma turma de 50 brasileiros, chefiados por Maurício Grabois.

No que consistia o currículo dessa escola?

Estudava-se materialismo dialético, teoria do Estado, economia, política, história do movimento operário mundial, história da União Soviética, história do Partido Comunista da União Soviética, além de noções de geografia e literatura russa. Durante o curso, realizou-se o XX Congresso do PC da União Soviética. O Arruda foi ao congresso como representante brasileiro, e a ele se juntaram Grabois e Jover Telles, participantes do curso em Moscou. Para nossa surpresa, o jornal *Pravda* começou a publicar artigos e discursos de vários dirigentes com críticas a Stalin. Depois, veio o famoso informe confidencial de Kruchev. Não o lemos

porque não nos foi distribuído. Só circulava dentro do âmbito do próprio PCUS. Mas nós ouvimos conferências de professores que nos transmitiram seu conteúdo. O informe fez a primeira revelação oficial de parte dos crimes de Stalin. Esse congresso vai abalar o PCB. Em maio de 1956, o informe foi publicado na íntegra pelo *New York Times* e pelos grandes jornais do mundo inteiro. Aqui no Brasil ele foi, a princípio, declarado falso pelos comunistas. Porém, Arruda, ao regressar da viagem, confirmou a autenticidade do documento. Conforme já relatei no meu livro, *Combate nas trevas*, Arruda percebeu que a onda ia virar contra Stalin. E ele, que era um expoente do stalinismo no Brasil, o dirigente que mais procurava personificar o comportamento stalinista, até mesmo imitando fisicamente o “grande chefe”, procurou se apresentar como representante da nova tendência aparentemente em ascenso, para descarregar a responsabilidade do stalinismo exclusivamente sobre Prestes. Lá na União Soviética, o informe provocou na nossa turma de estudantes um rebuliço tremendo e eu, particularmente, entrei em grande agitação: para mim, aquilo era um problema de consciência, porque eu tinha sido um colaborador ativo do stalinismo. Comecei a falar abertamente a respeito desses problemas, o que me transformou em alvo dos intransigentes, dos inconformados com as denúncias do XX Congresso. A tal ponto, que se realizou uma assembléia geral na qual fui posto em julgamento. Precisei usar de habilidades de advogado para provar que estava apenas reproduzindo as revelações do informe confidencial de Kruchev.

Aqui no Brasil, uma vez constatado que o informe era autêntico, realizou-se uma reunião do Comitê Central e logo Arruda se viu desmascarado. A direção do *Voz Operária* abriu uma discussão por conta própria, começando por um artigo célebre de João Batista de Lima e Silva, redator do jornal, intitulado “Uma discussão que está em todas as cabeças”. E o *Voz* passou a aceitar artigos de quem quisesse entrar na discussão. Jorge Amado mandou um artigo no qual falava em “mar de lama”. A polêmica se estendeu às páginas do *Imprensa Popular*, jornal diário do PCB. Criou-se uma situação muito delicada: a direção perdeu o controle de seus órgãos de divulgação e muitas bases se insurgiram, inclusive comitês estaduais. Nesse momento, aconteceu a revolta dos operários de Poznan, na Polônia, sufocada pelas Forças Armadas, com dezenas de mortos. Naturalmente, a revolta foi atribuída ao imperialismo, mas, na verdade, era uma revolta contra os péssimos resultados da política econômica e contra a direção stalinista. No final de 1956, ocorreu a revolta na Hungria. Acompanhei tudo isso porque tínhamos, no quarto onde eu morava, um rádio que pegava em ondas curtas. Recordo-me de que estava sozinho no quarto e liguei o aparelho. Naquele dia, o locutor de Budapeste dizia, desesperado, em inglês: “Nossa rádio está nas últimas. Os tanques soviéticos se aproximam. Centenas de pessoas estão combatendo nas ruas. Apelamos para a solidariedade internacional. Não temos condições de deter o avanço dos tanques soviéticos.” Consegui

Rememória

ouvir durante cerca de uma hora, até que a rádio cessou de transmitir. Isso me causou uma impressão terrivelmente perturbadora. Já no final de 1956, notei uma mudança na atitude dos dirigentes soviéticos, depois do episódio da Hungria. Cautelosos em suas afirmações, diziam que o momento não era de discussão; que o momento era de trabalho, de disciplina. Aparentemente, brechava-se o processo de abertura.

Diante do que estava acontecendo no Brasil, tomou-se a resolução de que os membros do Comitê Central, integrantes da turma em Moscou, deviam abreviar seu curso e retornar. Então, foi-se organizando a saída deles — eram 15 — em grupos de dois ou três. Eu fui o último a regressar. Certamente, influiu nisso a minha posição anti-stalinista combativa. Voltei para o Brasil em abril de 1957. Ao chegar, peguei a última sessão da reunião do Comitê Central, da qual participou Agildo Barata, o líder da dissidência. Foi a última vez que vi Agildo pessoalmente. Bem-humorado, muito afável, Agildo era mais um nacionalista que um comunista. Depois dessa reunião, ele acabou formalizando a sua saída do partido. Eu ainda peguei o final da discussão que estava se travando nas páginas da imprensa partidária, já depois que os jornalistas rebeldes foram expulsos. Reuniram-se comunistas avantajados, que invadiram as redações e puseram para fora os redatores que tinham aberto as páginas do jornal para qualquer tipo de colaboração.

Você não sofreu retaliações?

Não, porque eu não era dissidente, não era a favor da posição de Agildo. A minha posição, por um partido renovado, anti-stalinista, tinha uma grande base de apoio e, por isso mesmo, assumi a direção do *Imprensa Popular*, e o Mário Alves, que tinha pensamento idêntico, a direção do *Voz Operária*. Prestes, nesse ínterim, ficou chocado com as atitudes de Arruda, em quem ele depositava absoluta confiança. O homem que lhe permitiu encontrar uma saída, porque ele próprio não tinha condições, tal a sua confusão, foi Giocondo Dias. Giocondo havia sido, durante dez anos, o homem que resolvia os problemas práticos do aparelho de Prestes. Dias passou a descer às bases, e entrou em contato comigo e com Mário Alves. Tomou conhecimento das idéias que estavam circulando e procurou convencer Prestes a mudar de posição. Isso levou à primeira reunião em que Prestes apareceu pessoalmente no Comitê Central, após dez anos, em julho de 1957, quando já se avançariam certas mudanças na linha política e se procederia a uma mudança também na Comissão Executiva, o órgão mais alto do partido. Nessa reunião, o antigo núcleo dirigente foi afastado, exceto Prestes. Exatamente porque mudou de posição, ele também salvou seu cargo de primeiro dirigente. Saíram Arruda, Grabois e Amazonas, e entraram Giocondo Dias e Mário Alves para a Executiva. As coisas, então, encaminharam-se para outro episódio de grande significação na história do PCB, que é a “Declaração de Março”. Havia sido escolhida uma comissão para apresentar sugestões

sobre a linha política. Não esperávamos que essa comissão apresentasse nada que permitisse um avanço. Então, o Dias, de acordo com Prestes, coordenou uma comissão secreta, desconhecida para o Comitê Central e para a própria Executiva. Somente o Prestes e o Dias teriam conhecimento do trabalho dessa comissão, encarregada de elaborar um documento que Prestes apresentaria ao Comitê Central como alternativa. Essa comissão, coordenada pelo Dias, tinha, além dele próprio, a presença de Mário Alves, Alberto Passos Guimarães, Armênio Guedes e eu. De dezembro de 1957 a fevereiro de 1958, trabalhamos na feitura do documento. Em março, o Comitê Central se reuniu e, com pequenas alterações e os votos contrários de Amazonas e de Grabois, o documento foi aprovado. Daí o seu nome de “Declaração de Março”. Até hoje, o PCB, que ainda sobrevive, considera este documento como sendo o ponto original de toda a sua história moderna. O que trazia de novo a Declaração? Ela procurou colocar a atuação do partido em consonância com a realidade que o Brasil atravessava. Dessa maneira, privilegiava a luta antiimperialista e a luta pela reforma agrária, com o aproveitamento da situação democrática existente no governo de Juscelino Kubitschek. Identificava-se uma ala nacionalista e democrática no governo de JK, a qual os comunistas deviam apoiar. Ao mesmo tempo, o documento continha uma diretriz estratégica, que já vinha de antes, a da revolução democrático-burguesa, antiimperialista e antifeudal. Por conseguinte, não compreendia a história do país, que já não carecia de revolução democrático-burguesa. O documento conduzia a uma posição apologética em relação ao desenvolvimento capitalista característico da época de Juscelino. A conseqüência lógica consistia em colocar a burguesia nacional como força revolucionária, com a qual se deveria marchar. Isso ia abrir caminho para as oscilações do PCB, nesse segundo período que abarca os anos de 1957 a 1964.

As teses aprovadas no 5º Congresso, em 1960, representaram um desenvolvimento da Declaração, uma formulação mais concatenada, mais minuciosa. No 5º Congresso fui eleito membro efetivo do Comitê Central. Houve a cisão do PCdoB [Partido Comunista do Brasil], em 1962. O PCB passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro. E, dentro dele, do Comitê Central, vai-se formando uma minoria divergente do caminho claramente conciliador que a maioria propugnava e aplicava. Sobretudo quando Jango [João Goulart] assumiu a presidência, em setembro de 1961. Foi juntamente com ele que se fizeram as greves nacionais de 1962, o que conduziu ao plebiscito de janeiro de 1963, que acaba com o regime parlamentarista e devolve os poderes presidenciais a Jango.

À frente do PCB, quem dava o tom eram o Prestes e o Dias. Marighella, que havia colaborado ativamente para a mudança das posições políticas e da direção nacional, e que, depois de Prestes, era a figura de maior prestígio no partido, foi afastado e ficou durante cerca de três anos, até 1964, numa situação de certo modo secundária. Giocondo Dias se tornou o segundo homem. Ele e Prestes é

que faziam a alta política do partido. Quem se entendia com Jango, Santiago Dantas [ministro das Relações Exteriores] e outros altos dirigentes políticos eram Prestes e Dias, que controlavam também a direção sindical, a direção camponesa, a frente nacionalista e as demais frentes de trabalho de massas, bem como o aparelho do PCB.

Aqui, desejo inserir uma observação, antes de chegar ao golpe de 1964. No meu livro *Combate nas trevas*, faço uma crítica cerrada, sem dúvida alguma, à atuação de Prestes como principal dirigente do partido durante cerca de 40 anos. Esse aspecto do meu livro tem sido objeto de reparos por parte de leitores. Eles consideram que, sob este aspecto, perdi o distanciamento de historiador e me deixei levar por uma certa passionalidade. Na verdade, penso que procurei sempre conservar a análise objetiva e fria dos eventos. Se, no caso de Prestes, a dose de crítica parece excessiva a alguns, isso tem uma razão: é que ele vinha, naquela época, dando sucessivas entrevistas em que recompunha a sua biografia e a sua imagem histórica, culminando numa entrevista longa, que se transformou em livro, *Lutas e autocríticas*. Aí ele se refere a numerosos fatos de sua longa trajetória, com distorções e falsificações. Eu, como historiador, não podia silenciar. Então, por isso é que a dose parece excessiva. É preciso considerar quem foi Prestes, o poder que ele teve durante decênios nos meios de esquerda, o mito que foi e ainda é. Eu não devia, nem queria, perder a oportunidade do livro que estava escrevendo para desmontar, na medida de minhas forças, esse mito de tantas conseqüências negativas para os comunistas e, em geral, para o movimento operário brasileiro.

E chegamos ao golpe de 1964...

O golpe de 1964 pegou o partido completamente desprevenido. Havia a euforia do comício do dia 13 de março*, parecia que Jango tinha base sólida nas Forças Armadas — o famoso dispositivo militar do general Assis Brasil — e contava com grande apoio dos sindicatos, das forças políticas, da Frente Parlamentar Nacionalista. Mas a conspiração interrompeu tudo isso e o golpe de 1964 me surpreendeu em Goiânia, onde eu estava fazendo conferências. Fui para São Paulo já na clandestinidade, consegui um contato com a direção a muito custo. A luta interna já estava deflagrada. As posições vão-se delineando. No final de 1964, fui para o Rio Grande do Sul, para fazer parte da direção estadual do partido, que tinha restrições muito sérias à linha política.

Um ano depois do golpe, em maio de 1965, o Comitê Central realizou sua primeira reunião. Mário Alves estava na prisão, junto com alguns outros companheiros. Marighella compareceu, prestigiado porque tinha lutado com exemplar coragem contra a polícia, quando foi preso dentro de um cinema na Tijuca.

*Comício realizado de frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, de apoio ao governo Goulart e às reformas de base.

Nessa reunião, Marighella tinha como objetivo manter-se na Comissão Executiva a fim de tirar proveito em favor de suas posições. Ele já estava com idéias a respeito do desencadeamento da luta armada, mas considerava que ainda era cedo para romper com o PCB. Como eu não alimentava pretensões nesse sentido, coloquei-me abertamente contra o informe apresentado pela Executiva, que era, em termos sucintos, uma justificação da política anterior, do 5º Congresso: “O erro não foi da linha, foi da sua aplicação, uma aplicação esquerdista.” Por esse *esquerdismo* não eram responsáveis aqueles que tinham postos decisivos no partido, mas justamente os que não tinham, como era o meu caso, o de Mário Alves, o de Apolonio de Carvalho e de alguns outros. Quer dizer, os bodes expiatórios já estavam escolhidos. Critiquei duramente o informe, e votei contra ele. Fui o único voto contrário. Houve cinco abstenções. A partir daí se desenvolveu a luta interna. Marighella, continuando na Comissão Executiva, elegeu-se primeiro-secretário do Comitê Estadual de São Paulo, o que representou a conquista de uma posição de grande importância. Apolonio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos, também divergentes do direitismo da maioria, dirigiam o Comitê Estadual do Rio de Janeiro. Éramos uma oposição de seis elementos no Comitê Central. Sob a influência de Marighella, Câmara Ferreira rompeu seus vínculos com Prestes e passou a atuar em favor da oposição, no Comitê de São Paulo. Havia outros companheiros do Comitê Central que não concordavam com a linha política, mas não se atreviam a dar o passo decisivo de romper com o PCB.

No livro *Combate nas trevas*, refiro-me à última reunião do Comitê Central à qual eu compareci. Uma reunião repleta de acusações, na qual Prestes lançou mão de uma verdadeira chantagem. Na sua intervenção, ele disse que os companheiros dissidentes cuspiam no prato em que comiam, porque era o partido que os sustentava e às suas famílias. Esse argumento não era ineficiente, como se pode pensar, para revolucionários. Porque, na clandestinidade em que nos encontrávamos, que perspectiva poderia haver para dirigentes operários de 40, 50 anos, se, de repente, se vissem sem nenhuma fonte de rendimentos? Esse é um drama por que passa muita gente que milita no movimento revolucionário, que envelhece nele. Quando chega a velhice, não há INPS, nem sempre há filhos que possam servir de amparo, e fica-se recebendo esmolas do PC. Isso anula velhos revolucionários do ponto de vista político e, psicologicamente, é pavoroso.

Eu desmascarei a intervenção de Prestes e disse que aquilo era uma chantagem indigna, motivo pelo qual, a partir dali, me recusava a receber qualquer ajuda financeira do Comitê Central. Passei a viver, na clandestinidade, de traduções de livros, cujas encomendas conseguia por intermédio de companheiros com vida legal.

Eu sabia que aquela era a última reunião da qual participaria, mas possuía antigos laços de amizade com alguns daqueles que iam ficar no PC e depois

Rememória

seriam assassinados pela repressão. Não faço aqui nenhuma discriminação com relação a Orlando Bonfim Júnior, a David Capistrano da Costa, a João Massena de Melo e outros. Considero-os companheiros que honraram o movimento revolucionário, apesar de todas as divergências que tive com eles. Foi uma despedida emocionada. Sabíamos que não íamos nos reencontrar tão cedo, talvez jamais. A partir daí, as coisas se aceleraram. Fizemos uma reunião em outubro de 1967, em Niterói, procurando, diante das punições disciplinares impostas pelo Comitê Central, agrupar os dissidentes. Vieram companheiros de vários estados do país: Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Paraná. Mas não veio ninguém ligado a Marighella. Nós já sabíamos que Marighella não iria marchar conosco. Porém, se todos aqueles que compareceram à reunião de Niterói se mantivessem unidos, nós teríamos um partido que seria tão grande quanto o próprio PCB. Infelizmente, não foi isso que se verificou. Daí saíram os fundadores do PCBR, saíram companheiros que foram para a ALN [Ação Libertadora Nacional], outros para o POC [Partido Operário Comunista], outros para o VPR [Vanguarda Popular Revolucionária] e para o PCdoB. Houve uma fragmentação, e o esforço unitário ficou anulado. Este processo de fragmentação me deixou cético quanto às perspectivas futuras das várias dissidências.

E quanto a Marighella?

Marighella tinha ido para Cuba em meados de 1967, onde deu uma entrevista à rádio Havana, que repercutiu no Brasil. Isso motivou sua exclusão do Comitê Central. A viagem a Cuba conduziu Marighella a uma posição foquista*, à qual já estava propenso. Posição foquista com algumas alterações que, na minha opinião, não são importantes. O essencial da nossa divergência é que Marighella não queria saber de organizar um novo partido. Ele achava que o partido era mera burocracia, que a liderança das massas devia ser a própria liderança da luta guerrilheira. E o militante que ele precisava era aquele que pudesse pegar em armas ou colaborar nas tarefas logísticas da luta armada. Já Mário [Alves], Apolonio de Carvalho e eu próprio pensávamos ser necessário organizar um partido para dirigir e travar a luta armada. Não aceitávamos a teoria foquista procedente de Cuba.

Em abril de 1968, fizemos a reunião de fundação do que veio a ser chamado de Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Aprovamos um documento, redigido por Mário Alves. Fizemos um balanço das nossas forças e, em seguida, elegemos um Comitê Central. Presente à reunião, Jover Telles abriu logo as baterias e convidou os dissidentes da Guanabara, que entraram com ele no PCBR, a passarem para o PCdoB. O documento que escreveu a respeito, intitulado

* Teoria da luta guerrilheira revolucionária desenvolvida por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara a partir da experiência da Revolução Cubana de 1959.

“Reencontro Histórico”, foi publicado pelo *Jornal do Brasil*. Mário Alves redigiu uma resposta, também publicada, nas suas partes principais, pelo JB. Como se pode ver, já começamos com perdas. Apesar disso, o PCBR tinha força na Guanabara, no estado do Rio e era uma das organizações de esquerda daquela época que tinha mais força no Nordeste. Sobretudo em Pernambuco, Bahia e Ceará. Em São Paulo existia uma base fraca, porque os militantes, dissidentes do PC, estavam com a ALN e a VPR. Assim mesmo, tivemos certo crescimento. Eu fiz uma análise desse período que marcou a nossa esquerda e considero que a raiz teórica do erro que as organizações cometeram foi a de partirem do princípio da violência incondicionada. Não da violência revolucionária, que sempre é condicionada por fatores históricos, que não é feita por vanguardas, seitas, mas por classes sociais. A consequência só podia ser a derrota.

De fato, a opção era a luta armada imediata ou o pacifismo do PCB. Esse foi o dilema desastroso também para nós do PCBR. Porque, embora quiséssemos construir um partido, ligarmo-nos às massas, o que era muito difícil naquela época, nós fomos arrastados pelo turbilhão do fascínio das armas. Havia uma certa posição de revanchismo diante da vitória da repressão. Uma psicologia do revanchismo romântico, eu diria. E havia fatores internacionais: a incitação de Cuba, que treinava militantes para a guerrilha; a incitação da China, que também treinou guerrilheiros; a Guerra do Vietnã, que entusiasmava a todos; o movimento de maio de 1968, na França e em outros países europeus; o assassinato de Martin Luther King, que deu motivo a tremendas agitações dos negros nos Estados Unidos; e a Primavera de Praga, sufocada pela força militar do Pacto de Varsóvia. Tudo isso, evidentemente, inspirou a nós todos. Mesmo a morte de [Che] Guevara não deteve a tendência militarista na esquerda. Pelo contrário, a derrota da guerrilha na Bolívia converteu-se num estímulo, mais um elemento para a psicologia da revanche. Bom, sabemos como a coisa terminou.

No começo de 1970 você foi preso. O que significou a prisão para você naquele momento?

Essa foi uma experiência tremenda, uma das mais pungentes da minha vida, talvez mais do que a própria participação na campanha da FEB, ou pelo menos comparável. Antes da minha prisão, eu tinha a perfeita noção de que um dia cairia também, porque as quedas estavam se sucedendo. Mas eu não sabia das quedas do PCBR no Rio de Janeiro, que ocorreram a partir de 12 de janeiro de 1970, quando foram presos Mário Alves, Apolonio de Carvalho e outros dirigentes. Sem saber o que estava acontecendo, fui preso ao ir a um encontro na casa de um companheiro, numa noite chuvosa. A janela da casa, no andar térreo, estava fechada, e isso já devia ter me deixado desconfiado, pois habitualmente ela ficava aberta. Mas insisti em bater na janela e, quando ela se abriu,

Rememória

me vi diante de três armas apontadas contra mim. Num piscar de olhos, eu estava algemado. Depois me levaram ao DOPS. Ali eu fui submetido a torturas e tentei o suicídio. Não tenho, a respeito disso, questionamentos de ordem moral. Houve outros companheiros que tentaram o suicídio e alguns o consumaram. No movimento revolucionário internacional, é norma que o militante deve resistir às torturas para não entregar informações ao inimigo, mas ele não está obrigado a sofrimentos evitáveis. O combate na resistência antinazista, na Europa ocupada, com sua cápsula de cianeto de potássio, para a emergência da prisão, se tornou conhecido e respeitado.

Qual foi sua sensação na prisão, naquele conjunto heterogêneo com que a gente conviveu no presídio Tiradentes? O que lhe marcou mais?

Foi uma experiência sem paralelo. O presídio Tiradentes tinha, nos seus momentos de cheia, entre homens e mulheres, mais de 400 pessoas. Conheci muita gente lá: companheiros trotskistas, companheiros cristãos — os frades dominicanos e outros religiosos —, estudantes e intelectuais, operários e camponeses, enfim, gente de todas as condições. Se examino em retrospectiva a minha vida, são vários os ambientes, os cenários que se sucedem: a família, os colegas de escola, da primária à superior; a comunidade judaica; o povão negro da Bahia; os companheiros da FEB; os companheiros do Partido Comunista; a turma de estudos na União Soviética e, finalmente, os companheiros da prisão. Cada cenário é uma parte da minha trajetória pelo planeta Terra e tem características singulares.

Na minha cela, eu era o mais velho. Já estava com 47 anos. Ali havia companheiros de 19, 20 anos. Então, eu não podia deixar de ter um pouco a sensação de pai. Eu havia passado por uma porção de coisas, eles também, mas esses jovens não possuíam minha dilatada experiência de vida. Nasceu a idéia de um curso, que passei a ministrar em minha cela, todas as segundas-feiras à noite: um curso de história do Brasil, uma prefiguração do meu livro *O escravismo colonial*. Além disso, fiz conferências a respeito de eventos diversos e de questões políticas que surgiam.

Numa dessas palestras, você fez uma análise da economia brasileira que apontava no sentido oposto à visão da esquerda na época, que era a de uma crise insolúvel do capitalismo no Brasil. Você dizia que havia indicações de um processo de vigoroso crescimento econômico, e que, portanto, a conclusão óbvia é que teríamos que repensar a estratégia e a tática.

A leitura de revistas, de jornais e da documentação que podia chegar ali na cela, formou a minha convicção de que o Brasil, a partir de 1968, tinha entrado numa fase de ascenso econômico. Isso contrariava a opinião generalizada nos grupos de esquerda que se empenhavam na luta armada, inclusive o PCBR, a respeito do impasse estrutural do capitalismo brasileiro. Aliás, essa era a tese

defendida não só por esses grupos como também por Celso Furtado. Ele foi teorizador do impasse do capitalismo brasileiro. Particularmente no livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Notem bem, eu não responsabilizo Celso Furtado pelas ações da esquerda. Mas ele nunca fez autocrítica da teoria do dualismo estagnacionista. Ele muda de posições, como tem feito várias vezes em sua trajetória intelectual, sem explicar por que mudou. Na ocasião, vários companheiros, sociólogos e economistas que estavam presos ali, fizeram objeções.

Quanto ao PCBR, já antes de minha prisão estava se lavrando uma luta interna. Divergiam os companheiros que eram pela participação imediata do PCBR na luta armada e os companheiros que consideravam imprudente e precipitado dar esse passo. Nesse momento, não pude deixar de discordar de Mário Alves, o maior amigo que tive, e com o qual sempre compartilhei posições. Mário se inclinava, em parte por pressões que vinham das bases, por um engajamento imediato do PCBR na luta armada, uma vez que a ALN e a VPR estavam nela envolvidas havia bastante tempo. Apolonio era contrário a isso. Justamente Apolonio, que tinha a mais rica experiência de luta armada internacional. Eu também me opunha. Infelizmente, o PCBR se comprometeu em ações de assaltos a bancos e outras do gênero, o que teve resultados trágicos. Quando saí da prisão, não pensei mais em ligar-me ao PCBR, caso ele ainda sobrevivesse em algum lugar. Penso que organizações não são um fim em si, elas são um meio para atingir um objetivo. Organizações revolucionárias também envelhecem ou se tornam inadequadas, quando acumulam demasiados erros e mudam os períodos históricos. Não há razão para persistir e manter o que não tem mais um papel a cumprir.

Como é que foi depois de sair da cadeia?

Durante os primeiros anos, uma espécie de exílio. Muitas pessoas que eu conhecia tinham receio de se encontrar comigo. Pedi ajuda a alguns e fiquei frustrado. Então, passei a viver quase somente no círculo dos ex-presos políticos. E, aí, a solidariedade era efetiva. A repressão continuava furiosa. Optei por ficar no Brasil porque me animava o propósito de concretizar o trabalho finalmente materializado no livro *O escravismo colonial*. Eu queria continuar a pesquisa que havia iniciado e só poderia concluí-la se ficasse no Brasil. Disse para mim mesmo: ficarei até quando for possível. Se as condições se tornarem insustentáveis, tomarei o caminho do exílio, como outros companheiros têm feito. E, embora atravessando momentos delicados, pois se podia esperar a qualquer hora uma nova prisão, de conseqüências imprevisíveis, fui trabalhando, me sustentando, ajudado também por companheiros e consegui, em 1976, completar o livro e até uma editora para publicá-lo. Neste ponto, meu objetivo foi realizado.

Rememória

Passada essa fase, surgiu uma coisa nova no cenário político brasileiro: o PT. Como é que foi a sua relação com o partido nesse processo?

A minha relação, desde o início, foi de simpatia. Antes mesmo do PT, considerei a atuação do novo movimento sindical, que tinha Lula à frente, como um fato inteiramente novo, o qual mudava a situação dentro do país. Depois da formação do partido, sempre votei no PT. Me considero um colaborador do PT. Tenho muitas vezes aceito convites para conferências, seminários e encontros, enfim, tenho dado uma colaboração constante. Já me perguntaram até, em debates públicos, por que eu não me tornava militante do PT. Porque acho que já dei a contribuição possível como militante prático: 30 anos no PCB e depois no PCBR... E tão intensa que eu acho suficiente para esta encarnação. Talvez para mais duas ou três. Não me considero nenhum teórico importante, nenhum intelectual que tenha realizado algo extraordinário. Mas sou uma pessoa que quer conhecer as coisas e transmitir o conhecimento adquirido. Afinal de contas, fiz uma opção de vida e quero saber, até o fim, as razões dela. Quem se envolve na atuação prática de um partido, considerando o que é habitual no Brasil, não tem muito tempo para ler, para estudar e acumular cultura política. Eu não adquirei formação universitária completa e isso me obrigou a aprender sem a intermediação de professores, a partir do contato direto com os autores, com os livros, procurando tirar conclusões por mim mesmo. Depois de 30 anos, dedico-me em tempo integral ao estudo e ao debate ideológico. Acabei de concluir um livro há dois meses, *A escravidão reabilitada*, e ainda não estou refeito do esforço que ele me custou.

Isso então é que me levou à condição de colaborador do PT. Mas eu me considero, política e moralmente, tão obrigado com a causa do partido quanto os militantes que assinam ficha.

Você é um historiador que se utiliza da metodologia marxista e fala do declínio do marxismo. O que você quer dizer com isso?

Eu creio que não se pode dissociar o marxismo do que se faz praticamente inspirado por ele. Seja qual for a tendência predominante, porque o marxismo tem várias tendências. Parece-me que, até o final dos anos 1960 o capitalismo mundial sofreu um recuo diante dos avanços dos países e dos movimentos que lutavam em nome do marxismo. Nos anos 70, ainda ocorreu a derrubada do salazarismo, em Portugal, e o nascimento de Estados independentes em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, com tendências coletivistas e estatizantes, não propriamente socialistas, porque socialismo pressupõe um alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, o que não existe naqueles países africanos. Tivemos também a revolução na Nicarágua, que se liberta da ditadura de Somoza e adota um caminho de transição peculiar — o primeiro exemplo de pluripartidarismo em direção ao socialismo. Mas, tirante isso, é indiscutível que,

nos anos 70, o capitalismo se recompôs, a revolução científico-tecnológica se acentuou e se incorporou aceleradamente aos países capitalistas mais desenvolvidos, que ganharam enormes vantagens. É a época de Reagan, de Kohl e de Thatcher, com os governos conservadores neoliberais substituindo os social-democratas na Alemanha, Inglaterra, Áustria e outros países da Europa. Já disse uma vez que o capitalismo está vivendo uma segunda *belle époque*. A revolução científico-tecnológica lhe deu um novo alento, enquanto as técnicas econômicas keynesianas lhe permitem certa regulação anticíclica. O que não significa que a natureza essencial do capitalismo mudou.

O marxismo ainda não produziu, nem teórica nem praticamente, algo que possa explicar o que está acontecendo e enfrentar os novos processos de forma adequada. É perceptível que a influência do marxismo nos meios intelectuais e operários da Europa, da Ásia e das Américas declinou nos últimos tempos. Contudo, sou de opinião que o marxismo é capaz de explicar isso com seus próprios métodos. Uma vez que os marxistas entendam que precisam produzir novas pesquisas e novas teses, que não podem ficar presos a posições efetivamente ultrapassadas, pois o capitalismo demonstrou ter mais fôlego do que várias gerações de marxistas pensavam. O capitalismo foi tremendamente acuado neste século: houve a Revolução Russa de 1917, a vitória sobre o nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial. A primeira metade do século foi muito negativa para o capitalismo. Basta recordar a Grande Depressão de 1929-33. É uma época em que parecia que ele ia naufragar. Na segunda metade do século, ele ainda sofreu recuos, porque a onda revolucionária subsequente à Segunda Guerra Mundial avança até o final dos anos 60. É o momento em que o Vietnã derrota os Estados Unidos. Esse momento constitui o auge do que se poderia chamar de retração do capitalismo mundial. Mas ele teve fôlego para passar por cima. Em contrapartida, nos países em que houve revoluções de transição socialista, o modelo aplicado foi o do tipo stalinista. Então, o que está morrendo, na minha opinião, é o modelo stalinista do socialismo, encarnação do que Marx chamou de “socialismo de caserna”. O socialismo efetivamente democratizado, colado à realidade do período de transição, sobreviverá a esses episódios que estão agora se sucedendo no Leste Europeu, e empreenderá o caminho favorável à renovação do marxismo e à retomada do avanço concreto da causa socialista no plano internacional. Recebo convites de muitos pontos do país para falar sobre essa questão. O interesse pelo tema é enorme, mas eu não posso afirmar que esse interesse já seja traduzível num crescimento da força do marxismo no Brasil, mesmo porque não observo criatividade notável a respeito. Constato que companheiros que eu respeito afirmam que o marxismo foi desmentido pelos fatos e está ultrapassado. Há tendências do PT que se manifestam neste sentido. Mas eu continuo marxista e quero que isso fique claro. Desejo chegar a conclusões por meio de métodos do próprio marxismo. Naturalmente, sem

Rememória

deixar de levar em conta que outras correntes das ciências sociais também produziram resultados e conhecimentos que nós podemos e devemos assimilar. Eu penso num marxismo apto a incorporar sempre todo o saber que a sociedade vai forjando nas suas diversas tendências. E, por isso, como já escrevi em *Teoria&Debate*, sou contrário a que o marxismo se transforme numa teoria oficial dos países socialistas. Ele deve ser ensinado nas escolas, ao mesmo tempo em que os estudantes tenham livre acesso às outras explicações da vida social. Porque o marxismo imposto se torna intransigente, intolerante, dogmático, estagnado, incapaz de se desenvolver. É essa experiência que se tira dos países do Leste. Desde logo, considero inaceitável a repetição dessa prática no futuro Brasil socialista.

Nessa sua trajetória toda, como foi o relacionamento com a sua família e a sua companheira?

A minha companheira, Idealina, com quem convivo há mais de 30 anos, foi militante do PCB. Eu a conheci aqui no Brasil, mas sobretudo quando fazíamos o curso lá em Moscou. Minha companheira é parte inseparável dessa vida e me sustentou nos momentos mais difíceis. Para mim, também é uma grande satisfação que minha filha tenha desenvolvido uma forte personalidade, que pense pela própria cabeça, sem que isso dê lugar, entre nós, a conflitos ideológicos e políticos. O pai de Idealina foi um operário eletricitista e é um dos nove fundadores do PCB. Figura naquela foto histórica na qual também está o Astrojildo Pereira.

Qual é o nome dele?

É Hermogênio Fernandes da Silva. Meu sogro era um homem extraordinário pela sua integridade, pelo respeito que impunha, pela humildade exemplar. Ele veio do anarquismo antes de fundar o PCB, como aliás também o Astrojildo.

Jacob, para a gente encerrar, o Lula saiu das eleições passadas com 31 milhões de votos. O governo Collor está tomando atitudes que anunciam uma profunda recessão econômica. Quais são as perspectivas que você vê hoje no PT, dentro de um quadro como este?

Bem, o PT acaba de realizar um Encontro Nacional, e eu aguardo a publicação dos documentos aprovados para poder aquilatar o que foi resolvido. Mas é evidente que o partido hoje é o referencial da esquerda brasileira; o que foi o PCB antes de 1964. Então, o fato de um operário, como o Lula, conseguir 31 milhões de votos no segundo turno da disputa presidencial, 47% dos votos válidos, é algo de uma importância que transcende o Brasil, é algo extraordinário e importante para toda a América Latina. E o PT, na minha opinião, dispõe de condições para se fortalecer em todos os planos, não só no Parlamento e na conquista de

posições executivas, nas próximas eleições, como no plano da sua influência geral na sociedade brasileira, na condução das lutas políticas dos trabalhadores. Eu penso que o PT fará isso. O Brasil, como a América Latina em geral, está sofrendo um processo de deterioração, que ameaça os trabalhadores com a perda do que eles conquistaram em lutas de muitos decênios. A hiperinflação, a recessão, a redução dos salários e o desemprego maciço, tudo isso faz com que direitos assegurados venham a ser anulados. Isso deve dar motivação para que uma classe operária como a brasileira, que já demonstrou tanta combatividade, lute e não se deixe sufocar. A perspectiva do socialismo ganhará feições cada vez mais definidas, à medida que o nosso trabalho, na ação prática e na elaboração teórica, se desenvolver colado às realidades brasileira e internacional.

Goffredo Telles Júnior

por *Eugênio Bucci*

Teoria&Debate nº 12, 4º trimestre de 1990

Nasceu em 16 de maio de 1915, na cidade de São Paulo. Primogênito entre cinco irmãos, filhos de Goffredo pai e Carolina, foi aprender a ler e escrever em Paris. Aos 5 anos, falava francês e inglês, e este último “melhor que o português”. De volta ao Brasil, em 1922, conviveu com alguns dos grandes nomes do modernismo. Em 1933, entrou para a faculdade de direito. Formado em 1937, Goffredo começou sua carreira de professor em 1940. Após 45 anos de docência, foi terminá-la compulsoriamente, por força de lei, quando completou seus 70 anos, no dia 16 de maio de 1985. Na década de 1930, Goffredo aderiu ao integralismo, ao lado de dois de seus irmãos e muitos amigos. “Nós não éramos fascistas, tanto que muitos dos nossos saíram diretamente do integralismo para entrar no PC”, lembra, lamentando a interpretação histórica segundo a qual todos os integralistas eram reacionários empedernidos. Em 1946, elegeu-se deputado constituinte. Durante o regime militar, chegou a elaborar dois projetos de Constituição que, entregues aos presidentes Costa e Silva e Médici, em nada resultaram. Outro documento saído de sua pena teve melhor sorte: na noite de 8 de agosto de 1977, o pátio da Faculdade de Direito do Largo São Francisco sediou a primeira leitura pública da *Carta aos brasileiros*: “Para nós, a Ditadura se chama Ditadura e a Democracia se chama Democracia. Os governantes que dão nome de Democracia à Ditadura nunca nos enganaram e não nos enganarão.” Redigido por Goffredo, o documento foi assinado pelos juristas mais importantes do país, por advogados e políticos, exigindo “O Estado de Direito, já”. Em 1988, ele foi advogado dos professores e funcionários da USP, no primeiro mandado de segurança coletivo da história brasileira, logo após a promulgação da atual Constituição Federal. Impetrado contra o governador e seu secretário de Segu-

Rememória

rança, o mandato pretendia abrir o acesso dos servidores em greve às mais altas autoridades do estado, para dar curso às negociações. Desde o surgimento do PT, esteve junto aos trabalhadores nas grandes campanhas cívicas, como as Diretas-já, ou nas jornadas eleitorais. Sua entrevista à *Teoria&Debate* foi concedida a Eugênio Bucci, no segundo semestre de 1990, em duas longas conversas, no escritório onde Goffredo e sua esposa prestam consultoria, num prédio alto da avenida São Luís, em São Paulo. Ali mesmo, um andar abaixo, ele mantém sua residência, onde vive com Maria Eugênia Raposo da Silva Telles — advogada pelo Largo São Francisco e formada também pela Universidade de Cornell (EUA) — com quem é casado há 30 anos. A filha do casal, Olívia Raposo da Silva Telles, 26 anos, também é advogada formada pela São Francisco. O professor tem um outro filho, o cineasta Goffredo Telles Neto, de 45 anos, de seu casamento com a escritora Lígia Fagundes Telles. Aos 82 anos, Goffredo contabiliza a publicação de 12 livros. Atualmente, está redigindo mais dois: *A folha dobrada*, sua visão dos fatos importantes desse século, alguns dos quais tiveram sua participação direta; e a *Iniciação na ciência do direito*.

Quantos livros o senhor tem aqui, professor?

GOFFREDO TELLES JÚNIOR — Creio que temos cerca de 10 mil livros. A biblioteca cresce todos os meses. Direito, política, história, filosofia, biologia, física, aqui no escritório. Romance e poesia, ali em casa. Como não é possível viver todas as vidas do Universo, procuramos viver todas as vidas lendo nossos livrinhos.

É verdade que a primeira vez em que o Lula veio aqui ele teria perguntado se o senhor já tinha lido tudo?

[Risos] O nosso escritório de advogado não pode deixar de ser um centro político. Aqui nós recebemos os líderes das mais diversas tendências. A visita do Lula foi uma festa para nós. Sempre será recebido como um querido amigo. Lembro-me de que, efetivamente, na hora de sair, ele parou diante das estantes, ficou olhando, pensativo, e me disse: “É livro, hein, professor. . . Sabe, eu também tenho, na minha casa, uma estante. É uma estante de uns 70, 80 centímetros, e tenho uns livros ali. Meus companheiros olham para aquilo e me perguntam espantados: Lula, você já leu tudo isso? Daí eu respondo que vontade não falta, mas quando começo a ler, lá pela página 20 ou 30, me dá um sono. . . Não posso dizer que tenha lido tudo.” Aí, eu perguntei ao Lula: “Mas, então, me diga: como é que você sabe tantas coisas, todas as coisas de que você fala?” Ele me olhou, sorriu e disse: “O senhor quer saber como eu sei dessas coisas? É muito simples: aprendi com vocês.”

E então, professor, o senhor leu tudo mesmo?

Durante meu curso, li muito. Estudei com amor as disciplinas do direito. Utilizei-me principalmente de autores franceses ou de autores traduzidos para o francês — naquele tempo eram poucos os bons livros em português. Com máxima dedicação, estudei filosofia, sobretudo a metafísica, a lógica e a psicologia. Li os filósofos gregos. Li Homero, Horácio, Lucrecio e Virgílio. Li o que pude da grande literatura mundial. Até hoje, sou um leitor inveterado. Leio e releio meus poetas e meus romancistas preferidos. Li recentemente *O sorriso do lagarto*, de João Ubaldo Ribeiro, e *O mulo*, de Darcy Ribeiro. De lápis na mão, reli agora as *Odes*, de Horácio. Há 20 anos, venho estudando química, física, biologia. Convenci-me da unidade do mundo. Convenci-me de que a ordem jurídica é um simples setor da ordem cósmica.

Pois é, professor, desde o surgimento do Partido dos Trabalhadores a sua posição tem sido de apoio e solidariedade. Digamos que, entre os muitos líderes que andaram aqui pelo escritório, o senhor acabou fazendo uma opção pelos de esquerda. O senhor é socialista?

Sou socialista sim. Mas atenção! A palavra *socialista* é uma palavra que os filósofos chamam de analógica, porque ela se aplica a coisas diversas, embora

Rememória

análogas. Ela é o nome de pensamentos diferentes, mas que guardam certa relação entre si. Há vários tipos de socialismo e de socialistas, e aqui não estou dizendo nenhuma novidade. Eu sempre tive uma tendência natural, uma simpatia voltada para o socialismo, no seu sentido mais genérico. Em resumo: meu espírito e meu coração tendem para a esquerda.

O que o senhor pensa de Gorbachev?

Parece-me que Gorbachev é a quinta-coluna capitalista dentro da URSS. Talvez eu esteja enganado. Mas esta é a minha impressão.

Mas então o senhor acha que a vitória da perestroika é a destruição do socialismo no mundo?

Vou tentar resumir meu pensamento. Você se lembra do célebre lema dos revolucionários franceses: “Liberdade, igualdade, fraternidade”? A luta pela liberdade criou os chamados Direitos Humanos, que constituíram uma barreira contra a prepotência dos governos absolutistas. Depois, a luta pela igualdade é a nossa atual, contra a exploração do homem pelo homem, contra a prepotência dos economicamente fortes sobre os economicamente fracos, isto é, nossa luta pelas liberdades democráticas e pelos direitos concretos dos trabalhadores. Agora, a luta mais alta é nossa luta pela fraternidade, que é a luta por uma humanidade melhor, por um regime chamado socialismo. Fraternidade entre os homens é socialismo. Socialismo, em última análise, é fraternidade. A *perestroika* teve um grande papel. Multidões de trabalhadores tinham sido imobilizadas pela burocracia soviética. Imobilizadas no processo político de socialização. Libertados pela *perestroika*, os proletários unidos se puseram novamente em movimento, e é isto o que mais importa. O que os trabalhadores querem não é o capitalismo. O que eles querem é equidade e bem-estar. Mais do que nunca, estamos caminhando em direção à fraternidade universal, ou seja, em direção ao socialismo.

Que tipo de socialista é o senhor, professor? O senhor não é um marxista, certo?

Não, mas Marx é um dos pensadores que mais me impressionaram.

Quando o senhor leu Marx?

Há muito tempo. As primeiras leituras foram feitas enquanto cursava a faculdade. Eu me formei em 1937. Comecei a dar aulas em 1940. Desde estudante, eu já me preparava para meu futuro concurso de professor. Fiz muitas leituras durante a mocidade. Mas essas leituras de juventude não costumam ser muito bem feitas. Nós não as entendemos direito. Pensamos que estamos entendendo, mas não. Isto se dá tanto com os livros sobre política como com os livros de filosofia. É curioso como a releitura, mais tarde, dos mesmos livros tem outro sabor e, muitas vezes, tem também um outro sentido. Vou citar um exemplo bem típico. Ainda me preparando para o concurso de livre-docente, li *A crítica da razão*

pura, de Kant, que me abalou profundamente. Eu lembro que eu dizia a mim mesmo: preciso reler este livro. Muito bem; quando fui fazer meu concurso para catedrático, em 1954, fui reler. Tive então dois anos fora da Terra. O arrebatamento intelectual que ele me causou foi indescritível. Aí é que eu realmente entendi Kant. Isto me aconteceu com Kant, mas também me aconteceu com Spinoza e Descartes. Depois, outras releituras marcaram muito o meu espírito. Marx, Lenin e Engels, todos eles tiveram grande repercussão em mim. Imensa impressão me causou a releitura de Jean-Jacques Rousseau.

Me parece que o senhor é socialista em decorrência de ser democrata. . .

Vamos ser claros. Para mim, a democracia é o processo político que assegura a permanente penetração da vontade dos governados nas decisões dos governantes. É um processo de abertura de canais por onde os anseios do povo penetram, para atingir o governo e nele influir. Com esses canais, a democracia tende a ser o caminho da fraternidade entre povo e governo. Com o aperfeiçoamento do processo, a democracia se faz socialismo. A meus olhos, o socialismo é a perfeição da democracia.

Seria correto afirmar que o socialismo é a materialização dessa mesma democracia?

Eu não tenho dúvida nenhuma. A tendência da democracia é uma tendência socialista. É uma tendência para a esquerda.

A sua vida também é um pouco assim, não é, professor? Sempre tendendo à esquerda, cada vez mais tendendo para o socialismo.

É verdade. O ser humano tem a pretensão de ser inteligente. Ora, a inteligência é uma faculdade muito exigente. Ela nunca está satisfeita. Sempre quer mais e melhor. Ela se acha atraída pela perfeição. Como a perfeição é inatingível, a inteligência está sempre em movimento, à procura de um bem que ela almeja, mas que nunca alcança inteiramente. Está sempre à procura de justiça, de equidade, de fraternidade. Ora, os políticos de direita dão férias à inteligência, instalam-se nos cômodos existentes, não querem mudar nada, ou fingem fazer mudanças, mas somente para garantir que nada vai mudar. Proclamam que a justiça está feita, e, entre eles, qualificam a revolta, a indignação, o clamor dos infelizes, de baderna e subversão. Por outro lado, os políticos de esquerda, ao invés de dar férias à inteligência, fazem a inteligência funcionar a todo vapor. Não preciso dizer mais nada.

Em 1946, o senhor foi eleito deputado constituinte por São Paulo. Na sua vida, que pode ser vista como uma caminhada na direção da esquerda, o que representou aquele momento? O senhor foi eleito pelo partido de Plínio Salgado, um direitista, não?

Rememória

Não. Eu fui eleito por uma coligação de partidos: o Partido Social-Democrático e o Partido de Representação Popular.

Bem, ao menos na juventude, o senhor esteve alinhado a Plínio Salgado durante o movimento da Ação Integralista Brasileira. O senhor foi integralista?

Nunca fui “alinhado” com homem nenhum. Durante toda a minha vida, somente estive a serviço de minhas próprias idéias. No apogeu do fascismo e do nazismo, escrevi o seguinte: “Chamamos Estado Moderno o Estado Ético, anti-individualista e antitotalitário. Criado para servir ao homem, orienta-se para os alvos que estejam em conformidade com o destino supremo do mesmo. (...) O Estado Moderno é antitotalitário porque faz prevalecer o Moral sobre o Social e o Espiritual sobre o Moral. Reconhecendo a iniquidade da tirania, proclama o princípio da intangibilidade da pessoa humana.” Estas palavras estão escritas aqui, você está lendo, páginas 31 e 32, do meu primeiro livro, *Justiça e júri no Estado Moderno*, elaborado durante os anos de 1936 e 1937, e publicado em 1938. Para a defesa destas idéias é que fiz política na minha juventude, e que, em 1945, fui eleito deputado constituinte. Estas, e só estas, são as minhas idéias — idéias que estão escritas e publicadas, e que sempre foram sustentadas por mim. Não me venham agora atribuir idéias que nunca tive. Sempre fui antifascista, antitotalitário. Dentro do integralismo, sempre fui antifascista, antitotalitário. Para mim e para meus colegas integralistas, o Estado Integral era precisamente o Estado que se opunha ao Estado Totalitário. Há quem diga, bem sei, que o integralismo era fascista. Hoje, eu sei que o integralismo não era um movimento unificado. Havia uma ala fascista dentro dele. Mas nós, estudantes universitários, nunca tomamos conhecimento desta ala discordante. Nós defendíamos o integralismo para combater o fascismo. E também para combater os partidecos inexpressivos de uma burguesia apática. Esta é a verdade nua e crua. Esta é a verdade comprovada pelo que escrevi em meu citado livro.

Por favor, professor, ninguém o acusa de fascista. . .

Realmente, era só o que faltava. Quando saiu a *Carta aos brasileiros*, Franco Montoro, que assina a carta também e que era senador, fez um discurso no Congresso Nacional e a leu. Houve lá dentro uma discussão acalorada. Eu, autor dessa carta, em que defendia os princípios do estado de direito e da democracia, fui na mesma sessão chamado de fascista e de comunista.

Quem o acusou de fascista?

O coitado já morreu. Chegou a ser vice-prefeito de São Paulo. Tempos antes, ele se encontrou comigo numa reunião política, e me pediu desculpas. Águas passadas... Sobre as minhas convicções, sobre as minhas idéias políticas, desde a minha juventude até os dias de hoje, não é possível manter dúvidas. Está tudo

escrito por mim. Escrito e reescrito. Creio que bem poucas pessoas podem provar o que pensaram na juventude. Eu posso. Basta ler o que escrevi em meus livros e em minhas proclamações.

Que idade o senhor tinha no tempo do integralismo?

Eu tinha 17 anos, em outubro de 1932; eu tinha 22 anos de idade em 1937, quando [Getúlio] Vargas fechou a Ação Integralista e os demais partidos, e implantou a ditadura do Estado Novo. Em 1938, muitos de meus companheiros entraram para a clandestinidade, na extrema esquerda. Roland Corbisier, extraordinário companheiro integralista, querido amigo, o maior líder estudantil da Faculdade de Direito e de toda a universidade, por exemplo, foi um desses. Orador fantástico. Foi para o comunismo. Muito natural esta evolução. Como nós éramos contra os melancólicos partidos da burguesia, que não significavam nada e que estavam estorvando a vida nacional, o que nos restava? Fomos caluniados torpemente. Éramos apresentados pelo avesso do que éramos. De boa e má-fé, houve quem nos tachasse de fascistas. Mas como, se lutávamos exatamente contra o fascismo? Foi chocante. Tão chocante que muitos entraram, revoltados, para o Partido Comunista.

E o senhor, por que não entrou no PC?

Não entrei no PC porque não sou comunista. Não tolero o totalitarismo da burocracia soviética. Eu sou um democrata que sonha com a fraternidade universal. Não quero ditadores por cima de minha cabeça. Caminharei para o socialismo por força de minhas próprias idéias.

Como foi sua eleição em 1946? O senhor mesmo costuma dizer que foi uma surpresa.

Eu estava em minha casa quando, às quatro ou cinco horas da manhã, recebi um telefonema do Rio pedindo para que eu entrasse para a chapa do Partido Social-Democrático.

Não era esse o partido de Plínio Salgado?

Não, o Plínio era do Partido de Representação Popular.

Que estava em coligação?

É verdade. Eu estava na chapa do PSD/PRP e eles me apoiaram. Foi por isso. Mas não foram só eles que me apoiaram. Esta história até me encabula um pouco. Sabe por quê? Aconteceu o seguinte: eu tive a segunda maior votação do Brasil*, de forma que não seriam os integralistas, que eram minoria absoluta, que iriam me eleger.

* A maior votação foi a de Carlos Cirilo Jr., do PSD de São Paulo, que totalizou 67.633 votos. Goffredo Telles Jr. obteve 39.543 votos.

Rememória

Ou tutelar.

Absolutamente. Tive votos no estado todo. O maior surpresa fui eu.

O senhor conheceu Luís Carlos Prestes no Congresso Nacional, certo? Eu me lembro de ouvir do senhor que o Prestes era uma pessoa que não gostava de ouvir...

Ele era um homem brusco, mas me dava a impressão de ser muito sincero — eu o admirava pela sua sinceridade. Nessa ocasião, tive a alegria de conhecer pessoalmente nosso grande Jorge Amado. No senador Prestes, o que não me agradava era seu estilo intolerante. Eu nunca tive paciência para suportar gente intolerante, que não sabe ouvir, pessoas que se consideram donas da verdade. Mas, no nosso país, Prestes foi modelo de muitas virtudes: fidelidade, coerência, retidão, coragem.

Mas, professor, voltando um pouco ao integralismo. No primeiro número de Teoria&Debate, eu entrevistei o Fúlvio Abramo. Ele me contou de um episódio em 1934, na praça da Sé, quando se deu um enfrentamento armado entre integralistas e socialistas, ao qual ele esteve presente. O Mário Pedrosa, ferido a bala, foi parar no hospital. Ao que consta, era um comício integralista que os socialistas pretendiam desmanchar.

Não houve enfrentamento nenhum. O que houve foi uma repressão policial a uma manifestação de operários e estudantes. Foi uma tristeza. Operários morreram. Uma bala da polícia atingiu Mário Pedrosa.

O senhor estava lá, nesse dia?

Estava. Assisti a tudo. Eu era um estudante da Faculdade de Direito. Tinha 19 anos de idade nessa ocasião.

Vocês estavam armados?

A manifestação era de operários e estudantes. Naquele tempo, ninguém andava armado.

E no cotidiano do movimento, vocês tinham reuniões, grupos de estudo?

Na Faculdade de Direito, existiam diversas associações, onde se realizavam reuniões animadas e acalorados debates sobre a política brasileira. Na Associação Álvares de Azevedo, na Academia de Letras da Faculdade, no próprio Centro Acadêmico XI de Agosto, reuniam-se estudantes de todas as tendências e de todos os partidos, para esses prélios políticos de grande interesse para a formação de líderes populares. Comunistas, integralistas e liberais ali vinham defender seus princípios. Lembro-me de uma longa polêmica, durante vários dias, sobre o tema “Autópsia de um regime”. Este simples nome revela o desprezo

dos estudantes pelo regime vigente naquela época. Lembro também, que, na Associação Álvares de Azevedo e na Academia de Letras da Faculdade, se realizavam conferências doutrinárias sobre os mais diversos assuntos. Devo dizer que os comunistas e os integralistas eram bons estudantes: liam muito e discutiam muito. Hoje, quando penso sobre esses fatos, verifico que, na verdade, todos eram idealistas, sonhando com um Brasil melhor. Quando nos encontramos na rua, abraçamo-nos comovidos, e com muita saudade. Quanto sonho, quanta pureza, quanto patriotismo, naqueles tempos!

Os militantes do integralismo eram pobres ou ricos?

O integralismo era um movimento de operários, estudantes e intelectuais contra a burguesia em geral.

E não havia algum tipo de vinculação com forças políticas internacionais?

De forma nenhuma. O integralismo era um movimento essencialmente nacional, com sedes em todo o Brasil.

E na Constituição de 1946, qual era sua plataforma?

Sempre a defesa da democracia. Acontece que durante a Constituinte eu era muito jovem e inexperiente. Eu tinha 29 anos. Quase nunca conseguia a palavra. O Otávio Mangabeira, presidente da Câmara, e bom amigo, achava graça na minha batalha, e de vez em quando me abria uma janela. Uma luta que vale a pena lembrar foi aquela que travei contra o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, em 1947. Uma madrugada — as coisas muitas vezes me acontecem de madrugada porque sou muito madrugador, as pessoas sabem disto — recebo um telefonema do velho Dr. Artur Bernardes, deputado, ex-presidente da República, que me disse o seguinte: “Professor Goffredo, tome um táxi e venha imediatamente ao meu apartamento porque estão vendendo o Brasil.” Chegando lá ele me contou tudo. O governo acabava de assinar um tratado internacional de fundação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Em seguida, me mostrou os papéis sobre as funções e os planos do instituto. Era uma vergonha. O instituto, com sede em Manaus, sustentado por dinheiro brasileiro, reunia delegados dos Estados Unidos e dos nossos países vizinhos. O Brasil comparecia com o mesmo direito deles e com o ônus de todas as despesas. Tudo feito em segredo, sem conhecimento da nação. Uma invasão do território nacional.

Quem assinou o tratado, o presidente da República em pessoa?

O tratado tinha sido assinado pelos delegados credenciados do governo. Nessa madrugada ficou resolvido que eu faria o trabalho no plenário da Câmara, e o Dr. Artur Bernardes trabalharia nas comissões da Câmara e do Senado. No dia seguinte pronunciei meu primeiro discurso de alerta contra o instituto, que

Rememória

era uma intromissão perigosíssima dos Estados Unidos na Amazônia. Era uma cunha, uma ponta-de-lança que poderia se transformar em base militar dos Estados Unidos no meio da Amazônia.

E que justificativa foi usada pelo governo?

O pretexto era cultural, de pesquisas e de estudos. Li os documentos na tribuna da Câmara. A soberania nacional estava em jogo. Mas o tratado dependia do referendo do Congresso. Eu fiz o meu discurso. O Parlamento se emocionou. Interesses suspeitos imediatamente se manifestaram. Nesse tempo eu morava no Hotel Serrador, que ficava perto da Câmara. Uma coisa surpreendente aconteceu. A Marinha resolveu, sem me dizer nada, fazer um corredor de marinheiros. Sabendo que eu voltava a pé do Congresso, postou marinheiros dos dois lados da rua São José, e eu passava por ali sem saber que estava sendo protegido pela Marinha. Temiam que eu fosse agredido. Dois dias depois, fiz meu segundo discurso. O Dr. Artur Bernardes trabalhou com grande competência. E conseguimos que o próprio governo retirasse o tratado da Mesa do Congresso. Assim, derrubamos o tratado, que já estava assinado.

E a cassação do Partido Comunista?

Aquilo foi uma vergonha. Votei contra a cassação e apresentei, por escrito, minha declaração de voto.

O senhor recebeu o título de Professor Emérito da Universidade de São Paulo, logo após sua aposentadoria, em 1985. Porém, pouco tempo antes, a Congregação da Faculdade negou o título de Professor Emérito a diversos docentes, entre os quais o senhor.

Creio que não foi uma decisão contra mim, pessoalmente. Foi uma decisão de ordem geral, e a Congregação acabou fazendo o que, eu acho, não queria fazer. Foi para mim um grande choque, mas entendi o que havia acontecido. Poucos dias depois, o Conselho Universitário, por proposta de um estudante da Faculdade, corrigiu tudo, e me deu uma alegria inesperada e extraordinária. Concedeu-me, por votação unânime, o título de Professor Emérito da Universidade de São Paulo.

O Conselho Universitário reparou o erro da Congregação da Faculdade?

Eu não pedi nada e não mereço nada. A Congregação da Faculdade é soberana, e fez o que quis. Eu sei que não foi contra mim, mas eu acabei atingido. Mas não penso mais nisso. Todos os professores da Congregação foram queridos alunos meus. O Conselho Universitário, num gesto de grandeza e bondade, me conferiu o mais alto dos títulos.

O senhor deve ter vivido seus piores e melhores dias naquela faculdade.

A Faculdade é a minha casa, minha escola, minha insigne academia. Ela é minha. Ali dentro vivi grandes dias e grandes batalhas. Ali dentro dei cursos de direito e de justiça para muitas gerações. Lecionei 45 anos.

Que mistérios há naquelas Arcadas, professor? A sociedade secreta da Burschenschaft, fundada por Júlio Frank, o maçom, que está hoje enterado lá dentro, ainda persiste?

Não sei. A “Bucha” sempre foi muito poderosa no Brasil. Ninguém podia ocupar, em nosso país, os altos postos de mando sem pertencer a esta sociedade. Era uma sociedade muito bem estruturada, que prestava auxílios secretos a políticos, estudantes e funcionários.

Como é um auxílio secreto?

Por exemplo: um funcionário tinha a mulher doente, sem dinheiro para a internação no hospital, e de repente recebia um envelope fechado com a quantia necessária para cobrir todas as despesas. O funcionário nunca ficava sabendo de onde veio o auxílio.

Ou portas que se abriam e fechavam misteriosamente?

É. Pessoas que estavam em desgraça eram amparadas, apoios políticos eram decididos, sustentações eram retiradas, mas tudo no maior anonimato.

A “Bucha” ganhou força desde o final do século passado?

É o que dizem.

Ela ainda existe, não é?

Eu não sei. Os que pertencem ou pertenceram à “Bucha” têm um juramento de não revelar nada.

Durante a Semana de Arte Moderna de 1922, o senhor tinha 7 anos de idade. Por mais precoce que fosse, não poderia ser um artista de vanguarda com 7 anos, mas sua família sempre teve ligações estreitas com os modernistas. Como é que o senhor viveu tudo aquilo?

Em 1922 nós não estávamos no Brasil. Estávamos em Paris, já fazia dois anos. Meu pai, o poeta Goffredo Telles, autor de *Fada nua* e de *O mar da noite*, tinha compromissos profissionais na França, e ficamos num apartamento de que conservo uma doce lembrança. Foi lá que aprendi a ler com minha avó. Eu freqüentei um curso, que é célebre até hoje, chamado Cours Hattmer. Aprendi francês muito bem. E eu falava francês e inglês, principalmente o inglês, melhor do que o português. Isso me fez muito bem porque me levou diretamente aos grandes nomes da literatura dessas duas línguas. Até hoje prefiro lê-los no original.

Rememória

E 22?

Eu tomei conhecimento de 22 voltando da Europa. Eu era muito criança, mas como a nossa casa...

Onde ficava a casa de vocês?

Ficava num lugar poético. Na esquina da rua Conselheiro Nébias com a avenida Duque de Caxias, nos Campos Elíseos, bem perto do Palácio do Governo. A casa infelizmente não existe mais, porque a prefeitura alargou a Duque de Caxias e desapropriou a casa. Foi uma pena. Ela era rodeada de um jardim com imensas árvores, onde os pássaros faziam ninhos... Eu me lembro também dos sabiás fazendo ninhos nas árvores mais altas, junto ao telhado da casa. E foi exatamente nesse parque que a minha avó, Olívia Penteado, criou o Salão Moderno, depois de 1922, onde apareceram, pela primeira vez em São Paulo, obras de grandes artistas modernos: Picasso, Léger, Braque, Lhote, Brancusi, Lipchitz, Fougjita, Marie Laurencin e outros. A minha família não participou diretamente da Semana de 22, apenas estávamos muito ligados àqueles que fizeram o movimento. Meus pais e minha avó eram amigos de todos: Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Villa-Lobos, Menotti Del Picchia, Antonieta Rudge, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Guilherme de Almeida, Annita Malfatti, Lasar Segall, Gregório Warchavchsky, Di Cavalcanti, Brecheret, Camargo Guarnieri. Lembro-me da Pagu [Patrícia Galvão] mocinha, aos pés do Oswald. Annita Malfatti era nossa amiga muito querida, fez até um retrato de minha mãe. Segall fez o retrato de meu pai. Não posso esquecer Blaise Cendrars, o grande escritor francês de origem suíça, que também pertencia ao grupo. Nota importante desse tempo: Segall, pessoalmente, pintou o teto e as paredes do Salão Moderno, de minha avó Olívia. Outra nota: Villa-Lobos foi meu professor de capoeira, no gramado da fazenda. E não é só isso. Aprendi com ele a fazer pipas. Ele construía papagaios extraordinários, de todos os tipos, tamanhos e formas. Havia uma pipa com 2,5 metros de comprimento, feita com varetas de bambu. Eu lembro que no grosso papel das pipas, todos nós escrevemos alguma coisa. Eu escrevi: *Non plus ultra*. Tarsila foi minha professora de desenho. Devo ter sido um péssimo aluno.

E essa roda cultural também se reunia na fazenda de vocês, em Araras?

Ah, fazenda Santo Antônio... Nossa velha e querida fazenda, fundada em 1833, por Antônio Álvares de Almeida Lima, bisavô de minha avó Olívia. Ele está enterrado ali, sob uma pequena campa original, atrás do grande cruzeiro de peroba. Nessa fazenda é que aprendi a andar e a sonhar. Ali aprendi a linguagem das árvores, das flores e dos bichos. Aprendi o mistério do tempo e das estações do ano. Aprendi o que é paciência. E aprendi o que é a beleza. Ali se reuniram, muitas vezes, os mencionados amigos. Reuniam-se para conversar, discutir, rir, passear.

A fazenda hoje não está repartida entre os irmãos?

Sim. Antes mesmo do falecimento do meu pai, em janeiro de 1980, ela foi doada aos filhos, e então dividida. Cada filho ficou com uma parte.

Professor, não há como evitar uma pergunta que muitos petistas devem estar querendo fazer, ao ler esta entrevista: não há contradição entre ser fazendeiro e socialista?

A nossa fazenda é antiga, vem passando de pais a filhos desde princípios do século passado. Eu a amo. Mas se eu tiver que a entregar para a vitória do socialismo, eu a entregarei sem dúvida nenhuma. Com a vitória de minhas idéias, eu tenho muito a perder. Mas com essa vitória eu ganho a batalha de minha vida. Eu sou um democrata. Eu sou um socialista. Sonho com um mundo de justiça. Sonho com um mundo de fraternidade humana.

É verdade que o senhor foi cotado, pelos próprios governos militares, para redigir a Constituição depois do golpe de 1964?

Nunca! Que idéia! A partir de 1964, tudo tenho feito para mudar o rumo dos acontecimentos. Sempre combati os governos militares. Não os tolero. Tentei restabelecer a democracia com um projeto de Constituição que foi entregue ao general Costa e Silva, a pedido dos generais da oposição, velhos amigos de outros tempos.

Quais generais?

Não vou dar nomes. Era gente do Rio Grande do Sul. O fato é que estes generais conheciam as minhas idéias. Devo dizer que eu tive um momento de esperança. Pensei que se poderia alterar o sistema de representação democrática em nosso país. Não é preciso que eu diga que imediatamente perdi essa esperança. Mas fui, mais de uma vez, procurado por militares, sempre do Rio Grande do Sul, que me pediram que expusesse por escrito essas idéias para uma nova democracia em nosso país. Houve muita insistência. Realmente redigi um projeto de Constituição. Eu e minha mulher fomos a Brasília e ali fizemos a entrega, no Gabinete da Presidência. Nunca recebi a menor resposta. O que eu verifico hoje é que eu estava sonhando. Estava fora da realidade. Acontece que, antes disso, o Costa e Silva tinha pedido a colaboração das universidades para a instituição de um novo regime político no Brasil. Tempos depois, eu requeri ao Instituto dos Advogados de São Paulo a elaboração de um novo projeto de Constituição. O Instituto aprovou a proposta e nomeou uma comissão, da qual eu fui o coordenador. Trabalhamos na Faculdade de Direito durante cerca de três meses. O projeto foi então encaminhado ao governo pelo Instituto. Não é preciso que eu diga que este projeto morreu sem resposta nenhuma, sem a menor manifestação do governo.

Rememória

Este projeto que foi ao Costa e Silva não tem nada a ver com aquele outro que o senhor entregou para o Médici?

As minhas idéias e concepções são sempre as mesmas, e são bem conhecidas. Mas o que foi ao Costa e Silva, o primeiro, foi redigido por mim pessoalmente, e o segundo foi elaborado por uma comissão do Instituto dos Advogados de São Paulo. Em verdade, o que nós queríamos era forçar o governo a convocar uma Assembléia Constituinte, e tomar um caminho que levasse à democracia.

O senhor já não tinha, nessa época, notícias das prisões e desaparecimentos dentro da esquerda brasileira?

Esta pergunta merece uma resposta solene. Em minha casa, veja bem, em minha casa, na rua Martins Fontes, é que nós nos reuníamos à noite, nós, professores de diversas faculdades, em sessões secretas, para acompanhar pelo rádio, pela televisão, pelo telefone, as notícias dramáticas de nossas próprias cassações. Nós ficávamos ali, em volta do rádio, em volta da televisão, à espera do pronunciamento dos nossos nomes. Muitos dos nossos companheiros souberam de suas cassações nessas reuniões em minha casa. Eu mesmo esperava, a qualquer momento, a minha própria cassação. Eu me lembro de um telefonema que recebi, às quatro horas da manhã, do próprio ministro da Justiça, Gama e Silva*, comunicando que o meu nome estava em primeiro lugar na lista de cassações, mas que ele o havia riscado. Eu não perguntei por que motivo ele havia riscado o meu nome. Ele disse: “Eu não suportei, não agüentei a tristeza de vê-lo cassado.” Ele também era professor da Faculdade de Direito e era meu amigo desde nossos tempos de juventude. Portanto, eu não só tinha conhecimento da repressão política como era alvo dela.

Vou contar um caso para vocês terem bem idéia da situação em que vivíamos. Eu estava exercendo a diretoria da Faculdade, interinamente, quando fui convocado pelo Tribunal Militar para prestar depoimento no processo movido contra Caio Prado Júnior. Fui prestar meu depoimento e aproveitei a oportunidade para fazer a biografia de Caio Prado, mostrando quem era ele, coisa que os juízes desconheciam completamente. Terminei o depoimento dizendo que nenhum de nós, nenhum dos juízes, dos promotores e nem eu mesmo, nenhum de nós tinha, nem de longe, a importância intelectual de Caio Prado. Pela sua obra, pelo alcance internacional de suas idéias, ele era muitíssimo mais importante do que todos aqueles que estavam sentados ali, em volta daquela mesa de juízes fardados. Eu disse finalmente que seria uma injustiça de repercussão internacional qualquer condenação de um homem como aquele. Ele era livre-docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. E eu só não fui preso porque a multidão de acadêmicos do Largo rapidamente me envolveu e me salvou.

* Ministro do governo Costa e Silva.

Em 1968, a Faculdade foi ocupada pelos estudantes. São sempre lembrados aqueles que apoiaram a ocupação, entre esses alguns professores da casa, como o senhor mesmo.

Eu estava ao lado deles. De alma, de coração. Sempre estive ao lado deles. Durante a ocupação, organizamos cursos sobre os rumos futuros da Universidade e da Faculdade. Nós nos reuníamos no Centro Acadêmico XI de Agosto, no pátio, na escadaria. Éramos sete ou oito professores. Cesarino Júnior, Ignácio Mesquita, Rocha Barros, Canuto Mendes de Almeida e outros professores. Estávamos ali constantemente, tínhamos entrada e saída livre no prédio ocupado. Eu lembro que quando isso começou, bem no começo, estava em curso uma espécie de reunião dos professores. Havia uma grande agitação docente. O diretor era exatamente esse...

Não vamos pronunciar esse nome, professor. Eu já vi, numa reunião com estudantes, o senhor evitando pronunciá-lo.

Pois é, ele mesmo*. Triste figura, de quem não quero falar. Lembro que eu lhe disse: “Olha, se os senhores quiserem sair, eu os acompanho até lá embaixo.” Ele me respondeu, profundamente irritado: “Você está louco, nós vamos ser lapidados!” Eu lhe disse: “Não, se eu for com os senhores, ninguém será lapidado.” E continuei: “Vou sozinho, agora mesmo, vou falar com os estudantes.” Na qualidade de diretor da Faculdade, ele exclamou: “Não, não vá! Você vai ser morto lá embaixo!” Sorrindo, saí da sala, desci e conversei com os estudantes, meus eternos amigos. A mobilização era pacífica, totalmente desarmada. Conversei longamente com os acadêmicos e combinei a retirada dos professores. E assim se encerrou este episódio.

E nem uma vaiazinha?

Olha, eu não me lembro de vaia, não.

Pois então: o senhor era um participante da histórica ocupação da Faculdade de Direito em 1968; estava permanentemente ameaçado de ser cassado e tinha conhecimento da repressão política. Ao mesmo tempo, no entanto, levava um Projeto de Constituição ao general Médici. Parecem atitudes opostas. Se o tempo voltasse, o senhor agiria da mesma forma?

Se houvesse novamente ditadura militar?

Sim.

Olha, se houver ditadura estarei na primeira linha para combatê-la.

Não, professor, disso ninguém duvida. A pergunta é outra: o senhor entregaria novamente projetos de Constituição para um general?

* Alfredo Buzaid.

Rememória

Esteja quem estiver na presidência da República, inundarei sempre o país com minhas proclamações democráticas. Não será um general na presidência que irá me desestimular na minha pregação. Eu tinha a esperança de que meus projetos nas mãos do general-presidente pudessem ter o efeito de mísseis atirados contra a ditadura. Vã esperança. Mas iniciativa válida.

O senhor fala muito em fraternidade e dialogou até com os militares, sem se arrepender. Sua vida parece perseguir o bem, se me permite dizer assim. Professor, o senhor acredita em Deus?

Uniforme é o fenômeno da vida. A célula de uma ameba e a célula de um homem são indústrias muito semelhantes. No protozoário, na árvore, nas flores, na lagarta, na andorinha, no meu cachorrinho, em Beethoven; a oficina primordial da vida é sempre a mesma. Somos todos irmãos, porque somos biologicamente semelhantes. “Todos são iguais perante a lei”, diz o direito. Tal é o mandamento jurídico mais sublime. Com realismo científico, logo após as descobertas modernas sobre a engenharia uniforme de todas as células, afirmamos, extasiados, que todos nós somos irmãos de todos os seres vivos. Como irmãos, somos criaturas de um mesmo pai. E não seria de surpreender que, em meio do deslumbramento que nos ilumina, nossos lábios se ponham a murmurar as palavras que nos ensinaram quando éramos crianças: “Pai nosso que estais no céu...”

Florestan Fernandes

por *Paulo de Tarso Venceslau*

Teoria&Debate nº 13, 1º trimestre de 1991

Trabalhador intelectual que estudou nas praças públicas e nos bondes de São Paulo, arrimo de família, o professor Florestan Fernandes desenvolveu uma carreira brilhante. O menino de rua virou doutor respeitado internacionalmente pelas obras e pesquisas realizadas no campo das ciências sociais, condensadas em mais de 50 livros. Militante trotskista, foi convidado a dirigir uma organização guerrilheira durante a ditadura militar. Recusou educadamente, após longa explanação sobre a inconveniência da proposta de se partir para a luta armada na conjuntura daquela época. Sua trincheira era a universidade, onde resistiu à repressão, mesmo quando ameaçado e preso. Militante do PT, foi eleito deputado federal em 1986 e reeleito em 1990. Nascido em São Paulo, em 22 de julho de 1920, Florestan teve seis filhos com Míriam Fernandes. Morreu aos 75 anos. Sua entrevista foi concedida a Paulo de Tarso Venceslau no início de 1991.

Rememória

Professor, diante da crise que vive hoje o socialismo, o que precisaria ser revisto?

FLORESTAN FERNANDES — Os processos históricos precisam ser aceitos com objetividade. Não adianta nada nós pretendermos moldar a sociedade de acordo com as ideologias, com as utopias, e muito menos com aquilo que cada pessoa considera como sendo o mais importante, o mais desejado. Os agentes históricos, ao conquistarem sua auto-emancipação coletiva, escolherão os rumos e a forma da nova sociedade. Eu sou socialista, portanto acredito que nós vamos construir uma sociedade socialista, que deverá começar com uma democracia da maioria, atingindo a igualdade com liberdade e desenvolver todos os elementos fundamentais da personalidade humana. Trata-se de um socialismo que defende um humanismo — uma síntese, uma superação de todas as outras formas de humanismo anteriores.

Isto, nos anos 60, foi polêmico: os agrupamentos marxistas-leninistas refutavam qualquer vinculação do marxismo com o humanismo.

Essa polêmica não passou por Marx, Engels e nem pelos principais teóricos do marxismo, até Gramsci. Basta ler os *Ensaio econômico e filosófico* de Marx para ver qual é o nível de profundidade do marxismo. Se o movimento comunista é visto como um movimento social que visa alterar o atual estado de coisas e extinguir a alienação, a brutalização, a objetificação dos trabalhadores, então ele é um movimento por um novo humanismo. Não um humanismo espiritualista ou retórico, mas daqueles que acreditam que os trabalhadores podem ser agentes históricos; construir os padrões de vida e moralidade dentro dos quais vão viver, gerir a sociedade de uma maneira igualitária. Isso define um humanismo em um nível profundo, liga o indivíduo à sua personalidade, cultura, sociedade e história. Não é apenas uma manifestação filosófica, metafísica e muito menos religiosa: é um humanismo que pretende extinguir os fatores que impedem o total desenvolvimento da pessoa.

O senhor teve alguma formação religiosa?

Tive. A minha família é de origem portuguesa e é difícil divorciar o português do catolicismo, especialmente portugueses do Norte. Essa área de Portugal ficou vinculada à dominação católica mais conservadora que se possa imaginar. O clero daquela região é muito conservador.

Sua mãe era portuguesa?

Ela é portuguesa. Está viva, com mais de 92 anos. Apesar de não ir à missa com frequência, ela sempre cumpria as obrigações religiosas e me forçou a fazer o catecismo na igreja do Cambuci e a primeira comunhão. Mas, na medida em que fui aprofundando o estudo de ciências sociais, fui me afastando da religião.

Além disso, minha vida não facilitava o crescimento da fé, porque sofri muitas privações na infância. Tive de começar a trabalhar com 6 anos e ficava afastado de casa de oito até dez horas por dia.

Que trabalhos eram esses?

Com 6 anos, eu só podia fazer pequenas tarefas, como, por exemplo, limpar as costas de fregueses em barbearias para ganhar gorjetas. Uma vez uma senhora me pediu para transportar uma caixa de mangas da Estação da Luz até a rua Treze de Maio. Imagine se há humanidade ou sentido cristão nesse tipo de trabalho! Ganhei quatrocentos réis para fazer isso. Eu fazia todo tipo de coisa até descobrir que ser engraxate era uma coisa boa para mim. Trabalhei em açougue, marcenaria, alfaiataria, padaria, restaurante, bar, até que fui trabalhar na Novoterápica. Nesse ínterim consegui acabar o curso de madureza — não havia terminado o primário. O curso primário eu fiz um pouco em uma escola privada na avenida Celso Garcia, perto da casa da minha madrinha. Depois minha mãe me tirou de lá e fui para o Grupo Escolar Maria José, onde estudei até o 3º ano.

O senhor era arrimo de família?

Digamos que no início eu repartia com minha mãe a obrigação de sustentar o lar. Ela tinha dois filhos: eu e uma menina, que morreu com 5 anos. Costumo dizer que nós vivíamos ao léu, pois podíamos estar na Bela Vista, no Bosque da Saúde, na Penha ou no Brás. Nós morávamos em pequenos cortiços ou em porões e quando o aluguel subia éramos obrigados a abandonar o lugar em que estávamos. Nós éramos tocados pela vida, de uma maneira dura. Minha mãe trabalhou como doméstica e depois como lavadeira. Mais tarde, quando tinha 14 anos, me tornei arrimo. A nossa vida era difícil. Depois de algum tempo, fui morar com um amigo da enteada de minha madrinha: a dona da casa chamava-se dona Vilma de Castro. O marido dela, José de Castro Manso Preto. Quando souberam que eu só comia sanduíches e tomava leite, ou então ia comer em restaurante de comida chinesa, que naquela época era a mais barata que havia em São Paulo, me chamaram para jantar e exigiram que comesse na casa deles. Eles moravam na avenida Celso Garcia, no antigo número 141. Para mim era fácil, porque ali pegava o bonde para o Bom Retiro. Eu descia numa rua que dava direto na alameda Nothmann e dali seguia para o Ginásio Riachuelo, onde em três anos fiz o equivalente a sete anos de estudos. Nessa época, fui vender artigos dentários. Passei, então, a ter liberdade para freqüentar o curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia, na praça da República.

O senhor tinha quantos anos?

Dezessete anos e meio. Com o madureza, eliminei todo o atraso e fui o quinto colocado entre os estudantes aprovados no exame para a faculdade.

Rememória

A que o senhor atribui esta performance?

Eu nunca parei de estudar. A minha mãe teve um companheiro que se chamava João de Carvalho, que tinha vários livros. E eu, na casa da minha madrinha, aprendi a valorizar a cultura. Juntando essas duas coisas à minha curiosidade, acabei me tornando um autodidata.

Mas em que hora o senhor se dedicava ao estudo?

Quando podia: em casa, no bonde... Às vezes, eu acabava de vender artigos dentários nas imediações da rua Barão de Itapetininga e aproveitava para ir à praça da República, onde ficava uma biblioteca ambulante da prefeitura. Quando comecei o madureza, já possuía uma base intelectual suficiente para ser um bom aluno. O Ginásio Riachuelo, graças ao professor Benedito de Oliveira, que era um grande educador, era nossa casa. Nós tínhamos a chave e continuávamos a estudar depois que as aulas terminavam, durante uma hora ou mais, dependendo do horário do bonde. Além dos livros do curso, nós líamos também volumes de filosofia, matéria que não fazia parte do currículo, e discutíamos os romancistas da década de 1930 e os autores modernistas.

Por que o senhor foi estudar sociologia?

Eu queria fazer engenharia química. Não pude porque não tinha recursos para me manter na escola o dia inteiro. Por isso, tive de escolher entre os cursos de meio período. Destes, o que me atraiu mais foi o de ciências sociais. Foi uma boa escolha, porque a minha ambição era ser professor. Quando acabei o curso, tive dois convites para ser assistente na Faculdade de Filosofia.

Em que ano o senhor terminou?

Comecei em 1941 e terminei em 1943. Fiz licenciatura em 1944. E comecei a trabalhar na faculdade em 1945.

O seu pensamento progressista começou a ser formulado antes da sua entrada na faculdade?

Durante todo o período em que trabalhei como aprendiz em marcenaria, alfaiataria etc., havia uma certa inquietação social de caráter populista. Em 1930, por exemplo, eu corri pelas ruas gritando “queremos Getúlio”. Porque o sentimento de oposição era muito forte nas massas populares. Eu era um autêntico condenado da terra. Descalço, corria pelas ruas com aquela multidão. E encontrei, nos meus locais de trabalho, pessoas que tinham vínculos com os anarquistas, com os socialistas, com os comunistas. Eu recebi alguma influência deles. Quando fui para a Faculdade de Filosofia, a escolha de ciências sociais estava nebulosamente imbricada à idéia de que eu teria um conhecimento que seria útil para transformar a sociedade. Depois vi que, ao contrário, a estrutura do curso estava

voltada para estudar a sociedade de uma maneira científica, não havia polarização ideológica. Na faculdade, a maioria dos professores era composta por franceses, um deles era alemão, poucos eram brasileiros. Comecei, então, eventualmente, a freqüentar conferências sobre Marx, Engels e Rosa Luxemburgo, promovidas pelo Partido Comunista, que apesar de ilegal organizava atividades de divulgação teórica.

O senhor disse que trabalhou em um bar?

Sim, na copa e na cozinha do bar Bidu. Fazia um sanduíche com aliche e salsa picada (eu tenho habilidade para lidar com a faca) que o Manuel Lopes Teixeira, da Novaterápica, adorava. Eu colocava um pozinho verde e azeite português e fazia um pacotinho para ele levar. Um dia, o Maneco ficou esperando que o bar fechasse, saiu comigo e me perguntou o que pretendia fazer na vida. Respondi que gostaria de estudar. “E por que você não sai desse emprego e estuda?” Eu disse: “Já tentei mas não consegui.” Naquela época, as pessoas mais estigmatizadas socialmente eram as prostitutas, os negros e as pessoas que trabalhavam em bares e restaurantes. Ninguém dava outro emprego para nós. Aí ele falou: “Você vai poder estudar, porque vou arrumar um outro emprego para você. Mas você precisa fazer o tiro-de-guerra, senão vai ter de interromper os estudos. E também precisa aprender datilografia. Quando estiver tudo pronto, você me avisa.” Eu tive uma conversa com os donos do bar, que eram muito meus amigos. Para eles era ruim que eu saísse três vezes por semana na hora de pico do movimento. Mas como eu era considerado um funcionário exemplar, eles cederam. Aí eu ia ao tiro-de-guerra 546, que funcionava na rua do Carmo; e fiz o curso de datilografia na praça da Sé. Quando terminei, avisei o Maneco e ele me colocou na Novoterápica como entregador de amostras. Depois, passei a cuidar do estoque e mais tarde fui promovido a chefe da seção de dentes. Era capaz de separar dentes por cor e por tipo. Daí a facilidade com que me transferi para a área de artigos dentários do Boticão Universal. Quando fiz os exames e entrei para a faculdade, passei a vender artigos recebendo ajuda de custo e comissão. Passado algum tempo, o Maneco descobriu que a Pio Miranda e Cia. ia precisar de um propagandista. Fiz um concurso e consegui o cargo. O pessoal do laboratório acreditava que eu gastava oito horas por dia para fazer oito visitas. Mas, na verdade, eu gastava muito menos. Era o posto ideal para eu poder estudar. Sobrava tempo para ir à escola e estudar à noite. Com isso, consegui me formar. Eu me casei em 1944 e, como o salário de professor-assistente não era suficiente para nos mantermos, ainda trabalhei por dois anos como propagandista. Os médicos, meus clientes, ficavam constrangidos, porque achavam que eu, professor-assistente, era hierarquicamente superior a eles.

Onde o senhor conheceu sua esposa?

Rememória

Eu conheci a Míriam na casa de um amigo meu que namorava sua irmã. Ele se chamava Coríntio Palma e trabalhava na Novoterápica. O namoro foi longo, uns cinco, seis anos. Depois me casei.

O senhor já era socialista?

Na Novoterápica conheci o Scalla, principal auxiliar do Maneco. A família dele era vinculada ao socialismo. E havia um italiano, que depois se casou com uma irmã dele, recém-chegada da Itália, com idéias muito frescas sobre o movimento socialista europeu. Eu tinha lido muitos livros, mas sem sistematização. O contato com essa família serviu para tornar as coisas mais claras para mim. E comecei a freqüentar as redações de *O Estado de São Paulo*, e principalmente da *Folha da Manhã*, onde conheci o Hermínio Sacchetta, que era líder do movimento trotskista, ligado à IV Internacional. Assim, em 1943 me tornei militante do Partido Socialista Revolucionário na célula a que pertenciam o Sacchetta, Rocha Barros, Plínio Gomes de Mello, Vítor de Azevedo e José Stacchini.

Quer dizer que o senhor começou a militar sem passar pelo Partido Comunista?

A minha aspiração era ir para o Partido Comunista. Mas as circunstâncias me levaram ao movimento trotskista. Ademais, não gostei do tipo de disciplina do PC.

O senhor chegou a ter contatos com o PC?

Tive diversos. Os comunistas levavam as pessoas para reuniões, festas, conferências, mas havia um elemento autoritário que eu repelia. Com a filiação ao PSR, seção brasileira da IV Internacional, minha militância se tornou sistemática. Nessa época, fiz a tradução da *Crítica da economia política*, de Marx. O livro saiu em 1946. Eu estudava alemão, mas não sabia o suficiente para traduzir. Então, usei uma edição em inglês, emprestada pelo advogado Alberto da Rocha Barros. Havia uma outra edição espanhola, boa, e uma edição francesa. A pior era a francesa, a melhor era a espanhola. A minha tradução é montada sobre os três textos. Eu cometi alguns erros porque, como eu estudava ciências sociais, usei a terminologia sociológica para alguns conceitos marxistas.

Quando o senhor saiu do movimento trotskista?

Eu me mantive nele até o início dos anos 50. Aí os próprios companheiros acharam que não seria conveniente que eu desperdiçasse o tempo em um movimento de pequeno alcance, quando podia me dedicar a trabalhos de maior envergadura na universidade. O Sacchetta, que era um homem esclarecido, me aconselhou: “É melhor você se afastar da organização e se dedicar à universidade, que vai ser mais importante para nós.”

Foi na Universidade que o senhor aprofundou sua formação marxista?

Descobri o marxismo com a tradução da *Crítica...* Para mim, foi uma revelação. Ao escrever a introdução da *Crítica...*, eu não tinha competência para fazer um estudo profundo. Era muito mais uma homenagem, uma defesa de Marx. Apesar de tudo, coloquei problemas que entrariam em efervescência na Europa pouco depois. Dei grande destaque ao pensamento do que mais tarde se chamou na Europa de “o jovem Marx”. Situei-me como *enfant terrible* da sociologia brasileira por causa disso. Eu sentia uma grande afinidade com esse jovem Marx. Nele, o homem era visto como parte da natureza, portador de cultura e criador da história.

O que seria exatamente ultrapassar Marx?

Bem, isto é algo que não depende propriamente de nós, porque Marx se vincula à dinâmica da classe trabalhadora. Hoje, para superá-lo, nós teríamos de ter uma relação dialética com as classes que ocupam uma posição revolucionária na história. O proletariado interessava a Marx e Engels porque eles o viam como a única classe revolucionária. E, portanto, era por intermédio dela que eles absorviam o pensamento revolucionário de conteúdo histórico, ao mesmo tempo negador da ordem e capaz de promover uma síntese, e ultrapassar a situação existente.

Quais seriam essas classes hoje?

Esse é o grande dilema do cientista social: hoje você não tem como identificar uma classe que pareça vinculada à negação da ordem. Eu acredito que na periferia o problema é mais simples. São os trabalhadores e principalmente os excluídos, os que Frantz Fanon chamou de “condenados da terra”. Eles contêm a radicalização maior, aquela que exige que a ordem existente seja virada de cabeça para baixo. Nos países centrais, ainda não surgiu uma classe que tenha a potencialidade de negação da ordem no plano histórico. Está no plano do vir-a-ser. O radicalismo da classe média é muito mais vinculado a frustrações, ao medo da proletarianização, enquanto os trabalhadores e os excluídos acabam sendo trabalhados pelos meios de comunicação de massa e só percebem a realidade por meio de imagens que obscurecem o pensamento.

O conceito de “trabalhadores” não está muito fluido?

Ele não é fluido porque há um elemento comum. A grande novidade de nossa época é o aparecimento do trabalho intelectual em uma escala mais ampla. O trabalhador intelectual acabou tendo uma posição na produção que absorve uma porção de funções que antes sobrecarregavam o trabalhador manual. Atualmente, o trabalhador manual é muito mais um marginalizado do que um elemento que carrega uma concepção de mundo homogênea. A luta ideológica hoje é

Rememória

mediada por instrumentos de dominação muito potentes e isso confere às elites das classes dominantes a capacidade de se ocultarem como tal, e ao mesmo tempo de manipularem o comportamento coletivo das massas não só por intermédio do Estado e da empresa, mas também por meio da cultura. É possível que, no fundo, essas polarizações se alterem. O que o marxismo explica é a dinâmica do capitalismo e as contradições que vão destruí-lo. Isso não foi negado até hoje.

Mas também não foi confirmado.

Não foi confirmado. No entanto, o socialismo está mais vivo do que nunca, porque ele está livre das contingências e das limitações, das condições que eram obstáculos ao seu pleno desenvolvimento e realização.

O senhor está se referindo às mudanças no Leste Europeu?

Sim, às mudanças que estão ocorrendo. O socialismo volta a ser a promessa pura e completa que era no passado, enquanto o capitalismo não é mais promessa de nada. Qual é a promessa que há no capitalismo?

Mas essa sua opinião não é contraditória com o artigo que o senhor escreveu elogiando a Albânia?

Na Albânia, não existem as condições para que a explosão contra o regime seja violenta. Mas o regime está sob pressão. O ministro da Economia, o próprio presidente do país, foram muito claros: estão buscando novas saídas. Não querem fazer concessões ao capitalismo, mas, ao mesmo tempo, viam que não podiam ficar presos em uma ratoeira. Então, eu tinha de admitir a idéia experimental. Quem ler o artigo com cuidado vai ver que eu terminei dizendo que ainda não há uma alternativa. Tanto pode se repetir o que aconteceu no Leste Europeu como pode haver uma renovação produzida pelas próprias forças sociais internas. O que está subjacente no meu artigo não é a defesa da Albânia, mas sua localização no contexto de uma experiência crucial, o que é diferente. As pessoas não lêem direito! Lêem uma parte e depois concluem o que você não disse. Eu não tenho culpa.

Existem hoje correntes de pensamento que criticam Marx e combatem o próprio PT, dizendo que o partido tem uma visão monoclássista.

Mas um dos dilemas do PT é não ser monoclássista. Na verdade, esse reducionismo que tem sido imputado ao marxismo não existe. As pessoas não lêem Marx, lêem divulgadores e depois simplificam. O que ele afirma é que uma classe é portadora da condição de classe revolucionária. Mas ele sabia que existe um exército industrial de reserva, que na população excedente há uma variedade imensa de pessoas que não estão incluídas nem no exército ativo, nem no exército

industrial de reserva. Ele sabia que existem as colônias, que há uma burguesia diferenciada, que há uma nobreza que ainda tem força na Inglaterra. Marx era um homem de uma imaginação fértil, muito vibrátil, capaz de apanhar a totalidade. Quando se esquece que uma pessoa tem a totalidade e depois se fala em reducionismo está se cometendo uma falsificação.

Uma boa parte dos intelectuais brasileiros estaria, então, reduzindo o pensamento de Marx?

Há marxistas e marxistas. Na universidade, conheci pouca gente que realmente havia lido Marx. Eu próprio não conheço Marx tanto quanto desejaria. Paul Singer, por exemplo, é uma pessoa que conhece Marx e o marxismo e, no entanto, tem posições moderadas. Há pessoas que conhecem Marx como Otávio Ianni, José Paulo Neto, Jacob Gorender. Agora, o problema é saber se o marxismo continua a ter atualidade ou não. Em *O marxismo ocidental*, Perry Anderson disse que o marxismo se empobreceu na medida em que intelectuais marxistas passaram a ser intelectuais não-ativistas. O intelectual não pode se dissociar da prática política, sob pena de perder a perspectiva de classe e cair no vício acadêmico do pensamento abstrato. Aí, queira ou não, nós acabamos num Althusser. Com todo respeito que merece, ele fez uma metafísica do marxismo. Agora, ser ativista não significa necessariamente filiar-se a um partido. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels não falam em partido comunista. Eles falam que a função dos comunistas é servir a todos os partidos operários. E que o comunista devia levar a eles a visão de conjunto, a totalidade das grandes transformações que ocorrem e o que elas vão gerar. Seriam elementos fermentadores no processo político e de produção intelectual.

O senhor diz que o marxismo se empobreceu porque os intelectuais se desvincularam da prática. E como o professor Florestan Fernandes, um intelectual, vinculou teoria e prática?

Em 1964, a minha inclusão em uma lista de professores a serem inquiridos pelos policiais militares estava ligada à minha própria vida intelectual. Quando eu cheguei à universidade, eu era o Florestan de origem proletária, o que nunca neguei. Eu não procurei na universidade um meio de ascender socialmente e me confundir com as elites. Sempre tive um papel ativo: me tornei assistente na Faculdade de Filosofia, e a primeira coisa que comecei a fazer foi combater a cátedra, uma forma arcaica de autoridade do professor, e a lutar para a autogestão coletiva do departamento. Inclusive, defendi a gestão paritária. Fiz parte das campanhas de defesa da escola pública, pelas reformas estruturais de base e pela reforma universitária. Em 1964, puniu-se esse padrão intelectual, indesejável em uma sociedade na qual as elites querem manter a sua ordem de qualquer maneira.

Rememória

Depois de 1964, o senhor continuou na universidade?

Todos continuamos. De 1964 a 1969 assumi um papel ainda mais ativo. Já havia a Junta Militar, e eu ainda estava lutando. Percorri todo o Brasil, fiz conferências, cheguei a fazer quatro conferências em um dia em Porto Alegre. Houve uma tentativa de me arrastarem para a guerrilha. Enquanto um dos grupos se constituía, me foi oferecida a sua chefia. Aí eu disse: “Olha, devido à minha visão marxista da luta de classes eu não posso aceitar fazer parte da guerrilha.”

Que grupo era esse, professor?

Eu não posso dizer, mas essas pessoas me procuraram por duas vezes na Faculdade de Filosofia. Formavam um grupo novo, que se aglutinava em termos radicais. Recusei dizendo que, como marxista, eu não podia aceitar, porque se a guerrilha não existisse, a ditadura precisaria criá-la para aprofundar a repressão e a contra-revolução. Não havia condições para uma ruptura no plano político, suficientemente profunda, para que a guerrilha pudesse ser o detonador de uma rebelião das classes trabalhadoras e das massas populares. Então, eu disse: “Não, eu não entro nessa.” Eu respeito muito os companheiros que morreram na guerrilha, porque deram demonstração de valor e altruísmo, sacrificaram a própria vida. Acho que a guerrilha tem chance quando está associada a um movimento de inquietação, de revolta, e nós não tínhamos aquilo. No final de 1968, a ditadura tinha de fazer comigo o que ela fez, porque assim como fui implacável na luta eles tinham de ser implacáveis na repressão. Fui submetido a Inquérito Policial Militar, processado, julgado e inocentado pela Justiça Militar e, finalmente, cassado pelo AI-5 e afastado da universidade.

Como foi sua saída do Brasil?

Não foi uma saída legal, foi virulenta e difícil. Ela aconteceu por pressões externas. Houve protestos na Universidade de Toronto e do governo do Canadá. Mas houve algo ainda mais eficiente que eu só soube depois de ter cometido muitas injustiças contra companheiros norte-americanos do movimento dos Direitos Civis. O Magalhães Pinto, então ministro das Relações Exteriores, foi preso em Nova York, dentro de uma sala, por várias horas, até concordar em autorizar minha saída do Brasil. Eu devia estar no Canadá em fins de julho, início de agosto, o mais tardar, e só cheguei lá em novembro de 1969.

O senhor chegou a ser preso?

Eu fui preso em 1964.

Quanto tempo o senhor ficou preso?

Fiquei pouco tempo, porque houve um protesto muito grande. Eu escrevi uma carta ao coronel que presidia o Inquérito Policial Militar na Faculdade de Filo-

sofia dizendo que a maior virtude do militar é a disciplina e a do intelectual é o espírito crítico... Publicada pela imprensa, ela causou grande comoção.

O que representou 1968 para o senhor?

Para mim, foi um pouco diferente do que talvez tenha sido para os meus colegas, porque já havia me engajado em atividades abertas de combate ao regime. Eu voltei dos Estados Unidos no início de 1966 e comecei a fazer conferências. Os dois anos seguintes foram de intensa atividade. No fim de 1968, apresentei no Rio um trabalho sobre a reforma universitária consentida, uma resposta violenta à tentativa do governo ditatorial de roubar a nossa bandeira de reformas, pela qual vínhamos lutando desde o início da década. Aquela foi uma das últimas manifestações cívicas contra a ditadura. Na Faculdade de Filosofia, em janeiro de 1969, ainda fiz um apelo aos colegas, dizendo que aquela era a última oportunidade que nós tínhamos de nos manifestarmos contra o regime vigente e em defesa de uma sociedade democrática. Aí se estabeleceu um debate na Congregação e descobri com tristeza que o setor de esquerda havia recuado. Prevaleceu na Congregação uma atitude de recolhimento, de autoproteção.

Acho que 1968 foi o auge da luta contra a ditadura. Foi o momento no qual surgiram os melhores trabalhos produzidos pela esquerda. Havia a revista *Teoria e Prática* e debates em vários grupos. Existia uma preocupação muito grande em ligar o combate à ditadura a processos que poderiam começar com bandeiras democráticas e levar a transformações radicais. Foi um ano em que o ardor cívico da população poderia ter sido trabalhado pela esquerda.

A luta guerrilheira, o desdobramento imediato deste período, foi inevitável diante da radicalização da direita, diante da falta de opções da militância?

Em 1962, aconteceram as primeiras manifestações repressivas. No interior de jornais, de empresas, elementos de esquerda foram sendo expurgados e em 1964 houve o golpe de Estado. A direita foi ganhando força gradativamente e, depois do golpe, ninguém a ameaçava. Por isso, acredito que a radicalização da direita era um jogo para açular os seus adversários e ampliar a reação conservadora. O governo ditatorial aproveitou a existência da guerrilha para intensificar a repressão e, ao mesmo tempo, “legitimar” a violência.

Como foram para o senhor os anos 70 e o começo dos anos 80?

Em 1969 fui para o exterior, onde desenvolvi uma campanha contra a ditadura. Fazia conferências em toda parte: no Canadá, Estados Unidos, Alemanha etc. Não levei muito tempo para descobrir que a maioria das sociedades norte-americanas, canadenses, européias, estava muito encantada com a ditadura militar, porque ela aparentemente mantinha a democracia com eleições, Parlamento funcionando etc., e estava unida aos civis “mais responsáveis” na defesa da ordem e da

expansão do capitalismo no Brasil. Vi que era ilusão perder tempo lá. Porque eu podia falar de guerrilha em uma universidade, de fascismo em outra, falar contra o regime militar, mas tudo isso era muito limitado. Na verdade, eu não tinha muita probabilidade de exercer influência em qualquer movimento social, e resolvi voltar em fins de 1972. Em 1973 e 1974 não atuei muito, o espaço estava fechado. Foi a esquerda católica que me deu maior chance de manifestação. Fiquei praticamente aprisionado em minha casa, revendo coisas que tinha escrito. Retomei o livro *A revolução burguesa no Brasil*, que tinha posto de lado, e fiz conferências para padres e para a juventude católica de esquerda. Também contribuí para a elaboração das revistas *Debate e Crítica e Argumento*, logo inviabilizadas pela repressão policial. Em 1975 e 1976 dei dois ciclos de conferências no Sedes Sapientiae. No final de 1977, fui contratado como professor da PUC/SP. Eu não tinha um conhecimento muito profundo do que estava acontecendo entre os ativistas, cujo setor mais dinâmico era a esquerda católica. Quiseram me convidar para participar deste movimento, mas respondi que isto não era correto nem para mim, nem para eles — não sou católico, sou marxista, e eles eram revolucionários, mas não marxistas. Eu disse: “O melhor é nós cooperarmos; continuo a colaborar do jeito que estou colaborando e posso aumentar a minha contribuição.”

E o surgimento do movimento operário e do PT?

Em vários setores da sociedade foram surgindo manifestações de repúdio ao regime. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), por exemplo, eram bastante combativas — não abertamente, mas usando como expediente a crítica do funcionamento das instituições. Muitos falavam na necessidade de restaurar a democracia, uma bandeira com a qual eu não convivia bem, porque, para mim, nunca houve democracia no país. Dos movimentos que tiveram maior significação é preciso dar relevo ao do operariado, que, em 1978, com a grande greve dos metalúrgicos do ABC, desferiu o primeiro golpe sério contra a ditadura. O novo sindicato que se formou a partir desta ruptura desatrelou-se do governo e dos dirigentes pelegos e procurou unir os demais sindicatos em uma frente de luta contra o capital, contra o governo. Nessa luta, os operários descobriram a sua força e a sua fraqueza — a necessidade do braço partidário. O sindicato precisa de um partido, assim como precisa de um sistema que organize as manifestações operárias nas bases. Nesse contexto é que surge o Partido dos Trabalhadores. Desde o início, senti uma grande simpatia pelo PT. Mas, ao mesmo tempo, tinha medo de entrar para o partido, porque o arco que ia desde movimentos de comunidades de base sem conotação política, de caráter humanitário, passando por um núcleo social-democrático que tinha servido e serve para fortalecer a reforma do capitalismo, até socialistas democráticos e comunistas e socialistas revolucionários, esse

imenso arco me assustava. Eu preferia uma concentração mais nítida de valores políticos operários, dentro de uma tradição que teria de ser anarquista ou marxista. Como o anarquismo não tem condições de derrubar uma sociedade capitalista organizada, a única alternativa para mim era a marxista. Então, fiquei numa posição ambígua, com uma grande simpatia pelo PT, uma grande admiração pelo Lula, mas não me decidia a entrar. Até que o Lula marcou um encontro no Sindicato dos Metalúrgicos. A Annez Andraus Troiano foi comigo. O Lula, nesse encontro, teve altos e baixos. Houve um momento em que ele quis usar a superioridade natural do operário diante do intelectual marxista, e perguntou: “Bom, afinal, você é nosso aliado ou inimigo?” E eu respondi: “Isso não pega comigo, porque eu tenho origem inferior à sua. Comecei a trabalhar com 6 anos. Para mim, um operário tanto pode aderir a um movimento fascista como a um movimento socialista, ou ficar indiferente. Eu não sou obrerista e não me ajoelho diante do deus operário. Para eu entrar no PT, quero que ele defina seu programa, esclarecendo melhor quais as opções que envolvem a sua presença como núcleo político da classe trabalhadora.” Aí ele viu que a conversa não tinha saída. Passei a ser contribuinte e simpatizante do PT, mas sofria uma forte pressão dos estudantes que achavam que havia uma incongruência entre a minha posição política anterior e o fato de eu não ser militante do PT. Eu respondia que podia servir o PT dentro ou fora dele. Aí houve a morte daquele célebre revolucionário, o Gregório Bezerra. Eu tinha lido a sua bela autobiografia, que desmente as teses do Partido Comunista de impraticabilidade de um levante operário. Ele mostra a facilidade com que a massa camponesa se mobiliza. Escrevi um artigo sobre Gregório Bezerra e mandei para a *Folha de S. Paulo*. A *Folha* publicou e o impacto do artigo foi tremendo, no Brasil inteiro... A homenagem ao Bezerra comoveu a todos. A partir de então comecei a colaborar na *Folha*. Por intermédio da *Folha*, exercia uma atividade política confinada, pois não podia fazer um trabalho ideológico. Esses artigos estreitaram minhas relações com muitos militantes do PT. No Brasil inteiro havia petistas lendo os artigos, se comunicando comigo, me aplaudindo e me entusiasmando. Os laços foram se estreitando e eu fui sendo empurrado para o PT por essas pressões morais. O Antonio Candido, que é uma pessoa a qual eu dedico uma amizade profunda, uma espécie de irmão, pertencia ao PT. Vários dos meus amigos e pessoas que eu admirava pertenciam ao PT. Além disso, não via alternativas que se definissem dentro de uma linha mais ortodoxa, mais unificada. Porque eu continuava a ver a pluralidade de correntes como um fenômeno negativo. Até que com o curso que dei sobre a Revolução Cubana e a análise que fiz do caso chileno compreendi que na América Latina a fraqueza das classes subalternas acaba criando a necessidade de partidos que são frentes ideológicas e políticas que unem tendências diferentes. Um dia, em 1986, na saída da aula da USP, meu filho me disse que o Lula queria falar comigo. Ele me levou ao Diretório Nacional

Rememória

e o Lula estava lá, junto com o José Dirceu e mais algumas pessoas, e perguntou se eu queria ser candidato a deputado federal constituinte. Eu respondi: “Não sou político profissional, portanto não sei fazer campanha política. Não tenho recursos para financiar uma campanha. Também estou recém-saído do hospital e a campanha vai ser muito desgastante para mim.” Apesar disso, ele insistiu. Eu perguntei: “O que o PT oferece para que eu seja candidato? Vocês me dão alguma coisa?” Ele disse: “Nada. Você é que vai dar 30% de tudo o que recolher para o partido.” Caí na gargalhada e respondi: “Está bom, assim eu aceito.” Preenchemos a ficha de inscrição, saí candidato do partido e fui eleito.

O professor Florestan se transformou no deputado Florestan. Como o senhor vê sua experiência no Congresso?

Na verdade, não me transformei em um deputado. Continuo o mesmo Florestan, exercendo atividades dentro do Parlamento. É claro que, pela minha origem e pela minha formação marxista, tendia a ver o Parlamento como uma instituição altamente conservadora, que buscava resolver os conflitos sociais tendo em vista a defesa da ordem existente. No entanto, há espaço para se exercer tarefas construtivas. A sociedade capitalista tem esta característica: possui uma possibilidade de transformação que não é eliminada pelas iniciativas das classes burguesas. Muito embora o Congresso brasileiro reflita inversamente a nossa sociedade: a minoria rica e poderosa é a maioria parlamentar, e a maioria da nação é representada por uma minoria que só pode conquistar pequenos avanços. Hoje, sem pretender me tornar um político profissional, compreendo que é possível utilizar o Parlamento de uma maneira criativa e inovadora. O PT e outros setores de esquerda tiveram um papel dinâmico na Constituinte. Se nós não estivéssemos lá, as conseqüências teriam sido piores.

Como o senhor analisa a atual situação do Partido dos Trabalhadores?

Como ingressei no partido com uma identidade política definida, como marxista, me sinto à vontade para dizer que, embora não pertença até agora a nenhuma tendência, defendo que o PT deva ser um partido no qual o socialismo marxista tenha uma certa consistência. Não se pode conceber um partido dos trabalhadores que seja meramente reformista, que pretenda realizar tarefas semelhantes às da social-democracia européia. Acho que o PT pode desempenhar um papel importante na consolidação da esquerda.

Como existem várias tendências dentro do partido, ele pode assumir uma posição mais aberta diante de várias questões. É sabido que, quando aceita a representação política dentro da sociedade capitalista, o socialismo perde seu vigor revolucionário. Desenvolve-se uma burocracia partidária, surgem políticos profissionais e ambos se unem para impedir a revolução, porque têm interesse na reprodução da ordem, na medida em que a sobrevivência deles, como

burocratas do partido ou políticos profissionais, depende da sobrevivência de partidos que fiquem na órbita da reforma e da transformação do capitalismo. Acho que há uma vantagem nessa multiplicidade de tendências dentro do PT: ela quebra o monolitismo teórico e impede que possa surgir uma oligarquia dentro do partido. É importante que dentro do PT nós lutemos por concepções proletárias de socialismo. No Brasil, não há solução possível sem que a classe trabalhadora se una com o setor mais miserável e espoliado da sociedade. Essa é a função que o PT pode exercer melhor que qualquer outro partido. A questão está em encontrar uma linguagem socialista que permita definir os objetivos finais e os objetivos imediatos de forma que seja aceitável por todos. Porque, se existem várias correntes, existem também expressões ideológicas e políticas em contraste e até em conflito. É preciso impedir que essas diferenças acabem explodindo e destruindo o partido. Mas isso não pode ser feito às custas de seu caráter proletário e revolucionário. No momento em que o PT renegar a sua função de servir de espinha dorsal à luta política dos trabalhadores, deixando de ser um partido de revolução contra a ordem, ele deixará de ter importância para a instauração da democracia com igualdade social no Brasil.

Professor, por ter uma posição independente dentro do partido, o senhor enfrentou alguma dificuldade?

Na primeira eleição não. Encontrei na segunda, devido ao caráter tortuoso que ela tomou em consequência das condições imperantes no partido. O partido acabou avançando mais na direção de modelos burgueses do que de modelos propriamente proletários e socialistas.

O que seriam estes modelos burgueses?

Na relação entre candidatos socialistas não deve prevalecer a disputa pelo voto. Dentro do PT, está crescendo uma técnica eleitoral competitiva. O objetivo pessoal de vencer eleitoralmente prepondera sobre a ideologia, a política, a cooperação entre companheiros. O companheirismo deve ser a regra fundamental entre pessoas que participam de tendências socialistas. O individualismo e a própria competição são símbolos fortes da sociedade capitalista. O que deve estar em primeiro lugar é a vitória do PT e não a eleição de determinado candidato. Mas é claro que quando um partido socialista escolhe a via parlamentar ele escolhe também a via eleitoral. E ambas as coisas deterioram um pouco o processo de identificação com o socialismo, porque a pessoa acaba sendo apanhada pelo umbigo por relações de classe burguesas. Para mim é coisa secundária se eu vou ser eleito ou não. Eu não estou concorrendo por mim e para mim. E o processo eleitoral não é o objetivo em si, é um processo político no qual está em jogo a conscientização do estudante, do trabalhador, a identidade socialista. O objetivo é desempenhar tarefas políticas do partido. É lamentável dizer que isto

Rememória

não ocorreu. E isso precisa ocorrer, senão os partidos de esquerda nunca chegarão a nada. Eles ficarão sempre rastejando em segundo plano. Só poderão “ocupar o poder”, nunca terão capacidade de “conquistar o poder”, e para o socialismo o que importa é a conquista do poder, para que ele possa transformar a sociedade. O partido é um meio para este fim.

O senhor faria tudo de novo?

A capacidade de se atingir certos fins, de realizar certas atividades, não depende só de você, depende de certas condições. Tive uma grande sorte de ter tido oportunidades e de ter sabido aproveitá-las. Quando era menino, vi companheiros que não lograram desenvolver seu potencial, porque morreram ou foram encaminhados para atividades que aprisionam as pessoas. De qualquer maneira, acho que a coisa mais difícil que fiz foi permanecer fiel à minha classe de origem.

Herbert de Souza (Betinho)

por *Renato Simões* e
Sérgio Ferreira

Teoria&Debate n° 16, 4° trimestre de 1991

Herbert José de Souza, sociólogo, portador assintomático do vírus da Aids, morreu aos 61 anos em agosto de 1997. O Betinho, “o irmão do Henfil”, cantado por Elis Regina e por centenas de milhares de militantes das causas da democracia durante o bravo período da ditadura militar. De seu nascimento, em 3 de novembro de 1935, em Bocaiúva (MG), passando por uma infância marcada pela hemofilia e pelo convívio com as duas “escolas de vida” (como ele as chama) em que cresceu — a penitenciária e a funerária onde seu pai trabalhou —, Betinho discorre sobre os fatos mais importantes de sua vida: a militância na Ação Católica em Minas Gerais, sua participação na fundação e atividade política da Ação Popular, sua visão sobre a “loucura política” vivenciada no interior da AP, sua integração na produção em uma fábrica de porcelanas em Mauá, no ABC paulista; as viagens na clandestinidade para o Uruguai e Cuba; o exílio no Chile, Canadá e México e seu retorno ao Brasil, onde dirigiu o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids). A entrevista foi concedida a Renato Simões e Sérgio Ferreira em 1991. Pouco depois, a partir do governo Itamar Franco (1992-94), Betinho tornou-se nacionalmente conhecido, como coordenador da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria.

Rememória

Como foi sua infância?

BETINHO — Eu nasci em 1935, em Bocaiúva, Nordeste de Minas Gerais. Tive uma infância marcada, primeiro, pela hemofilia, a doença que se manifesta desde os primeiros dias de vida, e, depois, pelo fato de ter passado oito anos morando, com minha família, numa penitenciária onde meu pai trabalhava. Uma parte da infância e da adolescência eu vivi num outro ambiente inusitado, uma funerária. Acho que ninguém nasceu numa penitenciária e se criou numa funerária.

Seus irmãos também passaram por esta experiência?

O Henfil [Henrique de Souza Filho, cartunista] ainda mais do que eu, porque ele nasceu na penitenciária e se criou praticamente na funerária. Então, todo aquele humor negro, todo aquele sadismo e masoquismo tinham uma razão muito real, ele via aquelas coisas. O Chico [Francisco Mário, músico] já não teve a experiência da penitenciária. Talvez por isso ele fosse o menos politizado. Eu acho que é uma combinação altamente política, penitenciária e funerária.

Quando você chegou a Belo Horizonte, como começou seu relacionamento com a Ação Católica?

Minhas irmãs tinham sido educadas em colégio de freiras, e uma delas entrou para a Ação Católica. Foram elas que introduziram a família neste outro ambiente. Eu adoeci nos anos 50 e, quando saí da doença, entrei em contato com os padres dominicanos, particularmente o frei Mateus, que chegara a Belo Horizonte para fundar a JEC (Juventude Estudantil Católica). Por muito tempo os padres dominicanos exerceram em Belo Horizonte uma influência dentro da Ação Católica e particularmente dentro da JEC.

Você foi da direção da JEC?

A militância na JEC era muito grupal. A gente não dava importância a título ou cargo. Eu fazia parte de um grupo de pessoas extremamente ligadas entre si, com uma convivência intensa. Eu lembro de nós como um grupo que andava e trabalhava junto. Quando dizem que eu era da direção, eu acredito que tenha sido, mas não é uma lembrança marcante. Essa questão do poder interno não era determinante.

Como funcionava a JEC?

Tínhamos reuniões quase todos os dias, numa sede em cima do cinema São Luiz, em Belo Horizonte.

E as discussões eram em torno da Bíblia e da realidade?

Existia o método da Ação Católica, que era Ver-Julgar-Agir. Esse método na verdade era aplicado em cima de duas preocupações. Era toda uma discussão

em torno do Evangelho. A Ação Católica não lia a Bíblia, lia o Evangelho. Era uma visão bastante revolucionária do que significava o cristianismo. A outra vertente era a análise política. Essa constituía para todo mundo uma novidade, porque de repente chegava um cara e dizia que Cristo era homem, que o Evangelho revolucionava a vida, quando você tinha sido criado numa Igreja conservadora. A Ação Católica produziu um choque cultural e conseguiu atrair uma turma grande. Esse período se caracterizou por um amplo processo de recrutamento. Alguns anos terminavam com 15 caras decidindo largar tudo e entrar pro convento. E foi assim que a Ordem dos Dominicanos cresceu imensamente neste período.

Esse grupo da JEC de que você participou teve grande inserção no movimento secundarista?

O movimento secundarista cresceu lá pelos anos 60. Tivemos na JEC um começo, que se politizou mesmo e virou movimento estudantil na JUC (Juventude Universitária Católica), quando disputávamos a direção da UNE [União Nacional dos Estudantes].

Em que ano você entrou na JUC?

Em 1958, e fiquei até 1962.

Parece que a Faculdade de Ciências Econômicas, em que você estudou, era um núcleo forte da JUC em Minas Gerais.

Eu diria que foi o núcleo que gerou o pensamento político da JUC e depois o da Ação Popular. Vinícius Caldeira Brandt foi um dos que escreveu parte do documento-base da Ação Popular, e Antonio Otávio Cintra era outro que tinha um desenvolvimento intelectual e cultural forte. Acho que nós três tínhamos uma presença maior. E esse grupo, depois, se articulou com outros fora da faculdade e de Minas Gerais. Veio a articulação com o grupo do Rio, da PUC, onde se deu o encontro com o padre Vaz, o Landim e outros. Mas eu acho que quem realmente partiu para um processo de elaboração de pensamento foi esse grupo de Minas.

Como era o relacionamento da JUC com a hierarquia da Igreja?

As relações eram com alguns padres, particularmente de algumas ordens. A Ação Católica se desenvolveu de uma forma muito autônoma, graças às ordens religiosas, basicamente a dos dominicanos. Eles se reportavam muito mais à França, à Europa, do que ao Vaticano ou à hierarquia tradicional da Igreja.

Foi por aí que veio todo o embasamento no personalismo de Mounier?

Começou por Le Bret, depois Mounier e toda a linha personalista. Os próprios dominicanos tinham a pretensão de ter um pensamento próprio, de abrir suas linhas de influência.

Rememória

Como foi o contato com outras correntes de pensamento a partir da militância estudantil da JUC?

Eu localizo dois grupos com os quais a gente tinha uma tensão muito grande. Um se reunia em torno do Centro de Estudos Cinematográficos, CEC. Era um grupo da área de cultura que nos hostilizava muito. Era formado por Silviano Santiago, Carlos Kroeber, grande amigo do Cazusa, Maurício Gomes Leite, Teotônio Jr., enfim, a nata do pessoal de teatro, da literatura e da crítica de cinema. De outro lado nós, os católicos, que nos sentíamos revolucionários. Eles zombavam de nós, dizendo que éramos “o atraso”. A outra tensão que se manifestou na JUC era a divergência com o grupo marxista. Ali, no mesmo edifício da Faculdade de Ciências Econômicas, onde estavam os fundadores da Ação Popular, estavam também os fundadores da Polop (Política Operária). Teotônio dos Santos Júnior, Simon Schwartzman etc. Era o conflito entre cristãos e marxistas, que, de alguma forma, levou o grupo cristão a estudar marxismo. Eu não li primeiro Marx, li sobre Marx por intermédio de um jesuíta. Mas Teotônio e os outros já estavam lendo direto Marx. O nosso grupo nasceu e teve de debater com os novos marxistas, com o Partidão, com este grupo cultural que infernizava a nossa vida e com a Igreja tradicional.

Você chegou a participar da redação do “Ideal Histórico”?

Participei. O “Ideal Histórico”, elaborado pela JUC, é a preliminar do documento-base da Ação Popular. Eu diria que ele ficava além do pensamento cristão clássico e um passo aquém no debate com o marxismo. Fazia a crítica do capitalismo, mas não falava em socialismo. O documento-base da AP tenta situar muito mais concretamente a questão democrática e da revolução, da política. Foi um passo dado quando percebemos que era impossível fazer o tipo de política que queríamos dentro da Igreja.

Esse é um documento nacional, que foi aprovado em 1962, não?

É, ele foi discutido nacionalmente.

E atraiu para esta discussão setores não-jucistas?

Alguns. O documento-base não era uma produção da JUC, enquanto tal, mas a JUC foi muito atraída por ele. Eu diria que todo jucista politizado acabaria na Ação Popular. Exatamente porque o documento-base não fazia uma profissão de fé ideológica, marxista. Usava o marxismo mas não tinha aquela coisa que veio depois, quando você tinha de afirmar que era marxista, como um primeiro passo, depois ter de provar que era marxista e depois que só nós éramos marxistas.

Em outras entrevistas você chegou a comparar o nascimento da Ação Popular com a proposta do PT. É desse ponto de vista? [sic]

Eu acho que existem analogias possíveis. Na origem, inclusive nesta combinação de vertentes e de tendências, uma forte presença cristã, preocupação com a base, com o popular. Uma outra coisa é o sentido ético do engajamento. A militância da Ação Popular foi muito marcada pela ética. É o militante *full time*. O sujeito que se engajava na luta com a alma, o corpo, com a vida, com a morte. Essa coisa do engajamento quase xiita é uma marca. Nós tínhamos uma militância radicalizada e uma identificação muito grande com os pobres, com os dominados, com a desgraça. Essa marca cristã no pensamento de Ação Popular continua no PT, de uma certa forma. Existem marcas muito profundas que talvez venham da mesma matriz, que é a matriz judaico-cristã, de uma grande identificação com o hostilizado.

A partir de quando a Ação Popular se constituiu como organização?

Teve uma pré-fundação com a chamada reunião de Belo Horizonte, em 1961. Estavam o padre Alípio, o padre Lage, se eu não me engano o padre Vaz apareceu por lá, essa militância toda de que eu falei, algumas lideranças sindicais, alguns profissionais liberais que já tinham saído da JUC mas que estavam conosco. Depois houve a reunião de Salvador, o Congresso, em 1962, e aí é que se fundou realmente a Ação Popular.

Como funcionava organicamente a AP?

No início tínhamos uma direção nacional. Eu fui eleito coordenador nacional. Tinha uma coordenação nacional, um secretariado. Em seguida, nós trabalhamos a implantação por estados e por setores: movimento sindical, movimento estudantil etc. Mais tarde, apareceu uma espécie de fração parlamentar, que começou a ser criada pouco antes do golpe de 1964. Vieram numa reunião do secretariado nacional, no Rio de Janeiro, pedindo formalmente ingresso na Ação Popular, o Almino Afonso, o Paulo de Tarso Santos e o Plínio de Arruda Sampaio. O Almino tinha sido ministro do Trabalho e o Paulo de Tarso da Educação. Essa foi uma reunião muito curiosa, porque eles pertenciam a uma geração mais velha e se apresentavam a uma coordenação que era muito mais jovem do que eles.

Você trabalhou com o Paulo de Tarso no Ministério da Educação?

Eu fui coordenador da assessoria do Paulo durante o tempo em que ele esteve no ministério, sete meses. A assessoria era chamada “os meninos do poder”, porque era toda uma moçada, uns sete ou oito. E, por incrível que pareça, entre os jovens um deles se chamava Leopoldo Collor de Mello. Mas não se pode dizer que tenha havido algum tipo de influência mais organizada da AP no governo Jango [João Goulart]. Afora o Ministério da Educação, onde tínhamos uma influência grande, nós atuávamos muito mais como pressão em torno do governo Jango, na Frente de Mobilização Popular, na Frente Parlamentar Nacionalista

Rememória

etc. A representação política da AP correspondia muito mais a uma força de base.

Durante o período em que você esteve na coordenação, a AP consolidou, no movimento estudantil, uma maioria que durou praticamente até a dissolução da UNE. Como você vê esta hegemonia?

No movimento estudantil tinha uma disputa de poder entre nós, o PC e a Polop — que era um pouco ousada. Quando você falava assim: “cinco nossos, três do PC e dois da Polop”, era a forma de garantir maioria, porque a Polop não tinha bases para as representações que conseguia. Ela tinha pouquíssimos quadros, todo mundo sabia quem eram os caras da Polop. Nos congressos, que elegeram o Vinícius ou José Serra, quando a AP fazia reunião de bancada esvaziava o plenário. Sessenta por cento eram membros da Ação Popular, que faziam o trabalho escola por escola. Faziam o trabalho de base mesmo, e apostavam neste trabalho. A partir da experiência da UNE Volante, quando passamos pelo Brasil inteiro, o Aldo Arantes com o Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, nós fomos convocando assembleias em todas as faculdades. Foi um trabalho gigantesco de massa.

Você ficou na coordenação da AP até quando?

De 1962 a julho de 1964, quando fomos embora para o Uruguai. Eu, Aldo Arantes e, logo depois, o Jair Ferreira de Sá.

Como foi a relação com o [Leonel] Brizola?

Para o Uruguai foram, logo depois do golpe, todas as lideranças conhecidas do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), PUA (Pacto de Unidade e Ação), UNE, AP, Polop, trotskistas, o grupo do Brizola, representantes do [Miguel] Arraes etc. Fazíamos a reunião da Frente de Mobilização Popular lá, com os mesmos personagens. E, lá basicamente, foram formados dois grupos: um articulado em torno do Jango, com o Valdir Pires, Darcy Ribeiro, Almino. E outro que se articulava em torno do Brizola. Nós estávamos nesse. E aí o Brizola compôs uma espécie de comando com ele, obviamente, Paulo Schilling, Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Cibilis da Rocha Viana, Aldo Arantes e eu. Nós como Ação Popular. Iniciou-se, aí, dentro desta direção, um debate entre duas linhas. A linha da mobilização propunha uma insurreição: o Brizola entraria em Porto Alegre e formaria a Rede da Legalidade de novo. O Brizola trabalhava intensamente nisso. Havia contatos com setores das Forças Armadas, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com sindicatos etc. À medida que essa linha não apresentava resultados, que o dia da “insurreição” era desmarcado sucessivamente, e que o golpe ia se consolidando, nós começamos a ler Mao. Eu me lembro que lá no Uruguai eu li *Escritos militares*. E aí começou a surgir em

nossa cabeça a influência da Revolução Cubana: a idéia da guerrilha. O Brizola dizia: “Bom, vamos tentar os dois. Eu só acredito na insurreição, mas se as pessoas querem fazer guerrilha, eu apóio.” Quando nós saímos de lá, em 1965, esses dois grupos estavam armando as suas atividades. Nessa época nós víamos que as coisas não iam bem com a Ação Popular. As informações que tínhamos era de que tudo estava desmobilizado. Aí decidimos voltar, para propor à AP a guerrilha. Viemos para São Paulo, retomamos a direção da Ação Popular e foi aí que se decidiu que o caminho da revolução era o da luta armada.

Qual era a sua visão sobre esse processo?

A nossa visão era muito esquemática e eu diria que profundamente equivocada. Nós achávamos que devíamos fazer a luta armada por meio da guerrilha, criando um foco, que geraria conflito, e este conflito jogaria a ditadura contra nós, mas a revelaria à sociedade. Esta, sob o impacto da revelação, iria nos apoiar e se rebelar. Boa parte das teorias guerrilheiras da época trabalhavam com a hipótese de um período de guerrilha e, logo depois, um período de greve geral e insurreição, que era o modelo cubano.

E sua leitura maoísta no Uruguai?

A minha leitura de Mao foi muito específica: era uma leitura de Mao com olhos de [Regis] Debray. A gente chegava com a teoria da guerrilha mas na verdade começava a fazer trabalho de massa. A AP não montou um grupo guerrilheiro. Não passamos da teoria à prática neste ponto, mas começamos a trabalhar com o movimento sindical, com mulher, com jovem, com Igreja etc.

Como foi sua viagem para Cuba?

A AP tinha participado de um congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Neste congresso tinha sido eleita uma representação do Brasil composta pelo [Carlos] Marighella e pelo Vinícius. Aí se resolveu que, durante um período, a representação permanente do Brasil na OLAS seria a Ação Popular. Eu fui escolhido para ir a Cuba. Fiquei lá 11 meses. Pouco depois morreu o Che Guevara. Ele era o pivô de toda a articulação da OLAS. Na verdade, ela estava articulada tendo como centro a luta guerrilheira do Che na Bolívia. Quando ele morreu, morreu a OLAS. Só que os cubanos não a enterraram. E eu fiquei esperando 11 meses a OLAS se reunir e a Organização nunca se reuniu. Até que eu decidi que não tinha nada para fazer lá e vim embora. Isso foi em 1967-68.

Como você encontrou a AP ao retornar?

Quando eu cheguei a Ação Popular estava totalmente dividida entre a linha maoísta e a linha cubana. Eu aderi à linha maoísta, que tomou o poder. A linha

Rememória

cubana foi expurgada, por meio do chamado “grupo oportunista e provocador de Rolando”, que era ninguém menos que o Vinícius Caldeira Brandt, o padre Alípio e o Altino Dantas. Os três foram expulsos.

Você apoiou a expulsão?

Eu aderi ao grupo maoísta. Só havia duas alternativas: ou aderiu a tudo o que ele fazia, que era uma espécie de guerra santa, um negócio de um furor ideológico incrível, ou então eu tinha de sair da AP. Sair da Ação Popular naquelas circunstâncias era como você pedir para alguém sair de seu próprio corpo. Porque eu era fundador. Só depois, em 1971, é que eu elaborei a idéia de sair.

E neste processo do racha você voltou à coordenação?

Não. Os maoístas, Jair e outros, assumiram o poder e fizeram uma coisa fantástica. Eles davam notas para todos os militantes. Todo mundo. Classificavam e davam notas. E eu ganhei uma nota +2, uma nota boa.

Numa escala que ia de quanto a quanto?

O Jair, que dava as notas, tinha +1. Era assim : tinha +1, 1 e -1; +2, 2 e -2; +3, 3 e -3. Militante recebia até nota 3, depois tinha ampliação e simpatizante. E havia nota pra massa também: massa avançada, massa intermediária e massa atrasada, que era onde estavam 99% da população brasileira.

O Jair já tinha voltado de sua viagem à China?

Chegou depois da Revolução Cultural. E eles me deram a nota +2 e depois me rebaixaram para -2. Com essa nota eu podia, por exemplo, ser de direção regional. Mas a direção decidiu que eu tinha de ir para a base durante um tempo e não podia ser dirigente nem de célula. Eu tinha de ser militante de base.

Qual era a acusação?

Desvio ideológico, foquismo, influência cubana. O proletário puro era +1, que era o Jair.

Era só ele?

Ele disputava com o Estevão, que era o nome do Duarte Pereira. O Duarte também queria ser +1, mas parece que só tinha lugar para um +1. Nessa simbologia, se houvesse dois +1, poderia haver dois secretários-gerais. Na verdade, a nota era uma definição de poder. Já tinha uma estrutura totalmente vertical, centralizada e dogmatizada. Você não podia chamar o Jair de Jair, você tinha de chamá-lo de “camarada Dorival”, seu nome de guerra. Ele era um companheiro capaz de todas as virtudes proletárias: não transar com outras mulheres, só com a sua companheira, numa época em que todo mundo já tinha se libertado da Igreja. O camarada Dorival e sua companheira eram os exemplos a serem seguidos. Era

uma visão extremamente moralista e subjetiva de virtude. Ele era o sujeito de todos os heroísmos, de todas as virtudes etc. Um negócio altamente ideologizado. Eu creio que o Jair morreu em meados de 1980 ainda convencido de tudo o que ele viveu. Pra você ver o nível de loucura a que se chegou.

Foi neste contexto que se decidiu a sua integração na produção? Quer dizer, para o pessoal de classe média...

A concepção era que aquilo podia te purificar. Porque se estar na produção fosse um critério, todos os companheiros operários teriam notas boas. Mas eles todos tinham nota 3, -3. Eles também tinham vícios burgueses. Agora, é claro que a condição para eu me purificar era me integrar à produção. Eu fui trabalhar numa fábrica de porcelana, em Mauá, onde fiquei seis meses. Saí de lá querendo entrar numa metalúrgica, que era uma categoria mais avançada, mais nobre. Obviamente eu não consegui, já tinha 30 e tantos anos.

O que você fazia lá?

Na primeira semana, eu carregava caixotes com louça. Eu, que nunca tinha carregado caixote na minha vida, punha no ombro e saía. No primeiro dia começou uma hemorragia no joelho. Eu trabalhei de segunda a sábado com hemorragia. No sábado eu não conseguia nem andar. Fui transferido para outro trabalho. Passei a ser lixador de xícara mais quatro meses. Aí eu tive uma experiência de outro “desvio ideológico”: porque era um saco você ficar lixando duas xícaras a cada três minutos, num disco com areia e água. Veio a tentação da invenção: a tentação de colaborar com o patrão. Eu fiz um tipo de uma grade de caixa de cerveja, e punha quarenta xícaras de uma vez. Em vez de duas a cada três minutos, eram quarenta.

Aumento de produtividade?

Uma revolução. O engenheiro que trabalhava com o chefe me convidou para trabalhar com ele. Tive de me fingir de louco, que eu preferia continuar lá mesmo. Fiquei morto de sentimento de culpa de ter ajudado o patrão, mas a tentação de fazer aquela máquina foi irresistível.

E você saiu da fábrica de porcelanas com a perspectiva de buscar outro emprego?

Sim, em uma metalúrgica. Eu tentei na ZF, cheguei a entregar a minha carteira profissional. Cinco minutos depois estava devolvida, por falta de qualificação. Velho e desqualificado.

Depois deste período, você foi readmitido para algum cargo de direção na AP?

Eu comecei um processo de baixo para cima. Primeiro, fui escolhido dirigente de célula, contra a posição da célula, contra a posição da direção. Nós criamos mais cinco células, todas em Mauá e Santo André, que era a minha área. Tínhamos de

Rememória

eleger a direção seccional, e eu fui eleito. Como eu era seccional, compunha a direção regional, e o próximo passo era chegar à direção nacional.

Você ficou quanto tempo no ABC?

Em Mauá eu fiquei uns cinco ou seis meses. Depois que eu saí dessa fábrica, a coisa em Mauá começou a ficar meio tensa, porque a gente fazia trabalho de panfletagem, pregando a luta armada. Eu me mudei para Santo André e, em dezembro de 1970, caiu todo o trabalho em Mauá.

Onde você trabalhava quando estava em Santo André?

Eu já não trabalhava, estava só para fazer o trabalho político.

Quantos militantes foram integrados à produção no ABC neste período?

No ABC eu não sei. Na nossa área tinha uns 30 militantes, umas 20 ampliações e uns cem simpatizantes. Em Mauá e Santo André no final, antes de tudo cair, nós éramos capazes de reunir umas 150 pessoas entre simpatizantes e militantes.

Analizando a retomada que houve no movimento sindical do ABC a partir de 1976-77, você poderia detectar algum tipo de influência deste tipo de trabalho que vocês procuravam fazer nas fábricas?

Eu acho que houve, porque houve muita panfletagem, nas casas, nós fizemos cursos etc. Eu não sou capaz de medir o impacto, mas houve. A gente trabalhava com as oposições sindicais que apareciam, eu fui várias vezes ao Sindicato dos Metalúrgicos em Santo André. Tinha a nossa presença e a do PCB. Você via uma associação de moradores melhorzinha, ia conferir e tinha um cara do Partidão lá. Mesmo a Ação Popular conquistou muito militante que vinha do PCB.

Quando “caiu” o trabalho em Mauá, você não chegou a ser preso?

Não. Eu morava em Santo André e a maior parte dos companheiros estava na área de Mauá. E Mauá era uma grande família, todo mundo se conhecia, não adiantava você pôr um nome frio, eles tinham nascido e tinham sido criados juntos. Então a repressão baixou lá de noite e prendeu todo mundo. Prenderam 60 caras, batendo, torturando. Todos moços, 18, 20 anos. Lá pelas duas da madrugada, uma pessoa que conseguiu escapar chegou em casa e falou: “Se manda!” Ainda fiquei até meio-dia nesta área, avisando os outros para se mandarem. Eu saí da casa onde estava. Segundo soube, algumas horas depois a polícia chegou lá. Eu ainda fiquei em São Paulo um ano criando as condições de saída para o exterior, porque a organização não tinha condições de dar nada, tínhamos de conseguir dinheiro, documentos, contatos para sair. E foi aí que eu comecei a tomar uma consciência claríssima do quão suicida era a nossa situação. Porque começa a cair tudo, e a gente pensava: “Se eu cair, eu tenho duas

chances: ou eu falo, e me transformo num traidor, ou eles vão me matar.” Quando saí eu disse pro Paulo Wright: “Você tem de ir embora, está tudo caindo, você vai cair, é questão de tempo, e você sabe, ou você fala ou vão te matar, e eles sabem que você sabe muito.” Era o meu caso, eles sabiam que eu sabia. Foi aí que eu realmente tive medo.

E quando você saiu, em 1971, você ainda estava na AP?

Dentro de uma vertente, junto com o Paulo Wright e outros.

Naquele livro A história da AP — Da JUC ao PCdoB, do Haroldo Lima e Aldo Arantes...

Que eu não li, nem lerei.

... Sua vertente era o que ele chama de “minoría trotskizante”. Como é que você definiria sua posição?

Essa é uma definição idiota, não tem outra qualificação para isso. Só para você ter uma idéia, eu nunca li Trotski na minha vida. O que acontecia neste tipo de loucura é que você tinha de usar, em relação aos companheiros que estavam arriscando a vida com você, as formas clássicas de estigmatização ideológica. Quando você queria estigmatizar um cara, você chamava de trotskista.

Como este grupo via a questão da unificação com o PCdoB?

Não aceitávamos de modo nenhum. Nem com ninguém. Nós achávamos que tínhamos uma proposta, uma história a ser desenvolvida. Este pessoal foi pro PCdoB por uma visão dogmática: “Só pode existir um partido, o partido é esse, logo vamos todos.”

Que expectativa você tinha de viver o exílio no Chile daquele período?

Confesso que tudo o que via no Chile me surpreendia. Eu cheguei lá com todos os traumas de quem saiu corrido pela repressão e caí num lugar onde você pode sentar na praça. Este gozo no sentido de liberdade foi muito importante. Mas havia um certo temor também, devido às grandes manifestações de massa com conflitos, toque de recolher etc. Pouco a pouco me acostumei com aquilo e já estava metido nas manifestações de massa, 1 milhão de pessoas, 600 mil pessoas. Então, começa a acontecer uma coisa curiosa: você passa a saber o sentido das palavras. Por exemplo, quando eu estava em Mauá a gente dizia “vamos fazer um ato de massa no 1º de Maio”. Compareciam 15 pessoas. Nós fazíamos o relatório: “Fizemos um ato de massa.” No Chile, ato de massa eram 600 mil pessoas! O Chile foi uma experiência espetacular, sob todos os aspectos. Eu fiz meu “curso” de ciências políticas lá: crise econômica, crise do Estado, duplo poder, tudo o que você possa imaginar estava lá. E golpe sangrento, barbárie militar.

Rememória

Você acompanhava do Chile a discussão política da AP?

Um pouco, inclusive porque no Chile estavam cerca de 5.000 brasileiros, e os brasileiros se organizavam. O José Serra era o coordenador da Ação Popular. Todos os grupos brasileiros se reuniam numa espécie de frente, com representantes de 40 ou 50 grupos de esquerda. Era uma loucura. Começou nesta época o meu processo de desengajamento da Ação Popular. Depois do golpe do Chile fui para o Canadá. Meu desengajamento já era total. A partir daí, voltar a falar da AP é sempre penoso.

Durante o período do exílio no Canadá você fez uma outra opção de vida?

Eu fui fazendo várias opções em diversos tempos, que são acumulativas. Primeiro, decidi reassumir a minha responsabilidade de intelectual. Voltei a fazer cursos e escrever. Eu acho que a maior conquista que fiz, principalmente com a experiência do Chile, foi de recolocar como foco da minha reflexão a questão democrática. Até um certo momento, o estudo do capital ainda era o centro da minha atenção: multinacionais, internacionalização etc. O meu pensamento girava muito em torno da economia política. A partir de um determinado momento eu disse: não é a economia política, é a política, e dentro da política é a questão democrática, por onde passa tudo.

Como foi fazer política durante este período no Canadá?

Nós criamos o Centro de Estudos Latino-Americanos, por meio do qual produzimos análises sobre a América Latina, publicações, textos, livros, até audiovisuais, uma espécie de pré-IBASE. No México, fui professor no doutorado de economia, fizemos um centro lá também, mas foi muito tumultuado; o México é um turbilhão. Veio a anistia, eu queria terminar a minha tese mas quando vi já estava tomando o avião para vir embora.

Você retomou o contato com o grupo do Brizola?

No Canadá eu soube que o Brizola estava em Nova York. Peguei o avião e fui conversar com ele. Ele começou a defender a tese de que partido era uma coisa fundamental, tinha de refundar o PTB. Uma boa parte dos exilados se articulou em torno do Brizola. Depois fui para o México, e houve contatos com o grupo que também se articulou em torno do PTB, ou seja, Teotônio dos Santos, Neiva Moreira e Vânia Bambirra, Francisco Julião. Foi realizada a reunião de Lisboa, que refundou o PTB e da qual eu participei, junto com o Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, Clóvis Brigagão, Maurício Dias Davi. Quando voltei, ainda mantive durante alguns meses contatos com o PTB. Eu já estava com o projeto de fundar o IBASE. Decidi que o IBASE como organização não-governamental seria suprapartidário e supra-religioso, e que eu também não iria ter militância partidária. E foi o que aconteceu: não entrei em nenhum partido, apesar de muita

gente do PDT pensar que eu sou do PT e muita gente do PT pensar que eu sou do PDT.

Pra um cara que foi foquista, depois maoísta, depois trotskizante, essa pecha de social-democrata que você carrega, até por conta desta relação anterior com Brizola, incomoda de alguma forma?

Social-democrata é fresco, porque pode me remeter aos primórdios do socialismo, quando ser social-democrata era revolucionário. Eu acho que neste ponto eu sou radicalmente claro. A democracia, no meu entendimento, é absolutamente incompatível com o capitalismo. Uma sociedade democrática deve necessariamente superar o capitalismo e inventar novas relações no plano econômico, político e social. A social-democracia contorna isso. Nesse sentido, eu não sou social-democrata.

Como você viu a criação do PT?

Sempre tive uma posição de muita prudência, porque tenho grandes dúvidas em relação ao PT. Um partido de quadros para mim é um negócio perigoso. Não me inspira confiança. Eu acho que o PT tem uma vertente popular-obreirista também perigosa. O fato de que o PT abriga cinco ou seis vertentes de esquerda também me incomoda profundamente, porque eu sei que esses grupos levam ao desastre. Por outro lado, eu acho que ele é o fenômeno político mais importante que aconteceu no Brasil nas últimas décadas. Eu torço para que o PT dê certo. Dada a minha história, eu não tenho condições de entrar e lutar para que ele dê certo. Eu diria, como aquelas pessoas que já sofreram uma decepção, “eu não agüento a segunda”.

Você teve alguma disputa com o Henfil em relação ao PT?

Não, porque o movimento do Henfil e o meu foram inversos. Todo o tempo em que eu fui partido, ele não era partido. Ele colaborava com a Ação Popular, nunca foi militante. Mas isso nunca foi causa nem motivo de conflito entre nós.

Em cima de que análise você concebeu a criação do IBASE no seu retorno?

Na verdade o IBASE nasceu de uma idéia do Carlos Afonso, que me escreveu uma carta, quando a gente estava no México, dizendo o seguinte: “Olha, dado que a anistia vai acontecer e nós vamos voltar mesmo, por que a gente não faz um instituto no Brasil para estudar políticas governamentais?” Essa foi a primeira idéia do IBASE. Formulamos o projeto, eu cheguei com ele e comecei a discutir a idéia.

Queria que você falasse sobre o que significou para você e sua família a experiência com a Aids e sobre o trabalho que a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids) vem desenvolvendo.

Rememória

Do ponto de vista pessoal, a Aids foi um péssimo presente que recebi numa etapa em que eu acreditava que estava começando a ficar livre da hemofilia. E a hemofilia, com a idade, vai ficando mais domesticada. Nos últimos anos eu estava numa situação estabilizada e a hemofilia praticamente não comparecia. Quando começava a trabalhar essa nova realidade, apareceu de forma bastante contundente a questão da Aids. Ter o vírus significa não somente uma espécie de condenação à morte, mais ou menos antecipada, mas também como o Herbert Daniel chama: a morte civil. Se decreta a morte do cara, ele está excluído das relações de trabalho, sociais e sexuais. É uma coisa muito forte. E no meu caso isso veio acompanhado da manifestação simultânea da doença em dois irmãos e, um ano e meio depois, da morte dos dois, com uma diferença de um mês entre uma e outra. Foi um período barra pesada. Eu decidi enfrentar esse problema de modo político. Durante dois anos falei sobre Aids, no Brasil inteiro: rádio, televisão, jornal e seminário.

Por que você se dedicou e ainda se dedica tanto a essa questão?

Porque eu acho que a Aids é um desafio aos fundamentos das coisas. A relação vida e morte é um desafio. Toda essa questão da sexualidade é perpassada pela Aids. A sociedade, de um modo geral, tende a fechar os olhos a isso. A omissão governamental é um reflexo. No caso do cólera, a sociedade se mobiliza, você vê o governo atuar.

E os partidos de esquerda, o que dizem?

Não dizem nada, isso não é um problema deles. E, no entanto, sabe-se que o Brasil é o terceiro país em Aids do mundo. Hoje você pode ter tranqüilamente 1 milhão de pessoas contaminadas no Brasil, morrendo sem saber do quê. Principalmente os pobres. O que os sindicatos fazem? Não fazem nada. Então, essa é uma luta que precisa ser levada, porque a partir dela você levanta outras coisas.

Do ponto de vista psicológico, como você conseguiu trabalhar isso?

Pessoalmente, eu tenho conseguido controlar todo o processo relacionado à doença, tanto no que diz respeito a minha cabeça como no que diz respeito ao meu corpo. Sou um portador assintomático, estabilizado. Faz um ano e meio que tomo AZT e minha situação é praticamente inalterada. Eu sou uma pessoa bem preparada para enfrentar a Aids. Em função da minha experiência, nunca fiquei muito preocupado com o longo prazo. Trabalho com um horizonte de um, dois anos. Isso me deu um sentido de que o pouco tem uma intensidade muito grande.

Recentemente saiu o resultado do julgamento da União, condenada pela contaminação do sangue que infectou com o vírus da Aids seus irmãos Henfil e Chico Mário.

Isso abre um precedente fantástico, porque, pelo menos no caso dos hemofílicos, eles poderão ser indenizados. Recentemente foi publicada uma pesquisa dizendo que 50% do sangue no Brasil ainda não é controlado. Todo mundo fica olhando pelo lado do preconceito e espera a Aids pelo homossexualismo, mas ela está vindo através das drogas e do sangue contaminado.

Sua faceta ecológica, que o levou a receber o Prêmio Global 500 da ONU, tem alguma relação com esta reflexão sobre o sentido da vida, o sentido da democracia?

Desde o começo o IBASE trabalha temas que relacionam meio ambiente, desenvolvimento e democracia. Quando surgiu com força a questão do meio ambiente, foi como se ela se despregasse das outras dimensões e adquirisse a cor verde — como se esta cor pudesse ser separada do restante. Para nós ela não se separa. Este Prêmio Global corresponde a uma certa experiência realizada dentro do IBASE nesta direção, mas principalmente à iniciativa de uma pessoa, o Carlos Minc. Ele fez o meu currículo e convenceu o júri de que eu era um global, no bom sentido global do Prêmio das Nações Unidas. É claro que receber um prêmio desses hoje, particularmente para o IBASE, tem um sentido, porque é uma espécie de reconhecimento, de aval de uma instituição internacional. E são só 500 ganhadores do prêmio no mundo inteiro. O Brasil tem Minc, Feldman, Chico Mendes, eu e Philip Fearnside, do Pará, que recebeu o prêmio comigo.

E a questão da ECO 92?

Nós temos alguns cuidados em relação a ela. O primeiro é que nós não gostaríamos, de jeito nenhum, que ela fosse um show dos chefes de Estado para falar nada. Para que isso não ocorra, é fundamental que os movimentos sociais se constituam numa espécie de contrapeso orgânico forte, claro, definido, com propostas e principalmente com manifestações, quer dizer, que não seja simplesmente um grande seminário. Para mim, o cenário ideal seria aquele em que houvesse um grande debate, grandes manifestações nesta cidade, uma pressão de massa que levasse os chefes de Estado a se mancarem e fazerem um discurso que, se eu pudesse escrever, começaria assim: “Primeiro, nós somos os principais responsáveis por tudo o que aconteceu. Segundo, nós assumimos diante da humanidade tais compromissos concretos...” Isso já seria importante. Principalmente se o Brasil e o Rio, de repente, tomassem consciência de que somos um grande problema a ser enfrentado, e que nós somos o resultado de um processo que tem de ser totalmente mudado. Se a gente for capaz de produzir esta consciência, por meio de uma participação maciça de todo mundo, acho que valerá a pena.

Paulo Freire

por *Mário Sérgio Cortella* e
Paulo de Tarso Venceslau

Teoria&Debate n° 17, 1° trimestre de 1992

Nasceu em 19 de setembro de 1921, no bairro da Casa Amarela, em Recife (PE). Formado em direito, abandonou a advocacia na primeira causa. Várias circunstâncias o levariam para o campo da educação, entre elas a influência de sua primeira esposa, Elza Maria Costa Oliveira, falecida em 1986, após uma vida comum que durou 42 anos; tiveram três filhos e duas filhas. No começo de 1946, Paulo Freire foi convidado a trabalhar na Divisão de Educação do Serviço Social da Indústria (Sesi), onde permaneceu até 1956. Quando Miguel Arraes foi eleito prefeito de Recife, Paulo Freire foi convidado a participar de uma série de iniciativas na área de cultura e educação, entre elas a criação do Movimento de Cultura Popular. Em 1964, outro convite, desta vez para dirigir o Programa Nacional de Alfabetização, experiência frustrada pelo golpe militar. Depois de ficar preso por 75 dias em Recife, foi transferido para o Rio de Janeiro e solto. Partiu então para um exílio de 15 anos. A primeira etapa foi o Chile, onde trabalhou no Instituto de Reforma Agrária, com educação de adultos. Depois Harvard, onde deu aulas por um ano. De lá foi para a Suíça, onde trabalhou como consultor no Conselho Mundial de Igrejas e professor na Universidade de Genebra. Finalmente, durante os anos 70, Paulo Freire envolveu-se em programas educacionais em diversos países, como Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola. Com a Anistia, Paulo Freire voltou para o Brasil. Foi contratado como professor da PUC-SP, a convite de D. Paulo Evaristo Arns. Mais tarde, foi contratado também pela Unicamp. Na mesma época, tornou-se um dos fundadores do PT. Em 1988, Paulo Freire reencontrou uma ex-aluna, Ana Maria Araújo, com quem se casaria. De 1989 até o início de 1991, Paulo Freire assumiu a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo. Autor de dezenas de livros, traduzidos em

Rememória

inúmeros idiomas, conhecido internacionalmente como criador de um método de alfabetização que leva seu nome, é o brasileiro com o maior número de títulos doutor *honoris causa*: 28. Paulo Freire faleceu em 2 de maio de 1997, devido a um infarto agudo do miocárdio. Tinha 76 anos incompletos.

Professor Paulo Freire, pouca gente sabe que antes de se transformar em pedagogo o senhor era advogado. Como se deu essa mudança?

PAULO FREIRE — Eu acabei de escrever sobre isso. Trata-se de um longo texto que será uma espécie de retomada da *Pedagogia do oprimido*. Um dos meus trabalhos, hoje, é uma espécie de arqueologia, escavando a minha memória e descobrindo algumas tramas que me conduziram um dia a escrever este livro. Ao retomar a *Pedagogia do oprimido*, interessa a mim redizê-la. Dizer as coisas de novo é tão importante quanto escrever coisas não ditas. Estudei direito porque, em primeiro lugar, morava em Recife. Lá não havia outras possibilidades que ultrapassassem engenharia, medicina, odontologia, direito, belas-artes. Na verdade, eu tinha, desde o começo da juventude, um gosto quase irresistível por duas coisas que nunca fiz. Qualquer das duas, porém, me teria remetido à educação e à pedagogia, exatamente pelas relações que elas têm entre si. Uma era psiquiatria, possivelmente psicanálise. Eu tinha uma forte paixão por isso. Não é coincidência que eu tenha trazido para o campo da educação o conceito de conscientização. Já naquela época, a consciência tinha para mim papel importante. Creio que exagerei um pouco sua influência na feitura da história enquanto prática pedagógica e resvalei de quando em vez para posições idealistas que eu retifiquei, creio que definitivamente, na *Pedagogia do oprimido*.

O conceito de alienação tem origem na psiquiatria, por exemplo.

Exato. São coisas aparentemente coincidentes. E a esse conjunto de aparentes coincidências eu chamo tramas no tempo, das quais extraímos tudo.

Além da psiquiatria, qual era o outro gosto que lhe tocava?

Era fazer lingüística. Não foi por coincidência que, ao estudar e ao me entregar ao problema da alfabetização, caí numa compreensão mais dinâmica, mais processual, mais dialética da linguagem. Nesse sentido, até recusando a falsa modéstia, eu diria que aceito que se diga “a alfabetização antes e depois de Paulo Freire”. É que eu trouxe para a compreensão da alfabetização uma dimensão histórico-social-lingüística que não existia antes. Ou melhor, que não era percebida.

Na proposta de alfabetização aparecem duas possibilidades frustradas de uma carreira: ora de psiquiatra, ora de lingüista.

De todo modo, qualquer desses caminhos me teria trazido à prática educativa em que, na verdade, eu sempre me senti profundamente completo.

Essa opção que o senhor está contando agora já foi documentada antes?

Não, isso está sendo dito pela primeira vez. Eu não tinha como estudar lingüística a não ser vindo para São Paulo, onde eu não teria condições de sobreviver. Aos 18 anos, a única saída foi me tornar um bom professor de sintaxe da língua

Rememória

portuguesa, dar aulas e acompanhar meus alunos particulares, com o que eu ajudava a família. Eu não podia sair de Recife mas gostava de estudar. A saída foi estudar direito. Confesso que hoje, ao perguntar-me sobre o tempo vivido, tento encontrar sabores antigos no corpo do tempo que estou vivendo e descubro um certo gosto, por exemplo, nas análises filosóficas em torno do direito. Lembro-me do prazer com que ouvia aulas dos professores discutindo filosoficamente o direito, a teoria do Estado etc.

E o senhor chegou a exercer a profissão de advogado?

Todo jovem tem sua turma, seus colegas mais próximos. Dois ou três de nós nos reunimos, alugamos um escritório e começamos a tentar trabalhar. Estudávamos, líamos, e claro que passamos todo um quinto ano sem ter nenhum cliente. Depois nos formamos, nos diplomamos e, um dia, apareceu um cliente para mim. A pessoa que me procurou era um credor. Era o secretário do dono de uma loja que tinha vendido um equipamento para o consultório de jovem dentista. O cara comprou e não pagou e cabia a mim então chamá-lo para discutir as possibilidades de pagamento e acioná-lo. Eu fiz uma cartinha e uma tarde um rapaz, que era da minha idade, chegou ao escritório, tímido, nervoso, e disse: “Realmente eu devo e não posso pagar. Sou recém-casado e tenho os meus móveis. O senhor pode acionar os móveis etc. O senhor não pode tomar nem os instrumentos de trabalho nem minha filhinha de um ano e pouco.” Era exatamente a idade da minha filha mais velha. Eu olhei para o moço e disse: “Olha, você e sua mulher vão ter no máximo um mês de paz, porque daqui uns 15 dias eu vou devolver essa causa ao dono da loja que está lhe acionando. Ele vai passar mais 15 dias para achar um outro jovem como eu, porque isso não é causa para um advogado de renome. O sujeito lhe escreve e são mais oito dias. É uma pausa que você vai ter para a família.” Voltei para casa e Elza, minha primeira mulher, perguntou: “Como foi hoje no escritório?” Essa é uma pergunta que, de modo geral, se burocratiza nas relações marido e mulher. A Elza não perguntava burocraticamente. Ela estava mesmo interessada em saber o que ocorria no escritório. Conteí a ela a história, e que tinha encerrado a minha carreira na advocacia. Ela riu, me beijou e disse: “Eu sabia que um dia isso ocorreria. O que você tem de fazer é educação.”

O senhor também brigou com a profissão?

Ao contrário. Eu sou um homem profundamente convencido de que uma das formas de brigar para mudar as sociedades é tentar pôr em prática as leis que as classes dominantes, por tática, deixam ser aprovadas para nunca serem aplicadas. Portanto, não houve, na minha desistência, nenhuma negação do direito.

A sua família tinha uma formação religiosa?

Meu pai era um homem realmente marcante. Morreu quando tinha 52 anos e eu, hoje, tenho 70. Quando ele morreu eu tinha 13. É importante que eu diga que há momentos em que sinto como se ele estivesse comigo. Elza, só de me ouvir falar e descrever a figura do meu pai, tinha uma enorme admiração pelo velho. Quando nasceu nosso primeiro filho homem pusemos o nome de Joaquim Temístocles Freire Neto. Ele morreu com sete dias de vida. Quando nasceu o segundo batizamos de Joaquim, que está vivíssimo, na Suíça.

Um grande músico...

Grande violinista. Nós pusemos de novo Joaquim Temístocles Freire Neto.

Voltemos ao seu pai, cuja influência o marca até hoje.

Ele era espírita por opção, por amorosidade. Eu, por exemplo, aos 9 anos, conheci Alan Kardec. Não li, mas ouvi meu pai lendo. Meu pai tinha uma pequena biblioteca espírita. Lia muito bem e escrevia em francês, uma façanha que eu não consegui, mesmo morando dez anos na Suíça. Minha mãe era católica. Meu pai jamais impôs sua religião quando predominava o patriarcalismo do Nordeste, o machismo da cultura nordestina. Ele nem sequer fazia restrições veladas à catolicidade da minha mãe. Lembro-me de que, por volta de 1928, houve uma coisa, que acho que hoje não existe mais, chamada Semana das Missões. Depois de comparecer a toda a semana, cheguei a meu pai, num sábado à tarde, e disse: “Meu pai, amanhã vou fazer a minha primeira comunhão.” Veja bem, eu não perguntei, eu comuniquei. Ele me beijou a testa e falou: “Eu irei com você.” Ali ele foi um pedagogo e democrata. Mais do que uma prova de que me queria bem, ele me deu uma lição de que, se você respeita o outro, é preciso aprender a conviver com a diferença. A democracia é isso: essa liga de todos nós, para conviver com a diferença e poder lutar com o antagonico. No fundo não havia antagonismo nenhum entre a crença nascente, incipiente do filho de 7 anos que ia fazer comunhão, convencido de que recebia Deus, e o seu desenho de mundo amoroso, feliz e fraterno. Ele me deu a grande lição da virtude indispensável ao educador progressista, ao revolucionário, que é a virtude da tolerância. É essa capacidade que eu tenho de, reconhecendo a diferença, conviver com ela desde que o sonho do outro coincida com o meu e, portanto, não nos faça antagonicos. Esse testemunho talvez seja a marca do velho sobre mim.

O senhor fala da individualidade?

Ao estar no mundo, você faz mais do que olhar e responder às coisas à sua volta por um sistema de comportamento preestabelecido. A questão da individualidade é fundamental; os marxistas mecanicistas esqueceram isso. Ao negarem a importância da individualidade para ressaltar apenas o social dentro do qual afogaram o individual, eles terminaram por negar o papel substantivo da sub-

Rememória

jetividade na feitura da história. Nós, homens e mulheres, aprendemos muito mais do que apenas olhar; aprendemos a admirar, a espantar-nos diante do que vemos, a tratar a memória daquilo que ficou porque vimos antes, a estabelecer relações entre as coisas que se memorizam e as coisas que não foram ainda feitas. Descobrimos a razão de ser de coisas que são feitas hoje mas que estão ligadas a um remotíssimo ontem. No momento daquele ontem você não dispunha de um instrumental intelectual.

Essa aquisição é fundamental para o desenvolvimento da crítica...

Acontece que muitos de nós jamais adquiriram esse instrumental. À classe trabalhadora é negado o instrumental necessário para compreender mais criticamente a razão de ser de suas experiências anteriores. Nós, os intelectuais, é que vivemos escrevendo a história da classe trabalhadora porque ganhamos um instrumental que nos permite isso. E, porque fazemos isso, às vezes perdemos a humildade de perceber que apenas estamos procurando entender o que não fizemos e que foi feito pela classe trabalhadora. Quando eu falo dessa história do meu pai, obviamente que a presença dele foi fundamental durante o processo do meu amadurecimento, mesmo que dela não tivesse a consciência que tenho hoje. Mas aquela presença iria marcar minha forma de estar no mundo.

O senhor é filho de militar. Como é que alguém formado dentro da polícia militar de Pernambuco tinha esse comportamento democrático?

Meu pai era um riograndense do norte que, para ganhar a vida, terminou entrando para o Exército. Naquela época chamava-se “sentar praça”. Um sujeito estudioso, lido como ele, deve ter feito seus concursos. Foi primeiro-sargento do Exército e posteriormente chegou ao posto de capitão da polícia militar. Quando sargento namorou minha mãe. Ele passou mais ou menos seis meses passeando durante as noites de uma esquina à outra enquanto minha mãe o via da varanda de um sobrado velho do Recife, sem se falarem.

Seu pai tinha alguma atividade político-partidária?

Não. Mas tinha uma profunda simpatia pelo que chamava a valentia e a honradez de Prestes. Eu disse isso a Prestes, que estava presente quando recebi o título de cidadão do Rio de Janeiro e que a imprensa fez questão de não noticiar.

As coisas ficaram muito difíceis para sua família depois da morte de seu pai?

Não tivemos nada depois da sua morte com relação a coisas materiais, pelo contrário. Uma das dores maiores que eu carrego em mim ainda hoje é a dor de quando acompanhava minha mãe nas compras. Ela ainda era uma mulher jovem, bonita. Era obrigada a ouvir gracejos, ironias, sugestões desrespeitosas de bodegueiros e açougueiros de quem ia tentar comprar 250 gramas de carne

fiado. Representou dor para mim, aos 13 anos e até antes — com ele vivo ainda e sem saber — não ter possibilidade física de brigar contra as ofensas. Isso provocou, ao lado da dor que me acompanha, uma profunda intolerância ao desrespeito.

A formação da sexualidade é fundamental em educação. Como foi a formação do educador Paulo Freire?

É a primeira vez que me fazem essa pergunta! A questão da sexualidade sempre me impressionou. Na minha educação foi o único capítulo, talvez, em que as portas se fecharam. Um dia, devia ter uns 12 anos, ao despertar, meu pai me chamou, não zangado, mas visivelmente contrafeito, e disse: “Paulo, meu filho, na noite passada, sonhando, você falou uns nomes feios... Essas palavras não podem ser ditas.” É muito interessante, do ponto de vista pedagógico, ver como não é possível coerência absoluta. A vida seria chatérrima se você fosse coerente o dia todo. Eu descobri que havia uma coisa falhando ali. Eu descobri um espaço proibido. E esse era o espaço da sexualidade, cujas explicações eu tinha de buscar fora.

E como foi essa busca?

Aos 7 anos, brincando de pular corda, caí mal e fraturei o fêmur. Veio médico, aquela coisa antiga, com aquelas paletinhas de papelão, me puseram numa cama de cabeça para baixo, com três tijolos dependurados para fazer a distensão, coisas terríveis da medicina da época. No dia seguinte, quando chegaram as visitas eu disse: “Quebrei a coxa.” Minha mãe, muito delicadamente, pediu que eu falasse “fraturei o fêmur”. Coxa é uma coisa que está muito próxima da geografia do pecado. A geração da minha mãe conheceu e pôde falar em tornozelo. A minha mãe falou em joelho. As mais jovens é que falaram no corpo todo. Ninguém vive bem sua sexualidade numa sociedade tão restritiva, tão hipócrita e falseadora de valores; uma sociedade que viveu a experiência trágica da interdição do corpo com repercussões políticas e ideológicas indiscutíveis; uma sociedade que nasceu negando o corpo. Viver plenamente a sexualidade sem que esses fantasmas, mesmo os mais leves, os mais meigos, interfiram na intimidade do casal que ama e que faz amor é muito difícil. É preciso viver relativamente bem a sexualidade. Não podemos assumir com êxito, pelo menos relativo, a paternidade, a maternidade, o professorado, a política, sem que estejamos mais ou menos em paz com a sexualidade. No fundo, sua pergunta é uma advertência para que assumamos, tanto quanto possível, o que estamos sendo.

O senhor pode falar das suas experiências de criança?

Essa é a primeira vez que eu vou contar isso e não tenho por que não dizer. A crise de 1929 abalou o mundo e repercutiu no Brasil, afetando a economia. Minha família, que era de classe média, foi obrigada a deixar a casa em Recife

Rememória

para morar em Jabotão, com uma idéia mágica de que saindo de lá as coisas melhorariam. No entanto, elas pioraram. Esse fato provocou uma mudança fundamental na minha vida. Meu universo cresceu. Eu morava em Jabotão à beira de um rio que na época tinha peixe, camarão, onde eu pescava para comer e nadava. Em Jabotão passei a ver lavadeiras incautas despindo-se para tomar banho depois que cumpriam a sua tarefa de lavar roupa. Tiravam a roupa e banhavam-se nas águas limpas do rio. Eu quero deixar muito claro que eu jamais aceitei a explicação de que a mulher violentada teve culpa porque expôs o seu corpo. Essa é uma tese machista, imoral, indecente, que eu recusei quando era menino ainda. Nada justifica a agressão. O único direito que eu tenho é o de admirar a boniteza do corpo que passa diante de mim.

E como se comportava o jovem Paulo Freire?

Às vezes me escondia em touceiras de arbustos, excitado. Possivelmente alguém encontrará aí certas razões que expliquem ao contrário a *Pedagogia do oprimido*. Eu digo, desde logo, que nada disso tem a ver com a minha pedagogia. Sou um homem sensual. Essa sensualidade que me marca não tem nada de imoral, pelo contrário, é profundamente ética. É vida, é sinal de vida, é biofilia e não necrofilia. Às incautas lavadeiras nem pediria perdão mas diria: “Que corpos bonitos vocês tinham! E como vocês mereciam uma vida melhor!” Eu fazia isso, vamos admitir assim, numa quarta-feira, numa quinta; no sábado ia me confessar. Normalmente eu levaria 15 minutos para chegar à igreja. Mas passava uma hora rodando para cá, para lá. Quando ia chegando minha vez na fila do confessionário, eu cedia lugar a uma senhora e ela me dizia: “Que criança educada!” Nada disso. Eu tinha era medo de confessar. Finalmente, chegava minha vez, não sabia para onde ir. Eu me ajoelhava e contava de novo a história. O padre, que era um grande maestro, um grande músico, entendia bem a situação. Me dava penitências pequenas; rezar uns três padre-nossos, três ave-marias. A volta para casa era uma maravilha. Eu saía pulando, correndo, cantando, assobiando, cheio de alegria; a esperança renascia, a certeza de que eu prestava voltava. No domingo eu jogava um futebol excelente; na segunda bem firme; na terça não muito, na quarta eu estava de novo na touceira à beira do rio.

E como isso refletiu no educador?

Essa pergunta coloca a questão do desejo. O educador não pode passar por cima dos desejos, não pode escondê-los, não pode traí-los, não pode punir os desejos, nem punir os que desejam. O que a pedagogia tem de fazer é compreendê-los, tentar ver os caminhos de solução legítima para eles. Ao abafá-los, negá-los ou discriminá-los estamos interditando o corpo. Eu continuo sendo um homem em que a sexualidade não apenas existe mas é importante, fundamental. A minha sexualidade tem a ver com os livros que eu escrevo, com o amor que eu tenho à

vida. Se, de repente, me sentir faltoso da sexualidade, o que vai acontecer um dia, espero já estar absolutamente preparado. Não foi por acaso que, quando secretário [da Educação da cidade de São Paulo], abri as portas da secretaria a essa extraordinária mulher que é a Marta Suplicy, para que ela, com sua equipe, fizesse uma das melhores coisas que esse país já viu. Cerca de 5.000 adolescentes transaram a compreensão crítico-amorosa de seus corpos e, com isso, melhoraram seu desempenho com relação à história, à geografia, à matemática etc. É que no fundo a sexualidade, sem querer chegar a nenhum reducionismo, tem muito de centro de nós mesmos. Uma coisa é a sexualidade do fenômeno vital, do animal. A outra é a sexualidade que se inventa, que vira jogo, que vira brinquedo. O estudo da sexualidade não pode ser reduzido à pura descrição fisiológica do corpo. É, sobretudo, um grito em torno do direito de gozar. Eu nunca tinha dito isso. Foi bom dizer.

Como se deu sua entrada na área da educação, deixando de ser advogado, nos anos turbulentos do pós-guerra?

No começo de 1946 eu fui convidado para trabalhar no Sesi — Serviço Social da Indústria —, onde aprendi muito e experimentei coisas que, ainda hoje, considero importantes. Fui trabalhar como diretor da Divisão de Educação. Eu tinha sob minha responsabilidade toda a rede escolar chamada, na época, primária. Tem gente que só me entende como educador de adultos. Mas a minha experiência também foi com crianças em escola primária. Eu aprendi a fazer seminários de formação para professoras. Estes seminários precediam a realização dos círculos de pais e professores, em que a gente se preparava enquanto escola para receber as famílias e discutir como melhorar a prática docente na escola e a prática pedagógica na família. Foi uma experiência imensa. Foi exatamente minha passagem pelo Sesi que, me dando campo para a prática, exigiu de mim o conhecimento dos educadores Piaget e Dewey. Quando se diz por aí que Dewey já era, que o brasileiro Anísio Teixeira já era, eu fico com uma pena horrível. Nada disso era, tudo continua sendo. Você não pode decretar o desaparecimento de um homem como Anísio Teixeira, por exemplo, da história da educação brasileira. Foi no Sesi que eu comecei a aprender a reunir as professoras para discutir os obstáculos que elas encontravam no trato com as crianças. Foi lá que eu fiz uma primeira pesquisa entre as famílias para saber como é que elas encaravam os castigos aplicados a seus filhos e filhas. Depois, passei a fazer uma jornada por todas as escolas que o Sesi mantinha, debatendo com as famílias a possibilidade de supressão dos castigos violentos.

Nessa época o senhor desenvolveu trabalhos com adultos?

Eu me lembro, por exemplo, de um período em que precisei trabalhar com pescadores. O Sesi também tinha um Centro social na área pesqueira de Pernambuco

Rememória

e eu observei que nos meus primeiros encontros com os pescadores, nem eu os entendia bem, nem eles me entendiam bem. Então, aproveitei um tempo livre, consegui uma casinha na praia e fui para lá com a minha família. Nessa época eu tinha apenas três filhas, a Madalena, a Cristina e a Fátima, que era a menorzinha. Ficamos lá um mês e eu com uma cadernetinha, repetindo, sem saber, o Guimarães Rosa, tomando nota das frases, das palavras que os pescadores usavam. Eu ouvia largas histórias dos pescadores e perguntava: o que quer dizer isso? Faz mal que registre? E explicava por que precisava registrar. Os pescadores não se sentiam ofendidos por minha curiosidade; eles se sentiam valorizados. Muitas vezes eu explicava que aquilo que eles diziam com tal palavra eu dizia de outra forma. Foi aí que se colocaram diante de mim, concretamente, certos problemas de linguagem; o problema da sintaxe, o da semântica, a estrutura do pensamento diferente e a significação das palavras dentro do contexto do discurso. Eu aprendi muito durante um mês de convivência com os pescadores. Houve uma coisa extraordinária. Antes eu “falava para” os pescadores, depois esse falar virou “falar com” os pescadores. Porque eu usava todas as metáforas que tinha aprendido na praia com eles. A comunicação se fazia facilmente e eu podia colocar para eles, como desafio, questões muito sérias.

O senhor interferia na vida social da comunidade?

Eu me lembro, por exemplo, de que o índice de mortalidade de crianças nascituras era incrível. Eu fiz uma pesquisa com um médico e descobrimos que a parteira cortava o cordão umbilical com qualquer gilete que encontrasse. Morria a criança e a mãe também. Era uma aventura ser mãe nessa praia. Nós conseguimos instalar um posto médico nesse centro pesqueiro e uma parteira popular, que recebeu uma bolsa de estudos e aprendeu a trabalhar. Nós conseguimos que os materiais usados no parto passassem constantemente por assepsia e fossem renovados a cada semana. Criamos um clube de mães e pais para ajudar o Sesi, porque o assistencialismo tinha de ser superado, o pescador devia pagar alguma coisa por aquele esforço. Os partos eram pagos por eles. Resultado: nós tínhamos um índice de 95% de mortalidade e diminuimos para algo em torno de 40% em poucos meses. Uma coisa fantástica. Eu me lembro de que quando ia falar sobre esses problemas era entendido exatamente porque usava a linguagem do pescador.

E a Elza ia junto?

Eu sempre junto. Enquanto eu estava no Sesi, Elza estava na escola. Quando nos casamos, ela era professora do curso primário. Depois ela fez um concurso para diretora e um curso num dos melhores institutos da época em Pernambuco, o Instituto de Formação Permanente do Corpo Docente. Ela fez um curso que não era universitário mas tinha nível universitário. Saiu-se tão bem que passou

a ser professora desse instituto. A contribuição da Elza foi enorme. Raramente ela não ia junto: só quando uma criança nossa adoecia, por exemplo. Como éramos jovens, chegávamos em casa à uma hora da manhã e no outro dia às sete ela estava no grupo sem problema. Quando ela me acompanhava, ficava calada, escutando tudo e depois me dizia: “Hoje eu acho que você errou quando disse isso.”

Em linguagem psicoterapêutica o senhor levava um ego auxiliar?

Um ego auxiliar que teve uma importância extraordinária. Quando ela não ia, eu sentia falta desse suporte. As reflexões que ela fazia numa reunião de um dia me ajudavam a não errar nos outros. Obviamente eu não aceitava as observações dela passivamente. Às vezes eu discordava. Às vezes ela dizia “você está discordando porque está sendo criticado”. Eu dizia “não, não é isso”. Ela foi realmente muito importante, inclusive sugerindo leituras que tinha feito antes de mim.

A partir daí houve um reconhecimento do seu trabalho?

Chegou um momento em que eu comecei a ser conhecido na cidade de Recife como educador. Havia um dispositivo no Estatuto da universidade pelo qual, antes mesmo de fazer a tese, a universidade reconhecia em alguém o que ela chamava de saber notório. Eu requeri à universidade o “saber notório” no campo da educação. Para mim era fácil provar essa minha presença pedagógica no Recife antes mesmo de ter aparecido nacionalmente com a questão da alfabetização. Fiz um concurso, fui contratado pela universidade interinamente para ser professor de história e filosofia da educação no curso de professorado de desenho da Escola de Belas-Artes. Eu era professor interino. Nesta época escrevi a tese “Educação e atualidade brasileira”. Esse trabalho foi muito bem estudado pelo Beisegel quando ele defendeu sua livre-docência, na USP. Ele a considera um dos melhores textos daquela época em termos de Brasil. Eu passei no concurso mas perdi a cátedra, que foi ganha por uma professora muito culta, muito competente. Ela ganhou o concurso com uma diferença de dois décimos, uma coisa dessas.

Foi a única vez que o senhor foi reprovado?

Não, não fui reprovado. Foi a única vez em que perdi um concurso, mas não fui reprovado. Não fui classificado porque houve uma classificação maior e, ao ser aprovado, mesmo não tendo ganho o concurso, tinha automaticamente o título de doutor. Por isso eu sou doutor em pedagogia, de acordo com a lei brasileira, embora não tenha chegado ao doutoramento como outros homens da minha idade chegaram.

O senhor é doutor mais vezes, não é?

Rememória

Eu tenho 20 doutoramentos *honoris causa*, dados por universidades como as de Bolonha, Madri, Barcelona, Massachussets etc.

Quanto tempo o senhor ficou no Sesi?

Fiquei no Sesi dez anos, de 1946 a 1956.

E o senhor era getulista?

Não. Minha geração alimentava sonhos democráticos, experimentados na repressão do Estado Novo getulista. Viveu, inclusive, parte do tempo dos seus estudos sob a manipulação populista e ditatorial de Getúlio. Neste contexto ela vai, necessariamente, defender a liberdade, cair numa perspectiva liberal. E o que nós queríamos, em 1945, com exceção da turma já definitivamente de esquerda, era liberdade de dizer, de criticar, o que coincidia com os sonhos liberais. O desafio que se colocava a essa geração era o da restauração de uma democracia liberal. Talvez por isso as classes médias estivessem apoiando o brigadeiro Eduardo Gomes contra Getúlio e as classes trabalhadoras — e o próprio Partido Comunista — tivessem ficado com Getúlio. Naquela época eu não entendia como é que o Prestes, que tinha tido sua mulher presa, deportada e morta, apoiava Vargas. A minha concepção da história era profundamente individual, e não social. Na época, Prestes teve uma baita consciência de classe. A sua era uma ética de classe, não individual. Ele tinha de superar a raiva que ele deveria ter de Getúlio, num momento histórico diferente. Para mim, isso era impossível e eu fiquei irritadíssimo com a posição de Prestes.

Voltemos à sua análise...

O desafio para nós era o do restabelecimento das liberdades públicas. A classe média foi para as ruas, em 1945, de lençinho branco. Eu também fui de lençinho branco, quando houve eleição.

A classe média saiu de lenço branco?

De lenço branco. Saiu porque o desafio que se colocava era o da sua liberdade. No momento em que o desafio histórico mudou e passou a ser o da presença mais participante da classe trabalhadora, dezenas de companheiros meus, que anos antes tinham estado na rua com um lençinho branco, romperam ideologicamente comigo, me considerando comunista, um sujeito subversivo e perdido. É que havia mudado o desafio histórico. Já não era mais o de uma restauração das liberdades individuais mas o da presença participante, política, das massas populares. A resposta já não podia ser puramente liberal; e teria de se aproximar das propostas mais radicais de transformação do mundo.

O senhor disse que, de repente, de liberal começou a ser tachado de comunista.

É que mudou o desafio que tínhamos depois da guerra, com a presença das

massas populares reivindicando transformações fundamentais que possibilitassem ao país diminuir a “malvadez” com relação às classes trabalhadoras. Essa mudança foi substantiva. Antes, a reivindicação de liberdade individual era da classe média. No momento em que a classe trabalhadora mostrou que tinha alguma coisa a dizer, a classe média sentiu que perderia espaço. Então ela se fechou, se trancou e progressivamente passou a ter uma postura reacionária. E foi para as praças públicas com as passeatas de Deus, Pátria e Família.

Como é que esta sua prática educacional acabou provocando tanto ódio nas classes dominantes, mesmo sem que o senhor tivesse uma identidade clara com os setores ditos de esquerda?

É que às classes dominantes não importava que eu não tivesse um rótulo porque elas davam um. Para elas eu era comunista, inimigo de Deus e delas. E não importava que eu não fosse. Perfila quem tem poder. Quem não tem poder é perfilado. A classe dominante tinha poder suficiente para dizer que eu era comunista. É claro que havia um mínimo de condições objetivas para que eles pudessem fazer essas acusações. A fundamentação básica para que eu fosse chamado comunista eu dava. Eu pregava uma pedagogia desveladora das injustiças; desocultadora da mentira ideológica. Que dizia que o trabalhador enquanto educando tinha o dever de brigar pelo direito de participar da escolha dos conteúdos ensinados a ele. Eu defendia uma pedagogia democrática que partia das ansiedades, dos desejos, dos sonhos, das carências das classes populares. Essa pedagogia era mais perigosa do que o discurso sectário stalinista. Isso é óbvio. Do ponto de vista dos que deram o golpe de Estado, me pôr na cadeia foi uma atitude ideologicamente correta. Eu era aquilo que eles diziam que eu era. Eu não só era membro do PC, mas eu era um subversivo. Eles diziam que eu era um subversivo internacional. Eu não cheguei a tanto, mas era um cara de sonhos revolucionários.

De 1956 até o golpe militar, o que aconteceu para acirrar esse ódio que o levou a ser considerado como um inimigo?

A passagem pelo Sesi e os meus estudos que se prolongaram num outro momento: o da criação do Movimento de Cultura Popular. Quando [Miguel] Arraes ganhou a prefeitura do Recife, ele convidou um grupo de intelectuais jovens da época, alguns artistas e também alguns líderes sindicais para um encontro com ele. Nós fomos ao gabinete do Arraes. E ele disse — se a memória não me trai: “Bem, eu ganhei a eleição, sou prefeito, e gostaria enormemente de trabalhar tanto quanto pudesse nessa administração; ter um trabalho de educação e de cultura ligado ao povo, às classes trabalhadoras. Não disponho de dinheiro, mas tenho a infra-estrutura da prefeitura que eu posso pôr à disposição. Conto com a colaboração de vocês, intelectuais, a quem não posso pagar.”

Rememória

Vocês aceitaram o desafio colocado por Miguel Arraes?

Todos toparam a proposta do Arraes e coube a Germano Coelho, para mim o maior ideólogo que tínhamos na época no Recife, fazer uma primeira proposta do que poderia ser o que Miguel nos pedira. Dez dias depois o Germano nos convidou para uma reunião. Já sem Arraes, ele colocou para nós a existência do que veio a se chamar Movimento de Cultura Popular. Nos antecipamos à UNE [União Nacional dos Estudantes], a todo o país, com relação a esse tipo de compreensão da educação e da cultura populares. O Germano havia passado dois anos, creio, em Paris, fazendo um curso. Lá ele entrou em contato com o sociólogo francês Joffre De Mazellier, que, na época, era presidente de um organismo chamado *Peuple et Culture*, que é exatamente povo e cultura. Germano passou por esse movimento e, sem dúvida, foi influenciado por ele.

O que era o Movimento de Cultura Popular?

Esse movimento se constituiu num extraordinário campo de pesquisa e de aprendizagem para esse grupo de intelectuais. Tudo que a Secretaria Municipal de Educação do Recife faz hoje como rede municipal estava nas mãos do Movimento de Cultura Popular, sob a liderança de uma das maiores psicólogas e educadoras que esse país já teve. Ana Paes Barreto, hoje com 85 anos e absolutamente lúcida, foi discípula de um dos fundadores de uma escola de psicologia brasileira no Recife, o psiquiatra Ulisses Pernambucano. A Anita era a coordenadora do Projeto de Educação Popular Infantil. Muita coisa que eu escuto hoje aprendi naquela época, dentro do Movimento de Cultura Popular. Essa passagem pelo Movimento de Cultura Popular foi um prolongamento do que eu fizera no Sesi e abriu uma larga possibilidade de aprendizado e de gestação de uma teoria pedagógica. Me levou à criação, na universidade, de um serviço que passou a se chamar Serviço de Extensão Cultural. Foi um trabalho extraordinário, com uma equipe que eu escolhi livremente. Faziam parte dela jovens como Luís de França Costa Lima, hoje um grande teórico da literatura brasileira; teve o teatrólogo Ariano Suassuna, teve um grupo enorme de gente extraordinária, hoje muito famosa no país e dentro do Recife.

O senhor deixou o MCP?

Eu o deixei mas não o abandonei. Conversei com o Germano e falei da possibilidade de estendermos a frente de briga. O MCP já estava bem forte, bem sustentado, era preciso ampliar, trazer as idéias do MCP para dentro da universidade.

Como era o trabalho do MCP?

O MCP trabalhava com educação popular ao nível das crianças, dos adultos, trabalhava com teatro popular. O Ariano passou pelo movimento, mas certo grupo sectário da esquerda comunista estigmatizou o Ariano por considerá-lo

liberal, veja que estupidez! Os projetos do MCP se entrelaçavam, não havia departamentos estanques. Naquela época fizemos um circo que era um teatro ambulante. Nós fazíamos um levantamento nos bairros periféricos do Recife para saber em que terrenos colocar o circo, sem pagar imposto. Pesquisávamos o custo do cinema mais barato da área para igualar ao preço do ingresso. Lotávamos os circos, o povo adorava. Levávamos peças muito progressistas, provocávamos os grupos populares a também fazer peças e propor artistas para serem trabalhados pela equipe de teatro. Outra coisa linda era que durante a peça o povo participava, gritava, entrava na peça. Dizia: “Passa a mão na cara desse sujeito”, entende? São lindas as expressões de vida que coincidem com a presença popular no processo histórico brasileiro.

Isso foi no começo dos anos 60?

Isso foi quando o Miguel Arraes foi prefeito. Houve uma fase intermediária, quando o Miguel largou a prefeitura para se candidatar a governador. Entrou um prefeito reacionário e inimigo de qualquer coisa que cheirasse a povo: o Mourey Fernandes. Ele começou a criar obstáculos ao MCP. Darcy Ribeiro era ministro da Educação e eu telefonei a ele e disse: “Nós precisamos que você venha ao Recife dar apoio.” E contei a ele. Darcy foi ao Recife, foi recebido pelo governador, que não tinha nada a ver com a gente, pelo reitor da universidade, pelo prefeito que estava contra nós. Foi de noite para a universidade e fez um discurso desses que ele ainda faz. Defendeu durante uma hora o Movimento de Cultura Popular. Foi um discurso fantástico, que deu segurança ao MCP até Arraes se eleger governador. Aí, o MCP deixou de ser municipal e começou a se expandir nas zonas rurais do estado de Pernambuco. Ele fez o que tinha de ser feito na época. É isso que, às vezes, companheiros nossos não entendem quando começam com essa maluquice, essa guerra toda contra os CIEPs [Centro Integrado de Educação Pública] porque os CIEPs estão na cabeça do Brizola, em parte da cabeça e no corpo inteiro de Darcy. Um político pós-moderno não pode ser estreito desse ponto de vista. Ele tem de fazer a crítica séria aos Cieps e não essa crítica maluca, boba, que às vezes se faz. Para isso, aliás, não contam comigo.

O senhor tinha militância político-partidária?

Não.

E como era a relação com a esquerda partidarizada, dentro de Recife e do Movimento?

As posturas sectárias e autoritárias sempre me fizeram arrepiar. Eu não reajo mal à ignorância mas sim à petulância pensando-se sábia. O autoritarismo me faz esquentar. E a experiência preponderante das esquerdas no Brasil era esta. No exílio eu disse isso ao Prestes e ao Giocondo Dias. O Giocondo Dias esteve em

Rememória

minha casa, em Genebra, não abertamente, conversando comigo antes do processo de reabertura, querendo ouvir minha opinião e o que eu achava do processo de retomada democrática do país etc. Lembro-me de que ele foi muito humilde na sua autocrítica. Eu disse a ele: “Olha Giocondo, eu tive experiências na minha mocidade muito sintomáticas. Se o PC trabalha numa área popular, por exemplo, e durante algum tempo é o único cuja palavra ressoa dentro da comunidade, ele não aceita diálogo com nenhuma outra força. Seis meses depois ele descobre que tem outra força que chegou a ser mais ou menos ouvida. Ele trabalha com a outra força. Mas se, a despeito do seu trabalho, ele percebe que a nova força começou a crescer e que tem voz também ele aceita o diálogo, mas para acabar com a outra voz.” Todo mundo que ler isso vai se dar o direito de dizer que Paulo Freire está mentindo, Giocondo nunca foi à casa dele. Ele morreu e não pode dizer nada. Mas que foi, foi, e que conversou comigo sobre isso, conversou. E ele disse que concordava comigo.

E a sua conversa com o Prestes, como foi?

Meses depois encontrei o Prestes. Tive uma longa conversa com ele num apartamento em Genebra. Eu fiz uma série de perguntas sobre a Coluna. Conversamos muito sobre o panorama brasileiro e ele já estava bem mais aberto do que tinha sido historicamente. Não foi por acaso que quando eu recebi o título de cidadão da cidade do Rio de Janeiro Prestes estava presente.

A militância partidária nunca atraiu o senhor?

O único partido que poderia ter me atraído era o Partido Socialista. Por várias razões ele não chegou a me tocar fortemente. Por outro lado, eu também não tinha, como continuo não tendo, características exigíveis para um certo tipo de militância que um partido como o PT exige. Eu não dou para ir para boca-de-urna, eu não dou para comício. O próprio Lula já descobriu. Ele insistiu, eu fui e foi um fracasso. Eu não sei falar para uma multidão, eu sei dar aula, eu sei discutir, mas não sei falar quando me põem diante de um palco, de um palanque para 10 mil pessoas. Fico falando como se estivesse na PUC. Naquela época, os partidos teriam feito exigências às quais eu não responderia.

E o PT?

Hoje, eu posso militar no PT e o partido não vem me pedir nenhuma dessas coisas porque sabe que eu não vou mesmo. Eu acho que sou útil a ele e que minha presença o ajuda. Quando me perguntaram por que o PT, eu respondi que tinha passado 40 anos esperando por ele. Porque o Partido dos Trabalhadores na história política do país é o único que nasceu de baixo para cima; não é resultado de meia dúzia de intelectuais de bom gosto, de bom senso e de bom sonho, que traçaram um esquema de projeto socialista e começaram a tentar

falar desse esquema aos operários. Pelo contrário, nasceu mesmo é da briga sindical, da luta pelos direitos da classe trabalhadora. A essa briga se juntaram alguns intelectuais, que não pretendiam ser donos da verdade revolucionária. Os que pretenderam ser donos da verdade revolucionária não foram bem recebidos pelo partido. O PT não estigmatiza os intelectuais mas rejeita os intelectuais metidos a proprietários da luta de transformação do mundo. Essa foi uma das razões fundamentais pelas quais me tornei militante nessa idade. Quando voltei da Europa, já estava filiado ao PT. Fui um dos fundadores. O Moacir Gadotti, por procuração, assinou minha filiação.

O senhor não falou sobre a sua relação com a Igreja na época. Ela tinha algum peso?

Tinha, tinha sim. A minha relação era muito boa.

O senhor não era religioso?

Eu tive uma formação cristã-católica. E alguns comunistas estreitos me recusaram por causa dessa formação católica. E alguns católicos tão estreitos quanto esses comunistas me recusavam pela minha convivência com Marx. Eu nunca neguei a minha camaradagem com Cristo e nunca neguei a contribuição de Marx para melhorar a minha camaradagem com Cristo. Marx me ensinou a compreender melhor os Evangelhos. Quem me apresentou a Marx foi a dor do povo quando eu trabalhei no Sesi, quando eu fui menino do mundo, dos rios de Jaboatão, foi a miséria, a deterioração física, a morte. Sou um pedagogo também dessa revolta, da indignação. Fui a Marx e não descobri razão nenhuma para não continuar minha camaradagem com Cristo. Mas eu não sou um homem religioso. Sou muito mais um homem de fé do que um religioso. A minha fé se funda sobretudo na crença da existência de um Deus, que não é o “fazedor” da minha história, mas é uma presença na história dos homens e das mulheres, na minha crença de que Deus não mente, Cristo não mente. Eu estou no mundo acreditando numa transcendentalidade que eu não dicotomizo, não separo da mundanidade. No fundo, eu vivo dialeticamente a história e a meta-história, sem jamais admitir a ruptura entre elas. É isso que eu acho que a pós-modernidade tem de aceitar. Um partido de esquerda que recusa um homem ou uma mulher, pelo fato de ele não negar a sua crença numa transcendentalidade, é um partido que deve fechar. É tão pouco democrático que não tem o que fazer.

E a Teologia da Libertação?

Eu discordo do papa, acho que é muito retrógrado. E não tenho por que negar isso. Mas não posso deixar de salientar minha relação com todo o movimento da Teologia da Libertação. Recentemente recebi um convite do Peru para discutir a Teologia da Libertação, a política pedagógica, sobretudo pela marca que dizem

Rememória

eles que eu deixei na Teologia da Libertação, na obra, por exemplo, de um Gustavo Gutierrez.

Toda vez que a sua história é relatada, o período mais enfocado é o do exílio. Nós conhecemos muito o que o senhor aprendeu nesse período. E o que o senhor não aprendeu nesses anos de exílio?

Eu sabia que o exílio significava uma ruptura. Era uma espécie de corte e implicava, necessariamente, um aprendizado difícil de, continuando vivo, lidar com um contexto novo. A realidade do exílio é sempre uma realidade que você toma de empréstimo; porque não está podendo experimentar-se na sua realidade original. Você tem de fazer o aprendizado da outra realidade sem esquecer o seu contexto anterior. No fundo, quando você aprende a viver num contexto de empréstimo recusando-se a esquecer o de origem, você não aprende a viver sem ele. Esse foi o meu melhor aprendizado. Para alguns exilados o problema foi não se ocupar no contexto de empréstimo, tentar fazer política só com relação ao contexto anterior, o que não era viável. Você não pode transformar o Brasil em Genebra. Eu procurei me ocupar no exílio para poder me preocupar com o Brasil. Aproveitei o tempo para aprender nas minhas passagens pela África, Ásia, Austrália, Nova Zelândia, Pacífico Sul, América Central.

O exílio é martírio ou troféu de guerra?

Eu acho que não é nem uma coisa nem outra. Houve brasileiros que na volta ao Brasil quiseram dar a seus corpos e caras a marca da gente que, tendo sofrido o martírio do exílio, teria privilégios na volta. Esquecidos de que não teríamos voltado se não fossem os exilados internos, se não fossem as lutas daqueles que, tendo ficado, se arriscaram muito mais do que nós que saímos. Eu não quero dizer que eu devesse ter ficado. Ficar teria sido ingenuidade. Mas o fato de eu ter saído me tirou da arena da briga. Outros que puderam ficar entraram nessa arena, muitos deles morreram aqui, para que eu voltasse depois. Na minha volta eu não tinha por que pensar em ter privilégios. Também não é um martírio. É uma dor, o exílio é sofrimento. Ele vira martírio se o exilado não tiver competência emocional, científica, política sobretudo. Uma das sabedorias do exilado é ter clareza política suficiente para não permitir que a dor vire martírio. Eu conheci muita gente que conseguiu fazer isso e tenho a alegria de também ter conseguido. Eu voltei para o Brasil inteiro, inclusive mantendo meu sotaque nordestino, apesar de todas as interferências lingüísticas que sofri.

O que representou para o senhor — pernambucano — estar na prefeitura de São Paulo sob o comando de uma paraibana?

Foi uma coisa realmente fantástica. Aceitei o convite que a [Luiza] Erundina fez porque não tinha direito de dizer não depois de toda a vida que tinha vivido,

depois das denúncias que fiz, de ter escrito o que escrevi. Para dizer não, teria de tirar os livros que escrevi do prelo e não escrever mais. Eu precisava continuar escrevendo e falando.

Por que o senhor não permaneceu na Secretaria?

Ter aceito não significava necessariamente ficar até o fim, mas dar um testemunho durante um período bom de dois anos e meio. Assisti aos primeiros encontros que Erundina fez, pude ouvi-la, vê-la discreta mas com energia, sem ser autoritária mas jamais aceitando licenciosidade. Testemunhei a coragem cívica da Erundina, a lucidez, a maneira correta, a advertência criteriosa a qualquer servidor, qualquer auxiliar que estivesse ultrapassando os limites. A autoridade, a forma como se entrega apaixonadamente ao sonho de fazer o mundo menos malvado, me fez ter por Erundina uma imensa admiração, uma confiança inabalável. Eu aposto nessa mulher como uma das expressões mais claras, mais lúcidas e competentes de políticos e políticas que podem sonhar em mudar este país. Eu vejo a Erundina com muita disponibilidade para transformar o país de cima para baixo e de baixo para cima. Às vezes eu tenho saudade do período em que eu ficava sempre muito calado, escutando os companheiros, aprendendo como fazer uma administração democrática realmente.

O senhor foi feliz?

Fui imensamente feliz. Evidentemente que entre essas alegrias eu também tive minhas raivas, minhas decepções, minhas tristezas, mas não há como escapar disso. O que você tem de fazer é não deixar que a razão de ser da raiva e da tristeza perdem demais. Nós vivemos muito mais momentos de alegria do que de raiva e tristeza. A raiva também é importante para poder vir a alegria. Sem estouros de raiva você não constrói a alegria. Quantos estouros de raiva a Erundina tem por semana! Ela precisa disso para poder gerar essa alegria enorme. A Erundina prova que administrar seriamente, administrar lucidamente, administrar com respeito às massas populares é dever de qualquer progressista e não tarefa de administrativistas.

Como o senhor vê essa crise do socialismo?

Eu acho que a gente tem de dar umas respostas a um certo tipo de discurso liberal modernizante e por isso mesmo até tradicional, já que vive falando na morte das utopias, na morte da história, na morte do sonho. Que vive defendendo o que se chama de posições pragmáticas, segundo as quais se deve aceitar o que está feito porque já está feito e não adianta brigar contra o que está feito porque brigar contra o que está feito é uma forma romancista de encarar a história. Isso é falso, é a renúncia. É esse discurso que termina por sugerir que Marx morreu, que não há que pensar mais em socialismo. Eu recuso esse discurso

Rememória

porque o meu sonho e a minha utopia têm de estar absolutamente vivos. Acho que nunca tivemos na história um momento mais cheio de possibilidades, de esperança e de sonho do que esse, em que se esfacelou, diante de nossos olhos estupefatos, um modelo que escondia mentiras e que agora exige de nós a invenção real do socialismo dentro de uma moldura democrática. O que há de positivo na experiência capitalista não pertence à natureza substantiva do capitalismo, e sim à moldura democrático-burguesa em que nasceu, e na qual se encontra. Na essência ele continua tão ruim quanto sempre foi. E a criação do socialismo passa pelo crescimento democrático, pela compreensão do que é liberdade, pela compreensão da necessidade da autoridade enquanto constitutiva da própria liberdade, pelos limites que se impõem. Imagine-se agora o quanto errados estavam alguns companheiros quando, no começo de nossa administração, nos acusavam de puros gerenciadores de uma burocracia.

Nota

(Carta de Paulo Freire, publicada em *Teoria&Debate* nº 18, 2º semestre de 1992.)

Acabo de ler o excelente trabalho que Mário Sérgio e Paulo de Tarso fizeram com o “material” que “recolheram” de mim.

Tenho, porém, um reparo a fazer que, espero, não os entristeça.

Em todo o texto não se faz uma referência sequer a Ana Maria, Nita, minha atual esposa, a quem devo a re-invenção de minha vida, após a morte de Elza.

Ao salientar este último ponto faço justiça a Ana Maria e a mim mesmo pelo que vem significando para nós a experiência de nos refazermos.

Paulo Freire

São Paulo — SP

Isaac Akcelrud

por *Joaquim Soriano* e
Ricardo Azevedo

Teoria&Debate n° 18, 2° trimestre de 1992

Repórter, aprendeu o ofício servindo de escritor, ainda pequeno, para as famílias dos ferroviários em Santa Maria (RS), onde nasceu, em 1914. Militante do Partido Comunista, sempre envolvido com a imprensa do partido, rompeu juntamente com outros, depois que a direção bloqueou o debate sobre o significado do Relatório Kruchev, lido no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Como jornalista profissional, trabalhou no *Correio da Manhã*, nos *Diários Associados* e, no início dos anos 80, na *Folha de S. Paulo*, como correspondente para o Oriente Médio. Retornou ao Brasil em 1982, filiando-se ao PT. Colaborador ativo da imprensa popular, em particular do *Em Tempo* e do *Jornal dos Sem-Terra*, chamava sempre a atenção para a importância do movimento negro. Com a saúde fragilizada pela diabetes, morreu em 16 de setembro de 1994, vítima de um ataque cardíaco fulminante.

Rememória

Onde você nasceu?

ISSAC AKCELROUD — Eu sou neto de um plantador de milho e filho de um plantador de milho e batata que deixou a terra, em Ijuí (Rio Grande do Sul), para ir para Santa Maria, onde tinha escola para o filho ser alfabetizado. Aí ele se tornou um pequeno comerciante. Esse é o velho Jacó, judeu, agricultor, poeta, meu pai, que morreu cedo de câncer. Que eu amo até hoje.

Morreu com quantos anos?

Morreu com 38 anos, menino ainda. Eu vou fazer 78 anos. Santa Maria é uma cidade estratégica, com importância militar e econômica. É um centro ferroviário. Meus companheiros de brincadeiras eram filhos de ferroviários.

Como era a sua vida nesta cidade?

Eu era menino, estava na escola, e aos poucos fui me tornando um escriba daquela comunidade. Não tanto dos ferroviários, mas de suas mulheres, mães e irmãs, que recebiam cartas e não sabiam ler. Tinham de responder e não sabiam escrever. Nem assinavam o nome. Tive de aprender a fazer entrevista. Uma dona qualquer tinha de responder uma carta para uma prima ou cunhado. Contar as novidades da família e pedir notícias, enfim, transmitir suas coisas. Ela me contava e eu escutava, colhia as informações. Tinha de retransmitir aquilo e escrever de maneira clara, de forma que outra pessoa entendesse. De modo que eu ouvia, redigia e passava adiante. Desenvolvi uma técnica de tomar nota, registrar, de fazer perguntas para esclarecer certos pontos. Acabava me interessando pelos problemas e vivendo todos aqueles dramas familiares.

Como sua família via sua relação com os ferroviários?

Eu sou descendente de judeus ortodoxos, de uma família formada pelo encontro de judeus fugitivos de *pogroms* da Europa Oriental, da Ucrânia. Minha infância foi povoada por histórias de *pogroms*, de horrores contra o povo judeu. Ao mesmo tempo, na minha formação afetiva, os valores morais fundamentais, que minha mãe me inculcou, eram feitos à base de modelos e exemplos do judaísmo, de motivos bíblicos. Dentro de casa havia um ambiente muito judaico, muito fechado. Uma das coisas, por exemplo, que me emocionou até as lágrimas e me encheu de indignação foi a venda do menino José aos mercadores do Egito pelos seus próprios irmãos. Para mim, isso era judaísmo e eu fui descobrindo depois, à medida que amadurecia, que isso é humanidade. Vender um irmão José, um judeuzinho, é um crime monstruoso, mas vender um irmão Antônio, um irmão Manuel é outra sacanagem, igualmente imperdoável. E tem gente que vende. Essa relação chegou a termos conflituosos também porque, para estudar — e estudar era uma lei —, eu precisei frequentar o ginásio dos maristas, onde tinha aula de religião, e era um bom aluno. Fiquei entre cristianismo e judaísmo e

acabei me rebelando contra os dois. No meio de tudo isso havia uma característica: você tinha o traço judaico, e ser judeu era um defeito. Era muito engraçado porque havia um grande número de judeus que tinham emigrado da Europa Oriental. O apelido popular de judeu, naquela parte do Rio Grande do Sul, era russo. Isso era sinônimo de judeu. Depois da Revolução Russa se confundiu um pouco judeu com comunista, o que era um barato. À medida que fui amadurecendo fui reivindicando o direito de ser o que era. De ser um descendente do menino José que foi vendido como escravo. E que se revelou um grande sujeito porque depois protegeu os irmãos que o tinham vendido. Com as histórias de *pogroms*, ouvi histórias de resistência. Comecei a ouvir histórias de judeus socialistas, de judeus revolucionários, de judeus que se organizavam para resistir. Um dia eu vi uma coisa que me lavou a alma: uma declaração de um líder político dizendo que era uma vergonha ser anti-semita. Era Lenin.

Influência da Revolução Russa?

A Revolução Russa teve um eco muito forte em todo o Rio Grande do Sul. Por ser uma zona de fronteira circulava muita literatura. Começamos a ler edições de Barcelona, *O Estado e a revolução* [de Lenin], *A origem da família, do Estado e da propriedade privada* [de F. Engels]. Entrava muito Stalin também.

E quando acabou o ginásio?

Entre outras coisas, eu também aplicava injeção naquela comunidade toda. Eu queria ser o médico deles. Mas a medicina exigia que eu fosse para Porto Alegre e a família não tinha dinheiro para me sustentar. Tentaram uma matrícula numa escola de agronomia em Viamão, mas não me aceitaram porque eu era muito tampinha; sempre fui muito pequenino; tinha idade, mas não tinha estatura. Aí apareceu uma solução na Força Pública. Eles tinham um curso para oficiais e as aulas teóricas o meu curso secundário cobria, eu não precisava frequentar as aulas, teria tempo livre para estudar medicina. Aí me arrumaram um pistolão e sentei praça. Quando entrei eles mudaram o regulamento, transformando-o em internato. Lá se foi a minha medicina e eu virei milico.

Com que idade?

Eu tinha 18, 19 anos. Um belo dia, duas coisas me atraíram à cidade de Porto Alegre: primeiro, um recital da Berta Singerman. Tinha um amigo que ia levar uns versos meus para ela recitar. E, segundo, tinha um comício da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no qual eu poderia dar uma espiada. Pedi licença para ir ao recital. Cheguei lá, ele fora cancelado porque a moça estava afônica. Fui ao comício mas, ingênuo, fui fardado. E fui em cana! Minha prisão repercutiu entre os jovens que estudavam para ser oficiais. Eu tinha um certo prestígio. Era escalado para falar em público em nome da tropa. De repente era preso como subversivo!

Rememória

Me levaram à presença do Flores da Cunha, que queria falar comigo. Ele perguntou: “Você estava numa reunião de comunistas?” Respondi que não sabia se eram comunistas, tinha ido a uma reunião da Aliança Nacional Libertadora. Ele disse: “Ia mandar largar você à noite naquele tempo frio.” O Flores da Cunha largava o sujeito nu no Uruguai, na fronteira, peladinho como nasceu. Então ele falou: “Não faça isso com gaúcho. Gaúcho circunciso, mas, em todo caso, gaúcho.” Aí eles me levaram, o que foi uma humilhação, como menor para a minha mãe.

Você já era do Partido Comunista?

Não. Eu me sentia comunista. Eu demorei a entrar no partido.

Houve influência da Coluna Prestes?

A marcha da Coluna foi uma coisa que ficou plantada na nossa geração. Eu queria fugir para me incorporar, mas minha mãe me segurou. Fui muito influenciado por Prestes, uma figura romântica, herói popular. A marcha da Coluna foi uma coisa realmente bonita.

E quando você entrou para o PC?

Eu já estava pagando um preço alto por ser comunista sem ser do partido. Então resolvi entrar. Em 1936, chegando a Porto Alegre, entrei em contato com Beatriz Bandeira Reis e entrei para a juventude. Pouco tempo depois aconteceu uma reunião ampliada de toda a direção regional do partido. Havia umas 40 pessoas. Não tomaram as necessárias cautelas de segurança, a polícia chegou e prendeu todo mundo. O partido ficou mambembe. Sobrou um ou outro. A idéia foi reorganizar um nucleozinho de direção com quem tivesse sobrado. Eu virei secretário regional de Agitprop — Agitação e Propaganda. Eu sabia escrever. Mas não sabia o que fazer.

Você estava morando em Porto Alegre?

Eu era repórter da *Folha da Tarde*. O diretor do jornal era o Vianna Moog, que já era um escritor famoso.

Foi nessa época que você conheceu o camarada Tigre?

Eu queria lembrar do camarada Tigre. Por mais que me empenhe, jamais conseguirei traduzir quem era o camarada Tigre. Nunca ninguém vai saber a verdadeira identidade jurídica, civil desse nome de guerra, desse militante do tipo de índio, que militava em Porto Alegre, no tempo que eu andei por lá. O Tigre tinha por tarefa a discrição. Não apenas a discrição do militante clandestino que fala pouco, que não pode estar tomando nota, que não pode deixar vestígios, que não pode deixar pistas porque não pode deixar indicação nenhuma para a polícia. É algo mais sério porque o Tigre era o encarregado do aparelho. Era encarregado

da segurança. Eu estou me referindo ao PCB dos tempos heróicos, ao PCB que estava cortado nas suas ligações com o centro, no Brasil, e com Moscou. Livre, feito como nós sabíamos fazer e, portanto, autêntico, revolucionário. Um belo dia o companheiro Tigre apareceu morto. E era preciso sepultá-lo, dar um atestado de óbito. Era necessário documento para identificar o Tigre. A muito custo se descobriu o buraco onde o Tigre estava enfiado: não tinha nada, não tinha vestígio de coisa nenhuma. Você mal podia perceber que lá havia vivido um ser humano. Eu queria dados sobre o Tigre, queria escrever sobre ele, guardar a memória do Tigre. Eu descobri o Tigre depois que ele morreu e agora, passado mais de meio século, está mais vivo do que nunca, diante de mim, compreende? E afora o fato de que estou sendo forçado por vocês, que estão me embalsamando, a rememorar essas coisas, eu estou vendo o olho penetrante dele. Talvez eu seja a última lembrança do Tigre, porque dele só ficou lembrança na impressão humana que ele deixou, no vestígio humano.

Você ficou no jornal até a legalização do partido?

Fiquei, mas quando o partido veio para a legalidade eu virei profissional contra a vontade da Dona Clara, minha mulher. Pedi demissão do jornal e comecei a passar fome em nome da revolução proletária. Fui candidato à Constituinte estadual, mas não fui eleito. Fazia campanha para os outros. Sempre tive horror do Parlamento.

Quantos o PC elegeu para a Constituinte estadual?

Na Constituinte federal o PC elegeu uma bancada de 14, para a estadual eu não me lembro. Nós fundamos um jornal, o *Tribuna Gaúcha*. De vez em quando eu ia lá, cobria os debates e ficava horrorizado com a passividade dos nossos parlamentares. O deputado do PC perguntava: “Que tal achou?” Eu respondia: “O senhor perdeu uma boa oportunidade de ficar calado.” “É tão ruim assim?” “Pessimismo.” Depois o deputado ia no comitê estadual se queixar que eu não me comportava como repórter. Eu era muito indisciplinado, vivia fazendo autocrítica, até que chegou um dia que eu prometi: não faço mais autocrítica.

Você lembra em que ano veio para São Paulo?

No início da década de 1950. Estava em São Paulo quando o Brasil perdeu a copa para o Uruguai. Célebre Copa de 1950. Estava aqui meio clandestino, ainda não sabia onde ficaria. Eu saí para a legalidade e fui para o *Hoje*. Por incrível que pareça eu fiz carreira no PC como jornalista. Trabalhar nos jornais revolucionários exige além de uma certa capacidade profissional, uma ilimitada devoção ao jornal, à causa. Porque é muito penoso. Os jornais são pobres, é difícil. Eu dirigi esse jornal por muito tempo. Não tinha dinheiro mas o pessoal precisava comer. Nós conseguimos alguns feirantes simpatizantes, fizemos uma cozinha

Rememória

no jornal e o pessoal comia e dormia lá, era aquela zorra. Um troço terrível. Era realmente muito penoso, um sacrifício muito grande. E a polícia em cima. Não tinha profissional, não tinha linotipista. Então pegávamos um garotão, pedíamos para ir ao Sesi e entrar no curso de linotipo, aprender um pouquinho. Depois era para vir treinar no jornal para ser nosso linotipista e ensinar aos outros. E assim nós formamos uma equipe de linotipistas profissionais que foram trabalhar na *Folha*, no *Estadão*, na *Gazeta* e por aí.

O jornal era diário? Qual era a tiragem?

Era diário. O PC tinha uma virtude jornalística, ele tinha jornal diário no Rio, em São Paulo, em Porto Alegre, Salvador, e tinha um semanário que circulava como *Voz Operária*. Tinha um jornal sindical, um feminino, um para jovens, um para camponeses. Tinha também uma revista teórica, *Problemas*, e ainda jornais de categorias, para marítimos, metalúrgicos, ferroviários.

Tinha uma imprensa forte?

Pelo menos numerosa. Não tinha jornalista, não. Mas o jornal saía porque o pessoal da imprensa era dedicado e não era do “sábio” Comitê Central. O “sábio” Comitê Central era uma coisa pavorosa, todos burocratas.

Hoje era um jornal legal?

Legal. Isso é que era curioso. O partido era ilegal, mas a sua imprensa era legal. Os jornalistas se expunham de peito aberto para a reação e a direção ficava atrás do muro. Quando estourou o negócio do XX Congresso do PCUS escrevi um bilhete para a direção dizendo que nós estávamos enfrentando a reação cara a cara e eles estavam protegidos pela segurança da ilegalidade; nós não queríamos que eles aparecessem, mas que nos ouvissem. Nós queríamos uma discussão sobre os problemas abertos pelo XX Congresso, queríamos publicar o Relatório Kruchev, não nos bastava dizer que o relatório era uma provocação do imperialismo, nós não acreditávamos nisso.

O que a direção do partido respondeu?

O João Amazonas disse que isso era demagogia minha. Então saiu o documento do XX Congresso. Esse Congresso foi um acontecimento histórico muito mais importante que a queda de Gorbachev, na minha opinião.

Mas como é que vocês souberam do Relatório Kruchev?

Saiu o relatório no *New York Times*, depois no *Estado de S. Paulo* e mais tarde no *Diário de Notícias*, no Rio de Janeiro. Sair no *New York Times* e no *Estado de S. Paulo* não era uma boa recomendação, eram veículos meio suspeitos. Procura daqui, procura dali, um dia, por meio de um material húngaro ou búlgaro, eu não me lembro bem, tivemos confirmação de que o material era verdadeiro. Isso foi

confirmado depois pelo Osvaldo Peralva, que era o representante do Brasil no Cominform (Centro Internacional de Informação dos Partidos Comunistas), peixinho do Diógenes Arruda. Se era verdade, a gente não podia cruzar os braços diante de uma coisa dessas, porque aquela política denunciada pelo Relatório Kruchev tivera efeitos terríveis, desastrosos. No Brasil, por intermédio do que nós chamamos aqui de mandonismo. Não se argumentava mais, não se discutia mais, alguém mandava e alguém obedecia e acabou. Eu não participei dessa primeira resolução, mas apoiei integralmente. Resolveu-se que era preciso discutir o documento no partido e no Comitê Central; o secretariado, o Prestes não concordavam com essa discussão.

Essa resolução foi de quem?

Essa resolução foi dos intelectuais, particularmente dos jornalistas, dos quais eu fazia parte sem fazer parte, uma situação muito curiosa porque era um grupo muito coeso, muito fechado: Bento Rodrigues, Osvaldo Peralva, João Batista de Lima e Silva, Vitor Marcio Cohn, que tomou a decisão e lançou a campanha. Me convidaram *post-factum*, e eu entrei. Mas nem aí eu era núcleo dirigente. Fiz minha teoria. Achava que a gente devia criticar implacavelmente, mas pela esquerda. Achava, inclusive, que a gente devia criar um outro partido, que devia criar outra Internacional. Foi aí que eu comecei a ficar trotskista, queria criar outro partido marxista. Comecei a analisar. Era a primeira vez na história do movimento operário, desde Marx, que um documento de um Congresso do partido de Lenin, o partido bolchevique, era publicado por um órgão central da burguesia e não por um órgão central dos trabalhadores, do PC etc. Não foi publicado pelo *Pravda* mas sim pelo *New York Times*. Eu me perguntei por que Kruchev o entregara aos americanos. Acho que ele o entregou para se defender caso não desse certo, e ele não fizesse maioria, para não ser fuzilado. Para ser publicado internacionalmente, ter um volume suficiente de solidariedade, de protestos para defender sua vida. Ele tomou uma medida cautelosa de autodefesa preventiva. Mas ele achou que devia fazer, e fez dentro de seus limites, porque ele também era um burocrata.

Onde vocês leram o relatório?

Nós lemos o relatório em *O Estado de S. Paulo*. Tem coisas de arrepiar, tem um troço no relatório que me machuca até hoje, a tortura do camarada Kedrov, ferido numa das costelas flutuantes, na guerra civil, e que ficou com uma fissura nessa costela, que dóia. Era aí que ele era torturado, era aí que eles batiam, na sua ferida de honra, na sua ferida da guerra civil, quando ele lutou pelo poder soviético. Era a contra-revolução que estava batendo nele, seríssimo. A auto-definição do stalinismo está todinha nas pancadas nas costelas flutuantes do camarada Kedrov. Muito mais do que o martelo na cabeça de Trotski. Era

Rememória

evidente que Trotski era um perigo para eles, mas não é evidente que o Kedrov fosse um perigo para eles. É preciso ir mais fundo.

E a denúncia?

A denúncia foi feita, foi vitoriosa. Uma denúncia saía de dentro da burocracia revelava uma ruptura. Era preciso tirar tantas conclusões, discutir com o partido. Nós lançamos a discussão.

Lançamos, quem?

Um grupo de jornalistas da imprensa, no Rio, por meio de um artigo do João Batista. A minha participação nisso me honra muito, eu escrevi só um artigo, mas esse artigo foi traduzido para o russo e saiu no *Izvestia*, porque enganou os russos. Fiz um artigo intitulado “Pela discussão contra o prato feito”. Nós não queríamos o prato feito, queríamos a livre discussão dentro do partido. Eu denunciei esse hábito. Ainda com o linguajar, o jargão antigo daquele tempo, porque eu estava encharcado daquilo. Demora até você desencarnar daquele bitolamento, daqueles hábitos, daquela língua própria, porque o stalinismo cria uma língua, o stalinismo é um negócio terrível, você não desencarna assim. Levei alguns anos e não tenho certeza de ser um sujeito inteiramente purgado. De vez em quando tenho de tomar um óleo de rícino. Aí fui declarado antipartido, proibiram que falassem comigo. Inclusive chegou um companheiro da União Soviética que queria falar comigo e disseram que eu era o antipartido.

Quem era o dirigente responsável?

Quem cuidava disso era o Diógenes Arruda e o Amazonas. Eu escrevi um bilhete para o Prestes: “Companheiro, você é o homem em quem todo o partido confia, pega o touro pelo chifre, abre essa discussão, segura isso na mão, ajuda o partido a emergir dessa crise. Nós estamos acossados com esses problemas todos, ajuda a gente a pensar essas dificuldades todas. Vamos superar isso.” Aí ele não me respondeu, mas deu uma entrevista dizendo que partido não é um clube de debates. Eu havia escrito que o partido é um clube de debates. A obra de Lenin é toda ela um debate, o partido todo é uma discussão, não há esse troço de um partido bonitinho, de um ditador de regras lá em cima e pronto.

Quer dizer que vocês publicaram nos jornais sem autorização do Comitê Central?

Sem autorização. Aí eles resolveram nos expulsar dos jornais. O cavaleiro da esperança, por intermédio de sua irmã Clotilde Prestes e com o auxílio do militar, não sei que patente ele tinha nessa época, Lincoln Oest, organizou a invasão militar do *Imprensa Popular*. Um bando de vândalos armados de cassetetes para nos agredir e nos tirar, na porrada, de dentro da redação e tomar conta do jornal.

Isso no Rio?

Estava no Rio, eu era o redator-chefe do *Imprensa Popular*.

E como foi essa operação?

Eu subi em cima da mesa e disse: “Vocês estão fazendo uma coisa que a polícia não conseguiu fazer: invadir essa redação. Vocês estão abaixo da polícia.” Sabe que isso intimidou os caras? Prossegui, dizendo que tinham conseguido demonstrar que não eram meus camaradas. Disse que não ia ficar ali um minuto a mais porque não ficaria num jornal em que acontecia um vergonha daquelas. Disse que eles é que deviam ir embora, tinham de interromper a agressão vergonhosa e ir embora. Nós íamos terminar o jornal, porque éramos, além de tudo, profissionais. Só cometemos um erro: não fizemos o relato da agressão no jornal. Devíamos ter feito o relato. Eles se retiraram.

E quem foi o interventor no jornal? Quem assumiu?

Não sei quem ficou lá. Depois houve mil e uma negociações. Nós queríamos recrutar gente e eu falei até com o Astrojildo Pereira: “Você, que é fundador do partido, não pode permitir essa perversão, este horror que está acontecendo.” E ele disse: “Pode ser que tudo isso que você está dizendo seja verdade, mas o seu método não está certo. Eu estou aqui porque acho que você é recuperável.” Eu respondi: “Mas esse partido não é recuperável, eu vou cair fora dessa porcaria, vamos fundar outra coisa.” Ele não teve peito, ele ficou.

Isaac, você saiu no momento mesmo da invasão?

A invasão marcou a ruptura. Todos os membros da redação que haviam saído queriam um outro jornal.

Jorge Amado saiu nessa época? Ele colaborava com o jornal?

O Jorge Amado estava nos apoiando. Ele era um membro ativo do partido. Mas o Jorge tinha muitos interesses na União Soviética, um grande volume de direitos autorais. Eu acho que a atitude pública de Jorge Amado deixou um pouco a desejar. Mas ele estava com a dissidência.

Quem eram os dissidentes nessa época?

Nesse grupo de jornalistas que rompeu, os principais dirigentes eram o João Batista de Lima e Silva, que morreu, o Osvaldo Peralva, o Newton Rodrigues.

E aí que rumo vocês tomaram?

Bem, começamos a trabalhar na imprensa burguesa procurando empregos, porque todos nós tínhamos de ganhar a vida. Eu era casado, minha companheira resmungava contra o culto da personalidade de Stalin, que ela sempre achou um horror.

Rememória

Ela era militante?

Não, ela era minha companheira e me suportava, me agüentava e gostava de mim, mas também me detestava conforme meus méritos e deméritos. Ela morreu de câncer no ano passado. Eu sinto uma falta terrível dela. Nessa época ela trabalhava e me mantinha, isso tudo é verdade. Ela não era militante, mas tinha prestígio no partido junto à direção, porque mantinha um jornalista para o partido. Mas tinha muita gente que comia fogo, passava dificuldade e nós tínhamos uma verdadeira mística de que sair era trair. Eu ouvi de vários companheiros que iam ter de “trair”, mas não por eles, pelo estômago, pelo filhinho.

Onde você foi trabalhar quando saiu?

Fui trabalhar no *Gazeta de Notícias*, no Rio. Era um jornal que publicava resultados do jogo do bicho e perdi o emprego porque neguei um furo impossível num jornal desses: morreu uma bailarina de boate de subúrbio e eu não sabia que ela tinha importância para o jornal.

E depois desse, qual foi o novo emprego?

Quem me deu emprego foi Assis Chateaubriand. Ele gostava muito de mim. Um dia me chamou e disse que eu era um bom jornalista, escrevia bem, que gostava de ler o que eu escrevia e estava espantado com uma coisa: onde é que eu estava que ele não sabia que eu existia? Eu disse que um dia contaria. Mas eu quase que disse a ele: “O senhor não liga o nome à pessoa.” Quando o partido veio para a legalidade em 1945, o Chateaubriand contratou um serviço para vasculhar a vida dos dirigentes comunistas, eu acho que isso não foi só em Porto Alegre, isso deve ter sido nacionalmente, para descobrir podre, sujeira dos caras, para fazer campanha de desmoralização. E o cara encarregado de descobrir os meus podres era um colega jornalista, Frederico Renato Malta, um cara de direita, filho de um integralista. Ele escarafunchou a minha vida durante seis ou oito meses, não sei quanto. Passado esse tempo ele apresentou o relatório dele, veio falar comigo e disse: “Eu vim te pedir desculpas porque te espionei durante tantos meses e te dar os parabéns porque não achei um fio de imoralidade, sacanagem, nada na tua vida.”

Você trabalhava para o Assis Chateaubriand?

Eu trabalhei com Assis Chateaubriand até ele morrer. Ele queria que eu fosse um dos diretores associados. Queria que eu fosse assumir o *Diário de Pernambuco* e eu estava sentindo que estava sendo recrutado para ser um militante da reação por intermédio dos Diários Associados. O Chateaubriand era um devoto dos Estados Unidos, assim como nós éramos devotos da União Soviética. O problema dele era de classe. A minha primeira viagem ao Oriente Médio foi ele quem pagou. Ele queria uma reportagem sobre irrigação no Oriente Médio para

colocar o problema da irrigação no Nordeste. Era uma concepção audaciosa, bonita, inteligente. Essa matéria me projetou muito, jornalisticamente, me deu *status* nos Diários Associados e fez com que os morubixabas associados vissem em mim um concorrente. Mas eu não era concorrente deles.

Que função você ocupou?

Eu fui redator-chefe e depois diretor do *Jornal do Comércio*. Era um jornal decadente, que ele queria reviver. Queria arrumar recursos para transformá-lo no *Economist* brasileiro. Aí ele teve o derrame, e isso me poupou de dizer que eu não tinha capacidade de fazer o *Economist* brasileiro. Defender a burguesia brasileira, o acordo do café e a cafeicultura brasileira não dava, não.

E a política nesse período?

Quando eu saí do PC, aconteceu uma porção de coisas. Nós fundamos *O Nacional*, que era um jornal que fazíamos para pesquisar, procurar formar uma posição política em divergência ao PC. E a pretexto de que nós precisávamos conhecer o que se passava no nosso país em primeiro lugar se adotou o título de *O Nacional*. Isso revela uma certa estreiteza. Neste jornal estavam o Agildo Barata, o Peralva, o Newton Rodrigues, alguns dissidentes europeus que não podiam aparecer porque não eram brasileiros natos. Nós acabamos nos separando. Um belo dia, ficamos só eu e o Agildo lá. Aí era muito trabalho. Eu tirei o número dois, não agüentei e disse: “Agildo, não dá, não posso com isso.” Acabamos com aquela fantasia.

Foi nessa época que você conheceu o Erich Sachs?

Foi ele quem me indicou para o *Jornal do Comércio*. Ele trabalhava como editor internacional. Eu fui lá trabalhar como auxiliar dele e fiz carreira rápido. Um belo dia faltou editorial. Precisavam de alguém que fizesse o editorial em dez minutos. Me chamaram e perguntaram o que é que eu faria se tivesse de fazer o editorial do jornal. Eu respondi que leria o jornal do dia, veria os assuntos. Eu não começo a trabalhar sem ler o jornal do dia. Disse que escolheria uma notícia de quatro linhas que tinha sido muito mal aproveitada. Era uma notícia sobre o famoso “hiato nocivo”, que é um período entre os 10 e os 14 anos em que o menino não pode trabalhar e não tem escola: são quatro anos sem escola, perde-se mão-de-obra e o menino perde o futuro. É um desprezo pela nova geração. Aí o cara disse: “Mas que bom assunto, você quer fazer esse editorial?” Eu disse que não queria, mas que ele tinha mandado fazer, e não tinha remédio. Disse que precisava de dez minutos. Aí comecei a marcar ponto no jornal.

Como você se sentiu?

Sair do partido para um sujeito como eu, que era comunista, criado no meio do

Rememória

trabalhador, militante desde a adolescência, era uma coisa traumática e a decepção muito dolorosa, muito marcante. Passei um tempão remoendo aquilo, relendo e repensando com uma dor-de-cotovelo terrível. É como perder alguém muito querido, brigar com a mulher amada, sei lá, é muito ruim. Eu custei muito a me refazer.

E você não se sentiu tentado a se ligar a alguma organização nesse período? À Polop (Política Operária), por exemplo?

O Erich estava disposto a me ensinar alemão para eu ler *O Capital* no original. Ele me predestinava para grandes tarefas, mas depois ficou furioso porque não admitia que eu tivesse uma função dirigente dentro de um jornal burguês, ele queria que eu fosse bagrinho sempre. Um belo dia eu recebi um telegrama do Chateaubriand, sem maiores explicações: “Assuma o *Jornal do Comércio*.” Era o jornal mais conservador da América Latina. Eu fiquei até que estourou uma greve de bancários, o jornal ficou contra a greve e eu saí. Porque eu nem queria saber se a greve era correta ou não. Eu não podia ficar contra a greve dos bancários. Por sorte estava lá um editorialista, um Padilha, que fez o editorial.

E você foi para onde?

Eu vim para São Paulo, onde o Edmundo Monteiro, do *Diário de São Paulo*, queria um redator-chefe para assumir o *Diário de São Paulo*, o *Diário da Noite* e a parte do jornal da emissora. Era um empregão. Ele queria botar tudo isso em cima de mim, e eu queria só um naco disso, não queria tudo.

Isso foi antes do golpe?

Foi um pouco antes do golpe. Quando eu resolvi não ficar, o Chateaubriand, que já estava entrevado na casa amarela, me disse: “Você não quer ir para Recife assumir o *Diário de Pernambuco*?” Queria derrubar o Arraes. Eu disse que era amigo do Arraes, gostava dele, eu teria dificuldades para escrever contra o Arraes. Ele disse que não sabia que os judeus eram românticos assim, quando tinha de escrever contra alguém podia ser amigo, escrevia contra e acabou. Tenebroso! Fui trabalhar numa agência de propaganda. Até ir para o *Correio da Manhã* trabalhar com o Peralva. Nós fizemos o jornal até o golpe. Com o golpe de 1964 eles prenderam a dona Niomar, prenderam o Peralva, prenderam todo mundo. O cara com mais autoridade que ficou no jornal fui eu, que era o editor-geral. É uma questão de honra, para um jornalista, não deixar o jornal morrer na mão dele. Eu reuni todos os chefes de seção do jornal e organizamos um comitê de autogestão. Organizamos e mantivemos o jornal. Não deixamos o *Jornal do Brasil* tomar os melhores repórteres do *Correio da Manhã*. Quando dona Niomar saiu da cadeia devolvemos o jornal inteiro. Nesse período o jornal estava com uns 15 coronéis lá dentro, fazendo a censura. Driblando os militares, fizemos

miséria contra a censura lá dentro. Eles censuravam, abriam buracos de meia página, às vezes uma página inteira, mas não admitiam que saíssem em branco. Eu fiz um troço para eles e tiveram de trocar a equipe. Fui ao arquivo da Agência Nacional e peguei discursos velhos de generais sobre democracia, discursos demagógicos, de solenidades, sobre liberdade, às vezes bobos. General fulano de tal declara... Agência Nacional divulga... Eles olhavam e deixavam passar. No dia seguinte diziam: “O senhor nos enganou.” Quando dona Niomar saiu da cadeia, a primeira coisa que fez foi me demitir. Eu fiquei surpreso, mas cometera um erro. Tínhamos demonstrado que o *Correio da Manhã* podia viver sem ela.

E sua adesão ao trotskismo?

Eu quero dizer que a gente não chega no trotskismo. A gente anda aos trancos e barrancos com o trotskismo por aí. Claro que eu era antitrotskista. Era um stalinista roxo, um membro disciplinado do partido e achava que Trotski tinha feito uma porção de coisas erradas. Não conhecia a história da Revolução Russa, estava desinformado. O trabalho de desinformação e de mitificação da militância feito pelo stalinismo é um dos maiores crimes que já se cometeu sobre a consciência humana. Mas teve um momento em que todo esse sistema de mentiras explodiu, estourou. Chegou a hora de um Relatório Kruchev, em que o partido se escondia atrás de uma negativa: não existe Relatório, isso é uma provocação da CIA, é uma invenção do imperialismo americano. E o Relatório Kruchev existia. E afinal de contas, apesar de estar com o espírito crítico embotado, apesar de estar embrutecido, emburrecido pelo stalinismo — mas a gente continuava vivo, não é? —, você chega a um ponto em que se vê diante do seguinte problema: como é que o socialismo produz uma ditadura individual? Pessoal? Ou não é socialismo ou a história está mal contada. Mas, assim como se apresenta, não é verdade. Eu quero saber o que está havendo, porque não posso ir mais nessa conversa. A minha vida está toda envolvida aí, a minha militância. Em resumidas contas a coisa era a seguinte: eu estava fazendo o combate à burocracia, pela esquerda, quer dizer, não queria abandonar a plataforma marxista. Eu queria me manter no terreno da luta de classe, do lado da classe operária. Queria me manter no campo do partido revolucionário, operário, e para fazer tudo isso tinha que ser contra Stalin, contra o PC, contra a burocracia, contra esse troço todo. A avenida que estava aberta era Trotski. Não era a única saída. Mas é que encontrei nele um raciocínio político lúcido, claro, um estilo primoroso, um rodapé político de primeira grandeza. Encontrei um dirigente e descobri a Revolução de Outubro, que não conhecia, só sabia aquela baboseira da história da Revolução Russa escrita pelo Stalin, que não corresponde a nada. O reencontro com a realidade de outubro de 1917 foi um reencontro com Lenin e Trotski. A ponto de descobrir uma coisa sensacional: para os camponeses russos Lenin e Trotski eram uma só pessoa.

Rememória

Com essa sua identidade e solidariedade com os oprimidos, você é um colaborador do Jornal dos Sem-Terra. Como é que você encontrou o Movimento Sem-Terra do Brasil?

Primeiro, um grande fator, um fator de ambiente geral. Eu acho que no Brasil ninguém pode ser indiferente ao Movimento Sem-Terra. É muito difícil tratar de qualquer questão no Brasil sem desembocar na questão da terra. Muito difícil. Eu estava meio extraviado, um dia peguei um exemplar do *Jornal dos Sem-Terra*. Esse jornal começou com um boletim muito ruim, fraquinho, eu li aquele troço e me comoveu. E eu estava meio parado, decidido a entrar para a Democracia Socialista, no PT, voltar a militar. Estava procurando um lugar para me meter. Eu tinha de me meter em algum lugar por intermédio de um jornal. Eu peguei esse exemplar do jornal com o pessoal da *Folha de S. Paulo*, na avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Peguei, li aquilo. Escrevi para eles que estava interessado em colaborar nesse jornal. Me apresentei e eles me deram essa chance. Comecei a trabalhar, a ir para o interior levando o jornal, falando com os camponeses. Descobri que não sabia escrever para camponês. Tinha um aprendizado a fazer. Aquele curso que eu fiz quando era menino, com as famílias dos ferroviários, renovei com as famílias dos camponeses. Elaborei uma teoria nova: um jornal para ser ouvido e não lido. Um jornal para ser lido, você volta, recomeça a leitura, lê de novo, guarda; mas num jornal para ser ouvido o que passou, passou. E tem que ter letra grande, curtinho, claro. É outro estilo.

É mais para rádio?

Mais claro que rádio.

Falando em rádio, você conheceu a Rádio Venceremos de El Salvador?

A Rádio Venceremos ninguém conheceu. A maior recompensa que a luta pela terra me deu foi a chance de ir a El Salvador e conhecer os companheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação e conhecer as áreas libertadas. Não me lembro em que ano foi, mas era o primeiro centenário do 1.º de Maio [1986]. Organizou-se uma missão ecumênica de solidariedade ao povo salvadorenho e eu participei dessa missão. Houve até quem quisesse que eu passasse por padre. Nós fomos visitar a cúria metropolitana, e o arcebispo nos emprestou o carro dele para visitar o interior. Participamos da passeata de 1.º de Maio. Tinha povo pra burro, tinha tanto povo que no 1.º de Maio, à luz do dia, o pessoal pichou a embaixada americana. Foi uma beleza! Foi muito gostoso, muito bom. Mas nós não conseguimos derrotar os americanos. A guerra civil a gente ganhou várias vezes, viu? Mas derrotar o Exército americano, com a guerrilha centro-americana, não.

Isaac, eu me lembro que você entrou para o PT defendendo um jornal diário.

Defendo até hoje um jornal diário para o PT. Em primeiro lugar, um jornal não é um investimento industrial, comercial, econômico. Um jornal é um investimento político. Investimento político você tem de ver se está na hora, se vale a pena, se é necessário. Em política você faz aquilo que é preciso fazer. Não faz aquilo que é conveniente, que fica bonitinho. Mesmo com sacrifício, você range o dente, você morde o beijo de baixo, e vai lá. Já na campanha eleitoral, quando atingimos a marca histórica de 34 milhões de votos, a derrota não foi não ter eleito o presidente da República, foi encerrar a campanha sem um jornal na mão. Chegamos a 34 milhões de pessoas com aquele calor, aquele fervor todo, sem ter um jornal na mão. O que nós tiramos da campanha eleitoral? Uma glória. Uma memória, um troço, uma frase, uma conversa mole, nós desperdiçamos a vitória eleitoral. Se nós tivéssemos construído o jornal no curso da campanha poderíamos até ter ganho. E tem uma coisa: rádio, televisão, tudo isso é importante. Mas nada substitui o jornal. Porque rádio e televisão são palavras que o vento leva. O que fica impresso, circula, se guarda e bota no bolso, e manda para o compadre que passa para o vizinho e vai de mão em mão dentro da fábrica é o pasquinzinho. Feio, pequenininho, mal impresso, mal escrito, não tem importância, mas é ele: reconhecido como do PT. Aceito como do PT. Ridicularizado pela *Folha de S. Paulo*, pelo *Jornal do Brasil*, pelo *Globo*. Ah! o jornal do PT, olha aí que coisa horrível. Mas experimenta parar de falar nele para ver o que te acontece. Isso é que vale. Bom, isso é o jornal.

Mas e a viabilidade de um jornal diário?

Vamos ver a sua viabilidade. Será mesmo que nós não temos condições econômico-financeiras? Eu acho que temos. A gente precisa de fontes de renda. Eu acho que um jornal do PT não pode publicar anúncio de banco. Pode publicar anúncio de bancário, mas de banco, não. Pode publicar anúncio de supermercado, mas não pode dizer que é barato. Tem de censurar o anúncio. Tem de ter regras para o anúncio, tem de ter uma porção de dificuldades. Mas tem uma coisa muito séria: os classificados. Primeiro, é um anúncio pago por antecipação. Segundo, é um anúncio que não paga comissão para ninguém. É um anúncio que o anunciante vem ao guichê pagar. É um anúncio que você recolhe na íntegra o preço da tabela sem trabalho. Terceiro, cada classificado significa pelo menos dois leitores: o anunciante que vai ver se o anúncio dele saiu e o cara que vai comprar ou alugar etc. Em geral esse segundo é mais de um. Então, o classificado é um vendedor de jornal de primeira qualidade, mais do que o repórter sensacionalista.

Qual o tema que mais o preocupa hoje?

Estamos diante de uma nova encruzilhada da história. Acho que está havendo uma modificação qualitativa na situação internacional, de uma envergadura

Rememória

inusitada. Que não houve coisa igual até aqui. Eu só lamento estar sem fôlego intelectual para abarcar a situação. Marx, Lenin, Engels, Trotski e outros correm o risco de ser reduzidos a figuras históricas pertencentes a uma etapa pretérita porque o tempo deles está se esgotando. Nós estamos entrando em uma época que não foi prevista pelo velho Marx. Precisamos reconhecer isso. Em que o capital está assumindo a propriedade da própria vida. Esse negócio da patente da vida é de uma profundidade enorme. O capital está patenteando a vida. E nós temos de reconhecer que estamos entrando numa nova época internacional.

Vladimir Palmeira

por *Paulo de Tarso Venceslau*
e *Ricardo Azevedo*

Teoria&Debate n° 20, 1° trimestre de 1993

Vladimir Palmeira nasceu em 11 de dezembro de 1944, em Maceió (AL). Quando tinha 6 anos, sua família mudou-se para o Rio de Janeiro. Começou a cursar a faculdade de direito em 1964. Suspenso diversas vezes devido à sua militância política, acabou preso em 1968, quando era um dos mais importantes e conhecidos líderes estudantis do país. Foi um dos 15 presos trocados pelo embaixador norte-americano em decorrência do seqüestro deste último por grupos de esquerda, em setembro de 1969. Banido do país pelo regime militar, morou em diversos países: México, Cuba, Chile e Bélgica, onde residiu por seis anos e estudou economia na Universidade Livre de Bruxelas. Retornou ao Brasil em 1979, com a Anistia. Em 1982, foi candidato ao Senado pelo PT do Rio de Janeiro. Presidente estadual do partido no período 1985-87, foi eleito deputado federal em 1986 e reeleito em 1990. Liderou a bancada petista na Câmara dos Deputados em 1993. Em 1994, disputou a prévia que escolheu o candidato do PT ao governo fluminense. Derrotado, cumpriu uma promessa feita há tempos e não disputou um terceiro mandato federal. Divorciado, Palmeira é pai de duas filhas.

Rememória

Você é filho de uma tradicional família alagoana. Seu pai, o senador Rui Palmeira, foi um dos líderes maiores da UDN e seu irmão, Guilherme Palmeira, foi governador de Alagoas pela Arena e hoje é senador pelo PFL. Como você se tornou de esquerda?

VLADIMIR PALMEIRA — Eu fazia parte da revista *Seiva*, no meu colégio, criada na década de 1950.

Em Maceió?

Não, foi no Rio. Saí de Maceió com 6 anos de idade, em 1951. A revista promovia debates de ordem cultural, política, literária. Víamos o constante choque entre o que aprendíamos em casa e a própria vida. Um amigo meu, o Sérgio Otero, de família comunista, viajou a Cuba e fez para a revista um artigo a favor da Revolução Cubana. Escrevi um artigo contra. A diretora da escola exigiu que a gente retirasse o artigo sobre Cuba, dizendo que aquilo era comunismo. Então fechamos a revista, porque não admitíamos censura.

Em que ano isso aconteceu e em que colégio você estudava?

Foi em 1961, 1962, e eu estudava no Mallet Soares. Aí começaram as disputas mais fascinantes da vida brasileira, no período imediatamente anterior ao golpe. Era a luta pela reforma agrária, pela reforma urbana, muita greve, um movimento estudantil muito oficialista, mas presente, um movimento operário muito forte no Rio. O movimento começou a crescer, e fui progressivamente para a esquerda. Já tinha gente mais à esquerda do que eu, como o Daniel Aarão Reis, que era meu amigo. Em 1962, formamos um grêmio no colégio, o Centro Cívico Olavo Bilac. Nesse mesmo ano comecei a militar na AMES — Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. Em 1961, no Congresso Regional do Rio, votei com a direita. Em 1962 já votávamos com a esquerda. Foi o momento de ruptura.

Houve choque com a família tradicional de Alagoas?

Nunca houve problema. Eu tinha uma participação política limitada. A família só foi se preocupar quando eu comecei a aparecer em jornais. Em 1965 ou 1966, eu estava numa movimentação estudantil e saí no *Última Hora*. As amigas ligaram para minha mãe e, pela primeira vez, ela me disse para tomar cuidado.

Qual foi o impacto do golpe de 1964 sobre você?

Foi grande. Eu tinha feito vestibular para a Faculdade Nacional de Direito. O CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira) era o mais tradicional do país. No dia 31 de março ficamos em vigília. Em 1º de abril a polícia invadiu a sede, deu uns tiros, matou gente. Eu estava exatamente nas escadarias, na entrada, ao lado do Renée, filho do Apolonio de Carvalho, quando eles atacaram.

Ele também estudava lá?

Não. Ele estava ali para se reunir com todo mundo. A [faculdade de] filosofia já tinha sido atacada, decidimos fazer do CACO o último reduto.

Vocês se identificavam com o governo do Jango [João Goulart], com a luta pelas reformas?

Eu me identificava com o [Miguel] Arraes [então governador de Pernambuco], com a luta armada. Naquele momento, tinha de tudo no seu governo: trotskistas, gente da AP (Ação Popular), do Partidão. O Nordeste era um caldeirão. Eu concluí que aquele movimento no Brasil não ia dar em nada se não houvesse uma preparação para a luta armada, para defender o governo legal. Eu era da ala mais radical, mas era um radical independente.

Cuba era uma referência para você?

Para mim nunca foi. Eu acho que sou um caso à parte.

E o Brizola?

O Brizola era. Eu cheguei a participar de uma reunião do Grupo dos Onze*. Era uma palhaçada. Com um pouco de bom senso se via que aquilo não ia dar certo.

E depois do golpe, como você retomou o movimento estudantil (ME)?

Logo depois do golpe ficou difícil fazer movimento estudantil. Foram abertos inquéritos policiais militares, inclusive no CACO. O clima na escola era de terror absoluto. De forma que eu só estudava. Mas iniciei e participei de um grupo de resistência. Todo mundo estava perdido, o Partidão estava quebrado, a AP e a Polop [Política Operária] tinham sido quebradas parcialmente. Esse povo perdido se juntou para formar um grupo. Não tínhamos nenhuma identidade política mas resolvemos lutar contra a ditadura. Fazíamos panfletagens clandestinas na avenida Rio Branco de cima de prédios. Era um sucesso. O pessoal parava, corria para pegar o papel e a gente se sentia gratificado. Tornei-me um especialista nos edifícios do centro do Rio de Janeiro.

Como foi o processo de reorganização?

Em 1965, as organizações voltaram a se recompor. E começaram as diferenças ideológicas no grupo, que acabou se dissolvendo. Nessa época o pessoal do movimento estudantil (ME) estava se reorganizando e me chamou para militar. Eu dizia “não milito em movimento pequeno-burguês”. Minha idéia era de que estava fazendo revolução. Mas não me restou outro caminho senão começar a

*Núcleos políticos autônomos formados por 11 pessoas, idealizados pelo ex-governador do Rio Grande do Sul e à época deputado federal pela Guanabara Leonel Brizola. Visavam defender as reformas de base e se opor aos grupos conservadores e direitistas.

Rememória

militar no ME. Em 1964, houve eleição para o CACO, a primeira eleição democrática no Brasil depois do golpe militar. Basta dizer que foi manchete do *Última Hora*. Nossa chapa era “Pelos Liberdades Democráticas”, evidentemente sob a égide do Partidão. Ganhamos e 15 dias depois a polícia invadiu a faculdade.

A repercussão do movimento estudantil da Europa era forte entre vocês?

O “Maio francês” foi, sem dúvida, um acontecimento de repercussão mundial mas, em 1967, já se falava em “poder jovem”, “poder negro”, “poder feminino” e tudo vinha muito mais dos americanos do que da movimentação européia. Do ponto de vista musical, a influência que marcaria o Tropicalismo e todo o avanço da música brasileira era de origem americana, para desgosto do Zé Dirceu, que, como você sabe, era um cara conservador e acho até que vaiou o Caetano.

Como foram suas primeiras intervenções no ME?

Em 1965 a ditadura criou a Lei Suplicy de Lacerda que proibia a organização livre dos estudantes. Decidimos criar um centro acadêmico livre, fora das instituições burguesas. A direita concorreu e ganhou o Centro Acadêmico oficial. Estávamos certos de que não ia acontecer nada mas, depois de um ano, sentimos a barra. Tínhamos mais força, éramos mais respeitados, mas a direita começou a meter a mão na massa, a editar carteirinha, tinha a representação legal na Congregação da Faculdade. E nossa escola continuava sendo invadida a cada dois meses. Resistíamos fazendo greve.

Como você vê a greve estudantil?

Sempre achei greve estudantil uma furada. Não acontece nada, salvo caso raro de greve política, um momento muito delicado para a reitoria ou para a direção da escola. A Convergência Socialista jamais prosperaria no ME porque não há greve geral que resolva o problema educacional!

O que aconteceu depois?

Num certo momento, decidimos fazer uma manifestação tripartite. A faculdade de filosofia ia puxar uma passeata em direção à Central do Brasil. Os funcionários públicos fariam a primeira assembléia depois do golpe, na Cinelândia, e puxariam outra passeata em direção à Central. E nós, do CACO, faríamos o julgamento do golpe. Pois bem, nesse dia foi editado o Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos, voltava a reprimir, abria novas cassações. E acabou a manifestação da Filô, acabou a manifestação dos funcionários públicos e uns gatos pingados foram para o CACO. O presidente da UNE era de São Paulo, o [Antônio] Xavier, da AP, e estava no maior drama se íamos ou não para a rua. Nós, do CACO, éramos uma turma que deu o que falar: Daniel Aarão Reis,

Jorge Eduardo Saavedra Durão, Valter Beser, Antonio Serra, Heitor Silva, Sérgio Marques, o Boaventura, eu, uma turma bem pesada. Decidimos ir. Saímos para uma passeata na Central do Brasil, 80 pessoas andando pela calçada, um pouco encolhidas, meio envergonhadas. Quando chegamos na Central não havia classe operária industrial nos esperando, mas todo o lumpesinato abria alas e nos aplaudia. Foi um delírio! Subimos na escadaria e demos a palavra ao Xavier, que estava emocionado e fez um discurso ardente, como se dizia na época. Levantou-se um advogado que tinha pedido mais de mil *habeas-corpus*, um louco — fazia os pedidos à revelia dos presos e perdia todos —, e gritou: “Todos para a Cinelândia!” Começaram a ir atrás do advogado. Fomos também. Andamos uns 30 metros, chegou um carro do DOPS e a polícia nos deu dois minutos para dispersar. Jogaram bombas, a manifestação simplesmente acabou. Saímos um pouco eufóricos. Bem ou mal, era nosso primeiro confronto de rua.

Como foi a repercussão deste episódio?

No dia seguinte o *Jornal do Brasil*, se não me engano, noticiava o Ato de Força, que era o Castelo assinando o AI-2; o Ato de Apoio — não sei se de políticos ou empresários; o Ato de Protesto, que era o nosso. Ficamos orgulhosíssimos. Depois disso nos preparamos para fazer o Congresso da UME — União Metropolitana dos Estudantes. Naquela época o Rio ainda era uma metrópole! Fui nomeado pela Frente de Esquerda para dirigir uma passeata em solidariedade aos estudantes que tinham sido brutalmente reprimidos. Tínhamos o hábito de ter um comando clandestino na manifestação. Fomos para a Cinelândia e juntamos 5.000 estudantes. Não sabíamos o que fazer com tanta gente.

Quem era do comando?

O comando era formado pelo Heitor Silva e por mim. Nós estávamos inclinados a dizer “chega, já foi uma grande vitória”. Nunca tínhamos feito coisa semelhante. Quando pensamos em parar, a massa estudantil rebateu: “Vamos continuar.” E, pela primeira vez, entramos na contramão da avenida Rio Branco. Foi uma atitude absolutamente espontânea. Com o tempo, descobrimos as virtudes militares ou organizacionais dessa tática porque, quando interrompíamos o trânsito, parávamos também os carros da polícia e a movimentação mais rápida da repressão. A passeata saiu da Cinelândia e foi para a Central do Brasil. Ali começaram as divergências. Eu comecei a subir nos carros e dizer “para a esquerda”, para o pessoal não ir para o Ministério da Guerra. Tinha um bronco que subia no carro e dizia: “Ministério da Guerra!” Pela primeira vez eu falei nos movimentos de massa. Pedia para dispersar e enfrentava os companheiros do PCdoB que diziam: “Temos de continuar, querem desmoralizar o movimento.” Foi a maior manifestação do ano, no Rio, e abriu um ciclo que nos levou às grandes manifestações de 1966.

Rememória

E a história das mensalidades?

O governo decidiu cobrar anuidades nas faculdades públicas, dentro de um projeto para privatizar as escolas. E, com aquela sabedoria de séculos de dominação da burguesia, em vez de dizer que ia transformar a universidade pública em escola paga, começou cobrando uma anuidade mixuruca. Nós nos rebelamos e começou um amplo movimento no Rio, a partir da Escola de Arquitetura. O CACO só pagaria anuidades no segundo semestre. Nesse período houve eleições e eu fui eleito presidente.

Como você foi escolhido?

A escolha se deu na reunião da Frente de Esquerda. Votei e defendi a candidatura do Daniel, mas a turma da AP votou toda em mim porque achava que eu era mais radical. Fui eleito com tranqüilidade e comecei a liderar a luta contra as anuidades, que era, como descobri depois, uma luta suicida. O governo criou naquela época a possibilidade de pagar em banco. Enquanto a gente estava ali bloqueando a tesouraria, o pessoal já tinha pago. O estudante não pagava, mas os pais pagavam por ele. Perdemos o controle. O movimento foi se dissolvendo e, no último dia do prazo, vi que não tínhamos a maioria dos estudantes conosco. Decidimos pagar, foi uma crise de histeria, de choro, derrota total. E eu, que entrei com aquela história de que ia mudar o mundo, tive de explicar para os colegas que a luta era mais longa do que a gente imaginava e que, infelizmente, às vezes, a gente tinha de recuar. Recuei com dor na alma. Depois fui suspenso por um ano e o CACO foi dissolvido. Essa luta ganhou tanta repercussão que me tornei um cara conhecido. Para a época eu era relativamente bom orador. No segundo semestre, passeatas eram coisa comum. Bolamos que sempre que a polícia chegasse nos dispersaríamos, sem levar porrada, e dez minutos depois convocaríamos uma manifestação em outro canto. Começamos a fazer os comícios-relâmpago, subíamos nos postes e falávamos dois minutos. Transmitíamos um recado. A síntese verbal foi uma característica da minha geração. E, ao mesmo tempo, distribuíamos panfletos para a população. Em 1966 ou 1967 a polícia concluiu que não adiantava lutar contra a gente assim e começou a se infiltrar no ponto de partida da manifestação.

Como vocês despistavam a polícia?

Marcávamos um ponto de concentração, onde ia um líder e a massa que sabia da manifestação pelo jornal. Os setores organizados iam para outro ponto, que a polícia não poderia saber. Foi outra novidade.

Qual era a interpretação que vocês davam ao golpe?

Em 1966 percebemos que o golpe de 1964 era modernizante, que começava a fazer mudanças. A Universidade era ruim e os militares nos diziam: “Que-

remos mudar a Universidade, mas dentro de uma filosofia.” Descobrimos que tínhamos de ter uma proposta de Universidade, para mudar em outra direção. Defendíamos uma Universidade mais democrática, que fosse geradora de tecnologia, de cultura nacional. Na época tínhamos muito pejo em dizer que lutávamos pela reforma universitária. Dizíamos que queríamos uma revolução universitária. Na verdade, nós tínhamos um projeto de reforma e a ditadura, outro.

Nesta época começavam a se cristalizar diferenças na forma de focar o ME...

Achávamos que quem fazia a revolução e tinha a hegemonia era o proletariado. E que a pequena-burguesia era uma força que devia auxiliar e apoiar. O ME compunha a Frente Popular mas não podia liderá-la. A turma do [José Luís] Guedes, presidente da UNE eleito em Belo Horizonte em 1966, achava que o movimento estudantil tinha de ser a vanguarda e lançou o Movimento Contra a Ditadura, que devia envolver marinheiros, camponeses, soldados, operários e populares sob a liderança dos estudantes. Compreendíamos que isso era impossível. Depois de muita passeata fizemos uma concentração na Faculdade de Medicina do Rio. Ao final, em vez de sair, os estudantes decidiram ocupar a escola enquanto o reitor não atendesse às reivindicações. A faculdade tinha dois ou três andares e uma entrada lateral, de forma que, do alto, podíamos controlar, em tese, todo o movimento. O pessoal começou a fazer coquetéis molotov e preparar bombas de ácido. Criou-se um clima de radicalismo e a polícia cercou a faculdade. De madrugada, eles invadiram o prédio. Fomos nos refugiar no último andar, onde deveria ter ácido, pedra, mas não tinha nada. Eles fizeram a gente descer três andares apanhando, num corredor polonês. Era uma violência absurda: nego enfiava cassetete na vagina das meninas! Machista, fui proteger minha namorada e apanhei que nem boi ladrão, mas saí com a Ana. Prenderam uma porção de gente. Dos que participaram do chamado “Massacre da Praia Vermelha”, a grande parte nunca mais militou no movimento estudantil. Quem sobrou e decidiu continuar, virou quadro. Dali saiu a nata da militância que agüentou até 1968.

O movimento começava a amadurecer..

A partir dessa experiência de 1966, fomos compreendendo que o movimento estudantil tinha contradições objetivas com a ditadura e que a classe média tinha contradições objetivas com o capitalismo. Não era a mesma contradição da classe trabalhadora, mas tampouco era um movimento que se usasse de forma oportunista, como trampolim de acesso à classe trabalhadora. Nos distanciamos da concepção de utilização dos estudantes em nome da revolução e começamos a criar entidades representativas. Reorganizamos a UME. Derrotamos a influência do PC no Rio e entramos em conflito com o Guedes. Ganhamos o Primeiro Congresso da UME pós-64. Depois de muita pressão, o Daniel aceitou

Rememória

ser o presidente. Ele deu uma atenção especial ao Calabouço, que era um restaurante popular, onde, em tese, comiam os estudantes pobres mas, na verdade, comiam muitos estudantes e muitos pobres, que nunca estudaram e falsificavam carteirinhas para comer lá.

Onde ficava?

No aterro, perto do aeroporto Santos Dumont. Depois de uma intensa luta reabrimos o Calabouço, fechado arbitrariamente. O Daniel foi o grande quadro desse período e, com uma diretoria mínima, fez um trabalho extraordinário. Conseguiu levar a UME para as escolas independentes, começou a penetrar na Universidade Estadual da Guanabara e no diretório da sociologia da PUC. Começamos a discutir o movimento estudantil nacional. Tinha um congresso marcado para Valinhos. Eu reuni a Frente de Esquerda e disse: “Meu negócio não é mais estudante. Já dei minha contribuição, fui presidente do CACO. Estou a fim de ir para a fábrica”, que era o sonho de todos nós.

Virar operário?

Não, trabalhar no movimento operário. Eu fiz um acordo com o pessoal. Se eu elegeisse o Daniel presidente da UNE não precisaria ser presidente da UME. Do contrário, eu teria de assumir a presidência da UME. Fomos para o Congresso de Valinhos como uma grande força política. Ganhamos das posições reformistas defendidas pelo ex-deputado Marcelo Cordeiro, que era um líder estudantil da Bahia, e pelo Safira, que era um quadro ideológico brilhante. Eles ficaram inteiramente isolados. Fizemos um trabalho arretado. Havia um setor chamado Política Operária que fechava com as nossas propostas. Mas na hora da divisão de cargos queria três. Deu um problema com a Ala Vermelha, que queria um cargo no Rio Grande do Sul. Resultado: na discussão da presidência, o [Luís] Travassos, que era ligado ao Guedes, ganhou do Daniel, por três votos. Nunca fiz uma defesa tão ardente como fiz a do Daniel. Joguei minha alma porque não queria mais ficar no ME. Não adiantou. Saí amargurado. Na correlação de forças, pela primeira vez a turma do Guedes ficou em minoria na UNE. Ganhamos a presidência mas ficamos em minoria.

Você assumiu a presidência da UME?

Assumi e comecei a desenvolver o trabalho do Daniel. A diretoria acabou rapidamente porque a concepção dos grupos era a de que, não tendo maioria, saíam. Fiquei isolado. Tentei ganhar pessoas novas como o Cid Benjamin, Franklin Martins, Clênia e o Belvedere, que hoje é dirigente de uma corrente trotskista. Juntamos esses companheiros e começamos a montar o trabalho. A UME representava 27 escolas. Quando terminamos a nossa gestão tínhamos 62. Em nível nacional, a concepção do Travassos era a luta direta contra a

ditadura militar. Ele queria mobilizar, ir para a rua, achava que o trabalho nas escolas era irrelevante, que servia, eventualmente, como ponto de apoio. Do outro lado, eu, o Zé Dirceu, com o pessoal de Porto Alegre e Niterói, considerávamos que sem luta nas escolas não teríamos base para erguer um movimento estudantil sólido. Numa reunião do Conselho da UNE em fevereiro de 1968, no Rio, a diretoria da UME propôs que abandonássemos a luta contra o pagamento das anuidades como ponto central. A luta prioritária deveria ser por mais verbas para a Universidade pública. Fomos chamados de reformistas, de direitistas contumazes. Pois bem, ganhamos o Conselho da UNE por 28 a 27. Você vê que eu ganho por um voto faz tempo...

O que mudou na sua gestão?

Começamos a estruturar o ME de forma diferente. Fizemos um movimento por sala de aula, discutindo professor, currículo etc. O pessoal começou a ver a UME como entidade dos estudantes. Ao mesmo tempo, com a expressão de revolta popular no episódio da morte do Edson Luís*, com as manifestações de protesto, o conflito da missa da Candelária, a passeata do 1º de abril, começamos a contar com novos aliados: os políticos do MDB, os sindicatos pelegos etc. O movimento de 1968 foi a combinação dessa luta interna nas escolas com manifestações políticas, de cunho oposicionista.

A participação dos estudantes já era expressiva?

Em 1968 já tínhamos 2.500 estudantes organizados em grupos de cinco, nas escolas. Mas eu estava cansado de debater dentro da Universidade e não ter resultado. Cansado de fazer passeata, incendiar automóvel da polícia. E, afinal, um dia, depois de uma passeata, *O Globo* fez um editorial esculhambando o movimento estudantil, dizendo que a gente falava que queria dialogar mas o que a gente queria era fazer passeata. Eu peguei o mote e sugeri uma grande manifestação, bem organizada, para mostrar que queríamos dialogar. Surpreendentemente, o Jean Marc, presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Química e da turma do Travassos, topou. Fizemos acordo também para ocupar a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pusemos 60 caras armados de cacetes e bombas porque não queríamos ser massacrados de novo. Fomos para a manifestação separados em três colunas. Quando a polícia chegou perto, a gente começou a jogar pedras, bombas. Aí foi uma porrada. Tem uma frase célebre do [Elinor] Brito, que alguns dizem que é do Hélio Pellegrino. Apareceu um brucutu jogando água e de repente a água diminuiu de intensidade e de volume. O pessoal tinha corrido e o Brito gritou: “Pessoal, pode vir que o brucutu brochou.” Voltamos e fomos mais uma vez rechaçados. Fomos para a barricada,

* Édson Luís de Lima Souto, estudante secundarista morto em conflito com a PM no restaurante estudantil Calabouço, na cidade do Rio de Janeiro. Sua morte intensificou os protestos estudantis contra o governo.

Rememória

agitar. A polícia veio, mas sem carro. Era um negócio terrível aquele passo de ganho. O Marquinhos, da Economia, me perguntou qual era a orientação. Eu disse: “Descer o pau neles.” Quando eles chegaram a 50 metros, saímos correndo em cima da polícia, e eles começaram a correr da gente por aquelas ruas estreitas; e a gente caçando, roubando capacete e batendo. Foi o dia de nossa libertação.

O dia da caça...

Tomamos a avenida Rio Branco, botamos mais barricadas, tocamos mais fogo, fizemos de tudo. Aí, começou a barra pesada. Saímos pelas ruas do Rio, até que, de volta à Cinelândia, no Largo da Carioca, alguém tocou fogo num caminhão do Exército. Não se sabe se foi provocação, o fato é que depois o Jean Marc foi preso como sendo o autor mas, na verdade, ele tava tirando o pessoal de lá. A coisa ficou pesada: cavalaria, foguete. Não sei se é desse dia aquela célebre foto do menino que roubou o cavalo da polícia e saiu cavalgando, com o capacete. Entrávamos naquelas ruelas do Rio, jogávamos bolas de gude, caía cavalo. Ao mesmo tempo, eles davam porrada na gente. Aquilo virou campo de guerra. Essa agitação se chamou “Quarta-feira sangrenta”.

Em que mês aconteceu isso?

Em junho. Em todo o Brasil se viu a porrada. Nós tomamos conta da cidade. Na manhã seguinte, ocupamos algumas faculdades ali na Praia Vermelha. Havia uma reunião do Conselho Universitário e o nosso representante era o Carlos Alberto Muniz, atual presidente do PMDB do Rio, que era presidente do DCE legal da UFRJ. Ele sempre foi prudente e demorou muito na reunião. Uma hora, eu subi com uma tropa e quebramos a porta da sala do Conselho na porrada. Entramos e eu disse: “Agora, todo mundo descendo quietinho!” Eles desceram por um corredor polonês de 2 mil estudantes. Foram tratados, diga-se passagem, com a maior delicadeza. Desceram, fomos para o Teatro de Arena e botamos os professores lá, para dialogar conosco. A assembléia votou todas as resoluções do ensino público: que a reitoria teria reuniões mensais com os estudantes, que eles fariam um plano para a Universidade e incorporariam os estudantes no Conselho Universitário. E os professores sempre votando com a gente.

Como terminou a assembléia?

A polícia estava lá fora. Queriam que esperássemos até dez horas da noite, para nos deixar sair. Não éramos bestas, né? Eu fiz um discurso e o silêncio foi tumular. Mandeí o pessoal sair com cacete, quebrando as portas da reitoria e das faculdades. Resolvemos sair pela porta principal porque ali havia uma saída à direita, pela praia, e outra à esquerda, pelo Botafogo. Parecia uma procissão. Milhares de estudantes mas nenhum barulho. Então, fizemos barulho a leste, pelos fundos. E uma parte da polícia se deslocou para lá. Depois, com o pessoal do Carlos

Vainer na frente, fomos para o portão. A turma do Vainer foi para a direita, para dar a entender que sairíamos pela praia. E foram 60 caras em cima da polícia. A surpresa deles foi muito grande. Eu me atrasei e saí no meio. A polícia já estava batendo na gente ali. Passei pelo campo do Botafogo correndo. E comecei a parar os ônibus no caminho do túnel, para denunciar o massacre. Mas logo vi que a barra estava pesando muito, nem isso a gente podia fazer. Uma parte do pessoal foi detida. A polícia cometeu violências inomináveis: mijaram em cima das meninas, bateram de cassetete, humilharam, pisotearam. A imprensa toda denunciou.

Qual foi a reação de vocês?

No dia seguinte, passeata às oito horas da manhã. Nunca tínhamos feito passeata a essa hora. Fui para a praça. Fiz um comício, alguns estudantes estavam saindo do prédio do DOPS e foram direto para a manifestação. Saímos, passamos ao lado de uma construção civil, cheia de pedregulhos, cacetes, tal. Pegamos tudo e, pela primeira vez, íamos andando e a população abrindo passagem e aplaudindo. Enchemos o peito e fomos em direção ao MEC. Apedrejamos tudo e voltamos para a Cinelândia. Nessa altura chegou a polícia, já atirando. Eu estava em cima de um poste, perto da Escola Nacional de Belas-Artes. De repente vi que estava sozinho. Saltei daquele poste e fui embora. O pessoal da Universidade Rural chegou atrasado, entrou na Rio Branco e começou tudo de novo. A manifestação generalizou-se. À tarde eu estava num bar e ouvia pelo rádio que o centro da cidade estava em chamas. A briga continuou até dez horas da noite. Virou uma luta popular, mataram um soldado, jogando uma máquina de escrever em cima da tropa. Há cálculos que acusam a morte de 25 pessoas. Oficialmente disseram que só houve um morto. Nessa altura, caí na clandestinidade. Decidimos chamar manifestação na terça-feira, 26 de junho, para pedir a libertação dos presos.

Foi a famosa passeata dos 100 mil?

Foi. Nós tiramos um manifesto dizendo que íamos incendiar a cidade do Rio, no sentido figurado. O Negrão de Lima foi para a televisão, dizendo “por favor, não toquem fogo na cidade”. Ele terminou liberando a passeata, deu ponto facultativo. O centro do Rio fechou. Todos os setores da população estavam lá, o pessoal ligado à cultura, mães de família, os padres e as freiras. Foi uma manifestação altamente expressiva. Não tinha operários. O Nelson Rodrigues não deixava de ter razão quando dizia: “Não tinha uma bandeira do Brasil, não falaram uma vez em Nação.” Ele gozava muito, dizendo que não tinha um operário e um preto na manifestação.

Como foi a sua relação com o Nelson Rodrigues?

Eu me divertia muito com o Nelson mas o pessoal tinha muita raiva dele. A crônica que o Ruy Castro reproduziu na biografia do Nelson, elogiosa a mim,

Rememória

não li na época. Mas li a seguinte, onde o Nelson dizia que eu implorei que não me elogiasse. Como ele me elogiou, pedi que fosse minha testemunha de defesa, em 1969.

Ele topou?

Topou. Aliás, não só tenho de agradecer a ele como à Tônia Carrero. Na situação de 1969 não era uma coisa fácil. Eu diria até que para a Tônia Carrero foi mais difícil do que para o Nelson, que era considerado um cara reacionário, de confiança do regime.

Você foi preso em agosto, não é?

É, foi numa batida policial. Estava andando na rua, a polícia me parou, pediu documento. Eu corri porque estava sem carteira de identidade, saí jogando papel fora, eles foram atrás pensando que era maconha, me prenderam como maconheiro.

Eles não sabiam quem você era?

Não. Aí pegaram uns papéis da faculdade, não entenderam direito. Assim que cheguei na delegacia, o delegado me reconheceu. Fui transferido para a Polícia do Exército. Fiquei preso pouco mais de um mês. Depois vim para São Paulo, clandestino.

No Congresso da UNE em Ibiúna, você era candidato à presidência?

Havia duas grandes lideranças além de mim: o Zé Dirceu e o Jorge Batista, de Belo Horizonte. Antes de discutir com a minha turma, chamei a imprensa e declarei que não era candidato e apoiaria um dos dois, que eram da minha ala. O Jorge ficou quieto. O Zé Dirceu, sempre muito ágil, pegou o avião, foi ao Rio e disse: “O Jorge disse que não é candidato. Você me apóia?” Ele tinha um belo trabalho em São Paulo, muito mais de organizador do que de movimento de massa. Mas o PC, o PCBR e o Colina, de Minas, disseram que só apoiariam a mim. Foi uma situação muito delicada porque eles não queriam o Zé.

Como foi sua reação na manhã em que a polícia chegou a Ibiúna?

Me acordaram de madrugada e disseram que a polícia estava a 12 quilômetros. Eu disse para avisar o Travassos, e perguntei: “Em quanto tempo vocês calculam que eles chegarão?” E o cara disse: “Lá pelas cinco horas da tarde.” Eu disse: “Então, deixa o pessoal dormir, depois do café da manhã a gente faz uma reunião e decide a saída.” E dormi. Quando acordei a polícia já estava lá. Isso foi em outubro de 1969.

Vocês foram reconhecidos imediatamente?

O Travassos foi reconhecido no meio do caminho. Eu não fui reconhecido.

Como foi a sua tentativa de fuga em frente ao presídio Tiradentes?

Eu saí pela porta de emergência. Aquela rua era muito movimentada. Saí pensando em ir para a USP, organizar o movimento. Atravessei a rua e parei num sinal, não passava um carro, não tinha um táxi. Fiquei inteiramente exposto, com o casaco melado de lama, e a polícia me viu. Entrei num estacionamento, me escondi embaixo de um carro para ver se os caras passavam. Eles terminaram me achando e aí voltei preso. Uma tristeza profunda, uma desgraça. Fui para o DOPS. Só aí descobriram que eu era o Vladimir, toda a imprensa veio em cima.

O que você achou de Anos Rebeldes [minissérie exibida pela TV Globo]?

Os primeiros capítulos foram muito esquemáticos, como se a gente falasse de política 24 horas por dia. Criaram um clima um pouco artificial. Melhorou porque a Cláudia Abreu teve um papel excepcional, típico da época, contracenando com o [José] Wilker, que é um grande ator. O enfrentamento com o pai era comum na época. E foi muito bem trabalhado. A cena da briga do Wilker com a Cláudia Abreu foi fantástica. Acho que os dois e a Beth Lago salvaram a série. Achei toda a parte do Gabus Mendes e da Malu Mader fraca. Mas gostei e acho que jogou um papel com os caras-pintadas, pelo estímulo à rebeldia.

Trace um paralelo entre 1968 e o movimento estudantil dos caras-pintadas.

Ambas foram lutas políticas. A gente lutava contra a ditadura militar e os caras-pintadas lutaram pela substituição de um presidente da República. As semelhanças acabam aí. Hoje não há organização, não tem nenhum acúmulo. Em 1968 nós tínhamos quatro anos de movimento. Com muitos erros, mas em ascenso. Nas passeatas do Rio, de agora, acabava a manifestação, não se sabia o que fazer no dia seguinte. Não havia desdobramento. Nunca houve preocupação dos caras-pintadas de construir o movimento estudantil.

Voltando a 1968, você ficou preso sozinho?

No início havia uma turma de lideranças aqui de São Paulo. Depois o pessoal saiu. Ficamos o Travassos, o Zé Dirceu, o [Antônio] Ribas (presidente da UPES) e eu. Os três estavam juntos. Eu fiquei só. Fui para o Rio antes do Natal, fiquei preso na Marinha, passei a maior parte do meu tempo de cadeia sozinho.

Como você saiu?

Saí no episódio do seqüestro do embaixador americano, em 7 de setembro de 1969.

Você sabia na cadeia o que estava sendo planejado?

Não. Uma vez, minha mulher me avisou que o [Carlos] Marighella ia tentar me tirar da cadeia. Pedi a ela, pelo amor de Deus, que ele não fizesse isso, que eu

Rememória

o achava um porra-louca. Mas, quando fizeram o seqüestro, eu não sabia que sairia. Um dia, eles me acordaram de madrugada e me mandaram fazer as malas. Eu pensei: “Pronto, seqüestraram o americano e agora nós vamos pagar o pato!” Me empurraram para dentro do camburão. Dois policiais murmuraram no meu ouvido que, em represália ao seqüestro, iam matar dez presos políticos. Me preparei para morrer. Nesse momento entraram o Zé Dirceu e o Travassos, que me contou que estávamos na lista para sair em troca do embaixador americano. Fomos transportados para o DOPS, onde conheci outros prisioneiros que iam ser soltos. No dia seguinte botaram a gente no avião e mandaram para o Rio. Quando eu desci, um policial do DOPS, o mais conhecido da gente, disse que meus amigos do movimento estavam no seqüestro.

Eles já sabiam?

Já. Eles tinham a casa do seqüestro cercada, já tinham fotografado. Pois bem, ficamos ali brincando. Na hora de tirar fotografia a polícia disse: “Riam, seus filhos da puta.” Aí trancamos a cara. Mas dez segundos antes estávamos rindo às gargalhadas. Não sabíamos que os pára-quedistas estavam chegando para acabar com a nossa graça.

Como foi isso?

Os pára-quedistas do Rio se insubordinaram, tomaram a Rádio Nacional, denunciaram que o governo tinha aceitado as condições dos seqüestradores e marcharam para a Ilha do Governador para impedir a gente de sair. Chegaram cinco minutos depois de o avião ter decolado. Fizemos uma escala em Recife para pegar o Gregório Bezerra, grande líder revolucionário brasileiro. Depois paramos em Belém para pegar o Chuchu, que era um cara de Belo Horizonte. De Belém, fomos para o México, amarrados uns contra os outros, ouvindo a gravação do discurso do Costa e Silva sobre a pátria. Foi a maior xaropada que já ouvi.

Como foi a chegada no México?

Houve uma grande recepção. Os brasileiros foram fantásticos e nos sentimos em casa. Eu, o Travassos e o José Dirceu éramos os mais conhecidos, mas consideramos que o pessoal da ação armada tinha hegemonia no Brasil e fizemos um pacto para calar a boca. O Zé Dirceu era mais simpático à ação armada. O Travassos e eu éramos francamente antipáticos. Embora tivéssemos uma posição a favor da luta armada, por motivos diferentes, achávamos que aquilo de assalto a banco não levaria a canto nenhum. O grupo da ALN queria ir para Cuba. Eu não queria porque já tinha uma concepção um pouco crítica e sabia que Cuba era reduto do Marighella.

Que tipo de crítica você tinha aos países socialistas nessa época?

Que eram ditaduras, que não havia direitos para os trabalhadores, que faziam uma política de conciliação de classes. Sempre fui defensor de um socialismo das massas trabalhadoras. Nunca compreendi um socialismo de elite, de vanguarda. É claro que eu não tinha o acúmulo de hoje. Sabia que ir para Cuba era ir para o isolamento. Os cubanos fizeram um apelo para que fizéssemos um ato de apoio à Revolução Cubana, e garantiram que poderíamos sair de lá na hora que quiséssemos. Decidimos ir, menos o Flávio Tavares, que ficou no México, e o Ricardo Villas-Boas, músico, que tinha um convite para ir para Paris. Eu tive atrito com os cubanos desde o desembarque. Vi muito milico, já comecei a ter má vontade. A política de Cuba sempre foi apoiar um grupo em cada país da América Latina e intervir na vida interna desses países e dos grupos. Eles infiltravam gente entre os revolucionários brasileiros. Eu não admitia que ninguém dissesse o que ia ser a revolução brasileira.

Quanto tempo você ficou em Cuba?

Três anos. Não me deixavam sair, inventando que eu não tinha documentos, que não tinham para onde mandar. Ficamos, na verdade, prisioneiros dos cubanos. Saí porque chegou o pessoal do Brasil, meus amigos estavam dirigindo o processo de luta armada e portanto passaram a ter as benesses do governo cubano.

E o que você fazia em Cuba?

Estudava dez, quinze horas por dia. Eles deixavam alguns setores da ALN trabalhar, mas nós, considerados muito críticos ao regime cubano, não podíamos trabalhar. Agradeço aos cubanos o pouco de cultura marxista que adquiri. Não serviu para defender o regime deles mas, para mim, certamente foi uma contribuição. Eu sou marxista até hoje, e boa parte da cultura teórica adquiri em Cuba. E não posso deixar passar a oportunidade de não só denunciar a ditadura cubana mas também resgatar o apoio que o povo nos deu. É um povo revolucionário, simpático, com bom humor.

Que reflexão você aprofundou, nesses três anos, com relação ao regime cubano?

Era uma ditadura do Partido Comunista, da burocracia. O trabalhador não tinha direito de greve, não podia se organizar. A grande safra estava em marcha para o fracasso e houve uma tentativa dos cubanos mais à esquerda, ligados ao Che, de democratizar o processo político. Eu assisti ao famoso comício de Fidel. Começou como uma autocrítica dele e da burocracia e terminou como uma crítica profunda às massas trabalhadoras. Muita gente diz, ainda hoje, que reconhece que existem problemas no regime político. Mas que as conquistas sociais são inegáveis e só foram possíveis dentro dos marcos desse regime.

Rememória

Você partilha dessa visão?

Em Cuba eu não vi mendigos. Mas hoje a realidade está mostrando que, sem a União Soviética, Cuba não existiria. É um país sem recursos, empobrecido, que conseguiu fazer um grande trabalho social às custas do dinheiro que a União Soviética jogava lá. Foram conquistas sociais importantes na educação e na saúde. O que Cuba conseguiu, os países capitalistas desenvolvidos também conseguiram. Cuba conseguiu num país subdesenvolvido, com dinheiro da União Soviética. Tanto é que agora a ilha está à beira da falência. Não tem mais condições de manter a estrutura que tinha.

E quanto à participação popular, ela existia?

Eu conversei com as lideranças do CDR e lideranças populares, que mostravam que se alguém se queixava do poder do CDR a uma autoridade superior ia para a cadeia. Não era poder democrático nenhum, era poder de espionagem. Dois milhões de pessoas organizadas compulsoriamente, sem direito de criticar. Era uma máquina monstruosa, uma ditadura. Tudo aquilo confirmou algumas das minhas suposições. Primeiro, que a democracia é essencial ao socialismo. Em segundo lugar, aprendi como funcionavam os mecanismos de dominação em Cuba. E como um regime, em tese altamente progressista, oprime a cidadania. Eu vi casos concretos de repressão ao homossexualismo na base de tratamento com choque elétrico. Vi o machismo como expressão da dominação política, e, sobretudo, a ausência de liberdade política.

Como você saiu de Cuba e foi para o Chile?

Eu fui para o Chile em 1972, porque nosso sonho era voltar para o Brasil.

Clandestino, para fazer a revolução?

Não era exatamente isso. No meu caso e do Daniel Aarão Reis, já sacávamos que as coisas aqui iam mal e tínhamos uma concepção distinta. Queríamos voltar para o Brasil para salvar a esquerda da extinção. Nunca conseguimos voltar. O processo de extinção nos atingiu no Chile. Lá, aprendi mais uma vez que a experiência do reformismo não dá certo. Não foi por falta de conselho que os chilenos caíram naquela fria. Quando houve a primeira tentativa de golpe, em julho de 1973, nós, os uruguaios, os bolivianos e os argentinos dizíamos: “Já vimos a *película*”, e eles insistiam que o Chile era diferente. Minha posição era a seguinte: “Vocês estão completamente equivocados em pensar que ganham sem violência.” O Partido Comunista chileno tinha como palavra de ordem “não à guerra civil”. É uma coisa que me fascina até hoje. Um partido que, em pleno confronto social, diz não à guerra civil está se preparando para ser derrotado! O Partido Socialista estava dividido. O MIR [Movimiento de Izquierda Revolucionária] chileno era uma organização inexpressiva, não tinha

a menor condição de resistência. Acho que a concepção do reformismo chileno vinha da falta de confiança na massa dos trabalhadores. Eu tive a convicção de que não há nada mais nocivo ao movimento popular do que o reformismo. Se a resistência estivesse organizada, teria impedido o golpe. Faltou disposição.

Qual seria a alternativa política no caso do Chile?

O governo tinha que se preparar para o golpe. Eu assisti manifestações de 1 milhão de pessoas. Você podia, movimentando as massas, dissuadir uma grande parte da opinião golpista e atacar aqueles focos intratáveis. Era perfeitamente possível defender o governo Allende, sobretudo baseado no movimento de massas. E, claro, usando a experiência militar.

A sua tese é de que a única maneira de evitar um confronto é se preparar para ele?

Claro. O movimento popular na Europa imprimiu suas reformas democráticas preparando-se sempre para o confronto. Nestas circunstâncias a classe dominante pode ceder. Se você vai despreparado, a classe dominante massacra.

No dia do golpe, o que você estava fazendo?

Na véspera, tínhamos ido a uma *tangueria*, dancei a noite inteira, bebi e fui dormir às quatro horas da manhã. Às sete e meia me acordaram para uma reunião. O golpe estava na rua. Fiz cinco pontos de contato e ninguém apareceu. Fiquei esperando o contato por dois dias, o tiroteio comendo na rua. Depois resolvi me refugiar. O [Fernando] Gabeira, a Vera Sílvia [Magalhães], a Angela [Cunha Neves] e o Jader [Cunha Neves] me levaram para a embaixada do México. Eles decidiram esperar porque estavam legalizados e eu era clandestino, não tinha documentos.

Por que você não ficou no México e foi para a Europa?

Na primeira vez em que eu fui para o México tinha KGB, CIA. Não havia a menor condição de segurança. Na segunda, o México não me queria, eu já tinha abdicado do asilo e fui expulso. Eu adoro o México, acho um grande país.

Você foi para a Bélgica porque ela te aceitou?

Não me aceitou. O único país do mundo que me aceitou foi a Iugoslávia. Evidentemente, eu não queria ir para lá, porque tinha uma visão muito crítica desses países do Leste Europeu. Para ir para a Iugoslávia, era preciso fazer a escala e passar um dia na Bélgica. Fiquei na marra. Pedi asilo, fui expulso. O movimento popular belga protestou e conseguiu que eu ficasse.

Você chegou a ser mandado embora?

Saiu a ordem de expulsão do país, mas eu estava escondido. Eles não conse-

Rememória

guiram me localizar a tempo. Fiquei na Bélgica seis anos, me formei em economia pela Universidade Livre de Bruxelas.

Como foram os seis anos de Europa?

Primeiro, sofri com o racismo, para comprovar o que é a discriminação. Segundo, estudei durante cinco anos e aprendi os rudimentos do que sei. Estudando, reforcei a minha visão de que o capitalismo não é solução para a humanidade, embora dê bens materiais. Eu trabalhei como operário sete meses na Bélgica. Ficava impressionado como os belgas ganhavam bem. E comecei a perceber a importância que os operários europeus dão para as questões materiais. Vi que o regime capitalista não sobrevive só da taxa de lucro dos banqueiros, nem dos empresários, mas da consciência dominada que os trabalhadores têm.

Qual a sensação que você tem hoje em relação ao exílio?

O exílio é uma perda porque violenta a sua vontade, violenta seu senso de liberdade. Na base do exílio está uma solução arbitrária. Teve gente que tratou o exílio de forma construtiva, tentou estudar, aproveitar. Quem tratou o exílio de forma negativa ficou para trás ou pirou, como alguns companheiros que, inclusive, se mataram. Havia quem dissesse que o exílio era pior que a cadeia, porque o inimigo não estava ali em frente. Eu, particularmente, sempre odiei cadeia. No exílio você pode sair, ter um dia de sol, tomar cerveja no botequim. Não pode ser pior que a cadeia, mas não conheço um refugiado que não tenha passado por crises existenciais profundas.

Como é que a Anistia pegou você na Bélgica?

Eu estava acabando meu curso de economia. Havia uma greve de fome dos prisioneiros políticos brasileiros e eu ainda participei de uma greve de fome na Bélgica em solidariedade aos grevistas dos cárceres brasileiros. Fui à ONU, pagaram minha passagem, me organizei e voltei para o Brasil.

O PT já estava se articulando. Como você via o partido nesse momento?

Fora do Brasil nós víamos o PT com certa desconfiança, ainda achando que pudesse ser um movimento do sindicalismo comprometido. Nossos amigos que estavam na vanguarda aqui, que vieram na frente, já estavam integrados ao PT. Chegando, nós imediatamente sacamos que o PT era uma expressão do movimento dos trabalhadores.

Como foi seu engajamento no partido?

Nós fomos às reuniões, que eram bastante abertas. Havia uma grande massa quase independente ao PT. O Vainer e eu fomos aos primeiros encontros e começamos a defender teses de esquerda. Nós participávamos do núcleo Zona Sul, que era considerado naquela época o núcleo das estrelas, porque todo

mundo que tinha sido da esquerda armada e desarmada estava ali. O Vainer e eu saímos delegados pelo núcleo, disputamos a chapa contra a turma da AP. Parece uma tradição. Fomos escolhidos delegados ao encontro estadual e lá fui eleito delegado nacional. Assim, fiz parte do congresso de fundação do PT.

No PT você sempre foi uma espécie de franco-atirador. Por que essa opção?

Não é verdade. No Rio eu tinha um grupo, com Cid Benjamin, César Benjamin, Daniel Aarão Reis, Luiz Carlos, Glorinha [Glória Ribeiro] e outros. Depois vim morar em São Paulo, e mais tarde fui obrigado a ir pra Brasília, onde minha companheira tinha um emprego e a sobrevivência falava mais alto. Mas eu apoiava um setor no Rio que se chamava PT de Luta, que tinha trabalho e posição política próprios no partido.

Antes da Articulação?

Antes. Nós tínhamos uma posição por um PT de luta, de massas e democrático. No Rio tivemos uma certa posição de prestígio até 1983. Lá em Brasília eu militava na base, era do grupo dos independentes, e fazia questão disso. Quando voltei ao Rio a pedido da Executiva do partido para ser candidato a senador, em 1982, estava ligado a essa turma, que se dissolveu no decorrer daquele ano. Quando o pessoal fez a Articulação dos 113, se deu preferência, no Rio, aos sindicalistas, que eram nossos principais adversários. Era uma turma de extrema esquerda e da Igreja, que defendia o governo dos trabalhadores, defendia aquelas teses dos soviets. A formação dos 113 se deu sobretudo por meio das bases sindicais e não por acordo político. Nós ficamos um pouco marginalizados, e desenvolvemos uma prática independente. Do ponto de vista nacional, nunca nos sentimos representados. Nunca formamos uma corrente ou tendência, embora eu não me sinta propriamente um franco-atirador.

Durante o 1º Congresso, você foi o único orador que conseguiu ser aplaudido por todo mundo, só que em momentos diferentes, porque ora você dava pau em um setor e era aplaudido por outro, ora acontecia o contrário.

Eu sou da esquerda do partido, sou contra a conciliação da direção nacional, sou contra a ala social-democrata, sou pela revolução. No entanto, sempre tive uma posição que me distinguiu da extrema esquerda. É que a extrema esquerda acha que você luta na instituição e não paga preço nenhum. Eu sempre defendi que a instituição tem um preço. Se você acha que compensa o avanço do movimento popular usando a institucionalidade, você a usa. Se você acha que não compensa, não pode ser por aí.

Fale um pouco sobre a administração Erundina[na prefeitura de São Paulo].

Rememória

O meu problema com a linha do partido é que ele começou a ser dominado pela institucionalidade. Quando a [Luiza] Erundina tomou posse eu procurei o Zé Dirceu, o Eduardo Jorge e o [José] Genoíno e falei que tínhamos de democratizar a prefeitura. Eles me enrolaram e não saiu nada de democratização. Foi esse o fiasco da Erundina em São Paulo. Como administradora acho que ela foi razoável. Tirando a questão dos transportes, a Erundina não fez uma administração má, mas eu acho que nós tínhamos de democratizar a prefeitura, não podíamos fazer uma administração como a Erundina escolheu, de governar como os outros partidos. Nós tínhamos de democratizar uma prefeitura burguesa, começar a descentralizar, fazer política com a população. E as prefeituras do PT não fazem isso. Na prática, quando o PT pegou as prefeituras, largou a classe trabalhadora e começou a fazer política de aparelho.

E quanto à Articulação, qual a sua posição?

De 1983 para cá a Articulação virou um bando. Lá no Rio, por exemplo, havia cinco tendências dentro da Articulação. Quando me chamavam para entrar nela, eu me perguntava: para quê? Me chamaram diversas vezes para integrar o Diretório Nacional. Mas qual o sentido? Preferi ficar defendendo minhas posições, sem me vincular a nenhum grupo. Eu digo sempre que fui inocente útil da Articulação porque quando era para dar pau na Convergência, o pessoal da Articulação pedia que eu desse. Se era pra tirar alguma posição impopular o pessoal gostava que eu defendesse. Hoje, pela primeira vez, estou pensando em me articular, não como tendência, mas um pouco como expressão do descontentamento das bases da Articulação com sua cúpula. Eu me identifico muito com esse setor. No Encontro que vem eu vou estar mais nisso, na expressão das bases da Articulação.

Como você vê a situação do PT, hoje?

Algum tempo atrás o Vainer e eu observávamos que, na história, um partido como o nosso, se for de massa tem de virar reformista, se for de quadros vira seita. O PT, como virou um partido de massa, com o nosso apoio aliás, está tendendo a ser um grande partido reformista e repetir o processo de partidos social-democratas. O PT não é social-democrata ao estilo do que é a social-democracia hoje na Espanha, na França: a representação política da burguesia. Mas o partido é social-democrata no sentido do início do século, um partido politicamente operário, politicamente contra as classes dominantes, mas já nos marcos do regime.

Você acredita em um modelo clássico de revolução?

As revoluções nunca foram iguais. O que há, sempre, é uma mistura de revoluções e reformas. A revolução não escolhe um país, a reforma não escolhe um

canto. Acho que não deve ser fechada nenhuma saída política. Mas a experiência do mundo mostra que em escala universal não existe possibilidade de mudança sem conflito, portanto sem revoluções. O que eu critico na extrema esquerda brasileira é que ela sempre acha que a revolução está à vista, está presente. E a revolução não se inventa, é um processo social, em que forças até espontâneas amadurecem uma certa situação, em que a revolução se torna necessária. Quando essas condições existem você tem de dar um rumo a elas. Critico a direita do partido e o reformismo porque eles querem e torcem para que não haja revolução. Boa parte da cúpula do PT não banca nem meia revolução, quanto mais uma inteira.

Você foi eleito líder da bancada. Para muita gente foi uma surpresa a sua eleição, por um voto, derrotando a Zé Dirceu.

Primeiro, eu respeito muito o Zé Dirceu. Ele tem posições diferentes das minhas, mas é um grande quadro. Eu sempre gosto de fazer elogios a ele porque é um cara que tem mantido uma postura partidária, perdeu a eleição e se comportou de uma forma extremamente digna. O que me fez ser líder da bancada foi um descontentamento geral com a situação do PT. O pessoal acha que há uma panelinha que manda no partido. A eleição não foi um movimento contra o Zé Dirceu, contra a cúpula da Articulação, mesmo porque a Articulação está quebrada, dividida. Minha eleição, reunindo pessoas de diferentes posições, tanto da corrente moderada como da corrente radical, foi um recado para o partido de que o pessoal está de saco cheio de ser pau-mandado. É uma luta contra o enquadramento do PT em moldes tradicionais, pela democratização do partido. Estamos nos transformando num partido de funcionários. Não há mais militância voluntária no PT. A estrutura do partido é completamente burocrática, não engloba mais aquilo que a gente dizia que era a alma do PT, que era uma certa luta social, uma certa participação voluntária. O partido está precisando passar por uma grande renovação. Se o PT seguir nesse caminho, vai tirar da sociedade brasileira a possibilidade de optar por uma militância política diferente. Enquanto cresce eleitoralmente, ele perde a autenticidade, a característica de mudança social. O PT se transformar num partido convencional é a pior derrota dos trabalhadores brasileiros. Tenho fé que o partido, em 1994, se conseguir dar um salto para a eleição de um governo de esquerda, ousará democratizar a sociedade. O Encontro desse ano é o momento para saber se o PT vai recuperar sua capacidade de inovação e intervenção. Se não fizer isso ele vai virar um PTB da época moderna, mas não vai marcar a vida brasileira como a gente queria, como é o meu sonho.

José Gomes da Silva

por *Renato Simões*

Teoria&Debate n° 21, 2° trimestre de 1993

A entrevista de José Gomes da Silva foi concedida a Renato Simões em dois locais: no escritório de sua empresa, no Centro Empresarial do Carmo, em Campinas; e na fazenda Santana do Baguaçu, em Pirassununga. As reminiscências deste paladino das lutas pela terra no Brasil permitem uma visão panorâmica de 30 anos de militância pela democratização da propriedade da terra no Brasil, em que a figura de José Gomes se soma a tantos intelectuais, trabalhadores(as) rurais, sindicalistas, religiosos(as) e militantes políticos que compuseram uma poesia à Terra-Mãe e um libelo contra o latifúndio. Nascido em Ribeirão Preto, em 12 de junho de 1924, José Gomes morreu em 14 de fevereiro de 1996. Deixou praticamente pronto o livro *Reforma agrária brasileira na virada do século*, organizado e publicado postumamente.

Rememória

Uma coisa que instiga a curiosidade é a incompatibilidade teórica advinda do fato de um empresário bem-sucedido na agricultura, como o senhor, ser um dos grandes bastiões da luta pela reforma agrária.

JOSÉ GOMES DA SILVA — Essa questão não chega a me preocupar, mas é uma coisa que eu levo na devida conta. As pessoas se admiram e a explicação que eu mesmo dou, fazendo um retrospecto de como isso aconteceu, é de que sou, basicamente, um profissional da terra, um engenheiro agrônomo, que viu na questão fundiária um eixo fundamental do desenvolvimento do país, e está convencido disso. Tudo que tenho “escarafunchado”, aqui e no exterior, leva a solidificar essa posição. Eu diria que isso é convicção profissional. Quanto ao fato de eu ter quatro fazendas boas, muito boas por sinal, eu não tenho culpa.

A família do senhor já era proprietária de terras?

Meu pai imigrou para o Brasil iludido com a história de que encontraria patacas de ouro assim que descesse do navio, em Santos. A família tinha uma pequena propriedade em Portugal. Ele era basicamente um operário especializado, um artista que fazia peças de vidro numa cidade vidreira de Portugal. E veio para cá com 18 anos, recém-casado com minha mãe, recolher as patacas de ouro.

E foram para onde?

Meu pai, além de ser um operário especializado, era músico na banda da fábrica. Ele tinha dois salários e um bom nível de vida. Eu cheguei a conhecer a casa de meu pai em Portugal, e diria que era de uma família de classe média baixa européia. Quando chegou ao Brasil, foi trabalhar como colono numa fazenda de café. Pior, foi trabalhar como colono de um cafezal abandonado, numa paisagem das mais tristes, mais ásperas. Um dos trabalhos mais duros é carpir café. Por sua conformação, logo que é abandonado, ele fica coberto de cipó, que é o lugar ideal para marimbondo fazer casa. A pessoa tem de carpir em volta, arrancar o cipó com a mão, depois tem de confiar e enfiar a mão ali e, geralmente, encontra a caixa de marimbondo. Meu pai contava que ele vivia com a cabeça inchada não só do arrependimento, mas também por causa dos marimbondos. Ele teve uma vida muito difícil. Primeiro como colono, depois como torneiro e, finalmente, como arrendatário.

Sua vocação para a terra vem daí?

É. Meu pai, depois de ter sido colono, empreiteiro, arrendatário, foi para a cidade, forçado pela história dos nove filhos que precisavam estudar, e se tornou um comerciante, mas sempre com aquele feitio de agricultor.

Qual era a cidade?

Ribeirão Preto. Até depois de velho, retirado, ele fez mais uma tentativa na agricultura, se tornando meeiro de algodão. E, apesar de todo esse esforço, nunca chegou a ter um pedaço de terra. Essa dificuldade me marcou muito.

O senhor cresceu em Ribeirão Preto?

Sim, mas sempre com essas lembranças, e ouvindo essas histórias. Ribeirão era uma cidade pequena e tinha um ambiente um pouco rural. Essa foi a primeira grande influência. A segunda veio de alguns colegas, algumas pessoas que estudaram agronomia e que eu via como bem-sucedidas. Quando me formei no ginásio, meu pai queria que eu fizesse concurso para o correio e eu queria ir para Piracicaba. Era uma coisa muito definida, e acabei indo estudar com muita dificuldade, à noite. Eu tinha uma ligação, qualquer coisa intrínseca com a terra, tanto que mesmo morando na cidade eu freqüentava muito, em Ribeirão Preto, um bosque que tinha um orquidário, naquela ocasião um dos melhores do Brasil. E eu procurava ir estudando coisas desse tipo. Era uma ligação vocacionada para a agricultura.

O senhor teve algum tipo de participação na política estudantil durante o tempo em que esteve na Escola Superior de Agronomia Luiz de Queirós?

Esta é uma das contradições que eu alinho na minha vida. Todas as pessoas com quem me encontro perguntam como é que vai a política e digo que nunca fui político. Nunca disputei um cargo, nem no centro acadêmico. E as pessoas me vêem como um político. Fui um tecnocrata, hoje sou um agricultor.

O seu contato com a família de sua esposa vem dessa época em Piracicaba?

Sim. Minha mulher é de Araras e tinha um irmão que estudava em Piracicaba. Numa dessas idas para visitar o irmão, eu a conheci.

Quando o senhor se casou, foi trabalhar nas terras do seu sogro?

Meu sogro não tinha propriedade que desse para alguém trabalhar. Tinha uma “fazendola” e, inclusive, ele não vivia na fazenda, que tinha uns 60, 50 alqueires. Não tinha condições de ter um agrônomo.

O que o senhor foi fazer depois de casado?

Entrei para o Instituto Agrônômico, mas com a condição de trabalhar com soja. Havia um poeta, chefe de gabinete do secretário de Agricultura, que achava que a soja ia ser a grande fonte de óleo, de proteína, no Brasil, e estava procurando um cara estudioso, “caxias”, que pudesse cuidar disso. Eles me deram o emprego, nesse tempo não havia concurso.

Em que ano foi?

Rememória

Foi em 1947. Antes eu trabalhei alguns meses num serviço de levantamento de safras do consulado americano. O consulado tinha uma seção de agricultura, e eu, apesar de ser agrônomo, fazia estimativa de safra.

Foi nessa época que o senhor ficou conhecido como o Zé Sojinha?

Exatamente. Ganhei uma bolsa, fui para os Estados Unidos, estudar na Universidade de Illinois, cuja região era a maior produtora de soja do mundo na ocasião. Lá nasceu meu filho Graziano. Quando voltei, havia no Brasil uma crise tremenda do óleo, porque a cultura do algodão entrou em parafuso e o amendoim não conseguia substituí-lo. Todos os estudos apontavam para a soja. Houve, então, um episódio muito engraçado. O governador [de São Paulo] era o Jânio Quadros. Alguém tinha assoprado para ele essa história da soja, mas com a intenção de montar uma indústria, para fazer um alimento à base de soja aqui no Brasil. E o Jânio, com aquele sistema dele, chamava o pessoal do interior pela Rádio Patrulha, já que não tinha telex. Um dia apareceu a Rádio Patrulha na minha casa, para me entregar um telegrama do Jânio, me convocando para encontrá-lo. Uma das propostas que eu fiz a ele foi de criação de um serviço autônomo, chamado Serviço de Expansão da Soja, e ele, numa daquelas loucuras, tacou no *Diário Oficial*. Esse serviço reunia pesquisa, industrialização e fomento. Quando a indústria viu aquilo, percebeu que o negócio era pra valer. A indústria procurou o governo e se ofereceu para ajudar. Foi assim que o trabalho deslançou.

A importância da soja cresceu.

Houve dois fatos históricos, que foram mais importantes que nosso trabalho. Um foi que a proteína de alto valor, no mundo inteiro, na época, era a farinha obtida a partir de um peixe do Peru, cuja pesca se fazia numa corrente quente. Essa corrente, não sei por que, mudou e não conseguiram mais pescá-lo. Precisavam urgentemente de uma outra proteína. E a proteína que tinha as características da farinha de peixe era a soja. O preço da soja foi lá para cima e a cultura se tornou economicamente importante em São Paulo e no Brasil. O outro fato foram as duas grandes geadas, de 1953 e 1955, no Paraná. Precisaram colocar uma cultura no meio das linhas do café. Nós tínhamos sementes de soja, mandamos vagões cheios delas para o Paraná. Acabaram criando uma produção que permitiu a instalação de uma indústria.

O que aconteceu depois?

Bem, por força desse “brilhareco”, eu fui sendo convocado para postos administrativos, passei a ser diretor da antiga Divisão de Fomento Agrícola. Enquanto acontecia isso na minha carreira de funcionário, de agrônomo, no Instituto Agrônomo e depois na Secretaria da Agricultura, comecei a ir ao Paraná. Simplesmente visitar, ia acompanhando meu sogro. Eu me empolguei

com aquilo, com a visão da realidade, terra roxa, aquela euforia da abertura do norte do Paraná. E acabei comprando um pedaço de terra lá, muito longe, não onde meu sogro estava, que era perto de Londrina, mas em Camburão, no atual município de Quintas do Sol. Para isso também tive ajuda de um mentor, uma pessoa que talvez tenha tido a maior influência na minha vida profissional, um agrônomo chamado Irineu Souza Dias, que era também um romântico. Ele foi assessor de uma porção de ministros, de secretários, e foi ele que me obrigou a estudar a soja. Ele também era proprietário no Paraná. O sogro dele queria fazer o que ele chamava de República Agronômica, de diversos companheiros, principalmente pessoas estudiosas, da liderança dos agrônomos daqui de São Paulo. Todos junto dele, cada um tendo uma área de terra. Naquele tempo, a terra era muito barata e eu consegui comprar. Como eu tinha passado dois anos nos Estados Unidos fazendo mestrado, podia trazer coisas, bagulhos, e eu trouxe um automóvel zero quilômetro, que era o único carro importado de Campinas. Vendi o carro e comprei a área. Plantei um pouco de café com muita dificuldade e com a ajuda do Irineu. Aí houve uma valorização cambial tremenda do café. Eu revendi 40 alqueires das minhas terras e com o dinheiro pude começar a plantar e plantei 107 mil pés de café.

O senhor conseguia conciliar as duas atividades, fazendeiro e funcionário público?

Sim. Mesmo a distância, com todas as dificuldades, eu conseguia levar as duas coisas. Até que não deu mais para conciliar, porque a região de Camburão é fria e a estrada ficava um fio de gelo, era muito perigosa e eu já tinha capotado duas vezes. A terceira vez foi com a minha mulher e aí ela me deu um ultimato, que eu não podia mais continuar daquele jeito. Então meu sogro e eu trocamos as duas fazendas, a dele e a minha, por outra em Pirassununga. Era uma fazenda totalmente abandonada, cheia de erosão, que ninguém queria comprar, ao lado de uma usina que vivia em greve. A usina desvalorizava a área. Isso aconteceu em 1959.

Como foi seu trabalho na “revisão agrária” que houve no governo de Carvalho Pinto?

De alguma maneira foi bom. O governo Carvalho Pinto foi uma continuação do meu trabalho com a soja. A partir de 1955, eu fiquei como diretor da Divisão de Fomento Agrícola. Quando o Carvalho Pinto foi eleito, um dos seus assessores era o Plínio de Arruda Sampaio, e ele incluiu no Plano de Ação uma proposta de tocar a questão fundiária em São Paulo. A idéia era que São Paulo tinha de dar o exemplo, como já havia feito na questão do desenvolvimento industrial, na questão universitária, e em diversas outras áreas. Ao lado do Ceagesp, da rede de silos e armazéns, da reestruturação do serviço de assistência à agricultura, havia uma rubrica chamada “revisão agrária”.

Rememória

Quer dizer que a idéia da revisão agrária partiu do Plínio?

O governo Carvalho Pinto tinha três pessoas, não digo de esquerda, mas de pensamento avançado, que eram o Plínio, com a formação que todos nós conhecemos, o Diogo Gaspar, que tinha trabalhado no Banco do Nordeste, e o Sebastião Advíncola Cunha. A idéia da revisão agrária saiu deste conjunto, mas sobretudo da cabeça do Plínio.

Essa terminologia, “revisão agrária”, era, de alguma forma, uma fuga da questão da reforma agrária?

Era uma saída tática, ou uma solução semântica, porque o documento que inspirou a revisão agrária se chama “Progressos em reforma agrária” e é publicado a cada três anos pela Nações Unidas, dizendo o que está acontecendo na questão da reforma agrária no mundo inteiro. O Diogo Gaspar trouxe um exemplar de Nova York, o José Bonifácio leu e ficou fascinado. Eu tive que o datilografar porque não tinha xerox naquele tempo e só havia um exemplar aqui no Brasil. Mas, para o Carvalho Pinto, para a figura dele, para a estrutura política da época, a reforma agrária era uma palavra um pouco forte, como bandeira de esquerda.

Em que consistiu a “revisão agrária”?

Um dia eu entrei para despachar com José Bonifácio e ele estava com a mão na cabeça, deprimido por causa da tal “revisão agrária”. Havia um projeto de lei sobre reforma agrária, um projeto bom, chamado Lei da Revisão Agrária. O Carvalho Pinto convocou uma reunião no Palácio Campos Elíseos onde foi distribuído o texto do anteprojeto de Lei da Revisão Agrária. No dia seguinte, na abertura da sessão da Assembléia Legislativa, a deputada Conceição Santamaria fez um discurso violento, dizendo que aquilo era comunismo, subversão. A partir dali foi uma pauleira. Houve uma oposição cerrada contra o programa. Nesse momento, quando o secretário estava deprimido, eu argumentei que a idéia era boa, eu a tinha lido. Conhecia alguma coisa. Disse a ele que nós tínhamos acabado de montar no Instituto um serviço de comunicação moderno e podíamos colocá-lo para funcionar, para defender o programa. Ele topou e eu montei um esqueminha. Basicamente era pegar o pessoal que tinha alguma habilidade para expor — e nós tínhamos treinado pessoal para isso. Chegamos a contratar professor de oratória. Pegamos alguns rapazes bons, que acreditavam na idéia, e começamos a promover debates, em que o opositor era sempre um fazendeiro.

Vocês conseguiram reverter a situação?

Não digo que o quadro tenha sido revertido, mas começaram a surgir aliados, principalmente na área da Igreja. Havia uma tal de Federação dos Círculos Operários, nós íamos lá. Os recursos audiovisuais eram novidade, aquilo

convencia mais do que nossos números. O fato é que deu para defender. O projeto passou e a partir daí foram realizados cinco assentamentos. E tentada a regularização fundiária do Vale do Ribeira, que era uma das idéias do Plínio. Como eu era diretor desse pessoal, tinha forçado muito, principalmente o pessoal de comunicação, a estudar. Acabei me envolvendo demais. No final de contas, eu era a pessoa com quem o secretário lidava, cobrava, e mandava grandes pepinos. Inventaram, numa ocasião, no auge do debate, um trem para a revisão agrária. Arranjaram um trem que saiu de São Paulo para ir a Presidente Prudente, parando em diversas cidades para discutir o projeto. E, na hora de lotar o trem, só apareceram dois agrônomos: eu e o falecido professor Silvério, que ensinava na faculdade de direito. Era uma pessoa que não estava ligada à questão da terra e se tornou um mestre fundador do direito agrário no Brasil. Nós dois, nesse trem, só com latifundiários, pessoal contra, feroz, hostil. A viagem terminou em Presidente Prudente, numa grande reunião. E o secretário, mais uma vez, não foi. Mandou uma gravação para explicar. Um fazendeiro de Pontal do Paranapanema, que era presidente da Associação Rural — não havia sindicato naquela ocasião —, disse que não aceitava gravações, que se tocasse aquilo quebrava. Olha o clima que esse projeto despertou.

Mas a Igreja, naquela época, aprovou um documento que dizia que era melhor fazer a reforma agrária antes que os comunistas a fizessem.

É, o argumento era esse. Tinha de modernizar o capitalismo. Alguma coisa precisava ser feita e era melhor que fosse feita por nós. Era isso, eu não tinha dúvida nenhuma.

Nessa época, o senhor teve algum tipo de vinculação partidária?

Não. Eu nunca tive vinculação partidária. Na campanha do Jânio, chegamos a fundar um pequeno comitê agrícola. O Jânio era professor, não tinha ligação nenhuma com a agricultura, e nós notamos que fazia falta, sim, marcar posição sobre a questão. Eu era um assessor independente, que acreditava nessas coisas. Só me filiei uma vez, com grande arrependimento, ao PMDB, quando fui secretário do governo Montoro.

Quais as grandes linhas do projeto?

O projeto tinha duas linhas. Uma era a desapropriação por interesse social. A outra diretriz era a tributação fortemente progressiva. Era muito mais barato se adaptar à lei do que pagar impostos. Por exemplo, a minha era uma fazenda tradicional, que pertencera a uma família ilustre que chegou a construir um prédio na cidade de São Paulo às custas da renda dessa fazenda. Nela há um corredor com 34 casas, que não eram servidas de água. Na ocasião nós fizemos a conta e era mais barato adaptar essas casas aos padrões de conforto que a

Rememória

Lei de Revisão Agrária exigia do que pagar o imposto. Então, não foi altruísmo, patriotismo, nada disso. Foi simplesmente uma lógica capitalista. Era mais barato botar piso na casa, água encanada. E a lei permitia que se deduzisse do imposto territorial esse tipo de investimento.

Qual sua posição na época do governo João Goulart, quando a questão da terra começou a tomar uma dimensão nacional muito aguda?

Eu torcia. Por exemplo, estava em discussão um projeto de reforma agrária na Câmara, do qual o Plínio era relator. A gente torcia, mas existia algum temor, pela figura do Jango, de que a idéia estivesse certa mas a pessoa não fosse confiável. Esse era o clima no meio em que eu vivia. Até que o Carvalho Pinto se tornou ministro da Fazenda desse homem em quem nós não confiávamos — e ele era o nosso padrão de decência, de coerência etc. De certa maneira avalizou o governo Jango. Não só na nossa opinião, mas para muita gente conservadora.

Qual foi a participação do grupo brasileiro no curso internacional de reforma agrária, feito em 1963 em Campinas, e quais foram seus desdobramentos no processo de articulação de um grupo interessado na questão agrária no Brasil? Quais as principais discussões nesse curso e por que foi importante?

Bom, os principais tópicos foram exatamente as experiências de reforma agrária de uma série de países, inclusive exposições ministradas por pessoas, técnicos, que participaram das reformas de países como Japão, Coréia, e um embasamento econômico bastante detalhado para que os participantes pudessem entender a influência da terra num processo de desenvolvimento econômico. Participaram 12 países latino-americanos. O Brasil tinha um grupo mais numeroso, composto por técnicos da Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra), que era o órgão encarregado da reforma agrária na época da Secretaria da Agricultura de São Paulo, principalmente da Assessoria de Revisão Agrária, do instituto gaúcho de reforma agrária, de alguns governos de estado como Goiás, que por meio da iniciativa dos *kibutz* de Mauro Borges tentava fazer alguma coisa na questão agrária e assim por diante. Os desdobramentos mais importantes foram, primeiro, a participação dos ex-alunos desse curso na elaboração do Estatuto da Terra. E, segundo, a semente da fundação da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária). Sem se falar na realização do próprio curso, que, de alguma forma, legitimava, ou *tecnificava*, as idéias de revisão agrária que estavam no bojo das reformas de base do governo João Goulart.

O contato in loco com ocupações de terras, no Rio Grande do Sul e no Recife, também fez parte da realização do curso?

Exato. Foi um curso muito sofisticado e muito caro, porque, além das aulas teóricas, por pessoas que vieram do mundo inteiro, dos 60 dias em Campinas, nós fomos ver as ocupações que aconteciam no Rio Grande do Sul, dirigidas pelo antigo Master, no governo Brizola. No Rio Grande do Sul aconteceu uma coisa muito interessante do ponto de vista do tratamento político da reforma agrária. Depois que nós vimos as ocupações e tivemos todo esse embasamento teórico em Campinas, antes de irmos ao Nordeste ver as Ligas Camponesas, houve uma avaliação do curso. O grupo foi dividido em quatro equipes. Cada equipe tinha de apresentar um projeto concreto de reforma agrária para a antiga fazenda Sarandí. Era uma área muito grande, de um uruguaio cujo título de domínio era questionável e que tinha sido ocupada pelo primeiro Movimento Sem-Terra do Rio Grande do Sul. Cada grupo propôs uma solução. Um propôs uma solução coletiva para a área, para os 50 e poucos mil hectares. Outro grupo, do qual eu fiz parte, propôs a utilização segundo unidades familiares, que era a idéia mais romântica, mais próxima do código de reforma agrária da época. O terceiro grupo fez um projeto para exploração cooperativa, e o quarto, uma fazenda mista. O coletivo, eu não preciso dizer, era formado por um pessoal bem bravo. E nós tivemos de fazer a apresentação pública desse projeto, em Porto Alegre. Houve, naturalmente, um embate com o grupo da coletivização, que era o grupo mais à esquerda do governo Goulart, da antiga Supra. Posteriormente, nós mandamos esse projeto para o próprio Movimento Sem-Terra. Aquela área, que até hoje está em litígio, tinha sido objeto de estudo de um grupo muito preparado, talvez os únicos especialistas que existiam no Brasil. Era um grupo multiprofissional, com advogados que fizeram a parte jurídica, pessoal de campo que fez a parte de solos, sociólogos, economistas, extremamente detalhado.

Qual foi a importância do curso para a formação do grupo?

Esse curso marcou muito os participantes, deu uma preparação teórica no caso da reforma agrária que eu nunca tive. Ele formou outro especialista que teve muito êxito, o Fernando Pereira Sodero. Fernando era consultor jurídico da secretaria, não tinha nenhuma ligação maior com as questões da terra a não ser trabalhar num órgão de governo ligado à agricultura. Mas, ao fazer o curso, teve uma espécie de estalo. Ele passou a usar todo o conhecimento que tinha como advogado da Secretaria da Agricultura na formulação do que é hoje o direito agrário brasileiro, do qual é considerado pai. Eu acho que, intelectualmente, o maior subproduto do curso foi esse estalo do Sodero, que era um burocrata e se transformou num mestre com uma dezena de livros publicados. Depois se transformou em consultor da FAO (Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas), e andou pregando pelo mundo inteiro. Ele também participou do Estatuto da Terra. Os dois advogados que deram um cheiro de terra para o

Rememória

Estatuto foram o Sodero e um outro advogado paulista do Patrimônio Imobiliário, um grande especialista em desapropriações. Foi ele quem fez, no governo Fernando Costa, as grandes desapropriações para instalar as escolas práticas de agricultura em São Paulo, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, a USP de Pirassununga, o presídio de Bauru, o presídio de Itapetininga.

Como o senhor viu e participou do momento da destituição do presidente João Goulart e ascensão do grupo do Castelo [Branco] à presidência da República?

Nós, que tínhamos feito aquele curso, estávamos atentos porque, das reformas de base, a mais badalada era a reforma agrária. Havia o projeto do João Goulart na Câmara, cujo relator era o Plínio de Arruda Sampaio, mas se conhecia pouco sobre sua formulação técnica. Existia um projeto de lei que não chegou a ser explicitado porque dependia da mudança da Constituição para permitir o pagamento das desapropriações em títulos, já que a Constituição da época exigia o pagamento em dinheiro. Mas nós estávamos acompanhando. No dia 31 de março eu vi, me lembro muito bem, minha sala era na avenida Brasil, no prédio mais alto, os tanques descerem. Alguma coisa estava acontecendo. Então, houve um movimento militar no dia 1º, e no dia 9 saiu o primeiro comunicado da Junta, dizendo que a revolução tinha sido feita para acabar com a subversão e realizar as reformas democráticas. O Congresso continuou a funcionar, colocou em tramitação um projeto de reforma agrária chamado Projeto Badra, que era um horror, superconservador. Foi a nossa primeira reação. Nos juntamos para examiná-lo e mandar um telegrama aos generais, dizendo que era um absurdo, um retrocesso. Motivados por essa análise do projeto Badra nós começamos a nos reunir. Surgiu a idéia de preparar um projeto de reforma agrária e mandar para os generais de maneira a provocar ou testar, qualquer coisa. A partir de todo aquele ensinamento que nós tínhamos tido no curso e da experiência que nós tínhamos recolhido começamos a elaborar o projeto. Do grupo, eu era o único a conhecer a experiência de outros países. Viajei para Israel, Espanha, França e Itália; neste último, fiquei muito impressionado com os resultados concretos e políticos alcançados pela reforma agrária.

Vocês tinham expectativa de que o governo tivesse algum tipo de vontade política real em relação à reforma agrária?

Não, não tínhamos expectativa nenhuma. A começar pelo fato de ele ter apoiado o projeto Badra. Mas nós sentíamos alguma necessidade de sermos úteis. Havíamos feito um curso que custara um dinheirão, déramos a volta ao mundo. O que fazer com tudo isso? E toda noite trabalhávamos nisso. O Sodero, outro rapaz de Piracicaba, vinha de São Paulo, às vezes participava o pessoal da Federação dos Trabalhadores. Eu sei que fizemos um texto, um esboço de projeto de reforma agrária. Um rapaz muito brilhante, que tinha sido orador do Centro

Acadêmico lá em Piracicaba, o José Drummond Gonçalves, rapaz católico, ligado a esse movimento de Igreja, se incorporou ao grupo. Ele era muito ligado ao pessoal da Consultec, a firma de consultoria do Roberto Campos. Uma tarde tocou o telefone e ele foi atender. Voltou e disse que era o Roberto Campos e que ele queria falar comigo. Ele me disse que estava encarregado de coordenar as reformas, inclusive a reforma agrária, e tinha tomado conhecimento de que nós estávamos com um anteprojeto. Convidou o grupo para se juntar ao grupo dele no Rio. Ninguém queria ir. Eu sugeri que escolhêssemos uma pessoa para ir e ficar como elemento de ligação. Eu fui o escolhido. O Ministério do Planejamento era no prediço do Ministério da Fazenda. A primeira reunião aconteceu num domingo. Roberto Campos chegou de boné de marinheiro. Ele estava dando uma volta de iate na baía de Guanabara, parou ali na Praça XV, desceu e foi abrir a reunião do grupo de reforma agrária. Um mau começo.

Descendo do iate...

É. O grupo do Rio era um grupo de altíssimo nível. Tinha Garrido Torres, que foi presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e o Paulo de Assis Ribeiro, uma figura muito polêmica, mas de grande capacidade de trabalho, um gênio. Era o pé-de-boi da Consultec. O secretário era um sobrinho do Castelo, Julio Vianna, que tinha acesso ao tio, ia na casa dele a qualquer hora, ia ao Palácio. O fato é que apresentaram o primeiro projeto de lei no Congresso, uma bomba. No dia em que foi apresentado, o presidente da Sociedade Rural Brasileira declarou, em São Paulo, que tinham traído a revolução.

Qual era o conteúdo desse projeto?

Desapropriar com o pagamento de títulos. Foi muito engraçado, porque a gente não sabe — isso precisa ser mais bem analisado — como é que o pessoal encampou essa idéia. Como o governo bancou, firmemente, o pagamento das desapropriações em títulos. E isso com o envolvimento direto do presidente Castelo Branco.

Qual a imagem que o senhor guarda do Castelo Branco?

A imagem é de um homem com pretensões intelectuais. Ele gostava de conversar com artistas, notáveis, mulheres bonitas e homens inteligentes. E tinha alguma independência. Era um rebelde dentro do grupo. E depois de ter sido eleito, eu acho que ele quis escrever a própria história. No caso da reforma agrária, ele buscou inspiração em algumas coisas. Primeiro, nos desmandos do Nordeste. Ele era nordestino, foi comandante do IV Exército, e deve ter visto as maiores barbaridades. E na Itália, por meio dos contatos que manteve mesmo depois de ter voltado da FEB (Força Expedicionária Brasileira). Ele continuou a manter correspondência e deve ter sentido os resultados da reforma agrária na Itália.

Rememória

Além disso, eu tenho a impressão de que o Golbery [do Couto e Silva] tinha relações de parentesco com gente de usina de açúcar, também. A agricultura devia pesar tão pouco para eles, era uma coisa tão distante, que não alteraria nada. Eu acho que eles não fariam uma mudança dessas no sistema bancário, no sistema financeiro.

Como esse projeto foi usado pelo governo militar?

O governo sofreu muito, houve brigas terríveis. Eu nunca me esqueço de quando De Gaulle veio visitar o Brasil. A residência oficial do presidente da República no Rio era o Palácio das Laranjeiras. Quando De Gaulle chegou, Castelo cedeu o palácio para ele. Tiveram de fazer uma cama especial. O presidente foi para o Copacabana Palace. Foi a primeira vez que dormi naquele hotel. Ele disse que o grupo não se dissolveria, e que continuaríamos a trabalhar. “Peguem um apartamento do meu lado, qualquer coisa estou ali.” Diversas vezes ele saiu do apartamento dele e foi ao nosso discutir um caso qualquer. Um dia ele disse: “Está bem, vamos desapropriar os latifúndios, mas e o meu compadre do Ceará?” “Mas, presidente, que história é essa de compadre do Ceará?”, perguntamos. O compadre do Ceará era uma figura que ele imaginou, uma pessoa que tem um latifúndio mas quer transformá-lo em empresa. No Estatuto da Terra havia quatro tipos de módulos: o latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração, a empresa e o minifúndio. A empresa, que resultou, hoje, na figura da propriedade produtiva, está fora da desapropriação. O compadre queria recuperar o latifúndio dele, o que ele poderia fazer? Era um problema novo. O cara quer ser bonzinho, quer se converter, o jeito é dar um pedaço, uma parte. No Estatuto da Terra tem um artigo para o cara que quer fazer isso.

De onde surgiu a idéia de transformar o senhor em chefe da Supra?

Eu estava no Rio, trabalhando no Ministério do Planejamento, um ato do governo me colocara à disposição. O ministro escolhido pelo Castelo era Oscar Thompson Filho, secretário da Agricultura do Adhemar de Barros. Os militares, dentro de sua visão limitada das coisas, estabeleceram que o ministro de Agricultura deveria ser o secretário de Agricultura do melhor estado agricultor do Brasil, que era São Paulo. Não importava quem fosse. A única credencial dele, me desculpe, era ter cedido o campo de aviação da usina em que era gerente para o Adhemar fugir para a Bolívia.

Quando o Adhemar voltou ele foi recompensado?

Foi nomeado secretário da Agricultura. Ele não demorou um mês com o Castelo, porque era contra a reforma agrária. Esse é um exemplo, muito forte, da determinação do Castelo em fazer a reforma agrária, em fazer a lei. Depois, ele queria outra figura de São Paulo. Queria um professor e pegou o professor

Hugo de Almeida Leme, que era meu amigo, tinha sido meu professor, estava no Rio. A reforma corria pelo Ministério do Planejamento, mas é claro que eu tinha de dar alguma atenção ao Hugo Leme. E um dia eu estava falando com ele e o Castelo ligou dizendo que demitiria o interventor da Supra, e queria que ele indicasse um civil. Eu estava ali do lado e ele disse: vai você.

Por quanto tempo o senhor trabalhou na Supra?

Eu entrei em julho de 1964. O Estatuto da Terra é de 30 de novembro. As nomeações começaram a sair no começo do ano. Devo ter saído em janeiro ou fevereiro de 1965.

Na sua opinião, o Estatuto da Terra correspondeu a uma visão da época da reforma agrária ou ele continua válido como instrumento nos dias de hoje?

Na época ele era considerado válido para fazer uma reforma capitalista nos padrões convencionais, com forte inspiração da reforma agrária italiana. Como, depois de 1964, a reforma agrária sofreu diluições sucessivas, ele continua válido até hoje. Posso dizer que a lei que foi aprovada agora é dez vezes pior do que o Estatuto da Terra.

A que o senhor credita o fato de que o Estatuto da Terra não foi implementado depois da constituição do IBRA e de sua aprovação legal?

O Estatuto da Terra criou dois organismos, um para fazer a reforma agrária, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), e outro chamado Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), para cuidar da agricultura em geral, da área não reformada. Por que esse INDA? Porque os conservadores, chefiados pelo Bilac Pinto, que tinha uma grande influência sobre o Castelo, passaram a usar o seguinte argumento. Por que criar novas unidades agrícolas se já existem 3 milhões sem atendimento? Uma vez o Castelo usou a frase reforma agrária quimicamente pura. Para se fazer reforma tem-se de criar um órgão específico que só cuide da reforma. Ou ele faz ou ele não faz. Não tem desculpa. E o IBRA era um órgão muito forte. O primeiro presidente foi o Paulo Assis Ribeiro, que era um especialista em tributação e organizou diversos cadastros de tributação em municípios, no Brasil, desviando o eixo da coisa, do programa camponês, para o programa do tributo. Ele tinha uma ascendência intelectual tremenda sobre Castelo, que estava fascinado com ele. Esse foi o primeiro desvirtuamento da reforma.

Quanto tempo ele ficou como presidente?

Uns dois anos. Depois veio um sócio dele, com a mesma orientação fiscalista. Nessa época eu já tinha voltado para São Paulo.

Quando o senhor voltou a colaborar de novo com o governo federal,

Rememória

nessa área da questão agrária?

Depois da Supra, nós nos articulamos em torno da ABRA. O grupo que tinha feito o curso, mais alguns companheiros como o Guedes, o pessoal da Contag, decidiu fundar uma associação para manter a chama acesa, esse era o lema. Surgiu a ABRA e nosso principal trabalho foi fustigar o IBRA e depois o INCRA.

Do ponto de vista político, qual a postura da ABRA em relação ao governo federal depois da frustração das expectativas em relação ao cumprimento do Estatuto?

Sempre foi de uma crítica contundente. Acho que as críticas mais ácidas à política fundiária do governo federal partiram da ABRA.

O senhor foi o primeiro presidente da ABRA?

Não. Eu fui o segundo presidente e cumpri três mandatos.

Durante esse período, várias pessoas que haviam trabalhado com o senhor no Ministério do Planejamento, como o [Mário] Simonsen e o Nascimento e Silva, foram ministros. Eles nunca procuraram sua colaboração?

Não, nunca, porque, a partir da segunda administração do IBRA, as águas se separaram, definitivamente. Quer dizer, eram duas religiões distintas. Eles já tinham adotado a linha da tributação e nós continuávamos na linha da desapropriação. São duas correntes que até hoje se digladiam.

Como o senhor avalia essas pessoas que, como o Simonsen, por exemplo, passaram a praticar uma política altamente concentradora da terra? Este grupo só desenvolveu os estudos relativos ao Estatuto da Terra por vontade do presidente da República?

Não tinham nenhum compromisso além de estarem prestando um serviço direto, quase que pessoal, ao presidente. Era um trabalho especializado. Não implicava uma postura ideológica, um apoio à tese da democratização da terra ou da redistribuição fundiária. O trabalho do Simonsen foi calcular o impacto no orçamento da emissão dos títulos para pagar desapropriação. O Nascimento e Silva fez a revisão jurídica como consultor pessoal do presidente.

Esse compromisso do Castelo com a questão da reforma pode explicar o golpe dentro do golpe, o esvaziamento do poder do grupo dele no interior das Forças Armadas e a posterior mudança de rumo?

Eu não acredito que a reforma explique esse fato, muito embora ele tivesse tido atritos muito sérios devido à reforma com os principais articuladores do golpe, Carlos Lacerda, Bilac Pinto. Ele também teve problemas de família. O Castelo era um apaixonado pela mulher. São famosas as cartas que ele escrevia para a mulher, da Itália. Era dona Argentina Vianna, de Belo Horizonte. Os Vianna, na

ocasião, eram os maiores industriais de adubo, em São Paulo, proprietários da firma Arthur Vianna. Toda grande firma de adubo tem uma grande clientela de fazendeiros. Por intermédio da família de dona Argentina esse pessoal pressionava muito o Castelo contra a reforma agrária. A ponto de terem obtido um compromisso de que o Estatuto não seria mandado para o Congresso antes de haver uma reunião em Minas Gerais, para discuti-lo. A reunião foi em Viçosa, que, naquele tempo, era uma cidade inacessível, sem telefone, estrada, nada. Foi uma arapuca. Nos botaram lá, cercados por latifundiários furiosos por todos os lados, para discutir uma coisa que já estava discutida. Ele resistiu, mas depois falhou na parte de execução.

Durante seus mandatos na ABRA, essa relação tensa com o governo federal levou a uma aproximação com a oposição. Como é que começaram os contatos desse grupo, que defendia a tese da reforma agrária, com os setores de oposição ao governo militar?

Isso acontecia informalmente. Claro que, às vezes, nós preparávamos discursos de gente da oposição. Eu depus em mais de uma CPI que investigou o IBRA. Éramos vistos por deputados e setores de oposição como uma espécie de consultoria. Nesse período, de alguma maneira, nós atingimos um pouco a intelectualidade, as universidades e alguns jornais.

Quando aconteceram as primeiras eleições para governo do estado, em 1982, pensou-se que os eleitos pela oposição em estados mais fortes, como São Paulo, por exemplo, teriam peso político para avançar, senão numa política de reforma agrária, pelo menos na democratização da propriedade da terra em menor escala. E o senhor foi secretário do governo Montoro. Que expectativas vocês tinham quando incursionaram pela segunda vez para fazer experiências de reforma agrária no Executivo?

Havia uma esperança muito grande baseada na experiência do governo Carvalho Pinto. Não que os estados tivessem o instrumental, mas São Paulo poderia dar o exemplo. E o [Franco] Montoro compartilhava essa idéia. Ele acreditava. Tanto que me escolheu.

Houve algum contato anterior à eleição entre ele e a ABRA?

Havia uma relação estabelecida em diversos níveis. No nível pessoal eu, às vezes, ajudei em alguns projetos, dos quais ele era o relator no Senado. Lembro-me bem de um projeto sobre a pequena produção de trigo no Rio Grande do Sul, dos moinhos coloniais. Havia uma lei que acabava com os moinhos e ele apresentou uma emenda para mantê-los. Eu ajudei nisso. Depois, ajudei na elaboração do programa do PMDB. Houve um grande simpósio para elaborar, discutir e aprovar o programa do PMDB para a agricultura. E lá estava todo o pessoal do Montoro.

Rememória

O relator desse grupo era o Horácio Martinez Carvalho, diretor de economia da Secretaria [de Agricultura] do Paraná. O Montoro tinha criado, em São Paulo, quando senador, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e eu coordenava a parte de agricultura. De lá saíria o futuro secretariado do Montoro.

E o senhor não sabia disso?

É, eu estava lá sem saber, mas desconfiava. Ele era senador e vice-presidente do Ipeac, Instituto de Pesquisas e Assessoramento do Congresso, que, apesar de não ser um órgão muito conhecido, tem muita força e dinheiro. Eles é que contratam essas consultorias para alguns projetos especializados. Por exemplo, quando o Pró-Álcool saiu mediante um decreto do [presidente Ernesto] Geisel, do Poder Executivo, o Congresso não foi ouvido e ficou muito enciumado. Então, o Montoro conseguiu um dinheiro do Ipeac e contratou a USP para fazer uma avaliação da questão energética no Brasil. O coordenador foi o [José] Goldenberg, que precisou de um cara de agricultura e me chamou dizendo que precisava de alguém que falasse, por exemplo, que mandioca não dá em árvore, essas coisas, para não cometerem erros muito crassos. Fui na primeira reunião e fiquei fascinado porque era um grupo de altíssimo nível. Era o José Israel Vargas, que hoje é o ministro de Ciência e Tecnologia, o Goldenberg. Tinha um cara da Petrobrás que controlava a matriz energética, um segredo militar. Nós íamos trabalhar a partir dali, um bruta time. Eu queria ir e ficar para pelo menos aprender alguma coisa. Nós nos reuníamos toda segunda-feira na USP, na sala do Goldenberg, porque o Montoro ficava em São Paulo neste dia. O resultado foi um belo estudo. Tinha um capítulo sobre petróleo, outro sobre carvão, madeira, sobre o Pró-Álcool. O Montoro conseguiu dinheiro e publicou um livro com o nome dele e do presidente do Ipeac, que era o [Jarbas] Passarinho. Ele era o vice, mas tinha conseguido a verba, coordenara as reuniões. Era, realmente, uma ciumeira danada, porque era a primeira avaliação séria do Pró-Álcool. Foi nessa época que eu me aproximei do Montoro.

Que expectativa o senhor tinha: atuar na área do fomento agrícola ou praticar a reforma agrária?

Os instrumentos eram muito modestos, não daria para fazer grandes coisas. Mas dava para pressionar o governo federal e fazer algumas coisas que servissem de exemplo em São Paulo. Umás coisas pequenas, bem feitas. Acertar o problema do Vale do Ribeira. Saímos na frente e, na ocasião, se falou muito na experiência fundiária de São Paulo.

Quando foi criado o Instituto de Assuntos Fundiários? Foi uma ação tranqüila dentro do governo ou houve resistências?

Foi criado logo no início do governo e foi uma ação tranqüila. Depois o trabalho do Instituto foi muito difícil, mas a implantação não. Engraçado, a agricultura exerce um fascínio sobre as pessoas da cidade. Minha experiência indica que é muito mais fácil trabalhar com o Montoro, o Castelo, que são seres urbanos, do que com um cara como Renato Costa Lima, que é metido a fazendeiro. Esses caras em geral são auto-suficientes. Montoro assinava tudo, tinha um entusiasmo quase juvenil pela agricultura. Dava muita força.

Nessa época aumentou o número de ocupações de terra em São Paulo. Como o senhor avalia a relação entre a Secretaria e os sem-terra durante esses primeiros conflitos de ocupação?

Não acredito que tenha havido relação direta. Foi mais um amadurecimento do Movimento Sem-Terra.

Mas houve algum conflito? O governo Montoro, na relação com o Movimento Sem-Terra, teve uma atitude aberta de negociação?

Eu acho que foi bem aberto, principalmente devido à presença do José Carlos Dias, secretário da Justiça. E do secretário da Segurança, que era um cavalheiro, um professor da faculdade. Era um governo com características mais humanas.

Quanto tempo o senhor ficou no cargo?

Fiquei pouco tempo, uns sete meses.

Foi nesse período que o senhor teve o problema cardíaco?

É, tive um infarto.

Para o senhor, em nível estadual, naquele momento, poder-se-ia ter avançado mais?

O saldo foi bastante positivo, mas não era possível avançar mais por causa da falta de instrumento. Como a legislação joga tudo isso na área do governo federal, é muito difícil um estado executar um programa de envergadura.

Quando o senhor teve o infarto, o senhor se afastou do governo?

Eu me afastei provisoriamente e o Guedes ficou no meu lugar. Depois, no começo do ano, em fevereiro, eu tive de me afastar definitivamente. Me recuperei, sofri uma cirurgia, mas não tinha condições de continuar.

Mas o senhor resolveu assumir um novo cargo público, não foi?

Quando você põe uma ponte de safena, você põe mais um canal, e fica com dois. Então dá uma euforia de viver, ficar mocinho, começar a namorar de novo. Você vira uma fera! Comecei a me sentir muito bem depois da cirurgia. Estava pronto para trabalhar.

Rememória

E voltou para o governo federal.

Quando eu saí da Secretaria da Agricultura acabei sendo nomeado vice-presidente do Conselho Estadual de Energia. Na crise do petróleo dos anos 1980, houve pânico no mundo inteiro com a questão de energia. O governo federal resolveu criar o Conselho Nacional de Energia, que era presidido pelo vice-presidente da República, o Aureliano Chaves. Ele reformou completamente as políticas de produção, conservação de energia. E os governos estaduais também criaram organismos semelhantes. Em São Paulo foi criado um, cujo presidente era o [Orestes] Quércia, que era vice-governador. O secretário-executivo era o Goldenberg, e eu era o vice-presidente. Enquanto o Goldenberg cuidava, principalmente, da parte de energia industrial, de uso industrial, eu me encarregava do Pró-Álcool, porque todos os projetos de destilaria que estavam começando a ser ampliados ou iniciados em São Paulo tinham de obter a aprovação desse Conselho. Entrava muito na questão fundiária. A nossa política era de restringir as megasusinas e evitar que a produção de cana afetasse a produção de alimentos. Claro que não tínhamos força nem condições para impedir o crescimento, mas procurávamos estabelecer uma harmonização regional, não deixar que uma usina dominasse quatro, cinco municípios. Foi um trabalho muito difícil, comprei muita briga, porque nós tínhamos poder de veto. Nesse trabalho eu estava metido na questão fundiária e continuava próximo do poder. Em 1985, houve a eleição do Tancredo [Neves], e ascensão do [José] Sarney. Meu nome tinha sido apresentado para o INCRA, que, na ocasião, estava entre os 14 cargos mais importantes da República. Já havia uma hierarquia. Eu estava na famosa lista da dona Antonia, a secretária do Tancredo Neves. Fui para o Incra com grande expectativa. Como a lei exigia que todo programa de reforma agrária, para ser desencadeado, tivesse um plano aprovado previamente, nós lançamos a preparação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Houve uma mobilização da direita, do conservadorismo no campo, criaram a UDR (União Democrática Ruralista) para fazer oposição a essa proposta. Daí em diante os fatos são mais ou menos públicos. Eu acabei caindo, e voltei lá para a luta na ABRA.

O Montoro impulsionou sua ida para o governo federal?

Foi o principal incentivador, primeiro por meio da relação com Tancredo e depois pelo prestígio de São Paulo no governo Sarney. Quando aconteceu o debate público sobre a reforma agrária e começou a guerra mesmo, houve grande apoio do governo de São Paulo, a não ser no desenlace, quando houve uma tendência para a gente ceder um pouco. Mas aí não dava porque a coisa já estava definida. Depois a história veio mostrar características até de traição, de deslealdade. Enquanto o ministro e eu estávamos preparando dia e noite esse Plano, o Sarney tinha chamado um advogado de grileiros para preparar um outro projeto, dentro do palácio. Esse cara

estava trabalhando dentro do palácio, convidado pelo governo, para fazer outro decreto, que foi aprovado. Posteriormente, esse mesmo advogado confessou isso e a coisa veio a público. Ele ficou não sei quantos dias no palácio, na sala do gabinete militar, trabalhando para fazer aquilo que o ministro e eu estávamos fazendo.

Essa característica do governo Sarney foi muito forte, do ponto de vista da desestabilização dos setores mais progressistas?

Foi. E a “copa e cozinha” tem um poder fantástico. Vou citar um caso dos mais contundentes. A minha história de agrônomo foi marcada pelo trabalho que eu coordenei de implantação da soja no sul do Brasil. Foi um trabalho muito bem-sucedido porque houve, também, uma série de coincidências econômicas que deram à soja um lugar definitivo como grande cultura no Brasil. A minha marca de agrônomo é a soja. O rei da soja chama-se Olacir de Moraes. O gerente, diretor agrícola do grupo Itamarati, é meu vizinho. Ele me convidou diversas vezes para ir ver o império da soja do Olacir e eu nunca pude atender ao honroso convite. Quando estava no INCRA, na semana anterior à assinatura do decreto, do Plano Nacional de Reforma Agrária, o Sarney foi visitar a fazenda Itamarati do Olacir, ver a soja. Todo mundo dentro do governo sabia que eu mexia com soja e mesmo assim não fui convidado para ir. E foi durante esta viagem, na fazenda do Olacir, que se tramou, em parte, a derrubada do projeto.

Que imagem o senhor tem do Sarney como presidente nesse período?

O José Sarney é o tipo do bom moço, um cara afável, um cavalheiro, um poeta, um escritor, mas incapaz de tomar decisões que possam contrariar qualquer interesse do *establishment*. É um cavalheiro e isso amortece muitas das críticas.

A quem poderia ser creditado, no governo, o maior empenho na queda dessa postura progressista do INCRA?

Foi indiscutivelmente o Gabinete Militar, que hoje está de volta, é o comandante do 1 Exército [sic]. Não por ideologia, mas pelo medo do impacto do próprio programa, de criar uma outra força, qualquer coisa de força revolucionária. Um campesinato forte ou coisa desse tipo. Ranços da doutrina de Segurança Nacional.

Qual foi a relação que o senhor manteve com a base parlamentar na tramitação do Plano pelo Congresso?

O Plano não tramitou, ele apenas foi mostrado ao Congresso, porque tudo corria como decreto do Executivo. Foi levado ao Congresso como uma deferência.

Mas o senhor sentiu sustentação parlamentar para a política que defendia?

Rememória

Havia uma minoria aguerrida, composta pelo Plínio, Fernando Santana, Roberto Freire, o grupo de esquerda. Mas a maioria era indiferente ou contra. Isso se revelou na Constituinte, quando nós perdemos fragorosamente.

Durante bom tempo a presença tanto do ministro como do senhor no governo foi creditada à indicação e suporte da Igreja, da CNBB, que teria feito gestões para que fosse mantida uma política progressista na área agrária. Nesse período, como era a relação do governo Sarney com os setores organizados mais de esquerda na sociedade, como os sem-terra?

O Movimento Sem-Terra, que era dos mais rebeldes, chegou a participar, porque para elaborar o Plano Nacional de Reforma Agrária nós montamos, se não me engano, 20 e tantos grupos; da questão jurídica, da questão indígena, um outro das desapropriações, outro do tipo de assentamento. Nós trouxemos praticamente todas as pessoas do ramo, do país inteiro. O INCRA é um órgão muito poderoso, tem muita flexibilidade administrativa, orçamentária e tudo. Isso provocou um rebu. O próprio pessoal dos sem-terra foi convidado e chegou a indicar representantes para um desses grupos. Foi o único momento em que eles cederam a uma aproximação com o governo. Quanto à Igreja, ela tinha uma influência muito forte.

De suas três passagens pelo Executivo, no governo Castelo, no Montoro e no Sarney, que elementos o senhor tira para inferir a possibilidade de se fazer reforma agrária, partindo do Executivo?

Eu acho que ela pode vir da maneira que ela já aconteceu anteriormente, por via lotérica, devido a um acontecimento inesperado, ou de ordem pessoal ou fruto da conjuntura. Tem de ser alguém da cidade. E, na base lotérica, que tenha apoio, que tenha trânsito dentro do governo e não encontre um bom moço como José Sarney.

O que o levou a aceitar participar do Governo Paralelo, coordenando a área de agricultura e reforma agrária?

Essa é outra coincidência. Eu participei ativamente da Constituinte, tanto que acabei escrevendo um livro sobre o desastre da Constituinte. Fiquei fascinado com a figura do Lula. Em várias ocasiões, me aproximei pessoalmente dele. Eu ficara muito impressionado com uma frase do Tancredo. Ele disse uma vez que não adiantava esse negócio de eleição porque a situação dos grotões é diferente. Ele lançou o negócio dos grotões e os jornais deram muito destaque. Eu resolvi trabalhar essas questões dos grotões em relação à candidatura do Lula. Escrevi uma carta para ele e me ofereci para coordenar uma reunião nacional para discutir a candidatura dele nos grotões. Veio um cara do Rio, outro da Amazônia, outro do Nordeste, o pessoal do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo para discutir

uma pauta bem rígida e específica: qual a receptividade da candidatura Lula nas comunidades rurais, do lado do grotão, por estado? Qual a situação na Baixada, no Rio, no Vale do Jequitinhonha, em Minas? Fizemos um balanço e elaboramos um relatório que entreguei ao Lula. Quando vi estava envolvido.

Fez também campanha de ir atrás de voto no grotão?

Ah, fizemos... Fiz algumas viagens para Guarapuava, no Paraná, Viçosa, em Minas. Algumas das viagens eu fiz com o próprio Lula.

O senhor tem boas recordações da campanha?

Tenho, inclusive em relação à reforma agrária. Viçosa é um reduto conservador, terrivelmente conservador. Eu nunca consegui entrar na cidade como doutor em agronomia, na faculdade de agronomia. Nunca consegui auditório. E o Lula foi lá e deu uma aula sobre reforma agrária para 3.000 pessoas. Essas coisas acabaram me mostrando que a solução da reforma é política mesmo. Muito mais importante que todas as conferências, que os livros, que tudo isso é o Lula numa “tacada” resolver muito mais do que o trabalho técnico. Essa é a verdade. Então, vamos ajudar a pessoa que acredita, que tem essa possibilidade de resolver o problema político da reforma. E não há outra figura entre os candidatos. O Brizola é altamente contraditório.

No Governo Paralelo, seu trabalho foi desenvolvido a contento?

Sim, tanto que as duas cartilhas editadas eram da nossa área, da área de agricultura e reforma agrária. Editamos a cartilha da reforma agrária e a cartilha da segurança alimentar. E, de todas as propostas do Governo Paralelo, a que virou proposta de governo foi a de segurança alimentar. Esse foi um processo muito interessante, que mostra a grande visão política do Lula, e sua grande habilidade. Ele é realmente uma pessoa dotada de condições excepcionais para governar. E é isso que diferencia realmente o governante. Quando se instalou o Governo Paralelo, houve uma série de reuniões com toda aquela alta intelectualidade do PT. Depois o Lula escolheu por áreas. Escolheu o Antonio Candido para a Cultura, o Luiz Carlos Menezes para a Energia, eu para a Agricultura, o Walter Borelli para o Trabalho; para a Justiça, o Márcio Thomaz Bastos. Enfim, um timão. E começaram as discussões políticas. Um dia o Lula deu o clássico soco na mesa: “Vamos parar com isso, isso aqui não é academia, vocês vão pra casa e na próxima semana cada um traz os cinco principais problemas na área da Educação, da Saúde, da Justiça...”

Todos foram fazer seu dever de casa...

Eu não sei como é que os outros fizeram. Eu fiz uma carta circular para um grupo de pessoas e pedi que enumerassem os cinco principais problemas. Todos

Rememória

me responderam. Eu tabulei e deu, em primeiro lugar, a pequena produção, segundo, a questão alimentar, terceiro, a questão ecológica, quarto, Pró-Álcool, e quinto, reforma agrária. Apresentei o resultado da tabulação e cada área teve que preparar cinco propostas daquilo que foi selecionado. Eu tinha de preparar cinco. Dessas cinco, energia era uma questão multidisciplinar, tinha de ser trabalhada junto com meio ambiente, que era a área do Aziz Ab'Saber, com energia, que era do Menezes. A questão de segurança alimentar, que não tinha sido batizada de segurança alimentar, era alimentação de modo geral, também tinha aspectos de saúde. Então eu coordenei um grupo que tratou de política agrícola e preparou a reforma agrária. Depois coordenei o grupo multidisciplinar que fez a proposta de alimentação, que nós batizamos de segurança alimentar.

De onde surgiu esse conceito?

Nesse período eu fui a um congresso de Direito Agrário na Itália, visitei a FAO, conversei com as pessoas e fiquei impressionado com as propostas de segurança alimentar, que já era um conceito universal, menos no Brasil, onde havia uns tabus em relação à questão da fome, da desnutrição, da carência. E achei que esse conceito de segurança alimentar tinha, politicamente, um sabor muito forte para se contrapor à segurança nacional, que era a bandeira militar no período da ditadura. Com a grande vantagem de ter o aval, o respaldo, das Nações Unidas e de não ter sido o Governo Paralelo ou a esquerda quem inventou o conceito. Preparamos essa proposta, bem trabalhada, acho que popularmente foi a que teve melhor apresentação, foi exposta numa reunião na Câmara Municipal. A Erundina tinha feito um congresso de alimentação muito bom, com gente de fora. Nós aproveitamos o clima. Até que o Lula resolveu transformar isso numa bandeira política e fazer a tal viagem, apresentar isso como uma proposta e posteriormente levá-la ao governo.

Por que levar ao governo?

Esse negócio de levar ao governo precisa ser explicado. Era parte da nossa rotina. O primeiro projeto que saiu foi de Educação, preparado pelo Cristóvam Buarque. Quando ficou pronto, o Buarque foi humildemente pedir uma audiência com o [Carlos] Chiarelli, que era o ministro da Educação, e entregou a proposta. Você sabe que eles jogam no cesto, mas era nossa rotina. Quando apresentamos a de pequena produção, eu fui ao [Antônio] Cabrera, com os deputados do PT e o Suplicy. Entregamos numa audiência formal, com fotógrafo. Mas jogaram no cesto. De qualquer maneira, o Lula resolveu apresentar a proposta de segurança alimentar ao Itamar e ele abraçou o plano. Neste caso, o Lula teve mais uma tremenda habilidade, uma grande visão política. O projeto tinha um cheiro muito forte de São Paulo, a maior parte da equipe era daqui. O fato de colocar o Betinho e D. Mauro Morelli à frente dele, deu uma outra força, incluiu uma

outra área e um outro contingente. O Betinho também tem sido muito feliz em sensibilizar o governo com sua figura mística. Só isso basta. Não pelo fato de a gente ter coordenado, mas por ter sido encampado como prioridade número um do governo. Foi a única proposta que não sofreu corte nenhum de verba, até hoje. Neste episódio eu me redimo um pouco do artigo da Maria da Conceição Tavares, cuja posição, embora injusta, totalmente impropriedade, serviu para alertar o partido a respeito da diferença entre uma proposta do partido e uma proposta para um governo que, necessariamente, tem de ser de coalizão. E ao tentar fazer um governo de coalizão você tem de apresentar uma proposta que seja aceita por outras correntes. A proposta de reforma agrária do Governo Paralelo saiu de um encontro do PT, é claro, mas poderia ser endossada por outros partidos. E a Conceição não entendeu isso. Achou que tinha havido uma traição ao ideário do PT. O fato é que ela teve seu artigo publicado na revista *Teoria&Debate* nº 17 e houve depois um rebate de pessoas credenciadas como o secretário agrário do PT, Hamilton Pereira, e o João Pedro Stédile, da direção do Movimento Sem-Terra. Além do grande debate na reunião da ABRA, onde ela foi se defender desse caso.

O projeto é consistente a ponto de fazê-lo voltar a um terceiro governo federal para enfrentar a reforma agrária?

Não. Aí entra uma questão da curva biológica. É preciso energia, trabalhar 14 horas por dia e estar zero quilômetro. Quem já passou por tudo isso fica um pouco descrente. E a descrença é negativa, a pessoa precisa ter entusiasmo. Mas eu já não acredito tanto nas pessoas. Acredito nas causas mas, não acreditando nas pessoas, você demora na decisão, fica com medo de errar. E, no governo, a pessoa ou tem um *feeling* como o Lula, ou então corre um sério risco de errar. É por isso que toda pessoa idosa é lenta.

O senhor acha que a questão da reforma agrária vai continuar sendo um elemento determinante na conjuntura brasileira?

Acredito firmemente que ela voltará ao cenário político com a mesma força. Porque, se ela pode ser um programa superado em outros países, em outro tipo de economia e de sociedade, o Brasil está cada vez mais dependente de soluções na área da agricultura. Não só por seu valor estratégico, mas como forma de vida, como local de habitação de uma grande parcela da população que não pode mais ir para a cidade. E há, também, a questão da distribuição de renda, porque a maneira mais prática, de maior impacto para concretizá-la é a reforma agrária. São ativos vultosos e de fácil redistribuição. Isto vai ocorrer no Brasil, mais cedo ou mais tarde.

Seus planos, hoje, estão aqui na fazenda Santana do Bagaçu?

Rememória

É, realmente. Eu quero terminar aqui. Uma coisa da minha vida que eu tenha começado e consiga terminar. Muitas das coisas que comecei não consegui terminar. Para terminar essa só falta plantar 14 mil pés de laranja numa outra fazenda que nós temos e que já está pronta, já encomendamos as mudas e em fevereiro nós plantaremos. Também falta construir uma usina de borracha, porque apesar de termos 35 mil pés de seringueira vendemos a borracha *in natura*. Este ano nós construímos uma usina de café, que é dez vezes mais cara e dez vezes mais complexa que a de borracha. Terminando isso, eu só quero me dedicar à pescaria e deixar o lugar para os moços. Tem uma pergunta, Renato, que você não fez e eu me admirei. Vou fazer por conta própria. É a velha história da fazenda. São 1.260 hectares e nós ainda temos mais três fazendas. A pergunta é: por que você não faz a reforma agrária em suas terras? Não adiantaria nada se eu pegasse e dividisse isto aqui. Nem teria o efeito de demonstração, porque, primeiro, toda a economia regional não permitiria uma experiência dessas. O que eu tenho feito, além dos benefícios sociais, é tentar fazer, no círculo da família, alguma coisa em termos da redistribuição. Dessas quatro fazendas, uma eu já passei totalmente para o meu filho e genros. De duas delas eu tenho apenas uma parte. E essa, que é o carro-chefe, onde nós temos todas as máquinas, toda a estrutura, temos os computadores, o escritório, o controle todo, eu já doe para os netos. Esse patrimônio já está formalmente dividido, em vida, entre 17 pessoas. Acho que nessa parte, também, eu não terei dificuldade para entrar no céu. É a primeira vez que falo disso. É um detalhe quase que pessoal, mas que pode ajudar a explicar, não justificar.

Maria Augusta Capistrano

por *Valter Pomar* e
Waldeli Melleiro

Teoria&Debate n° 23, 1° trimestre de 1994

Maria Augusta Capistrano nasceu na cidade de Bananeiras, na Paraíba, em 21 de outubro de 1918. Três filhos, sete netos e um bisneto, Maria Augusta foi homenageada pela Câmara Municipal de São Paulo, por ocasião do 8 de março de 1997. É conhecida pelas gerações mais jovens como mãe de David Capistrano Filho, ex-prefeito de Santos (1993-96). Os militantes mais antigos referem-se a ela, muitas vezes, como a companheira de David Capistrano, dirigente comunista assassinado pela ditadura militar em 1974, depois de uma vida que inclui a participação no levante de 1935 e na Guerra Civil Espanhola, além de passagens pelas prisões francesas e nazistas. Nesta entrevista, concedida a Valter Pomar e Waldeli Melleiro, no final de 1993, ela revelou outras facetas, entre elas a de Maria Augusta Oliveira, dirigente do Partido Comunista na Paraíba e candidata comunista à Constituinte de 1946.

Rememória

Mulher e comunista, na Paraíba?

MARIA AUGUSTA — Eu era estudante e participei da anistia de 1945, que depois resultou na organização do PC. Fui uma das pessoas que organizou o PC na Paraíba, fiquei na direção estadual, na Comissão de Finanças. Na Constituinte de 1946, o partido me lançou candidata. Tinha uma companheira de chapa, Luzia Cleirot. Sabíamos não ter a mínima condição de ser eleitas. Só conseguíamos eleger um deputado, e esse deputado preferencial era o João Santa Cruz de Oliveira, um advogado de prestígio. Sofri uma campanha muito grande por parte da Igreja, algo escandaloso. Uma moça, jovem e candidata pelo PC, era uma coisa absurda naquele tempo. Dois anos atrás, o historiador da Paraíba, José Otávio de Freitas, disse que a Paraíba teve uma das primeiras mulheres candidatas a um cargo eletivo. Ele achou interessante que o candidato preferencial tenha recebido 700 votos e eu, debaixo desse fogo, sendo mulher, 150. Uma votação muito honrosa para a época, pela minha situação, candidata pelo PC e ex-aluna da Escola Nossa Senhora das Neves. Deixei a escola formal muito cedo, e me meti logo com esses movimentos políticos. Pretendia me tornar uma autodidata, como base para a atividade política. Li muito desde os 13 anos. Fui muito influenciada por Simone de Beauvoir. Com seis irmãos e três irmãs, nunca quis seguir a vida das mulheres do meu tempo. Só queria seguir a vida dos meus irmãos. Naquela época, se você tivesse um interesse político e quisesse desenvolvê-lo, era necessário mesmo que passasse a ter um comportamento semelhante ao dos rapazes. Se conformar naquela coisa da mulher não dava. Em João Pessoa tinha o Paraíba Hotel, onde só entravam homens. A única garota que teve o topete de entrar lá fui eu. Não que eu fosse excepcional, mas porque meus irmãos me aceitavam como companhia.

Você era a mais nova?

A mais nova, a décima filha. Eu me tornei bem diferente das mulheres da minha idade. Meu pai, Luiz de Oliveira, foi superintendente do abastecimento d'água da Paraíba. Lá não tinha água encanada; meu pai, apesar de não ser engenheiro nem nada, era de confiança de João Machado. Em 1930 ele era jornalista. O José Otávio de Freitas disse que meu pai foi a pessoa que mais publicou artigos durante a campanha do movimento liberal. Depois de 1930, ele rompeu com o esquema do José Américo [de Almeida]. Foi diretor de jornais, vereador na capital e prefeito de Pilar, onde nasceu. Além disso foi diretor do Patrimônio do Estado, redator do *Jornal Oficial* e criou um jornal chamado *Brasil Novo* — no qual torrou o resto do dinheiro que possuía. Antes de 1930, ele era comerciante, mas depois resolveu largar tudo, e se dedicar apenas à política; as coisas então ficaram bem difíceis em casa. Nessa época eu tinha 14 anos.

Você nasceu no interior da Paraíba?

Nasci em Bananeiras. Meu pai foi para Bananeiras porque, nessa época, tinha um surto de café e com isso um grande desenvolvimento. Ele era meio aventureiro: vendeu a loja que tinha na capital e foi para lá, ficou comprando café e chegou a ter uma boa situação. Quem também nasceu lá foi o Ariano Suassuna. O meu pai era oposição ao pai dele, o João, que era governador. Meu pai era um grande orador popular, e certa vez fez um pronunciamento que não o agradou e por isso ele mandou prendê-lo. Nessa época eu tinha 4 anos. A prisão foi na rua. Quando vieram nos avisar, nós reboávamos no chão: meus irmãos choravam e eu não entendia nada. Lembro que também chorava, mas depois olhei para um abajur daqueles que têm pingentes coloridos e esqueci tudo. Fiquei entretida com as contas do abajur.

Como seu pai encarou a sua participação no PC?

Ele foi companheiro político do pai de Carlos Lacerda, o Maurício de Lacerda. Isso por volta de 1912. E o Maurício, muito tempo depois, quando falava do futuro político do filho, dizia que, para avançar além dele, o filho teria de ser comunista, pois populista ele já havia sido. Bem, meu pai era um populista. Para avançarmos, tínhamos de ir para o Partido Comunista. Eu não fui a primeira pessoa na família a ingressar no PC. A primeira foi meu irmão, Severino de Oliveira. Ele influenciou muito na minha formação. A esquerda que apoiou a Revolução de 1930 esperava um avanço muito maior. Esperava que o movimento mexesse nas estruturas de uma forma mais rigorosa, nas estruturas agrárias, o que não aconteceu. Meu pai nunca se conformou com isso, em consequência foi muito perseguido na Paraíba. Sua participação política nunca foi ressaltada, pois todo esse pessoal que continua no governo da Paraíba ainda é ligado a seus antigos adversários.

Então, sua família sempre foi oposição?

Minha avó era materialista no sentido real da palavra. Ela não se achava materialista, nem sabia classificar o que era materialismo. Mas o praticava. Suas amigas passavam para ir à missa e perguntavam: “Delfina, você não vai à missa?” Ela respondia: “O que vou fazer na missa, se os santos da minha casa são iguais aos da Igreja?”... Considerava bobagem falar do Santo Papa: “O cara papa carne e farinha igual a você.” Era muito realista. Viveu a luta pela Abolição e assistiu ao lançamento de *Navio negreiro*, no teatro Santa Izabel. Acompanhou isso tudo. A fase do romantismo, os poetas da era romântica e a luta pela proclamação da República eram coisas que eu ouvia ela contar. Era mãe de minha mãe, chama-se Delfina de Albuquerque Montenegro.

E sua mãe?

Minha mãe também era uma pessoa muito inteligente, uma mulher que também participou de todos esses movimentos. Apoiava meu pai em todos os aspectos,

Rememória

mas teve dez filhos. A primeira vez se casou com 15 anos, teve três filhos, dois dos quais morreram. Logo ficou viúva. Conheceu então meu pai e apaixonou-se por ele, mas ele em seguida partiu para o Rio de Janeiro. Resultado: minha mãe largou o filho com minha avó e foi atrás do meu pai. Esses são meus antecedentes na família...

Nesse período o David Capistrano estava fora do país?

O David tinha um processo pela Lei de Segurança Nacional, por ter participado do levante de 1935. Ele era militante do PC, foi ganho para a base da Aeronáutica pelo Ivan Ribeiro, um dos homens mais bonitos que eu já conheci. Apesar de ter sido preso e incluído em processo, ele foi libertado porque era primário. E de lá foi para as brigadas espanholas. Participou da Guerra Civil Espanhola. Como o Apolonio de Carvalho, também foi para a França e acabou preso. Quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial e a Alemanha decidiu invadir a França, o governo francês libertou os antifascistas, oriundos da Guerra Civil Espanhola, e passou a admiti-los na linha de frente da Resistência francesa. David foi um deles. Quando os alemães invadiram a França, o David foi preso e levado para a Alemanha. Dizem que o levaram por causa do nome. Achavam que era judeu. Lá, ele passou oito meses num campo de concentração e só foi solto porque o pessoal do Rio de Janeiro organizou uma comissão para pedir ao Getúlio pelos brasileiros que estavam na Alemanha. Hoje, dizem que o Getúlio trocou a Olga Benário por essas pessoas. O fato é que as duas coisas ocorreram mais ou menos ao mesmo tempo.

Quando eles voltaram, foram presos?

David voltou e foi para o Uruguai, onde estavam outros exilados brasileiros. Mas resolveu entrar antes da anistia, e foi preso aqui dentro. Ficou na Ilha Grande, junto com o resto do pessoal do partido, e só foi solto com a anistia. O PC achou então de mandar o David para dirigir o partido em Pernambuco. Com ele foi também o Francisco Leivas Otero, oficial do Exército, que ainda é vivo. Resultado: o David, que não era pernambucano e tinha vivido na Europa, acabou sendo eleito o segundo candidato mais votado em todo o estado entre todos os partidos. O PC tinha então uma força enorme em Pernambuco, e só lá elegeram quatro ou cinco deputados federais, em 1946. Deputados estaduais, elegemos 11. Foi por isso que eles cassaram a legenda. Não agüentaram. Naquela época, Pernambuco era considerado o terceiro pólo industrial do Brasil. Já na Paraíba a situação era bem diferente. Lá, tínhamos apenas uns intelectuais, estudantes e alguns artesãos. Foi durante a campanha que conheci o David, e aconteceu esse entrosamento. A gente não estava sabendo bem o que ia fazer. Isto porque, além de ter na Paraíba o meu papel político definido, eu tinha também uma influência muito grande de Simone de Beauvoir e, portanto, casamento não estava no meus planos de jeito nenhum. Casar, para quê? A mulher ficava casada e o homem

continuava solteiro, vivendo... A mulher tinha de ter um filho todo ano, esse negócio todo. Então eu tinha lá as minhas teorias que não tinham nada que ver com o PC, nem com o marxismo, nem com nada. Era uma teoria extraída da observação da própria situação da mulher na sociedade brasileira e, como eu tinha essa abertura por causa do meu pai e meus irmãos, meti a cara logo na política. Como eu não ia ser eleita, mas o David seria, combinamos que terminada a campanha eu iria para Pernambuco ficar com ele.

E você foi para Pernambuco?

Fui para o Recife e ainda peguei a campanha eleitoral municipal. Se não me engano, fizemos nove vereadores na capital. Participei dessa campanha junto com Paulo Cavalcanti — que escreveu um livro e não disse que eu estava na caravana com ele. Sempre há algum lapso com relação às mulheres! Participei dessa campanha grávida. Nossos candidatos foram eleitos, empossados. Já havia acontecido a cassação do registro do Partido Comunista. Então, demos início à campanha contra a cassação dos deputados. Organizamos comícios e manifestações. Ainda tínhamos a ilusão de que não se chegaria à cassação. Mas se chegou! Foram cassados. A essa altura eu já estava com a gravidez bem avançada: oito meses. E a polícia foi prender o David em casa. Cercou o quarteirão onde a gente morava, durante a noite. De dia, levantaram o cerco. Quando eu fui de manhã comprar carne no açougue, o cara perguntou: “O que a senhora está fazendo aqui? A polícia cercou ontem à noite isso tudo.” Comprei carne e voltei logo para casa. O David estava lá, dormindo placidamente. Contei-lhe o ocorrido, ele trocou de roupa e saiu de carro com um pessoal do partido que o escondeu. Ele só viu o David (Filho) quando nasceu, por apenas cinco minutos. Só olhou para a cara do filho e foi embora. Daí então o pessoal do partido deu um jeito para que ele fosse para o Rio de Janeiro. Eu me virei lá pelo Nordeste mesmo, e só vim para o Sul quando o David tinha 8 meses. Só então ele foi conhecer o filho direito. O nascimento de todos os meus filhos foi assim, na ilegalidade. Tinha gente amiga, como aqui no Hospital das Clínicas, onde a minha segunda filha nasceu. Mas o meu nome era falso. Saía com a carteira da criança, a carteira era falsa. Era tudo falso. Se eu morresse, não era Maria Augusta que tinha morrido.

Quantos filhos vocês tiveram?

Três. O David, a Maria Cristina — que é professora — e a Maria Carolina — que é economista.

Vocês foram para o Rio de Janeiro?

Fomos. Porém, mal chegamos e o David partia para São Paulo. Fiquei sozinha, num casarão enorme. Depois de uma porção de meses eu vim para São Paulo

Rememória

encontrá-lo. Não militava, mas acompanhava toda essa trajetória do partido, ficava como maluca dentro de casa porque divergia de um monte de coisas... Essa época todinha de Diógenes de Arruda Câmara foi horrível. Quase larguei tudo e caí fora. No Rio de Janeiro passei uma época de ilegalidade terrível, não nessa fase, em outra. Porque eu vim para São Paulo e depois voltei para o Rio. Lá o partido resolveu que o David tinha de passar dois anos na União Soviética. E eu fiquei com os três filhos. Com a Carolina, de 8 meses (quando o David voltou, ela não conhecia o pai), o David Filho, de 5 anos, e a Cristina. Nessa época, pensei que fosse enlouquecer, no Rio de Janeiro, sem família, sem poder saber onde estava ninguém. Só tinha um cara que, de mês em mês, vinha me trazer uns tostões na esquina para eu sobreviver. Então, resolvi ir embora para a Paraíba. Já fazia dez anos que a minha família não sabia se eu estava viva ou morta.

As mulheres, para serem vistas como iguais, têm de dar de 10 a 0 nos homens...

Eu sempre conciliei muito bem essas coisas todas, e estou muito satisfeita em ver esse comportamento da mulher hoje. Porque eu sempre soube combinar minha decisão, minha liberdade e me manter muito feminina. Eu não era admiradora apenas de Simone de Beauvoir. A França teve outra mulher de grande importância, pois a importância de um indivíduo não se dá só quando ele atua politicamente num partido. A importância de um indivíduo reside no fato de ele se sobressair numa sociedade e colocar posturas avançadas. Nesse sentido, a Coco Chanel foi uma mulher que teve uma importância muito grande na França. Porque, se a Simone de Beauvoir teorizou, Coco Chanel, com sua capacidade profissional, conseguiu dar um avanço muito grande à cabeça das mulheres. Hoje a mulher moderna usa cabelo curto, comprido, como quiser. Mas naquela época os homens impunham que deveria ser comprido e preso num coque. Foi necessário que Chanel lançasse a moda do cabelo curto, como um grande passo para a mulher se libertar dessa imposição. Foi o tal do cabelo à *la garçonne*, que era um corte de cabelo igual ao de homem. Eu usei esse corte, acompanhei esse processo, e desde os 11 anos me meti a costurar e confeccionar minhas próprias roupas. Eu acompanhava muito a moda, os figurinos. Tenho uma porção de livros sobre a história da moda. A história da moda margeia toda a história da sociedade humana e tem uma importância muito grande.

Ela reflete o comportamento.

Muitas vezes ela se põe à frente, como foi o caso de Chanel. Então eu tinha uma cabeça diferente de algumas mulheres do partido. Nunca deixei de ser vaidosa e me vestir bem. Eu era contra umas companheiras universitárias que iam à reunião no morro de rabicho, todas maltratadas. Ora, o povo não é idiota. Sabe que

somos de outra classe social. Em 1968 voltou essa onda, todo mundo saindo de casa para viver miseravelmente, fazendo de conta que era pobre. Outro comportamento que eu nunca apoiei foi esse negócio de que, para ser avançada, tinha de não ser virgem... Eram coisas muito artificiais dentro do contexto mais geral da nossa sociedade. Até hoje a nossa sociedade é conservadora.

Nos anos 40 e 50, o partido era muito moralista?

Era extremamente moralista. O David também era. Eu sempre disse que o Partido Comunista não era uma passagem com um capacho onde você deixava toda a sujeira da sociedade e entrava puro, porque era comunista. Isso não existe. A pessoa é comunista como a pessoa é. Agora, ela pode fazer uma revisão de sua educação. Mas não existe a condição de se livrar de toda a carga da sociedade em que vive. A família toda do David é extremamente religiosa. Suas duas únicas irmãs foram freiras. Ele dizia que para as irmãs isso foi um grande avanço, porque duas moças que moravam no sertão do Ceará, num lugar atrasadíssimo, iam casar com um boiadeiro e juntar dez filhos. Então, do ponto de vista social, foi um avanço pertencer a uma organização mundial. Algo parecido aconteceu com ele. Porque sua ida para o Partido Comunista foi um grande avanço social. Um menino que, ao ir para o Rio de Janeiro, começou lavando prato no restaurante, sentou praça na Aeronáutica e acabou ascendendo. Foi uma vida produtiva e interessante, que repercutiu positivamente para os filhos.

Como foi sua relação com o partido?

Eu comecei a ter problemas com a direção do PC já na Paraíba, porque discordava das orientações dos assistentes do Comitê Nacional. Eu achava que nós, como pessoas da região, conhecedoras da política local, tínhamos de orientar a política generalizadora do partido. Uma das coisas mais erradas que os comunistas já fizeram na vida foi dar uma única orientação a todas as regiões do mundo. Como poderia dar certo? O partido tinha uma linha muito geral. Ninguém podia trabalhar com aquilo na base, porque não tinha nada a ver com aquela realidade. Até porque a maioria das pessoas não estava no Partido Comunista por saber o que era o marxismo, o socialismo em sua profundidade. As pessoas aderiam porque o partido oferecia condições de luta ao povo brasileiro. Mas o partido enviava circulares, dizendo que tínhamos de fazer reuniões, organizar festas em comemoração ao aniversário da Rosa Luxemburgo...

Ninguém sabia quem era ela?

Nem eu sabia direito. Eu achava que tínhamos de cultuar os nossos heróis, os homens que lutaram pelas causas populares. Tinha ainda outro problema: eu era conhecida na Paraíba. Filha de quem eu era, uma moça diferente, e dentro do partido esses dirigentes não gostavam de mim, porque queriam que eu mudasse

Rememória

de postura. Queriam que me tornasse uma pessoa “séria”, isto é, carrancuda. Me chamavam de espiroqueta! Eu já era comunista, mas gostava de festa. Para falar a verdade, na Paraíba eu não era conhecida pelas concepções do PC. Era conhecida pelas minhas idéias a respeito da vida. Acredito que foi por isso que tive 150 votos. Eu ia para as festas bem vestida, mostrava que era uma moça igual a todas as outras, que não tinha mudado nada por ter entrado para o PC. Tinha uns que não gostavam de mim porque eu não cultuava. Eu não cultuava porque nasci e fui criada com meu pai político, com todas essas personalidades políticas passando pela minha casa. Até o general Ernesto Geisel passou pela minha casa em 1930. Meu pai morreu pobre porque não cultuava ninguém.

Você nunca foi à União Soviética?

Primeiramente não queria filho meu indo para a União Soviética, estudando lá — com isso, o David concordava. Filho de comunista tem de estar batalhando igual aos filhos de todo mundo. Foi assim que criamos os nossos. Cristina começou a trabalhar com 15 anos de idade, Carolina com 17, trabalhava lá no *Jornal dos Sports*, e o Davizinho, porque fez medicina, trabalhava na faculdade mesmo. Também sempre fui muito pretensiosa. O David tinha seus compromissos de partido que o levavam a União Soviética. E eu? Ia fazer o quê? Ia ser esposa do David na União Soviética? Pera lá! Meu negócio é Brasil. Nunca aceitei sair deste país, a não ser em consequência de meu trabalho no Movimento pela Anistia (1979). Mas nunca como apêndice do David. Eu achava essa política errada: quando o cara se projetava como liderança popular, o partido colocava na direção e depois mandava para a União Soviética. Resultado, o cara voltava de miolo mole, sem saber mais o que ele era.

De volta à Paraíba, como foi o trabalho de organização das mulheres no estado?

Isto foi, mais ou menos, em 1952. O David foi para a União Soviética e eu fui para a Paraíba. Procurei alguns companheiros, mas eles me disseram: “Aqui não tem nada para você, o partido não tem condições financeiras.” Minha família também estava muito mal de vida. Mas, quando minhas amigas souberam que eu tinha voltado, fui muito bem recebida. Consegui com elas uma casa e alguns móveis. Nesse meio tempo, a polícia descobriu um Curso Stalin*, que estava se realizando na Paraíba. Aí espirrou todo mundo. Foi gente presa. Estouraram o negócio. Então mandaram uma companheira para minha casa. A gente tinha contato com os companheiros e companheiras daqueles bairros mais modestos, atrás de desenvolver alguma atividade legal. Foi então que deu o estalo: organizar

* Para mais informações sobre os Cursos Stalin ver entrevista com Jacob Gorender, p. 187.

mulheres nos bairros da cidade. Primeiro, começamos a visitar mulheres de companheiros. Depois, passamos a convidar as mulheres do bairro para conversar, para saber como levantar as reivindicações do bairro. Criamos uma organização em quase todos os bairros populares de João Pessoa. Partimos, então, para a Grande João Pessoa, organizando alguma coisa nos municípios vizinhos como Santa Rita e Cabedelo. Tudo isso organização de base. Ficou um corpo sem cabeça. Durante uma conversa me falaram de uma antiga conhecida, uma poetisa, que tinha participado nas últimas eleições mas não tinha sido eleita. Ofélia Ozias, jornalista, da Associação de Imprensa. Fui falar com ela, me apresentei dizendo: “Nós temos uma organização de mais ou menos 150 mulheres. Precisamos de uma cabeça para esse corpo.” Propus a criação de uma associação, em que ela ficaria com a presidência e nós com os demais cargos. Eu não queria nenhum cargo. Ela topou... Antes de oficializar a Associação, já tínhamos feito várias coisas, como levar as mulheres com reivindicações ao prefeito; construção de lavanderias nos bairros e calçamento de algumas ruas. De vez em quando, juntávamos um bando de mulheres e mandávamos para a prefeitura.

O partido acompanhava este trabalho?

Foi nesse momento que recebi o recado de que uma pessoa queria falar comigo. Fui ao encontro dessa pessoa, nunca soube seu nome. Era superclandestino, ilegal. Era de Minas Gerais e jovem. Era o tal “assistente”, que explicou que queria falar comigo porque algumas coisas precisavam ser corrigidas. Eu nem esperei acabar e fui falando: “Então você veio lá de Minas corrigir um trabalho que foi feito a partir do nada, e de que vocês tomaram conhecimento porque já é até alguma coisa? E acha que tem alguma coisa para me adiantar, eu que sou dessa terra, que sempre atuei aqui, que conheço a política da Paraíba, as pessoas, os políticos? Por que vocês estão na ilegalidade, acham que têm alguma coisa para me adiantar?” Ele ficou arrasado.

Nesse tempo todo, você e o David não estavam morando juntos?

Não. Eu tinha ido sozinha para a Paraíba. Quando o David chegou ao Rio de volta de Moscou, eles mandaram me buscar. Fiquei num aparelho. Nós estávamos sem nos ver há dois anos. E eles nos deram só 20 dias para ficarmos juntos e depois mandaram o David para o Ceará, sozinho. Eu fiquei no Rio de Janeiro. Após dois meses mandaram me buscar. Cheguei ao Ceará e me vi com os três filhos numa condição terrível: na casa de uma família de dez pessoas, vivendo nas condições mais precárias. Eu fiquei como uma doida. Arranjei uma casa. Logo em seguida, mandaram o David para o Norte e fiquei no Ceará. Mas essa situação não durou muito. David voltou com as passagens, e fomos para o Recife, legalmente.

Rememória

Quanto tempo durou isso?

Eu acho que David chegou da União Soviética em 1952, e nós fomos para o Recife no começo do governo de Juscelino, em 1955. Lá o David ficou na direção do jornal. Aliás, não é exagero afirmar que o jornal *A Hora* foi mantido por influência minha sobre o David Capistrano. Isto porque, no começo da década de 1960, o David foi chamado para uma reunião no Rio, na qual a direção informou que estava decidido acabar com a imprensa partidária, argumentando que a imprensa no Brasil tinha evoluído muito, estava moderna e a nossa imprensa não podia acompanhar essa evolução. Ora — pensei — toda vida existiu imprensa alternativa. Tratava-se portanto de uma posição liquidacionista. Argumentei, portanto, que isto era um absurdo: o jornal *A Hora* era o porta-voz legal do partido. Fechá-lo seria nos jogar de cabeça na ilegalidade. Então, ameacei: “Olha, David, eu já agüentei muitas outras coisas. Mas, se fechar o jornal, eu pego os filhos e vou-me embora daqui.” E o jornal foi mantido.

Quando veio o golpe vocês estavam em Pernambuco?

Eu lia constantemente os jornais, principalmente o *Diário de Pernambuco*, e estava percebendo a movimentação da esquerda. Quando David chegava em casa, colocava o pijama e ia para o portão, eu ia atrás. Às vezes, ele dizia: “Eu não quero mais conversar sobre política, não agüento mais.” Mas eu insistia em perguntar se aquela história de defesa da democracia, processo democrático, era para valer, se não existia nada além daquilo. Ele sempre respondia com outra pergunta: “Que história é essa?” Para mim, porém, se eles não tinham nada preparado para a defesa dessa tal democracia, estavam muito mal, porque o golpe estava sendo preparado, e eles não estavam acompanhando os movimentos do inimigo. Bastava ler os editoriais do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Comércio*. Estava claro, para quem lesse nas entrelinhas, que se preparava o golpe. No dia do discurso do Jango [João Goulart] para os sargentos*, às vésperas do golpe, o David estava deitado numa rede na varanda e eu estava costurando com meu rádio de pilha ligado — que eu ouvia o tempo todo. Eu fiquei como uma louca. Acordei o David. Ele me perguntou o que havia de errado. Mandei ele ouvir o discurso do Jango. Para mim, quando um presidente da República que apela para os cabos e sargentos é porque já perdeu os generais. Lembro que ele subestimou minha preocupação, afirmando apenas: “Lá vem você com essas coisas!” Em seguida, quando eu estava comentando que o discurso de Jango era patético, o Davizinho foi entrando e também dizendo: “Lá vem você com essas coisas!”

E o que você fez?

* Referência ao discurso do presidente João Goulart, durante ato em sua homenagem promovido pelos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, dia 30/3/64, em que acusou os oficiais de reacionários.

No dia seguinte, o David saiu de casa naquele jipe, manso. Aí começou o bafafá. Eu tinha tanta certeza do golpe que vivia com a minha roupa e a dos meus filhos arrumadinhas: não deixava uma peça suja. Por isso, escapei. Pela manhã distribuí uma porção de roupas em três sacolas, dei a cada um dos filhos a sua, peguei a minha e saí. Fui em direção ao centro da cidade, para o Sindicato dos Feirantes. Quando estava andando na rua, lá veio o David na maior placidez, dirigindo aquele jipe. Perguntei o que eles estavam fazendo, desfilando de jipe, enquanto havia um golpe na rua. Ele disse: “E você e esses meninos?” Respondi: “Ah me deixa, te manda.” Eu fui para o Sindicato dos Feirantes, e lá encontrei aquele pessoal num fala-que-fala. Tinha chegado uma petebista do esquema do Jango, do interior do Rio de Janeiro, para preparar a passeata e estava lá falando abobrinha. Conversei com um companheiro que me explicou que estavam preparando uma passeata. Argumentei que estavam loucos, não tinham armas com que reagir ao golpe. Ele me acusou de pessimista. Pedi então a palavra e fiz um discurso. Falei que ninguém estava preparado para a luta armada, que o golpe estava ali, e que tínhamos de saber recuar. Os caras do partido diziam que a orientação era ir para a rua em passeata, e que Maria Augusta, mulher de David Capistrano, não apitava nada. Davizinho sugeriu que fôssemos para o Sindicato dos Bancários, onde os estudantes estavam reunidos e poderia encontrar o Jonas (que era como um irmão para ele). Quando chegamos em frente ao Sindicato, veio uma Kombi toda mal pintada com um dirigente do partido. Ele mandou que eu entrasse. Pensei que já haviam percebido o perigo e queriam esconder a mim e a meus filhos. Mas que nada! Ele queria me levar para o Sindicato das Tecelãs, onde as mulheres estavam reunidas. Eu fiquei puta! Lá, a história se repetiu: a orientação do partido era para as mulheres saírem em passeata. Discurséi outra vez: “Passeata o quê, minha gente! O golpe está na rua, e a primeira coisa que vai ser feita é o cerco dos sindicatos. Então vocês fiquem aqui, eu estou indo.” Um companheiro veio atrás da gente. Ele e uma companheira cabeleireira. Andamos uma quadra. Quando olhamos para trás, o Exército já estava descarregando. Os meninos que estavam reunidos no Sindicato dos Bancários foram para a frente do Palácio, que estava todo cercado. Eles foram para lá em passeata, com duas bandeiras brasileiras. O Exército abriu fogo e matou dois meninos. Quando eu saí dali, imediatamente os ônibus ficaram lotados, as pessoas todas em pé. E o ônibus que tomamos passava exatamente em frente ao Palácio do Governo, quando o povo passou em frente e viu o Exército, as lágrimas corriam. Um silêncio imenso naquele ônibus. Eu fui para a casa de uma amiga de infância que morava afastada. Os meninos ficaram na sala. Eu fui para o fundo e ligamos o rádio. Os meninos haviam levado outro rádio, que ouviam na sala. De repente, ouço um grito que nunca mais saiu dos meus ouvidos. O grito mais sofrido que já ouvi. Corremos para a sala, e o Davizinho disse: “Mamãe, mataram Jonas e Ivan.” Eram os dois amigos

Rememória

mais ligados a ele. Eram duas crianças. Se o David não tivesse a mãe que tem, teria morrido também.

O David estava com quantos anos?

O David estava com 15 anos, o Jonas era mais velho do que ele dois anos. Desde pequenos participavam juntos das atividades secundaristas. Depois da morte do Jonas e do Ivan, eu voltei para o bairro onde morava, Campo Grande, e fiquei na casa de uma vizinha. Eu e meus três filhos não podíamos sair de casa. Nem no quintal, porque a casa era no centro do terreno. Ficamos numa situação difícil, a família era muito grande, era uma confusão, mas era muito solidária. Até que um dia recebi um bilhete de uma amiga de infância da Paraíba, casada com um banqueiro, e que estava morando em Pernambuco. Ela tinha um grande carinho por mim, e dizia que se eu tivesse dificuldade fosse para a casa dela, porque era seguro. A polícia me prendeu ao chegar na casa dessa amiga, já uns 20 dias depois do golpe. Agora, os policiais eram dois sujeitinhos jovens que, uns três meses antes do golpe, apareceram em casa, dizendo que eram de *O Estado de S. Paulo*, e queriam entrevistar o David. Eles levaram a mim e ao Davizinho. As meninas ficaram. Cristina tinha 13 anos e a Carolina, 10. Fui colocada numa sala com outras mulheres na Delegacia de Ordem Política e Social. Entre elas estavam a doutora Nair de Teodósio, as secretárias de Habitação e de Educação do governo Arraes, enfim todas as mulheres do tempo de Arraes e também de outras linhas políticas. A Célia Lima... E a cada dia o grupo aumentava: a Maria Celeste, que era do grupo de Julião (Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas), foi uma das mais torturadas. Passei cinco dias nessa sala. E o Davizinho no meio dessa mulherada. Eram mulheres da Liga Camponesa, mulheres de orientação de base, algumas lideranças populares. Depois de cinco dias, pegaram todo o grupo e levaram para a cadeia pública. Foi aí que me separaram do meu filho e eu fiquei incomunicável.

O que aconteceu com ele?

Só fiquei sabendo depois que eu saí da cadeia. Levaram o David para o Juizado de Menores. Uma das minhas amigas se comunicou com a família do David no Ceará, dizendo que eu e o Davizinho estávamos presos, o pai estava foragido e queria acertar com eles o procedimento que deveriam ter com as duas meninas. Ao mesmo tempo minhas amigas procuraram minha cunhada, freira, que trabalhava num colégio de crianças abandonadas. Naquele momento a Igreja já estava meio liberada, aceitando a relação das freiras com a família comunista. Consentiram que a Irmã Luiza se interessasse pelo nosso problema. Procuraram meu filho e souberam que ele estava no Juizado. Então a freira se comunicou com o resto da família no Ceará e acertaram que alguém viria buscar os três. O juiz deu permissão ao David para ir junto com as irmãs, inclusive porque já estava perturbando o Juizado.

O que ele estava fazendo?

David começou a dar aula para os meninos, alguns até delinquentes. Então acharam que aquilo já era subversão. Estavam querendo se ver livres dele, porque era um elemento muito estranho no meio daquela garotada. Deixaram-no ir, mas o Exército não concordou. Quando o empregado que os irmãos do David mandaram para buscar os meninos chegou no aeroporto de Fortaleza, tinha um pessoal do Exército para interditar os comunistas que tinham chegado naquele avião. Os comunistas eram David Capistrano Filho, Maria Cristina Capistrano e Maria Carolina Capistrano. O oficial que comandava o pelotão para levar os comunistas presos ficou arrasado: “Deve haver algum engano. São duas garotas, uma de 10, outra de 13, e um garoto de 15 anos...” A resposta foi que as duas podiam ir, mas o David era um subversivo e que voltaria preso para o Recife. E o colocaram na 7ª Região Militar, preso com várias lideranças comunistas adultas. Isso tudo eu soube depois. Eu não tenho a data precisa. Mas, se o golpe foi em 1º de abril, eu fui presa no dia 21, e fiquei, mais ou menos, um mês na cadeia. Quando eu soube dessas histórias, fiquei como louca, não sabia onde estava meu filho.

Foi aí que você fez contato com a família do Murici?

Recebi um bilhete de uma prima da mulher do general Murici, dizendo que eu podia ir à casa do general — veja só, do chefe do golpe — que ele iria me receber bem. Fui à casa do general muito apreensiva. Tinha um soldadinho na frente que perguntou o que eu queria. Disse que iria falar com dona Virgínia Murici. Apareceu um senhora grávida na varanda, com mais uma criança pequena no colo, mandou que eu entrasse. Cumprimentei-a, disse quem era, que tinha saído há dois dias da prisão. Ela mostrou-se indignada e ofereceu-se para ajudar. Falei que tinha sido liberada mas que meu filho continuava preso. Ela mostrou-se surpreendida, ligou para o marido e disse que eu estava lá. Queria saber onde é que estava o meu filho, que ela achava isso injusto, uma criança de 15 anos presa. Que esperava uma resposta dele. Pouco depois, o telefone tocou e era o marido, o comandante-geral, dizendo que não estava fácil, porque o menino estava com o Bandeira, que era conhecido como um dos mais temíveis. Ela disse que não tinha nada com o Bandeira: “Meu negócio é com você, a mãe vai continuar aqui esperando.” Voltou, ficou conversando comigo, e em pouco tempo veio a resposta. Eu podia visitar meu filho na 7ª Região Militar. Fui lá. Fui recebida e conduzida a uma sala cheia de corredores. David chegou cercado por dois soldados armados de metralhadora. Ao passar no corredor alguém mandou que os soldados voltassem e o David veio sozinho conversar comigo.

Como foi este reencontro?

Ele estava muito animado. Sabe como é, uma criança presa junto com uma porção de personalidades. Estava até meio orgulhoso. Pediu muitas coisas, roupas

Rememória

para ele e para os outros. Vieram buscá-lo. Quando eu estava saindo, fui abordada por um oficial, que me levou ao gabinete para fazer a ficha do David, e voltar a visitá-lo na quinta-feira seguinte. Arrumei tudo e na quinta-feira voltei à 7ª Região. Estranhei porque o David não chegava. Um oficial me chamou no corredor e disse: “Cadê a ficha do seu filho? Seu filho não vai ter visita porque é insubordinado, está numa solitária. A senhora quer me dar a ficha dele?” Eu dei a ficha, ele a picou. Larguei os pacotes lá, apanhei um táxi e fui bater na casa da dona Virgínia. Uns três dias depois, às vésperas do aniversário do David (7 de maio), ele foi solto. Rasgar a ficha foi uma armação para tomá-la das minhas mãos, porque seria uma prova, num processo jurídico, de que estiveram com uma criança presa quase por um mês.

Quando vocês voltaram a encontrar o David pai?

Antes de ser presa, recebi um comunicado de que o David estava salvo, em lugar reservado. Não sabia onde. E foi onde ele ficou até setembro, outubro. Ele e outros, Amaro Cavalcanti foi um deles, ainda editaram um jornal mimeografado chamado *O Combate*. Dias depois de eu ter saído da cadeia, recebi um recado para me encontrar com alguém numa esquina. Chegando lá, era o próprio David. Achei loucura. Mas ele disse que queria ver a mim e às crianças. Foi rápido. Outra vez, me levaram para esse sítio onde eles estavam, mas não sei onde era. Só sei que era um lugar muito bonito e, no caminho, antes de deixar a cidade, alguém dentro do carro avisou: “Abaixa todo mundo que o Álvaro da Costa Lima vem num carro.” Era o secretário da Segurança. David ficou nesse sítio até que fosse possível ir para o Sul. Desse sítio ele foi para o Rio de Janeiro.

E vocês ficaram em Pernambuco?

Ficamos. Quando o Exército entrou na minha casa, entrou pela porta do fundo e tirou apenas os livros, documentos. Mas depois deixou a polícia tomando conta da casa. A solidariedade dos meus vizinhos foi tão grande que, quando o Exército saiu, eles se arriscaram e tiraram algumas coisas que achavam importante salvar para mim, antes da polícia chegar. Depois veio a polícia para ficar na guarda da casa e levou tudo... Quando voltei só tinha os colchões. A casa estava imunda, louça quebrada... E ainda levavam mulher para dormir lá dentro. Os vizinhos limparam, arrumaram, trouxeram comida, roupa de cama. Tem uma amiga de infância da Paraíba, a Iraci dos Santos Souza, que foi uma pessoa incrível e me ajudou muito nessa época.

E vocês viviam com que dinheiro?

A minha filha menor, Carolina, de 10 anos, tinha aprendido uma técnica de pintar em tecido. Tinha uma vizinha que fazia pesquisa da Nestlé e convidou a Cristina para ajudá-la. Eu costurava para fora, sempre gostei de costurar. Colo-

camos uma placa: “Pinta-se tecido. Costura-se. Ensina-se Inglês e Admissão.” Quem ensinava Inglês? David, que tinha só dois anos de curso e até hoje ainda não sabe inglês. De vez em quando o pessoal do partido me dava um pouco de dinheiro. Aos poucos, fomos conseguindo o suficiente para passar esses seis meses, precariamente. Quando estava no aperto, vendia alguma coisa de mais valor. E para vir embora fui primeiro para João Pessoa, depois Campina Grande e de lá segui para o Rio de Janeiro. Rompemos o ano na Bahia, porque o ônibus quebrou. Quando finalmente chegamos, ficamos hospedados na casa de uma pessoa que havia sido companheiro do David na Revolução Espanhola, colega de turma na Escola de Aviação, o José Corrêa de Sá. A viagem durou quatro dias.

Aí vocês entraram na clandestinidade?

David era clandestino, mas a minha movimentação não. Porque eu não sou casada oficialmente com Davi Capistrano. Na qualidade de Maria Augusta de Oliveira eu tinha minha casa e fazia minha vida. Só que agora dentro da minha casa morava esse homem que tinha um nome diferente, ninguém sabia quem era. O Rio de Janeiro era um lugar muito bom, acho que o melhor do país para se viver. Eu morava na rua Andrade Neves, uma rua de classe média mais ou menos alta. Minhas filhas foram estudar no Colégio Pedro II, onde tinha uma boa base do partido. Foram eles que conseguiram matrícula para os meus filhos. Todos com o meu nome. A Cristina e a Carolina foram para o Pedro II e o David matriculou-se numa escola noturna no Méier, no último ano científico. De dia ele fazia um curso para prestar vestibular de medicina.

O partido dava alguma ajuda financeira?

O dinheiro do partido vinha por intermédio do David, mas só dava para pagar o apartamento. O resto eu arrumava costurando. Mas depois o David começou a trabalhar por intermédio do Correia de Sá, que tinha um escritório de comissões e consignações. O David usava a identidade de um companheiro aviador que morreu na Revolução da Espanha, Enéas Rodrigues da Silva. Apesar disso, passamos grandes sustos. Numa noite de Ano, o David estava em casa. Ao romper do ano, deram um tiro num apartamento vizinho. A moça do apartamento era amante de um coronel do Exército, que achou de festejar o Ano Novo dando um tiro. A bala ricocheteou e veio bater na criança, filha da amante dele, de quatro anos. Deu um rolo danado. Quando aconteciam essas coisas, o David tinha de se ausentar. No final, ele teve de se ausentar de vez, porque minha filha Cristina rachou com o partido e foi para o PCdoB.

Eles se envolveram, os três, na militância estudantil da época?

Os três não. Carolina nunca se envolveu. Ela botou na cabeça que tinha de ser o esteio financeiro da família. Com 17 anos fez vestibular de economia, já trabalhava

Rememória

no *Jornal dos Sports* no Rio, e segurava as pontas, porque o David ganhava só para o apartamento. O resto era eu na máquina.

Maria Cristina e David militavam?

David militava no PC, e Maria Cristina rachou para o PCdoB. O Pedro II foi um dos maiores redutos desse racha. Ela ainda ia fazer 17 anos. Eu tive de arrumar outro apartamento para o David morar sozinho. Porque ela era muito jovem, podia ser presa, sabia onde a gente estava morando. Ela ficou no PCdoB até 1971, quando foi presa pela Marinha do Rio e muito torturada. Foi presa junto com o Tarso, filho de Armino Donato, um ginecologista, também do partido, que aliás é muito meu amigo. Passamos uns 20 dias sem saber de nossos filhos, até encontrá-los na Marinha.

Quando Cristina foi presa ainda morava na casa com vocês?

Já tinha saído. Ela foi presa por isso. Ela e o Tarso saíram de casa, um sem saber quem era o outro, usavam nome de guerra. Saíram para configurar um casal, para fazer um aparelho do PCdoB, e foram descobertos. Duas pessoas completamente estranhas, num bairro daqueles, um bairro da Zona Norte, o próprio pessoal do bairro estranhou.

Vocês continuavam no Rio nessa época?

É. Consegui alugar um apartamento pequeno, de um quarto, para o David, no Engenho do Meio. Depois de um certo tempo, aluguei outro apartamento para mim, na rua Barão de Mesquita, me mudei, e David veio para casa de novo. E quando ele viajou para a Tchecoslováquia, em 1971, saiu desse apartamento da Barão de Mesquita sem saber que Maria Carolina tinha sido presa. Veio a saber depois. Agora, veja só, esse negócio de morar na Barão de Mesquita tem uma singularidade. Ficava a duas quadras do quartel. David desapareceu em 1974. A minha filha saiu para trabalhar no *Jornal dos Sports* e, quando eu vi, estava voltando. E disse: “Mãe, papai entrou mas desapareceu.” A gente já estava sabendo que ele tinha voltado, já tinha todo um esquema para me encontrar com ele aqui em São Paulo. Depois do desaparecimento do David, foram continuamente desaparecendo os dirigentes do partido. Os familiares procuravam o escritório do Modesto da Silveira, advogado de presos políticos. Fomos nos agrupando com o apoio dele e esse foi o primeiro movimento coletivo que se fez contra a repressão no Brasil. Primeiro, eram famílias que iam muito timidamente, depois formou-se um grupo, o Grupo de Familiares de Presos Políticos. Fazia-se um trabalho mais organizado de procurar o apoio da sociedade civil, a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

A partir de 1974, na prática, você passou a ter atuação mais visível?

Eu fiquei abaladíssima, porque um dos primeiros lugares onde nós fomos foi o quartel da Barão de Mesquita. Levei minha cunhada, que era freira, para dar mais respeito. Fomos recebidas pelo sargento, que disse: “Ora, minha senhora, isso aqui não é prisão, é um quartel.” Mas se traiu. Olhou para minha cunhada e perguntou: “Ela é irmã dele?” Minha cunhada é parecidíssima com David. Saímos certas de que pelo menos o David tinha passado por ali. Depois, saiu uma notícia daquele bandido, daquele médico que assistia tortura, o [Amílcar] Lobo, que dizia que David foi a última pessoa que ele assistiu na tortura na Barão de Mesquita. Enquanto eu estava louca pelo mundo, o David estava sendo torturado na vizinhança de nossa casa. Mais recentemente, ano passado, teve outra reportagem da *Veja*. Eu não acredito nessas versões, para mim isso tudo é meia verdade. Eu acho que aquela reportagem da *Veja* pode ter tido a intenção de nos paralisar, no sentido de procurar localizar o lugar onde foi sepultado o David.

Foram muitos os dirigentes do PCB presos naquela época, dez ou onze membros do Comitê Central. Nesse período você teve algum contato com a vida do partido?

O contato que eu tinha — depois que o David saiu — era o Luiz Maranhão, que freqüentava minha casa e me trazia uma ajuda. Naquela época eram 1.500 cruzeiros exatamente o valor do aluguel do apartamento onde eu morava. O mais estranho foi que, no auge desse processo de luta pela localização dos desaparecidos — e eu à frente dessa luta —, fui chamada para ir ao escritório do Modesto da Silveira, que me disse que o partido tinha resolvido extinguir a minha ajuda. Isso porque o meu filho já estava profissionalizado e a Maria Carolina estava trabalhando como estagiária. Eu disse que concordava e que ainda não tinha tomado essa iniciativa porque, na verdade, estava em muita dificuldade. Mas que achava muito bom, pois não queria mais ter compromisso nenhum de ordem partidária com o PC. De outra ordem já havia muito tempo que eu não tinha.

Por que motivo o David saiu do país, por três anos?

David nunca me falava o que se passava no partido, porque eu discordava muito. Chegou a um ponto que o partido não existia mais entre nós. Mas sei — não por ele — que houve uma discussão a respeito da orientação do partido naquela conjuntura, e que o David discordou. Não sei se foi só ele. Então eles achavam que quem discordasse deveria ir para fora.

Por que ele voltou? Ele voltou em 1974 por conta própria?

Com quem eu tive oportunidade de conversar a respeito, disse que voltou por conta dele. Por exemplo, o Giocondo Dias. Mas eles todos estavam sabendo que o David estava voltando.

Rememória

Ele fez o que na Tchecoslováquia?

Ficou trabalhando na revista *Internacional*. De vez em quando ele escrevia uma carta que vinha para casa de uma amiga de Davizinho. Mandou umas três cartas durante todo esse tempo. O mal do David foi ter acertado sua volta com o partido. Ele devia ter acertado com a família. Eu tenho desconfianças do partido.

Voltando ao Movimento pela Anistia...

Nós, os familiares, tomávamos iniciativas. Por exemplo, acontecia uma conferência na OAB: íamos lá denunciar. Estávamos junto com a CNBB procurando a imprensa. Conseguimos que o Tristão de Athayde publicasse artigos. Fomos a *O Estado de S. Paulo*, mas eles não quiseram publicar nada. Ofereceram-se para que puséssemos aqueles anúncios: “Está desaparecido fulano de tal.” Alguns familiares aceitaram. Eu não aceitei. Até que, em agosto de 1974, o D. Paulo Evaristo Arns conseguiu um encontro dos familiares com o Golbery do Couto e Silva [ministro do Gabinete Civil do governo Geisel], na CNBB. Foram familiares de 13 desaparecidos. Do partido, estavam familiares de Valter Ribeiro de Novaes, Luiz Maranhão, João Macena de Melo, Jaime Amorim Miranda, Joaquim Pires Ceveira e David. Havia também familiares de pessoas de outras linhas políticas, como os de Ísis de Oliveira, Fernando Santa Cruz, Eduardo Collier, Ana Rosa Kucinski, José Romão, Mário Alves Vieira e Luís Eurico Tejera Lisboa. Cada família levou um dossiê contando a história do desaparecimento. O Golbery veio na CNBB e prometeu a todos e a D. Paulo que daria uma resposta. D. Paulo nos preveniu para conversarmos como pessoas educadas, e no final todos foram se despedir dele. Eu apertei sua mão, olho no olho, e disse: “General, o David Capistrano era um homem público e é publicamente que ele deve ser julgado.” O acerto era que o Golbery daria uma resposta a D. Paulo, que a transmitiria ao professor Cândido Mendes, por intermédio de quem a receberíamos. Passamos o resto do ano de 1974 indo toda sexta-feira ao escritório para receber essa resposta, e cada dia tinha uma desculpa diferente. A última vez que fomos lá, ele disse: “Agora não vai ter mais resposta.” O que se sabe é que D. Paulo ia procurar a resposta do Golbery, até que este não quis mais recebê-lo. Por isso, eu desconfio que essas pessoas, principalmente os dirigentes do Partido Comunista, não foram trucidados quando capturados, mas que passaram muito tempo em algum órgão da repressão, esperando uma decisão política da ditadura brasileira e, depois, foram mortos friamente.

Nos anos seguintes, a sua atividade foi o Movimento pela Anistia?

O David (Filho) se formou em medicina no Rio, em 1972. Como ele não conseguia trabalho no Rio, foi para a Unicamp, em São Paulo, e me convidou para ir junto. Chegando, fui convidada por Terezinha Zerbini para participar do Movimento Feminino de Anistia. Foi por meio desse movimento que me tornei co-

nhecida e me familiarizei com o pessoal de esquerda do estado. Lá no Rio eu estava ligada ao Movimento de Mulheres. Em São Paulo me liguei ao Centro da Mulher Brasileira. Foi aí que conheci o Luiz Eduardo Greenhalgh, a Ruth Escobar... E começaram a acontecer aquelas reuniões no Teatro Ruth Escobar, grandes assembléias. A discussão era em torno da necessidade de um movimento pela anistia que abrangesse a sociedade e não fosse só ligado ao setor feminino. Então surgiu a idéia do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Participei dessas assembléias como membro provisório da Comissão Executiva do CBA. Depois, houve eleição para a Comissão e eu permaneci.

Naquela época você era vista como porta-voz do Partidão...

Acontece que o Davizinho permanecia no PCB. Foi um dos que contribuiu para a reorganização do partido em São Paulo. Eu estava fora e discordava. Achava que ele deveria deixar o PCB e atuar no movimento pela anistia. Mas ele dizia que tinha de salvar o partido por dentro. Coisa que eu nunca acreditei. Eu falava para ele que o Partido Comunista não dava mais. Até que chegou a um ponto que deu no que deu... O impacto no Davizinho foi tão forte, que eu — em que pese a minha ignorância científica — acho que o que aconteceu com o PCB naquele momento teve uma grande influência no desencadeamento da leucemia que o acometeu. Foi um momento terrível em sua vida. Ele é uma pessoa muito forte, tanto fisicamente — porque se saiu bem da doença — como psicologicamente. No movimento pela anistia, tive a maior participação possível. Sou filha de uma família que vivia muito intensamente política e socialmente. Fiquei reprimida durante esses anos de ilegalidade e tive oportunidade de voltar a ter uma participação política. Foi muito gratificante. Eu estava numa posição que me deixava livre para raciocinar sobre o que estava acontecendo, a respeito dos acertos ou dos erros da política praticada pelo partido. Foi enriquecedor e, se não for muita pretensão, direi até que teve influência sobre os meus filhos. Na minha filha, que rachou com o partido; no David, que conseguiu ter uma visão própria sobre o que aconteceu nas últimas etapas do PCB. No momento em que o David (Filho) estava na direção do jornal do partido, e começou a perceber as coisas, a querer colocar o debate no *Voz da Unidade*, tornou-se um renegado. Acredito que o pai quando vinha da Tchecoslováquia já vinha percebendo muita coisa, e por isso insistiu em vir.

Você não tinha nada a ver com o Partidão?

O PCB não teve uma política para o movimento pela anistia, não participou. Todos pensavam que eu era do partido e recebi muita paulada por isso. Depois, vieram dizer: “A gente pensava que você colocava as opiniões do PC.” Fui obrigada a dizer: “Oxente, vocês estão procedendo da mesma maneira que o pessoal do PCB.” Não raciocinavam em cima do que falava, mas em cima do que eu era: mulher de

Rememória

David Capistrano, mãe de David Capistrano. “Se vocês raciocinassem com base no que eu falava, veriam que não era a linha do partido de jeito nenhum.”

Por que o PCB não tinha interesse em dar força à Anistia?

Porque os elementos do PCB que estavam fora do país acertaram não participar da anistia, e entrar aqui legal, como entraram. A legalidade não dependia de um movimento popular. Tanto é que eles entraram e destituíram o David — que era filho de um desaparecido. Além do mais, ele era um dos reorganizadores do partido. Eles o destituíram do Comitê Estadual de São Paulo, do jornal — ele foi um dos que organizou e criou o jornal *A Voz da Unidade* — e praticamente o expulsaram do partido. Só não tiveram coragem de expulsar publicamente o filho de David Capistrano do Partido Comunista.

Isso aconteceu com o pessoal do Giocondo Dias na direção?

Eis aí, entendeu?

E Roberto Freire, você chegou a conhecê-lo, nessa época?

O Roberto Freire eu conhecia desde Recife. O David era uma liderança muito grande no meio universitário de Pernambuco, quando o Freire era estudante de direito. Outro que era estudante lá é aquele safado do Jarbas de Holanda.

Você se envolveu com a luta interna no PCB depois da anistia?

Envolvimento nenhum. Eu estou dizendo que eu deixei de me envolver com o velho ainda aqui. Quando Giocondo Dias chegou no Brasil, ele foi na minha casa me oferecer dinheiro, se oferecer para voltar a me ajudar. Olhei para os quatro cantos do meu apartamento e disse assim: “Você já ouviu falar que eu tivesse um nível de vida igual ao que estou tendo aqui, neste apartamento? É agora que você vem me oferecer dinheiro? O dinheiro do partido tem de ser para a imprensa do partido, para suas publicações, para as despesas do partido, e não para aumentar a renda familiar de ninguém. Essa ajuda me foi cortada no momento mais difícil.” Aí ele disse que pessoas com mais recursos do que eu estavam recebendo ajuda. Eu digo: “Quer me convencer com isso? Errado. Isto só solidifica mais a minha posição porque vocês estão dando dinheiro a quem não precisa. De onde vem esse dinheiro? Você tem tanta facilidade de dinheiro assim? O que eu queria do partido não é dinheiro, eu queria que o partido me esclarecesse o que aconteceu com o David Capistrano, com a saída de lá e com a entrada aqui.” Eu lamento só estar tendo ocasião de falar isso agora, que ele já está morto. Mas se estivesse vivo as minhas palavras seriam as mesmas e com muito mais satisfação. Falei ainda para ele que queria que me dissesse quem era o secretário político do Comitê de São Paulo, quando caíram esses companheiros. Ele ficou branco.

Era ele?

Era. Eu nunca pude me conformar que o Comitê tivesse caído todinho, exceto ele, que teve condições de ir para a União Soviética. Saiu do país e voltou com a anistia. Depois do desaparecimento do David, eu recebi um recado para me encontrar aqui em São Paulo com José Montenegro, às oito da noite, no restaurante Degas, no bairro de Pinheiros, para conversar sobre o desaparecimento do David. Eu saí do Rio de Janeiro, apanhei um ônibus. Ele estava apavorado. Conversamos, depois eu fui para a casa do Villanova Artigas e voltei para o Rio. No outro dia de manhã, quando eu cheguei no escritório de Modesto da Silveira, já corria a notícia do desaparecimento dele. Sobre esses dirigentes que caíram, no meu entender, houve queima de arquivo. O negócio estava dentro, e estava nesse negócio da União Soviética.

Muitas pessoas da sua geração se afastaram do PC, apóiam e votam no PT, mas não militam nele. Qual é a sua opinião sobre o PT?

Como uma pessoa do movimento de anistia, todo mundo pensava que o meu caminho era o PT. E eu via o partido como uma das coisas mais importantes que acontecia. Eu não fui para o PT porque me considerava com o direito a dar uma parada para descansar e me reservar para continuar na minha observação. Não me comprometer. Não politicamente, mas para não me comprometer partidariamente, no sentido de disciplina de militante. Ter passado 45 anos de vida no PC não anima ninguém a procurar novamente responsabilidade partidária. Passado um tempo, eu também fiquei sabendo, por intermédio de pessoas do movimento pela anistia, que mais pessoas pensavam que eu tinha preocupações político-eleitorais. Não eram só do PCB. Mas nessa altura dos acontecimentos jamais disputaria um cargo político. Eu faço questão de ser soldado raso dessa luta até morrer. Enquanto eu tiver alento, tiver um pouco de saúde, puder dar algo de mim para modificar a situação brasileira, eu estou aí. Agora, assumir responsabilidade é para as novas gerações. Eu estímulo e dou força. Fiquei muito satisfeita quando meu filho foi para o PT, porque eu acho que é o caminho certo para qualquer cidadão de esquerda. O PT é o partido em que as pessoas se encontram para tentar acertar. O PT hoje é o herdeiro das lutas da classe operária brasileira, o partido que defende os interesses da classe operária dentro de uma formulação de acordo com uma época que está se vivendo. Por isso, eu apóio o PT.

D. Pedro Casaldáliga

por *Pedro Tierra (Hamilton Pereira)*

Teoria&Debate n° 23, 3° trimestre de 1994

Dom Pedro Maria Casaldáliga Plá. Catalão errante, nascido em 16 de fevereiro de 1928, em Balsareny, pequena aldeia de mais de mil anos, perto de Barcelona, Espanha. Casaldáliga trabalhou na África antes de desembarcar em terras brasileiras, no dia 26 de janeiro de 1968. No mesmo ano, mudou-se para São Félix do Araguaia, de que foi sagrado bispo em outubro de 1971. Desde então, foi voz ativa em todo tipo de conflito social, na sua região e no país, como porta-voz da Igreja progressista, da teologia da libertação, das Comunidades Eclesiais de Base, da reforma agrária, da luta pela justiça no campo, da democracia. Para fazer a entrevista, Pedro Terra percorreu um longo trecho de avião, de Goiânia a São Félix do Araguaia, com pousos em Brasília, Minacu e Gurupi. São Félix é uma ponta de cerrado áspero sobre o rio Tocantins. A entrevista foi feita no início de 1994, numa casa de adobe, exposto, sem reboco: o “Palácio Episcopal”.

No momento em que a gente se sentava para comer, chegou a notícia do assassinato do peão Maguila, que há quatro dias comeu nesta mesma mesa. Pedro, como você reage a isso?

D. PEDRO CASALDÁLIGA — A morte de um peão anônimo marcou a minha consagração episcopal. Celebrando o sangue de Cristo, eu jurei pelo sangue daquele peão que arriscaria a vida e esta Igreja toda assumiria radicalmente o compromisso de estar ao lado desses peões, ou posseiros, ou pobres da terra. Era a época da ditadura militar. Hoje estamos na democracia, queremos entrar na modernidade. Nos acenam com o primeiro mundismo e aqui continuam acontecendo essas tragédias. Maguila, um negro altão, desses companheiros que vêm sempre reivindicar alguma coisa que a fazenda negou. Esteve aqui em casa. Na volta, o gato o contratou. O pistoleiro entrou no ônibus e, na descida, na Vila Rica, o apagou. O problema da terra cada vez mais é um problema de todo o país e, além do mais, de diferentes categorias. Eu estava dizendo ontem para a Terezinha Pereira, da Associação Mundial de Escritores e Artistas, que quando me fizerem autópsia vão encontrar terra no fígado e no coração. Somente com a utopia revolucionária desse mundo novo que sonhamos e à luz de uma fé no Deus da vida é que a gente pode engolir essa tragédia dos peões.

Imagino que houve modificações importantes na configuração desse conflito em torno da posse da terra e do trabalho nesse lugar. Que diferença é essa?

Olha, chegamos quando essa região entre o Araguaia e o Xingu era um paraíso de incentivos fiscais, a porteira da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Em 1968, foi um tempo gordo para o latifúndio desenfreado. São Félix tinha uns 600 habitantes e 3.000 peões. Sem nome, sem carteira, sem futuro. Eu lembro deles. Perguntava pela família: “Ixe, faz anos que não tenho notícia.” Não escreve à sua mãe? “Não, quero que eu seja a carta.” O problema da terra já não era só da Amazônia legal, era de todo o Centro-Oeste, foi tomando cada vez mais amplitude, inclusive no Paraná. E não foi só um problema de peões e de posseiros, foi também dos colonos. Tornou-se nacional, houve uma certa cobertura. Inclusive nessa época até o *Estadão*, a *Folha* e o *Jornal do Brasil* faziam questão de publicar notícias da terra, ou da causa indígena, para contestar uma ditadura que impedia, nem tanto a liberdade deles quanto seu liberalismo. Além do mais, foram crescendo os sindicatos de trabalhadores rurais, e modestamente deve-se reconhecer que a Igreja em muitas áreas do Brasil teve uma mão providencial no nascimento e no fortalecimento de sindicatos de trabalhadores rurais. E surgiu também o Movimento dos Sem-Terra, já não diretamente vinculado à Igreja. A opinião pública internacional foi entendendo que a luta do povo brasileiro, latino-americano, mundial, não podia ser só operária, ou dos chamados grandes centros. Nos últimos anos, a problemática da terra tornou-se nacional. Agora estamos menos sós. Eu lembro de

quando escrevi o primeiro texto de denúncia, “Feudalismo e escravidão no norte do Mato Grosso” — que aliás não deu para publicar porque o próprio nuncio disse que isso mancharia a imagem do Brasil no exterior. Soltei essa primeirinha carta pastoral em uma igreja da Amazônia precisamente no dia 23 de outubro de 1971, no dia e hora da minha sagração episcopal. Se eu a solto antes, possivelmente, há muitos anos eu não estaria aqui [ri]. Dessa carta surgiu a idéia do que futuramente seria a Comissão Pastoral da Terra.

Como foi a relação entre o bispo recém-consagrado, os latifundiários da região, a população e a Igreja na pessoa do nuncio?

Olha, tivemos de ser necessariamente radicais. Não dava para possíveis alianças. Agora, fala-se muito em aliança e eu fico olhando para o passado. Até me pergunto: será que poderíamos ter sido capazes de fazer alianças? Deus fez aliança com a humanidade, com o sangue do seu próprio Filho, ou seja, o sangue caseiro. Agora, fazer aliança sobre o sangue dos outros... Nós não podíamos entrar nessa, tivemos de denunciar, não podíamos parecer conchavados. Como Igreja éramos a única força contestatória da região. Chegamos em 1968, fui ordenado em 1971. Nosso boletim *Alvorada* nasceu já em 1970. Éramos os únicos que podiam passar o recado para o exterior, os únicos que podiam sair para o Brasil. Naquela época, muitas pessoas falavam com normalidade em viajar para o Brasil. Aqui no Mato Grosso, o Brasil estava do lado de lá do rio Araguaia.

Como os trabalhadores reagiam à chegada de vocês, a uma atuação mais organizada?

Muitos deles estavam habituados a uma velha Igreja, mais perto da casa-grande do que da senzala. O fazendeiro mais forte de São Félix, quando cheguei, me disse na primeira conversa, na beira do Araguaia: “Padre, dentro de pouco o senhor será fazendeiro também.” Eu falei: “Olha, será perdendo a cabeça ou perdendo a fé.” [risos]. Por outro lado, foi difícil naquela hora saber conjugar um trabalho especificamente pastoral com um trabalho de conscientização, organização e militância. No início tentamos desenhar o que seria a pastoral global. Falávamos de uma pastoral mais específica, que seria a pregação, a catequese, os sacramentos... A pastoral da educação, da saúde. E a dos direitos humanos era fundamentalmente a pastoral da terra. Porque não bastava defender a terra dos posseiros, era preciso atender os posseiros doentes, abrir escolas e esconder pessoas se necessário. Com isso dá para entender por que um povo que não tinha consciência política orgânica, cristã e libertadora queria que estivéssemos ali, necessitava da nossa presença. Por outro lado, a ditadura militar também estava lá. Para os fazendeiros, a polícia, o Exército, nós éramos um perigo. A palavra prelazia passou a ser emblemática em todos os sentidos, ainda hoje prelazia é

Rememória

chinelo de pé. Prelazia também é xingamento. Para muitos, era PT, CPT, luta pela terra, peão, posseiro, índio...

Você disse que quando forem fazer sua autópsia vão encontrar terra no coração e no fígado. Eu diria que certamente no sangue encontrarão paixão pelos índios. Como era o trabalho da prelazia no momento que envolvia latifúndio, posseiros, índios, num único conflito?

Nós entrávamos no escuro, no desconhecido. Desde o início tem sido difícil conjugar as necessidades, os direitos e os interesses de índios e posseiros, ou índios e colonos, índios e pequenos proprietários. A prelazia pertence, entre aspas, à Ilha do Bananal, ao parque do Araguaia, a metade do parque do Xingu, à aldeia Tapirapé, praticamente a todas as aldeias carajás. E da prelazia saiu um grupo de retirantes de Xavantes. Hoje ainda custa muito para os intelectuais e setores da Igreja entenderem que os índios realmente são outros povos. Não são o povo brasileiro. Têm direito a suas terras, como têm um modo diferente de viver nelas e utilizá-las. Continua sendo, eu acho, honestamente, um desafio neste país, na América Latina, fazer com que os povos dos diferentes Estados chamados nacionais reconheçam que vários dos nossos Estados nacionais — Brasil entre eles — são pluriétnicos e plurinacionais. Pelo menos entender o que significaria, ou deveria significar, a verdadeira autonomia desses povos. O direito pleno a seus territórios.

Você falou nitidamente como um catalão, no melhor sentido da autonomia. Como é defender a autonomia das comunidades indígenas no Brasil?

Eu sinto cada vez mais a necessidade de *continentalizar* a nossa América, diante da dívida externa, por exemplo, em termos de um mercado comum que fosse outro tipo de mercado, evidentemente. Que não transformasse pessoas humanas em mercadorias. Deviam reconhecer que as comunidades indígenas são Estados, e para isso deveriam ter Constituição básica e o respeito mútuo de um Estado para outro. Significaria respeitar os territórios. Porque a coisa mais importante para o índio é o seu território. Em segundo lugar, respeitar e estimular a própria cultura, sobretudo no que se refere à língua e às tradições. Evidentemente, uma Constituição maior, que seria do Estado todo, poderia exigir dos povos indígenas um certo sacrifício, se vale a palavra. Não há inconveniente nenhum que o subsolo seja da União, para quando chegar a hora. A maior parte dos povos indígenas da América Latina nem pretende uma independência, nem falam nisso.

Isso pode se traduzir, por exemplo, pluriétnicos sim, pluriculturais...

Plurinacionais.

Plurinacionais também?

Sim. Quando o papa João Paulo II fez a primeira visita ao Brasil, ele disse em Manaus: “Vocês são povos, vocês são nações.” Poucos dias depois apareceu toda a cúpula da Funai no pátio do centro comunitário. E era a Funai dos coronéis da época. Eu conversei com eles, que me cercaram com uma espécie de insidiosa atenção. Eu disse: “O papa acaba de falar, vocês não vão dizer que ele é comunista ou radical, né?” Creio que somente se os povos indígenas forem reconhecidos, não só como etnias outras, mas também como nações outras, respeitaremos plenamente os seus direitos.

Quando comecei a trabalhar com você, nos anos 70, aconteceu a CPI da terra, em que você foi chamado a depor. Como os parlamentares reagiram quando o [deputado] Siqueira Campos disse: “O que um bispo estrangeiro tem a ver com a terra?” E você deu a famosa resposta que tinha sido naturalizado pela malária?

Olha, foi uma tristeza e um nojo, não só a minha relação com o Siqueira Campos, mas com o próprio Congresso e com as CPIS. Tenho sido intimado outras vezes e me neguei a comparecer. Se por lei me tivessem urgido eu iria, mas não vou abrir a boca. O país conhece as CPIS. É uma vergonha! Naquela época inclusive gente da Arena [Aliança Renovadora Nacional], conservadores, me perguntou: “Dom Pedro, então o senhor é contra a propriedade privada?” Eu disse: “Não sou contra, se o senhor pode ter uma camisa e todos os outros também, eu sou a favor da propriedade privada das camisas.” Agora, sou contra a propriedade privatista, que é privadora para a imensa maioria. Contra a propriedade acumuladora que é a essência do capitalismo.

Outro problema é o escoamento do que se produz aqui. Houve um debate intenso a respeito da estrada que cruzaria a Ilha do Bananal, que era uma opção, na visão de seus defensores, para o escoamento da produção do nordeste do Mato Grosso etc. Em que pé está isso?

É uma estrada que significaria uma Rio-Niterói, de quase 90 quilômetros, acabando com a Ilha do Bananal e com algumas cidades, como São Félix, na época das grandes enchentes, acabando com o povo indígena. Além do mais, não há possibilidade técnica dessa estrada permanecer, a própria cheia acabaria com ela. E traria o quê? De onde e para onde? É cobiça, interesse de certos fazendeiros, um certo interesse turístico também de alguns municípios do lado de lá e de cá.

Empreiteiros?

Empreiteiros e políticos, na base do turismo. Evidentemente facilitaria a saída do gado deles, e a entrada de cachaça, cerveja, para o turismo e para a depredação da pesca, inclusive facilitaria a passagem da coca, como temos visto agora em Guaraf.

Você foi consagrado bispo no período Paulo VI, quando a Igreja particular desempenhava um papel muito importante na concepção daquele papado. Na América Latina isso teve uma importância extraordinária. Como isso se refletiu aqui, na relação da igreja de São Félix com o conjunto da Igreja?

Já acontecera o [Concílio] Vaticano II, não se pode esquecer disso. Em 1968, quando chegamos, ia acontecer Medellín, quer dizer, se trazia o Vaticano II para a América Latina. Na América Latina, logicamente, nos abríamos às lutas de libertação e aos primeiros chamados das próprias etnias, dos grupos operários e camponeses. Tínhamos a vantagem de viver aquela realidade exacerbada. Só podíamos ser uma Igreja da terra, para os camponeses, peões, posseiros, índios, que acabam sendo um *slogan* nos nossos textos, nas nossas celebrações. Nos últimos anos, assessorados pelo querido Pedrinho de Oliveira, tivemos de reformular as coisas. Além deles, incluímos em nossas preocupações os comerciantes e pequenos proprietários. Não que isso seja alargar as alianças, simplesmente estamos reconhecendo que o mundo, a sociedade mudou. A verdade é que na América Latina, Medellín ainda está com a problemática da inculturação. Querendo adaptar o Vaticano II à América Latina, na prática nos inculturava. Isso não quer dizer que a coisa fosse tão simples, tão fácil. Vivemos e estamos vivendo o seguinte desafio: fora as culturas indígenas, não sabemos qual é a cultura do nosso povo. Eu sei qual é a cultura nordestina, a mineira, a gaúcha. A maioria dos moradores desta região está aqui mas não é daqui e nem se sente plenamente daqui. Talvez estejam aqui há 20 anos. Então, isso cria um tipo de desafio na hora de você querer inculturar uma Igreja. Nós temos dado foras, reconheço. Mesmo porque, naquela primeira época, a Igreja latino-americana mais comprometida nem sempre compreendeu — e eu me incluo — a religiosidade popular, que tem seus desvios, suas superstições, mas tem também uma riqueza profunda, porque é a expressão da alma do povo. Não tivemos problemas maiores com a CNBB, como diretoria, como presidência. Pelo contrário, a presença da CNBB foi sumamente solidária. Aqui esteve D. Aloisio [Lorscheiter], D. Ivo [Lorscheiter]. Tivemos conflitos com a nunciatura, isso sim...

É verdade que a CNBB e outros setores do próprio episcopado têm sido solidários nos momentos de perseguição? Eu me lembro da presença aqui de D. Fernando, D. Aloisio, D. Tomás [Balduino]. Aí vem esse conflito com a nunciatura, vem a visitação apostólica de D. Falcão. Como era isso?

Nós éramos naturalmente suspeitos. O papa João Paulo II disse numa ocasião, quando da visita episcopal ao Centro-Oeste, que eu era um bispo *troppo singolare* (singular demais). E a nunciatura, por ser nunciatura e por ser diplomacia também, dificilmente podia entender-nos. Eu me lembro de quando D. Ivo, D. Aloisio estavam na presidência da CNBB e eu vivia a problemática de Santa Teresinha, em luta contra a Codeara. Padre Francisco preso, alguns mortos.

Chegou um momento que eu disse: “O núncio está acreditando mais no general Serpa, no chefe da Polícia Federal ou no ministro da Justiça que em nós?” O conflito com as nunciaturas deu-se ao longo de todos esses anos.

Você diria que a nunciatura se surpreendeu com sua consagração como bispo?

O Espírito Santo não tinha outro para escolher, porque não tinha outro aqui [risos]. E de fato eu não era uma má pessoa. Era reconhecido como um religioso até piedoso, com zelo missionário, e não tinha podido expressar essa militância pessoal que veio depois.

Quem era o núncio quando você foi sagrado, em 1971?

Acho que era Mozoni. Ele me tratou com muito carinho, pediu que não publicasse a primeira carta sobre os peões porque podia denegrir a imagem do Brasil no exterior. O tenente João Evangelista me chamou uma noite no quintal, as estrelas escutando, e me disse: “Padre Pedro, essa sua atitude a gente compreende, mas é perigoso por causa da situação do país e dos fazendeiros.” Então, por um lado as Forças Armadas me avisavam e, por outro, a nunciatura. Os exércitos do céu e da terra. Tive confrontos com outros núncios também. Paulo VI, já nos últimos anos, mandou dizer que estava preocupado comigo e se eu aceitava um cargo no exterior. Eu disse que nunca aceitaria, seria uma fuga, uma traição naquela hora. Depois veio o famoso conflito por causa da visita *ad limina*. Tantos bispos, reclamávamos da visita dizendo que era burocrática, superficial. Eu fiz questão de não ir, isso criou um conflito sério. Um caso curioso: D. Hélder [Câmara], numa visita a Roma, encontrou-se com o cardeal Baggio, que falou de mim: “Acaba de publicar um livro de poemas heréticos e eróticos.” Era *Tierra nuestra*, prefaciado por Ernesto Cardenal, que recordava a tortura de alguns agentes da pastoral da prelazia. Choques elétricos nos órgãos sexuais. Isso era o erótico. Aí veio o famoso documento que me impunha não ir à Nicarágua, controlava certas publicações e restringia pronunciamentos, me cerceando a atividade pastoral. Como o documento vinha sem as necessárias assinaturas, mesmo trazendo o carimbo oficial, me recusei a reconhecê-lo. Esse documento, que até hoje não sei de onde saiu, como chegou e como a Rede Globo conheceu, foi lançado pela emissora para o Brasil e para o mundo. Fiz aquela carta ao papa João Paulo II colocando uma série de contestações fraternas, que aliás estavam sendo feitas no mundo inteiro: respeito à liturgia inculturada, à mulher na Igreja, diálogo cultural do Vaticano com o Terceiro Mundo e a própria atuação das nunciaturas. A carta foi uma espécie de palavra fulminante e eu recebi réplica de Roma. Escrevi novamente dizendo que estava disposto à visita *ad limina*. Fiz a visita, aí veio aquele fraterno diálogo, pequenos confrontos com Ratzinger e Gantin. Fundamentalmente eles contestavam a nossa teologia, a nossa liturgia, o nosso compromisso político. Achei interessante que no diálogo passavam com

Rememória

freqüência do singular ao plural. Não só eu era cobrado e contestado, éramos nós, era a nossa Igreja latino-americana. Eu fiz questão de defender o que me pareceu que deveria ser defendido.

Na visita de João Paulo II a imprensa noticiou que os bispos se reuniram em Fortaleza e houve uma recepção. O papa conversou com cada um. E depois se deram conta de que Pedro Casaldáliga estava sem a batina episcopal. Como foi isso?

Pedi emprestado a um seminarista em Fortaleza. Foi quando fiz o poema “João Paulo, Pedro só” e li para ele. Soube depois que ele teria dito que era mais fácil fazer um bom poeta do que um bom bispo... D. Tomás, meu superirmão, ficou um pouco zangado com isso.

Depois do período ditatorial houve uma redefinição de papéis das diversas instituições no Brasil. O que mudou na Igreja de São Félix?

Nos primeiros anos não havia nenhum tipo de infra-estrutura, tínhamos de fazer de tudo em educação, saúde, comunicação, sindicalismo, política e cultura também. À medida que iam se criando instituições de classe, por exemplo, abria-se espaço para a opinião pública nos meios de comunicação, o intercâmbio com regiões do país era fortalecido. Fizemos questão de assumir nosso papel específico e deixar que o sindicato fizesse o que é do sindicato. Várias pessoas foram estimuladas a entrar na política, muitos geriram prefeituras populares, até bastante bem-sucedidas no meio dos conflitos da região. Hoje pode parecer para alguns que somos mais puramente Igreja. Fazemos questão de estar presentes estimulando as discussões, mas já não nos toca assumir uma certa vanguarda. O sindicato pode fazê-lo, ou o faz especificamente a CPT, a pastoral da Igreja, mas oficialmente já não é a prelazia de São Félix.

Qual a relação entre o colapso do Leste Europeu e de tudo que representou como expectativa de resolução dos grandes problemas humanos, provocando uma certa perplexidade do pensamento “de esquerda”, inclusive no pensamento religioso na América Latina?

Um colapso de calibre mundial evidentemente que repercutiu na Igreja, na Itália, e muito concretamente na Igreja da América latina. Porque várias das aspirações do socialismo coincidem com as da Teologia da Libertação. Ver cair uma utopia mais fraternizadora, mais igualitária, nos afetou profundamente, em certa medida, sim. Não abalou os princípios nem a esperança, mas sacudiu o procedimento, a formulação mais científico-teórica. Criou certas decepções com respeito à possibilidade de revoluções mais radicais, porque não se pode esquecer que não tem sido apenas o colapso no Leste Europeu, mas também as revoluções latino-americanas.

O que pode significar o levante de Chiapas, em janeiro último, que põe em questão o processo político do México?

Não podemos esquecer o levante do Equador, toda a Guatemala, Rigoberta Manchú à frente, e as várias organizações indígenas que têm surgido no continente, inclusive às vésperas dos famosos 500 anos. Chiapas assumiu praticamente isso tudo no momento oportuno e numa região extremamente significativa, sul do México, extrema pobreza, fronteira com a Guatemala maia, na hora do Tratado de Livre Comércio [NAFTA] com os Estados Unidos. Na caducidade degenerada do PRI [Partido Revolucionário Institucional] depois de mais de 60 anos de mandato. Quando o México queria se exibir como se estivesse entrando no Primeiro Mundo. Chiapas reivindica não só os direitos indígenas, mas uma outra democracia. Eles disseram com insistência que não pediam só para eles, pediam para todos os indígenas do México e todo o México e para a América Latina. Eu digo sempre que em Chiapas expressaram-se situações e reivindicações maiores do continente. Por um lado, uma clara contestação ao latifúndio e à absurda política agrária do continente. Por outro, uma contestação ao caciquismo, que seria coronelismo em outros lugares. E à politicagem corrupta. Foi também uma reivindicação tipicamente indígena. “Já estamos cansados de ser marginalizados, de morrer com morte imposta”, chegaram a dizer. Agora pelo menos assumiremos a morte com as próprias mãos, será uma morte nossa. Então, foi uma contestação ao capitalismo neoliberal. Uma contestação à pseudo-democracia, porque o México é um país democrático, não é? E o PRI é um partido democrático. Eles inclusive lançaram aqueles dez pontos do que entendiam por democracia. Eu acho que é a melhor cartilha sobre democracia que tenha se escrito na história e qualquer pessoa pode entender.

Há um aspecto particularmente importante do contexto em que ocorre Chiapas. Há uma tradição da Igreja na região, San Bartolomeu de las Casas, e o testemunho presente das últimas décadas de Samuel Ruiz e de Mendez Arceu, que são testemunhos de um compromisso muito grande. De outro lado, esse levante ocorre num momento em que a Nicarágua encontra-se em situação difícil, as forças populares tentam agora um novo leito de atuação, El Salvador, Guatemala. E Cuba encontra-se talvez na situação mais difícil desde a Revolução Cubana de 1959. De que modo você acha que poderia repercutir esse fato particularmente na América Central?

Honduras praticamente deu voto de protesto a uma realidade dramática, com certos freiazos aos militantes e suas barbaridades. Panamá deu um típico voto de protesto já na perspectiva do final do Tratado do Canal. El Salvador deu Arena mas a FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) está aí como segunda força. A Nicarágua está vivendo um divisão interna do sandinismo, mas há muito sandinismo lá. Chile, Argentina e Brasil estão experimentando em carne

viva o que é a pseudo-democracia e a exacerbação do capitalismo no neoliberalismo. A perspectiva tão fundada da eleição de Lula aqui. A crescente consciência do que a dívida externa significa, um conhecimento e reconhecimento do fracasso do neoliberalismo, inclusive no Primeiro Mundo. E o Primeiro Mundo dá esses *bandazos* de superdireitas lá na Itália. Mas certos países do norte da Europa estão valorizando de novo o socialismo... Penso que os Estados Unidos e o Primeiro Mundo vêm se desprestigiando cada vez mais nesse papel de gen-darmes da humanidade. A ONU suicidou-se moralmente na Guerra do Golfo. Cresce no Brasil e em muitas partes do mundo um movimento popular com nomes diferentes, a consciência, a vontade e a práxis da cidadania. Purificam-se e relativizam-se os partidos, os sindicatos, mas estimula-se a participação. As ONGs, que vêm sendo uma expressão espontânea, às vezes até um pouco anár-quica, são uma expressão maravilhosa de solidariedade e compromisso. Eu vejo que o mundo está dando uma virada...

Nessa direção, o que significa a eleição de [Nelson] Mandela?

A África do Sul foi a expressão máxima do racismo entronizado nas leis, inclusive abençoado por um setor da Igreja. Mandela, hoje presidente, começou um período novo. Não vai ser fácil. Há as lutas tribais a resolver. Mas acho que o racismo na África do Sul tem sido condenado definitivamente no mundo inteiro, apesar de todas as explosões de racismo na Europa. Há muitos outros setores contestando o que acontece na Bósnia, as leis de *extranjera*, como dizem lá na minha Espanha. E a solidariedade com o Terceiro Mundo continua bastante significativa.

A eleição de Mandela significaria o ingresso de 80% da população no processo político, o reconhecimento da maioria. O que pode significar isso num país de população expressiva, como o Brasil, vivendo esse processo de transformação, crescimento de movimentos sociais, participação popular?

Eu dizia para os companheiros bispos há uma semana, num retiro espiritual, que o Brasil é o país que tem uma dívida maior e maiores possibilidades com respeito à África. Assim como acho que o Brasil tem uma grande dívida e responsabilidade ou co-responsabilidade com o resto da América Latina. Penso que o Brasil tem simultaneamente três desafios: da cidadania, da participação e da superação do cansaço, do descrédito, da malandragem e da corrupção. Isso não acontece de um dia para o outro. É importante que as diferentes regiões, com suas culturas, suas possibilidades econômicas ou necessidades, sejam atendidas e potencializadas. Um país tão grande também não pode ser governado monoliticamente, porque se perde a riqueza. Acho também que o Brasil deve partir para realizar reformas maiores. A reforma agrária. Uma contestação dos técnicos e dos políticos à dívida externa seria um belíssimo exemplo para o resto

da América Latina... Uma reforma do salário e a conscientização de que a sociedade no Brasil é significativamente indígena, porque o Brasil é latino-americano.

A mística sempre foi uma marca muito profunda na vida da Espanha e na sua vida. Outra coisa é a aventura missionária. Você disse que missionário é aquele que queima as pontes. Europa nunca mais?

Queima as pontes e os navios. Como Cortez, só que por outros motivos. Europa nunca mais, em princípio. Mesmo porque consigo carregar a Europa em meu coração e um pouco também no fígado, essa é a verdade. E nunca mais Espanha, inclusive, Catalunha. Eu reconheço que tenho esses três tiques: o da mística, o da revolução, o da aventura missionária, que para mim são apenas tiques psicológicos. Batizados pela graça de Deus, acho que se transformaram também num dom que agradeço, tento valorizar e viver, a serviço da humanidade e do Reino de Deus. A mística vem da espiritualidade espanhola, dos grandes mestres, Teresa e João da Cruz, Raimundo Lullio, da nossa Catalunha. E vem também das próprias circunstâncias da vida da gente. A Revolução Espanhola que vivi do lado dos vermelhos, mas sendo branco, a família de direita, católicos, perseguidos. As leituras que fomos fazendo. E penso também que poesia e mística são gêmeas. Agora, eu agradeço ter tido sempre uma inclinação à radicalidade, às causas maiores, aos argumentos máximos da vida.

Você enfrentou em diversas ocasiões situações-limite, o que demonstra essa vocação para a radicalidade. Conte-nos um desses momentos, extraordinariamente dramático e exemplar, que você e a Igreja do Brasil, na sua pessoa, viveram em 1976. A seus pés foi assassinado o padre João Bosco Burnier, em Ribeirão Cascalheira.

Ele era primo do famoso brigadeiro Burnier, que inventou o Parasar. Trabalhava com índios e sertanejos na prelazia de Diamantino, aqui no Mato Grosso. Vimos para um encontro da pastoral indígena, no Tapirapé. Eles nos perguntaram por que alguns missionários não batizavam, como antigamente. Explicamos que era uma postura de evangelização do mundo indígena, de respeito à globalidade da cultura. João Bosco sentiu muito esse encontro, a ponto de, em agonia, ter dito: “Pedro, lamento não ter tomado nota do que conversamos com os tapirapés.” Chegando em Ribeirão, soubemos que duas mulheres estavam sendo torturadas na delegacia, porque o velho irmão de uma delas, e sogro da outra, tinha matado o famoso cabo Félix, conhecido como assassino, uns dez crimes. Ele andava, com policiais e fazendeiros, atrás de dois filhos do velho, que reagiu e o matou. Não conseguiram pegá-lo, mas à irmã e à nora. Eu, o padre Bosco e um rapaz de Belo Horizonte, Juarez, fomos para a delegacia. Eu me apresentei e estendi a mão para os quatro policiais. Tivemos uma conversa de três minutos com eles, explicando que as mulheres eram inocentes e autoridade não era

Rememória

para torturar. Foi quando o Ezi Ramalho, já autor de três crimes, fulminantemente disparou um soco, uma coronhada e uma bala na testa do padre João Bosco, que caiu aos meus pés. Dois deles fugiram logo, abriram a delegacia, saltaram as mulheres. Aí vimos que havia um caititu perto da delegacia, que iria ser jogado naquela noite dentro da cadeia e teria despedaçado as mulheres. Transportamos o João Bosco para casa, onde havia um casal de médicos e uma enfermeira. Ele ficou lúcido ainda umas duas horas. Ofereceu a vida pelos índios, pelo Brasil, pelo Cimi [Conselho Indigenista Missionário]. O médico disse que ele não sobreviveria ali. Havia o desespero de tentar levá-lo para Goiás, mas não havia jeito, chegaríamos três dias depois. Descobrimos que na fazenda Tamakawi, que ainda não era do Sílvio Santos, havia um teco-teco e fomos por aquelas estradas terríveis do Xingu, o sangue ensopando. Soubemos depois, confirmado por fazendeiros, que a intenção era me matar. Deve ter havido confusão, Bosco tinha mais aspecto de bispo que eu. O piloto disse que havia trazido umas pessoas, em 24 de setembro, do Rio, que deviam ser do Exército, da polícia, para me matar, mas eu não estava em São Félix. Estávamos em uma celebração no meio do povo. E no dia seguinte não dava, porque foi quando D. Adriano foi despido, pichado e maltratado com sua sobrinha, em Nova Iguaçu. Interpretamos que a repressão queria dar uma lição na Igreja urbana e rural.

Como o povo reagiu?

Na missa de sétimo dia o povo plantou um cruzeiro de madeira, arreventou a delegacia e a cadeia. “Aqui nessa cadeia nunca foi preso um rico, só pobre.” Nessa hora eu estava em Goiânia. Soubemos que o presidente Geisel teria dito que, se ficasse demonstrado que eu estava nessa derrubada da cadeia, não haveria força nesse mundo que impedisse a minha expulsão. Eu penso sempre que há três tipos de morte: a primeira é conhecida, morte morrida. A segunda eu aprendi aqui no Brasil, morte matada; e a terceira que seria a morte doada. Eu gostaria de dar a morte, isso me acompanha, será patologia? Acho que é patológico, de paixão, a paixão da radicalidade, da entrega total. Acho que é a graça de Deus. Os expedicionários espanhóis cantavam: “Soy el novio de la muerte.” Essa proximidade com a morte tem me ajudado a manter uma certa coerência na vida, a superar medos, fugir de privilégio, relativizar muita coisa, a valorizar essa legião infinita de mártires da nossa América Latina. Construímos, em Ribeirão Bonito, o Santuário dos Mártires da Caminhada, uma homenagem ao padre João Bosco, a todos os mártires do Brasil. Lá estão o padre Josimo, Vladimir Herzog, Alexandre Vannucchi. Sem nenhum tipo de petulância eu digo que sim, gostaria de acabar por morte doada. Pode ser também um luxo poético. Lembra daquele verso italiano antigo, que um belo morrer honorifica toda uma vida? E Otávio Paz tem um poema com um belo verso: “Sua morte é monumento de

si mesmo.” Um poema meu termina dizendo: “Certifico que vivi convosco esperando este dia, de repente, com a morte se fará verdade a minha vida, finalmente terei amado.”

Antes de João Bosco havia sido assassinado o padre Rodolfo Lubenkein, da aldeia Bororo, em Meruri. Depois de Bosco foi assassinado Ezequiel Ramin, depois Josimo em 1986, estivemos juntos no sepultamento dele. Qual o significado dessas mortes para a população com a qual vocês trabalham e à qual foram doadas essas vidas?

Nenhuma pessoa honesta pode olhar para um mártir sem reconhecer que essa pessoa, pelo menos na última hora, foi coerente, foi generosa e eficaz. A Igreja demonstrou no Brasil, na América Latina, que estava do lado do povo até as últimas conseqüências. E misturou o sangue dos seus bispos, leigos e outros, que não apareceram tão claramente como mártires, mas o são. Por exemplo Valencia Cano, na Colômbia, [outros] três no Peru, em supostos acidentes. Angelelli, certamente morto pelos militares na Argentina, sem dúvida, eles reconheceram agora. Você, que além de poeta é revolucionário, um igrejeiro à revelia [risos], sabe muito bem como se misturou o sangue dos cristãos com o sangue dos marxistas, e em última instância acaba sendo um sangue só, e um sonho só. Os mártires da terra são tão divinos quanto todos os mártires de sempre, porém muito mais humanos, talvez.

Pedro, como é a paixão de escrever?

Eu pensei uma época em renunciar à poesia pelo apostolado. Nos últimos anos, eu venho assumindo a poesia até por causa do próprio apostolado. Eu sou um pouco palavra. Os índios guaranis dizem: “Tu és a tua palavra.” Se você examina meus escritos verá que há algumas palavras permanentes, constantes. Uma delas é palavra; outras são morte, Deus, povo, terra e esperança.

“Terra nossa, liberdade.”

É. Aí eu descobri que realmente eu era palavra. O poeta João Maragali dizia que poesia é a palavra emocionada. Acho a melhor definição. Depois de todas as retóricas e convenções literárias, se rima, se não rima, o que é poesia, o que é prosa, então... você lê ou escuta uma palavra emocionada e diz: “Poesia, não tem dúvida.” Um poeta cubano dizia que poesia que não ajude a motivar a vida não tem sentido. Eu fico, com todo o respeito, mas com certa suspeita, diante da poesia chamada pura, que não se suja, não se compromete. Não sei, excessivamente angélica para que seja uma poesia humana. Não digo que poesia deve ser panfleto, assim como poesia religiosa não deve ser sermão nem homilia, e poesia militante não deve ser comício, deve ser poesia. Poesia apaixonada, palavra emocionada, atitude comprometida.

Rememória

Há uma geração fantástica de poetas no momento da Guerra Civil Espanhola, com testemunhos extraordinariamente diferenciados: Lorca, Alberti, León Felipe, enfim... Você, como poeta que tem percorrido o continente inteiro, como vê esse fazer poético e revolucionário na América Latina?

Vallejo, Neruda, inclusive Otávio Paz, que não é militante, mas é apaixonado e tem uma belíssima palavra. Ernesto Cardenal. E me impressionam muito esses poetas, têm a paixão celtibérica, a fantasia transbordada das grandes cordilheiras, dos rios caudalosos, dessa natureza que em Espanha não temos. Ao mesmo tempo, a maioria deles tem essa simbologia meio secreta, da mística, da palavra e do silêncio dos povos indígenas. Na Espanha somos mais claros, os poetas espanhóis são mediterrâneos, cantam Serrat “que posso fazer se nasci no Mediterrâneo?” E outros nasceram em Castilla, “terra de pão e de bar” e sem montanhas. Você tem de ser nu como a própria terra. Antonio Machado, que é andaluz e nisso seria “moruno”, mas se fez castelhano. Unamuno, que é basco, se fez castelhano também, em Salamanca.

Hernandez? Miguel Hernandez?

Ele tem a máxima paixão da militância, é um touro na hora da verdade, que é a hora da morte. Os romancistas latino-americanos são muito simbólicos, se cruzam as ações, processos da novela, se cruzam com simbologia, com mito. Você sabe que muitos na Espanha e Europa em geral aprenderam com eles essa mitologia, que nossas narrativas eram muito mais lineares. Também a muitos poetas espanhóis tem influenciado o latim, os clássicos. Todos nós, os eclesiásticos de antes, os de agora não, porque não sabem latim... Seria bom que soubessem latim e grego. Primeiro conhecemos Horácio e Virgílio, os clássicos espanhóis. Eu faço questão de não perder essa fibra clara e serena. Acho que minha poesia é clara, até quase transparente, e não penso que por isso deixe de ser menos poesia. Evidentemente que a poesia não deve ser explicativa, deve sugerir, provocar.

Encontro dois grandes poetas entre os romancistas latino-americanos, García Márquez e o texto vulcânico de Manuel Scorza, o peruano. Scorza trabalha mais explicitamente a palavra e a paixão do que García Márquez. Ambos, entretanto, mantêm uma qualidade muito alta. Aí estão dois parâmetros do que falávamos. De um lado alguns se pautaram um pouco na linha, digamos, do realismo socialista e, de outro, um vasto setor que buscou cunhar uma linguagem própria no continente. O que pode trazer de contribuição para a literatura mundial uma experiência como essa?

Eu penso que a literatura latino-americana é hospitaleira. Não temos um Kafka. Você lê uma novela de autor tipicamente latino-americano e se sente envolvido, parece que convocado. Cria um tipo de simpatia caseira. Acho que essa é a maior contribuição, além da simbólica, e hoje uma paixão ecologista *avant la*

lettre. Porque antes que se falasse em ecologia, nossos poetas e romancistas nos apresentavam a natureza não só como um ser vivo, mas como uma espécie de pessoa humana. Evidentemente isso é herança do povo indígena.

Nós vivemos juntos a experiência de resgatar num texto a Missa da Terra sem Males, mais tarde a Missa dos Quilombos, uma história de oprimidos, os índios e os negros.

Foi um índio que fez a música da Missa da Terra sem Males, um negro fez a da Missa dos Quilombos. Um sertanejo não renegado fez a letra e um conquistador arrependido fez a letra também [gargalhadas].

Como foi esse trabalho na cabeça de um conquistador arrependido?

Eu já disse que carregava um pouco de Espanha, a paixão pela África, a paixão pela causa indígena, inclusive em boa parte pela literatura latino-americana que eu tinha podido saborear. Estivemos com o padre Carlos Eduardo Mesa, colombiano, membro da Academia da Língua da Colômbia. Ele nos ensinou tanto poesia latino-americana como espanhola. Na minha mocidade decorei muitos poemas latino-americanos. Era normal nesse espírito de teologia da libertação, de militância, que escrevêssemos algo pela causa negra e pela causa indígena. Você lembrará que a motivação de escrever a Missa da Terra sem Males foi a celebração do aniversário do martírio dos três missionários no Rio Grande do Sul. Nas missões de São Miguel celebramos três mártires que os índios nos fizeram e esquecemos os milhares de mártires que nós fizemos. Aí surgiu a idéia da Missa da Terra sem Males nas ruínas de São Miguel. Posteriormente, como uma paixão gêmea, surgiu a Missa dos Quilombos. Tivemos oportunidade de encontrar um indígena descendente de quíchua e aimará, Martín Coplas, que fez a música para a Missa da Terra. Quando se pensou na Missa dos Quilombos, da causa negra, só se pensou no Bituca, o Milton Nascimento. As duas missas, acho que honestamente podemos dizer, foram pioneiras, inclusive escandalosas para alguns na época. Têm sido textos muito utilizados que despertaram textos posteriores.

Há dois anos apresentamos a Missa dos Quilombos na praça diante da catedral barroca de Santiago de Compostela. Os galegos que lotaram a praça disseram que tinham ouvido a missa em galego. Começou com um ponto de orixás cantado por uma negra evangélica ao som de atabaque de Negreiros, um mago da percussão do Rio de Janeiro. Quando entrei na catedral, me dei conta de por que a Teologia da Libertação não vinga em lugares como a Espanha. Tamanha a força daquele testemunho da cristandade, tal como era concebido nos 1400...

O testemunho de pedra...

Rememória

É, e no entanto a reação ao espetáculo foi de muita sensibilidade. O que pode significar para um católico espanhol uma celebração assim? Porque não foi outra coisa senão uma celebração católica, ortodoxa, que começa com um ponto de orixás.

A eucaristia, a Páscoa de Jesus, a Páscoa do mundo, não pode ser só romana, ocidental. Todas as vozes, todos os instrumentos, todas as danças levam a Deus. Celebrando a causa negra, a indígena, que são tipicamente martiriais, se tem uma fé também profunda e clara. Se sentirá que na verdadeira eucaristia não só celebramos o sangue de Jesus, mas também o sangue dos irmãos e irmãs, concretamente desses povos crucificados, como diria o grande Bartolomeu de las Casas. Uma celebração dessas provoca necessariamente a solidariedade.

Você recebeu na época, quando a missa foi apresentada pela primeira vez, uma correspondência da Sagrada Congregação da Doutrina da Fé, dizendo que a missa não pode ser utilizada como sacrifício para uma causa específica de uma raça, de um povo.

Conversando com o cardeal Gantin, que é negro, eu dizia que ele deveria entender, melhor do que ninguém, uma missa assim. Recordei que infelizmente missas de catedrais e missas pontificais foram celebradas em homenagem a um rei sem-vergonha, ou uma marquesa sem-vergonha, um fazendeirão explorador. Por que não se podia celebrar a missa por povos mártires? Recordava, inclusive, para esses cardeais, que nos primeiros tempos, nos altares, colocava-se sempre uma relíquia de mártires, que tinham convivido com aqueles que estavam celebrando. Agora fomos criando uma distância e nos parece que só podemos colocar relíquia dos mártires de sete, oito, quinze séculos atrás. Por que não relíquias do [cardeal Oscar] Romero, do [padre] Josimo, de Margarida Alves?

Há poucos meses moveu-se de novo uma campanha para a cotação de bispos na bolsa de assassinatos...

Custando só 3,5 milhões em URV, hoje não sei quanto vai ser...

Eu lhe perguntaria: é uma contribuição significativa essa que a Igreja na América Latina dá para a história da Igreja, essa dos mártires de hoje?

A América Latina e concretamente a Teologia da Libertação nos deram a grande contribuição de explicitar o martírio maior, na história universal, que é o martírio pelo Reino. Temos muitos mártires que não se confessaram explicitamente cristãos, mas morreram pelo Reino, pela justiça, pela libertação, pela fraternidade, contestando a tortura, a opressão. Era uma vida pela causa, pela qual o próprio Filho de Deus deu a vida. Esses mártires do Reino são muitos mais do que os mártires simplesmente cristãos.

Há quinze anos os movimentos sociais no Brasil foram ressuscitando, as primeiras expressões organizadas das lutas no ABC em 1978, a anistia em 1979. Em 1980, a reorganização dos partidos, em 1982 a primeira eleição para governador, em 1983 a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1984 as diretas. Em 1985, o nascimento do Movimento dos Sem-Terra. O que pode significar a gestação desses novos valores como alternativa para este país?

A primeira independência desse continente, libertando-se da Espanha ou de Portugal, foi a independência dos novos Estados. O que estamos vivendo agora por meio do movimento popular seria a independência da cidadania. É o povo que está se “independentizando”, no sentido de estar se tornando adulto, participando, assumindo a própria co-responsabilidade, reduzindo inclusive, ao seu devido lugar, o poder do Estado, o poder do partido, o poder dos sindicatos. Esse ressurgimento está prestando o melhor serviço à política também. Nossos políticos ainda são muito de legislação, de relações internacionais, de cúpula sempre. A participação do povo faz com que a política torne-se realmente a vida da pólis, da cidadania.

Hoje todo mundo defende a cidadania no Brasil. Mais uma vez ocorre aquela apropriação, todos utilizam a mesma palavra para colocar nela significados diferentes.

Sabe o que se passa? A democracia esta tão prostituída que já não dá para prostituir mais. Tiveram de inventar outra prostituta. Simultaneamente, Betinho e D. Mauro Morelli — o que temos de melhor nesse Brasil — descobriram essa noiva, essa esposa, essa mãe, que poderia ser a cidadania para o país todo. Mas como você bem diz, já os grandes, os meios de comunicação, até as multinacionais a têm prostituído.

Operou-se uma modificação no dia-a-dia da violência no campo. Ela tomou formas diferentes. Os documentos da CPT (Comissão Pastoral da Terra) dão conta de uma diminuição no número de assassinatos e uma explosão dos casos de trabalho escravo. Como você vê esse fenômeno?

Há menos mortes, mas continuam sendo muito qualificadas. Por outro lado, se o país vive a tragédia do desemprego, é evidente que se volta ao trabalho escravo. Na medida em que se deixa de lado a reforma agrária, a reforma agrícola, em que não se reformula o Judiciário, que nossa Constituição está congelada ali, a injustiça, o abuso, continuam livres. No trabalho escravo há mais mulheres e crianças. Aos olhos de pessoas despercebidas nem se considera trabalho, é um favor, um bico.

Essas reformas a que você se referiu configuram um novo projeto nacional para o país. Como interpretar essa necessidade de um novo projeto nacional quando

Rememória

se percebe que os Estados nacionais, como forma de organização da sociedade, nos países desenvolvidos, já entraram em colapso? Hoje são o Estado supranacional ou as grandes empresas transnacionais que formulam as políticas. Como interpretar esse descompasso?

Evidentemente não se poderá pensar em reformar um país se não se pensa simultaneamente em reformar um continente, o mundo. Cada vez mais o mundo é um só. Nesse sentido, eu penso que é muito mais difícil reformar um país. Podemos sonhar para o Brasil o melhor presidente, com a melhor assessoria, inclusive uma reforma séria do Congresso. Não conseguiremos muito, ainda. Mas a vantagem é que, na medida em que vamos reformando um país, estamos reformando outros. Se o Brasil quer modificar sua economia, vai ter de dar um certo basta à dívida externa. Esse basta afeta beneficentemente a todos os países do Terceiro Mundo, é uma lição, uma contestação e um soco nos países credores. Não podemos pensar o Brasil só brasileiroamente, temos que o pensar “latino-americanamente”, “terceiro mundistamente”, mundialmente.

Hoje a sociedade brasileira mobiliza-se num processo eleitoral complexo e muito disputado. Temos mais um plano econômico que por coincidência ocorre no meio de um processo eleitoral, como o Plano Cruzado, em 1986. Como você percebe os movimentos da sociedade brasileira, das diversas forças políticas, e dos candidatos que estão postos no contexto da disputa presidencial?

Eu não vou citar nomes, mas está claro que neste país há dois projetos. Um majoritário em nomes de candidatos, que acaba sendo neoliberal. Para dizer com palavras mais tradicionais, não deixa de ser a direita. Não é um projeto que transforme o país. E há o projeto popular que atende essas necessidades básicas. Eu penso que esse projeto significa reforma agrária e agrícola, uma adequação do salário. Um projeto que dê um basta à dívida externa, chamem de moratória, renegociação etc. Um projeto que reconheça o Brasil pluriétnico, pluricultural e plurinacional. E que faça o possível para que possamos viver com tranquilidade, numa convivência fraterna. Um projeto que seja latino-americano. Agora, evidentemente, temos de acabar como Primeiro Mundo, para que não haja um Terceiro Mundo. Temos de acabar com o veto na ONU, para que possa ser um encontro de nações unidas, tão nação a Guatemala quanto os Estados Unidos. Dirão que isto é utopia. É, sim senhor. Eu só vivo pela utopia. Outro tipo de mundo, este não serve, massacra, exclui.

Temos diante de nós um quadro diferenciado na América Latina. Nos últimos anos, veja o que houve na busca de soluções ao sair das ditaduras militares. Um México que quer deixar de ser latino-americano e virar anglo-saxão, um Chile que buscou por meio de uma política neoliberal apresentar-se como par-

ceiro do NAFTA nos Estados Unidos etc. Então isso significa que essa opção da modernização neoliberal está descartada, em colapso?

Eu já tenho escrito, o neoliberalismo é a morte. O Primeiro Mundo está vivendo isso. Não sou contra o mercado, evidentemente, nem contra o capital, sempre que esteja submetido ao trabalho. Como não sou contra a propriedade privada, sempre que não seja privativista e privadora. Inclusive acho que não é hora de revoluções. E passou a hora de guerrilhas. Agora, há transformações sérias.

Então sua leitura é que esse mundo pós-muro, pós-revoluções, que se desenhou depois da queda do Muro de Berlim e do colapso do Leste Europeu, e que tem como expressão maior, do ponto de vista da organização da sociedade, a proposta neoliberal, está com os dias contados?

Os dias não sei, mas os anos. O próprio Primeiro Mundo está reconhecendo que por aí não dá, cresce o desemprego, a violência, a corrupção, a decepção, a não-participação. No meu entender, a humanidade irá para um tipo de socialização nas exigências básicas da vida.

Numa estrutura social tão conservadora quanto a do Brasil, que papel a sociedade tem de exercer no sentido de cobrança e apoio para que vingue um governo Lula, um projeto que pode ter uma repercussão muito importante para o continente e talvez para o mundo?

A sociedade que esteja disposta a esta transformação deve ter cada vez mais lucidez, por um lado, e por outro cada vez mais paciência. Nem o governo Lula poderá fazer milagres de cumprir todas as propostas do melhor programa do PT. Mesmo funcionando bem, com uma boa assessoria. E com um Congresso um pouco melhor do que o que temos. Não poderá cumprir todas as promessas, mas deveria ser o governo da virada, cumprindo algumas promessas básicas, sim. Reforma agrária, em certa medida, o povo está fazendo, bastaria que uma legislação e umas medidas concretas acompanhassem isso. Evidente que terão de se cortar certos latifúndios.

Não se faz reforma agrária sem desapropriar?

Isso está claro. E a reforma agrícola simultaneamente, aquela reforma integral que cada vez mais a própria CPT vem pedindo e da qual estou cada vez mais convencido também. Evidentemente, pode-se reformar a escola neste país. Pode-se organizar a sociedade de modo que haja teoricamente escolas para todas as crianças. Continuaremos ainda com meninos de rua, mas poderemos ir cortando esse drama. Sei que o PT não vai poder cancelar a dívida externa de uma hora para outra. Não depende de um país só. Eu penso que vai ser o governo da virada, não só para o Brasil, poderia ser um sinal para a América Latina. Tenho ouvido sempre que o Brasil será o último país que o império econômico permitirá

Rememória

que se revolucione. Não podemos esquecer os inimigos de dentro e os de fora, muito bem aliados, porque os interesses são comuns, farão tudo, tudo. Não será a greve dos caminhoneiros, serão outras greves.

Como é o desenho cultural de uma sociedade justa?

Eu desenharia a sociedade que sonho com palavras bem simples. Seria pão, circo, seresta e culto. Uma sociedade em que você possa comer, beber, que tenha fim de semana, férias, folga. Que valorize a própria cultura plural, desde a quadrilha, a capoeira, até o ótimo vídeo. Uma sociedade que se comunique com seus ancestrais, com o Deus da vida, dentro do pluralismo cultural. A partir de minha fé cristã, uma sociedade que responda a esse sonho de Deus. Você sabe que os direitos humanos são os interesses de Deus. Porque os direitos dos irmãos e irmãs são os direitos dos filhos e filhas. Gosto de dizer sempre que toda a política deste mundo se resume no Pai Nosso. “Pai nosso que estais no céu”, nosso, não meu. O pai nosso é o pão nosso. O teólogo jesuíta espanhol González Fauz, que conhece muito bem a América Latina, diz em seu livro *Projeto de irmão* que a ética, a moral e explicitamente a ética e a moral cristãs são, em última instância, um projeto de fraternidade.

Você ficou muito impressionado com duas coisas ao chegar em São Félix, e as duas são água: a chuva e o Araguaia. Pedro virou amazônico?

O Araguaia é a artéria mais bonita do Brasil. O rio mais poético e, sobretudo nos últimos anos, um rio bem militante. Além do que, é um rio indígena. O mais interessante é que o Araguaia é um rio que está se fazendo, é uma espécie de movimento popular das águas. Você sabe, toda a Ilha do Bananal é leito do Araguaia. Um rio recente. Eu tenho um poema que diz “*que me entierren en el río, al pie de una garza blanca*”. Você deveria fazer agora como os entrevistadores: um conselho para nossos leitores...

Um conselho para o presidente da República.

Olha, os presidentes da República deveriam fazer como os bons jogadores, retirarem-se em tempo e previamente e não entrar se não souberem jogar. Mas como último conselho eu tenho um poema que termina dizendo: “*Yo me atengo a lo dicho, a la esperanza.*” Certo?

Obrigado, Pedro.

Elizabeth Teixeira

por *Alipio Freire* e
Hamilton Pereira

Teoria&Debate n° 30, 4° trimestre de 1995

Nasceu em Sapé (PB), no dia 13 de fevereiro de 1925. Casou-se com João Pedro Teixeira em 26 de julho de 1942, quando tinha 16 anos. Tiveram 11 filhos, dos quais três já haviam morrido à época da entrevista a *Teoria&Debate*. O casamento foi contra a vontade do pai, fazendeiro e comerciante, para quem sua filha não podia casar-se com alguém “preto e pobre”. Elizabeth viveu junto com seu marido as atribuições de uma liderança popular. Em 1958, com a fundação da Liga Camponesa de Sapé, as ameaças de morte contra João Pedro tornaram-se freqüentes. Ele foi assassinado no dia 2 de abril de 1962, por dois policiais disfarçados de vaqueiros. Viúva aos 36 anos, Elizabeth Teixeira assumiu o posto que era de seu marido, e passou a sofrer as mesmas ameaças. Depois de dois anos do assassinato de João Pedro, a Liga Camponesa de Sapé contava com o dobro de associados: 30 mil camponeses. Em 1964, com o golpe militar, Elizabeth, que já havia sido detida várias vezes, teve de fugir para o Rio Grande do Norte, sob a identidade de Marta Maria da Costa. Sobreviveu como lavadeira e, depois, como professora na cidade de São Rafael. Foi dada como morta pela repressão política, ressurgindo apenas em 1981, por uma triangulação com o cineasta Eduardo Coutinho, que registrou a história de João Pedro no filme *Cabra marcado para morrer*. A entrevista foi concedida a Alípio Freire e Hamilton Pereira, em 1995.

Rememória

Onde e quando você nasceu e como era sua família?

ELIZABETH TEIXEIRA — Nasci no município de Sapé, Paraíba, em 13 de fevereiro de 1925, numa família de sete irmãos: Euclides, Eules, José, Beatriz, Maria das Dores, Severina e eu. Meu pai continua morando em Sapé, tem 101 anos, é fazendeiro, proprietário de 300 ou 400 hectares de terra e também trabalha no comércio. Minha mãe já faleceu.

Como foi sua infância, qual foi sua formação?

Não tive chance de estudar porque naquela época o acesso aos colégios era muito difícil. Fiz o primeiro e o segundo anos e depois saí da escola, com 9 anos, porque o meu pai, dada a distância, não deu mais consentimento para eu ir à escola. Minha mãe era uma mulher muito católica. Nossa alimentação era muito boa, porque meus pais tinham condições. Tinham empregados para todos os serviços. Morava numa casa boa, casa de fazenda. Meu pai era bom, o único problema foi o meu casamento, porque casei a contragosto dele. Tive de fugir e casar com 16 anos, porque quando João Pedro Teixeira me pediu em casamento, papai não aceitou. Em primeiro lugar, dizia que ele era negro, e negro do portão dele pra lá, que não aceitava negro sentado na sua cadeira. E além disso, casar com pobre, operário? A filha dele, jamais. Dizia que não concordaria com o casamento nem se houvesse uma lei que o obrigasse a isso. Minha mãe também não queria.

A primeira vez que vi João Pedro foi no comércio do meu pai, na mercearia. Ele trabalhava numa pedreira nas terras de um vizinho. Depois que fugimos fiquei na casa do tio dele, que era gerente de um engenho, e no dia 26 de julho de 1942 nós nos casamos. Antes do casamento, papai mandou uma carta, pedindo para que eu voltasse, mas eu não aceitei. Quando conheci João Pedro, eu tinha 15 anos e fugimos quando eu tinha 16 anos.

Depois do casamento sua família recebeu vocês?

Não. A obrigação das pessoas católicas naquela época era pedir bênção aos pais no casamento e eu fui até a casa deles, mas assim que me viram todos saíram correndo, inclusive a empregada. Alguns meses depois, minha irmã, que tinha 12 anos, adoeceu e disse que queria me ver. Quando cheguei, ela me abraçou, me beijou, mas já não falava mais. Morreu naquela madrugada. Papai pediu novamente para eu ficar, mas eu disse que iria voltar para a companhia do negro, como ele o tratava. Assim, continuei com João Pedro no engenho Maçangana. Lá nasceu a nossa primeira filha, Marluce Teixeira. Depois João Pedro foi para Recife e eu fiquei em Sapé por uns meses. Aí, ele alugou uma casinha em Recife e me levou. Já estava grávida do segundo filho, o Abraão Teixeira. Moramos nove anos em Recife e João Pedro foi ser crente da Igreja Evangélica Presbiteriana. Nessa época, começou a participar da luta da classe trabalhadora, fundando o

sindicato da classe dele, trabalhava na construção civil. As primeiras reuniões foram em casa, no começo dos anos 50. Logo depois, os empresários, donos das construções, não queriam mais dar trabalho a ele e a situação foi ficando muito difícil. Meu irmão mais velho, que levava as exportações da fazenda do meu pai, o amendoim, o inhame, para Pernambuco, procurou a minha casa. Quando chegou, viu meus filhos e perguntou se eu não queria morar na fazenda que meu pai havia comprado de meu padrinho. Diante daquela situação, eu acabei concordando e quando João Pedro chegou eu falei: “Não podemos ver os nossos filhos passando fome”; ele ficou um pouco tenso, mas também concordou. Isto dentro de mim tem uma dor e vou morrer com ela... Porque fui eu que fiz João Pedro voltar para a Paraíba. Quando chegamos lá, em 1954, no meio de maio, papai mandou um grupo de trabalhadores nos ajudar no plantio. João Pedro também foi. Na hora da comida, eles tinham apenas farinha seca, ou quiabo assado, outros só farinha com rapadura. Aí, João Pedro disse: “Seu pai não dá almoço para aqueles trabalhadores? Estão passando necessidade.” Papai só mandou duas vacas de leite para os meus filhos. A partir desse momento, João Pedro começou a entrar no campo, tomando conhecimento, de engenho em engenho, dos trabalhadores, como era a sobrevivência deles na terra. Foi tomando conhecimento e começou aquela organização.

Nessa época, seu pai tinha se reconciliado com a senhora?

Tinha, reconciliou-se comigo no momento em que tomou conhecimento que João Pedro ingressou na luta. João Pedro fez uma primeira reunião na nossa casa com a presença de 30 companheiros do campo. Mas, no dia seguinte, chegou a polícia. A primeira pessoa que chegou às cinco horas da manhã foi meu pai. João Pedro teve de fugir da repressão, e foi para o Rio de Janeiro. Passou oito meses lá e eu passei oito meses no campo sozinha. Nesse período, já era o homem do campo que vinha pra minha casa diariamente procurar por ele. Traziam batata, cargas de inhame... Tudo que os companheiros plantavam. E não faltava nada. Quando João Pedro voltou, fundou a Liga Camponesa em Sapé, em 1958. Não podia dar o nome de sindicato rural naquela época.

Quando João Pedro voltou do Rio a polícia o procurou?

Era procurado diariamente. Era preciso, mas tínhamos advogados que tomavam conhecimento e o liberavam. Assim, a organização dos trabalhadores foi crescendo na região. Tanto que começou a “capangagem” em volta de casa, para ver se João Pedro tinha medo, para ver se ficava intimidado. Às vezes era preso e levado para Recife. Chegando lá, no Quartel de Bombeiros, ofereciam uma grande fazenda para ele abandonar a luta, diziam que teria carro e que os filhos poderiam estudar. Se ele quisesse uma casa de comércio, teria. Muitos companheiros sabem disso. Quando tomaram conhecimento que ele não

Rememória

abandonaria a luta, papai vendeu a fazenda em que eu e João morávamos para um empresário de Sapé. O juiz e o escrivão chegaram com um mandado de despejo de 24 horas, acompanhado dos policiais. Com 11 filhos, onde eu ia parar? Despejados da fazenda. Aí, João Pedro decidiu que iríamos para João Pessoa, protestar contra o despejo. Tínhamos muita plantação, que foi mantida pelos companheiros do campo. Quando aconteceu o golpe [de 1964], a minha casa era uma fartura, depósito de inhame, sacas de farinha, eu tinha de tudo em casa para manter meus filhos. Além disso, os companheiros do campo vigiavam a minha casa. O assassinato de João Pedro aconteceu no dia 2 de abril [de 1962], às 5h40min da tarde, numa segunda-feira. Eu tomei conhecimento só no dia seguinte, na parte da manhã. A gente já dormia assombrado. Quando ele saía me abraçava e dizia: “Eu vou, minha filha, vou, meus filhos”, beijava um por um. Ele sabia o que ia acontecer, porque mandaram avisar. Ele chamou o fotógrafo, tirou fotografia ao meu lado com as crianças. Quando olhei aquela fotografia, disse: “Vamos nos retirar para o sul do país... Para o Paraná... Você tem um amigo lá.” Ele olhou para mim e disse: “Eu não vou, eu continuo a luta aqui. Não me acovardo, de jeito nenhum, sei que eles vão tirar a minha vida, pelas costas, covardemente, mas não abandono a luta.” Aí ele perguntava para mim: “Você dá continuidade?” Eu tinha resposta para dar a esse homem? Ele levou três tiros, pelas costas. Um no coração, estraçalhou toda a parte do peito. Os outros dois no intestino. Quando foi feita a autópsia, descobriu-se que as balas eram de fuzil. No momento que eu o vi, estraçalhado a bala, disse: “João Pedro, isso não se faz com um pai de família, com o pai de 11 filhos, um pai tão amoroso com os filhos, um homem que nunca sequer me deu um desgosto, eu vou dar continuidade a sua luta.” No hospital, onde ficou após ser assassinado, foi preciso pular as armas dos policiais, porque eles não deram consentimento para eu entrar, só com ordem do diretor do hospital, que se encontrava no Rio. Eu voltei acompanhada do meu filho mais velho, o Abrahão, e disse: “Vou pular as armas, der o que der, porque agora tanto faz.” Pulei, mandei meu filho pular e entrei.

Quantos anos você tinha quando ele morreu?

Tinha 36 anos. Foi assassinado por pistoleiros que estavam de emboscada. Eram dois policiais, um cabo e um soldado da polícia, e o vaqueiro Aginaldo Veloso Borges. O cabo da polícia chamava-se Francisco Pedro, apelido Chiquinho, o soldado, Antonio Alexandre. O vaqueiro estava na estrada, esperando João Pedro para dar o aviso aos pistoleiros, que estavam em emboscada. Uma senhora que morava perto do local disse que depois de ter levado os três tiros, João Pedro dizia, levantando a mão e ainda em pé: “Tentaram, tentaram, até que tiraram a minha vida. Sei que não reencontro mais a minha mulher e meus filhos”, deu alguns gemidos e já estava no chão. O primeiro que o encontrou foi o companheiro Antônio José Dantas, que estava na estrada com o prefeito de Santa Rita,

cidade da Paraíba. João Pedro saltava do carro que ligava João Pessoa a Campina Grande, e caminhava para chegar até em casa. Segundo as informações, não foi somente uma emboscada, foram três naquele dia, porque se ele passasse pela primeira teria outra no rio, que ele tinha de atravessar. E a terceira era na nossa própria casa. Naquele dia não tinha como escapar.

Foi montado um processo sobre isso?

Uma camponesa, de nome Joana, encontrou com os dois policiais a cavalo, trajados de vaqueiros. Ela perguntou: “Oi, rapaz, tu estás hoje trajado de vaqueiro?”, perguntou para o cabo, que era seu conhecido. Ele respondeu: “Estou procurando uma novilha que fugiu do rebanho do meu patrão.” Então, no dia seguinte, todo mundo já sabia que tinha sido a polícia, porque policiais trajados de vaqueiros, dizendo que estavam procurando uma novilha, só podia ser uma conversa suspeita. A notícia correu, pegaram a Joana e levaram-na para João Pessoa. Quando ela viu o cabo Chiquinho, disse: “Foi você, cabo Chiquinho, que estava trajado de vaqueiro.” A mesma coisa aconteceu quando ela viu o soldado Antonio Alexandre. Então não havia mais dúvida. Mas Aguinaldo Veloso Borges, o usineiro mandante do assassinato, era sexto suplente na Assembléia Legislativa e acabou assumindo a cadeira com o licenciamento do deputado e de mais cinco suplentes.

Com imunidade...

É uma decepção para um país como o nosso. Não existe justiça... É triste.

E os policiais e o vaqueiro chegaram a ser presos?

Foram presos e depois do golpe foram liberados.

O golpe deu essa liberdade?

Deu essa liberdade para todo mundo... Deu liberdade [risos].

Como era a família de João Pedro?

Ele nasceu em Pilãozinho, município de Guarabera. Tinha o mesmo nome do pai, e a mãe dele se chamava Maria da Conceição. Conheci muito sua mãe, uma senhora muito boa, tínhamos muito respeito uma pela outra. Já com o pai dele houve um desentendimento. Ele casou-se e pagava foro de uma área de terra. O proprietário quis tomar uma parte, porque disse que ele estava com muita terra. Ele não cedeu e o proprietário mandou dois filhos, com capangas, numa noite de São João, tirar a vida de João Pedro pai. No entanto, ele matou dois capangas e desapareceu. João Pedro nunca conheceu o pai. Quando tinha 12 anos, teve informação, por pessoas que vieram de Manaus, de que ele trabalhava no porto

Rememória

de Manaus, no embarque. A mãe dele morreu em 1985. Era uma ótima pessoa, dava apoio ao filho, mas já estava doente, com mais de 80 anos.

Ele teve irmãos?

Uma irmã, mas morreu logo, Severina Teixeira. Quando morreu, eu só tinha o primeiro filho. A mãe dele não se casou novamente. Com 50 anos, adotou duas crianças: um menino que já foi em casa várias vezes, José de Andrade, e uma menina, que foi para o Rio. Ela criou um caszinho adotivo. Quando adoeceu, nas últimas horas de vida, a felicidade dela foi o José de Andrade, a menina já tinha vindo para o Rio. Foi ele que deu toda a assistência, já era homem.

O João Pedro tornou-se evangélico. Ele morreu evangélico, praticava a religião?

Na luta do dia-a-dia ficou afastado da Igreja, não freqüentava, mas dizia que era evangélico. Quando foi preso pelo Exército na renúncia de Jânio Quadros, um major, na minha residência, fez várias perguntas sobre a Bíblia e ele respondeu todas. Eu sou católica e sempre vou à igreja. Ele era evangélico, mas queria que os meninos escolhessem a religião. Quando foi assassinado, os nossos filhos eram pagãos, não eram batizados.

Vocês tiveram 11 filhos?

Sim. Três já morreram. A menina mais velha suicidou-se no mesmo ano em que o pai foi assassinado, por não haver justiça. João Pedro morreu no dia 2 de abril, e no dia 16 de junho acertaram um tiro no menino Paulo Teixeira. Estava arrancando macaxeira, às cinco horas da tarde, e recebeu um tiro no osso frontal a mando do latifúndio, para me intimidar, para que eu abandonasse a luta. Hoje, ele mora em Pernambuco, é um homem com problemas mentais. Os médicos que fizeram a sua cirurgia disseram que teria problemas com uns 30 anos. Ele chegou a se casar e trabalhar como caminhoneiro. Conseguimos uma aposentadoria para ele no valor de três salários. Ele mora com os filhos e a esposa, que trabalha na prefeitura do município de Libérulo. Quando recebeu o tiro tinha 11 anos. A menina mais velha, Marluce, estava com 18 anos e morreu dizendo que todas as noites sonhava com o pai, ouvia sua voz gemendo. Estava certa de que não haveria justiça e de que eu também não ia vencer, seria morta, e antes que isso acontecesse ela queria morrer. Tomou veneno. Trouxe-a para João Pessoa, mas não teve jeito.

Com a Liga do Engenho da Galiléia foi possível conseguir algum dinheiro para comprar caixão e enterrar os mortos, porque a pobreza era tanta que as pessoas eram enterradas em redes, às vezes num lençol... Primeiro as Ligas estavam à procura de solução para os problemas da morte... Depois para os problemas da vida... Como foram as primeiras reuniões na sua casa para a organização da Liga de Sapé? O que levou as pessoas a se organizarem?

A miséria no campo era muito grande. Muitas companheiras de 15, 16 anos morriam de parto, sem assistência. Uma criança adoecia e não tinha o mínimo de assistência no campo. Diante disso, João Pedro ia conscientizando o homem do campo para reivindicar saúde, melhores salários, acabar com aquele cativo do cambão. Aquele cativo de só ter direito a comer daquela mercearia do engenho, com alimentos já mofados. Os trabalhadores não tinham direito a salário. Recebiam um vale para ir ao barracão e ali comprar farinha, açúcar, aquele feijãozinho. As reuniões do João Pedro eram, justamente, para conscientizar o homem para acabar com toda essa miséria. A doença sem assistência, a morte sem assistência, a comida, a educação e, em primeiro lugar, a terra para ter o direito de trabalhar nela e não deixar a lavoura para o patrão, porque tinha patrão tão ganancioso, que quando via em volta da casa do morador uma lavoura com muita prosperidade, tomava posse. Nas reuniões, João Pedro ia conscientizando todos aqueles companheiros, para terem direito à posse da terra. A organização chegou a tal ponto que, quando João Pedro foi assassinado, a Liga Camponesa contava com 7.400 associados.

Como eram as reuniões?

Começavam por volta das dez horas da manhã e iam até as quatro da tarde, nunca entravam pela noite. João Pedro conversava com os companheiros numa grande mesa, que ele comprou, tomava conhecimento e fazia anotações. Engenho fulano, a maior complicação de miséria é essa. Engenho tal... Engenho tal. Tomava conhecimento dos desentendimentos entre os trabalhadores e os proprietários.

Quando João foi assassinado houve um ato em Sapé. Como foi o enterro, a liberação do corpo?

Logo que ele morreu começaram a chegar pessoas, personalidades do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Brasília, companheiros de vários estados. O enterro de João Pedro teve um acompanhamento muito bonito. Recebi solidariedade de todas as classes trabalhadoras, dos estudantes, e muitas delegações camponesas vieram ao ato público em Sapé. Os companheiros que não eram da Liga se revoltaram e acabaram se filiando, todos os companheiros, de outros municípios, que ainda não estavam filiados, se filiaram em protesto ao assassinato de João Pedro. Foi a coisa mais linda da minha vida, a fraternidade, o amor do homem do campo para com João Pedro e para comigo e os filhos dele. Todos os companheiros da Liga se aproximavam de mim e até queriam incendiar a cidade de Sapé. A revolta foi tão grande que, em 1964, dois anos depois, a Liga chegou a ter 30 mil companheiros. Fora outros que já estavam com planos de fundar sindicato, como em São Miguel de Itapu. Depois de um mês da morte de João Pedro, recebi um convite de João Goulart, presidente da República, para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito, em Brasília. Antes,

Rememória

fui ao Rio de Janeiro e fiquei hospedada na casa da doutora Regina Albuquerque, em Copacabana. Ali participei de manifestações do 1º de maio, um grande movimento no qual os estudantes me receberam, todos em pé, com a faixa vermelha, simbolizando o sangue de João Pedro. Os operários também fizeram passeata, com faixas em protesto contra o assassinato de João Pedro. O maior protesto aconteceu no Sindicato dos Bancários. No dia 2, cheguei em Brasília, depus na CPI e o presidente João Goulart me disse: “Elizabeth, assumo o lugar de João Pedro, em protesto contra o assassinato. Para a manutenção dos seus filhos, vamos dar uma bolsa de estudo para o seu filho mais velho, o Abraão Teixeira, que já fez a 4ª série, e vou a João Pessoa ser o padrinho da sua menina mais nova, que tem três meses.” Ele veio a João Pessoa mas não foi possível cumprir a promessa, porque houve um encontro de latifundiários, de usineiros e a situação ficou muito delicada. Voltando, assumi o lugar de João Pedro para o que desse e viesse. Estava disposta a morrer. Várias vezes fui presa, e aquele coronel Luis de Barros, da Polícia Militar, dizia: “Tenha vergonha, Elizabeth, vai tomar conta dos seus filhos”, e eu respondia: “Olhe, eu não pedi para estar hoje nesse lugar, não. Foram vocês que me deram esse lugar quando atiraram no peito do meu marido.” Ele mandava dar um salva de tiros nos meus pés. Um dia, apareceram duas caminhonetes da polícia em casa, deram uma salva de tiros nos meus pés. Fizeram dois pelotões de polícia e mandaram eu passar no meio. Quando passei, atiraram só na terra. Mandaram eu entrar na cabine de uma caminhonete com três policiais: um tenente, um sargento e um soldado. Eu ainda disse para o tenente: “Deixe de ser covarde e bandido. O senhor acha que eu vou me assentar ali...” Mas acabaram me levando para João Pessoa. O advogado já estava me esperando e protestando. Quando havia qualquer conflito de terras...

Iam procurar a Elizabeth...

Isso não foi só uma vez. Também me ofereciam dinheiro para eu me mudar, abandonar a luta. Enquanto passava no meio do pelotão atirando, o usineiro Luis Ribeiro Coutinho, apertando minha mão, arroxando minha mão, no meio dos policiais, dizia: “Muda e vamos já para o escritório, muda, Elizabeth”, eu disse: “Para o escritório o quê? O senhor tem terra para os homens que estão despejados?” Na minha casa tinha uns dez ou doze despejados. Todos com foice e enxada, se eles me matassem, morriam também. Foram embora. Eu preferiria não ter nada para comer, até o suicídio, do que receber dinheiro. Um dia após o golpe tentaram incendiar minha casa, mas não me encontraram, porque estava em Galiléia, fazendo aquele filme, *Cabra marcado pra morrer*. De lá, conseguimos fugir para dentro das matas e, no dia seguinte, conseguimos chegar até Recife. Depois, em João Pessoa, procurei notícias dos meus filhos, mas acabei sendo presa. Passei três meses e 24 dias na prisão, no Agrupamento de Engenharia. O Major queria me enquadrar, perguntava sobre caminhonetes que supostamente

chegavam em casa à meia-noite, cheias de armas que vinham de Recife. Eu dizia que aquilo era uma injustiça, porque desde a morte de meu marido eu fechava a porta e não abria mais para ninguém. Armas quem tem são eles, que mataram João Pedro. E não só ele, mas também o companheiro Alfredo Nascimento, que foi assassinado barbaramente pelo capa de aço da usina Santa Helena. Antes de João Pedro Teixeira, o companheiro Nezinho da fazenda Caruçu. Antes de João Pedro, outros companheiros já tinham sido assassinados e muitos com o golpe militar. Ele não conseguiu me enquadrar e fui liberada.

Você disse que estava fazendo o filme Cabra marcado pra morrer no momento do golpe militar. Como você travou conhecimento com esse pessoal de cinema? Foi por ocasião da morte de João Pedro, nas manifestações no Rio de Janeiro?

Não, o companheiro Eduardo Coutinho, que foi o cineasta do filme, estava no Nordeste fazendo uma pesquisa sobre petróleo com os estudantes. Tomando conhecimento do assassinato do João Pedro, eles foram ao ato público, em protesto. Estavam em Sapé vendo aquela situação e ficaram revoltados. Ele me procurou e achou que deveria fazer um filme. Eu já estava na presidência da Associação e tive de conversar com os outros companheiros, que concordaram com o filme. João Pedro morreu em 1962 e nós começamos a filmar em janeiro de 1964. Fomos fazer o filme na Galiléia, em Pernambuco, com o apoio de Miguel Arraes, porque não deixaram filmar na Paraíba.

Como é que foi o golpe no campo?

O golpe no campo foi o maior terror, porque muitas famílias foram jogadas para fora das propriedades e migraram para São Paulo, para o Rio de Janeiro e até mesmo para as cidades do Nordeste. A maior contribuição do golpe foi para a miséria do campo. Onde está o homem do campo? Na cidade, na periferia, os filhos comendo lixo, morrendo de fome, marginalizados. Temos de lutar contra isso, implantando a reforma agrária, colocando um presidente que seja do Partido dos Trabalhadores, que olhe essa classe dos sem-terra, que olhe esse povo, e que implante uma reforma agrária digna, dando segurança ao homem do campo, dando fiança para que possa produzir e sobreviver, para que esse homem saia das periferias das cidades e volte ao campo. Porque, enquanto isso não acontecer, a tendência é aumentar a violência e a miséria. Temos de mudar isto, temos de tomar a terra do latifúndio e dar aos sem-terra para que eles possam plantar, produzir, ter barriga cheia, viver contentes com seus filhos. Na cidade já não existe emprego, quanto mais para quem vem do campo, analfabeto. No nosso país, a educação está falida. No interior, podemos dizer que a educação pública não existe. O mesmo acontece com a saúde.

Quando aconteceu o golpe, os fazendeiros do sertão da Paraíba participaram da perseguição que a polícia fez aos camponeses?

Rememória

Depois do golpe, os fazendeiros, os latifundiários perseguiram os camponeses e os sócios da Liga Camponesa, muitos estão desaparecidos. Quando fui presa, chegaram dois latifundiários armados para me matar. Papai fugiu de casa, ficaram a mamãe e a empregada. Eles disseram para mim: “Fale agora aí, comunista sem-vergonha, não pense que vai ficar assim, não”, com a arma na mão. Minha mãe tomou a frente, pediu pelo amor de Deus para não me matarem, porque um era compadre dela. Eu disse que a dor que eu sentia, ali, naquele momento, era estar desarmada, porque se eu estivesse armada... Eles perguntaram o que eu faria, e eu respondi: “Matava, já tinha matado, covarde, porque vocês são covardes. Se vocês querem me matar atirem e me matem, não vai dizer palavra mais comigo, porque isso prova que vocês são covardes, me chamando de comunista, sem-vergonha.” Isso aconteceu com muitos companheiros, muitos desapareceram.

Uma coisa que se comenta é que muitos companheiros das Ligas, no dia seguinte ao golpe, foram jogados direto nas caldeiras, você já ouviu falar disso?

Já ouvi. Eu tenho a sorte de hoje estar aqui com vocês, conversando e de reencontrar com todos os meus filhos, pois não tinha nenhuma esperança de que isso acontecesse. Quando fui para o Rio Grande do Norte, depois do golpe, também não tinha esperança, porque as notícias eram de que eu tinha sido assassinada na Paraíba, com o corpo carbonizado. Tanto que quando eu voltei foi a maior admiração.

Não há um número exato de quantas pessoas morreram no campo após 1964. O movimento camponês tem pistas sobre isso, pessoas que deveriam ser procuradas?

É tão difícil, porque no momento que houve o golpe eu fugi para o Rio Grande do Norte. Lá fiquei com identidade falsa, com o nome de Marta Maria da Costa. Fui viver lavando roupa na cidade de São Rafael e adoeci. Apanhei uma infecção, fiquei muito doente, e fui parar no hospital. Quando saí, fui alfabetizar crianças.

Enquanto Marta Maria da Costa estava alfabetizando crianças, você andou se metendo a organizar alguma coisa nesse período ou não? Porque você não tem cara de ficar quieta...

Logo no início da década de 1970, entrei em contato com o presidente do Sindicato Rural e fui logo convidada para assumir a presidência. Mas participei apenas das reuniões e para falar com os companheiros do campo, para que pudessem entender a luta, assumir o cargo de jeito nenhum. Porque ninguém sabia que eu era a viúva de João Pedro Teixeira. Só o companheiro presidente do sindicato, que tinha o apelido de Nenê.

Quando você saiu da clandestinidade?

Saí da clandestinidade em 1981, quando o cineasta Eduardo Coutinho foi para João Pessoa, procurar por mim. Conhecia dois estudantes do Rio Grande do Norte, de São Rafael, que todos os finais de ano iam para João Pessoa. Por intermédio deles consegui localizar meu filho Abrahão, que trabalhava como jornalista em Patos, na Paraíba. Assim, o menino que tinha fugido comigo para o Rio Grande do Norte, Carlos Teixeira, foi até Patos conhecer o irmão. Então eu disse para levar o meu retrato, senão o irmão ficaria desconfiado. Quando chegou no escritório dele, Abrahão disse: “Não estou acreditando que esta mulher está viva, porque as notícias que se têm é que foi morta e carbonizada.” Aí, ele mostrou o retrato. No dia seguinte, chegou Eduardo Coutinho na casa do Abrahão e os dois vieram me procurar. Foi uma emoção tão grande. Abrahão logo me convidou para morar com ele. Resolvi tudo com os pais das crianças que eu alfabetizava, e depois de uma semana já estava morando em Patos.

Quando surgiu a sua verdadeira identidade, no Rio Grande do Norte, como reagiram seus amigos?

Uma fraternidade, a maior do mundo. A estudantada, antes de eu vir morar com meu filho, chegava de ônibus, de Natal, para me parabenizar. Fui convidada para participar de vários movimentos. Até faixas fizeram. Eles diziam que da maneira como receberam a senhora Marta Maria da Costa, com mais prazer estavam recebendo agora Elizabeth Teixeira. O primeiro filho que reencontrei foi Abrahão. Na casa de minha mãe estava somente o João Pedro. A menina já tinha ido para o Rio de Janeiro, por conta da irmã mais velha, a Marta, que a levou quando tinha 12 anos. Elas moram até hoje no Rio. Procurei reencontrar todos os meus filhos. Entrei em contato com o Isaac, que estava em Cuba, por telefone. Ele foi para Cuba no dia 10 de janeiro de 1963, acompanhado do deputado Francisco Julião, porque quando Fidel Castro tomou conhecimento de que o líder camponês João Pedro Teixeira tinha sido assassinado em uma emboscada paralisou todo aquele país e hasteou a bandeira em homenagem a ele. Sabendo que tinha deixado 11 filhos, mandou um telegrama diretamente para a Associação da Liga Camponesa de Sapé e convidou um dos filhos de João Pedro para estudar em Cuba. Abrahão Teixeira já estava em João Pessoa, com a bolsa oferecida por João Goulart. Então, o Isaac Teixeira foi estudar em Cuba. Retomei o contato com ele em 1985, por intermédio de um menino que tinha acabado de chegar de lá e o conhecia. Em janeiro de 1986, Isaac voltou para o Brasil. Tinha feito medicina em Cuba.

E você já foi a Cuba?

Sim, fui logo depois do Isaac, no dia 26 de julho 1963, acompanhada dos companheiros camponeses. Passamos 24 dias percorrendo todo aquele país. Fui muito bem recebida por Fidel Castro. Ele me apresentou uma casa, dizendo que

Rememória

se eu quisesse voltar com meus filhos teria toda a assistência. Mas eu disse para Fidel que tinha um compromisso com a luta do Brasil, não só pelo assassinato do meu marido, mas de muitos outros companheiros, amigos que tombaram na luta. Quando veio o golpe, naquele momento difícil, eu pensava, às vezes, no convite de Fidel.

Você se filiou ao PSB e foi candidata, é isso?

Sim, no ano que assassinaram o João Pedro, para poder protestar, para ter mais oportunidade de subir no palanque e protestar contra a perseguição que estava acontecendo no campo. Eu aceitei ser candidata e não era filiada a nenhum partido. Os companheiros de João Pedro insistiram para que eu me filiasse ao PSB — Partido Socialista Brasileiro — e para eu sair candidata a deputada estadual. Fiquei na primeira suplência. Aceitei a candidatura porque tinha mais oportunidade de esclarecer ao público a violência do latifúndio contra o homem do campo.

Em 1985, você esteve presente no congresso de fundação do Movimento dos Sem-Terra, em Curitiba?

Estive, foi lá que conheci a companheira Ana de Santo Dias, viúva daquele operário metalúrgico que foi assassinado. Ela me fez o convite para ir a São Paulo, visitar as comunidades, participar das atividades do Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março. Também participei de reuniões com a estudantada de Fortaleza, do movimento da universidade, com mulheres de Fortaleza. Na Bahia passei oito dias participando de um encontro de mulheres de todo o país, discutindo a situação de miséria do nosso país. Não sei como a gente vai conseguir mudar essa situação. Quando [Fernando] Collor foi eleito, em 1989, recebi um convite de jornalistas para ir à Suíça, acompanhada da secretária do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Chegando lá ficamos num hotel luxuoso e recebemos convite de grupos de empresas para conversar. Nesses encontros, levávamos um mapa, dizíamos que éramos do Nordeste e falávamos da miséria dessa região, que nas grandes cidades as crianças ficavam jogadas nas calçadas com fome. Menores vivendo como prostitutas para sobreviver. Milhões de velhos mendigando, o homem do campo miserável, sem-terra, e também sobre os salários dos trabalhadores. Eles perguntavam como num país desse elegemos um candidato como Collor de Mello e eu disse: “O que leva a esta miséria é o analfabetismo, temos milhões de analfabetos que, por isso, não têm uma consciência política para votar num candidato que lute por eles, no candidato que seja do partido deles. Isso é o que faz o nosso povão votar no candidato burguês, no usineiro, no burguês como Collor. Um povo muito faminto, que vota em troca de um prato de comida, uma feira, uma sacola, um par de chinelos.” Agora, se eu voltasse à Suíça, o que eles iam perguntar? Depois do Fernando I, votaram no II. Votaram no mesmo Fernandinho...

Quando o PT fez 15 anos, você nos deu de presente sua filiação ao partido. Como foi isso?

Para mim foi o maior prazer. Só fui filiada ao PSB no ano em que assassinaram o meu marido. Já é bastante para mim a satisfação do nome, Partido dos Trabalhadores, que é a classe que mais amo, a classe trabalhadora, a classe que produz e que constrói. Não é o latifundiário, não é o empresário, é o trabalhador que constrói. Foi o maior prazer da minha vida receber o convite de Lula, porque voto nos companheiros do PT. Pelo meu passado de luta, pelo meu sofrimento, não tenho outra opção a não ser o Partido dos Trabalhadores.

Índice remissivo

A

ABIA (ver Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids)
Átea, Abramo, 15
Abramo, Athos, 15, 16, 17, 68, 75
Abramo, Beatriz, 70
Abramo, Cláudio, 24
Abramo, Fúlvio, 13-27, 37, 66, 68, 214,
Abramo, Lélia, 17, 19, 63-82
Abramo, Lívio, 17, 65, 68
Abramo, Perseu, 15
Abramo, Vincenzo, 14, 65, 67, 69
Abramo, Yole Afra, 65
Abreu, Cláudia, 313
Ab'Saber, Aziz, 345
Academia da Língua da Colômbia, 389
Ação Católica em Minas Gerais, 243, 244, 245
Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, 243
Ação Integralista Brasileira (AIB), 90, 212, 213
Ação Libertadora Nacional (ALN), 117, 122, 146-148,
196, 197, 199, 314, 315
Ação Popular (AP), 155, 159, 243, 246, 245, 247, 248,
249, 250, 251, 252, 253, 254, 303, 306, 318
Adriano (Dom), 386
Afonso, Almino, 41, 42, 247, 248
Afonso, Carlos, 255
África do Sul, 384
Agência Noticiosa S.A. (ANSA), 74, 75, 79
Agitação e Propaganda (Agitrop), 286
Agrarismo e industrialismo, de Octávio Brandão, 16
Agrupamento Comunista de São Paulo (1968), 122, 146
Agrupamento de Engenharia, 404
AI-2 (ver Ato Institucional n.º 2)
AI-5 (ver Ato Institucional n.º 5)
Akcelrud, Isaac, 281-298
Ala Vermelha, 308
Albânia, 232
Alberti, Rafael, 388
Alcântara, Eduardo, 38
Alemanha, 37, 54, 72, 97, 102, 103, 201, 234, 354
Alemão, Paulo, 56, 57
Aliança Liberal (AL), 51, 89
Aliança Nacional Libertadora (ANL), 26, 55, 86, 89, 90,
91, 93, 94, 95, 285, 286

Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 302, 379
Alípio (padre), 247, 250
Almeida, Canuto Mendes de, 221
Almeida, Guilherme de, 218
Almeida, Itajiba, 56, 57
Almeida, José Américo de, 352
Almeida, Rômulo, 42
ALN (ver Ação Libertadora Nacional)
Alves, Margarida, 390
Alves, Mário, 117, 120, 123, 125, 177, 180, 192-195, 196,
197
Alvorada (boletim), 377
Amado, Jorge, 114, 187, 214, 291
Amaral, Tarsila do, 218
Amazonas, João, 61, 111, 117, 118, 180, 181, 183,
184, 192, 193, 288, 290
Amazônia Legal, 376
AMES (ver Associação Metropolitana dos Estudantes
Secundaristas)
Anália Jr., José, 54
Anderson, Perry, 233
ANDES (ver Associação Nacional dos Docentes do En-
sino Superior)
Andrada e Silva, Antonio Carlos de, 32
Andrade, Carlos Drummond de, 187
Andrade, José, 402
Andrade, Mário de, 218
Andrade, Moura, 60
Andrade, Oswald de, 218
Andreotti, Miguel, 59
Angola, 149, 200, 261,
Anistia de 1979, 85, 261, 391
ANL (ver Aliança Nacional Libertadora)
Anos Rebeldes (minissérie da TV Globo), 313
Antonio Alexandre (soldado), 400
Antunes Filho, 76
Apolo (teatro), 15
Aranha, Oswald, 178
Arantes, Aldo, 248, 253
Araújo, Ana Maria, 261,
Arceu, Mendez, 383
ARENA (ver Aliança Renovadora Nacional)
Argélia, 105, 125
Argentina, 167, 383, 387

- Ariel* (jornal), 33
 Arns, D. Paulo Evaristo, 168, 261, 368
 Arraes, Miguel, 41, 248, 261, 273, 274, 275, 294, 303, 405
 Arroio, Ângelo, 118
 Arruda, Diógenes, 140, 141, 180, 181, 183, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 289, 290
 Articulação, 319, 320, 321
 Articulação dos 13, 319
 Artigas, Villanova, 187, 371
 Artisti Associati, 72
 Assembléia Legislativa de São Paulo, 81
 Assessoria de Revisão Agrária, 332
 Associação Álvares de Azevedo, 214, 215
 Associação Brasileira de Escritores, 38
 Associação Brasileira de Imprensa (ABI), 366
 Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), 332, 337, 338, 339, 342, 347
 Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), 243, 255
 Associação Cristã de Moços (ACM), 110
 Associação da Liga Camponesa de Sapé, 407
 Associação de Imprensa da Paraíba, 359
 Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES), 302
 Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), 236
 Associação Rural do Pontal do Paranapanema, 331
 Athayde, Tristão de, 368
 Ato Institucional nº 2 (AI-2), 305
 Ato Institucional nº 5 (AI-5), 161, 162, 234
 Austrália, 278
 Áustria, 201
 Azevedo, Ricardo de, 281, 299
 Azevedo, Vítor de, 231
- B**
-
- Baggio (cardeal), 381
 Bakunin, M. A., 15
 Balduino, Tomás, 380, 382
 Baleeiro, Aliomar, 178
 Balzac, Honoré de, 67
 Bambirra, Vânia, 254
 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 335
 “Bandiera Rossa”, 32
 Barata, Agildo, 55, 58, 192, 293
 Barelli, Walter, 345
 Barmine, Alexandre, 35
 Barros, Adhemar de, 20, 22, 23, 336
 Barros, Alberto da Rocha, 221, 231
 Barros, Luís (cel.), 404
 Bastos, Márcio Thomaz, 345
 Batalha campal da Praça da Sé (1934), 14, 20, 26, 18, 19, 66
 Batista, Jorge, 312
 Batista, Laponésio, 37
 Batista, Miguel, 122, 123
 BBC de Londres (rádio), 108
 Beauvoir, Simone, 352, 356
 Beer, Max, 32
 Beethoven, 221
 Beisegel, Celso, 271
 Bélgica, 73, 301, 317, 318
 Belvedere, 308
 Benário, Olga, 95, 131, 354
 Benjamin, César, 319
 Benjamin, Cid, 308, 319
 Berger, Harry, 95
 Berger, Lise, 95
 Bernardes, Artur, 51, 86, 215, 216
 Bertollotti, Fernando, 21
 Beser, Valter, 305
 Besouchet, Alberto Bomfilar, 98
 Besouchet, Inês, 21
 Besouchet, Mário, 21
 Betti, Hugo, 75
 Betto (frei), 169
 Bezerra, Gregório, 237, 314
Bíblia, 244, 245, 402
 Biblioteca Municipal de São Paulo, 34
 Bienal de São Paulo (1ª - 1952), 187
 Bilac, Olavo, 302
 Bittar, Jacó, 62, 80, 81, 82
 Bituca (ver Nascimento, Milton), 389
 Bloco Operário Camponês (BOC), 86, 112
 BNDES (ver Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)
 Boal, Augusto, 76
 Boaventura, 305
 Boff, Leonardo, 169
 Boiteux, Bayard, 23
Bolchevismo visto por uma russa, O, 33
 Bolívia, 20, 197, 249, 336
 Bom, Djalma, 79, 80, 81
 Bonfim Jr., Orlando, 196
 Bonifácio, José, 32, 330
 Bordiga, 17
 Borges, Aguinaldo Veloso, 400, 401
 Borges, Mauro 332
 Borghi, Arnaldo, 60
 Bósnia, 384
 Branco, Castelo, 334, 335, 336, 337, 338, 344
 Brancusi, 218
 Brandão, Octávio, 16
 Brandler, 36
 Brandt, Vinícius Caldeira, 245, 248, 249
 Braque, G., 218
Brasil Novo (jornal), 352
 Brasil, 87, 109, 123, 126, 142, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 169, 178, 181, 184, 188, 191, 192, 193, 196, 198, 201, 202, 207, 215, 219, 234, 239, 243, 249, 256, 257, 267, 271, 278, 301, 3031, 315, 316, 318, 325, 326, 327, 328, 331, 333, 334, 336, 337, 340, 343, 347, 366, 376-3791, 382-387, 390, 391, 393, 407, 408
 Brasil, Assis, 194
 Brecht, Bertold, 188
 Brito, Elinor, 309
 Brito, Sérgio, 76
 Brizola, Leonel, 170, 248, 249, 254, 255, 275, 303, 333, 345
 Brigagão, Clóvis, 254
 Buarque, Cristovam, 346
 Bucci, Eugênio, 13, 29, 31, 63, 65, 153, 208

Rememória

Bucha (ver Sociedade Secreta da Burcheschast)
Burnier, João Bosco (padre), 385, 386, 387

C

Cabejo, Benjamin, 94
Cabo Verde, 261
Cabra marcado para morrer (filme), 397, 404, 405
Cabrera, Antonio, 346
CACO (ver Centro Acadêmico Cândido de Oliveira)
Câmara, D. Hélder, 381
Câmara, D. Jaime, 161
Câmara, Diógenes de Arruda, 60, 61, 109, 116, 356
Campos, Roberto, 334, 335
Canadá, 233, 243, 254
Candido, Antonio, 29-44, 345
Capistrano Filho, David, 351, 354, 356, 358, 361, 362, 363, 366, 368, 369, 370
Capistrano, David, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360-371
Capistrano, Maria Augusta, 349-371
Capistrano, Maria Carolina, 355, 356, 358, 362, 363, 364, 365, 366
Capistrano, Maria Cristina, 355, 356, 358, 362, 363, 365
Capital, O, de K. Marx, 32, 36, 294
Cardenal, Ernesto, 388
Cardoso, Fernando Henrique, 41, 42, 80, 170
Carneiro (capitão), 124
Carrero, Tônia, 312
“Carta aos brasileiros”, 207, 212
“Carta de Havana”, 146
“Carta del Lavoro”, 51
Carta, Gianninno, 75
Carta, Mino, 75
Carvalho, Apolonio de, 83, 85-127, 195, 196, 197, 199, 302, 354
Carvalho, Horácio Martinez, 339
Carvalho, João de, 228
Carvalho, Renée, 302, 329
Casa de Correção do Rio, 93, 95
Casaldáliga, D. Pedro, 373-394
Casas, Bartolomeu de las, 390
Cascado, Ercolino, 94
Castelani, Constantin, 53
Castellon de La Plana, 97
Castro, Fidel, 119, 142, 315, 407, 408
Castro, Ruy, 311
Castro, Vilma de, 227
Cataluce, Ettore, 51
Cavalcanti, Amaro, 364
Cavalcanti, Paulo, 355
Cavalcanti, Pedro Celso Uchôa, 254
Cavaleiro da esperança (ver Prestes, Luís Carlos), 183
Cazuza, 246
CBA (ver Comitê Brasileiro pela Anistia)
CEAGESP, 329
Cendrars, Blaise, 218
Centenário do 1º de maio (1986), 296
Central Única dos Trabalhadores (CUT), 53, 164, 391
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), 302, 303, 304, 306, 308
Centro Acadêmico XI de Agosto, 221
Centro da Mulher Brasileira, 369

Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 408
Centro de Documentação Mário Pedrosa (CEMAP), 13, 18, 20, 24, 25
Centro de Estudos Cinematográficos (CEC), 246
Centro de Estudos Latino-Americanos, 254
Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), 275
Centro Internacional de Informação dos Partidos Comunistas (URSS), 289
Centro Popular de Cultura (CPC), 248
Cesarino Júnior, 221
Ceveira, Joaquim Peres, 368
CGT (ver Comando Geral dos Trabalhadores)
Chanel, Coco, 356
Chardin, Teillard, 158
Charf, Clara, 129-151
Chateaubriand, Assis, 17, 292, 294
Chaves, Aureliano, 342
Chiapas (levante de), 383
Chiarelli, Carlos, 346
Chile, 149, 243, 253, 254, 261, 301, 316, 317, 383, 391
China, 106, 118, 138, 159, 197, 250
Chuchu (ver Zanconato, Mário Roberto Galhardo)
CIA, 295
CIEPs (ver Centro Integrado de Educação Pública)
Cimi (ver Conselho Indigenista Missionário)
Cintra, Antônio Otávio, 245
Cipriani, Remo, 73
Cirilo Jr., Carlos, 213
Civizzo, Eustáquio, 38
Classe Operária (jornal), 183
Cleiot, Luzia, 352
Clênia, 308
Clima (revista), 34, 35
CLT (ver Consolidação das Leis do Trabalho)
CNBB (ver Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)
CNOP (ver PCB-Comissão Nacional de Organização Provisória)
Coelho, Germano, 274
Cohn, Vítor Marcio, 289
Coligação das Organizações Proletárias Antiintegradas, 19
Colina, 312
Collier, Eduardo, 368
Colômbia, 387
Colombo, Cristovão, 38
Coluna Prestes, 15, 87, 88, 276, 286
Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), 164, 248
Combate, O, (jornal), 364
Combate nas trevas, de J. Gorender, 175, 191, 194, 195
Comemoração do 1º de maio de 1934, 19
Comício da Central do Brasil, 41
Comiform, 184, 188
Comissão Paritária Central da Faculdade de Filosofia da USP, 41
Comissão Pastoral da Terra (CPT), 379, 382, 391, 392, 393
Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), 369
Companhia Aeronáutica Paulista (CAP), 57
Companhia de Transportes Rodoviários, 22
Companhia Siderúrgica Nacional, 65
Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), 375
Concílio Vaticano (II), 380
Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), 337

- Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, 92
 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), 343, 366, 368, 380
 Congresso Brasileiro de Escritores (I), 37
 Congresso de Escritores de Jaú, 39
 Congresso Mundial de Mulheres (URSS - 1963), 142
 Conselho de Libertação Nacional (França), 106
 Conselho Estadual de Energia, 342
 Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 386
 Conselho Mundial de Igrejas, 261
 Conselho Nacional de Resistência, 105, 106, 107
 Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 57, 70
 Constant, Benjamin, 87
 Constituição de 1934, 95, 96
 Constituição de 1946, 62, 89
 Consultec, 334, 335
 Convergência Socialista, 320
 Coplas, Martín, 389
 Corbisier, Roland, 213
 Corcos, Fernand, 33
 Cordeiro, Fortunato, 56
 Cordeiro, Marcelo, 308
 Coréia, 332
 Corleone, Mário, 18
 Corradi, Artur, 53, 55
 Correia Neto, Alípio, 22, 24, 40
 Correia, Antônio Costa, 34, 36, 40, 42
Correio da Manhã (jornal), 144, 283, 294, 295
 Cortez, Hernan, 385
 Costa e Silva (gal.), 207, 219, 220, 314
 Costa Jr., Miguel, 21
 Costa, David Capistrano da, (ver Capistrano, David), 196
 Costa, Fernando, 333
 Costa, Marta Maria da (ver Teixeira, Elizabeth)
Cours Hatmer, 217
 Coutinho, Eduardo, 397, 405, 406
 Coutinho, Luís Ribeiro, 404
 Couto e Silva, Golbery do, 335, 368
 CPI da Terra, 379
 CPT (ver Comissão Pastoral da Terra)
 Crispim, 58
 Cristina, madre (ver Dória, Célia Sodré)
Crítica da economia política, de K. Marx, 230
Crítica da razão pura, A, de E. Kant, 210, 211
 Cruz, João da, 385
 Cruz, Tereza da, 385
 Cuba, 34, 44, 45, 119, 123, 131, 141, 142, 149, 150, 196, 197, 243, 249, 301, 302, 303, 314, 315, 316, 407
 Cunha, Flores, 286
 Cunha, Sebastião Advíncola, 330
 Curso Stalin, 187, 358
 CUT (ver Central Única dos Trabalhadores)
 Czaskes, Eric, 36, 37, 38
- D**
-
- Daniel, Herbert, 256
 D'horta, Arnaldo Pedroso, 16, 17, 19, 37, 38
 Dantas, Altino, 250
 Dantas, Antônio José, 401
 Dantas, Santiago, 193
 Davi, Maurício Dias, 254
 Davizinho (ver Capistrano Filho, David)
 De Gaulle, Charles (gal.), 105, 106, 107, 336
 Dea, João Dalla, 38
Debate e Crítica e Argumento (revista), 236
 Debray, Régis, 249
 "Declaração de Março", 192, 193
 Del Picchia, Menotti, 218
 Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), 184, 198, 305, 311, 313, 314, 362
 Delteil, Joseph, 33
 Departamento de Estrangeiros da Polícia, 72
 Departamento de Operações Internas-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), 124, 155
 Descartes, René, 211
 Deville, Gabriel, 32
 Dewey, 269
Dez dias que abalaram o mundo, Os, de J. Reed, 16
 DI (ver Dissidência Interna)
 Dia Internacional da Mulher, 408
Diário de Notícias (jornal), 288
Diário de Pernambuco (jornal), 292, 360
Diário de São Paulo (jornal), 37, 294
Diário Oficial (jornal), 328
Diário (jornal), 17, 18
Diários Associados, 19, 283, 292, 293
 Dias, Ana de Santo, 408
 Dias, Everardo, 32
 Dias, Giocondo, 180, 192, 193, 194, 275, 276, 367, 370
 Dias, Irineu Souza, 329
 Dias, José Carlos, 341
 Dirceu, José, 238, 304, 309, 312, 313, 314, 319, 321
 Direito Agrário Brasileiro, 333
 Direitos Humanos, 210
 Diretório Acadêmico da Escola de Química, 309
Discurso e a cidade, O, de A. Candido, 31
 Dissidência Interna do Partido Comunista Brasileiro (DI), 121
Divinia Comédia, A, de D. Alighieri, 14
 Divisão de Fomento Agrícola da Secretária de Agricultura de São Paulo, 328, 329
 Dogliani, Lia (ver Abramo, Lélia)
 DOI-CODI (ver Departamento de Operações Internas-Centro de Operações de Defesa Interna)
 Donato, Armindo, 366
 DOPS (ver Delegacia de Ordem Política e Social)
 Dória, Célia Sodré (madre Cristina), 153-171
 Dostoievski, F., 67
 Doutrina de Segurança Nacional, 343
 Duarte, Nestor, 178
 Duarte, Paulo, 39
 Durão, Jorge Eduardo Saavedra, 304, 305
 Dutra, Eurico Gaspar, 179, 182, 183, 184, 215
 Dutra, Olívio, 62, 126

E

-
- ECO92, 257
 Economia e Humanismo (movimento), 42
Economist (jornal), 293
 Edição Costes, 34
 Editora da Cultura Brasileira, 32
Educação e atitude brasileira, de P. Freire, 271

Rememória

Egito, 284
Eisenhower (gal.), 105
El Salvador, 383
Eles não usam black-tie, de G. Guarnieri, 65, 76, 77, 78
Em Tempo (jornal), 283
Emílio, Miguel, 59
Emílio, Paulo, 34, 35, 36, 37, 38
Eneida, de Virgílio, 95
Engels, F., 35, 114, 188, 226, 229, 232, 298
Ensaio econômico e filosófico, de K. Marx, 226
Equador, 383
Erundina, Luiza, 65, 131, 278, 279, 319
Escobar, Ruth, 165
Escola de Agricultura e Veterinária de Santa Cruz de la Sierra, 21
Escola de Belas Artes de Recife, 271
Escola Militar da Praia Vermelha, 87
Escola Militar do Realengo, 87
Escola Nacional de Belas Artes, 311
Escola Politécnica da Bahia, 136
Escola Superior de Agronomia Luiz de Quirós, 327
Escravidão reabilitada, A, de J. Gorender, 175, 200
Escravidão colonial, O, de J. Gorender, 175, 198, 199
Espanha, 73, 85, 98, 99, 114, 320, 334, 384, 385, 388, 389, 391
Esquerda Democrática (ED), 37, 38
 Comissão Executiva de São Paulo, 38
Estadão (jornal) (ver *O Estado de São Paulo*)
Estado da Bahia, O, (jornal), 178
Estado de São Paulo, O, (jornal), 139, 230, 289, 362, 368, 376
Estado e a revolução, O, de V. Lenin, 34, 285
Estado Novo 34, 37, 59, 86, 91, 131, 133, 177, 178, 179, 181, 213, 272
Estados Unidos da América (EUA), 35, 40, 50, 97, 141, 142, 163, 178, 182, 197, 201, 215, 216, 234, 292, 328, 329, 383, 391
Estatuto da Terra, 332, 333, 336, 337
Ética, de Espinosa, 16
EUA (ver Estados Unidos da América)
Evangelista, João (ten.), 381
Exército do Rio Grande do Sul, 86
Exército Vermelho, 13

F

Faculdade de Agronomia de Viçosa, 345
Faculdade de Ciências Econômicas, 245, 246
Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), 15, 34, 36, 207, 208, 213, 214, 219, 220
Faculdade de Filosofia (USP), 34, 36, 227, 228, 233, 235
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), 334
Faculdade de Medicina do Rio, 307
Faculdade Nacional de Direito, 302
Faculdade Sedes Sapientiae, 155, 158, 236
Fada nua, de G. Telles, 217
Falcão (Dom), 390
Falcão, João, 179
Falcão, Wilson, 179
Falconi, Edmundo, 60
Falta alguém em Nuremberg, de D. Nasser, 136
Fanon, Frantz, 231
Farah, Emir, 60

Faria, Cordeiro de, 88
Faure, Sébastien, 32
Fearnside, Philip, 257
FEB (ver Força Expedicionária Brasileira)
Federação da Juventude Comunista do Brasil, 136
Federação dos Círculos Operários, 330
Feijó, Germinal, 34, 36, 37, 38
Feldman, Fábio, 257
Feliciano, Nico, 60
Felipe, Leon, 388
Fernandes, Florestan, 39, 225-249
Fernandes, Idealina da Silva, 175, 202
Fernandes, Miriam, 225, 230
Fernandes, Mourey, 275
Fernando (Dom), 380
Ferraz, Geraldo, 17
Ferreira, Joaquim Câmara (Toledo), 121, 123, 195
Ferreira, Oliveiros da Silva, 38
Ferreira, Sérgio, 241, 243
FFI (ver Forças Francesas do Interior)
Flaubert, Gustav, 67
FMLN (ver Frente Fabrabundo Martí de Libertação Nacional)
Folha da Manhã (jornal), 230
Folha da Tarde (jornal), 286
Folha de S. Paulo (jornal), 24, 237, 283, 289, 296, 297, 376
Folha do Povo - Recife (jornal)
Folha dobrada, A, de G. Telles Jr., 208
Folha Socialista (jornal), 38, 39
Fonseca, Godim da, 33
Fonseca, Rômulo, 34
Força Expedicionária Brasileira (FEB), 176, 179, 180, 181, 197, 198, 335
Forças Armadas, 87, 91, 96
Forças Francesas do Interior (FFI), 105
Formação da literatura brasileira, de A. Candido, 31
Foujita, 218
França Livre, 105, 106
França, 34, 85, 86, 97, 99, 100, 105, 106, 108, 197, 217, 245, 320, 334, 354
France, Anatole, 67
Francisco (padre), 380
Franco, Franciso, 34, 85, 96, 97, 98, 99
Franco, Itamar, 243
Frank, Júlio, 217
"Fratelli del Popolo", 32
Fratti, Rolando, 58, 61
Freire Neto, Joaquim Temístocles (primeiro filho), 265
Freire, Fátima, 270
Freire, Alípio, 63, 65, 173, 175, 395
Freire, Cristina, 270
Freire, Madalena, 270
Freire, Paulo, 259-280
Freire, Roberto, 343, 370
Freitas, José Otávio, 352
Frente de Esquerda (anos 60), 305, 306, 308
Frente de Mobilização Popular, 248
Frente de Resistência, 36, 37
Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), 296, 383
Frente Parlamentar Nacionalista, 194, 247
Frente Popular (Espanha), 94, 96, 304, 307

Frente Única Antifascista (FUA), 18, 19, 26, 66, 67, 86
 Freud, Sigmund, 158
 Frutuoso, 122
 Funai (ver Fundação Nacional do Índio)
 Fundação João Mangabeira, 24, 25
 Fundação Nacional do Índio (Funai), 379
 Fundo de Greve do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC (1978), 79
 Furtado, Celso, 198

G

Gabeira, Fernando, 317
 Gadotti, Moacir, 277
 Galvão, Patrícia (Pagu), 218
 Gama e Silva (ministro), 220
 Gantin (cardeal), 390
 Garcez, Lucas, 161, 162
 Garcia, Marco Aurélio, 117
 Garcia Lorca, Federico, 388
 Garrido, Torres, 335
 Gaspar, Diogo, 330
Gazeta de Notícias (jornal), 292
Gazeta (jornal), 289
 GB I (Ver Grupo de Base I)
 Geisel, Ernesto, 340, 358, 368, 386
 Genóforo, José, 319
 Geraldo, Francisco, 18
 Gertel, Noé, 19
 Gestapo, 101
 Ghioldi, Rodolfo, 95
 Gikovate, Febus, 23, 37, 41, 42, 94
 Ginense (bar do), 56, 57
Globo, O. (jornal), 297, 309
 Gold, Michael, 176
 Goldenberg, José, 340
 Golpe de 1964, 21, 22, 23, 24, 119, 143, 194, 235, 261, 273, 294, 306, 400
 Golpe de Getúlio, 51
 Golpe do Estado Novo, 21
 Gomes, Eduardo, 40, 182, 272
 Gomes, Orlando, 178
 Gomes, Paulo Emílio Salles, 22
 Gonçalves, José Drummond, 334
 González, 394
 Gorbachev, Mikail, 210
 Gorender, Jacob, 117, 122, 123, 125, 173-203, 233, 358
 Gorender, Nathan, 176
 Goulart, João, 40, 119, 161, 193, 194, 247, 248, 303, 332, 333, 334, 360, 403, 407
 Governo Paralelo, 344, 345, 346, 347
 Grabois, 59, 61, 192, 193
 Grabois, Maurício, 180, 181, 183, 184, 190
 Graciano, Clóvis, 187
 Graciano, Fernandes, 58
 Gramsci, 226
 Grande Teatro Tupi, 76
 GRAP (ver Grupo Radical de Ação Popular)
 Grave, Jean, 32
 Gregori, José, 42
 Greve de 1917, 13, 14
 Greve dos metalúrgicos do ABC, 65, 80
 Greves operárias do ABC, 78

Grinko, 33
 Grupo de Base I (GB I), 18, 19
 Grupo de Familiares de Presos Políticos, 366
 Grupo dos Onze, 303
 Grupo marxista, 15
 Grupo Profissional número 1 (GP - 1), 38
 Grupo Radical de Ação Popular (GRAP), 36, 37
 Guarnieri, Edoardo, 187
 Guarnieri, Gianfrancesco, 76, 77, 78
 Guatemala, 383, 391
 Guedes, 338, 341
 Guedes, Armênio, 193
 Guedes, José Luís, 307, 308
 “Guerra alla Guerra”, 32
 Guerra Civil Espanhola, 34, 85, 351, 354, 388
 Ofensiva Republicana do Ebro, 97
 Guerra da Abissínia, 34
 Guerra do Golfo, 384
 Guerra do Vietnã, 41, 197
 Guerra Fria, 40, 184
 Guerrilha de Caparaó, 23
 Guevara, Ernesto Che, 197, 249, 315
 Guimarães, Alberto Passos, 193
 Guimarães, Honestino, 166
 Guimarães, Ulisses, 60
 Guiné-Bissau, 261
 Gutierrez, Gustavo, 278

H

Henfil (ver Souza Filho, Henrique de)
 Hernandez, Miguel, 388
 Herzog, Vladimir, 386
 Hirszman, Leon, 77
História do socialismo e das lutas sociais, de M. Beer, 32
 Hitler, Adolph, 40, 56, 97
 Holanda, Jarbas, 370
 Holanda, Sérgio Buarque de, 39
 Homero, 209
 Honduras, 383
Hora, A. (jornal), 360
 Horácio, 209, 388
 Hungria, 191, 192

I

I Guítti, 75
 Ianni, Otávio, 233
 IBASE (ver Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)
 “Ideal Histórico”, 246
Ideologia alemã, de K. Marx, 35
 Igreja católica, 155, 156, 157, 161, 168, 169
Iliada, de Homero, 16
Imparcial, O. (jornal), 177
Império dos sentidos, O. (filme), 44
Imprensa Popular (jornal), 191, 192, 290
 INCRA (ver Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)
 Inglaterra, 35, 97, 182, 201
Iniciação na ciência do direito, de G. Telles Jr., 208
 “Inno dei lavoratori”, 32
 INPS (ver Instituto Nacional de Previdência Social)

Rememória

Inquéritos Policiais Militares (IPMs), 144
Instituto Agronômico, 327, 328
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 243, 254, 255, 257
Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), 261, 337, 338, 339
Instituto de Advogados de São Paulo, 219, 220
Instituto de Assuntos Fundiários, 340
Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 339
Instituto de Formação Permanente do Corpo Docente, 270
Instituto de Pesquisa e Assessoramento do Congresso (Ipeac), 340
Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, 215
Instituto Médico Dante Alighieri, 68
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 338, 342, 343, 344
Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), 337
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), 195
Instituto Sedes Sapientae, 155, 156, 164, 165
Insurreição de 1935, 55
Intentona Comunista, 70
Internacional (III), 98
Internacional (IV), 127, 230
Internacional Comunista, 16, 26, 92, 94, 98
“Internacional” (hino), 32
Invasão da Baía dos Porcos (Cuba), 141
IPMs (ver Inquéritos Policiais Militares)
Israel, 334
Isto é (revista), 42, 75
Itália, 68, 69, 70, 97, 175, 176, 181, 230, 334, 335, 338, 384
Iugoslávia, 106, 317
Izvestia (jornal), 290

J

Jango (ver Goulart, João)
Japão, 139, 182, 332
JEC (ver Juventude Estudantil Católica)
João Paulo II (papa), 168, 379, 380, 381, 382
João XXIII (papa), 160
JOC (ver Juventude Operária Católica)
Jorge, Eduardo, 319
Jornal da República, 75
Jornal da Tarde, 75
Jornal do Brasil, 197, 294, 297, 305
Jornal do Comércio, 293, 294, 360
Jornal dos Sports, 358, 366
Jornal dos Sem-Terra, 283, 296
Jornal Oficial, 352
Josimo (padre), 386, 387, 390
JUC (ver Juventude Universitária Católica)
Julião, Francisco, 254, 362, 407
Júlio César, de Shakespeare, 80
Justiça do Trabalho, 58
Juventude Comunista Francesa, 102
Juventude Comunista, 19, 20, 26, 35, 104
Juventude Estudantil Católica (JEC), 244
Juventude Operária Católica (JOC), 161
Juventude Universitária Católica (JUC), 159, 161, 245, 246, 247, 253

K

Kafka, Franz, 388
Kaires, Hermes, 138
Kardec, Alan, 265,
Karepovs, Dainis, 13
Kautski, 32
Kedrov, 289
Kehl, Maria Rita, 129, 153, 156
Kennedy, John, 142
Kibutz, 332
King, Martin Luther, 197
Kohl, H., 201
Krivitski, 36
Kroeber, Carlos, 246
Kropotkin, 15, 32, 68
Kruchev, Nikita, 115, 117, 139, 142, 190, 191, 283, 295
Kubistchek, Juscelino, 137, 190, 193, 360
Kucinski, Ana Rosa, 368

L

La Caserna, 71
Lacerda, Carlos, 189, 338, 352
Lage (padre), 247
Lago, Mário, 110
Laminação Nacional de Metais, 57
Langer, Marie, 163
Largo Caballero, 97
Largo da Matriz de São Bernardo (comício no), 51
Lauff, Anna Steffania, 13
Lauff, Rudolf Josip, 13
Laugery, Renée-France, 85, 94, 95, 101-103, 106, 107, 114, 115
Laurencin, Marie, 218
LCI (ver Liga Comunista Internacionalista)
Leal, Estilac (gal.), 190
Lebret (padre), 42, 245
Lefebvre, Henri, 35
Léger, Fernand, 218
Lei de Revisão Agrária, 331
Lei de Segurança Nacional, 90, 354
Lei Suplicy de Lacerda, 304
Leite, Hylcar, 20, 26, 27
Leite, Maurício Gomes, 246
Leme, Hugo de Almeida, 336
Lenin, 35, 114, 127, 188, 285, 295, 298
Leste Europeu, 201, 317, 382, 392
Leuenroth, Edgar, 16, 24, 33
Levy, Roger, 32
Lhote, 218
Liga Camponesa de Sapé, 397, 399, 402, 403, 406
Liga Comunista Internacionalista (LCI), 18, 19, 20, 22, 26, 66
Liga do Engenho da Galiléia, 402
Liga Feminina do Estado da Guanabara, 141
Ligas Camponesas, 119, 122, 333, 362
Lima e Silva, João Batista, 191, 289, 290, 291
Lima, Antônia Álvares de Almeida, 218
Lima, Célia, 362
Lima, Haroldo, 253
Lima, Heitor Ferreira, 16
Lima, Hermes, 94

Lima, Jorge Cunha, 42
 Lima, Luís de França Costa, 274
 Lima, Negrão de, 311
 Lima, Renato Costa, 340
 Lipchitz, 218
 Lobato, Luís, 37
 Lobato, Monteiro, 187
 Lobo, Amílcar, 367
 Lobo, Aristides, 18, 19, 20, 40
 Lorca, 388
 Lorscheiter, D. Aloísio, 380
 Lorscheiter, D. Ivo, 380
 Lott, Henrique Teixeira (mal.), 40
 Lucrécio, 209
 Luís, Edson (estudante), 309
 Luís, Washington, 51, 86
 Luíza (madre), 362
 Lula (ver Silva, Luís Inácio Lula da)
 Lullio, Raimundo, 385
 Luta pelo direito dos negros, 41
Lutas e autocríticas, 194,
 Lutas no ABC em 1978, 391
 Lutero, Neivas, 61
 Luxemburgo, Rosa, 229, 357

M

Macedo, Miguel, 17
 Machado, Antonio, 388
 Machado, Carlos Novais da Matta, 155
 Machado, João, 352
 Mader, Malu, 313
 Magalhães, Juraci, 135
 Magalhães, Vera Sílvia, 317
 Magri, Antônio Rogério, 53
 Maguila, 376
 Malfatti, Annita, 218
 Malta, Frederico Renato, 292
Manchete (revista), 22, 23
 Manchú, Rigoberta, 383
 Mandela, Nelson, 384
 Mangabeira, Francisco, 94
 Mangabeira, João, 40
 Mangabeira, Otávio, 215
 Manifestações do 1º de maio de 1962, 404
Manifesto Comunista, de K. Marx e F. Engels, 233
 “Manifesto dos Mineiros”, 179
 Mao Tse Tung, 249
Mar da noite, O, de G. Telles, 217
 Maragali, João, 387
 Maranhão, Luís, 367, 368
 Marc, Jean, 309, 310
 Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964), 161
Marcino e Liberatore, de J. Gorender, 175
 Marcondes Filho, 59
 Maria Antônia (batalha da), 41, 162
 Marighella, Carlos, 58, 113, 115, 117, 120, 121, 122, 124, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 184, 186, 187, 193, 194, 195, 196, 313, 314
 Mário, Francisco, 244, 256
 Maritain, Jacques, 158
 Marma, Afonso, 55
 Marques Jr., Manuel, 53, 54
 Márques, Gabriel García, 388
 Marques, Sérgio, 305
 Marrey Jr., 52
 Marshall, 36
 Martins, Eloi, 122, 123
 Martins, Franklin, 308
 Martins, Luís Arrobas, 34
 Marx, Karl, 34, 35, 36, 114, 168, 188, 201, 210, 226, 229, 231, 232, 233, 246, 277, 278, 289
Marxismo ocidental, O, de P. Anderson,
 Massacre da Praia Vermelha, 307
 Massacre de trabalhadores de Volta Redonda (1988), 65
Materialismo dialético, O, de H. Lefebvre, 35
 Matteotti, Giacomo, 33
 Maugué, Jean, 34, 35
 Mazellier, Joffre de, 274
 Mazzo, Armando, 47-62, 90
 MDB (ver Movimento Democrático Brasileiro)
 MEC (ver Ministério da Educação e Cultura)
 Medeiros, Luiz Antônio, 53
 Medeiros, Maurício de, 33
 Medellín, 380
 Médici, Emílio Garrastazu, 155, 207, 220, 221
 Meireles, Rosa, 95
 Melleiro, Waldeli, 351
 Mello, Fernando Collor de, 171, 202, 408
 Mello, Leopoldo Collor de, 247
 Mello, Plínio Gomes, 24, 231
 Melo e Souza, Antonio Candido de, (ver Candido, Antonio)
 Melo e Souza, Gilda, 36
 Melo, João Massena de, 196, 368
Memórias do cárcere, de G. Ramos, 93
 Mendes, Cândido, 368
 Mendes, Cássio Gabus, 313
 Mendes, Francisco (Chico Mendes), 149, 257
 Meneguelli, Jair, 62
 Menezes, Luiz Carlos, 345, 346
 Mesa, Carlos Eduardo, 389
 Mesquita, Ignácio, 221
 México, 101, 243, 254, 255, 301, 314, 315, 317, 383, 391
 Migliori, Gabriel, 60
 Milliet, Sérgio, 39
 Minc, Carlos, 257
 Ministério da Educação e Cultura (MEC), 85, 247, 311
 Ministério do Trabalho, 52, 58, 186
 Missa da Terra sem Males, 389
 Missa dos Quilombos, 389
 Moçambique, 200
Momento, O, (jornal), 183, 186
 Monasterios, Ernesto, 21
 Monteiro, Edmundo, 294
 Montenegro, Delfina de Albuquerque, 353
 Montenegro, Fernanda, 76, 77
 Montenegro, José, 371
 Montoro, Franco, 80, 212, 331, 339, 340, 342, 344
 Monzie, Anatole, 33
 Moog, Vianna, 286
 Moraes, Davi, 80
 Moraes, Olacir de, 343

Rememória

Moreira, Neiva, 248, 254
Morelli, D. Mauro, 346, 391
Mounier, 245
Movimento Contra a Ditadura, 307
Movimento Democrático Brasileiro (MDB), 42, 309
Movimento de Cultura Popular, 261, 273, 274, 275
Movimento de Izquierda Revolucionário (Chile) (MIR), 316
Movimento de Mulheres, 369
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 296, 333, 341, 344, 347, 376, 391, 408
Movimento Feminino de Anistia, 368
Movimento pela Anistia, 358, 368
Movimento Quereremista, 182, 228
Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), 122
Movimento Trotskista no Brasil, 17
Moizoni (núncio), 381
MST (ver Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), 296
Müller, Filinto, 178
Mulo, O, de D. Ribeiro, 209
Mundo da paz, O, de J. Amado, 114
Muniz, Carlos Alberto, 310
Murici (gal.), 363
Muse Italiche, 74, 75
Museu da Imagem e do Som (MIS), 85
Mussolini, Benito, 33, 34, 56, 97

N

Na contracorrente da história, de F. Abramo e D. Karepovs, 13, 16
Nacional, O, (jornal), 293
Nações Unidas, 330, 346
Nascimento e Silva, 338
Nascimento, Alfredo, 405
Nascimento, Milton, 389
Nasser, David, 136
Navio Negroiro (peça de teatro), 353
Neruda, Pablo, 388
Neves, Angela Cunha, 317
Neves, Conceição da Costa, 60
Neves, Jader Cunha, 317
Neves, Tancredo, 342, 344
New York Times (jornal), 191, 288, 289
Nicarágua, 34, 163, 200, 381
Niemeyer, Oscar, 187
Nimes (prisão de), 105
Nin, Andres, 98
Niomar (dona), 294
Notícias Hoje (jornal), 186
Nova Zelândia, 278
Novaes, Valter Ribeiro de, 368
Novos Rumos (revista), 117

O

OAB (ver Ordem dos Advogados do Brasil)
Odes, As, de Horácio, 209
Odisséia, de Homero, 16
OEA (ver Organização dos Estados Americanos)
Oest, Lincoln, 290
OLAS (ver Organização Latino-Americana de Solidariedade)

Olindo, 20
Oliveira, Elza Maria Costa, 261, 264, 270, 271
Oliveira, Armando Salles, 20
Oliveira, Benedito, 228
Oliveira, Décio Pinto, 19, 20
Oliveira, Francisco de, 42
Oliveira, Geraldo Campos de, 37
Oliveira, Isis, 368
Oliveira, João Santa Cruz de, 352
Oliveira, Luiz de, 352
Oliveira, Maria Augusta, 351
Oliveira, Pedro, 380
Oliveira, Severino, 353
ONU (ver Organização das Nações Unidas)
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 236, 366, 368
Ordem dos Dominicanos, 245
Organização dos Estados Americanos (OEA), 141
Organização das Nações Unidas (ONU), 142, 318, 384, 391
Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), 333
Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), 146, 249
Origem da família, do Estado e da propriedade privada, A, de F. Engels, 285
Otero, Francisco Leivas, 354
Otero, Sérgio, 302
Ozias, Ofélia, 359

P

Pacto de Unidade e Ação (PUA), 248
Pacto de Varsóvia, 197
Pai Herói (telenovela), 82
Palma, Coríntio, 230
Palmeira, Guilherme, 302
Palmeira, Rui, 302
Palmeira, Vladimir, 299-321
Paraíso (presídio), 22
Parceiros do Rio Bonito, Os, de A. Candido, 31
Pardini, Fosco, 33
Partidão (ver Partido Comunista Brasileiro)
Partido acadêmico, 34
Partido Comunista Brasileiro (PCB) 16, 17, 20, 22, 25, 38, 40, 54, 57, 59, 61, 62, 66, 70, 78, 85-87, 90, 92, 94, 95, 98, 108, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 131, 135, 136, 141, 143, 150, 151, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 202, 207, 213, 229, 246, 248, 252, 272, 276, 283, 285, 287, 293, 295, 303, 304, 312, 315, 351-353, 355-357, 367-371
2º Congresso, 112
5º Congresso, 193, 195
Centros Operários do, 186
Comissão de Finanças, 352
Comissão Executiva, 192, 193, 194, 195
Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), 180, 181, 184
Comitê Central, 96, 192-196
Comitê Estadual-Bahia, 183
Comitê Estadual-Rio de Janeiro, 195
Comitê Estadual-São Paulo, 195

- Comitê Municipal-Salvador, 183
Comitê Nacional, 357
em São Paulo, 19, 26
- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), 85, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 196, 197, 198, 199, 200, 312
- Partido Comunista Chileno, 316
- Partido Comunista Chinês, 118
- Partido Comunista da União Soviética (PCUS), 98, 113, 118, 190
XX Congresso, 191, 283, 288
Congresso, 113, 175, 190
- Partido Comunista do Brasil (PCdOB), 15, 16, 19, 20, 26, 117, 118, 123, 188, 193, 194, 237, 253, 365, 366
- Partido Comunista Francês (PCF), 100, 102, 108, 111
Organização Especial, 102
- Partido Comunista Italiano, 105
- Partido da Frente Liberal (PFL), 302
- Partido de Representação Popular, 212, 213
- Partido Democrático Trabalhista (PDT), 255
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro, (PMDB), 310, 331, 389
- Partido dos Trabalhadores (PT), 13, 24, 42, 47, 62, 65, 78, 81, 82, 85, 117, 125, 126, 127, 131, 150, 151, 156, 168, 170, 171, 175, 183, 199, 200, 201, 208, 209, 225, 232, 236, 237, 238, 239, 246, 255, 261, 276, 277, 283, 296, 297, 301, 318, 319, 320, 321, 346, 347, 371, 393, 409
1º Congresso, 319
Comissão de Mulheres, 151
Diretório Nacional, 238, 320
Diretório Regional-São Paulo, 151
Encontro Nacional, 202
- Partido Operário Comunista (POC), 196
- Partido Revolucionário Institucional (PRI-México), 383
- Partido Social Democrático (PSD), 184, 190, 212, 213
- Partido Social Trabalhista (PST), 61
- Partido Socialista (Chile), 316
- Partido Socialista (PS) 17, 18, 19, 22, 23, 37, 38, 39, 40, 92, 276
- Partido Socialista Brasileiro (PSB), 24, 26, 31, 408, 409
- Partido Socialista Espanhol, 97
- Partido Socialista Revolucionário (PSR), 231
- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 182, 254
- Páscoa de Jesus, 390
- Passarinho, Jarbas, 340
- Passada do 1º de abril (1968), 309
- Passada do Centenário do 1º de maio (1986), 296
- Passadas de Deus, Pátria e Família, 273
- Paulo VI (papa), 380, 381
- Paulo Neto, José, 233
- Paz, Otávio, 386, 388
- PCdOB (ver Partido Comunista do Brasil)
- PCB (ver Partido Comunista Brasileiro)
- PCBR (ver Partido Comunista Brasileiro Revolucionário)
- PDT (ver Partido Democrático Trabalhista)
- Pécora, José Renato, 75, 76, 77
- Pedagogia do Oprimido*, de P. Freire, 263, 268,
- Pedro, Francisco, 400
- Pedrosa, Mário, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 42, 66, 98, 125, 214,
- Peixoto, Demerval, 179
- Pelas Liberais Democráticas (chapa), 304
- Pellegrino, Hélio, 309
- Pelozini, Aldo, 51
- Pelozini, José, 51
- Pelozini, Narciso, 50
- Penteado, Olívia, 218
- Peralva, Osvaldo, 289, 291
- Pereira, Astrojildo, 34, 189, 202, 291
- Pereira, Duarte, 250
- Pereira, Hamilton, 347, 375, 395
- Perestroika*, 210
- Pernambuco, Ulisses, 274
- Peru, 277, 328, 387
- peste vermelha (invasão), 99
- Pétain (marechal), 86, 101
- Petrobrás, 340
- PFL (ver Partido da Frente Liberal)
- Piaget, Jean, 269
- Picarollo, Antonio, 33
- Picasso, Pablo, 218
- Pignatari, 57
- Pilla, Raul, 34
- Pimenta, João da Costa, 38
- Pinho, Adelino Tavares de, 33, 59
- Pinto, Barreto, 183
- Pinto, Bilac, 337, 338
- Pinto, Carvalho, 329, 331, 339
- Pinto, Magalhães, 234
- Pirandello, 75
- Pires, Valdir, 248
- Plano Cruzado, 391
- Plano de Ação, 329, 330
- Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), 342, 343, 344
- Plano Quinquenal*, O, de Grinko, 33
- Plataforma do Brasil Futuro (PBF), 41
- Platéia*, A, (jornal), 15
- Plekhanov, 34
- PMDB (ver Partido do Movimento Democrático Brasileiro)
- POC (ver Partido Operário Comunista)
- Poemas: Rondó da liberdade*, de C. Marighella, 131
- pogroms*, 284, 285
- Poianas, Guido, 58
- Política Operária (Polop), 38, 246, 248, 294, 303, 308
- Polônia, 169, 191
- Pomar, Pedro, 118, 180, 181, 183, 184
- Pomar, Valter, 351
- Pontifícia Universidade Católica (PUC), 155, 245, 261, 276
- “Por que os marxistas renegam”, 36
- Por que resisti à prisão*, de C. Marighella, 131, 145, 148
- Portinari, Cândido, 187
- Portugal, 200, 226, 326
- POUM, 97, 98
- Praça da Sé, (Ver Batalha Campal da), 14, 20, 26, 66, 67
- Prado Jr., Caio, 33, 37, 61, 187
- Pravda* (jornal) 190
- Prefeitura do Município de São Paulo, 132, 133, 151
- Prêmio Global 500 da ONU, 257
- Presídio do Barro Branco, 165

Rememória

Presídio de Fernando de Noronha, 27, 136
Presídio de Itapetininga, 334
Presídio Tiradentes, 198, 313
Prestes, Clotilde, 290
Prestes, Leocádia, 131
Prestes, Luís Carlos, 56, 61, 62, 95, 113, 119, 131, 135, 140, 141, 177, 181, 182, 183, 184, 189, 192, 193, 194, 195, 214, 266, 272, 275, 276, 286, 289, 290
Preto, José de Castro Manso, 227
PRI (ver Partido Revolucionário Institucional)
Primavera de Praga, 197
Primeira Guerra Mundial, 21
Prisão Paraíso, 20, 22
Pró-álcool, 340, 342, 345
Problemas (revista), 110, 289
Problemas econômicos do socialismo na União Soviética, de J. Stalin, 188
Programa Nacional de Alfabetização, 261
“Progresso em Reforma Agrária” (documento), 330
Projeto Badra, 334
PS (ver Partido Socialista)
PSB (ver Partido Socialista Brasileiro)
PSD (ver Partido Social Democrático), 184
PT (ver Partido dos Trabalhadores)
PTB (ver Partido Trabalhista Brasileiro)
PUC (ver Pontifícia Universidade Católica)

Q

Quadros, Jânio, 22, 40, 328, 331, 402
Quatro Rodas (revista), 75
Queda do muro de Berlim, 392
Quércia, Orestes, 342
Questões Fundamentais, de G. Plekhanov, 34

R

Rabello, Castro, 94
Rabelo, Manuel, 178, 179
Rádio Venceremos, 296
Rahal, Wilson, 34
Rainha e os rebeldes, A. de Hugo Betti, 75
Ramalho, Ezi, 386
Ramin, Ezequiel, 387
Ramos, Graciliano, 93, 94, 95, 187
Rangel, Flávio, 76
Reagan, Ronald, 201
Rede da Legalidade, 248
Reed, John, 16
“Reencontro Histórico” (documento), 197
Reforma Agrária, 325, 384, 393
Regina, Elis, 243
Reich, Wilhelm, 168
Reis, Beatriz Bandeira, 286
Reis Filho, Daniel Aarão, 85, 302, 304, 307, 308, 316, 319
Relatório Kruchev, 288, 289, 295
República Agrônômica, 329
República Popular da Espanha, 96, 97
República Velha, 88
Resistência (jornal), 36, 143
Resistência Francesa, 101, 107

Resk, Antônio, 42
Revisão Agrária, 329, 330
Revolução anarquista, 16
Revolução Bolchevique na Rússia, 14
Revolução burguesa no Brasil, A. de F. Fernandes, 236
Revolução Chinesa, 138
Revolução científico-tecnológica, 200
Revolução Cubana, 119, 237, 249, 302, 315, 383
Revolução de 1905, 176
Revolução de 1930, 17, 88, 353
Revolução de 1932, 51, 52
Revolução de Outubro, 295
Revolução Espanhola, 365, 385
Revolução Russa, 15, 17, 32, 201, 285, 295
Rezende, Leônidas de, 94
Rezende, Taurino (gal.), 144
Ribas, Antônio, 313
Ribeiro, Darcy, 248, 275
Ribeiro, Devanir, 79, 80, 81
Ribeiro, Glória, 319
Ribeiro, Ivan, 354
Ribeiro, João, 55
Ribeiro, Paulo de Assis, 335, 337
Ricardo, Cassiano, 218
Rocchi, Teresa Maria Carini, 32
Rocha, Abílio, 59
Rodrigues, Nelson, 311, 312
Rodrigues, Bento, 289
Rodrigues, Newton, 291, 293
Romão, José, 368
Romero, Oscar (cardeal), 390
Rosa, João Guimarães, 270,
Rosemberg, David, 187
Rousseau, Jean Jacques, 33, 211
Rudge, Antonieta, 218
Ruiz, Samuel, 383
Rússia, 32, 36, 38, 40, 45, 89, 176
Rustici, Nelson, 186
Rütli, 35

S

Sá, Correia de, 365
Sá, Jair Ferreira de, 248
Sabatini, Henrique, 53
Sacchetta, Céres, 27
Sacchetta, Hermínio, 22, 25, 26, 27, 36, 230
Sacchetta, Vladimir, 27
Sachs, Erich, 293
Sader, Eder, 29, 31
Safira, 308
Sagrada Congregação da Doutrina da Fé, 390
Saia, Luís, 187
Salaberry, Zilka, 76
Salão de Arte Moderna, 218
Saldanha, João, 110
Sales, D. Eugênio, 161
Salgado, Plínio, 211, 212, 213, 218
Salles, Armando, 37
Salomão Jorge, 60
Salomon (senador boliviano), 21
Sampaio, Plínio de Arruda, 41, 247, 329, 330, 332, 334, 343

- Santacruz, Fernando, 368
 Santamaria, Conceição, 330
 Santana, Fernando, 343
 Santiago, Silviano, 246
 Santos Jr., Teotônio, 246
 Santos, Carlos, 33
 Santos, Marta, 138, 139
 Santos, Max da Costa, 248
 Santos, Miguel Batista dos, 195,
 Santos, Paulo de Tarso, 247
 Santos, Teotônio, 254
 Sarney, José, 65, 342, 343, 344
 Saviani, Carmen, 61
 Savieto, Vitor, 57
 Scarmagnan, Bortolo, 13, 65, 68
 Schenberg, Mário, 61, 187
 Schilling, Paulo, 248
 Schwartzman, Simon, 246
 Scorza, Manuel, 388
 Secretaria da Agricultura de São Paulo, 328, 332, 333,
 339
 Segall, Lasar, 218
 Segunda Guerra Mundial, 34, 56, 71, 133, 201
Seiva (revista), 178, 179, 302
 Semana das Missões, 265
 Semana de Arte Moderna de 1922, 217
 Sérgio, Mário, 280
 Serpa (gal.), 381
 Serra, Antonio, 305
 Serra, José, 160, 248, 254
 Serviço de Expansão da Soja, 328
 Serviço Social da Indústria (SESI), 261, 269, 270, 272,
 273, 277, 288
 Sesti, Américo Paulo, 19
 Setti, Ítalo, 53
 Severine, 32
 Shakespeare, 80
 Silva, Enéas Rodrigues da, 365
 Silva, Heitor, 305
 Silva, Hermogênio Fernandes da, 202
 Silva, José Gomes da, 323-348
 Silva, Luís Inácio Lula da, 24, 42, 62 79, 80, 81, 82,
 126, 170, 171, 200, 202, 209, 236, 344-347, 384,
 393, 409
 Silveira, Ênio, 144
 Silveira, Modesto, 366, 367, 371
 Simão, Aziz, 17, 33, 37, 42
 Simões, Renato, 241, 243, 325
 Simonsen, Mário, 338
 Sindicato das Tecelãs de Pernambuco, 361
 Sindicato de Têxteis de São Paulo, 186
 Sindicato dos Artistas de São Paulo, 65, 79, 80
 Sindicato dos Bancários de Pernambuco, 361
 Sindicato dos Bancários, 66, 404
 Sindicato dos Ceramistas, 59
 Sindicato dos Comerciantes, 18, 19, 66, 70
 Sindicato dos Feirantes de Pernambuco, 361
 Sindicato dos Gráficos, 38
 Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 80
 Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Ane-
 xas, 52, 53
 Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, 53, 57, 252
 Sindicato dos Metalúrgicos, 18, 58, 237
 Singer, Paul, 42, 233
 Singerman, Berta, 285
 Sisson, Roberto, 94
 Sky Tijuca (cinema), 143
 Smith, Adam, 36
 Soares, Macedo, 95
 Soares, Mallet, 302
 “Socialismo de caserna”, 201
 Socialismo democrático, 35
 Sociedade dos Amigos da América, 178
 Sociedade Rural Brasileira, 335
 Sociedade Secreta da Burchenschast (“Bucha”), 217
 Sodero, Fernando Pereira, 333, 334
 Sodré, Roberto de Abreu, 167
 Sofia (dona), 37
 Somoza, Anastácio, 200
 Soriano, Joaquim, 281
Sorriso do lagarto, O. de J. U. Ribeiro, 209
 Souza Filho, Henrique de (Henfil), 243, 244, 255, 256
 Souza, Herbert de (Betinho), 159, 161, 241-257, 346,
 391
 Souza, Iraci dos Santos, 364
 Spinoza, 16, 211
 Stacchini, José, 231
 Stalin, 17, 34, 35, 113, 114, 115, 127, 139, 177, 184,
 187, 188, 191, 285, 291, 282, 266, 272, 275, 276,
 286, 289, 290, 291, 295
 Stédile, João Pedro, 347
 Storti, 38
 Suassuna, Ariano, 274, 353
 Suazo, Siles, 22
 SUDAM (ver Superintendência de Desenvolvimento da
 Amazônia)
Sudese desenvolvimento e estagnação na América Latina, de
 C. Furtado, 199
 Suíça, 261, 265
 Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
 (SUDAM), 376
 Superintendência de Política de Reforma Agrária (SU-
 PRA), 332, 333, 336, 337
 Superior Tribunal Militar, 179
 Suplicy, Eduardo, 170, 346
 Suplicy, Marta, 269
 SUPRA (ver Superintendência de Política de Reforma
 Agrária)
- T**
-
- Tavares, Flávio, 315
 Tavares, Maria da Conceição, 346, 347
 Tchecoslováquia, 366, 368, 369
 Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), 75, 76, 77, 78
 Teatro de Arena, 75, 76, 77, 78, 79
 Teatro Maria Della Costa, 80
 Teixeira, Abrahão, 398, 404, 407
 Teixeira, Anísio, 269,
 Teixeira, Elizabeth, 395-409
 Teixeira, Isaac, 407
 Teixeira, João Pedro (pai), 401
 Teixeira, João Pedro, 397-408
 Teixeira, Manuel Lopes, 229
 Teixeira, Marluce, 398, 402
 Teixeira, Paulo, 402

Rememória

Teixeira, Severina, 402
Teleteatro Tupi, 79
Telles, Goffredo, 207
Telles, Jover, 120, 190, 196,
Telles Jr., Goffredo, 205-240
Telles, Lígia Fagundes, 208
Telles Neto, Goffredo, 208
Telles, Olívia Raposo da Silva, 208,
Teodósio, Nair de, 362
Teologia da Libertação, 148, 277, 382, 389, 390
Teoria&Debate (revista), 25, 85, 202, 208, 214, 280,
347, 397
Teotônio Jr., 246
Terrorismo e comunismo, de K. Kautski, 32
Thalheimer, 36
Thatcher, Margareth, 201
Thimberg, Natália, 76
Thompson Filho, 336
Tigre, 286, 287
Tiradentes, 148
Tommasini, Ettore, 14
Torres, Fernando, 79
Tratado de Livre Comércio da América do Norte
(NAFTA), 383, 392
Tratado do Canal, 383
Travassos, Luís, 308, 309, 312, 313, 314
Trevisan, Roque, 61
Tribuna Gaúcha, A. (jornal), 186, 190, 287
Tribuna Operária (jornal), 62
Tribuna Popular (jornal), 187
Tribunal de Segurança Nacional, 179
Troiano, Annez Andraus, 237
Tropas Franquistas, 99
Tropicalismo, 304
Trotski, Leon, 13, 17, 32, 35, 44, 188, 253, 289, 295,
298
Turma de Moscou, 192,
TV Globo, 72, 82, 381

U

Ucrânia, 176, 284
UDN (ver União Democrática Nacional)
Última Hora (jornal), 302, 304
“Uma discussão que está em todas as cabeças” (artigo),
191
UNE (ver União Nacional dos Estudantes)
União da Juventude Comunista (UJC), 110
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), 35,
40, 59, 97, 101, 113, 114, 115, 116, 117, 118,
133, 140, 141, 142, 177, 182, 190, 191, 198, 290,
316, 356, 358-371
União de Estudantes da Bahia, 177
União Democrática Nacional (UDN), 37, 184, 302
União Democrática Ruralista (UDR), 342
União Democrática Socialista (UDS), 37
União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), 17, 18, 19
União Metropolitana dos Estudantes (UME), 305, 307, 308
União Nacional dos Estudantes (UNE), 160, 161, 162, 179,
245, 247, 248, 274, 307
31º Congresso, 307
Congresso de Ibiúna, 167, 312
Congresso de Valinhos, 308

Unicamp (ver Universidade de Campinas)
Unificação da Itália, 68
Universidade de Campinas, 24, 117, 261, 368
Universidade de Cornell (EUA), 208
Universidade de Genebra, 261
Universidade de Harvard, 261,
Universidade de São Paulo (USP), 41, 207, 216, 271,
313, 340
Conselho Universitário da, 216
Universidade de Sorbonne, 155
Universidade de Toronto, 233
Universidade de Yale, 41
Universidade Estadual da Guanabara, 308
Universidade Federal do Rio de Janeiro, 309
Diretório Central dos Estudantes (DCE) da, 310
Universidade Federal Fluminense, 85
Universidade Livre de Bruxelas, 301, 317
Universidade Mackenzie, 41
Universidade Rural, 311
UPES, 313
URSS (ver União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)
Uruguai, 243, 248, 286, 287, 354
USP (ver Universidade de São Paulo)
Utan (presidente da ONU), 142

V

Vainer, Carlos, 310, 311, 318
Vale, Amato, 58
Vale a pena sonhar, de A. Carvalho, 85
Vallejo, 388
Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), 196, 197, 199
Vannucchi, Alexandre, 386
Vannuchi, Paulo, 153
Vargas, Getúlio, 17, 20, 21, 36, 59, 70, 71, 88, 89, 91,
101, 111, 117, 135, 178, 179, 181, 189, 190, 213,
228, 272, 354,
Vargas, José Israel, 340
Veja (revista), 75, 367
Veloso, Caetano, 304
Venceslau, Paulo de Tarso, 47, 83, 85, 129, 173, 175,
225, 280
Vera Cruz (cinema), 78
Viana Filho, Luís, 178
Viana, Cibilis da Rocha, 248
Vianna, Argentina, 338
Vianna, Arthur, 338
Vianna, Júlio, 335
Vieira, Mário Alves, 368
Vietnã, 201
Vilrac, Charles, 33
Villa-Lobos, Heitor, 218
Villas-Boas, Ricardo, 315
Vinhas, Moisés, 119
Virgílio, 209, 388
Virgulino, Himalaia, 183
Volta Redonda, 65
Voz da Unidade (jornal), 369, 370
Voz Operária (jornal), 191, 192, 289
VPR (ver Vanguarda Popular Revolucionária)

W

Walras, Leon, 36

Werneck, Maria, 95
Wright, Paulo, 253

X

Xavantes, 378
Xavier, Antônio, 304
Xavier, Lívio, 16, 17, 18, 19, 35

Z

Zama, Mário, 74
Zanconato, Mário Roberto Galhardo (Chuchu), 314
Zé Sojinha (ver Silva, José Gomes da), 328
Zerbini, Terezinha, 368
Zingg, Paulo, 36, 38
Zumbi, 148

Caso não encontre este livro nas livrarias,
solicite-o diretamente a:
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 — São Paulo — SP
Tel: 259-8024/214-0594
Tel/Fax: (011) 571-4299/255-4986
E-mail: editora@fpabramo.org.br
Home-page: <http://www.fpabramo.org.br>

Rememória: Entrevistas sobre o Brasil do século XX foi impresso na cidade de São Paulo em novembro de 1997 pela Cromoset Gráfica e Editora Ltda. para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 3.000 exemplares. O texto do livro foi composto em Times New Roman no corpo 10/13,5/110%. Os fotolitos da capa foram executados pela Graphbox e os laserfilms do miolo foram produzidos pela própria Editora. A capa foi impressa em papel Supremo 250g com acabamento em laminação fosca; o miolo foi impresso em papel Top Print 90g.